



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1937

Segunda-feira - 22 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Guaraciaba .....	321	Pomerode .....	553
Água Doce .....	4	Guaramirim .....	323	Porto Belo .....	562
Alto Bela Vista .....	5	Guarujá do Sul .....	324	Porto União .....	564
Antônio Carlos .....	8	Herval d'Oeste .....	327	Rio das Antas .....	565
Arabutã .....	16	Ilhota .....	328	Rio dos Cedros .....	572
Arroio Trinta .....	19	Imarui .....	331	Rio do Sul .....	566
Ascurra .....	20	Imbituba .....	332	Romelândia .....	573
Balneário Piçarras .....	21	Indaial .....	335	Salto Veloso .....	574
Balneário Rincão .....	23	Iomerê .....	358	Santa Cecília .....	576
Barra Bonita .....	24	Ipumirim .....	359	Santa Rosa do Sul .....	577
Barra Velha .....	25	Irineópolis .....	364	Santa Terezinha do Progresso .....	578
Bela Vista do Toldo .....	26	Itá .....	367	Santiago do Sul .....	579
Benedito Novo .....	27	Itapiranga .....	381	São Bento do Sul .....	580
Biguaçu .....	29	Itapoá .....	382	São Domingos .....	594
Blumenau .....	40	Jaraguá do Sul .....	388	São João do Oeste .....	595
Bom Jesus do Oeste .....	46	Joaçaba .....	405	São João do Sul .....	596
Bom Retiro .....	48	Lacerdópolis .....	418	São Joaquim .....	597
Botuvera .....	49	Lages .....	419	São José .....	598
Braço do Trombudo .....	64	Laguna .....	420	São José do Cedro .....	600
Brunópolis .....	108	Lauro Muller .....	429	São Lourenço do Oeste .....	601
Brusque .....	109	Lebon Regis .....	433	São Miguel da Boa Vista .....	605
Caçador .....	114	Leoberto Leal .....	440	São Miguel do Oeste .....	606
Camboriú .....	118	Lindóia do Sul .....	442	São Pedro de Alcântara .....	618
Campo Alegre .....	119	Luzerna .....	443	Schroeder .....	620
Campos Novos .....	143	Macieira .....	445	Seara .....	625
Canoinhas .....	162	Mafra .....	446	Serra Alta .....	629
Capinzal .....	168	Massaranduba .....	447	Siderópolis .....	635
Celso Ramos .....	172	Meleiro .....	451	Sombrio .....	636
Chapadão do Lageado .....	173	Modelo .....	457	Sul Brasil .....	638
Chapecó .....	178	Mondai .....	458	Tigrinhos .....	645
Concórdia .....	253	Morro da Fumaça .....	459	Timbé do Sul .....	648
Cordilheira Alta .....	256	Navegantes .....	460	Timbó .....	649
Coronel Freitas .....	259	Nova Trento .....	466	Três Barras .....	650
Corupá .....	273	Novo Horizonte .....	467	Treze Tilias .....	669
Dionísio Cerqueira .....	286	Orleans .....	468	Trombudo Central .....	670
Doutor Pedrinho .....	287	Ouro Verde .....	470	Tunápolis .....	672
Eral Velho .....	302	Paial .....	497	União do Oeste .....	674
Faxinal dos Guedes .....	303	Palhoça .....	500	Vargeão .....	675
Flor do Sertão .....	305	Papanduva .....	502	Vargem Bonita .....	676
Forquilha .....	310	Paraíso .....	508	Videira .....	677
Fraiburgo .....	311	Passos Maia .....	516	Vitor Meireles .....	680
Frei Rogério .....	315	Paulo Lopes .....	548	Xanxerê .....	691
Garopaba .....	316	Penha .....	549	Xavantina .....	692
Garuva .....	317	Petrolândia .....	550	Xaxim .....	693
Gaspar .....	318	Pinheiro Preto .....	551		
Grão Pará .....	320	Planalto Alegre .....	552		

### Associações

AMMVI .....	694
-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1937

Segunda-feira - 22 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Consórcios

CIGA .....	695
CIMCATARINA .....	700
CIS/AMUREL .....	701
CVC .....	701

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 31/2016

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016 CONTRATO Nº 31/2016 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: BCC PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME OBJETO: Show Artístico com os cantores "BRENO E CAIO CESAR" em comemoração as festividades alusivas aos 27º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Abdon Batista SC, que se realizará junto ao Parque de Eventos "Eutímio Pucci Ceregatti" em 23 de Abril de 2016. VALOR CONTRATADO: R\$ 28.000,00 (Vinte e Oito mil reais) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão/Unidade: 02.06 Projeto/ Atividade: 2.038 – Realização da Festa do Município Elemento de Despesa: 82- 3390.39.00 DATA DA ASSINATURA: 03/02/2016 PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses Sérgio Márcio Zanchett - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

### PREGÃO PRESENCIAL 28/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 28/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE EM BOVINOS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 03 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 38/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 29/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA ARBITRAGEM ( ARBITROS FEDERADOS E MESARIOS) DOS JOGOS DOS CAMPEONATOS INTERMUNICIPAIS DE FUTEBOL DE SALÃO E DE VOLEI PROMOVIDO PELA CME DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 30/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 39/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 30/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO NAS QUADRAS ESPORTIVAS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 40/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 31/2016  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES DE AGUA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 04 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 32/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 41/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 32/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 02 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 054/2016

PORTARIA Nº 054/2016 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Micro-ônibus placa MEP 9312, usado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte ficará à disposição da Secretaria de Saúde e Promoção Social dia 18 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 055/2016

PORTARIA Nº 055/2016 de 18 de fevereiro de 2016

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para JOÃO FILIPE TONIAL, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 084.701.179-80, a partir de 18/02/2016 para exercer o cargo de Agente Operacional, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 056/2016

PORTARIA Nº 056/2016 de 18 de fevereiro de 2016

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para JOSEFER DA SILVA FLORES, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 036.019.950-00, a partir de 18/02/2016 para exercer o cargo de Merendeira, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 057/2016

PORTARIA Nº 057/2016 de 18 de fevereiro de 2016

“CONCEDER LICENÇA PARA ESTUDOS SEM RECEBIMENTO DE VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Conceder licença por motivo de estudo sem recebimento de vencimentos ao funcionário RODNEI BERTAZZI SAMPIETRO, inscrito no CPF nº 006.742.239-00, a partir de 19/02/2016, conforme requerimento do servidor e parecer jurídico anexo, com finalidade de aprimoramento profissional.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.147 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.026	Mobiliário e Equipamentos Médico-Ambulatoriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0792	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0792	Aplicações Diretas
	R\$ 46.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica
10.305.0040	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental
10.305.0040.2.070	Serviços de Vigilância Epidemiológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0413	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:  
SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2015:

- vinculação "0.3.0792" - Superávit PMAQ, no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais), e:

- Vinculação "0.3.0413" - Superávit Vigilância, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 15 de Fevereiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.148 DE 18 FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: a concessão a servidora Juliana Valeria Lermen Steckling de licença prêmio na matrícula 385.  
DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ELIANE MARISA HENN FISCHER, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 4º lugar na Educação Infantil – Não Habilitada no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do Decreto nº 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 13 de março de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de fevereiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.149 DE 19 FEVEREIRO DE 2016**

CONSTITUI E DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 E PROCESSO SELETIVO 01/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão Coordenadora para acompanhamento e fiscalização das aplicações das Provas do Concurso Público nº 01/2016 e Processo Seletivo 01/2016, designando os seguintes servidores públicos municipais, para sua composição:

- I – Cassiano Martinazzo, que será o presidente;
- II – Tania Catarina Nilson, que será a secretária;
- III – Franciane Carina Zis, membro;
- IV – Diego Marciano Ferrari, membro.

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais, designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento dos certames.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.150 DE 19 FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado o Sr. GUSTAVO ELIAS LOHMANN, inscrito no CPF sob nº 070.466.209-46, portador da cédula de Identidade nº 4.997.820 – SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL E TRIBUTAÇÃO, com as atribuições estabelecidas no art. 12, §2º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 1998 de 23 de fevereiro de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**LEI MUNICIPAL Nº 685 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRAS, COM AS ENTIDADES QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as entidades a seguir relacionadas, e com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades sociais, assistenciais e culturais das seguintes entidades:

I – Grupo de Veteranos Sempre Unidos, de Alto Bela Vista, no valor R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais);

II – Grupo de Idosos Raios de Sol, da localidade de Volta Grande, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

III – Grupo de Idosos Nova Amizade, da localidade de Linha Flores, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

IV – Grupo de Idosos Paz e Amor, da localidade de Linha Nova Entre Rios, no valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais);

V – Grupo de Idosos União Faz a Força, da localidade de Linha Entre Rios, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

VI – Grupo de Idosos Vida e Esperança, da localidade de Vila União, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

VII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 62.400,00 (Sessenta e dois mil, quatrocentos reais);

VIII – Associação de Cantores Concórdia, da localidade de Nova Entre Rios, no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil quinhentos reais);

IX – Sociedade de Cantores Belavistense, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil, quinhentos reais);

X – Grupo Folclórico Hoche Schöne Aussicht Volkstanzgruppe, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

XI – Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem Itá, no valor de R\$ 21.930,00 (Vinte e um mil novecentos e trinta reais);

XII – Associação Cultural de Alto Bela Vista, no valor R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais);

XIII – Associação de Moradores de Linha Cruz e Souza, da Localidade de Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil

quinhentos reais).

§ 1º Os termos de convênio serão celebrados, depois de cumpridas as determinações estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Celebrados os termos de convênios deles será dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores, conforme disposto no art. 21 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 19 de Fevereiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

## LEI MUNICIPAL Nº 686 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional especial, no valor de R\$ 5.580,00 (cinco mil quinhentos e oitenta reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	02 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	02.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.131.0004.2099 – Contribuição ao Consórcio CIGA
(209)	3.3.93.00.00.00.0.1.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe. – Aplicações Direta
Valor a suplementar	R\$ 5.580,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	02 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	02.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.131.0004.2099 – Contribuição ao Consórcio CIGA
(19)	3.1.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 2.003,00
(20)	3.3.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta

Valor a anular	R\$ 105,00
(21)	4.4.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 744,00

Órgão:	03 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	03.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.122.0003.1.003 – Estruturação das Atividades Administrativas
(12)	4.4.90.00.00.00.0.1.000 – Investimentos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 2.728,00

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 131.172,00 (cento e trinta e um mil cento e setenta e dois reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade	08.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional	10.301.0034.2.060 – Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
(50)	3.3.50.00.00.00.0.1.301 – Transferências a instituições provadas sem fins lucrativos – Aplicações Direta
Valor a suplementar	R\$ 131.172,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pelas seguintes anulações de dotações:

Órgão:	08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade	08.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional	10.301.0034.2.060 – Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
(15)	3.3.71.00.00.00.0.1.301 – Transferências a consórcios públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 40.000,00
(16)	3.3.90.00.00.00.0.1.301 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 40.000,00

Superávit Financeiro	Recursos do superávit financeiro do exercício 2015 apurados no balanço patrimonial
Valor a anular	R\$ 51.172,00

Art. 5º - Fica autorizada a alteração das metas físicas, prioridades e valores constantes da Lei 626 de 12/11/2013 que aprovou o PPA para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal 678 de 17/11/2015 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para 2016, e a Lei 682 de 17/12/2015 que aprovou a LOA para o exercício de 2016, visando adequar a abertura deste crédito especial a estas leis.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de fevereiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 77º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

77º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 22/02/2016 a 22/03/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 19 de fevereiro de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

#### Anexo I

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
25º	PRISCILLA SOUZA DA SILVA FILIEIRO	1260

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA 30H)

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
26º	MADELAINE GUERRA KOCH	1540

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 013/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 010/2016; Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: A presente licitação tem como objeto à aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2016, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ensino Fundamental e Ensino Infantil, do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 07 de março 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 19 de fevereiro de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 013/2016

DECRETO Nº 013/2016

Aprova o desdobramento da receita prevista para 2016 em metas mensais de arrecadação, estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2016 em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para 2016 das Unidades Gestoras: Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Ipreancarlos, na forma estabelecida no anexo II deste Decreto.

Art. 3º O cumprimento das metas de arrecadação em cada uma das fontes de recursos deverá ser avaliada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 4º A dotação financiada com a fonte de recursos em que a meta bimestral de arrecadação não for alcançada deverá ser objeto de limitação de empenho e transferência financeira na forma estabelecida no artigo 9º da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, de forma a preservar o equilíbrio de caixa.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 04 de Fevereiro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2014,

#### Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, VERIDIANA BRESCIANI CORREA, para o cargo de MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o retorno de Giseli Gelsleichter, que encontra-se atualmente em licença maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 19 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de fevereiro de 2016.

### **PORTARIA N 079/2016**

PORTARIA Nº 079/2016

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2016,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, JEAN CESAR POLLI IEDA, para o cargo de ZELADOR, a partir de 22 de fevereiro de 2016 a 21 de fevereiro de 2017, em substituição ao titular do cargo Ilton Nicolau Pauli, que está de licença sem vencimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 19 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de fevereiro de 2016.

### **PORTARIA N 080/2016**

PORTARIA Nº 080/2016

Admiti ACT.

.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, CARLOS ALBERTO JESUS NOGUEIRA, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H, área de EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 22 de fevereiro de 2016 a 09 de dezembro de 2016, para atuar na Secretaria de Esporte e Turismo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 19 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de fevereiro de 2016.



## ANEXO I DO DECRETO Nº 013/2016

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO I DO DECRETO Nº 013/2016																
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2016 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACÃO (LRF ART. 13)																
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL		
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	RECEITAS															
	Recursos Ordinários	988.000	1.008.000	868.000	1.050.000	1.290.000	1.084.208	945.000	955.000	1.098.000	950.000	1.008.000	1.296.000	12.540.208		
	Recursos Impostos p/MDEB - 25%	150.000	162.000	131.000	163.000	275.000	220.000	165.000	155.000	165.000	160.000	167.000	288.408	2.201.408		
	Recursos Impostos p/ASPS – 15%	391.000	405.000	342.000	386.000	496.000	428.000	360.000	372.000	378.000	375.000	403.000	456.284	4.792.284		
	Iluminação Pública	45.000	45.000	45.000	48.000	48.000	48.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	52.000	581.000		
	Infra-Estrutura em Transporte	100	100	100	500	100	500	100	100	100	100	100	200	2.100		
	MDEB	28.000	28.000	28.000	28.000	28.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	35.000	355.000		
	Manutenção de Escolas	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	1.000		
	Merenda Escolar	0	0	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	91.000		
	Manutenção do Transporte Escolar	0	0	0	11.200	11.200	11.200	11.200	11.200	11.200	11.200	11.200	11.400	101.000		
	Rem Profissionais do Magistério – 60%	155.000	135.000	150.000	148.000	156.000	145.000	138.000	148.000	146.000	150.000	158.000	158.000	1.787.000		
	Manut. Deserv Ensino Básico – 40%	103.000	90.000	100.000	98.000	104.000	97.000	92.000	97.000	97.000	99.000	104.000	105.000	1.186.000		
	Melhoria do Trânsito – Polícia Civil	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	26.100		
	Melhoria do Trânsito – Polícia Militar	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	2.175	26.100		
	Melhoria do Trânsito - PMAC	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.360	28.100		
	Manutenção do FMS	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	550	550	6.100		
	Manutenção Transporte Escolar	0	0	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	289.000		
	Transporte Escolar – Seg. Grau	0	0	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	108.000		
	Ampliação da Rede Ensino Infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150.000	150.000		
	Construção de Quadra Esportiva	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	1.000		
	Aquisição de Veículo Escolar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250.000	250.000		
	Pavimentação de Ruas	0	1.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	500.000	500.000	1.801.000		
	Preserv Des. Patrimônio Histórico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250.000	250.000		
	Reforma e Revitaliz. Centro Cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250.000	250.000		
	Pavimentação de Ruas	0	0	0	0	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	400.000		
	Construção de Pontes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	300.000		
	Festas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	1.000		
	Manutenção Escola de Música	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000	50.000		
	SDR - Pres. Des. Patrim. Hist.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.000	11.000		
	Manut. Serv. Abastecimento Água	500	500	500	500	500	500	5.500	10.500	10.500	10.500	10.500	10.500	61.000		
	SDR - Recup. Estr. Vicinais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150.000	150.000		
	Manutenção Esporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60.000	60.000		
	Convênio SDS - Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000	50.000		



[illegible]

## UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I DO DECRETO N° 013/2016														
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACAO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00														
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<b>RECEITAS</b>														
0.0.0.0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	2.000	3.000	3.000	4.000	4.000	3.000	9.000	5.000	5.000	4.000	5.000	5.700	52.700
0.0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	2.000	2.000	2.000	20.000
0.0.2.64.000032	ASPS/PAB	15.100	15.100	15.100	15.100	15.200	15.200	15.200	15.200	15.200	15.200	15.200	15.200	182.000
0.0.0.0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.500	1.500	13.000
0.0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.400	3.500	3.500	41.000
0.0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle Doenças	2.500	2.500	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	31.000
0.0.0.0.2.64.000036	ASPS/PACS	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.400	18.500	18.500	221.000
0.0.2.64.000037	ASPS/PSF	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	21.750	261.000
0.0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.500	2.500	29.000
0.0.0.0.2.21.000039	ASPS/PSF ESTADUAL	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.500	5.500	61.000
0.0.2.21.000042	NASF	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	21.000
0.0.0.0.2.64.000076	ASPS/PMQAQ	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	121.000
0.0.2.64.000082	ASPS/NAASF Federal	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	11.750	141.000
0.0.2.21.000040	ASPS/Farmácia Básica Estadual	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.400	1.400	1.400	1.400	16.000
0.0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	301.000
0.0.2.64.000092	MAC Federal	4.150	4.150	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200	50.300
0.0.2.21.000091	MAC Estadual	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	1.750	21.000
<b>SOMA</b>		<b>103.750</b>	<b>104.750</b>	<b>104.900</b>	<b>105.900</b>	<b>106.000</b>	<b>105.000</b>	<b>111.000</b>	<b>107.000</b>	<b>107.600</b>	<b>108.600</b>	<b>108.900</b>	<b>411.600</b>	<b>1.583.000</b>

UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS

ANEXO I DO DECRETO Nº 013/2016															
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACAO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00															
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL	
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
	<b>RECEITAS</b>														
0.2.03.0000000	Pagto de Inativos e Pensionistas	190.000	233.000	266.000	330.000	278.000	203.000	480.000	176.100	278.000	382.000	233.000	672.000	3.723.100	
0.2.73.0000000	Aporte Déficit Atuarial	6.000	33.000	35.000	36.000	37.000	38.000	41.000	40.000	40.000	44.000	43.000	79.400	472.400	
	<b>SOMA</b>	<b>196.000</b>	<b>266.000</b>	<b>303.000</b>	<b>366.000</b>	<b>315.000</b>	<b>241.000</b>	<b>521.000</b>	<b>216.100</b>	<b>318.000</b>	<b>426.000</b>	<b>276.000</b>	<b>751.400</b>	<b>4.195.500</b>	
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.167.740</b>	<b>2.252.740</b>	<b>2.228.690</b>	<b>2.561.290</b>	<b>3.085.990</b>	<b>2.666.598</b>	<b>2.685.990</b>	<b>2.408.090</b>	<b>2.767.590</b>	<b>2.824.590</b>	<b>3.282.840</b>	<b>7.297.852</b>	<b>36.230.000</b>	

Antônio Carlos, 04 de Fevereiro de 2016.

**ANTÔNIO PAULO REMOR**  
Prefeito Municipal

**MELISSA LONDERO RUPP**  
Secretária Adm. e Finanças

**CARLICE B. SCHMITZ**  
Contadora

## ANEXO II DO DECRETO Nº 013/2016

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO II DO DECRETO Nº 013/2016													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
RECURSOS	4.292,0	4.116,9	3.828,6	3.654,9	4.106,4	4.268,9	4.187,3	4.053,1	4.123,9	4.092,2	4.626,4	8.019,4	
- Metas Arrecadação de todas as Fontes ( I )	1.868,0	1.882,0	1.820,8	2.089,4	2.665,0	2.320,6	2.054,0	2.085,0	2.342,0	2.292,0	2.897,9	6.134,8	30.451,5
- Saldo Anterior	2.424,0	2.234,9	2.007,8	1.565,5	1.441,4	1.948,3	2.133,3	1.968,1	1.781,9	1.800,2	1.728,5	1.884,6	1.734,7
DESPESA ORÇAMENTÁRIA													
1. Pessoal e Encargos Sociais	766,3	768,3	769,3	769,3	811,3	811,3	811,3	811,3	811,3	811,3	811,3	811,7	9.564,0
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	705,0	707,0	708,0	708,0	750,0	750,0	750,0	750,0	750,0	750,0	750,0	750,4	8.828,4
1.2. Reserva para o 13º Vencimento	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	61,3	735,6
2. Dívida Fundada Interna	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	31,0	31,0	31,5	31,5	31,5	33,5	430,0
2.1. Encargos da Dívida	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	3,0	3,5	3,5	3,5	3,5	50,0
2.2. Amortização da Dívida	35,0	35,0	35,0	35,0	35,0	35,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	30,0	380,0
3. Demais Despesas Operacionais	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	590,0	607,9	7.097,9
3.1. Contribuição ao PASEP	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	28,0	270,0
3.2. Transferências a Instituições Privadas	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	96,0
3.3. Outras Despesas Operacionais	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	560,0	571,9	6.731,9
4. Transferências Financ Concedidas	557,8	557,8	558,8	558,8	559,8	559,9	559,9	559,9	559,9	559,9	559,9	587,9	6.740,3
4.1. Transferências Financeiras a Câmara	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	132,5	1.590,0
4.2. Transferências Financeiras ao FMS	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,4	399,4	399,4	399,4	399,4	399,4	399,4	4.792,3
4.3. Transferências Financeiras Ipreancarlos	26,0	26,0	27,0	27,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	56,0	358,0
Investimentos													
5.Secretaria de Educação e Cultura	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	5,0	45,0	86,0	1.006,0	1.160,0
5.1. Apoio Grupos e Núcleos Artíst. e Culturais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0
5.2. Reforma Ampl. Rede Física Ensino Infantil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	20,0	150,0	210,0
5.3. Ampl. Rede Física Ensino Fundamental	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	51,0	101,0
5.4. Aquisição de Veículos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	250,0	251,0
5.5. Reforma e Revitalização Centro Cultural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	250,0	255,0
5.6. Preservação e Desenv. Patrimônio Cultural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	250,0	255,0
5.7. Investimentos Diversos	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	5,0	5,0	5,0	38,0	
6.Secretaria Transp. Obras e Serv Publ	50,0	100,0	101,0	101,0	102,0	102,0	202,0	252,0	302,0	302,0	619,1	3.102,0	0,0
6.1. Construção e Aquisição de Equip Públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	450,0
6.2. Pavimentação de Ruas	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	200,0	200,0	200,0	200,0	517,1	3.000,0	4.867,1
6.3. Investimentos Diversos	0,0	0,0	1,0	1,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	18,0

ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>7.Secretaria Agricultura e Meio Amb</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	21,0	44,0	67,0
7.1. Aquisição Equip. e Implementos Agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	40,0	60,0
7.2. Investimentos Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	4,0	7,0
<b>9. Demais Secretarias</b>	1,0	1,0	2,0	2,4	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	30,4
9.1. Investimentos Diversos	1,0	1,0	2,0	2,4	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	30,4
<b>10. Reserva de Contingência</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,8	26,8
<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	50,0	50,0	200,0	150,0	50,0	27,4	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	61,9	689,3
1. Restos a Pagar	50,0	50,0	200,0	150,0	50,0	27,4	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	50,0	677,4
2. Consignações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3. Despesas de Diversas Origens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9	11,9
<b>SOMA DAS DESPESAS</b>	<b>2.057,1</b>	<b>2.109,1</b>	<b>2.263,1</b>	<b>2.213,5</b>	<b>2.158,1</b>	<b>2.135,6</b>	<b>2.219,2</b>	<b>2.271,2</b>	<b>2.323,7</b>	<b>2.363,7</b>	<b>2.741,8</b>	<b>6.284,7</b>	<b>31.140,8</b>

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

ANEXO II DO DECRETO Nº 013/2016													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>RECURSOS</b>	<b>1.121,7</b>	<b>1.040,1</b>	<b>1.058,7</b>	<b>1.054,1</b>	<b>1.071,8</b>	<b>1.068,5</b>	<b>1.071,2</b>	<b>1.067,9</b>	<b>1.065,2</b>	<b>1.050,5</b>	<b>1.038,1</b>	<b>1.320,1</b>	
- Metas de Arrecadação	103,8	104,7	104,9	105,9	106,0	105,0	111,0	107,0	107,6	106,6	108,9	411,6	1.583,0
- Transferências Financeiras	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	399,3	400,0	4.792,3
- Saldo Anterior	618,6	536,1	554,5	548,9	566,5	564,2	560,9	561,6	558,3	544,6	529,9	508,5	496,4
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>													
<b>1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>315,6</b>	<b>315,6</b>	<b>315,6</b>	<b>315,6</b>	<b>335,6</b>	<b>335,6</b>	<b>335,6</b>	<b>335,6</b>	<b>345,6</b>	<b>345,6</b>	<b>345,6</b>	<b>347,4</b>	<b>3.989,0</b>
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	290,0	290,0	290,0	290,0	310,0	310,0	310,0	310,0	320,0	320,0	320,0	321,8	3.681,8
1.2. Reserva para o 13º Vencimento	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	25,6	307,2
<b>2. Demais Despesas Operacionais</b>	<b>170,0</b>	<b>170,0</b>	<b>170,0</b>	<b>170,0</b>	<b>170,0</b>	<b>170,0</b>	<b>172,0</b>	<b>172,0</b>	<b>172,0</b>	<b>172,0</b>	<b>172,0</b>	<b>172,6</b>	<b>2.052,6</b>
2.1. Outras Despesas Operacionais	170,0	170,0	170,0	170,0	170,0	170,0	172,0	172,0	172,0	172,0	172,0	172,6	2.052,6
<b>3. Ações do Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>12,0</b>	<b>303,7</b>	<b>333,7</b>
3.1. Ampliação da Unidade de Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	301,0	311,0
3.2. Investimentos Diversos	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	3,0	3,0	2,0	2,7	22,7
<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>	<b>22,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>122,2</b>
1. Restos a Pagar	100,0	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	122,2
2. Consignações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>SOMA</b>	<b>585,6</b>	<b>485,6</b>	<b>509,8</b>	<b>487,6</b>	<b>507,6</b>	<b>507,6</b>	<b>509,6</b>	<b>509,6</b>	<b>520,6</b>	<b>520,6</b>	<b>529,6</b>	<b>823,7</b>	<b>6.497,5</b>

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS**

ANEXO II DO DECRETO Nº 013/2016													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>RECURSOS</b>	<b>17.600,6</b>	<b>17.757,5</b>	<b>17.954,2</b>	<b>18.202,9</b>	<b>18.401,6</b>	<b>18.515,3</b>	<b>18.909,0</b>	<b>18.997,8</b>	<b>19.178,5</b>	<b>19.467,2</b>	<b>19.605,9</b>	<b>20.248,0</b>	
- Metas de Arrecadação	196,0	266,0	303,0	366,0	315,0	241,0	521,0	216,1	318,0	426,0	276,0	751,4	4.195,5
- Transferências Financeiras	26,0	26,0	27,0	27,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0	56,0	358,0
- Saldo Anterior	17.378,6	17.465,5	17.624,2	17.809,9	18.058,6	18.246,3	18.360,0	18.753,7	18.832,5	19.013,2	19.301,9	19.440,6	19.867,4
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>													
<b>1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>128,4</b>	<b>128,3</b>	<b>138,3</b>	<b>138,3</b>	<b>149,3</b>	<b>149,3</b>	<b>149,3</b>	<b>159,3</b>	<b>159,3</b>	<b>159,3</b>	<b>159,3</b>	<b>369,6</b>	<b>1.988,0</b>
1.1. Remuneração e Encargos Prev	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	4,6	30,0
1.2. Pagto de Inativos e Pensionistas	100,0	100,0	110,0	110,0	120,0	120,0	120,0	130,0	130,0	130,0	130,0	318,0	1.618,0
1.3. Pagto Inativos e Pens do Tesouro	26,0	26,0	26,0	26,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	47,0	340,0
<b>2. Demais Despesas Operacionais</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>11,0</b>	<b>75,0</b>
2.1. Investimentos de Operações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	5,0
2.2. Outras Despesas Operacionais	5,0	5,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	70,0
<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,7</b>
1. Restos a Pagar	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
2. Consignações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>SOMA</b>	<b>135,1</b>	<b>133,3</b>	<b>144,3</b>	<b>144,3</b>	<b>155,3</b>	<b>155,3</b>	<b>155,3</b>	<b>165,3</b>	<b>165,3</b>	<b>165,3</b>	<b>165,3</b>	<b>380,6</b>	<b>2.064,7</b>

Antônio Carlos, 04 de Fevereiro de 2016.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
 Prefeito Municipal

**MELISSA LONDERO RUPP**  
 Secretária de Administração e Finanças

**CARLICE B SCHMITZ**  
 Contadora

# Arabutã

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 010/2016 SEQUÊNCIA 003

ATA 003

Processo Licitatório nº. 010/2016 – Pregão Presencial nº 006/2016  
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para analisar os recursos e as contrarrazões ofertadas pelas empresas MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA e VIEIRA & COSTA LTDA – EPP tendo constatado o seguinte:

a) No que se refere à incompatibilidade do ramo de atividade em relação ao objeto da licitação da empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, esta Pregoeira e Equipe, ao analisarem os documentos, de forma global, apresentados pela empresa, constatamos que a mesma presta serviços semelhantes, conforme comprovado no Atestado de Capacidade Técnica. Sobre a comprovação de atividade compatível basta que seja pertinente, portanto não precisa ser idêntica. Ainda, esta questão foi suscitada no Tribunal de Contas da União, que assim determinou:

Ao examinar a questão, a unidade técnica compreendeu que a representante fora impedida de participar apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não exatamente igual à atividade licitada, embora houvesse grande proximidade entre ambas, sendo certo, para a unidade instrutiva, tratar-se de transportes de pessoas e cargas. Para ela, “o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame (...). É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro”. Para o relator, “em princípio, até parecia razoável a exigência fixada no edital, no sentido de que somente poderiam participar do pregão empresas legalmente estabelecidas e especializadas no respectivo ramo”. Todavia, não haveria, na espécie, qualquer indicação no edital de que o cadastro de atividades junto à Receita Federal seria utilizado como o meio de identificação do ramo de atuação dos licitantes, o que significou, conforme o relator, “ampliação não prevista do poder do pregoeiro de decidir quem participaria do certame”. Nesse quadro, ainda para o relator, “não havia razão jurídica ou administrativa para conferir-se arbitrariamente tamanha proeminência à formalidade da anotação cadastral”. Além disso, existiriam outros fatores que indicavam a aptidão da licitante em participar da licitação e em oferecer propostas que aumentariam a competitividade do certame, tal como um contrato firmado anteriormente com a própria Suframa, na qual a representante já houvera provido a instituição com serviços de transporte. Em consequência, votou o relator pela procedência da representação, bem como pelo encaminhamento de determinação à Suframa para que se abstinhasse de prorrogar o contrato decorrente do Pregão nº 05/2008, e, caso houvesse por parte da instituição em contratar os mesmos serviços, realizasse nova licitação, o que foi acolhido pelo Plenário. (Acórdão n.º 1203/2011-Plenário, TC-010.459/2008-9, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.05.2011).

Em sentido equivalente a posição do e. Tribunal de Justiça de Santa

Catarina:

Agravo de Instrumento. Administrativo. Licitação. Concorrência Pública. Serviços de manutenção e operação do sistema de rede de água tratada do município. Empresa desclassificada em face da suposta impertinência do contrato social com o objeto licitado. Ilegalidade do ato. O simples fato de o contrato social da empresa não coincidir precisamente com o objeto central da licitação não é motivo para a sua inabilitação. Apresentação de atestado de capacidade técnica firmado por pessoa física e não jurídica. Irrelevância. Empresa licitante que atingiu a finalidade visada pelo edital. Participação garantida nas demais fases do certame. Recurso provido. Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. “O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)”. (ACMS n. 2003.015947-9, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. em 19/04/2005). (TJSC, RN em MS n. 2009.071325-2, de Joaçaba. Rel. Des. Carlos Adilson Silva, julgado em 27/03/2012). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2014.006834-2, de Navegantes, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 20-05-2014).

Assim, sobre essa alegação, entendemos que a empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, não descumpriu o item 1.8 do Edital.

b) No que se refere ao Atestado de Capacidade Técnica, a empresa licitante apresentou dois atestados que informam ser a empresa fornecedora de peças e serviços em máquinas rodoviárias. Neste sentido:

Outra questão a ser destacada na redação das exigências de atestado no edital refere-se à pertinência e à compatibilidade com objeto. Lembramos mais uma vez que “pertinente e compatível” não é igual. Portanto, para aferir a capacidade técnica, a exigência dos atestados com relação ao objeto deverá ser feita de forma genérica e não específica. Por exemplo: se o objeto da licitação é a construção de uma escola, não se deve exigir no atestado de capacidade técnica que o licitante tenha construído “uma escola”. Ele poderá ter feito outros tipos de edificações – hospitais, prédios, escritórios, etc. – que tenham as mesmas características, dimensões e parcelas de relevância do objeto licitado. Inclusive, tal entendimento já foi sumulado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Súmula 30). <http://licitacao.uol.com.br/apoio-juridico/artigos/952-algumas-consideracoes-sobre-os-atestados-de-capacidade-tecnica.html>.

Saliente-se que essa experiência prévia não precisa ser idêntica à do objeto que se pretende licitar, conforme leciona Marçal Justen Filho:

Em primeiro lugar, não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço exatamente idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a



Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado – a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. In FONSECA, Pedro Paulo Martins da. Qualificação técnica em licitações: uma análise fundada na jurisprudência do TCU. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14079](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14079). Acesso em 17 de fevereiro de 2016).

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já discorreu sobre a matéria:

Pois bem, ao lançar a concorrência sub judice, destinada a realização de serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares, comerciais e industriais, elegeu a Administração Municipal de Tubarão, dentre outras, como condição de habilitação dos licitantes, a comprovação de capacidade técnica específica, através da exibição de "Atestado de Capacidade Técnica Pertinente ao Objeto da Licitação", consoante previsão inserta no item 03.01.08, do Edital n. 003/95 (fls. 15 usque 22).

A empresa impetrante, como registra a documentação acostada aos autos com a exordial (fls. 30/32), foi considerada inabilitada para a licitação, por não ter, segundo sustentou a autoridade impetrada, com a juntada de atestado do exercício de atividade anterior de recolhimento de "sobras de produtos hortifrutigranjeiros", comprovado a sua capacidade para a execução do serviço de remoção de resíduos domiciliares, comerciais e industriais colimados no certame.

Ora, a capacidade técnica específica exigida nos procedimentos licitatórios, como no caso, não exige, nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, comprovação do exercício anterior da mesma atividade licitada, mas tão somente da execução, pelo proponente, de "obra ou serviço de características semelhantes...".

No caso, tendo a impetrante, comprovado o desempenho de atividade anterior de coleta de "sobras de produtos hortifrutigranjeiros", serviço este por demais semelhante ao de coleta e transporte de resíduos domiciliares, comerciais e industriais, objeto do procedimento licitatório questionado, jamais poderia a autoridade impetrada, com fundamento em incapacidade técnica, destarte, como procedeu, mantê-la, via indeferimento do recurso administrativo interposto, na forma da decisão recorrida editada pela Comissão responsável pelo certame, deste, como licitante desqualificada, definitivamente afastada. (TJ-SC - MS: 883914 SC 1988.088391-4, Relator: Francisco Oliveira Filho. Data de Julgamento: 16/04/1996. Primeira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação cível em mandado de segurança n. 5.781, de Tubarão).

Além disso, referida empresa, somente no ano de 2015, forneceu diversas peças e produtos para a manutenção de máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Arbutã.

Portanto, sobre tal fato, opinamos que a empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, não descumpriu o item 7.5, I do Edital.

c) Quanto à alegação de o preço proposto pela empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME ser inexequível, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao verificar os ditames da Lei nº 8.666/93, que se aplica na questão ora suscitada, conforme dispõe o art. 9º da Lei nº 10.520/02, averiguaram que a Lei nº 8.666/93 oferece um critério relativo para se aferir a inexequibilidade das propostas.

Assim:

A aplicação da fórmula apresenta ao Pregoeiro uma presunção de que o preço ofertado é inexequível. Como se trata de presunção admite-se prova em contrário, o que denota a necessidade de se outorgar ao particular a possibilidade de que ele comprove a exequibilidade de seus preços. (Parecer nº. 1020. Joel de

Menezes Niebuhr e Pedro de Menezes Niebuhr. Disponível no site: [http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod\\_parecer=1020](http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod_parecer=1020).)

Igualmente:

Em termos bastante objetivos, recomendamos que seja adotado seguinte procedimento: 1) antes de desclassificar a proposta, a Administração, invocando o §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, deve conferir oportunidade para que o licitante comprove sua viabilidade, estipulando prazo para apresentação de justificativas; 2) se o licitante não apresenta documentos que desnudem seus custos - a fim de comprovar que ele, mesmo com preço

reduzido, ainda obtém vantagem, ou apresenta documentos não convincentes, a Administração declara inexequível a proposta; 3) a seguir, o pregoeiro, com fundamento no inciso XVI do art. 4º da Lei 10.520/02, examina as ofertas subsequentes e a classificação dos licitantes, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital, declarando o licitante vencedor; 4) a partir daí, o rito procedimental toma seu curso regular. (Parecer nº. 1020. Joel de Menezes Niebuhr e Pedro de Menezes Niebuhr. Disponível no site: [http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod\\_parecer=1020](http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod_parecer=1020).)

No mesmo sentido, assevera Marçal Justen Filho:

O tema comporta uma ressalva prévia sobre a impossibilidade de eliminação de propostas vantajosas para o interesse público. A desclassificação por inexecutabilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. (...) O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de proposta deficitárias.

(...)

A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja, o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou.

A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber a proposta excessivamente vantajosa.

(...)

Não é cabível que o Estado assuma, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar com o insucesso correspondente.

O que não se admite é que, a pretexto de realizar benefício para o Estado, comprometa-se a satisfação do interesse público. Não se admite que o particular formule previsões equivocadas e, pensando em realizar proposta onerosa, assumam encargos incompatíveis com suas condições econômico-financeiras.

Portanto, a questão da proposta inexequível apenas adquire relevância jurídica quando colocar em risco o interesse público. Vale dizer, se uma proposta de valor irrisório for plenamente executável por um particular, não estará em jogo o interesse público. A proposta não deverá ser excluída do certame. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9. ed., São Paulo: Dialética, 2002, p. 431).

O Tribunal Regional Federal já apreciou tal matéria:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. VALOR IRRISÓRIO. PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 44 E INCISO II DO ARTIGO 48, AMBOS DA Lei nº 8.666/93. I. O parágrafo 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/93 veda a admissão de propostas que apresentem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. Essa última vedação, no entanto, não é absoluta, já que, ainda conforme o referido dispositivo poderá o licitante oferecer proposta com preço unitário simbólico ou mesmo com valor zero, desde que tais valores se refiram a materiais ou instalações de propriedade do próprio licitante, em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração. Contudo, o

fato deve ser esclarecido na proposta. II. A cotação de itens com valores ditos irrisórios pela agravante não demonstram a inexequibilidade da proposta como um todo, nem tem, por si só, o condão de afastar o fim maior buscado na Licitação, qual seja a eleição da proposta exequível mais vantajosa para a Administração. III. Segundo o julgamento do Pregoeiro, ato administrativo com presunção de legitimidade, a proposta vencedora atendeu à norma editória como um todo, não tendo a agravante elidido tal presunção. IV. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AGTR: 74542 CE 2007.05.00.006169-1, Relator: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, Data de Julgamento: 17/07/2007, Quarta Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 08/08/2007 - Página: 794 - Nº: 152 - Ano: 2007).

Tendo em vista o exposto, solicitamos que a empresa CHAPEMA-QUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresente justificativas e documentos comprobatórios que assegurem a exequibilidade da proposta ofertada, como condição essencial para a sua habilitação.

Após o transcurso de tal prazo, a Pregoeira e Equipe procederão à emissão de posicionamento conclusivo.

Arabutã, 19 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI  
DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

#### **AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 016/2016**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2016

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ torna público que se encontra aberta Chamada Pública para aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações do anexo I, pelo período de 23 de fevereiro de 2016 a 04 de março de 2016. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração e Fazenda, no horário de expediente, bem como através do telefone: (49) 3448-0048, site [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) e no e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br). Arabutã -SC, 19 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

#### **AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 017/2016**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2016, LEILÃO Nº 001/2016. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório, na modalidade LEILÃO PÚBLICO, às 10h do dia 15 de março de 2016, na sala de reunião da Prefeitura de Arabutã, conduzido por Leiloeiro Oficial, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D-41 e LOTE 02: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA MARCA KOMATSU PC-138. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou com o Leiloeiro no telefone (47) 3349-5153 ou no site: [www.centralcatarinensedeleilao.com.br](http://www.centralcatarinensedeleilao.com.br). Arabutã/SC, 19 de fevereiro de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 018/2016**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço de peças originais para o britador móvel, conforme itens constantes no Formulário-Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 04 de março de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). Arabutã/SC, 19 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

#### **RESCISÃO DE CONTRATO 24/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 024/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, RAQUEL EVANGELISTA, celebrado em 16 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Centro, neste Município, diante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor RAQUEL EVANGELISTA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 031.712.969-42 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica rescindido o contrato privatamente celebrado entre as partes, no dia 19 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada em anexo.

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 19 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

Raquel Evangelista  
Contratada

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

**TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0006/2015 - CONSTRUTORA MAYOR LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 006/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO DE ENTRADA DO POSTO DE SAÚDE, ESTRUTURA PARA ELEVADOR (DUTO DIMENSIONADO PARA TRÊS LAJES) INSTALAÇÃO DE ELEVADOR E REFORMA SUBSOLO II DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL (POSTO DE SAÚDE), QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA CONSTRUTORA MAYOR LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015.

TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCISIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC e a Empresa CONSTRUTORA MAYOR LTDA., empresa privada, CNPJ sob nº 95.839.528/0001-65, com sede na Rua Alvise Caldart, 98, no Município de Videira - SC, representada neste ato pelo Senhor JOBER FERNANDO MIOZZO, devidamente inscrito no CPF sob nº .758.018.929-15 e CI sob n.º 2.971.165, doravante denominado CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo para a execução da obra, Clausula Quarta, objeto do contrato nº 0006/2015, por mais 30(trinta) dias, ou seja, até 16 de março de 2016.

Parágrafo único -

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

TARCÍSIO LIDANI

CPF nº 613.139.809-78

CONSTRUTORA MAYOR LTDA

CNPJ nº 95.839.528/0001-65

JOBER FERNANDO MIOZZO

CPF nº 758.018.929-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

TARCISIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na

Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC, Gestor do Fundo e ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, Prefeito Municipal, autorizamos, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 30 dias, referente contrato nº 0006/2015, celebrado com a Empresa Construtora Mayor Ltda., tendo em vista período intenso de chuvas, que ocasionou o atraso na pintura da obra.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TARCISIO LIDANI

TERMO ADITIVO Nº 0003/2015 AO CONTRATO Nº 0006/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015.

TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRS NA UNIDADE DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSTRUTORA MAYOR

ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 16/03/16

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE PREGÃO 13/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato da ata do pregão presencial n. 13-2016

Objeto: Aquisição de combustíveis para a Prefeitura Municipal de Ascurra.

Empresa participante e vencedora: Marian Matter Distribuidora e Comércio de Combustíveis LTDA  
CNPJ: 02.882.522/0001-90

Valores ofertados:

Item/Quantidade/Unidade/ Descrição/Valor Unit. /Valor Total
1/6.000,00/LITRO/OLEO DIESEL S-10/R\$ 3,075/R\$ 18.450,00
2/20.000,00/LITRO/GASOLINA/R\$ 3,639/R\$ 72.780,00
3/10.000,00/ LITRO/GASOLINA ADITIVADA/R\$ 3,639/R\$ 36.390,00

Valor total: R\$ 127.620,00

A empresa foi considerada habilitada.

Ascurra, 19 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE PREGÃO 4/2016 FMS

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato da ata do pregão presencial n. 4-2016 FMS

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde.

Empresa participante e vencedora: Marian Matter Distribuidora e Comércio de Combustíveis LTDA  
CNPJ: 02.882.522/0001-90

Valores ofertados:

Item/Quantidade/Unidade/ Descrição/Valor Unit./Valor Total
1/25.000,00/LITRO/OLEO DIESEL S-500/R\$ 2,999/R\$ 74.975,00
2/15.000,00/ LITRO/OLEO DIESEL S-10/R\$ 3,075/R\$ 46.125,00
3/20.000,00/LITRO/GASOLINA/R\$ 3,639/R\$ 72.780,00
4/10.000,00/ LITRO/GASOLINA ADITIVADA/R\$ 3,639/R\$ 36.390,00

Valor total: R\$ 230.270,00

A empresa foi considerada habilitada.

Ascurra, 19 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 20/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 2/3/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (PAPEL A4 BRANCO, NÃO RECICLADO, NAS MEDIDAS DE 210 MM X 297 MM), PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA, PARA MANUTENÇÃO DAS

ATIVIDADES DO SETOR SOCIAL E PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme informações no Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 22 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 21/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 3/3/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA OCUPACIONAL PARA A ELABORAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS PELA NR-07, INCLUINDO A EMISSÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE SAÚDE OCUPACIONAL, PERIÓDICOS, ADMISSIONAIS, DEMISSIOAIS, MUDANÇA DE FUNÇÃO, RETORNO AO TRABALHO POR AFASTAMENTO IGUAL OU SUPERIOR A 30 DIAS; PARA A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS DE FORMA QUALITATIVA GERAL E QUANTITATIVA PARA RUÍDO, CALOR E LUMINOSIDADE, CONFORME A NR-09; E PARA ELABORAÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO (PPP), COM PREVISÃO PARA 270 FUNCIONÁRIOS - PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme informações no Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 22 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 22/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 22/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 3/3/2016 às 9h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL; PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS; PARA MANUTENÇÃO DO CRAS; PARA MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS PREFEITO LEANDRO POSSAMAI, conforme informações no Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 22 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 004/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 005/2016-FMS

Pregão Presencial 004/2016-FMS

Sistema de Registro de Preços

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futuro e eventual fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10) para abastecimento de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. POSTO DE GASOLINA SAO MIGUEL LTDA. - Total do Fornecedor: R\$ R\$490.500,00- ATA 028/2016

Balneário Piçarras(SC), 18 de fevereiro de 2016.

Lucimir Alcides Uller Bittencourt – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### ATA PREGÃO 05/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 009/2016-FME

Pregão Presencial nº 005/2016-FME – SRP

Objeto Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de agenda escolar bebê para os alunos dos Centros de Educação Infantil do Município de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

Sione Maria Geremias Schaefer. Ata 30/2016 – Valor: R\$ R\$27.900,00

Balneário Piçarras(SC), 18 de fevereiro de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### DECRETO Nº 010/2016

DECRETO Nº 010/2016

Convoca a 6ª Conferência Municipal das Cidades de Balneário Piçarras e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 89, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 024/2015 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 18, de setembro de 2015, do Ministério das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das Cidades, etapa preparatória da 6ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar no dia 28 de abril de 2016, no Auditório da UNIVALI – Campus Balneário Piçarras, situado na Avenida Sambaqui, nº 318 – no Bairro Santo Antônio, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I. Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II. Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Balneário Piçarras;

III. Propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV. Avançar na construção e consolidação da Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

V. Eleger e indicar três (03) delegados municipais à 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Executivo municipal.

Art. 5º A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será regida por regimento aprovado em assembleia que irá dispor sobre a organização e o funcionamento desta, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável que poderá receber apoio de outros segmentos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras(SC), 17 de fevereiro de 2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 010/2016, foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no mural do edifício sede da Prefeitura em 17 de fevereiro de 2016.

ANA LUCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 011/2016**

DECRETO Nº 011/2016

Nomeia Membros para a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Balneário Piçarras e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 89, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Municipal nº 133/06, de 23 de agosto de 2006, que Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho da Cidade de Balneário Piçarras – CONCIDADE, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 010/2016 de 17 de fevereiro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão para Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos do Poder Público e da sociedade civil, indicados 05 (cinco) representantes titulares e 05 (cinco) representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

**I. Representantes Poder Público:**

Titular: Carolina Ferreira da Silva (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Sustentável)

Suplente: Tânia Regina Pocidonia (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Sustentável)

Titular: Allan Diego Eleutério (Representante da Secretaria de Administração e Fazenda)

Suplente: Marly Dulcinéia da Silva Santana (Representante do Poder Legislativo Municipal)

**II. Representantes Sociedade Civil:**

Titular: Marilane Bordin Telles (Representante da AAET - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Técnicos)

Suplente: Renato Feres Kfuri (Representante do Rotary Club Internacional)

Titular: Fábio Emitério (Representante da Câmara de Dirigente Lojistas)

Suplente: Neilor Quintino (Representante da Câmara de Dirigente Lojistas)

Titular: Darlene de Andrade (Representante Associação de Moradores do Jardim Rio Mar)

Suplente: Manoel dos Santos Pereira (Representante Associação de Moradores do Jardim Rio Mar).

Art. 3º Fica designado para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, CAROLINA FERREIRA DA SILVA.

Art. 4º - As atividades da Comissão, instituída por este Decreto, terão duração até o mês de dezembro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras(SC), 17 de fevereiro de 2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 011/2016, foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no mural do edifício sede da Prefeitura em 17 de fevereiro de 2016.

ANA LUCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PREGÃO PRESENCIAL 006/2016- FMS/ PROCESSO LICITATÓRIO 007- FMS**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016- FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016- FMS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para contratação de empresa especializada na promoção de curso de capacitação e atualização. Recebimento dos Envelopes até: 09/03/16 às 14h. Data da Sessão Pública: 09/03/16 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 19 de fevereiro de 2016. Lucimir Alcides Uller de Bittencourt – Gestora do FMS

**TOMADA DE PREÇO 003/2016 - PMBP/PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2016-PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016-PMBP

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 003/2016-PMBP

OBJETO: Reforma e Pintura do Ginásio Aurélio Solano de Macedo, Reforma da Instalação do Campo Municipal Quincaludo e Ampliação e Reforma das salas de aula da Escola Professora Francisca Borba.

DEVIDO A FALTA DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, FICA ALTERADA A DATA DO PROCESSO DO DIA 26/02/2016 PARA O DIA 08/03/2016 ÀS 14H.

O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 15 de fevereiro de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/PMBR/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR KILOMETRO

Data e horário da sessão de abertura: 04/03/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, durante o ano de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 19 de Fevereiro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

**EDITAL PREGÃO Nº13/2016**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 013/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando Aquisição de combustível para melhorias nas estradas vicinais do município, conforme proposta transferência nº16168. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 07 de março de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 19 de fevereiro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito

# Barra Velha

## PREFEITURA

### **24º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012**

24º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, que a candidata inscrita para o cargo de Professor de Educação Infantil SIMONI LOPES DE SOUZA, no Concurso Público, Edital nº. 001/2012, homologado através da Portaria nº 192, de 31 de janeiro de 2013, não compareceu para escolha de vagas no dia 15 de janeiro de 2016 e não apresentou qualquer justificativa, perdendo o direito à vaga.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 15 de fevereiro de 2.016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR  
Secretário Mun. Adm. e Finanças

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO 323

DECRETO N.º 323/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

“CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Município.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das Cidades, a ser realizada no dia 14 de junho de 2016, na Câmara de Vereadores, situada na Rua Leopoldo Koch, s/n, no Município de Bela Vista do Toldo, sob a Coordenação da Comissão Organizadora, tendo como tema central: “FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS”.

Art. 2º. A Conferência Municipal das Cidades tem como objetivo, proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões, entre as autoridades e gestores municipais e os diversos segmentos da sociedade civil, em torno das estratégias que apontam diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável das Cidades.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 19/02/2016

### DECRETO Nº 324

DECRETO N.º 324/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

“CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Município.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal das Cidades, composta pelos seguintes membros:

I – Representantes da Sociedade Civil

Titulares:

Gilmar Damaso Da Silveira

Wilson Wagner

Áureo Munhoz

Suplentes:

Mário Castilho

Cesar Augusto Pepes

Regina Maria Alves David Schimboski

II – Representantes do Governo

Titulares:

Arilda Mielke

Juliane Lecin

Suplentes:

Daiane do Prado Machado

Fernanda Rüske de Siqueira

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 19/02/2016

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 14/2016**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 19/02/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 14/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE AGUA MINERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 14/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceu ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado a empresa KESTRING GAS LTDA ME, CNPJ 06.033.944/0001-41. A empresa participante apresentou seu credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seu representante legal Sr. EDERSON KESTRING, portador da carteira de identidade nº 4.072.741-6. Foi analisada a Declaração de Habilitação apresentada pela empresa e concluiu-se que a mesma cumpre a exigência do item 3.5 do Edital. A licitante apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, sendo a proposta nele contida disponibilizada a todos os presentes para ser conferida e rubricada. Ato contínuo, foi analisada a proposta pelo pregoeiro e equipe de apoio, onde foi considerada classificada e inseridos os preços apresentados no sistema, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com a licitante, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e foi DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame à empresa vencedora. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 19/02/2016, às 09:34 horas.

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

**LICITANTES PRESENTES:**

EDERSON KESTRING

ANEXO DA ATA DA SESSÃO

Pregão Presencial nº 000014/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 AGUA MINERAL SEM GAS EM EMBALAGEM RETORNAVEL DE 20 LITROS

Fornecedor	Proposta
KESTRING GAS LTDA ME	7,8000

Item: 00002 AGUA MINERAL SEM GAS EM EMBALAGEM COM 1,5 LITROS, FARDOS COM 6 UNIDADES

Fornecedor	Proposta
KESTRING GAS LTDA ME	11,7000

Item: 00003 AGUA MINERAL SEM GAS EM EMBALAGEM C/500ML, FARDOS COM 12 UND

Fornecedor	Proposta
KESTRING GAS LTDA ME	11,1000

Item: 00004 AGUA MINERAL COM GAS EM EMBALAGEM C/500ML, FARDOS COM 12 UND

Fornecedor	Proposta
------------	----------

KESTRING GAS LTDA ME	12,7000
----------------------	---------

Item: 00005 AGUA MINERAL SEM GAS EM EMBALAGEM COM 200ML, CAIXA COM 48 UNIDADES

Fornecedor	Proposta
KESTRING GAS LTDA ME	24,2000

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	KESTRING GAS LTDA ME	7,8000	0,0000
2	KESTRING GAS LTDA ME	11,7000	0,0000
3	KESTRING GAS LTDA ME	11,1000	0,0000
4	KESTRING GAS LTDA ME	12,7000	0,0000
5	KESTRING GAS LTDA ME	24,2000	0,0000

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	KESTRING GAS LTDA ME	BLUMENAU	1.000,00000	7,8000	7.800,0000
00002	KESTRING GAS LTDA ME	CRISTALINA	100,00000	11,7000	1.170,0000
00003	KESTRING GAS LTDA ME	CRISTALINA	400,00000	11,1000	4.440,0000
00004	KESTRING GAS LTDA ME	CRISTALINA	100,00000	12,7000	1.270,0000
00005	KESTRING GAS LTDA ME	CRISTALINA	100,00000	24,2000	2.420,0000
Total do Fornecedor: 17.100,0000					
Total de Itens: 17.100,0000					



# Biguaçu

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA - PP 250-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 DO PP 250/2015.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS.  
EMPRESA: BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI LTDA.  
VALOR: R\$ 132.754,60  
EMPRESA: BELLEZENZIER PNEUS LTDA.  
VALOR: R\$ 28.000,00  
EMPRESA: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.  
VALOR: R\$ 57.178,00  
EMPRESA: MODELO PNEUS LTDA.  
VALOR: R\$ 11.120,00  
EMPRESA: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA  
VALOR: R\$ 77.046,00  
VIGÊNCIA: 19/02/2016 A 19/02/2017.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 19 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO ATA - PP 268-2015-PMB -2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016 DO PP 268/2015.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS, ESTRADAS, REDES DE DRENAGEM, OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA.  
EMPRESA: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP  
VALOR: R\$ 242.570,00  
EMPRESA: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.  
VALOR : R\$ 412.150,00  
EMPRESA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA  
VALOR: R\$ 12.621,00  
EMPRESA: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
VALOR: R\$ 86.778,16  
EMPRESA: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
VALOR: R\$ 134.200,00  
EMPRESA: PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME  
VALOR: R\$ 7.500,00  
EMPRESA: PLM – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA  
VALOR: R\$ 15.200,00  
EMPRESA: SOS ASFALTOS LTDA- EPP  
VALOR: R\$ 11.815,00  
EMPRESA: VALDELI CÉLIO DOS SANTOS EIRELI EPP  
VALOR: R\$ 58.954,50  
EMPRESA: WA COMÉRCIO LTDA- ME

VALOR: 1.228.252,00  
EMPRESA: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA  
VALOR: R\$ 424.620,00  
VIGÊNCIA: 02/02/2016 à 02/02/2017  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 678/2016

PORTARIA nº 678 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATIA JUDITE PAULI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 666/2016

PORTARIA nº 666 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA LOCKS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 667/2016**

PORTARIA nº 667 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA JULIETA GASPERI BARNOWITS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 668/2016**

PORTARIA nº 668 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAMILA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 669/2016**

PORTARIA nº 669 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 13/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 670/2016**

PORTARIA nº 670 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA HOINASKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 10/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 671/2016**

PORTARIA nº 671 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ZITA ELZA SERAFIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 672/2016**

PORTARIA nº 672 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDETE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20

horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 673/2016**

PORTARIA nº 673 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) REGINA NELY RAFAEL ZEFERINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 674/2016**

PORTARIA nº 674 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANE QUEIROZ SCALABRIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 675/2016**

PORTARIA nº 675 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUZANA ELZITA SAGAS STAHELIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 676/2016**

PORTARIA nº 676 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDIA VICTORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 677/2016**

PORTARIA nº 677 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA BONFANTI DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 679/2016**

PORTARIA nº 679 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDNA REGINA DE SOUZA DE

FARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 680/2016**

PORTARIA nº 680 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRASIANE ALDEMIRA DOS SANTOS WOLLINGER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 681/2016**

PORTARIA nº 681 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAITUANE VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 682/2016**

PORTARIA nº 682 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAIRA SOUZA SORATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 683/2016**

PORTARIA nº 683 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 685/2016**

PORTARIA nº 685 de 18 de fevereiro de 2016  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SOLANGE VALMIRA OCKER DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III ( LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 00 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.



Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 642/2016**

PORTARIA nº 642 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSÉ DALVO BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 643/2016**

PORTARIA nº 643 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELISOLETE DA SILVA PADILHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 644/2016**

PORTARIA nº 644 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANETE DE FARIA MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a

15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 645/2016**

PORTARIA nº 645 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAYNARA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 646/2016**

PORTARIA nº 646 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARILÉIA MARTINS FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 646/2016**

PORTARIA nº 646 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARILÉIA MARTINS FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20

horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 648/2016**

PORTARIA nº 648 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LICIMARA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 649/2016**

PORTARIA nº 649 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VILMA TAVARES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 650/2016**

PORTARIA nº 650 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CÉLIA REGINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 651/2016**

PORTARIA nº 651 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCICLEIA LAURITA VITAL SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 653/2016**

PORTARIA nº 653 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA CATARINA DE AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.



Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 654/2016**

PORTARIA nº 654 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SABRINA SAGAS SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 655/2016**

PORTARIA nº 655 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JACKELINE ZILDETE SIMÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 656/2016**

PORTARIA nº 656 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA MAGALHÃES PINEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 657/2016**

PORTARIA nº 657 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUSTAVO DE SOUZA GIASSI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 658/2016**

PORTARIA nº 658 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CATIA IVONI KLAUSEN DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 660/2016**

PORTARIA nº 659 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/01/2016 a 12/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 661/2016**

PORTARIA nº 661 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA LUCIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 662/2016**

PORTARIA nº 662 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA CASTILHO PERES BUSNELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 663/2016**

PORTARIA nº 663 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA DE FATIMA ANACLETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 664/2016**

PORTARIA nº 664 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUCIANI BINHOTI MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 17/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 665/2016**

PORTARIA nº 665 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAFAELA MARIA TEIXEIRA OCKER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 686/2016**

PORTARIA nº 686 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCELINE GRISS PIETROSKI ANDERSON, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLES) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 687/2016**

PORTARIA nº 687 de 19 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Viviane Mafra Freitas, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 12/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 688/2016**

PORTARIA nº 688 de 19 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Roseli de Souza Correa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor

II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 689/2016**

PORTARIA nº 689 de 19 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jean Carlos Antonio, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (História), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 16/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 690/2016**

PORTARIA nº 690 de 18 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria Angélica Rodrigues dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Língua Portuguesa), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 691/2016**

PORTARIA nº 691 de 18 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marceline Griss Pietroski Anderson, detentor do cargo de provimento comissionado de

Diretor Escolar III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 692/2016**

PORTARIA nº 692 de 18 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Guilherme da Silva de Medeiros, detentor do cargo de provimento temporário de Biólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 01/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 652/2016**

PORTARIA nº 652 de 18 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SONIA TEREZINHA SOARES MELO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Dispõe sobre relação de documentos necessários para a inscrição das instituições de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião

Plenária Ordinária, realizada dia 18 de fevereiro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu - CMAS, e CONSIDERANDO :

- A Resolução nº 14/2014 do CNAS.

- A Resolução nº 12/2013 do CMAS.

RESOLVE:

Aprovar a relação de documentos necessários para a inscrição das instituições de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu.

01- Requerimento; (modelo está na Resolução 14/2014 do CNAS);

02 - Regimento Interno;

03 - CPF e RG do Presidente da Instituição;

04 - Cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

05 - Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

06 - Cópias do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

07 - Alvará de Funcionamento Municipal;

08 - Alvará do Corpo de Bombeiros;

09 - Alvará Sanitário;

10 - Balancetes do Exercício do último Ano;

11 - Alvará de Funcionamento;

12 - Plano de Ação ou Projeto de Trabalho Entidade.

Ressalta-se que o Plano de Ação ou Projeto de Trabalho se refere às ações futuras e deverá conter:

a) as finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

13-Relatório de Atividades.

O Relatório de Atividades refere-se às ações já realizadas e deverá ter expresso:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo; e.2) capacidade de atendimento; e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos; e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano (elaboração, execução, avaliação e monitoramento).

14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

Claudete Maria Steil Pereira

Presidente do CMAS/Biguaçu



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DOS CONTRATOS N. 02/2016, 03/2016, 04/2016, 05/2016 E 06/2016****EXTRATO DOS CONTRATOS**

Convite nº01/2016

Contrato nº02/2016

Objeto: compra de materiais de expediente e/ou consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda EPP (CNPJ n. 07.589.610/0001-11).

Valor global do contrato: R\$ 19.749,04 (dezenove mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos).

Data da assinatura do contrato: 12/02/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº01/2016

Contrato nº 03/2016

Objeto: compra de materiais de expediente e/ou consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Radames Pereira Espindola EPP - HP &amp; Comercial (CNPJ n. 09.342.831/0001-16).

Valor global do contrato: R\$ 15.111,18 (quinze mil, cento e onze reais e dezoito centavos).

Data da assinatura do contrato: 12/02/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº01/2016

Contrato nº 04/2016

Objeto: compra de materiais de expediente e/ou consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Rafabela Comercial e Distribuidora Eireli ME (CNPJ n. 23.533.261/0001-72).

Valor global do contrato: R\$ 1.231,04 (mil, duzentos e trinta e um reais e quatro centavos).

Data da assinatura do contrato: 12/02/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº01/2016

Contrato nº 05/2016

Objeto: compra de materiais de expediente e/ou consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME (CNPJ n. 85.323.392/0001-82).

Valor global do contrato: R\$ 630,86 (seiscentos e trinta reais, oitenta e seis centavos).

Data da assinatura do contrato: 12/02/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº01/2016

Contrato nº 06/2016

Objeto: compra de materiais de expediente e/ou consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: FGH Distribuidora de Artigos para Departamentos Eirelli EPP (CNPJ n. 21.063.346/0001-09).

Valor global do contrato: R\$ 5.054,00 (cinco mil e cinquenta e quatro reais).

Data da assinatura do contrato: 12/02/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Biguaçu/SC, 19 de fevereiro de 2016.

Wilson Norberto Alves Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

**LEI Nº 8.244/2016**

LEI N. 8.244, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA GODOFREDO RANGEL" O PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FIDÉLIS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de "Rua Godofredo Rangel", o prolongamento em mais 200,00m (duzentos metros) da referida via pública, identificado como Via Projetada nº109, que inicia na confluência das Ruas Godofredo Rangel e Luiz Gonzaga e termina na Rua Guilherme Scharf.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.245/2016**

LEI N. 8.245, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2005 – Aporte de Capital p/ Emp. Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.364.0011.2040 – FURB

Modalidade 3.3.90 (168) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica aumentada no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, a seguinte ação:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2005 – Aporte de Capital p/Empresa de Economia Mista

Produto: Empresa Aportada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 2.000.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo 3º desta Lei, fica reduzida no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, a seguinte ação:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Código: 09.02.12.364.

Programa: 0011 – Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior

Ação: 2040 - FURB

Produto: Crédito Educativo

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 2.000.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.0365/2016**

LEI COMPLEMENTAR N. 1.036, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

acrescenta DISPOSITIVOS NA Lei Complementar n. 870, de 01 de janeiro de 2013, que "estabelece nova estrutura administrativa do poder executivo municipal de Blumenau e dá outras providências".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 24 da Lei Complementar nº 870, de 01 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 24 [...]

[...]

Parágrafo único. À Gerência Especial de Programas Internacionais compete o acompanhamento da execução de programas envolvendo a participação ou financiamento de organismos internacionais."

Art. 2º Fica incluído na Lei Complementar nº 870, de 01 de janeiro de 2013, o art. 24-A, com a seguinte redação:

"Art. 24-A. As atribuições e responsabilidades do cargo de provimento em comissão de Gerente Especial de Programas Internacionais são:

I – planejar, coordenar, gerir, acompanhar e monitorar a execução de Programas e Projetos destinados à implantação de obras



urbanas, aquisições e ações de fortalecimento institucional financiados com recursos parciais ou totais resultados de operação de crédito externo;

II – coordenar os estudos e as tarefas, a organização e a finalização dos componentes e ações previstas no Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau, contando com a participação operacional ou em nível consultivo de vários órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos;

III – coordenar a preparação e apresentação de relatórios periódicos de acompanhamento e de progresso com os aspectos qualitativos e quantitativos do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau;

IV – preparar a programação orçamentária e financeira do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau, e a execução das respectivas atividades de acompanhamento;

V – acompanhar a execução e supervisão dos aspectos técnicos do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau;

VI – acompanhar a execução das atividades para a tramitação das aquisições do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau;

VII – coordenar a preparação de documentos técnicos para a execução de cada componente do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau, bem como as especificações técnicas e os termos de referência para a tramitação das aquisições, junto a cada órgão envolvido com o tema;

VIII – coordenar e controlar as atividades de gestão ambiental do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau;

IX – elaborar relatórios dos serviços específicos da gerência sempre que solicitados;

X – executar outras atribuições afins.”.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 10.892/2016**

DECRETO Nº10.892, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO um IMÓVEL DESTINADO à construção de terminal urbano no bairro itoupava central.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação e destinado à construção de um terminal urbano no bairro Itoupava Central o terreno pertencente a Werner Starke e a Isolde Starke, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº30.955, situado nesta cidade, na Rua Gustavo Zimmermann, contendo 4.641,63m², sem benfeitorias e gravado com preservação permanente de vegetação sobre a área de 1.740,91m².

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº10.874, de 27 de janeiro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 10.895/2016**

DECRETO N. 10.895, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 59, incisos V, VI e XXIV, e na forma do art. 75, inciso I, alíneas “f” e “o”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Blumenau, a realizar-se no dia 04 de junho de 2016, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 18h00 horas, na Secretaria de Saúde – ETSUS, Rua 2 de Setembro, 1510 - Itoupava Norte, na forma da Resolução Normativa nº. 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades/Conselho das Cidades.

Art. 2º. Todas as informações referentes a Conferência estarão disponíveis na página eletrônica do Município, no endereço [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br), no banner “6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE”.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.413/2016**

PORTARIA Nº 19.413, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 017/2016, de 10/02/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os seguintes candidatos:

CINTHYA CRISTIELE BATISTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016; LIANE MARIA SCHNEIDERS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016;

MARCIA GRASMUK ISRAEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº

001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016;

JANAÍNA PATRICIA ROPELATTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016;

JONATAS ARNOLD ALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016;

STELA MALKO ROCHADELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 10 de fevereiro de 2016;

PATRICIA FORMENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016;

KELLY CRISTINA JESKE DE OLIVEIRA LEMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016;

SABRINA ERN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016;

MARIA MAGALI CASAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016;

ADRIANA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016;

PATRICIA MARIA RUDGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 16 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 19.416/2016**

PORTARIA Nº 19.416, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DALVA BARBOSA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e de conformidade com o expediente emitido pela SEDEAD, de 09/02/2016, resolve:

CONCEDER, a contar de 09 de novembro de 2015, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal DALVA BARBOSA, matrícula nº 21430-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Auxiliar de Enfermagem da ESF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2012**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS CONDICIONADORES DE AR CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 112/2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de janeiro de 2016 até 15 de janeiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor total dos serviços pago à contratada que se mantém em R\$ 207.880,00 (duzentos e sete mil e oitocentos e oitenta reais).

DATA: 17 de dezembro de 2015.

## **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos elevadores.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 146/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago pelos serviços que se mantêm em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA AVS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO DOIS PAVIMENTOS DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DO CEMEA - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALTERNATIVA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-018/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantêm em R\$ 9.569,16 (nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 114.829,92 (cento e quatorze mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos).

DATA: 09 de dezembro de 2015.

#### **EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2012**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA MERCÁTOR ADMINISTRAÇÃO,

INCORPORAÇÃO, CORRETAGEM E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. CILLY JENSEN.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-011/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de fevereiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago pela utilização do imóvel que se mantém em R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) mensais, totalizando o valor da locação em R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

DATA: 20 de janeiro de 2016.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU – URB.

OBJETO: SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE CAIXAS COLETORAS, SUBSTITUIÇÃO DE TUBOS, RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO DENTRE OUTROS SERVIÇOS QUE VISAM À MANUTENÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-207/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de fevereiro de 2016 até 25 de fevereiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor dos serviços, que se mantêm em R\$ 620.749,72 (seiscentos e vinte mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 7.448.996,64 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 12 de fevereiro de 2016.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 114/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01(UMA) PONTE EM CONCRETO ARMADO/PROTENDIDO, LOCALIZADA NA RUA TOBIAS BARRETO, BAIRRO VILA NOVA, EM BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-043/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 04 de fevereiro até 03 de abril de 2016.

DATA: 25 de janeiro de 2016.

#### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2013**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 190/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CR7 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA RESIDENCIAL DE ALVENARIA CONTENDO UMA ÁREA COBERTA DE 414,03M², EDIFICADA SOBRE UMA ÁREA TOTAL DE 1.020,00M², LOCALIZADO NA RUA PRESIDENTE BENTO ARAÚJO, Nº 221, BAIRRO DO SALTO,

MATRICULADO NO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CO-MARCA DE BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-206/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 1º de dezembro de 2015 até 29 de março de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.658,35 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 31.900,20 (trinta e um mil novecentos reais e vinte centavos).

DATA: 27 de janeiro de 2016.

### **AVISO ITEM FRACASSADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2263/15 - SAMAE**

AVISO DE ITEM FRACASSADO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2263/2015

Abertura: 15/12/2015 - 09:00 horas

Objeto: Registro de preço para aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que o Item 22 da licitação em epígrafe foi declarado FRACASSADO.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016

Valdair José Matias - Diretor Presidente

### **EXTRATO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2239/15 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2239/2015 – Revisão geral dos veículos 190, 191 e 192 da Autarquia.

Empresa: TARPAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA

Valor Total: R\$ 1.016,67

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

### **NOTA DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2236/15 - SAMAE**

NOTA DE RETIFICAÇÃO

A publicação do termo de anulação do processo de dispensa nº. 08-2236/2015, na data de 18/02/2016, na edição nº 1935 restou equivocada. Assim, mantém-se os termos originais da dispensa.

Empresa: Tarpan (81.018.202/0001-62)

Valor Total: R\$ 2.000,64

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

### **EXTRATO Nº 035/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 035/2016

Dispensa de Licitação nº. 223/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº.

140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a prestação do Serviço de coleta, transporte, descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio para a FURB Contratada: DDN – Destinação de Resíduos Ltda - ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias consecutivos após a realização do serviço, desde que aprovados pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor /Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 6.030,00 (seis mil e trinta reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração/3.3.90.39.00.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

### **PORTARIA Nº 629/2016 - FAEMA**

PORTARIA Nº 629

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6o, inciso VI, da Lei Complementar no 507, de 17 de março de 2005, resolve:

NOMEAR,

De acordo com o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar no 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos abaixo, lotados na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, a partir de 18 de fevereiro de 2016:

CAMILA FONSECA SCHINESTCK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Funcional - GF, jornada semanal de 40 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovada pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;

JAILSON BATSCHAUER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Guarda Parque, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Técnico - GT, jornada semanal de 40 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovado pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;

JULIANA JAQUELINE BUDAG para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Ambiental do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Especialista - GE, jornada semanal de 30 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovado pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;

LUCIANA FESTTI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Biólogo, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Especialista - GE, jornada semanal de 30 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovada pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;



LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Especialista - GE, jornada semanal de 30 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovado pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;

ULISSES PEREIRA MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Químico, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Operacional Especialista

- GE, jornada semanal de 30 horas, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento "A", aprovado pelo Concurso Público FAEMA nº. 001/2014, na 1ª colocação;

Blumenau(SC), 18 de fevereiro de 2016.

FERNANDO LEITE  
Presidente da FAEMA

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 468

RESOLUÇÃO Nº 468

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º, DA RESOLUÇÃO Nº 454, DE 14 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O caput do art. 1º, da Resolução nº 454, de 14 de julho de 2015, que "Autoriza a Câmara Municipal de Blumenau a celebrar Termo de Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral para cessão de estagiários", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Blumenau, por seu Presidente, autorizada a celebrar Termo de Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para a Cessão de 10 (dez) estagiários da estrutura atual do Poder Legislativo, maiores de 18 anos, para auxiliar nos procedimentos de cadastro, coleta de dados biométricos e comprovação de residência dos eleitores de Blumenau, a serem realizados pelo referido Tribunal." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt	Marcos da Rosa
Presidente	Vice-Presidente

Célio Dias	Marco Antonio Wanrowsky
1º Secretário	2º Secretário

"Art. 5º. ....

§ 1º .....

I - .....

II - .....

a) .....

b) se tratar de animais de montaria, providos dos necessários equipamentos e meios de contenção e conduzidos pelo proprietário ou responsável, com idade, força física e habilidade para controlar os movimentos do animal; (NR)

c) .....

§ 2º É vedado o uso de veículos de tração animal ou a exploração de animais para essa finalidade, na zona urbana do Município.

§ 3º É vedado o uso de animais para o transporte de cargas em seu dorso, estando o seu condutor montado ou não, na zona urbana do Município."

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente da Câmara Municipal

### LEI COMPLEMENTAR 1037

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.037, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 530, DE 27 DE JULHO DE 2005.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O parágrafo único é renumerado como § 1º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 530, de 27 de julho de 2005, que "Dispõe sobre o controle e a proteção de populações animais e determina providências correlatas", a alínea "b" do inciso II é alterada e são acrescentados os §§ 2º e 3º ao referido dispositivo legal, passando a vigorar com as seguintes redações:

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 019/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 019/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios a servidores públicos municipais, a partir do mês de fevereiro do ano 2016, conforme art. 66 do Estatuto de Servidores e requerimentos, conforme tabela:

Nome	Período concessão	Percentual
Amauri José Walker	Fevereiro de 2013 a Fevereiro de 2016	3%
Vilmar Adriano Bortolozo	Fevereiro de 2013 a Fevereiro de 2016	3%
Raquel Baczinski	Fevereiro de 2013 a Fevereiro de 2016	3%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 020/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 020/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. LUCIANE FATIMA FACIOCHI JANCKE, inscrita na matrícula sob nº 515-0, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 15 de fevereiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 021/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 021/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEAR SERVIDORA EM SUBSTITUIÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Elisane Julci Vargas Ollmann, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 22 de fevereiro de 2016, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com classificação de processo seletivo nº 002/2015, em substituição a Professora Fabiane Ammes Morandini, que está readaptada conforme portaria nº 080/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 022/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 022/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEAR SERVIDORA EM SUBSTITUIÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:



Art. 1º. NOMEAR a Sra. Elisane Julci Vargas, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 22 de fevereiro de 2016, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com classificação de processo seletivo nº 002/2015, em substituição a Servidora Sra. Marilei Salete Oliveira Horn que está afastada por atestado médico até o dia 02/03/2016, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL 07/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 07/2016 (FMS)

A Prefeita Municipal em Exercício torna público a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 07/2016, com a inclusão no Edital dos itens abaixo mencionados e alterar a data de realização do mesmo para o dia 29 de fevereiro de 2016 às 09h30min.

##### 1. ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

(Novo Item do Edital) – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA – AFE- Apresentar Autorização de Funcionamento da empresa – AFE- concedida/expedida pelo Ministério da Saúde, através da ANVISA, pertinente a atividade de industrialização e/ou distribuição e/ou dispensação para todos os produtos da saúde, ou seja, AFE de correlatos para produtos correlatos.

(Novo Item do Edital) – CERTIFICADO DE REGULARIDADE TECNICA – Apresentar Certificado de Regularidade Técnica, ou seja, registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente.

Permanecem inalterados os demais itens do Edital Pregão Presencial Nº 07/2016 (FMS). A presente retificação estará disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 19 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes

Prefeita Municipal em Exercício

# Botuvera

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 14/2016 - EPAGRI

Extrato de Contrato nº 14/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Valor: R\$ R\$ 27170,00 (Vinte e sete mil, cento e setenta reais)

Objeto: Prestação serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT.

Fund.Legal: O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, Artigos 1º, 25, “caput”, 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a contratante e encaminhamento deste instrumento pela gerencia regional da EPAGRI.

DIÁRIAS DE 2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ									
Rua João morelli, 65 - centro - 88.370-900 - Botuverá/ SC									
CNPJ: 11.960.753/0001-65 Fone: (47)3359-1204									
Relação de Empenhos Pagos Sintético por Data de Movimento									
Data	Nr Emp.	Seq.	Liq.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ									
04/02/2015	24	251 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - CARLOS AURELIO PEREIRA	455,00
	2	250 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	19	241 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - GENTIL PAVESI	450,00
	38	240 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - LINDANOR RESCAROLI	210,00
	9	246 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ARCELIO NICOLA COSTA	35,00
	11	244 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - TAIS IVANA MAESTRI BOSIO	35,00
	12	243 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - DAYANA TOMIO	250,00
	10	245 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - BENONI SIDONEI BRIZOLLA	80,00
	13	242 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - BENONI SIDONEI BRIZOLLA	80,00
	31	249 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	560,00
27/02/2015	30	248 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - VALMIR LUIZ COSTA	70,00
	29	247 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	785,00
	43	536 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	82	442 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	78	575 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - CARLOS AURELIO PEREIRA	665,00
	75	567 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - GENTIL PAVESI	605,00
	107	574 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	15,00
	80	569 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - LINDANOR RESCAROLI	420,00
	84	476 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - TAMIRES SILVA	70,00
	76	562 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - VALMIR LUIZ COSTA	105,00
05/03/2015	79	565 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	595,00
	77	572 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	700,00
	83	444 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	389 - MAICON EVERTON DOS SANTOS	70,00
	64	362 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - BENONI SIDONEI BRIZOLLA	80,00
	65	364 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ARCELIO NICOLA COSTA	35,00
	85	477 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	35,00
	204	973 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	500,00
	187	906 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - TAMIRES SILVA	70,00
	216	1037 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - TAMIRES SILVA	35,00
	118	1038 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	389 - MARLENE MERIZIO	175,00
31/03/2015	144	1039 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	389 - MARLENE MERIZIO	175,00
	217	1041 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	389 - MAICON EVERTON DOS SANTOS	245,00
	133	1035 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - MAICON EVERTON DOS SANTOS	35,00
	149	731 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	175,00
	169	1057 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	166	1056 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - CARLOS AURELIO PEREIRA	735,00
	170	1053 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - GENTIL PAVESI	745,00
	168	1054 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	770,00
	171	1051 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	840,00
	204	1139 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - LINDANOR RESCAROLI	525,00
10/04/2015	225	1145 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JAIRZINHO PEZZINI	-368,00
	243	1154 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JEAN CARLOS COMANDOLLI	35,00
	230	1147 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JEAN CARLOS COMANDOLLI	35,00
	244	1149 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - JEAN CARLOS COMANDOLLI	35,00
	245	1391 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - LEILA CATIANI PEDRINI EING	35,00
	226	1488 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	219	1478 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	389 - MAICON EVERTON DOS SANTOS	210,00
	231	1500 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	70,00
	229	1496 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - MARLENE MERIZIO	70,00
	232	1498 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	140,00
29/04/2015	273	1465 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - CARLOS AURELIO PEREIRA	35,00
	237	1463 - (1)		Ordinário	10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de	102 - LINDANOR RESCAROLI	420,00
	239								175,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ

Rua João morelli , 65 - centro - 88.370-000 - Botuverá/ SC

CNPJ: 11.960.753/0001-65 Fone: (47)3359-1204

Usuário: Fábio Maestri Bagio

Chave de Autenticação

1711-2071-092

Página

2 / 4

Relação de Empenhos Pagos Sintético por Data de Movimento

Data	Nr Emp.	Seq. Liq.	Espécie	Unidade Orcamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
	234	1461 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	710,00
	236	1467 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	590,00
	235	1459 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	175,00
	239	1458 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	70,00
	238	1489 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	700,00
	303	1487 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	15,00
14/05/2015	302	1521 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
21/05/2015	331	1617 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
28/05/2015	354	1775 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1856 - JEAN CARLOS COMANDOLLI	35,00
29/05/2015	332	1774 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	50,00
	341	1662 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
03/06/2015	301	1904 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1116 - MARLENE MERIZIO	140,00
	355	1887 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
11/06/2015	320	1974 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	245,00
	314	1959 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	490,00
	310	1970 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	105,00
	304	1972 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1117 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	105,00
	406	1988 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
	311	1968 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	560,00
	309	1966 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	140,00
	308	1964 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	575,00
12/06/2015	409	1962 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	85,00
	313	1961 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	700,00
25/06/2015	430	2106 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	80,00
	428	2125 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	70,00
03/07/2015	444	2154 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
09/07/2015	411	2367 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1116 - MARLENE MERIZIO	245,00
	412	2366 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	245,00
	418	2375 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	455,00
	416	2369 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	280,00
	417	2371 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	665,00
	415	2373 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	420,00
	410	2378 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1117 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	140,00
	413	2377 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	575,00
16/07/2015	414	2479 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	280,00
	487	2504 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	70,00
30/07/2015	545	2621 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
06/08/2015	500	2794 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	350,00
	503	2792 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	280,00
	590	2789 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	175,00
	576	2752 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
	498	2750 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1117 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	140,00
	592	2797 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	280,00
	593	2801 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	15,00
	501	2802 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	700,00
	499	2799 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	720,00
	591	2803 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	65,00
	502	2804 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	700,00
07/08/2015	506	2805 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1116 - MARLENE MERIZIO	140,00
14/08/2015	594	2949 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	245,00
	621	2961 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	35,00
	617	2956 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00
03/09/2015	581	3274 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1117 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETINELLI	140,00
	671	3224 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
	618	3215 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDRÉIA INGRID VALIATI	35,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ

Rua João morelli , 65 - centro - 88.370-000 - Botuverá/ SC  
CNPJ: 11.960.753/0001-65 Fone: (47)3359-1204

Usuário: Fábio Maestri Bagio

Chave de Autenticação  
1711-2071-092

Página  
3 / 4

Relação de Empenhos Pagos Sintético por Data de Movimento

Data	Nr Emp.	Seq. Liq.	Espécie	Unidade Orcamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
08/09/2015	674	3229 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1856 - JEAN CARLOS COMANDOLLI	35,00
	676	3233 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1307 - PATRICIA MAESTRI DALABONA	60,00
	672	3226 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
	575	3213 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	480,00
	538	3214 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	80,00
	620	3275 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1116 - MARLENE MERIZIO	175,00
	619	3331 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	210,00
	642	3385 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	640,00
	694	3480 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	717	3427 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1973 - WELITON PEDRINI	35,00
18/09/2015	643	3322 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	560,00
	646	3326 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	125,00
	698	3320 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1668 - VALMIR LUIZ COSTA	105,00
	641	3324 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	525,00
	643	3318 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	630,00
	644	3327 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	400,00
	691	3695 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1117 - MARLENE PICCINI KAMPHORSTH BETNELLI	140,00
	690	3766 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	70,00
	733	3628 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	35,00
	692	3765 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1116 - MARLENE MERIZIO	175,00
09/10/2015	658	3849 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	240,00
	693	3867 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	35,00
	707	3851 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	485,00
	709	3854 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	700,00
	710	3856 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	210,00
	708	3853 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	575,00
	711	3858 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	525,00
	813	3986 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	70,00
	805	4002 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	567 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	649 - FRANCINE POZZI	35,00
	700	3995 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	175,00
23/10/2015	796	3908 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	797	4198 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	798	4252 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	831	4329 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	595,00
	830	4327 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	595,00
	838	4336 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	350,00
	879	4333 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	35,00
	832	4331 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	700,00
	839	4334 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	490,00
	829	4399 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	590 - 3.3.90.14.14	389 - Vigilância Sanitária	1040 - MALCON EVERTON DOS SANTOS	175,00
09/11/2015	801	4455 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	840	4615 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	240,00
	832	4604 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1008 - LUCIANA DA LUZ D. DRANCA	140,00
	839	4647 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	594 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1973 - WELITON PEDRINI	150,00
	887	4647 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	629 - FERNANDA KORMANN	70,00
	931	4726 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1587 - TAMIRES SILVA	70,00
	937	4870 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	278 - CARLOS AURELIO PEREIRA	630,00
	934	4868 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	676 - GENTIL PAVESI	630,00
	933	4865 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	828 - JAIRZINHO PEZZINI	660,00
	936	4872 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	983 - LINDANOR RESCAROLI	350,00
27/11/2015	932	4863 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	610,00
	903	4900 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00
	932	4604 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	594 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1973 - WELITON PEDRINI	-64,00
	975	4926 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	995	4975 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00
07/12/2015	932	4863 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	610,00
	903	4900 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00
	932	4604 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	594 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1973 - WELITON PEDRINI	-64,00
	975	4926 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	995	4975 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00
	932	4863 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1657 - VALDECIR JOSÉ LAMIM	610,00
	903	4900 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00
	932	4604 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	594 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	1973 - WELITON PEDRINI	-64,00
	975	4926 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	122 - ANDREA INGRIT VALIATI	35,00
	995	4975 - (1)	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I	51 - ADRIANA REGINA KORMANN	35,00





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ

Rua João morrelli , 65 - Centro - 88.370-000 - Botuverá/ SC  
CNPJ: 11.960.753/0001-65 Fone: (47)3359-1204

Usuário: Fábio Maestrí Bagio

Chave de Autenticação  
1711-2071-092

Página  
4 / 4

Relação de Empenhos Pagos Sintético por Data de Movimento									
				Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Formecedor	Valor (R\$)		
Data	Nr Emp.	Seq.	Liq.	Espécie	Unidade Orçamentária				
17/12/2015	985	5034 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 1587 - TAMIRES SILVA	35,00	
	889	5093 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	600 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 1052 - MARCIA ADRIANA CANSIAN	320,00	
	737	5097 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 629 - FERNANDA KORMANN	35,00	
	983	5264 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 629 - FERNANDA KORMANN	70,00	
18/12/2015	999	5317 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 983 - LINDANOR RESCAROLI	280,00	
	996	5319 - (1)		Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	575 - 3.3.90.14.14	102 - Receitas de Impostos e Transferências de I 828 - JAIRZINHO PEZZINI	500,00	
Total da Unidade Gestora:								41.288,00	
Total Geral:								41.288,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ				Usuário: Fábio Maestri Bagio		Página	
Rua João Morelli, 66 - Centro - 88.370-000 - Botuverá / SC				Chave de autenticação: 1743-8185-633		1 / 3	
CNPJ: 83.102.350/0001-96 Fone: (47) 3359-1170				contabilidade2@botuvera.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Pagos Sintético por Fonte de Recursos							
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ				Credor/Fornecedor		Valor (R\$)	
Data	Nº Emp.	Av. Liquid.	Especie	Unidade Orçamentária	Despesa		
Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários							
04/02/2015	94	746 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	840 - JEFERSON ANDRÉ MARIANI	80,00	
12/02/2015	1	1261 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	105,00	
19/02/2015	303	1497 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
26/02/2015	304	1505 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	80,00	
	95	2596 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	570 - ELIZANDRO DA CRUZ	60,00	
	244	1301 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	570 - ELIZANDRO DA CRUZ	60,00	
	245	1303 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	840 - JEFERSON ANDRÉ MARIANI	80,00	
	350	1813 - (1) Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00	
	353	1846 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
05/03/2015	93	3281 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	80,00	
	239	1368 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	175,00	
	374	2053 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00	
	396	2078 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	80,00	
	397	2077 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00	
	419	3284 - (1) Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	921 - JUSSARA DE OLIVEIRA LUSSOLLI	60,00	
	421	3285 - (1) Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	137 - ANTONIA MARIA DA SILVA	60,00	
	557	3174 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	864 - JOÃO KENNEDY PAULINI	60,00	
12/03/2015	92	3719 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	281	1447 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	416	3722 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
	423	3723 - (1) Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	649 - FRANCINE POZZI	35,00	
	620	3563 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	621	3608 - (1) Ordinário	7001 - DIVISÃO DE TRANSPORTES	526 - 3.3.90.14.14	1697 - VILSON JOSÉ GIANESINI	80,00	
01/04/2015	764	4381 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	105,00	
	874	4926 - (1) Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	649 - FRANCINE POZZI	35,00	
10/04/2015	849	5606 - (1) Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00	
	1021	5602 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
16/04/2015	1068	6576 - (1) Ordinário	3001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	432 - 3.3.90.14.14	864 - JOÃO KENNEDY PAULINI	120,00	
	1069	6575 - (1) Ordinário	3001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	432 - 3.3.90.14.14	1056 - MARCIO ADRIANO DE OLIVEIRA	120,00	
	1070	6577 - (1) Ordinário	3001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	432 - 3.3.90.14.14	1693 - VILMAR FISCHER	120,00	
17/04/2015	1142	6664 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
	1143	6662 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00	
29/04/2015	1189	6981 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
07/05/2015	953	5236 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	1334	7693 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	522 - EDILSON JOSE MAESTRI	80,00	
21/05/2015	1484	8772 - (1) Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	512 - 3.3.90.14.14	535 - EDSON FLORIANO VENZON	35,00	
	1492	8896 - (1) Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00	
28/05/2015	1696	9602 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	570 - ELIZANDRO DA CRUZ	60,00	
03/06/2015	1601	9979 - (1) Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	120,00	
	1712	9735 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	1713	9737 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
11/06/2015	1823	10324 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	840 - JEFERSON ANDRÉ MARIANI	80,00	
	1825	10328 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
	1826	10331 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
18/06/2015	1942	11493 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00	
	1943	11420 - (1) Ordinário	10002 - DIVISÃO DE CULTURA	480 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	70,00	
25/06/2015	1716	11887 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	1977	11674 - (1) Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	570 - ELIZANDRO DA CRUZ	60,00	
	1978	11885 - (1) Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	649 - FRANCINE POZZI	70,00	
	1979	11671 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
20/09	2009	12101 - (1) Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSE LUIZ COLOMBI	120,00	
	2047	12158 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	160,00	
18/08	1828	12963 - (1) Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	175,00	
03/07/2015	2034	12318 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	
	2048	12320 - (1) Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ					Usuário: Fábio Maestri Bagio Chave de autenticação: 1743-8185-633		Página 2 / 3
Rua João Morelli, 66 - Centro - 88.370-000 - Botuverá / SC CNPJ: 83.102.350/0001-96 Fone: (47) 3359-1170					contabilidade2@botuvera.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Pagos Sintético por Fonte de Recursos							
contabilidade2@botuvera.sc.gov.br							
Data	Nº Emp.	Av. Liquid.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
09/07/2015	2050	12292 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	887 - JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FALCÃO JUNIOR	35,00
	2098	12447 - (1)	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSÉ LUIZ COLOMBI	120,00
	2129	12560 - (1)	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	137 - ANTONIA MARIA DA SILVA	60,00
	2200	13207 - (1)	Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00
	2238	13220 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
16/07/2015	2303	13347 - (1)	Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00
	2326	13972 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2375	13973 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00
	2389	13958 - (1)	Ordinário	6002 - DIVISÃO DE PROJETOS E ESTUDOS	627 - 3.3.90.14.14	105 - ANA CLAUDIA VICTORINO	35,00
	2398	14247 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00
04/07/2015	2395	14275 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	1178 - MILANA PAULINI	60,00
	2401	14276 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2230	14862 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	490,00
	2283	14860 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2284	14861 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	887 - JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FALCÃO JUNIOR	35,00
06/08/2015	2322	14838 - (1)	Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	840 - JEFFERSON ANDRÉ MARIANI	80,00
	2285	15168 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	1451 - ROGÉRIO COMANDOLLI	60,00
	2552	15053 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2608	15587 - (1)	Ordinário	3001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	435 - 3.3.90.14.14	1451 - ROGÉRIO COMANDOLLI	60,00
	2609	15590 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	1458 - ROSANE AGUIAR TACHINI	60,00
28/08/2015	2697	16006 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	80,00
	2698	16008 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2707	16057 - (1)	Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
	2708	16259 - (1)	Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	512 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
	2734	16256 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
08/08/2015	2696	16766 - (1)	Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00
	2738	16956 - (1)	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	1957 - RAFAELA DE NOVAES DA CRUZ	60,00
	2740	16255 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	53 - ADRIANO BOSIO	60,00
	2753	16487 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	2781	16654 - (1)	Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	515 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
03/09/2015	2824	16977 - (1)	Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	515 - 3.3.90.14.14	1896 - JUNIOR DE LIMA MENDES	35,00
	2827	16986 - (1)	Ordinário	8001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA	622 - 3.3.90.14.14	1427 - RICARDO DOS SANTOS LADA	35,00
	2822	17257 - (1)	Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00
	2825	17259 - (1)	Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	515 - 3.3.90.14.14	130 - ANGELO LUIZ VENZON	80,00
	2826	17260 - (1)	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSÉ LUIZ COLOMBI	120,00
18/09/2015	2858	17142 - (1)	Ordinário	6002 - DIVISÃO DE PROJETOS E ESTUDOS	627 - 3.3.90.14.14	105 - ANA CLAUDIA VICTORINO	35,00
	2869	17300 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	887 - JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FALCÃO JUNIOR	35,00
	2902	17325 - (1)	Ordinário	8001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA	622 - 3.3.90.14.14	1058 - MARCIO FRANCISCO COLOMBI	80,00
	3113	18597 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	772 - INIZETE COLZANI MAESTRI	60,00
	3114	18599 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	354 - CLEBER JOSE COSTA	60,00
25/09/2015	3115	18601 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	1178 - MILANA PAULINI	60,00
	2737	18757 - (1)	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	489 - 3.3.90.14.14	1890 - ELOISA SCHILENSKI	60,00
	3119	18640 - (1)	Ordinário	8001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA	622 - 3.3.90.14.14	1066 - MARCOS PAVESI	60,00
	3120	18644 - (1)	Ordinário	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	515 - 3.3.90.14.14	1291 - OSNI VICENTINI	60,00
	3146	18810 - (1)	Ordinário	2005 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	538 - 3.3.90.14.14	1038 - MAIARA LUISE COLOMBI	60,00
02/10/2015	3172	19482 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	3216	19189 - (1)	Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	570 - ELIZANDRO DA CRUZ	60,00
	3218	19188 - (1)	Ordinário	10005 - DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE E JUVENTUDE	612 - 3.3.90.14.14	1261 - ODAIR JOSÉ MARIANI	35,00
	3230	19481 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
	3351	20027 - (1)	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	421 - 3.3.90.14.14	896 - JOSÉ LUIZ COLOMBI	120,00
15/10/2015	3353	20028 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	864 - JOÃO KENNEDY PAULINI	60,00
	3356	20030 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	613 - FÁBIO ROBERTO OLINGER ELTERMANN	60,00
	3422	20442 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	35,00
	3418	20464 - (1)	Ordinário	3002 - DIVISÃO DE FINANÇAS	430 - 3.3.90.14.14	53 - ADRIANO BOSIO	60,00
	3419	20463 - (1)	Ordinário	2003 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	426 - 3.3.90.14.14	612 - FÁBIO MAESTRI BAGIO	60,00
09/10/2015	3462	21434 - (1)	Ordinário	6002 - DIVISÃO DE PROJETOS E ESTUDOS	627 - 3.3.90.14.14	105 - ANA CLAUDIA VICTORINO	35,00
	3461	22687 - (1)	Ordinário	2002 - ASSESSORIA JURÍDICA	424 - 3.3.90.14.14	1448 - RODRIGO IVAN LAZZAROTTI	80,00
	3707	22760 - (1)	Ordinário	8001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA	622 - 3.3.90.14.14	2058 - TALISON LUIZ FELISBINO	120,00

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div></div></div></div>			
---	--	--	--

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º BIMESTRE 2015**

**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
 PODER EXECUTIVO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro/2015 a Dezembro/2015



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

**R\$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.843.394,64	650,00
Pessoal ativo	7.786.298,20	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	42.586,44	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.510,00	650,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	51.409,39	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	51.409,39	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>7.791.985,25</b>	<b>650,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>15.295.299,55</b>	<b>---</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>7.792.635,25</b>	<b>50,95</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>8.259.461,76</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único do art.22 da LRF)</b>	<b>7.846.488,67</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>7.433.515,58</b>	<b>48,60</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1866-0037-212). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 14:40.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.





**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**



Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Semestre Julho-Dezembro

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	3.964.936,75	4.546.171,52	5.185.613,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.026.377,22	4.550.203,52	5.261.548,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	61.440,47	4.032,00	75.935,47
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)</b>	<b>-3.964.936,75</b>	<b>-4.546.171,52</b>	<b>-5.185.613,50</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>14.098.777,31</b>	<b>14.901.940,16</b>	<b>15.295.299,55</b>
<b>% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)</b>	<b>-28,12</b>	<b>-30,51</b>	<b>-33,90</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>16.918.532,77</b>	<b>17.882.328,19</b>	<b>18.354.359,46</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>15.226.679,49</b>	<b>16.094.095,37</b>	<b>16.518.923,51</b>

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.355,66	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00

1 / 2



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**



Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Semestre Julho-Dezembro

Continuação

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

**R\$ 1,00**

Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema e-Pública (1486-5632-674). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 14:43.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um '-' (traço) nessa linha.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito  
Municipal

**FABIO MAESTRI BAGIO**

Contador  
CRC 024298/O-0

**ADRIANO BÓSIO**

Controle  
Interno



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**



Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	466.336,64	532.787,76	532.787,76
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	466.336,64	532.787,76	532.787,76
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>466.336,64</b>	<b>532.787,76</b>	<b>532.787,76</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>14.098.777,31</b>	<b>14.901.940,16</b>	<b>15.295.299,55</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>3,31</b>	<b>3,58</b>	<b>3,48</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32.00%</b>	<b>4.511.608,74</b>	<b>4.768.620,85</b>	<b>4.894.495,86</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28.80%</b>	<b>4.060.447,87</b>	<b>4.291.758,76</b>	<b>4.405.046,27</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1717-9780-849). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 14:45.

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**



Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.295.299,55	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
<b>Do Período de Referência (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia+III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.447.247,93	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	2.202.523,14	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.070.670,97	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1197-7577-831). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 14:49.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DO INCRÉSCIMO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
		Da Exercícios Anteriores (b)					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	1.827,91	0,00	0,00	0,00	1.827,91	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	10.293,75	0,00	0,00	0,00	10.293,75	0,00	0,00
FLA IMPOSTO DE RENDA	110.930,15	0,00	0,00	0,00	110.930,15	0,00	0,00
CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	15.187,44	0,00	0,00	0,00	15.187,44	0,00	0,00
CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL	14.471,50	0,00	0,00	0,00	14.471,50	0,00	0,00
CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA	5.804,65	0,00	0,00	0,00	5.804,65	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)	11.106,46	0,00	0,00	0,00	11.106,46	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	3.836,69	0,00	0,00	0,00	3.836,69	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	69.035,35	0,00	0,00	0,00	69.035,35	38.309,27	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS/UNIÃO	41.567,76	0,00	0,00	0,00	41.567,76	6.737,48	0,00
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	24.831,87	0,00	2.089,88	0,00	22.741,99	17.399,90	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)	6.922,12	0,00	1.236,22	0,00	5.685,90	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	333.194,86	0,00	11.132,12	0,00	322.062,74	69.436,27	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO	6.133,47	0,00	0,00	0,00	6.133,47	2.337,75	0,00
CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLOITAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	146,60	0,00	0,00	0,00	146,60	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO	3.389.296,77	0,00	0,00	0,00	3.389.296,77	2.506.685,13	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	27.190,66	0,00	6.771,24	0,00	20.419,42	0,00	0,00
EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.727,05	0,00	0,00	0,00	11.727,05	9.300,60	0,00
OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	179,64	0,00	0,00	0,00	179,64	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS	4.083.684,70	0,00	21.249,46	0,00	4.062.435,24	2.650.206,40	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.083.684,70	0,00	21.249,46	0,00	4.062.435,24	2.650.206,40	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	1.093.432,32	0,00	29.967,12	0,00	1.063.465,20	118.202,11	0,00
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	12.431,86	0,00	1.614,36	0,00	10.817,50	10.817,50	0,00
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	72.000,09	0,00	23.104,53	0,00	48.895,56	7.122,69	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.177.864,27	0,00	54.686,01	0,00	1.123.178,26	136.142,30	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.261.548,97	0,00	75.935,47	0,00	5.185.613,50	2.786.348,70	0,00

Fonte: Sistema e-Síntese (1827-6643-8-15). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 14:51.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.





# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PODER EXECUTIVO

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Semestre Julho-Dezembro



LRF, art. 48 - ANEXO 06

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		15.295.299,55	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.792.635,25	50,95	
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.259.461,76	54,00	
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	7.846.488,67	51,30	
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	-5.261.548,97	-34,40	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.354.359,46	120,00	
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	532.787,76	3,48	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.894.495,86	32,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.447.247,93	16,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.070.670,97	7,00	
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDADA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	2.786.348,70	5.185.613,50	

FONTE: Sistema e-Pública (2102-1846-814). Unidade Responsável: . Data da emissão: 22/02/2016 e hora de emissão: 07:41.

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2015

Página: 1/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (6548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	205,0000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Liquigas	0	205,8000	2
2	BACON (5340)	KG	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRACONORTI	0	18,3029	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Roana	0	18,4908	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Beletti	0	19,1997	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	menestrina	0	21,4144	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	23,8600	5
3	BIFE DE COXÃO MOLE BOVINO, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CÍSPOA, (8182)	KG	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	15,8252	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavei	0	15,9866	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	18,3216	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	menestrina	0	18,5155	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	20,6300	5
4	CARNE BOVINA MOIDA DE 1º, fresca, isenta de cartilagens, ossos. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso, registro do produto no SIF ou CÍSPOA, (8186)	KG	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	12,5804	1

Página: 2/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 22/05/2015 Válido até: 22/05/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavai	0	12,7071	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	merestina	0	14,7191	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	16,4000	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	19,0042	5
5	CARNE BOVINA tipo COXÃO MOLE, peça inteira, fresca, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA. Cortado em pedaços para facilitar o preparo. (13390)	KG	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	16,3315	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavai	0	16,4983	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	18,3216	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	merestina	0	19,1079	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	21,2900	5
6	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, Registro do produto no SIF ou CISPQA. (6184)	KG	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	12,0051	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavai	0	12,1256	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	merestina	0	14,0460	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	15,0551	4

Página: 3/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fritos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	15,6500
5						
7	COSTELA SUINA SEM BACON, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/PA. Cortada em tira ou cortada em pedaços, conforme solicitado. (13391)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOOZ	0	11,2887
1						
2			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Frigo will	0	10,2285
3			Dandara Freiburger - ME (9400)	Roana	0	11,3813
4			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	meresitina	0	13,1843
5			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	14,6900
1						
8	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO, fresca e ou congelada. Embalagem plástica contendo duas unidades, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/PA. (15392)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANGO	0	4,1193
2			Dandara Freiburger - ME (9400)	Agrovênolo	0	4,1556
3			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	macedo	0	4,4756
4			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	4,8196
5			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	5,3700
1						
9	COXINHA DA ASA, sem tempero, fresca, de alta qualidade, com embalagem de um quilo. Com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso. Registro do produto no SIF ou CISP/PA. (16099)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	7,0880

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2015**

Página: 4/44

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fríos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	BISTECA, Carne Congelada de Suíno com Osso, fresca, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso. Registro do produto no SIF ou CÍSPOA. (16100)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	macedo	0	6,4257	2
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Agrovénio	0	7,1560	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	8,2929	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	9,2400	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	8,5685	1
11	FRANGO TIPO COLONIAL, limpo e com miúdos, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CÍSPOA. Cortado para facilitar o preparo. (13393)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	frigo will	0	6,8060	2
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Roana	0	8,6523	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	menestrina	0	10,0251	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	11,1700	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SACY	0	5,0092	1
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Silva	0	5,0549	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	5,8607	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,3087	4



Página: 5/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	PEIXE (FILÉ DE PEIXE) - Resfriado, limpo, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, tipo de corte: em bifes, embaladas em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Inspeccionado pelo ministério da agricultura (SIF ou SIE), (16101)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	6,5300	5
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Terra Viva	0	24,6200	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	24,6300	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pescador	0	24,6300	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	24,6300	5
13	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,5718	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Languiçu	0	1,5772	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	1,7753	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	1,9733	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PIRACANJUBA	0	2,3800	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	8,7116	1
14	LINGUICINHA DE FRANGO, de alta qualidade, embalagem a vácuo com um quilo. Com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA, (16086)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	8,7116	1

Página: 6/44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Roana	0	8,7716
			COOP. REGAGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bonatti	0	8,8954
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pacas	0	9,8385
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PAMIPLONA	0	13,1900
15	LINGUIÇA MISTA COZIDA E DEFUMADA, de alta qualidade, embalagem contendo 2,5 quilos. Com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA. (16097)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	IRMAO DO VA	0	15,2305
			COOP. REGAGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pamplora	0	11,7019
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Roana	0	15,3403
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pacas	0	17,2007
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PAMIPLONA	0	23,0600
16	MUSCULO BOVINO, sem osso, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA. Se pedido precisa contar em pedaços. (13397)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	11,9667
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavai	0	12,0868
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	14,0011
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	15,6000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 7/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com 12 unidades, data, validade e avário de origem. (13398)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verti	0	15,8840	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,0778	1
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Áurea	0	3,1013	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	aurea	0	3,4759	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	União	0	4,3535	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	AUREA	0	4,6600	5
18	FILÉ DE PEITO DE FRANGO sem osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA. (13399)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANGO	0	8,1696	1
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Agrovênelo	0	8,2491	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	9,5584	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	10,4235	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	10,6500	5
19	PERNIL SUINO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA. (13400)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOOZ	0	8,2847	1

Página: 8/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Roana	0	8,3654
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Frigo vill	0	8,7562
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	merestina	0	9,6931
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	10,8000
20	QUEIJO tipo MUSSARELA, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. Fatiado e separados um a um, embalagem com 400 gramas. (13401)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OLIVEIRA	0	8,8965
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	taiozinho	0	8,6872
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Silva	0	8,9646
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	odilon	0	10,0474
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ODILON	0	13,4700
21	PRESUNTO COZIDO, sem bolor ou mal aspecto, deverá ser fresco, fatiado, embalagem com 500 gramas. (13402)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	6,3273
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	bonatti	0	5,9402
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Silva	0	6,3757
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	tdhe	0	7,1458

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 9/44

**Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fríos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	AURORA	0	9,5800	5
22	MASSA PARA LASANHA (fresca) pct de 500 gramas. (13403)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	3,6062	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Massita	0	3,6337	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dacasa	0	4,0727	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAÍ LTDA. (6152)	Massita	0	4,7502	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ISABELA	0	5,4600	5
23	BATATA pronta para fritar, fatiadas, pré cozida, embalagem com 2 Kg. (13404)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	9,8146	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Lar	0	9,8896	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dacasa	0	11,0842	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAÍ LTDA. (6152)	Lar	0	14,1712	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MC CAIN	0	14,8600	5
24	COSTELA BOVINA TIPO RIPA, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPQA, Cortada em ripa. (13405)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MASTERVALE	0	8,1159	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Pavet	0	8,1949	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 10/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	menestina	0	9,4966	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	10,5800	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	12,5297	5
25	PEITO DE FRANGO com osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISP/PA. (13406)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANGO	0	5,7916	1
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Agrovênato	0	5,8457	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	morgana	0	6,7762	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	7,2058	4
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RATAO	0	7,5500	5
26	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	8,1527	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caravelas	0	8,1227	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Caravelas	0	8,5997	3
27	Arroz parboilizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	9,0674	1

Página: 11/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9638)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	catarião	0	9,1105	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Kika	0	9,6432	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3601	1
29	caldo de feijão (cx c/ 6 und) (7504)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,3738	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	1,4460	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9948	1
30	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9637)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,9884	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	2,0972	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3601	1
31	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,3738	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	1,4460	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3601	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 12/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofér.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Envinha lata de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,3738	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	1,4460	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GOIAIS VERD	0	1,6321	1
33	EXTRATO DE TOMATE (lata c/ 850 gramas) (13408)	LTA	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,6359	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Stella D'Ouro	0	1,7237	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	5,4404	1
34	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	5,5946	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Olé	0	5,9181	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MONCIL	0	3,6270	1
35	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	café	0	3,7147	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Baschirotto	0	3,9262	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	4,0803	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 13/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9643)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	4,1124	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Baschiroto	0	4,3476	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MARX	0	9,2488	1
37	FERMENTO QUIMICO. (Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sodio e carbonato de calcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (13409)	LTA	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	tres coraas	0	9,4539	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Três Coraas	0	10,0071	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MONOPOL	0	5,4404	1
38	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neliar	0	5,4229	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	5,7361	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAELI	0	2,0855	1
39	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	Dandara Freiburger - ME (9400)	Sinhá	0	1,3502	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	2,1330	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,2694	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 14/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fritos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	MACARRÃO - TIPO ESPAGUETE C/ OVOS.(Pacote de 500 g. Embalagem plástica, transparente, resistente e íntegra. Deve estar inscrita no Ministério da Saúde. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural de trigo, betacaroteno. Deve constar na embalagem instruções de preparo de conservação. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 6 meses. (2156))	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	1,2834	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	1,3502	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,7202	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,0007	2
41	MACARRÃO FRESCO tipo TALHARIM, pct 500gr (8173)	PCT	Dandara Freiburger - ME (9400)	Bortoline	0	3,1697	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OGLIARE	0	4,5337	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	casairo	0	4,6004	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Parati	0	4,8647	3
42	Macarrão parafuso c/ ovos (pct 500gr) (7674)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,4935	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	2,4945	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Bortoline	0	2,6334	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,1283	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 15/44

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
44	CEBOLINHA DESIDRATADA, seco em flocos, (pacote com 500g), (13411)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,1182
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Parati	0	3,2942
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,2694
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	1,2744
45	MARGARINA DE ALTA QUALIDADE com sal (pacote com 500 gramas), (13412)	UND	Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	1,3407
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COAMO	0	3,8990
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	doriana	0	3,9316
46	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	Dandara Freiburger - ME (9400)	Doriana	0	4,1561
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GOIAS VERDE	0	1,5415
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,5726
47	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	Dandara Freiburger - ME (9400)	Stella D'Ouro	0	1,6567
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3601
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	1,3648



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 16/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	1,4364	3
48	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZIZO	0	1,1334	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	miramar	0	1,1569	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Sósal	0	1,2162	3
49	SUCO EM PÓ, de alta qualidade, sabores naturais, adoçado, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, em sabores variados (podendo escolher os sabores). (13413)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	0,7707	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	realizar	0	0,7773	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apy	0	0,8140	3
50	TEMPERO EM PASTA completo, sem pimenta pote com 300 gramas. (13414)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAELI	0	2,7202	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,7295	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	2,8824	3
51	TEMPERO COMPLETO em embalagem de balde de 4,760 kg (16102)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAELI	0	28,1090	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	28,6510	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	30,3469	3

Página: 17/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 22/05/2015 Válido até: 22/05/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	VINAGRE ( 900 ML) (2573)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	1,2241	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	chemim	0	1,2473	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Heline	0	1,3119	3
53	Creme de leite cx 200 gr (9178)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PIRACANJUBA	0	1,8135	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	1,8167	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Piracanjuba	0	1,9152	3
54	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COAMO	0	3,0376	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	leve	0	3,0278	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Soya	0	3,1984	3
55	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado, (embalagem de 200 gramas). (13416)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AURORA	0	4,7513	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	doriana	0	4,7360	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Titol	0	5,0083	3
56	AZETE DE OLIVA extra virgem, com acidez máxima de 0,5% (Embalagem com 500 ml). (13417)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TRADIÇÃO	0	17,5001	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 18/44

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	oliva	0	17,4708
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Borges	0	18,5012
57	ALHO TRITURADO SEM SAL (embalagem com 3 Kg.) (13418)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TEMPER	0	43,5236
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dacasa	0	43,6724
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Lohm	0	46,2625
58	CANELA EM PÓ(embalagem com 35 gramas) (13420)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0402
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,0336
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	2,1451
59	COMINHO embalagem com 35 gramas (13421)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0402
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,1330
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	2,2504
60	PIMENTA do reino em pó com embalagem de 35 gramas (16103)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,6295
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,6482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 19/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	MAIONESE (embalagem em balde de 3 Kg.) (13422)	UND	Dandara Freiburger - ME (9400)	Edmar	0	2,7962	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	18,9509	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arisco	0	18,9350	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Soya	0	20,0525	3
62	MOSTARDA AMARELA (embalagem de 1 Kg.) (13423)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	7,1633	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dajuda	0	7,1402	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Stella D'Ouro	0	7,5556	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	7,1633	1
63	MOSTARDA ESCURA com embalagem de 1 KG (16104)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dajuda	0	7,1402	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Stella D'Ouro	0	7,5556	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	7,1633	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dajuda	0	7,1402	2
64	CATCHUP TRADICIONAL (embalagem em bisnaga de 820 gramas). (13424)	UND	Dandara Freiburger - ME (9400)	Stella D'Ouro	0	7,5556	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	6,8912	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dajuda	0	6,9142	2
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Áurea	0	7,3162	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 20/44

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
65	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	3,3549
66	MOLHO DE PIMENTA VERMELHA (embalagem em vidro de 200 ml), (13426)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neliar	0	3,3532
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Áurea	0	3,5432
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dejuda	0	2,4674
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Áurea	0	2,6047
67	MOLHO SHOYU, com embalagem de 150 ml (16105)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	2,5570
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dejuda	0	2,5488
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Áurea	0	2,6909
68	BATATA PALHA (pct de 400 gramas) (13427)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	KIFRITAS	0	10,5454
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	billu	0	10,5114
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Poteitos	0	11,1275

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 21/44

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
69	PEPINO EM CONSERVA condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg.) (13429)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	26,2501
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	julinar	0	26,1655
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Julinar	0	27,7135
70	BETERRABA EM CONSERVA, condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg.) (13430)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	27,1569
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	julinar	0	27,0693
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Julinar	0	28,6711
71	AMACIANTE DE CARNE, (embalagem em pote de 120 gramas), (13431)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	5,5311
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dejuda	0	5,5133
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Apty	0	5,8319
72	MANDIOCA congelada pronta para fritar, com embalagem de 2 kg (15098)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	8,5531
			Dandara Freiburger - ME (9400)	Lar	0	8,6185
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dacasa	0	9,6595
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MANDIOQUINI	0	12,9500



Página: 22/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Lar	0	15,8471	5
73	CARVÃO (saco com8Kg). (13419)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VALE DO ITAJ	0	12,5000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Lontense	0	12,7500	2
74	ABOBRINHA, unidades de tamanho médio, unidades íntegras, fresca e limpas, sem machucados. (8146)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,0205	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,0835	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,0857	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,1023	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,6500	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,6600	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,6600	7
75	ALFACE LISA ou CRESPA folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13432)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,4612	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CRESPA	0	1,5582	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,5600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 23/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fríos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (13433)	CB	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,5681	4
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	1,8400	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8500	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,8500	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,9483	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL RC	0	1,8867	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,8889	3
77	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,8986	4
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	2,2300	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,2400	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2400	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	Winther	0	1,4612	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,5582	2

Página: 24/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,5600
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,5681
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	1,8400
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8500
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,8500
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,8411
			NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	1,7688
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,7708
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,7800
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	2,0900
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,1000
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1000
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,6560
78	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG				
79	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 25/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,7435	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,7456	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,7545	4
			Dandara Frielberger - ME (9400)	In Natura	0	2,0600	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,0700	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0700	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,4095	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	3,5123	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,5164	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,5345	4
			Dandara Frielberger - ME (9400)	In Natura	0	4,1600	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,1700	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,1700	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,2146	1
81	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG					

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 26/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	2,7964	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,7996	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,8140	4
			Dandara Freiberg - ME (9400)	In Natura	0	3,3100	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,3200	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,3200	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,9127	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,0491	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,0526	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,0683	4
	Dandara Freiberg - ME (9400)	In Natura	0	3,6100	5		
	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,6200	6		
	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,6200	7		

Página: 27/44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	CHUCHU, unidades inteiras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,4515	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,6761	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,6781	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,6867	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	1,9800	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,9900	7
84	Couve flor, Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,8868	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,7734	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,7778	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,7973	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,4700	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,4800	6



Página: 28/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

**Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 22/05/2015 Válido até: 22/05/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8384)	LUCELMAR	0	4,4800	7
85	FEIJÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13435)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RIO BELO	0	3,9576	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	Flor do Vale	0	3,9048	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIGUENTI	0	4,3000	3
86	FEIJÃO VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. Sem presença de sujidades. (13436)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	5,3577	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	5,0284	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,0343	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	5,0602	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	5,9600	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8384)	LUCELMAR	0	5,9700	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	5,9700	7
87	FEIJÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13437)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RIO BELO	0	6,2907	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 29/44

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fríos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
88	LARANJA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (13438)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	Flor do Vale	0	6,3452
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOR DO VAL	0	7,2000
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,4515
			NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	1,6256
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,6275
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,6359
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	1,9200
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9300
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,9300
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	Frutival	0	3,4095
89	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8842)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA	0	3,7481
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,7525
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,7718

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 30/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

90	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,4400	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,4500	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,4500	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,6043	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	3,7650	2
91	Pimenta verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,7694	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,7888	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,4600	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,4700	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,4700	7
92	Pimenta verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	4,0427	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,1524	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,1573	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 31/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, fritos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	4,1787	4
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	4,9200	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,9300	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,9300	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,8965	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,0177	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,0224	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	4,0431	4
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	4,7600	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,7700	6
93	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,7700	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,7534	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,6424	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 32/44

**Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,6444	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,6528	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	1,9400	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,9500	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9500	7
94	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,8868	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,3607	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,3646	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,3819	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,9800	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,9900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,9900	7
95	BATATA AIPO de 1ª qualidade, fresca, firme isento de sujidades, lamiarinho e coloração uniforme. (13440)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	4,3836	1

Página: 33/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

**Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	ABACAXI TIPO PÉROLA, doce e em tamanho médio a grande, com grau médio de amadurecimento, sem machucados, frescos e limpos. (13441)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	SALSA	0	3,8745	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8790	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,8990	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,5900	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,6000	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,6000	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,8868	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,2030	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,2079	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	4,2295	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,9800	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,9900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,9900	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 34/44

**Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	MANGA, unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13442)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,8965	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	3,9671	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,9718	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,9922	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	4,7000	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	4,7100	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,7100	7
98	MELANCIA, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (13443)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,3540	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,3645	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,3661	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	1,3731	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	1,6100	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	1,6200	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 35/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,6200	7
99	PIMENTÃO AMARELO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13444)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	12,6638	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	AMARELO	0	12,7942	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	12,8091	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	12,8751	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	15,1800	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	15,1900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	15,1900	7
100	PIMENTÃO VERMELHO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13445)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	12,6638	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	12,7942	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	12,8091	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	12,8751	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	15,1800	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 36/44

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 22/05/2015 Válido até: 22/05/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	UVA VERDE comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13446)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (8399)	in natura	0	15,1900	6
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	15,1900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	5,3577	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	COMUM	0	5,2137	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,2198	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	5,2467	4
102	UVA ROSADA comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13447)	KG	Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	6,1800	5
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,1900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	6,1900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	5,3577	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	COMUM	0	5,2137	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,2198	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	5,2467	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 37/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

103	UVA PRETA comum; cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13448)	KG	Dandara Freiberg - ME (9400)	In Natura	0	6,1800	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	6,1900	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,1900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	5,3577	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	COMUM	0	5,2137	2
104	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,2198	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	5,2467	4
			Dandara Freiberg - ME (9400)	In Natura	0	6,1800	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,1900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	6,1900	7
104	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	3,3121	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ	0	3,1501	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,1538	3

Página: 38/44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	GOMABA VERMELHA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas, frescas e com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13450)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,1700	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,7300	5
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7400	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,7400	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	5,8448	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	5,6938	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,7004	3
106	TANGERINA POÇÃ, unidades de tamanho grande, frutas firmes, limpas e frescas, com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13451)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	5,7298	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	6,7500	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	6,7600	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7600	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,9127	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	POÇÃ	0	2,8553	2

Página: 39/44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	ACELGA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13452)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,8587	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,8734	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,3800	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,3900	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,3900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,9224	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CHINESA	0	2,8974	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9008	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,9158	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,4300	5
108	RÚCULA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13453)	MÇ	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,4400	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,4400	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,1431	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,2657	2

Página: 40/44

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	ALMEIRÃO, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13454)	MÇ	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,2684	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,2801	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	2,6800	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,6900	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,6900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,1431	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,2657	2
110	COUVE MANTEIGA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13455)	MÇ	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,2684	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,2801	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	2,6800	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,6900	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,6900	7
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,9224	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,0575	2



Página: 41/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (13456)	KG	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,0610	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	3,0768	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	3,6200	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	3,6300	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,6300	7
112	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	2,3282	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,3331	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,3358	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IN NATURA	0	2,3479	4
			Dandara Freiburger - ME (9400)	In Natura	0	2,7600	5
112			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	in natura	0	2,7700	6
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,7700	7
112			NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,2168	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Página: 42/44

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, fritos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	CEBOLINHA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13434)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	Cooper Kindel	0	3,2754	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CAMPOS DO I	0	3,4386	3
			Dandara Freibenger - ME (9400)	Floripa	0	3,8500	4
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,8500	5
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,8716	1
114	SALSA LISA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13439)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,8623	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	APTI	0	2,0007	3
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	2,2400	4
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2400	5
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,8716	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	In Natura	0	1,8623	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	APTI	0	2,0007	3
			Dandara Freibenger - ME (9400)	In Natura	0	2,2400	4
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2400	5
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,8716	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 43/44

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2400	5

Página: 44/44

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/05/2015      Válido até: 22/05/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, fritos, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015**

**PROCESSO Nº 27/2015**

- (6152) - COOP. REG-AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (6852) - NELSON KNAUL ME
- (7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
- (9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (9400) - Dandara Freiburger - ME
- (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Braco do Trombudo, 22 de Maio de 2015.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 10/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 10/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 10/2016

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Produtos para Cestas Básicas. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 03/03/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 314/2016

PORTARIA Nº 314/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. NELI VICENTINI SILVA matrícula nº 6700-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado do dia 10/02/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 25/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### EDITAL Nº 06/2015 -LRF 6º BIMESTRE 3º QUADRIMESTRE 2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

06/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 6º Bimestre e ao 3º Quadrimestre de 2015, respectivamente, disponível no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

#### MUNICÍPIO DE BRUSQUE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

6º Bimestre / 2015

##### RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	494.354.661,62	494.354.661,62	64.596.410,97	341.199.723,83	153.154.937,79

##### DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA ATÉ O BIM.	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA			
CORRENTES	283.315.850,00	297.773.080,20	269.198.024,60	267.474.908,57	30.298.171,63
CAPITAL	185.954.437,62	190.694.191,48	40.205.776,27	38.772.042,68	151.922.148,80
INTRA-ORÇAM.	12.559.884,00	13.127.902,31	11.111.215,89	11.030.990,30	9.552.750,79
R. CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
R. RPPS	12.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	12.074.490,00
TOTAL	494.354.661,62	514.119.663,99	320.515.016,76	317.277.941,55	196.841.722,44

## RESULTADO

SUPERAVIT				20.684.707,07	
-----------	--	--	--	---------------	--

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

6º Bimestre / 2015

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 300.742.547,84
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

6º Bimestre / 2015

## RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ DEZEMBRO	ATÉ DEZEMBRO EXERCÍCIO ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	9.958.869,59	7.643.058,73
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	9.979.686,84	8.172.013,14
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	19.938.556,43	15.815.071,87

## DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2014	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	12.660.000,00	15.643.857,30	14.585.494,74	11.681.411,24	14.584.702,67	11.679.234,37
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Desp. Total	12.660.000,00	15.643.857,30	14.585.494,74	11.681.411,24	14.584.702,67	11.679.234,37
Resultado Previdenciário	4.624.490,00	1.640.632,70	5.353.061,69	4.133.660,63	5.353.853,76	4.135.837,50

## APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL
Total dos Aportes para RPPS	3.076.274,32

## RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

6º Bimestre / 2015

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	14.821.460,07	8.519.401,46

## Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	110.663.170,66

## RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

6º Bimestre / 2015

## RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	ATÉ DEZEMBRO	ATÉ DEZEMBRO EXERCÍCIO ANTERIOR
Valor	395.953.866,62	314.901.888,96	289.393.645,15



## DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2014	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014														
Valor	499.725.908,28	314.736.495,61	282.959.968,44	311.499.420,40	277.565.674,66														

## RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(103.772.041,56)	165.393,35	6.433.676,71	3.402.468,56	11.827.970,49
---------------------	------------------	------------	--------------	--------------	---------------

## RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

6º Bimestre / 2015

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	7.289.771,97	8.008,53	6.518.884,66	762.878,78
RP Não Processados	8.003.189,61	2.044.664,99	4.759.429,11	1.199.095,51
Total	15.292.961,58	2.052.673,52	11.278.313,77	1.961.974,29

## APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

6º Bimestre / 2015

## FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	38.428.964,23
Contribuição ao FUNDEB	25.665.790,22
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	12.763.174,01
Pagamento dos Profissionais do Magistério	36.937.264,94
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	95,81%

## DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	23.815.143,26
Ensino Fundamental	38.850.741,55
Outras Despesas (administração)	0,00
( - ) Deduções	12.917.601,11
TOTAL p/ fins de apuração	49.748.283,70
% aplicado (art. 212 CF/88)	27,11%

## RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

6º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas de Operações de Créditos	14.755.854,16
	Saldo até o bimestre
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	150.488.415,21
Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(73.365.284,37)

## RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

6º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	4.763.997,54
DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	2.515.028,40
Saldo financeiro a aplicar	2.518.871,60

## DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal  
(Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))  
6º Bimestre / 2015

DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre

Atenção Básica	27.873.061,49
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	41.742.979,77
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	1.356.076,80
Vigilância Epidemiológica	1.470.379,78
Outras Subfunções	5.585.687,21
( - ) Custeadas com recursos do SUS	38.237.768,81
( - ) Consórcio	0,00
( - ) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	39.790.416,24
% aplicação p/fins da EC 29	21,68%

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis. Relatório publicado em 22/02/2016 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 22 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo I Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, a))  
3º QUADRIMESTRE / 2015

	Despesas Executadas (últimos 12 meses) Empenhadas Insc. Res- tos Pagar Não Proc.				
Despesa Total com Pessoal (Últimos 12(doze) meses)		144.288.954,81	87.284,47		
Receita Corrente Líquida (RCL)		300.742.547,84			
% da Despesa Total com Pessoal		48,01%			
Limite Máximo (%)		54,00%			
Limite Prudencial (%)		51,30%			

Nota: Nos valores da despesa total com pessoal estão incluídos os gastos que dispõe o § 1º do art. 18º da LRF, e os valores dos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo II Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, b))  
3º QUADRIMESTRE / 2015

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	63.126.238,43
Dívida Consolidada Líquida – DCL	27.846.223,59
% da DC sobre a RCL	20,99%
% da DCL sobre a RCL	9,26%

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	149.295.362,14
Dívida Consolidada Líquida – DCL	110.663.170,66

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO

## ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo IV Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, d, inc. III , c))

3º QUADRIMESTRE / 2015

Até o Quadrimestre

Operações de Crédito realizadas	14.755.854,16
---------------------------------	---------------

## Notas Explicativas (RGF)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município – CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são os responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatório publicado em 22/02/2016 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 22 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

**PORTARIA Nº 375/2015**

PORTARIA Nº 375/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

## RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, ao servidor ALEX SANDRO DA SILVA, matrícula nº 635758, efetivo e estável no cargo de Educador Social, lotado no Fundo Municipal de Assistência Social, por um período de 04 (quatro) anos, conforme solicitação do mesmo, a contar de 22/02/2016.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência da Municipalidade.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Fevereiro de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.697

DECRETO nº 6.697, de 12 de fevereiro de 2016.

Reativa Escola Municipal de Educação Básica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica reativada a Escola Municipal de Educação Básica Rodolfo Nickel, localizada no Assentamento Hermínio Gonçalves, com efeitos a contar de 07 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto- PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.702

DECRETO Nº 6.702, de 16 de fevereiro de 2016.

Substitui membro designado pelo Decreto nº 6.676/2016, para compor Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a Servidora Pública Municipal JULIANA NURILLES GARBOZZA, nomeada pelo Decreto nº 6.676, de 26 de janeiro de 2016, para compor a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Tomada de Preços nº 03/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de serviços de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização das Ruas Ricardo Angelli, Eloé Henrique Formighieri, Dinarte José Rodrigues e Haide Benetti Busato, pelo Servidor Público Municipal JÚLIO CÉSAR FERREIRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.705

DECRETO Nº 6.705, de 18 de fevereiro de 2016.

Estabelece valor dos serviços de roçadas a que se refere o art. 33-A da Lei nº 33/1980 – Código de Postura do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido nos termos do art. 33-A da Lei nº 33, de 26 de novembro de 1980 – Código de Postura do Município de Caçador, o valor dos serviços de roçadas a serem pagos pelo proprietário ou ocupante de terras que não mantenha toda extensão de sua propriedade roçada e que tais serviços venham a ser realizados ou contratados pela municipalidade:

Descrição	Valor por m²	Multa para cada 100,00m²
Serviços de roçadas em terrenos no perímetro urbano	R\$ 0,40	25% de 01 VRM

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será acrescida em 20% (vinte por cento).

Art. 2º O preço estabelecido está em conformidade com a homologação do Processo de Licitação nº 5/2015, na modalidade Pregão Presencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.706

DECRETO Nº 6.706, de 18 de fevereiro de 2016.

Substitui membro designado pelo Decreto nº 6.663/2016, para compor Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a Servidora Pública Municipal CAROLINA FRUET DE LIMA, nomeada pelo Decreto nº 6.663, de 18 de janeiro de 2016, para compor a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Concorrência nº 01/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização das Ruas Albino Phelippe Potrich e Guilherme Lauro Rupp, localizadas no Bairro Martello, pelo Servidor Público Municipal EMERSON SCHMIDT.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.707

DECRETO Nº 6.707, de 18 de fevereiro de 2016.

Substitui membros designados pelo Decreto nº 6.666/2016, para comporem Comissão Especial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídas as Servidoras Públicas Municipais CAROLINA FRUET DE LIMA e JULIANA NURILLES GARBOZZA, nomeadas pelo Decreto nº 6.666, de 19 de janeiro de 2016, para comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Tomada de Preços nº 01/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada por empreitada global, para construção do muro de contenção na Creche Pró-Infância Tipo B, sita à Rua Eloé Henrique Formighieri, no Bairro Nossa Senhora Salete, pelos Servidores Públicos Municipais ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT e DONIZETE ALVES DOS SANTOS.

Art. 2º A Servidora CARINE MARCON assumirá a presidência da referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.708

DECRETO Nº 6.708, de 18 de fevereiro de 2016.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.660/2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.660, de 09 de agosto de 2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador, com suas alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ... ..  
.....

I – Édina Carla Bressan - Diretora Administrativa e Financeira do IPASC; (NR)

II – Karen Fernanda Ribeiro - Contadora do IPASC;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.511

PORTARIA Nº 26.511, de 12 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento do abono de permanência, por terem completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, especificando matrículas, nomes das Servidoras, cargos e início da percepção do abono, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo
147	Ires Teresinha da Silva	Profª do Ensino Fundamental I
204	Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera	Especialista em Assuntos Educacionais

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.512

PORTARIA Nº 26.512, de 12 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, unidade escolar e data de início da redução, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Unidade escolar	Período/A contar de:
13730	Vanessa Ribeiro de Freitas	Professor Educação Infantil	4-	20	CMEI Pierina Adami	01/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.529**

PORTARIA Nº 26.529, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ROMNEY RIEDI, Matrícula 1071, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental II, lotado na Secretaria Municipal da Educação, 39 (trinta e nove) horas semanais, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com início a contar do dia 22 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.538**

PORTARIA Nº 26.538, de 18 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão GILMAR JORGE FERNANDES DE LARA, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 18 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – 09-2016 - PREFEITURA

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA – MINI ESCAVADEIRA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/03/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/03/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL



# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 002/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPLEMENTAR A ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/02/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 004/2016 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 016/2016- FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA SER DISTRIBUIDO AS CRIANÇAS, COM ORIENTAÇÃO MÉDICA, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/02/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 035/2015 - FMS - Ata do Sistema de

Registro de Preços 010 a 15/2016- FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/02/2017

1ª Publicação.

### PR 10/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2016- FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA ATENDER OS ATOS INAUGURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:15 horas do dia 04 (Quatro) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 19 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### RESULTADO PR 5/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“FRACASSADA COM REPETIÇÃO DO FEITO”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 19 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 23/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 23/2016

Considerando a prorrogação do Contrato 23/2015, estimam-se os gastos para o exercício 2016 e prevê a reserva orçamentária.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO INFANTIL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ: 79.719.613/0001-33), as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2016

Previsão de gastos para janeiro a dezembro de 2016 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 23/2015):

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	302	KIT	KIT ALUNO - PRÉ I E PRÉ II: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livro didático anual com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Linguagem Escrita ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Jogo de cartas do alfabeto; destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x 17 cm com folhas superior 115 gramas coloridos e ilustrados; Material de Apoio; Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizadas com logomarca da empresa contendo todas as informações do kit.	147,35	44.499,70
02	16	KIT	KIT PROFESSOR - PRÉ I E PRÉ II: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livro didático anual; contendo orientações metodológicas para o professor, conteúdos para o pré I e pré II, com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Linguagem Escrita; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Jogo de cartas do alfabeto destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x17cm com folhas superior 115 gramas, coloridos e lustrados; Material de Apoio; CD; cantigas de roda com orientações didáticas para professores; Cartaz de alfabeto ilustrado, colorido, folhas destacáveis; Cartaz de números ilustrado, colorido com folhas destacáveis; Calendário de parede ilustrado, colorido com dimensões aproximadas de 80cm x 54cm; Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizados com a logomarca da empresa contendo todas as informações do kit	50,00	800,00
VALOR TOTAL				R\$ 45.299,70	

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2016:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.03	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	11	Educação Infantil
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação



Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 23/2015 permanecem inalteradas e em vigor. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 29 de janeiro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	ACEDRIANA VICENTE SANDI Editora Positivo Ltda CONTRATADA
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 25/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 25/2016

Considerando a prorrogação do Contrato 27/2015, estimam-se os gastos para o primeiro bimestre de 2016 e prevê a reserva orçamentária.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ: 79.719.613/0001-33), as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA O PRIMEIRO BIMESTRE DE 2016**

Previsão de gastos para o primeiro bimestre escolar de 2016 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 27/2015):

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (Para 1º Bimestre)	VALOR TOTAL (Para 1º Bimestre)
03	180	UN	KIT ALUNO - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, a disciplina de Arte e a disciplina de Língua Inglesa, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	71,12	12.801,60
04	6	UN	KIT PROFESSOR - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	67,50
05	200	UN	KIT ALUNO - 2º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	71,12	14.224,00
06	6	UN	KIT PROFESSOR - 2º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	67,50

07	197	UN	KIT ALUNO - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	71,12	14.010,64
08	7	UN	KIT PROFESSOR - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	78,75
09	200	UN	KIT ALUNO – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	71,12	14.224,00
10	7	UN	KIT PROFESSOR – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	11,25	78,75
11	180	UN	KIT ALUNO – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	71,12	12.801,60
12	6	UN	KIT PROFESSOR – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	11,25	67,50
13	170	UN	KIT ALUNO – 6ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	72,17	12.268,90

14	10	UN	KIT PROFESSOR - 6º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	112,50
15	220	UN	KIT ALUNO – 7ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	72,17	15.877,40
16	10	UN	KIT PROFESSOR - 7º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	112,50
17	180	UN	KIT ALUNO – 8ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	72,17	12.990,60
18	10	UN	KIT PROFESSOR - 8º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	11,25	112,50
19	190	UN	KIT ALUNO - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências ( para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	72,17	13.712,30
20	10	UN	KIT PROFESSOR - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências ( para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	11,25	112,50

VALOR TOTAL			R\$ 123.721,04	
-------------	--	--	----------------	--

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2016:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	10	Ensino Fundamental
Projeto	2.105	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.108	Manter e Coordenar as Atividades Específicas do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 27/2015 permanecem inalteradas e em vigor. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 29 de janeiro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	ACEDRIANA VICENTE SANDI Editora Positivo Ltda CONTRATADA
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 30/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 30/2016

Considerando a prorrogação do Contrato 27/2015, estimam-se os gastos para o 2º, 3º e 4º bimestre de 2016 e prevê a reserva orçamentária.

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ: 79.719.613/0001-33), as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA O 2º, 3º e 4º BIMESTRE DE 2016**

Previsão de gastos para o primeiro bimestre escolar de 2016 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 27/2015):

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (Para o 2º, 3º e 4º Bimestre)	VALOR TOTAL (Para o 2º, 3º e 4º Bimestre)
03	180	KIT	KIT ALUNO - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, a disciplina de Arte e a disciplina de Língua Inglesa, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	237,48	42.746,40

04	6	KIT	KIT PROFESSOR - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	225,36
05	200	KIT	KIT ALUNO - 2ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	237,48	47.496,00
06	6	KIT	KIT PROFESSOR - 2º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	225,36
07	197	KIT	KIT ALUNO - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	237,48	46.783,56
08	7	KIT	KIT PROFESSOR - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	262,92
09	200	KIT	KIT ALUNO – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	237,48	47.496,00
10	7	KIT	KIT PROFESSOR – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	37,56	262,92



11	180	KIT	KIT ALUNO – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	237,48	42.746,40
12	6	KIT	KIT PROFESSOR – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	37,56	225,36
13	170	KIT	KIT ALUNO – 6ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	240,99	40.968,30
14	10	KIT	KIT PROFESSOR - 6º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	375,60
15	220	KIT	KIT ALUNO – 7ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	240,99	53.017,80
16	10	KIT	KIT PROFESSOR - 7º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	375,60
17	180	KIT	KIT ALUNO – 8ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	240,99	43.378,20

18	10	KIT	KIT PROFESSOR - 8º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	37,56	375,60
19	190	KIT	KIT ALUNO - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências ( para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	240,99	45.788,10
20	10	KIT	KIT PROFESSOR - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências ( para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	37,56	375,60
VALOR TOTAL				R\$ 413.125,08	

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2016:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	10	Ensino Fundamental
Projeto	2.105	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.108	Manter e Coordenar as Atividades Específicas do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 27/2015 permanecem inalteradas e em vigor. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	ACEDRIANA VICENTE SANDI Editora Positivo Ltda CONTRATADA
---	--



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 FMAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de facilitador de Oficinas do CRAS com habilidades para ministrar nos Grupos de idosos, Gestante e Usuários do Bolsa Família, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa ROSANE KRAIESKI SANTIAGO PEREIRA 75772469991, CNPJ: 17.620.707/0001-01, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 05/2016 FMAS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	370	Horas	Facilitador de oficina para ministrar aulas para os Grupos de Idosos, Gestantes e usuários do Bolsa família	40,00	14.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 14.800,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ROSANE KRAIESKI SANTIAGO PEREIRA 75772469991

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para a frota do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA ME, CNPJ: 17.450.564/0001-29, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 05/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	150	UN	Câmara de ar nova 1000x20	58,99	8.848,50
02	20	UN	Câmara de ar nova 12.5/80-18 TR 15	85,00	1.700,00
03	20	UN	Câmara de ar nova 19.5-24 TR 218A	198,00	3.960,00
04	30	UN	Câmara de ar nova 900x20	60,00	1.800,00
05	80	UN	Câmara de ar nova KM 24 – TR 220A	134,00	10.720,00
06	18	UN	Pneu novo, 215/75R 17.5, radial, liso, 12 lonas, com no mínimo 15mm de profundidade de escultura.	600,00	10.800,00
07	140	UN	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, borrachudo, radial. Com no mínimo 21,6mm de profundidade escultural.	1.278,89	179.044,60
08	6	UN	Pneu novo, 12.5/80x18, 12 lonas. Com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	850,00	5.100,00
09	40	UN	Pneu novo, 1400x24, 16 lonas. Com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	1.378,99	55.159,60
10	6	UN	Pneu novo, 17.5x24, 12 lonas, com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	1.771,00	10.626,00
11	32	UN	Pneu novo, 175/70R13, radial.	142,00	4.544,00
12	34	UN	Pneu novo, 185/70R14, radial.	220,00	7.480,00
13	12	UN	Pneu novo, 19.5x24, 12 lonas, com no mínimo 24,9mm de profundidade escultural.	1.750,00	21.000,00
15	100	UN	Protetor de câmara 17.5x25	60,00	6.000,00
16	30	UN	Protetor de câmara 900x20	18,50	555,00
17	150	UN	Protetor de câmara aro 20"	18,50	2.775,00
VALOR TOTAL				R\$ 330.112,70	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA ME

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para a frota do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa R. K KASCZUK E CIA LTDA ME, CNPJ: 22.196.632/0001-05, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 05/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
14	30	UN	Pneu novo, 900x20, 14 lonas, radial, borrachudo. Com no mínimo 19,8mm de profundidade escultural.	1.200,00	36.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 36.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

R. K KASCZUK E CIA LTDA ME

Representante legal

**DECRETO Nº 9.642 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.642 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências as Instituições Privadas	
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 516,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339300.00.896 -	Aplicação Direta Decorrente de Operações Orgãos	
339339.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 516,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

19 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.





[illegible]

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, dos seguintes Recursos: Código 500 – Transferências do FNAS – BPC; 503 – Transferências do FEAS – Alta Complexidade; 501 – Transferências do FEAS – Investimento; 102 – Recursos Ordinários; 497 – Transferências do FNAS – IGD SUAS; 920 – Programa Nacional ASSESSUAS Trabalho; 922 – Proteção Social Básica do CRAS; 488 – Piso Básico Fixo – PBF; 502 – Transferências do FEAS – Benefícios Eventuais; 156 – Transferências FNAS – Deficientes.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.645 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.645 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.440 de 19 de Fevereiro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 358.352,14 (trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal de Saúde.

[illegible]

[illegible]

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde, dos seguintes Recursos: Código 842 – Programa Agentes Comunitários de Saúde; 121 – Alienação de Bens Móveis e Imóveis; 509 – Programa Saúde Bucal; 129 - MAC/TFD; 127 – Farmácia Básica Federal; 124 – PAB; 120 – PSF; 130 – Farmácia Básica do Estado; 126 – Vigilância Sanitária Municipal; 131 – Vigilância Sanitária do Estado; PPI Epidemiológica; 511 - PMAO.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.



JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.646 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 9.646 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.441 de 19 de Fevereiro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 207.333,84 (duzentos e sete mil, trezentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde								
91.01 -	Manutenção das atividades Administrativas								
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde								
300000.00.132 -	Despesas Correntes								
310000.00.132 -	Pessoal e Encargos Sociais								
319000.00.132 -	Aplicações Diretas								
319011.00.132 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 24.541,59							
319011.00.106 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 38.449,02							
319016.00.132 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 200,00							
319016.00.106 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.700,00							
319016.00.842 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$4.642,87							
319113.00.132 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 4.500,00							
319113.00.106 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 12.999,69							
339046.00.132 -	Auxilio Alimentação	R\$ 1.980,00							
339046.00.106 -	Auxilio Alimentação	R\$ 2.880,00							
91.02 -	Manutenção das atividades Básicas de Saúde								
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal								
400000.00.509 -	Despesas de Capital								
440000.00.509 -	Investimentos								
449000.00.509 -	Aplicações Diretas								
449052.00.509 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00							
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde								
400000.00.935 -	Despesas de Capital								
440000.00.935 -	Investimentos								
449000.00.935 -	Aplicações Diretas								
449052.00.935 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$100.000,00							
91.04 -	Manutenção das atividades de Assistência Médica e Terapeuta								
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia								
400000.00.129 -	Despesas de Capital								
440000.00.129 -	Investimentos								
449000.00.129 -	Aplicações Diretas								
449052.00.129 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.440,67							
	TOTAL	R\$ 207.333,84							

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde, dos seguintes Recursos: Código 842 – Programa Agentes Comunitários de Saúde; 509 – Programa Saúde Bucal; 129 – MAC; 132 – PPI Epidemiológica; 106 – Vigilância Sanitária Federal; 935 – Estruturação da Rede de Serviço de Atenção Básica de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.com.br](http://www.diariomunicipal.com.br).

sc.gov.br em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.647 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.647 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.442 de 19 de Fevereiro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.134,37 (onze mil cento e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água		
400000.00.766 -	Despesas de Capital		
440000.00.766 -	Investimentos		
449000.00.766 -	Aplicações Diretas		
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$	11.134,37

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do seguinte Recurso: Código 766 – Recurso Ordinário do Saneamento Ambiental.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.649 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.649 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 01 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Campo Alegre, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
E URBANO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC., E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, no uso de suas atribuições; e,

Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26 de outubro de 2015; RESOLVE:

Art.1º Convocar a 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE, que se constitui em Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 16 de junho de 2016, das 8h30m até as 18h, no Auditório do Espaço Cultural "Profª. Sirley Maria Neumann Johanson", sito a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640, Centro no Município de Campo Alegre/SC., sob a coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

Art.2º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC., seguirá proposta metodológica aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades constantes na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015 do Conselho das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26 de Outubro de 2015, cumprindo com as diretrizes estabelecidas no Regimento Nacional e Estadual da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art.3º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art.4º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade correrão por conta dos recursos orçamentários municipais.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 19 de Outubro de 2015.  
MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA  
Presidente do Conselho Municipal de  
Desenvolvimento Econômico e Urbano

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de "Campo Alegre/SC"; Mural Prédio Sede da Câmara de Vereadores de "Campo Alegre/SC"; Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de "Campo Alegre/SC".

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária do Conselho Municipal de  
Desenvolvimento Econômico e Urbano

## **LEI Nº 4.437 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.437 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, DOS SERVIDORES PÚBLICOS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida, a partir de 1º de Fevereiro de 2016 Revisão Geral Anual de 9% (nove por cento) e 2,28% (dois vírgula vinte e oito por cento) a partir de 1º de Julho de 2016, calculados sobre os valores percebidos no mês de Janeiro de 2016, sobre os valores dos vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais do quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta, Ativos, Inativos, Pensionistas e Agentes Políticos.

§ 1º - Excetua-se da norma prevista no caput deste artigo, os Inativos e Pensionistas não alcançados pelo disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

§ 2º - Os percentuais fixados no caput deste artigo são concedidos a título de Revisão Geral Anual, prevista na Constituição Federal, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado no exercício de Janeiro a Dezembro de 2015.

Art.2º) Ficam reajustados em 12,5% (doze vírgula cinco por cento), o valor do vencimento limite para o recebimento do Vale Alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual e de Reajuste, fixados nesta Lei.

Parágrafo Único – O valor do vencimento limite, para o servidor receber o Vale Alimentação, será igual ou inferior á R\$ 2.587,50 (dois mil quinhentos, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Art.3º) O valor do Vale Alimentação previsto na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012 fica fixado em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
18 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 4.438 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

#### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.438 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal da Infância e Adolescência autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.433,58 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

93.00 -	Fundo Municipal da Infância e Adolescência			
93.01 -	Manutenção das atividades do Fundo da Infância e Adolescência			
08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das Atividades			
300000.00.859 -	Despesas Correntes			
330000.00.859 -	Outras Despesas Correntes			
335000.00.859 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos			
335041.00.859 -	Contribuições	R\$	37.433,58	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do seguinte Recurso: Código 859 – Receitas do IRPJ e IRPF.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de fevereiro de 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 80.514,35 (oitenta mil quinhentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

[illegible]

[illegible]

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, dos seguintes Recursos: Código 500 – Transferências do FNAS – BPC; 503 – Transferências do FEAS – Alta Complexidade; 501 – Transferências do FEAS – Investimento; 102 - Recursos Ordinários; 497 – Transferências do FNAS – IGD SUAS; 920 – Programa Nacional ASSESSUAS Trabalho; 922 – Proteção Social Básica do CRAS; 488 – Piso Básico Fixo – PBF; 502 – Transferências do FEAS – Benefícios Eventuais; 156 – Transferências FNAS – Deficientes.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.440 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.440 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 358.352,14 (trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

[illegible]



[illegible]

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde, dos seguintes Recursos: Código 842 – Programa Agentes Comunitários de Saúde; 121 – Alienação de Bens Móveis e Imóveis; 509 – Programa Saúde Bucal; 129 - MAC/TFD; 127 – Farmácia Básica Federal; 124 – PAB; 120 – PSF; 130 – Farmácia Básica do Estado; 126 – Vigilância Sanitária Municipal; 131 – Vigilância Sanitária do Estado; PPI Epidemiológica; 511 - PMAQ.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.441 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

LEI Nº 4.441 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 207.333,84 (duzentos e sete mil, trezentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde						
91.01 -	Manutenção das atividades Administrativas						
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde						
300000.00.132 -	Despesas Correntes						
310000.00.132 -	Pessoal e Encargos Sociais						
319000.00.132 -	Aplicações Diretas						
319011.00.132 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 24.541,59					
319011.00.106 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 38.449,02					
319016.00.132 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 200,00					
319016.00.106 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.700,00					
319016.00.842 -	Outras despesa Variáveis – Pessoal Civil	R\$4.642,87					
319113.00.132 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 4.500,00					
319113.00.106 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 12.999,69					
339046.00.132 -	Auxilio Alimentação	R\$ 1.980,00					
339046.00.106 -	Auxilio Alimentação	R\$ 2.880,00					
91.02 -	Manutenção das atividades Básicas de Saúde						
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal						
400000.00.509 -	Despesas de Capital						
440000.00.509 -	Investimentos						
449000.00.509 -	Aplicações Diretas						
449052.00.509 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00					
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde						
400000.00.935 -	Despesas de Capital						
440000.00.935 -	Investimentos						
449000.00.935 -	Aplicações Diretas						



449052.00.935 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$100.000,00							
91.04 -	Manutenção das atividades de Assistência Médica e Terapeuta								
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia								
400000.00.129 -	Despesas de Capital								
440000.00.129 -	Investimentos								
449000.00.129 -	Aplicações Diretas								
449052.00.129 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.440,67							
	TOTAL	R\$ 207.333,84							

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde, dos seguintes Recursos: Código 842 – Programa Agentes Comunitários de Saúde; 509 – Programa Saúde Bucal; 129 – MAC; 132 – PPI Epidemiológica; 106 – Vigilância Sanitária Federal; 935 – Estruturação da Rede de Serviço de Atenção Básica de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 4.442 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.442 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.134,37 (onze mil cento e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental								
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental								
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água								
400000.00.766 -	Despesas de Capital								
440000.00.766 -	Investimentos								
449000.00.766 -	Aplicações Diretas								
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$							
		11.134,37							

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do seguinte Recurso: Código 766 – Recurso Ordinário do Saneamento Ambiental.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Fevereiro de 2016.

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016**

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E URBANO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CAMPO ALE/SC., E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, no uso de suas atribuições; e,

Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26 de outubro de 2015; RESOLVE:

Art.1º Convocar a 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE, que se constitui em Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 16 de junho de 2016, das 8h30m até as 18h, no Auditório do Espaço Cultural "Profª. Sirley Maria Neumann Johanson", sito a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640, Centro no Município de Campo Alegre/SC., sob a coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

Art.2º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC., seguirá proposta metodológica aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades constantes na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015 do Conselho das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26 de Outubro de 2015, cumprindo com as diretrizes estabelecidas no Regimento Nacional e Estadual da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art.3º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art.4º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade correrão por conta dos recursos orçamentários municipais.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 19 de Outubro de 2015.

MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA

Presidente do Conselho Municipal de  
Desenvolvimento Econômico e Urbano

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de "Campo Alegre/SC"; Mural Prédio Sede da Câmara de Vereadores de "Campo Alegre/SC"; Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de "Campo Alegre/SC".

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária do Conselho Municipal de  
Desenvolvimento Econômico e Urbano



# Campos Novos

## PREFEITURA

**AVISO DE IL Nº03/2016.**

## AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016.

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR POR CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AMPARADO NA LEI 8.666/93, ARTIGO 25.

Fornecedor: Transporte e Turismo Manfredi S/A

Valor: 262.242,00 (Duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e dois reais).

Campos Novos, 19 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**AVISO PP 14/2016 - SAÚDE**

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/03/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA E GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - SC, DURANTE O ANO DE 2016.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 17h00min horas diariamente.

Campos Novos, 19 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE MÊS 01/2016

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 1/9

**SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	387.493,21D	241.151,45	153.453,12	475.191,54D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	7.561,09D	241.151,45	151.699,84	97.012,70D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÍTAIS CONTAS	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÍTAIS CONTAS	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	236.021,45	151.699,84	84.321,61D
1.1.1.1.1.1.1.1.1			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	7.561,09D	5.130,00	0,00	12.691,09D
1.1.9			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.1.1	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	5.665,90D	5.130,00	0,00	10.795,90D
1.1.9.3.1	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	5.665,90D	5.130,00	0,00	10.795,90D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	379.932,12D	0,00	1.753,28	378.178,84D
1.2.3			IMOBILIZADO	379.932,12D	0,00	1.753,28	378.178,84D
1.2.3.1			BENS IMÓVEIS	172.512,80D	0,00	0,00	172.512,80D
1.2.3.1.1			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	26.147,90D	0,00	0,00	26.147,90D
1.2.3.1.1.01			APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.02	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	24.097,90D	0,00	0,00	24.097,90D
1.2.3.1.1.01.99	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	24.097,90D	0,00	0,00	24.097,90D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	45.614,10D	0,00	0,00	45.614,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	45.614,10D	0,00	0,00	45.614,10D
1.2.3.1.1.02.01.01	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	45.614,10D	0,00	0,00	45.614,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	72.268,80D	0,00	0,00	72.268,80D
1.2.3.1.1.03.01	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.706,90D	0,00	0,00	1.706,90D
1.2.3.1.1.03.02	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	4.839,90D	0,00	0,00	4.839,90D
1.2.3.1.1.03.03	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	66.722,00D	0,00	0,00	66.722,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	13.672,00D	0,00	0,00	13.672,00D
1.2.3.1.1.04.05	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	13.672,00D	0,00	0,00	13.672,00D
1.2.3.1.1.05			DEBÍTAIS BENS IMÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.05.99			OUTROS BENS IMÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.05.99.01	P	P	OUTROS BENS IMÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.753,28C	0,00	1.753,28	3.506,56C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	1.753,28C	0,00	1.753,28	3.506,56C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	1.753,28C	0,00	1.753,28	3.506,56C
1.2.3.8.1.01.99	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEBÍTAIS BENS IMÓVEIS	1.753,28C	0,00	1.753,28	3.506,56C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
 Balanço de Verificação - 2016

Betha Sistemas  
 Exercício de 2016  
 Janeiro  
 Página: 2/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	387.493,21C	5.063.748,74	5.064.562,90	398.307,37C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	27.480,28C	206.535,79	217.349,95	38.294,44C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAC	27.480,28C	164.123,33	174.916,34	38.273,29C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	27.480,28C	117.989,01	128.782,02	38.273,29C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	27.480,28C	117.989,01	128.782,02	38.273,29C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	27.480,28C	117.989,01	101.301,74	10.793,01C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	90.508,73	90.508,73	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	0,00	8.272,06	8.272,06C
2.1.1.1.1.01.02.00.000001 (43094)	P	P	FÉRIAS	0,00	0,00	8.272,06	8.272,06C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	27.480,28C	27.480,28	2.520,95C	2.520,95C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	27.480,28C	27.480,28	2.520,95	2.520,95C
2.1.1.1.02			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	27.480,28	27.480,28C
2.1.1.1.02.01			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	27.480,28	27.480,28C
2.1.1.1.02.01.02 (48233)	P	P	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	27.480,28	27.480,28C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	27.392,52	27.392,52	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	27.392,52	27.392,52	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	27.392,52	27.392,52	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	18.741,80	18.741,80	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	18.741,80	18.741,80	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	18.741,80	18.741,80	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	18.741,80	18.741,80	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	13.847,49	13.847,49	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	13.847,49	13.847,49	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	13.847,49	13.847,49	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	13.847,49	13.847,49	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	13.847,49	13.847,49	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	28.564,97	28.566,12	21,15C
2.1.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	0,00	28.564,97	28.566,12	21,15C
2.1.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	28.564,97	28.566,12	21,15C
2.1.8.1.01.02 (43538)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	5.721,67	27.355,67	21,15C
2.1.8.1.01.04			IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	14.990,66	14.990,66	0,00
2.1.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	14.990,66	14.990,66	0,00
2.1.8.1.01.08 (43544)	P	F	ISS	0,00	0,00	21,15	21,15C
2.1.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.622,19	6.622,19	0,00
2.1.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	3.449,18	3.449,18	0,00
2.1.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	452,07	452,07	0,00
2.1.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	1.230,45	1.230,45	0,00
2.1.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.230,45	1.230,45	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.012,93C	4.847.212,95	4.847.212,95	360.012,93C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	16.366,57D	4.847.212,95	4.847.212,95	16.366,57D
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.366,57D	4.847.212,95	4.847.212,95	16.366,57D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 3/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	2.136.486,78D	2.136.486,78	2.136.486,78	2.136.486,78D
2.3.7.1.1.01 (44120)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.136.486,78D	0,00	2.136.486,78	0,00
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.136.486,78	0,00	2.136.486,78D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	2.415.423,19C	2.415.423,19	2.415.423,19	2.415.423,19C
2.3.7.1.2.01 (44125)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.415.423,19C	2.415.423,19	0,00	0,00
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	2.415.423,19	2.415.423,19C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	295.302,98D	295.302,98	295.302,98	295.302,98D
2.3.7.1.3.01 (44130)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	295.302,98D	0,00	295.302,98	0,00
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	295.302,98	0,00	295.302,98D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 4/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	157.906,83	0,00	157.906,83
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	0,00	120.043,54	0,00	120.043,54
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	101.301,74	0,00	101.301,74
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	90.508,73	0,00	90.508,73
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	0,00	90.508,73	0,00	90.508,73
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	90.189,76	0,00	90.189,76
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	90.189,76	0,00	90.189,76
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	318,97	0,00	318,97
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	318,97	0,00	318,97
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	10.793,01	0,00	10.793,01
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	0,00	10.793,01	0,00	10.793,01
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	10.793,01	0,00	10.793,01
3.1.1.2.1.01.21 (44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	2.520,95	0,00	2.520,95
3.1.1.2.1.01.22 (44269)	P		13. SALÁRIO	0,00	8.272,06	0,00	8.272,06
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	18.741,80	0,00	18.741,80
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00	18.741,80	0,00	18.741,80
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	18.741,80	0,00	18.741,80
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	18.741,80	0,00	18.741,80
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.2.1.1.1.01.99 (48290)	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	27.392,52	0,00	27.392,52
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	10.470,77	0,00	10.470,77
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	705,00	0,00	705,00
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	0,00	705,00	0,00	705,00
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	705,00	0,00	705,00
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	630,00	0,00	630,00
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	75,00	0,00	75,00
3.3.2			SERVIÇOS	0,00	8.012,49	0,00	8.012,49
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	8.012,49	0,00	8.012,49
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	8.012,49	0,00	8.012,49
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS,	0,00	1.244,63	0,00	1.244,63
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	0,00	1.333,64	0,00	1.333,64
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	676,10	0,00	676,10
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	4.758,12	0,00	4.758,12
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	1.753,28	0,00	1.753,28
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	0,00	1.753,28	0,00	1.753,28
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.753,28	0,00	1.753,28
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	1.753,28	0,00	1.753,28
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	1.753,28	0,00	1.753,28

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 5/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2016

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Janeiro

Página: 6/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2.1.1.01 (46205)	O		CREDITO INICIAL	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 7/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	451.471,62	3.268.971,62	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	451.471,62	3.268.971,62	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	451.471,62	3.268.971,62	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00	451.471,62	3.268.971,62	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)			CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	150.490,54	2.817.500,00	2.667.009,46C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	0,00	300.981,08	451.471,62	150.490,54C
6.2.2.1.3.01 (46267)			CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	150.490,54	150.490,54	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	150.490,54	150.490,54	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	150.490,54	150.490,54C



Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 8/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	0,00	236.021,45	0,00	236.021,45D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	236.021,45	0,00	236.021,45D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00	236.021,45	0,00	236.021,45D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	236.021,45	0,00	236.021,45D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Janeiro  
Página: 9/9

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	0,00	482.497,49	718.518,94	236.021,45C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	482.497,49	718.518,94	236.021,45C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00	482.497,49	718.518,94	236.021,45C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	482.497,49	718.518,94	236.021,45C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	152.951,44	237.251,90	84.300,46C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	0,00	152.951,44	237.251,90	84.300,46C
8.2.1.1.1.02 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	150.490,54	150.490,54	0,00
8.2.1.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	179.055,51	179.076,66	21,15C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	150.490,54	150.490,54	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕESRETENÇÕES	0,00	28.564,97	28.586,12	21,15C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	0,00	151.699,84	151.699,84C
			TOTAL:	0,00	9.440.297,58	9.440.297,58	0,00D

CAMPOS NOVOS, 19/02/2016

JOSE TADEU GUZATTI  
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ  
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT PP022016**

PREGÃO PRESENCIAL N.º CNO - 02/2016

Processo Licitatório 02/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos, com CNPJ nº. 83.158.105./0001-09, torna público e faz saber que, por determinação do Seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes que, encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2016, tipo de Licitação a de "MENOR PREÇO" - POR ITEM -, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas modificações, com aplicação subsidiária da Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**1 - DA LICITAÇÃO**

1.1 - o presente pregão tem como objeto à aquisição de corrente de elos longos em aço inox 316 L a serem substituídas nas bombas elevatórias de esgoto do SAMAE de Campos Novos - SC, conforme descrito e especificado nas especificações técnicas.

1.2 - Entrega dos Envelopes Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) até as 14h00m do dia 03 de março de 2016, não aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

1.3 - Abertura da Sessão, dia 03 de março de 2016 às 14:00 horas. Local: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – rua: Caetano Carlos nº. 466, centro, no município de Campos Novos - SC, CEP 89.620.00.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

**2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

2.2 - Não será admitida a participação de:

2.2.1 - Empresas cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.2 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.3 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal.

**2.3 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

2.3.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que QUISEREM participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

2.3.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo V, do presente Edital.

2.3.3 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

**3 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

3.1 - Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada ou seu representante deverá identificar-se e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame.

3.2.1 - Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

a) Cópia do documento de identidade de fé pública;

b) Se representante (preposto/procurador), procuração pública ou particular ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo VIII deste Edital, com firma reconhecida em cartório, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome da licitante; bem como cópia do contrato social autenticado;

c) Se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

3.2.2 - As licitantes deverão entregar no ato do credenciamento declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que deverá ser apresentada fora dos envelopes de acordo com modelo estabelecido no Anexo VI;

3.3 - As licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo deste Edital, para:

3.3.1 - Credenciamento;

3.3.2 - Entrega dos envelopes com as propostas e documentos.

3.4 - Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante

por licitante interessada, para cada item.

3.5 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

3.6 – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

3.7 – Aplica-se igualmente o disposto no item 3.5 às licitantes que não se fizerem representar na sessão pública;

3.8 – A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso;

3.9 – Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo licitatório, deverão ser entregues SEPARADAMENTE dos envelopes da Proposta e da Documentação de Habilitação;

3.10 – Os documentos de credenciamento deverão ser entregues mesmo quando a empresa participante não enviar representante para participar do certame, neste caso não sendo necessário a procuração e/ou carta de credenciamento.

3.11 – Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para a entrega dos envelopes, (item 1.2) do edital.

#### 4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, e finalizado o credenciamento dos interessados ou seus representantes estes entregarão ao pregoeiro:

4.1.1 – A proposta de preços e os documentos de habilitação que deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, preferencialmente opacos e rubricados no fecho, contendo na parte externa as seguintes informações:

a) ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

B) ENVELOPES Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

#### 5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

5.1 - A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado. E, preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.

5.1.1 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado;

5.1.2 – Na hipótese prevista no subitem 5.1.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

5.1.3 – Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas.

5.2 - A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital deverá conter:

a) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente Edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas; b) O preço unitário e total por item, expresso em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais;

c) O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) deverá ser cotado em dias; não devendo ultrapassar à 30 (trinta) dias, contados da comunicação da Homologação da licitação.

d) Os preços propostos não deverão ultrapassar o valor máximo unitário dos itens, detalhamentos no Anexo I, sob pena de desclassificação.

e) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

f) Apresentação de documentação técnica (catálogo/outros) que comprove as características técnicas (matéria prima) de todos os componentes dos materiais a serem adquiridos.

5.3 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.4 - Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, descarga e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

5.5 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

5.6 A simples participação neste certame implica em:

a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;

b) Que no preço final dos produtos propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e fretes e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

#### 6 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

- 6.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, imediatamente após a entrega dos envelopes, o pregoeiro abrirá o Envelope nº 1 - Proposta de Preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente Edital e as ordenará por ordem de Menor Preço Por Item. 6.2 – Será considerado autor apto a dar lances aquele que estiver devidamente credenciado no processo licitatório
- 6.3 – Participação dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.
- 6.3.1 – Serão desclassificadas as propostas que ultrapassem o valor máximo unitário estabelecido no Anexo I.
- 6.3.2 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).
- 6.4 – Os lances verbais e sucessivos pelo menor preço serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.
- 6.5 – Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 6.6 – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.
- 6.7 – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.
- 6.8 – Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) do último valor ofertado.
- 6.9 – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 6.10 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de competição para o item e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.11 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

#### 6.12 – DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.12.1 – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 6.12.2 – No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma: Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta escrita de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate. 6.12.4 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 6.12.5 - Em caso da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I)
- 6.12.6 - Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)
- 6.12.7 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III)
- 6.12.8 - Na hipótese da não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º)
- 6.12.9 – O disposto no subitem 6.12.1 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.
- 6.12.10 – A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, conforme o disposto no subitem 2.3 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006. 6.13 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.
- 6.14 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:
- a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito;
  - b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no Edital e seus Anexos, bem como as demais condições estabelecidas.
- 6.15 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.
- 6.16 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.
- 6.17 – Serão desclassificadas:
- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
  - b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item/lote licitado;
  - c) as que conflitam com a legislação em vigor;
  - d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;
  - e) as propostas que cotarem valor unitário maior que o valor máximo estabelecido no Anexo I deste edital.
- 6.18 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.
- 6.19 – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s). 2º.

#### 7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

7.1 - Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado do SAMAE, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes, com o intuito do melhor andamento da secção aconselha-se que a empresa faça até as 11:00 horas do dia da licitação;

7.1.1 - Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

7.1.2 - Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original(is);

7.1.3 - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

7.2 - A documentação para fins de habilitação a ser incluída no Envelope nº 2 pelas licitantes, é constituída de:

a) Habilitação Jurídica:

Conforme o tipo da sociedade da proponente:

A.1 Registro Comercial, no caso de firma individual;

A.2 Atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhados da ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.

A.3 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Certidão Negativa OU Positiva com efeitos de Negativa de Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

g) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

i) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados, conforme anexo VI do Edital.

j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo III do Edital;

k) Declaração que a empresa não possui diretores, gerentes, sócios e empregados que sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal.

l) Comprovação de possuir aptidão para atender ao objeto do edital, mediante a apresentação de atestado/certidão emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado detalhando os materiais entregues, bem como se cumpriram o prazo de entrega; onde conste que a empresa proponente, realizou a qualquer tempo, entrega de produtos similares a estes que está sendo licitado.

Observações:

a) - "Os documentos exigidos nas letras "b" e "d" acima podem ser substituídos pela certidão negativa conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/2014 e MF 443, de 17/10/2014)";

b) - O documento exigido na letra (h) poderá ser confrontado com o Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS);

c) - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão;

d) - Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

# se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

# se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

# se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

# A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

# As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

# Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da



Administração, para a regularização da documentação.

# A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação

#### 8 – DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – documentos de habilitação

8.1 – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

8.2 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

8.3 – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

OBS:

a) O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis;

b) Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, serão devolvidos imediatamente à interessada.

#### 9 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

9.1.1 – A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

9.2 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

9.2.1 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes;

9.2.2 – Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

9.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

#### 10 – DA(S) AMOSTRA(S) / PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAL(IS)

10.1. - Sempre que entender necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de amostra(s) ou prospecto(s), do(s) produto(s) cotado(s), devidamente identificada(s), de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade.

10.2 – Será desclassificada, caso apresente amostra/prospecto fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas

#### 11 – DO JULGAMENTO

11.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o “MENOR PREÇO POR ITEM”.

11.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

11.3 – Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) e, que a amostra apresentada, caso solicitada no decorrer do processo, tenha sido tecnicamente aprovada, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto.

#### 12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

12.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.

12.2 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido, conforme Art. 11, inc. XVII do Decreto Municipal nº 2879/2006, o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

12.3 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

12.5 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

12.6 - Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

12.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 – As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – RUA

CAETANO CARLOS, 466 Centro, no município de Campos Novos - SC, ou pelo e-mail [compras@samaecn.com.br](mailto:compras@samaecn.com.br).

### 13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 - A contratação da licitante vencedora do presente Pregão será representada pela expedição do contrato e/ou Autorização de Fornecimento/Empenho pelo SAMAE, do qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

### 14 – DA ENTREGA

14.1 – O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias após a missão da autorização de compra emitida pelo SAMAE,

14.2 - A empresa vencedora deverá realizar entrega dos materiais adquiridos em horário de funcionamento do SAMAE.

14.3 - É de inteira responsabilidade da licitante vencedora o transporte inclusive a descarga dos materiais em local indicado pelo SAMAE, que deverá ser dentro do perímetro urbano do município de Campos Novos - SC.

### 15 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 – A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

### 16 – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

16.1 – Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

16.3 – O contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

### 17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

17.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste Pregão e efetivado mediante apresentação das notas fiscais/faturas de Materiais que deverão ser emitidas em nome do SAMAE- Serviço Autônomo municipal de Água e Esgoto, CNPJ 83.158.105.0001/09, ao e-mail [compras@samaecn.com.br](mailto:compras@samaecn.com.br), da qual deverá constar o número desta licitação;

17.2. - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NFe), em substituição às notas impressas 1 e 1 A; e deverá ser encaminhando o arquivo para o e-mail [compras@samaecn.com.br](mailto:compras@samaecn.com.br);

17.3 Realizado através do SAMAE de Campos Novos - SC, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega e aceite.

17.4 - O SAMAE, exigirá do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS;

17.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco que deverá ser obrigatoriamente indicado na nota fiscal pela proponente vencedora, e também mencionados na proposta de onde o mesmo deverá ser creditado; (preferencialmente Banco do Brasil e ou, CEF);

17.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material, constituindo-se na única remuneração devida;

17.7 - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie;

17.8 - Em caso de eventual atraso no pagamento, o SAMAE procederá a atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

### 18 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

18.1 A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta da Dotação Orçamentária do Exercício de 2.016 consignadas no:

PROGRAMA: 17.512.0036

PROJETO/ATIVIDADE – 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0603

### 19 – ESCLARECIMENTO

19.1 As empresas poderão requerer esclarecimento sobre o presente edital de pregão e ainda acompanhar todas as eventuais alterações efetuadas e, caso tenham interesse em recebe-las, quando, e/ou caso surjam, devem manifestar seu interesse em participar desta licitação comunicando sua intenção junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE antecipadamente, na Rua Caetano Carlos, 466 em Campos Novos - SC, via site, [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e ou através dos endereços eletrônicos [compras@samaecn.com.br](mailto:compras@samaecn.com.br) e [licitacao@samaecn.com.br](mailto:licitacao@samaecn.com.br), pelo telefone (49) 3541-0844, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e a pessoa responsável para contato, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas.

Não sendo aceito em hipótese alguma reclamações posteriores e, nenhuma responsabilidade caberá ao SAMAE de Campos Novos pelo não conhecimento dessas alterações, por não verificação no site.

19.2– Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

19.3 - As empresas interessadas em receber o arquivos auto cotação deverão solicitar nos endereços eletrônicos acima citados.



**20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1– Aos atos administrativos pertinentes a este pregão poderão ser opostos os meios de defesa com os recursos a eles inerentes, previstos na legislação pertinentes, sendo que os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto a Equipe de Apoio; 20.2– Fica eleito o foro da comarca de Campos Novos/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

20.3- O objeto deste pregão poderá sofrer acréscimo ou supressões em conformidade com o Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

20.4– O SAMAE de Campos Novos se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular, total ou parcialmente, a presente licitação e desclassificar qualquer proposta ou todas elas, obedecendo ao disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;

20.5– É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

20.6– As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

Campos Novos, 22 de fevereiro de 2016.

NEUSA APARECIDA DE LIMA  
PREGOEIRA

Aprovo o Edital  
Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei 8666/93

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016****ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**  
valor máximo e quantidade

Item	Un.	Quant.	Especificação (Modelo, Fabricante, Etc.)	Valor unitário
01	M	60	Corrente de elos longos - Aço inox 316 L conforme a figura abaixo: Sendo o diâmetro da corrente de 6,0 mm ou 15/64" e tendo as dimensões A= 6,0 mm, B=42 mm e C=24 mm. A carga de trabalho é de 500 Kg. O peso unitário por metro é de 0,641 Kg. Quantidade 60 metros. 30 unidades de parafuso com porcas tipo M12x50 mm de aço inox 60 unidades de arruelas lisa M12 de aço inox	93,55
02	pç	30	parafuso com porcas tipo M12x50 mm de aço inox	6,00
03	pç	60	arruelas lisa M12 de aço inox.	2,00

Engenheiro Josué Fabiano Melo  
Engenheiro Civil - SAMAE  
CREA/SC 118.828-5

NEUSA APARECIDA DE LIMA  
PREGOEIRA

Aprovo o Edital  
Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei 8666/93

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016****PROPOSTA DE PREÇOS**

Item	Un.	Quant.	Especificação (Modelo, Fabricante, Etc)	Marca	Valor Em Real	
					Unitário	Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega: Garantia:

**DADOS DA LICITANTE**

Razão Social/Nome: Endereço:

Município: Estado:

CEP: CNPJ/CPF/MF:

Fone: ( ) Fax: ( )

Responsável pela assinatura contrato:

Cargo: CPF:

Fone: ( ) Fax: ( ) E-mail:

Local e data:

Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações

Assinatura/Carimbo

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016****MINUTA DE DECLARAÇÃO****D E C L A R A Ç Ã O**

Empresa \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ n \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade n o \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e que não possuímos em nosso quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data: Nome, cargo e assinatura Razão Social da empresa

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016****FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO**

Razão Social: \_\_\_\_\_.

Endereço: \_\_\_\_\_.

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_.

Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_.

Nome da pessoa para contatos: \_\_\_\_\_.

Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_.

Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: \_\_\_\_\_.

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: \_\_\_\_\_.

RG nr.: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_.

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data: \_\_\_\_\_

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.

#### ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

#### MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,

C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_,

CREDENCIA o Sr. \_\_\_\_\_ (CARGO),

portador do R.G. nr. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nr. \_\_\_\_\_,

para representá-la perante ao SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO na licitação na modalidade Pregão Presencial nº 02/2016, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME:

RG:

CARGO:

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(pode ser preenchida para entrega)

A empresa \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_,

CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por seu representante Sr. \_\_\_\_\_,

RG nr. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nr. \_\_\_\_\_,

declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Empresa:

Representante legal:

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, na Rua Felipe Schmidt n. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo n. 2/2016, rescindiu o contrato n. 194/2015 com a Empresa CS Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção, inscrita no CNPJ sob o n. 07.133.586/0001-01, com sede estabelecida a Rua Doutor Bley Zorning, n. 3023, Sala 7, Bairro Boqueiro, Curitiba-PR, CEP 81.750.430, e aplicou sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pelo prazo de 6 (seis) meses, conforme previsto no artigo 87, III da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. O inteiro teor da decisão esta disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

### DECRETO Nº. 028/2016

DECRETO Nº. 028/2016

"RETIFICA DECRETO Nº. 187/2015 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 187/2015, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.092,14 m² (Um mil e noventa e dois metros e quatorze decímetros quadrados), procedido por DILACI SZCZYGIEL DE BARROS, situado na Rua Marechal Deodoro, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 35.811, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30 com área de 506,00 m², lote nº 34 com área de 176,31 m² (este lote só pode ser vendido ao confrontante) e lote nº 35 com área de 409,83 m², todos pertencentes à quadra nº 837, conforme requerimento protocolado sob nº. 4581/2015."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 187/2015 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 05 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 029/2016

DECRETO Nº. 029/2016

#### APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 637,72 m² (Seiscentos e trinta e sete metros e setenta e dois decímetros quadrados), procedido por ROSANI ZIERUTH RODRIGUES DA SILVA, situado na Rua Marechal Rondon, no Bairro Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 30.950 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 18 com área de 417,72 m² (este lote só pode ser vendido ao confrontante) e lote nº 17 com área de 220,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 069, conforme requerimento protocolado sob nº. 065/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 031/2016

DECRETO Nº. 031/2016

#### CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, em conjunto com Cleison Tarciso Fuck, Presidente do Conselho Municipal das Cidades, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável no município, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das cidades, a ser realizada no dia 13 de Maio de 2016, na Câmara de Vereadores de Canoinhas, situada a Rua 3 de Maio, nº 150, no município de Canoinhas, sob a coordenação comissão organizadora, tendo

como tema central: "FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS".

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades tem como objetivo, proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões, entre as autoridades e gestores municipais e os diversos segmentos da sociedade civil, em torno das estratégias que apontam diretrizes para política de Desenvolvimento Urbano Sustentável das Cidades.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da Secretaria de Planejamento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 137/2016**

PORTARIA Nº. 137/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a EDUARDO JOSÉ IENDRAS, efetivo no cargo de Borracheiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 138/2016**

PORTARIA Nº. 138/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **REVOGAR**

Art. 1º - Fica revogado o Artigo 33 da Portaria nº 118/2016 que

Alterou Temporariamente a servidora SIMONE CALIXTO LÉRIA SÁFIM, efetiva no cargo de Professor, na disciplina de Geografia, 15% de regência, 20 horas semanais, sendo 10 horas semanais na EBM Evaldo Dranka, e 10 horas semanais na EBM José Grosskopf, conforme comunicação interna nº 027/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 139/2016**

PORTARIA Nº. 139/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

#### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, a partir de 22/02/2016, da profissional DULCE TEREZINHA ROMÃO PENTEADO DO PRADO, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, para atuar no Programa de Atenção à Educação Municipal – PAEM – Espaço Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 029/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 140/2016**

PORTARIA Nº. 140/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeada SIMONE CALIXTO LÉRIA STAFIM para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, com gratificação de 40%, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2015, conforme comunicação interna nº 028/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 141/2016**

PORTARIA Nº. 141/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional CARLA ADRIANA GAN STAFIN, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, MAG II, 10 horas semanais, 15% regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 22/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso IV, admissão de profissionais de educação, conforme comunicação interna nº 031/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 142/2016**

PORTARIA Nº. 142/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias à CLÁUDIA SUDBRACK FONTANA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 24/02/2016 a 24/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 143/2016**

PORTARIA Nº. 143/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido CLEUNICE KOSAK, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no GEM Xeila Elizabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido EVANDRO NOGATH DOBRYCHTOP, efetivo no cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, na EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº. 144/2016**

PORTARIA Nº. 144/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor ONÉLIO ANTÔNIO MAZURKIEVICZ, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 145/2016**

PORTARIA Nº. 145/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias à PEDRO PAULO WOITEXEN, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 22/02/2016 a 22/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 146/2016**

PORTARIA Nº. 146/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;  
CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais;

CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em férias;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em extensão de jornada de trabalho;  
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional LUCIANA BUSKO, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, afastamento ou licença, na forma do regulamento, na vaga vinculada da professora Erica Leithold Rodrigues, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional ELIANE APARECIDA SOARES ZANELLA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições municipais, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional NEUSA WITT, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 15/04/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, afastamento ou licença, na forma do regulamento, na vaga vinculada das monitoras de educação infantil Luzia Schiessl de França e Carina Pietruso, as quais estão de férias, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional ANA PAULA DOBRIKLOPE, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Rural Santa Bárbara, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 30/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições municipais, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 5º - Fica contratado o profissional DIEGO LUIZ DOS SANTOS, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão para suprir demanda decorrentes da expansão das instituições municipais, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 6º - Fica contratada a profissional ELISÂNGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão para suprir demanda decorrentes da expansão das instituições municipais, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 7º - Fica contratada a profissional FABIANE EMANUELE DO PRADO, na função de Administrador Escolar, MAG II, 40 horas

semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso III, nomeação para ocupar cargos de direção ou confiança, na vaga vinculada da Administradora Escolar Luciane Aparecida Darmorus Zucco, a qual ocupa o cargo de Diretora de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 8º - Fica contratada a profissional ELENICE APARECIDA KARVAT, na função de Administrador Escolar, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, afastamento ou licença, na forma do regulamento, na vaga vinculada da administradora escolar Raquel Aparecida Dambroski, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 033/SME/2016.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 10/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/02/16

CONTRATADO: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, RETROESCAVADEIRA E M³/KILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 631.600,00 (seiscentos e trinta e um mil e seiscentos reais)

DATA: 18/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 13/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 25/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 13/2016 (PRESENCIAL)

1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 04/03/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047)

3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 04/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 21/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 04/2016

1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 08/03/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 02/2016 (PRESENCIAL)**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 02/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 02/2016 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/03/2016, às 15h05min, licitação para LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS I, II E II E CREAS-PSC/LA. Recebimento de propostas até as 15h00min do dia 07/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 15/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 27/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 15/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/03/2016, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, EM FORMULÁRIO CONTÍNUO 4 VIAS AUTOCOPIATIVO, DESTINADAS AO SETOR DE BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 03/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito



**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 16/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 28/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 16/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/03/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 07/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 18/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 31/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 18/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/03/2016, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E OUTROS PROGRAMAS, CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 08/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 02/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Processo Licitatório n.º PMC 30/2016  
Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 02/2016

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.  
Contratado: ULISSES DONIZETE RAMOS.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA VENDA DE BENS MATERIAIS INSERVÍVEIS A ESTA ADMINISTRAÇÃO.  
Valor: R\$ 5.247,50 (cinco mil duzentos e quarentas e sete reais e cinquenta centavos) que corresponde a 5% do valor do lance mínimo previsto no edital, valor este que pode variar conforme resultado final do leilão.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

**Editais nº 006/2016**

EDITAL Nº 006, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 2015 e janeiro de 2016, nos termos dos Anexos I, II e III, IV e V.

Capinzal - SC, 11 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

**ANEXO I****RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL****NO MÊS DE SETEMBRO DE 2015**

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/09/2015	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	30.470,00
Fundo Nacional de Saúde	02/09/2015	Programa Saúde da Família - PSF	42.470,00
Fundo Nacional de Saúde	02/09/2015	Saúde Bucal	46.930,00
Fundo Nacional de Saúde	03/09/2015	Programa de Acesso e Qualidade	15.800,00
Fundo Nacional de Saúde	03/09/2015	Programa de Acesso e Qualidade	31.650,00
Fundo Nacional de Saúde	03/09/2015	Programa Saúde na Escola	36.450,00
Fundo Nacional de Saúde	03/09/2015	Farmácia Básica da União	8.890,58
Fundo Nacional de Saúde	03/09/2015	Vigilância Sanitária	2.192,80
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	03/09/2015	Merenda Escolar	27.984,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	04/09/2015	PNATE – Ensino Médio	2.126,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	04/09/2015	PNATE - Ensino Fundamental	4.446,82
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	04/09/2015	PNATE – Ensino Infantil	718,17
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	15/09/2015	Salário Educação	89.523,25

Ministério da Educação – Projeto Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	15/09/2015	Construção de 04 (quatro) salas de aula no terreno da Escola Jaime da Rocha da Localidade de Lindemberg (Edital nº 025/2015, anexo).	43.636, 01
Ministério do Esporte – Programa de Esporte e Grandes Eventos Esportivos	17/09/2015	Iluminação do Campo de Futebol do Bairro São Críóvão (Edital nº 026/2015, anexo).	125.000,00
Fundo Nacional de Saúde – Programa de Requalificação de UBS	28/09/2015	Construção de UBS de Lindemberg (Edital nº 028/2015, anexo).	244.800,00
Fundo Nacional de Saúde – Programa de Requalificação de UBS	28/09/2015	Construção de UBS do Loteamento João Batista Sere-na (Edital nº 028/2015, anexo).	307.200,00

## ANEXO II

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL			
NO MÊS DE OUTUBRO DE 2015			
ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/10/2015	Programa Saúde da Família - PSF	12.000,00
Fundo Nacional de Saúde	02/10/2015	Agentes Comunitários de Saúde	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	02/10/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/2015	PNATE - Ensino Médio	2.126,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/2015	PNATE - Ensino Fundamental	4.446,82
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/2015	PNATE – Ensino Infantil	718,17
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/2015	Merenda Escolar	28.254,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/10/2015	Merenda Escolar - Alimentação Especial	270,00
Fundo Nacional de Saúde	06/10/2015	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	13/10/2015	Salário Educação	97.160,75
Fundo Nacional de Saúde	16/10/2015	Vigilância Sanitária	6.959,13
Ministério dos Esportes – Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos	08/10/2016	Reforma do Ginásio Dileto Bertaioli (Edital nº 032/2015, anexo).	73.125,00
Ministério das Cidades – PAC FNHIS	13/10/2016	Urbanização Loteamento Nova Capinzal (Edital nº 033/2015, anexo).	53.087,03
Ministério das Cidades	28/10/2016	Pavimentação da Rua Carmelo Zócolli e Aparício Ribeiro (Edital nº 035/2015 anexo).	122.925,00

## ANEXO III

RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL			
NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015			
ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Vigilância Sanitária	6.739,55
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Programa de Acesso e Qualidade	15.800,00
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Programa Saúde na Escola	2.970,75

Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Programa de Atenção Básica - PAB	40.327,67
Fundo Nacional de Saúde	04/11/2015	Incremento Temporário – Piso Atenção Básica	25.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/11/2015	Merenda Escolar	28.254,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/11/2015	PNATE – Ensino Médio	2.126,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	06/11/2015	PNATE – Ensino Fundamental	4.446,82
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	07/07/2015	PNATE – Ensino Infantil	787,17
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	13/11/2015	Salário Educação	93.881,70
Ministério do Esporte	13/11/2015	Execução da Sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste. (Edital nº 36/2015, anexo)	717.906,38

## ANEXO IV

## RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	02/12/2015	Saúde Bucal	4.460,00
Fundo Nacional de Saúde	02/12/2015	Programa Saúde da Família	12.000,00
Fundo Nacional de Saúde	02/12/2015	Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	26.364,00
Fundo Nacional de Saúde	09/12/2015	Incremento Temporário – Piso Atenção Básica	25.000,00
Ministério do Esporte – Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos	14/12/2016	Reforma do Ginásio Municipal Dileto Bertaioli (Edital nº 039/2015, anexo)	48.750,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	15/12/2015	Salário Educação	90.757,33
Fundo Nacional de Saúde	22/12/2015	Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	30.420,00
Fundo Nacional de Saúde	22/12/2015	Vigilância Sanitária	300,00

## ANEXO V

## RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

NO MÊS DE JANEIRO DE 2016

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	05/01/2016	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Saúde	05/01/2016	Vigilância Sanitária	30.151,88
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/01/2016	Merenda Escolar	28.254,00
Fundo Nacional de Saúde	05/01/2016	Piso de Atenção Básica - PAB	40.372,67
Fundo Nacional de Saúde	05/01/2016	Programa de Acesso e Qualidade	15.800,00
Fundo Nacional de Saúde	05/01/2016	Programa de Acesso e Qualidade	15.800,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/01/2016	PNATE – Ensino Médio	2.126,74

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/01/2016	PNATE – Ensino Fundamental	4.446,82
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/01/2016	PNATE – Ensino Infantil	787,17
Fundo Nacional de Saúde	14/01/2016	Incremento Temporário – Piso Atenção Básica	25.000,00
Fundo Nacional de Saúde	14/01/2016	Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	29.406,00
Fundo Nacional de Saúde	14/01/2016	Incentivo Adicional PSF- Programa Saúde da Família	10.000,00
Fundo Nacional de Saúde	14/01/2016	Saúde Bucal	40.372,67
Fundo Nacional de Saúde	14/01/2016	Programa Saúde da Família	19.130,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14/01/2016	Salário Educação	94.013,09
Fundo Nacional de Saúde	29/01/2016	Farmácia Básica	8.890,58

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: CLAUDIA VIEIRA SARMENTO

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/12/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/12/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/42/2015, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA.

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2016.

VIGÊNCIA: 19/02/2016 A 19/05/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/13/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/13/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 03.981.434/0001-08

OBJETO: REAJUSTE DO VALOR DA GASOLINA COMUM E DO ÓLEO DIESEL S10.

VALORES: R\$ 3,38 (TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) /LITRO DE GASOLINA COMUM.

R\$ 2,95 (DOIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS) / LITRO DE ÓLEO DIESEL S-10.

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2016

VIGÊNCIA: 22/02/2016 A 31/12/2016

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### PROCESSO 20 E 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 16/2016

PROCESSO: 20/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 20/2016, tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO, VISANDO ATENDER ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, MEDIANTE ELABORAÇÃO DE PARECERES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTEMPLANDO AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 09/03/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 21 DE fevereiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL TOMADA DE PREÇOS: 01/2016

PROCESSO: 21/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de tomada de Preço 01/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a CONSTRUÇÃO DE CASAS EM MATERIAIS MISTOS DE 42,00 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Entrega da documentação e proposta até as 16 horas do dia 09/03/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 21 DE fevereiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 013, DE 19.02.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 013, DE 19.02.2016

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2016, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2015, na fonte 126 – transferência de convênios – outros – Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 38.745,00 (trinta e oito mil setecentos e quarenta e cinco reais), na seguinte dotação:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 – Divisão de Obras  
15 – Urbanismo  
452 – Serviços Urbanos  
13 – Urbanismo  
126 – Transferência de Convênios – Outros – Tesouro Exercício Anterior  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2092 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
.....  
..... R\$ 38.745,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 03 de março de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda escolar do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e na Creche Municipal, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de março de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças para conserto da retroescavadeira JCB 3C utilizado pela Secretaria de Obras Transportes e Serviços deste Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### Portaria 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 075/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário CLÁUDIA LOPES SYPRIANI,



para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Anos Iniciais na turma do 5º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 076/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 076/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA, para exercer as funções do cargo de Segundo Professor ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma do Pré II, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 077/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 077/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário PATRICIA MACHADO HINCKEL, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma do Pré II, período vespertino, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a

16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 078/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 078/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário PATRICIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora de Libras - ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 4º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 079/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 079/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário CLAUDINEI DA SILVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT - 15 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Religião, sendo 10 horas para atuar nas turmas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, e 05 horas, para atuar nas turmas de anos Finais do Ensino Fundamental, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 080/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 080/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário PATRICIA MACHADO HINCKEL, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 15 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Geografia nas turmas de Anos Finais do Ensino Fundamental, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 081/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 081/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário LUANA FRANZ DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma do Pré II, período matutino, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 082/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 082/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário DENISE MACHADO KLET-TENBERG, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 3 anos, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 083/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 083/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário MONIQUE RAFAELA EDUARDO, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 01 ano, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 084/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 084/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 03 anos, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 085/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 085/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário GUILHERME PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Matemática, para atuar nas turmas de anos Finais do Ensino Fundamental, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 086/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 086/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DASILVA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Anos Iniciais na turma do 3º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verry Passig, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 087/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 087/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05, (cinco) dias, datado de 15.02.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública DEBORA GRACH, ocupante do Cargo de Professora ACT – 25 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 15.02.2016 a 19.02.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15.02.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 088/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

## PORTARIA Nº 088/2016

- Considerando, os efeitos da Portaria n 073/2016 de 17.02.16, que designou a servidora, EVA APARECIDA KEMPNER ABREU, para atuar na área de orientação pedagógica junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

## RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MARY SILVIA K. MEDEIROS, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 02 anos, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 22.02.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 566, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 566, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários junto ao Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os débitos vencidos das pessoas físicas e jurídicas, tributários e não-tributários, acrescidos dos encargos legais (juros, multas e atualização monetária), inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias e não-tributárias acessórias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2015, poderão ser parcelados, a critério da autoridade fazendária competente, em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, na forma e condições previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos tributários e não tributários da pessoa física ou jurídica, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, observado o disposto no artigo 4º.

§ 2º A adesão ao parcelamento previsto nesta Lei Complementar implica, por parte do contribuinte ou responsável, confissão irretratável e irrevogável, na forma da lei civil.

§ 3º O parcelamento de que trata este artigo somente alcançará débitos que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 4º A inclusão dos débitos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que a pessoa jurídica protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 5º Havendo ação judicial proposta pelo contribuinte ou responsável, os honorários de sucumbência, decorrentes da extinção do processo para fins de inclusão dos respectivos débitos no parcelamento previsto no caput, serão de cinco por cento do valor do débito consolidado, desde que o juízo não estabeleça outro montante, os quais deverão ser recolhidos como condição para o deferimento do parcelamento.

§ 6º Os débitos originados de contratos por prazo determinado somente poderão ser parcelados em número de parcelas nunca superior àquelas fixadas no contrato originário.

Art. 2º Os contribuintes ou responsáveis, interessados em parcelar seus débitos tributários e não tributários, nas condições previstas no artigo 1º, deverão protocolar requerimento junto à Secretaria de Fazenda, impreterivelmente até o dia 16 de dezembro de 2016.

Art. 3º Os débitos incluídos no parcelamento serão objeto de consolidação no mês do requerimento, convertendo-se o valor total

obtido em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para fins de fixação do valor das parcelas.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela será de 50,0000 (cinquenta) UFRM's para o contribuinte ou responsável pessoa jurídica, e de 20,0000 (vinte) UFRM's para o contribuinte ou responsável pessoa física.

§ 2º O valor de cada prestação será atualizado segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 3º O vencimento da primeira prestação se dará em 10 (dez) dias após o despacho concessivo do parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de parcelamento formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da primeira prestação.

Art. 4º O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais;

II - constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial;

III - decretada a falência ou insolvência civil do contribuinte ou responsável.

§ 1º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 2º A rescisão do parcelamento independará de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.

§ 3º Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que rescindir o parcelamento de que trata esta Lei Complementar.

Art. 5º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento do parcelamento:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

III - recolhimento dos honorários advocatícios, no montante definido pelo juízo ou, quando este montante não tiver sido estabelecido, em valor equivalente a cinco por cento do débito em execução.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retornarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 19 de fevereiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 567, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 567, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais, efetivos e comissionados, dos ocupantes de funções e empregos públicos, dos estagiários, o subsídio dos agentes políticos, os proventos dos aposentados e pensionistas, terão revisão geral em 01 de janeiro de 2016, no percentual de 11% (onze por cento).

Parágrafo único. Os benefícios previdenciários não abrangidos pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 serão revisados de forma a preservar o seu valor real, observando o disposto no § 8º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Fica concedido 1% (um por cento) de Progressão por Mérito, referente ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, nos termos do artigo 14 e artigo 32 da Lei Complementar nº 132/01, em 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 19 de fevereiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2240/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2240/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX0758	55072065F	5010/0	24/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
AHE4983	55072383F	5010/0	01/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
AHQ4929	55072069F	6599/2	24/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
AHX6991	54616193F	6556/1	11/09/2015	R\$ 191,54	230 * I
AHX6991	54616194F	5029/1	11/09/2015	R\$ 957,69	162 * II
ALH7339	55071839F	6599/2	07/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
ALT9490	55073133F	5010/0	18/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
ALT9490	55073134F	7340/0	18/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
AMF8194	54263244F	6599/2	08/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
APP5436	54619330F	5010/0	14/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
AUK3118	55072965F	5045/0	08/12/2015	R\$ 191,54	162 * V
AVY9560	54620122F	5010/0	15/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
BAG0770	55072749F	6610/2	06/11/2015	R\$ 127,69	230 * VII
BNP3059	54355979F	5010/0	18/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
BPM3209	55102478E	5169/1	23/08/2015	R\$ 1.915,38	165
BSH9671	54615986F	6599/2	19/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
BSU8154	55071871F	5010/0	20/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
CBI0012	55103660E	5010/0	21/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
CDA2045	55074760F	5274/1	03/12/2015	R\$ 1.915,38	175
CDA2045	55074762F	6637/2	03/12/2015	R\$ 127,69	230 * IX
CHD6755	54616393F	6599/2	23/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
CHD6755	54616394F	5010/0	23/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
CIR9822	55071717F	6769/1	23/11/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
CIR9822	55071718F	6769/1	23/11/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
CNE2847	55567278E	6556/1	25/11/2015	R\$ 191,54	230 * I
CPP2012	55076056F	6912/0	08/12/2015	R\$ 53,20	232

1 / 4



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCJ6502	55071951F	6556/1	17/11/2015	R\$ 191,54	230 * I
DIZ9586	54619247F	6769/1	06/11/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
DJQ9138	54618066F	6610/2	09/11/2015	R\$ 127,69	230 * VII
DJQ9138	54618067F	5010/0	09/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
DUZ5211	54357187F	5010/0	28/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
DUZ5211	54357188F	6599/2	28/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
DYV4636	54617611F	6599/2	28/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
DZM6467	54262918F	5010/0	14/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
EBK8934	55071398F	6610/2	31/10/2015	R\$ 127,69	230 * VII
EKO6109	54262075F	6610/2	07/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
HLN3168	54619657F	6556/1	18/09/2015	R\$ 191,54	230 * I
HRC7199	54618405F	6661/0	30/07/2015	R\$ 127,69	230 * XII
ICI5697	54618076F	6599/2	15/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
ICI5697	54618077F	5010/0	15/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
IDO5179	55073064F	6653/1	18/11/2015	R\$ 127,69	230 * XI
IEK0944	55073105F	5274/1	11/11/2015	R\$ 1.915,38	175
IFD7070	54618955F	5010/0	02/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
IHN8579	55073082F	6769/1	20/11/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
ILT8802	54619536F	6912/0	19/10/2015	R\$ 53,20	232
ILV4455	55071454F	5010/0	03/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
IMC8625	54618639F	6653/2	05/10/2015	R\$ 127,69	230 * XI
ISM4462	54618952F	5010/0	27/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
ISS7157	55072820F	6556/1	04/11/2015	R\$ 191,54	230 * I
ISS7157	55072821F	6637/2	04/11/2015	R\$ 127,69	230 * IX
ISS7157	55072822F	6653/2	04/11/2015	R\$ 127,69	230 * XI
ISS7157	55072865F	5010/0	04/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
ISS7157	55072866F	6912/0	04/11/2015	R\$ 53,20	232
ISS7157	55072867F	6599/2	04/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
JGA0728	54073683F	6599/2	08/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
JPE9337	54617946F	6637/2	07/11/2015	R\$ 127,69	230 * IX
JPE9337	54619667F	5274/1	23/10/2015	R\$ 1.915,38	175
JZI7138	55073163F	6599/2	09/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWT5032	55072710F	6556/1	04/11/2015	R\$ 191,54	230 * I
LXJ1810	55072718F	6610/2	04/11/2015	R\$ 127,69	230 * VII
LXP5344	54617496F	6912/0	23/11/2015	R\$ 53,20	232
LXS8234	55072677F	5010/0	13/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LXV5781	55101088E	5010/0	05/09/2015	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXY7191	54619792F	5010/0	11/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
LXZ5792	54619025F	5010/0	07/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZC4764	55818896E	6599/2	20/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAA2462	55071387F	5010/0	30/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAG0956	54618387F	6599/2	17/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAO4432	54619141F	6653/1	23/10/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MBG1544	55073137F	5010/0	18/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBG1544	55073138F	6599/2	18/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBP2064	54357099F	5010/0	21/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBP2064	54357100F	6599/2	21/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBX9082	55073154F	6599/2	09/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBX9082	55073155F	5010/0	09/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBZ0761	55072812F	5010/0	04/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCA5278	55567277E	5010/0	25/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCS9102	55818895E	6637/2	18/11/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MDQ2022	54619583F	6661/0	19/09/2015	R\$ 127,69	230 * XII
MDT3150	54618263F	5010/0	07/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDT3150	54618264F	6599/2	07/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDU0889	54357793F	6610/2	28/11/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MDW1554	55073191F	7340/0	12/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MDY7393	55071663F	5010/0	15/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDY9312	55071903F	6661/0	11/11/2015	R\$ 127,69	230 * XII
MEG9161	54619255F	6661/0	27/08/2015	R\$ 127,69	230 * XII
MEI6457	55071886F	6599/2	23/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEN3539	54073924F	6637/2	10/09/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MEU2055	54617942F	5010/0	07/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MEU2584	54618646F	5045/0	23/10/2015	R\$ 191,54	162 * V
MFC1751	55818886E	5010/0	07/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFC2019	54356598F	6599/2	22/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
MFL0356	54619026F	5010/0	03/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGG3841	55072063F	6599/2	24/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGG3841	55072064F	7340/0	24/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MGJ8298	54619298F	6610/2	12/09/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MGM4509	54615480F	5274/1	31/10/2015	R\$ 1.915,38	175
MGQ5367	54264086F	5010/0	29/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGW7033	54617950F	7340/0	19/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MGZ3925	55071704F	6599/2	09/11/2015	R\$ 191,54	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD9610	54619604F	5010/0	24/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MHE2538	54618281F	5010/0	10/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MII3706	55076157F	6599/2	27/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MII3706	55076158F	5045/0	27/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
MIV2369	55071291F	6599/2	09/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MIV2369	55071490F	5010/0	09/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJT6199	55073052F	5010/0	09/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MKK7747	54358023F	6653/2	14/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MKO9442	54618900F	5010/0	26/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MLB7703	54074291F	5010/0	16/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MLF2493	55102480E	5010/0	24/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MLZ3057	55071946F	5010/0	17/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MMK4059	54615640F	5010/0	23/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
OKG9891	55073484F	5274/1	16/11/2015	R\$ 1.915,38	175
QHB0801	55073807F	5010/0	03/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
QHM8051	54356475F	5010/0	27/10/2015	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

RONALDO NECKEL MORETTO

DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

# EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2241/2016



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2241/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANO3518	55567694E	5185/1	27/11/2015	R\$ 127,69	167
AQK1184	55567393E	5185/1	30/09/2015	R\$ 127,69	167
AUU8809	54588815E	5720/0	14/08/2015	R\$ 127,69	186 * I
AWK5872	55073268F	5185/1	07/10/2015	R\$ 127,69	167
AXR1909	54618867F	6017/5	25/11/2015	R\$ 191,54	206 * III
CDA2045	55074758F	6076/0	03/12/2015	R\$ 191,54	210
CIR1632	55071459F	5185/1	04/11/2015	R\$ 127,69	167
CIR1632	55071460F	7366/2	04/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
CJJ8055	55071609F	5460/0	10/11/2015	R\$ 85,13	181 * IX
DOG6482	54619359F	5185/1	16/09/2015	R\$ 127,69	167
DUZ5211	54357189F	5835/0	28/07/2015	R\$ 127,69	195
DWF4394	54618894F	5185/1	26/11/2015	R\$ 127,69	167
FAK3149	54619377F	5185/1	24/09/2015	R\$ 127,69	167
ILT4747	54616813F	6050/1	02/07/2015	R\$ 191,53	208
ITI0010	55073375F	5185/1	13/10/2015	R\$ 127,69	167
JLA6384	54619920F	5185/1	29/09/2015	R\$ 127,69	167
JPE9337	54619668F	5185/1	23/10/2015	R\$ 127,69	167
LYU7592	55959843E	5185/1	01/11/2015	R\$ 127,69	167
LZU7874	54618903F	5835/0	02/09/2015	R\$ 127,69	195
MAB5774	54618862F	5185/1	25/11/2015	R\$ 127,69	167
MBR3153	55072542F	5452/1	24/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCG1546	55071608F	5185/1	07/11/2015	R\$ 127,69	167
MCH8464	54088843N	5002/0	17/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MDH5989	54263693F	5908/0	20/11/2015	R\$ 957,69	202 * I
MDY7393	55071662F	6076/0	15/11/2015	R\$ 191,54	210
MEL9671	55073663F	5185/1	05/10/2015	R\$ 127,69	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEY7457	54068496N	5002/0	04/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MFR9700	55071231F	5410/0	15/10/2015	R\$ 85,13	181 * IV
MGC1368	54088862N	5002/0	17/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MGL7543	55073578F	7366/2	24/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MGO9019	54083968N	5002/0	24/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MHK2258	55567695E	7366/2	27/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MIL3957	55071653F	5185/1	11/11/2015	R\$ 127,69	167
MIW1795	54546283E	6050/1	10/11/2015	R\$ 191,54	208
MJD3494	55071476F	7366/2	05/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MJD3494	55071477F	5185/1	05/11/2015	R\$ 127,69	167
MJL6656	54617013F	7056/1	13/08/2015	R\$ 191,54	244 * III
MJM7529	55071611F	5550/0	11/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MJO6910	54263022F	6050/1	28/10/2015	R\$ 191,54	208
MJU6073	54615368F	7366/2	15/09/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MKB2098	54356098F	5185/1	28/09/2015	R\$ 127,69	167
MKI1303	54618683F	7366/2	07/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLA8906	55071493F	7366/2	09/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLC3255	54618564F	7366/2	24/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLN7025	55071251F	7366/2	27/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLU9163	55071297F	5541/1	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX9121	55820048E	7056/1	31/10/2015	R\$ 191,54	244 * III
MLZ3057	55071949F	5207/0	17/11/2015	R\$ 53,20	169
MMM6525	54618562F	7366/2	24/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
QHE3690	54619865F	7366/2	21/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI
QHH0450	55071458F	7366/2	04/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
QHO4295	54793747E	5185/1	11/09/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1737/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1737/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP6605	55859920E	6610/2	25/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

RONALDO NECKENL MORETO

DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1738/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 12

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1738/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW7388	55123988F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ABJ0531	55121641F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ABK6845	55122246F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ADC9494	55119295F	5541/2	15/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ADC9494	55119396F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AGR7288	55996531E	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AHN6950	55124085F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AHQ4929	55122411F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AIC8581	55999976E	5541/2	15/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AIL7882	55117448F	5541/2	18/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AIL7882	55117939F	5541/2	24/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AIP9314	55122274F	5541/2	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AIU5942	55118639F	5541/2	03/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AJH9926	55119604F	5541/2	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AKR5577	55121606F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AKX9999	54069197N	5002/0	09/09/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
ALM8384	55122065F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AOE5158	55121876F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ATB6948	55119981F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ATU6125	55122396F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AVM6661	55119412F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AVM6661	55119446F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AWN5133	55121710F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AWN5133	55121840F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AXR1290	55998671E	5541/2	27/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AYL6982	55998750E	5541/2	28/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BIA3029	55117578F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BTH7463	55121929F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CHX5658	55124000F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CKQ7286	55118925F	5541/2	08/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
COK0575	55118458F	5541/2	01/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
COL9998	55858547E	5835/0	09/10/2015	R\$ 127,69	195
CSF3911	55119758F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CVK5900	55120486F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CYO9692	55117884F	5541/2	24/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CYO9692	55999612E	5541/2	10/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CZX2387	55121304F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DCQ4566	55123986F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DFR5567	55995976E	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DFX1903	55120567F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DFX1903	55121398F	5541/2	07/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DIY5295	55124081F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DJC4948	55121759F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DML3319	55118039F	5541/2	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DMP5351	55124111F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DNQ4743	55996053E	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DON1240	55860011E	5452/1	15/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
DQO0869	55123760F	5541/2	03/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DWE3313	55121159F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DWI7623	55997507E	5541/2	12/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DWT1177	55119514F	5541/2	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DXT5808	55120049F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EAQ1166	55859775E	5452/1	20/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
EBI6120	55998366E	5541/2	21/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EEN3612	55119059F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EFP1210	55121111F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EFT6404	55997240E	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EJL0811	55122472F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EPD0755	55121841F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EPO1124	55121695F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EPO1124	55121719F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EPP8698	55997414E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EQH2766	55998766E	5541/2	28/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EUD8068	55118035F	5541/2	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EVT8649	55997864E	5541/2	15/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EYJ8160	55119861F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EYJ8160	55119968F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EYJ8160	55120019F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EYJ8160	55121097F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FBZ5754	55120478F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FIK2608	55122332F	5541/2	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FIK2608	55999887E	5541/2	14/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FSL1911	55120958F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FTG2001	55117970F	5541/2	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
GTO6640	55997733E	5541/2	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
GWA1266	55998130E	5541/2	19/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
GWA1266	55998928E	5541/2	31/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HEU9488	55117511F	5541/2	19/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HFF4028	55117582F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HLJ9190	55999195E	5541/2	02/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HNU2995	55122674F	5541/2	21/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HWR3585	55120045F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HXB9184	55996224E	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IGI6448	55120792F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IGT1190	55120065F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IHA6496	55124129F	5541/2	09/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IHO7174	55121012F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IJU3321	55120328F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IKA1671	55117238F	5541/2	16/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IKN2746	55120402F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IKP7171	55124051F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ILP5478	55121057F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IMD3192	55121430F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
INV7582	55120334F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IOE5189	55859973E	5215/1	25/09/2015	R\$ 191,54	170
IOW3265	55118385F	5541/2	30/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IPG6778	55121262F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IQB3972	55121203F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IQU1019	55998726E	5541/2	28/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ISS7157	55861609E	5835/0	26/08/2015	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ITJ5062	55119724F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ITQ5507	55121721F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IVC8967	54088699N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
IVM1298	55119742F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JNG8482	55120368F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JOD7571	55999337E	5541/2	04/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JQR0221	55120377F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JQT4408	55119925F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JUQ2338	55999697E	5541/2	11/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JVF5370	55119734F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KAE3833	55120891F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KAE3833	55120908F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KAE3833	55122498F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KAE3833	55122528F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KDD1431	55120525F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KHD2865	55858562E	5452/2	07/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
KOM2505	55117773F	5541/2	23/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KQC8349	55867686E	5835/0	25/11/2015	R\$ 127,69	195
KQC8349	55867717E	5835/0	02/12/2015	R\$ 127,69	195
KXF0230	55122003F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KZY0672	55119675F	5541/2	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LAH7269	55120550F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LNB3020	55121013F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LOP8337	55119579F	5541/2	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LWZ4246	55997951E	5541/2	17/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LWZ4246	55998605E	5541/2	26/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXN3902	55119841F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYM4423	55119695F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN7572	55121306F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYS4867	55999714E	5541/2	11/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT6046	55119979F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA0024	55996031E	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG6459	55997336E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG6459	55997353E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG6459	55997389E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM4121	55119222F	5541/2	14/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM4121	55120519F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZM7293	55119530F	5541/2	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZO6933	55121693F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ1373	55119266F	5541/2	14/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZS7563	55121438F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW7384	55121523F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW7384	55121838F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA7725	55120075F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA7725	55120111F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA7725	55120134F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAB6880	55122167F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI9511	55117571F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK0676	55998304E	5541/2	21/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV3523	55999275E	5541/2	03/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ4666	55998568E	5541/2	26/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG2351	55121799F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBH7756	55119159F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL5752	55120853F	5541/2	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN3884	55120137F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO2798	55860841E	5550/0	16/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MBO4811	55117288F	5541/2	17/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT2025	55997860E	5541/2	15/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW4841	55122063F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY5615	55123897F	5541/2	05/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1052	55120679F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1052	55121597F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1052	55997461E	5541/2	11/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1052	55999016E	5541/2	01/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB3093	55998941E	5541/2	31/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD2852	55120731F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH7839	55858434E	5452/1	10/09/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCH7944	55118812F	5541/2	07/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI0314	55997897E	5541/2	17/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCS9556	55122494F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT6712	55120221F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU4947	55119810F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY8305	55120770F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDB7142	55119498F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH9754	55121132F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL2234	55997787E	5541/2	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN0182	55124048F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN1398	55119138F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP0664	54088807N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MDS7044	55122444F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB4765	55120912F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB4765	55122397F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE2572	55120991F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE5142	55996588E	5541/2	29/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE5791	55120882F	5541/2	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG2571	55995885E	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ8787	55121593F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM7246	55997643E	5541/2	13/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO7454	55122574F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO7984	55119985F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ1344	55124121F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ2550	55119778F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ9363	55121534F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB0631	55121836F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB0631	55122013F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB5477	55999736E	5541/2	11/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG6375	55119893F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG6375	55120839F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG6375	55122389F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH1806	55117788F	5541/2	23/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH3447	55861504E	5452/2	13/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFI5466	55998012E	5541/2	18/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ1276	55121218F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM0762	55120640F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM6573	55122030F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM6573	55122040F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM6701	55118002F	5541/2	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN4561	55858688E	5452/2	11/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFO4948	55997408E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR1408	55867710E	5835/0	02/12/2015	R\$ 127,69	195
MFS5505	55120058F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS5505	55122408F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV7807	55119339F	5541/2	15/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV6360	55858435E	5452/1	10/09/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFY6227	55996209E	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6593	55120294F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF1050	55997761E	5541/2	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF7653	54088790N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MGF7653	54088791N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MGJ2237	55121124F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ5559	55998174E	5541/2	20/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ7517	55117254F	5541/2	16/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK8094	55118019F	5541/2	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK8285	55858839E	5479/0	12/11/2015	R\$ 85,13	181 * X
MGL0605	55123962F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO3678	55119077F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ9759	54083084N	5002/0	17/11/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MGR2574	55997861E	5541/2	15/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS1175	55119469F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS3564	55121192F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU0454	55120073F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU2533	54088706N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MGU2533	54088827N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MGV9077	55117755F	5541/2	22/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV9825	55118739F	5541/2	06/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ8159	55998596E	5541/2	26/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1425	55121749F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1425	55121956F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1583	55858540E	5460/0	02/10/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MHF1783	55120026F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF5118	55997212E	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG6553	55117825F	5541/2	23/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ5078	55120319F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK3858	55120050F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK3858	55121608F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK3858	55121630F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM0199	55121323F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM0199	55122248F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHM8202	55859981E	5819/1	05/10/2015	R\$ 574,61	193
MHN4526	55997665E	5541/2	13/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN9082	55123778F	5541/2	04/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP8590	55120241F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ9438	55120120F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR7684	55121685F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX2912	55122438F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX5411	55122349F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX5411	55122475F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MID2702	55119924F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3690	55120176F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MID4368	55122189F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE7249	55121731F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE7249	55121935F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG4218	55997256E	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG9787	55999044E	5541/2	01/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ1373	55124034F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ2588	55858645E	5541/1	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK9948	55121388F	5541/2	07/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM1426	54088795N	5002/0	17/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIM4582	55119731F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM6388	54066235N	5002/0	25/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIO0102	55121518F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP2742	54079062N	5002/0	27/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIP2742	54079111N	5002/0	27/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIP7748	55119806F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP7748	55119827F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP8248	55120914F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR4226	55122333F	5541/2	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR7494	55120214F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU0501	55121867F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU0501	55121943F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5000	55120534F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5000	55120921F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5452	55120171F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5452	55122456F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW1795	55122707F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIX9435	55120467F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ0154	55122675F	5541/2	21/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB9806	55117869F	5541/2	24/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC0358	55122384F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE0747	55122767F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE6953	55997869E	5541/2	17/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF1319	55122449F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF2556	55124057F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI6928	55996447E	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ1993	54064132N	5002/0	14/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MJL3258	55120822F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL5643	55997678E	5541/2	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL8739	55121082F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL8739	55121109F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL9181	55999188E	5541/2	02/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN7258	55119192F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN7258	55120698F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO7080	55120926F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO7080	55120990F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO7080	55122117F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO7234	55999701E	5541/2	11/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO8457	55121381F	5541/2	07/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ8819	55121497F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS7633	54079059N	5002/0	27/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MJT6125	55120184F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV0098	55997831E	5541/2	15/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY1020	55120568F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB4567	55122468F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC0333	55118250F	5541/2	29/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC0333	55996171E	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC0856	55995968E	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC3975	54089328N	5002/0	21/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKD1425	55998618E	5541/2	26/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD2615	55121611F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD7504	55997466E	5541/2	11/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE0669	54070593N	5002/0	14/09/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKE5678	55998373E	5541/2	21/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG9644	55120372F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKH0667	55120972F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKH2144	55996073E	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4772	55120386F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4772	55120470F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4772	55121981F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK1294	55859901E	5452/1	21/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MKK2828	55120230F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL2894	55121486F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL8058	54081322N	5002/0	09/11/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKO2343	55121525F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO8463	55858798E	5541/1	26/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP6215	55995974E	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4310	55120099F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4310	55120463F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4310	55120797F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4310	55122321F	5541/2	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4310	55122690F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ5652	55121059F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR1334	55997464E	5541/2	11/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR1334	55998184E	5541/2	20/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT0504	55858483E	6050/1	21/09/2015	R\$ 191,54	208
MKT5264	55121541F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW0802	55119944F	5541/2	22/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW2502	55121133F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX2018	55998882E	5541/2	29/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY0072	55861721E	5541/5	02/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY5428	55860485E	5541/1	05/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA5532	54068498N	5002/0	04/09/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MLC0161	55120941F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC5350	55121699F	5541/2	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD9557	55122502F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLE8803	55119040F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF2052	55122420F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF2493	55997868E	5541/2	17/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI0335	55118569F	5541/2	02/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ1780	55999506E	5541/2	09/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLJ3558	55120516F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ3558	55120925F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ6988	54069175N	5002/0	09/09/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MLK0623	55121587F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK2578	55996064E	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK5247	55120759F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL1763	55120725F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM2083	55119703F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLO1102	55121522F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLO5746	55999233E	5541/2	03/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLP5838	55121436F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS0289	55121471F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS0916	55121340F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS0916	55998930E	5541/2	31/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS8843	55998049E	5541/2	19/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV5455	55120719F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV5455	55120735F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV5455	55120750F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX3575	55122422F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX6621	55997210E	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY2300	55119627F	5541/2	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY2300	55122542F	5541/2	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY3889	55999533E	5541/2	09/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF5112	55122348F	5541/2	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH1625	55119897F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH4929	55121526F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MML2847	55120970F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MML7399	55120370F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MML9336	55995884E	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MNV1516	55998505E	5541/2	24/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MRH7303	54069162N	5002/0	09/09/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
NDK0392	55119750F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NJW2829	55124093F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NNZ5998	55123969F	5541/2	07/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NXY8873	55121900F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OGR2032	55122783F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OIG0027	55861623E	5550/0	02/09/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
OKE5421	55119931F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKE5421	55121205F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKE6092	55117780F	5541/2	23/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKE6092	55999426E	5541/2	08/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKF0920	55122762F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKF2438	55121193F	5541/2	05/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKH8374	54068227N	5002/0	03/09/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
OKH9927	55117445F	5541/2	18/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OLQ6823	55120175F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OMB6807	55120544F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHB8797	55858785E	5550/0	23/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
QHG1063	55120456F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHK7385	55997380E	5541/2	10/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHM0325	55123934F	5541/2	05/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHQ9163	55999855E	5541/2	14/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHS9153	55124069F	5541/2	08/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHT4253	55998621E	5541/2	26/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 745 797/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 22

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 745 797/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW3789	8745428361	7455/0	14/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
ABH2313	8745446065	5673/2	09/09/2015	R\$ 85,13	183
ABH2313	8745456977	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ACH2505	8745460663	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ADW0586	8745466873	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AES6728	8745450440	7455/0	23/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AES6728	8745450874	7455/0	24/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AEU5307	8745445408	7463/0	05/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
AEX9538	8745450331	5673/2	22/09/2015	R\$ 85,13	183
AFI5365	8745462996	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AFI5365	8745463517	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AFS5029	8745452428	7455/0	27/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AHZ3986	8745461766	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AHZ3986	8745463830	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AJH9926	8745465677	5673/2	12/11/2015	R\$ 85,13	183
AJQ4102	8745459643	7455/0	19/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AJR3243	8745446742	7455/0	12/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AJY6704	8745459131	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AJZ1722	8745464166	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AKK1371	8745459818	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ALB7933	8745476227	7463/0	10/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
ALG8927	8745449697	7455/0	20/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
ALM8384	8745461683	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ALS8750	8745460551	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
ALY5505	8745462589	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AMC5964	8745437620	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AML6433	8745432510	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
AMS8807	8745457884	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ANA1623	8745464810	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ANE9635	8745437937	7463/0	10/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
ANJ4792	8745445395	7455/0	04/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
ANO3518	8745458579	6050/3	16/10/2015	R\$ 191,54	208
ANP6835	8745444104	6050/3	06/09/2015	R\$ 191,54	208
AOG9815	8745426861	7455/0	17/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
AOH7263	8745460513	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
API0643	8745451578	7463/0	27/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
APL5041	54088490N	5002/0	17/12/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
APQ3754	8745458252	5673/2	17/10/2015	R\$ 85,13	183
APQ3754	8745459890	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
APQ3754	8745460880	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
APU6502	8745460811	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AQC6040	54069378N	5002/0	09/09/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
AQC9461	8745473944	5673/2	05/12/2015	R\$ 85,13	183
AQC9461	8745475024	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
AQO4720	8745434694	5673/2	07/08/2015	R\$ 85,13	183
AQZ4890	54083218N	5002/0	17/11/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
ARA0212	8745460359	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARL1924	8745447684	7455/0	09/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARM1370	8745427324	7455/0	13/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARO5004	8745475983	5673/2	12/12/2015	R\$ 85,13	183
ARS0147	8745449982	7455/0	19/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARV5124	8745473188	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARV5124	8745475518	7463/0	07/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
ARV5124	8745475546	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARV5124	8745475824	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ASX1655	8745448210	6050/3	16/09/2015	R\$ 191,54	208
ATE2425	8745475842	6050/3	09/12/2015	R\$ 191,54	208
ATK6673	8745437367	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
ATZ8531	8745460086	7455/0	19/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AUE1934	8745465295	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AUN1706	8745436999	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
AUN1706	8745437226	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
AUN1706	8745437495	7463/0	16/08/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVT8860	8745466968	5673/2	15/11/2015	R\$ 85,13	183
AWE2692	8745456868	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AWK5872	8745453888	5673/2	04/10/2015	R\$ 85,13	183
AWT1127	8745441565	6050/3	30/08/2015	R\$ 191,54	208
AXV8453	8745460263	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AYC4065	8745470716	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AYS9042	8745462042	7471/0	29/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
AYT0679	8745462702	6050/3	01/11/2015	R\$ 191,54	208
BBJ0155	8745457863	7463/0	13/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
BDG2903	8745454096	7455/0	02/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BGQ8175	8745461910	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BIN5231	8745450074	7455/0	14/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
BOP8168	8745464308	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
BOW0472	8745436189	7463/0	15/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
BRG0796	8745446485	7455/0	08/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745448446	7455/0	15/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745448489	7455/0	17/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745448502	7463/0	18/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
BRG0796	8745456421	7455/0	07/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745457575	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745458539	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745458546	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745458969	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRG0796	8745474332	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
BRH8369	8745455784	7463/0	11/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
BSU9646	8745452094	7455/0	25/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
BZJ5639	8745461231	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
CAO1005	8745473037	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CCZ2220	8745460631	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
CDA1881	8745434772	7463/0	09/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
CDA2045	8745458344	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
CDA2045	8745466591	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CDM6881	54067596N	5002/0	03/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
CGP5863	8745466718	7455/0	14/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CHH3663	8745432584	6050/3	28/07/2015	R\$ 191,54	208
CHH4500	8745475191	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CHO6785	8745465647	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIH0288	8745476261	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CIS0187	8745463688	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CIY6716	8745458411	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
CKB4686	8745463519	5673/2	06/11/2015	R\$ 85,13	183
CNE2101	8745475483	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CNE2101	8745475683	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CQG5331	8745445036	7455/0	05/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
CRC5012	8745438821	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
CRJ2122	8745457171	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
CRJ3949	8745441144	7455/0	25/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
CRJ3949	8745446920	7455/0	14/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
CVF9393	8745463017	5673/2	07/11/2015	R\$ 85,13	183
CXD3388	8745465643	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CYG0789	8745475285	5673/2	10/12/2015	R\$ 85,13	183
CYR3680	8745474338	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DCY3027	8745458243	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DEL9886	8745437087	5673/2	10/08/2015	R\$ 85,13	183
DFS5688	8745448255	7463/0	19/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
DFV0970	8745435904	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DGK1372	8745473468	6050/3	01/12/2015	R\$ 191,54	208
DGU2465	8745446674	5673/2	14/09/2015	R\$ 85,13	183
DHH3351	8745465088	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DIV9718	8745458293	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DJC4948	8745453726	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DJH3184	8745462600	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DLO2446	8745462144	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DNB4531	8745443023	7455/0	29/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DNQ2825	8745475920	6050/3	07/12/2015	R\$ 191,54	208
DNU1471	8745462662	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DOR8524	8745460948	6050/3	28/10/2015	R\$ 191,54	208
DPG4292	8745440523	5673/2	31/08/2015	R\$ 85,13	183
DRI3940	8745463598	5673/2	04/11/2015	R\$ 85,13	183
DSA5748	8745464201	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DTR4228	8745476003	5673/2	10/12/2015	R\$ 85,13	183
DTR4228	8745476217	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DWO8264	8745429295	6050/3	25/07/2015	R\$ 191,54	208
DWT1177	8745457629	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DXF8385	8745447231	7455/0	10/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
DXH6622	8745476009	5673/2	11/12/2015	R\$ 85,13	183
DZS1851	8745437525	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DZS1851	8745440755	7463/0	28/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
EAY8310	8745448103	5673/2	18/09/2015	R\$ 85,13	183
EBC1209	8745464761	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
EBJ9130	8745473725	5673/2	04/12/2015	R\$ 85,13	183
EEN6921	8745459472	7455/0	20/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
EEQ4885	8745437839	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
EFU8632	8745468909	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
EKV9245	8745459437	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ELZ3067	8745461184	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
EPP8615	8745427802	7463/0	18/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
EUD8068	8745436775	5673/2	15/08/2015	R\$ 85,13	183
EUN0029	8745442552	7455/0	25/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
EVI2002	8745456863	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
EXD4843	8745459902	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
FIG7070	8745465322	5673/2	12/11/2015	R\$ 85,13	183
FNQ6834	8745442850	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
GRX6262	8745458718	5673/2	16/10/2015	R\$ 85,13	183
GYE3090	8745463409	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
GZH1866	8745460219	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
HGX4213	8745447180	7455/0	09/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
HGX4213	8745447260	7455/0	11/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
HRM9446	8745461414	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
HRT2082	8745436925	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
HRT2082	8745439195	7471/0	21/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
HSS5311	8745448018	7455/0	18/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
HTD0103	8745457565	7463/0	16/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
HUN2757	8745433849	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IAY6873	8745466794	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ICT8943	8745465298	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IDN1564	8745473200	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IFD7070	8745447567	7455/0	14/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IFH1879	8745459758	7455/0	20/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IFV7125	8745448823	7463/0	15/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
IGF8129	8745440327	7463/0	21/08/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGI5748	8745462906	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IGL4566	8745458806	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IGX8601	8745465003	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHM6924	8745475398	5673/2	09/12/2015	R\$ 85,13	183
IHP4964	8745437439	7463/0	14/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHQ7829	8745451444	7455/0	24/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHY6244	8745459804	7455/0	23/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IIL7976	8745457582	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IJE5128	8745445636	7455/0	06/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IJN9092	8745459817	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKB7220	8745474436	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKC2677	8745458937	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKN0337	8745434929	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKN2746	8745436731	5673/2	12/08/2015	R\$ 85,13	183
IKN2746	8745453760	7455/0	02/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKN2746	8745459637	7455/0	19/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKO6194	8745463761	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IKS7998	8745460843	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ILK9267	8745475243	6050/3	08/12/2015	R\$ 191,54	208
IMF7455	8745440830	7455/0	24/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IMN8003	8745453380	7471/0	01/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
IMS3343	8745448373	7455/0	19/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
INI0811	8745443846	5673/2	04/09/2015	R\$ 85,13	183
INI1724	8745449676	7455/0	18/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
INI3425	8745463511	7463/0	06/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
INN1062	8745460927	5673/2	27/10/2015	R\$ 85,13	183
INV2699	8745463306	5673/2	03/11/2015	R\$ 85,13	183
IOB5408	8745464954	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOE5189	8745438755	7455/0	20/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOL2193	8745474567	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOL2193	8745474850	7463/0	01/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IOL9860	8745450033	7455/0	17/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOQ3578	8745473377	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOR5522	8745464867	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IOX6987	8745449368	7455/0	20/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPR4412	8745431049	7455/0	21/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPR4412	8745432977	7455/0	28/07/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IPR4412	8745435365	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPR4412	8745436839	6050/3	16/08/2015	R\$ 191,54	208
IPR4412	8745439740	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPR4412	8745439795	7463/0	19/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
IPR4412	8745440334	7463/0	19/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
IPR4412	8745442314	7455/0	26/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPR4412	8745442364	7455/0	27/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPS4203	8745474115	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IQF6599	8745474153	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IQY1566	8745467198	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IQZ3008	8745457762	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IRG2573	54088224N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
IRU2450	8745462855	6050/3	03/11/2015	R\$ 191,54	208
ISD4896	54079167N	5002/0	27/10/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
ISH1848	8745462296	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ISI6542	54088482N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
ISO4233	8745466204	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ISR5463	8745441922	7455/0	29/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
ITB9645	54088174N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
ITF9183	8745461055	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
ITI1370	8745476268	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ITR0305	8745474207	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ITW8110	8745463484	5673/2	06/11/2015	R\$ 85,13	183
IUM5335	8745473176	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IUM5335	8745474270	7463/0	05/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IUN9083	8745439808	7455/0	20/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
IUO0209	8745462059	7463/0	30/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
IUP3015	8745464353	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IUX1727	8745466458	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IVD5259	8745450641	7455/0	23/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IVH7661	8745430090	7455/0	26/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
IVK4478	8745444915	7455/0	03/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
IVW6354	8745456901	5673/2	16/10/2015	R\$ 85,13	183
IWE2888	8745450769	6050/3	26/09/2015	R\$ 191,54	208
JFX1899	8745462413	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
JGZ2527	8745445954	5673/2	13/09/2015	R\$ 85,13	183
JHO4799	8745463400	5673/2	07/11/2015	R\$ 85,13	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JIM5254	8745459678	7471/0	24/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
JPE9337	8745459039	5673/2	23/10/2015	R\$ 85,13	183
JPL8527	8745460627	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
JSZ3578	8745457017	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
JZD6918	8745440240	7455/0	21/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
JZP6233	8745462842	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
KAS8922	8745451533	7455/0	26/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
KDT7297	8745454288	7455/0	03/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
KES9779	8745463352	5673/2	02/11/2015	R\$ 85,13	183
KJL4053	8745470973	5673/2	27/11/2015	R\$ 85,13	183
KNR6822	8745465145	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
KNY5187	8745458828	6050/3	21/10/2015	R\$ 191,54	208
LBK1589	8745465294	7455/0	10/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LBT7337	8745474952	7455/0	04/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LNE4266	8745463274	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LNK6963	8745475048	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LNK6963	8745475432	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LNK9309	8745443554	6050/3	04/09/2015	R\$ 191,54	208
LOC9779	8745462954	5673/2	03/11/2015	R\$ 85,13	183
LQN1599	8745460997	6050/3	29/10/2015	R\$ 191,54	208
LTU0428	8745451097	7455/0	27/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
LUZ6043	8745442695	7455/0	27/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWR1954	8745458359	6050/3	18/10/2015	R\$ 191,54	208
LWV8052	8745473794	7471/0	06/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
LWZ0008	8745463054	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXD2214	8745463132	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXD2214	8745464254	7463/0	07/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXD2214	8745464823	7471/0	01/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXD2214	8745464845	7471/0	06/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXD2214	8745464846	7463/0	06/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXD2214	8745464848	7471/0	07/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXD2214	8745464874	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXD2214	8745464877	7471/0	05/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXD2214	8745464879	7463/0	06/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXD2214	8745464894	7463/0	08/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXF6848	8745457596	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXF6848	8745457822	7463/0	16/10/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXG9700	8745458657	7455/0	18/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXH3820	8745430165	7455/0	21/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXH3820	8745430264	7463/0	23/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXJ1810	8745458919	5673/2	23/10/2015	R\$ 85,13	183
LXN4852	8745465916	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXN7667	8745465897	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXQ4440	8745476214	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXU4992	8745473418	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYA1447	8745474820	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYA2261	8745436146	6050/3	15/08/2015	R\$ 191,54	208
LYA8051	54079143N	5002/0	27/10/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LYF4717	8745460677	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYG7915	8745463424	6050/3	07/11/2015	R\$ 191,54	208
LYI2560	8745440132	7455/0	22/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYQ7890	8745440313	7455/0	20/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYS4867	8745435594	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYT1099	8745460775	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYU7592	8745461750	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYU7592	8745464305	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYW2486	8745465215	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYZ0948	8745463584	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZI8153	8745463756	5673/2	03/11/2015	R\$ 85,13	183
LZJ7213	8745463000	5673/2	06/11/2015	R\$ 85,13	183
LZM5159	8745465206	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZM7293	8745436160	5673/2	16/08/2015	R\$ 85,13	183
LZQ9171	8745448732	7455/0	18/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZR7862	8745441650	5673/2	27/08/2015	R\$ 85,13	183
LZT2573	8745468602	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZU5195	8745475758	6050/3	09/12/2015	R\$ 191,54	208
LZY1203	8745465160	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZY6870	8745461867	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAA9376	54069303N	5002/0	09/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MAD2644	8745475187	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAI9232	8745473469	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ6170	8745441797	7455/0	25/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ6170	8745452510	5673/2	30/09/2015	R\$ 85,13	183
MAJ6622	8745434946	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO0980	8745465825	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAS0524	8745461088	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
MAU6614	8745467449	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAY0749	8745461851	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBC4413	8745430017	6050/3	24/07/2015	R\$ 191,54	208
MBE2277	8745440743	7455/0	28/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBE2277	8745457259	7463/0	13/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBE2793	8745440308	7455/0	19/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBG9195	8745461492	7455/0	27/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBJ2945	8745475263	5673/2	08/12/2015	R\$ 85,13	183
MBJ6873	8745453291	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBK4419	8745462286	5673/2	07/11/2015	R\$ 85,13	183
MBL5752	8745460671	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBL5752	8745462109	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBL5752	8745462112	7471/0	28/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MBL5752	8745465922	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBP1221	8745463127	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBP1221	8745463952	7463/0	01/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBP9921	8745468637	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBR6325	8745458956	7455/0	22/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBR7907	8745448980	5673/2	17/09/2015	R\$ 85,13	183
MBR8049	8745466676	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBU0329	8745454683	7455/0	10/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBX9082	8745459712	7463/0	21/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBX9082	8745460153	7463/0	24/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBX9082	8745460388	7471/0	30/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MBX9082	8745460521	7455/0	27/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBX9082	8745461757	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBZ4558	8745441978	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBZ5511	8745460106	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCA1052	8745461130	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCA1052	8745464691	7463/0	02/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCB7106	8745463006	5673/2	06/11/2015	R\$ 85,13	183
MCD8825	8745457816	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCH1651	54088233N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MCJ6968	8745434319	6050/3	09/08/2015	R\$ 191,54	208
MCN0911	8745440198	7455/0	23/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN4988	8745464241	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCO9149	54088276N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MCO9149	54088420N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MCP5564	8745467434	5673/2	11/11/2015	R\$ 85,13	183
MCS4641	8745459729	7471/0	19/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MCS4641	8745460666	7471/0	27/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MCS4641	8745463049	7471/0	07/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
MCS4641	8745464661	7471/0	01/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
MCS4641	8745465881	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCS4641	8745467488	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCS4641	8745467492	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCS4641	8745476282	7463/0	13/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCS9102	8745460763	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCT6712	8745464836	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCU6019	8745462327	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCX4545	8745462417	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCY1075	8745458026	7455/0	15/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCZ6195	8745445062	7463/0	06/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCZ6195	8745445242	7463/0	06/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCZ6195	8745453039	7455/0	28/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCZ6520	8745442296	7455/0	25/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCZ9074	8745458624	7455/0	15/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDA1652	8745466135	7455/0	14/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDB2766	8745461077	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
MDB4558	8745468292	7471/0	20/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
MDB6126	8745454549	7455/0	03/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDB7784	8745463104	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDC1198	8745443759	7455/0	07/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDG7133	8745444829	7455/0	01/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDI1001	8745463281	5673/2	03/11/2015	R\$ 85,13	183
MDJ1796	8745467134	5673/2	11/11/2015	R\$ 85,13	183
MDL9914	8745438151	7471/0	11/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
MDM6328	8745462302	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDM9364	8745443184	7471/0	27/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
MDN2567	8745459900	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDN8599	8745437064	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDN8599	8745443787	7455/0	01/09/2015	R\$ 85,13	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO3476	8745465394	6050/3	12/11/2015	R\$ 191,54	208
MDO8450	8745466237	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDP5067	8745460330	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDP6605	8745451805	7471/0	25/09/2015	R\$ 574,61	218 * III
MDQ6746	8745457290	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDQ8226	8745462371	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDR5684	8745461074	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDR5684	8745463390	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDR8005	8745466582	6050/3	11/11/2015	R\$ 191,54	208
MDR8522	8745462344	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDR8522	8745463613	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDS6526	8745475982	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDW1554	8745429438	7455/0	21/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDW2416	8745462099	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDX7312	8745444739	7455/0	06/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDZ6318	8745448400	7463/0	20/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDZ6318	8745448405	7455/0	20/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDZ8866	54079382N	5002/0	27/10/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
MEA3035	8745451822	7455/0	25/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEB6884	8745438812	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEC5773	8745473906	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MED4703	8745432072	5673/2	01/08/2015	R\$ 85,13	183
MEE1534	8745472991	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEF0630	8745434223	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEF1343	8745434607	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEG1739	8745430120	7455/0	26/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEG5683	8745432204	6050/3	27/07/2015	R\$ 191,54	208
MEG7951	8745428877	6050/3	21/07/2015	R\$ 191,54	208
MEI1755	8745458496	7455/0	15/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEI1755	8745464090	7463/0	04/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEI1755	8745466566	7455/0	10/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEI1755	8745466586	7463/0	11/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEJ5042	8745474228	7463/0	03/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEK8504	8745446781	5673/2	11/09/2015	R\$ 85,13	183
MEN3539	8745443094	7455/0	29/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEN3699	8745437485	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEN8848	8745457968	7463/0	18/10/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEO4927	8745460637	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEP4570	8745436304	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEP4570	8745440654	7455/0	24/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEP4570	8745440921	7455/0	28/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEU2055	8745462538	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEV0539	8745466296	7455/0	14/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEX0531	8745461460	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEX2412	8745469533	7455/0	19/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEZ1585	54088326N	5002/0	17/12/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
MEZ4767	8745447919	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEZ5189	8745474871	7455/0	04/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFA8508	8745460399	6050/3	30/10/2015	R\$ 191,54	208
MFB0631	8745461064	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
MFB9560	8745467529	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745430054	7455/0	25/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745432234	7455/0	27/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745434606	7463/0	03/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745437247	7463/0	16/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745437752	7463/0	16/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745439117	7463/0	17/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745439528	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745439609	7455/0	19/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745439612	7463/0	20/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745448833	7463/0	16/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC2019	8745449913	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFC2019	8745456950	7463/0	18/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC7845	54088182N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MFE1482	8745437509	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFE3877	8745473562	5673/2	01/12/2015	R\$ 85,13	183
MFE7128	8745453011	7455/0	30/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFG2067	54082190N	5002/0	13/11/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
MFG5492	8745452678	5673/2	30/09/2015	R\$ 85,13	183
MFH3664	8745441417	7455/0	28/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFJ1901	8745467516	6050/3	12/11/2015	R\$ 191,54	208
MFM0762	8745465335	5673/2	13/11/2015	R\$ 85,13	183
MFN1205	8745448667	6050/3	19/09/2015	R\$ 191,54	208
MFO3175	8745466253	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFP4674	8745466538	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFQ5557	8745453632	7455/0	03/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFR2415	8745442219	7463/0	30/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFR5308	8745455096	7455/0	07/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFR5308	8745456686	7471/0	07/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MFS8338	8745466913	6050/3	14/11/2015	R\$ 191,54	208
MFT4726	8745459746	7455/0	19/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFT7154	54088464N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MFU5259	54082096N	5002/0	13/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MFV8775	8745442507	7455/0	31/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFV1487	8745440231	7455/0	20/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGA4140	8745456746	5673/2	06/10/2015	R\$ 85,13	183
MGB1819	8745440270	7455/0	23/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGB3136	8745438330	5673/2	20/08/2015	R\$ 85,13	183
MGD3980	8745450154	5673/2	22/09/2015	R\$ 85,13	183
MGE5264	8745464350	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGE5286	8745438137	7471/0	14/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
MGF1747	8745434935	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGG0819	8745465040	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGG3659	8745463955	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGH2201	8745466383	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGH4664	8745438645	5673/2	19/08/2015	R\$ 85,13	183
MGH6486	8745452605	5673/2	28/09/2015	R\$ 85,13	183
MGI8727	8745475533	5673/2	08/12/2015	R\$ 85,13	183
MGJ4567	8745460958	5673/2	28/10/2015	R\$ 85,13	183
MGJ4567	8745461042	5673/2	30/10/2015	R\$ 85,13	183
MGK7930	8745435523	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGK7930	8745448487	7455/0	17/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGK8094	8745436697	6050/3	16/08/2015	R\$ 191,54	208
MGK8094	8745438405	5673/2	18/08/2015	R\$ 85,13	183
MGM3971	8745457777	7471/0	16/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MGM3971	8745457782	7471/0	16/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MGM3971	8745459925	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGM5663	8745463427	5673/2	07/11/2015	R\$ 85,13	183
MGN0906	8745468120	6050/3	17/11/2015	R\$ 191,54	208
MGO1595	8745442862	7455/0	24/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGO9126	8745443438	7455/0	06/09/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGQ2430	8745458224	7463/0	15/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGQ2430	8745474305	6050/3	05/12/2015	R\$ 191,54	208
MGQ2430	8745474730	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGQ2430	8745474776	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGQ6116	8745429197	7455/0	26/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGR7893	8745475557	5673/2	08/12/2015	R\$ 85,13	183
MGS4260	54088336N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MGS5681	8745442718	7463/0	30/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGT6223	8745466359	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGT8090	8745458923	6050/3	19/10/2015	R\$ 191,54	208
MGV9077	8745459267	5673/2	23/10/2015	R\$ 85,13	183
MGV9825	8745456290	5673/2	10/10/2015	R\$ 85,13	183
MGY1231	8745433292	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGZ2184	8745476260	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHC0840	8745467217	5673/2	13/11/2015	R\$ 85,13	183
MHC5360	8745466840	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHD2917	8745466002	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHF2107	8745460302	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHF2107	8745460438	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHF8998	8745450583	5673/2	26/09/2015	R\$ 85,13	183
MHG5334	8745464211	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG5334	8745466714	7455/0	14/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG5334	8745466749	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG5633	8745464193	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG7548	8745447358	7455/0	14/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG9769	8745465789	6050/3	15/11/2015	R\$ 191,54	208
MHH5842	8745468964	7455/0	17/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHH5842	8745469701	7455/0	20/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHH8314	8745473950	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHI0415	8745466394	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHI0614	8745466171	7463/0	15/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHI3408	8745463406	6050/3	07/11/2015	R\$ 191,54	208
MHI5459	8745461616	7471/0	26/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MHJ1061	8745439716	7455/0	23/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHJ5589	8745441087	7455/0	28/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHL4287	8745462323	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHL5064	8745474964	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHL9544	8745457083	7455/0	15/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHL9544	8745460873	6050/3	26/10/2015	R\$ 191,54	208
MHM1771	8745446714	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHN2047	8745461588	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHP1389	8745464019	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHP4343	8745464733	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHQ4393	8745439369	7455/0	21/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHQ5062	8745461525	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHQ5062	8745462468	7463/0	03/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHR4905	8745466035	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHS1782	8745460863	7455/0	27/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHS4731	8745460788	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHT9727	8745452922	7455/0	28/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHU0216	8745451779	7455/0	24/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHW9605	8745447967	6050/3	16/09/2015	R\$ 191,54	208
MHY2389	8745466548	7463/0	10/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIC3071	8745448267	6050/3	20/09/2015	R\$ 191,54	208
MIC7365	8745429039	6050/3	26/07/2015	R\$ 191,54	208
MID9157	8745433875	7455/0	04/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIE1577	8745431146	7455/0	27/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIE5376	8745464646	7455/0	08/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIH3962	8745463731	5673/2	02/11/2015	R\$ 85,13	183
MIH3962	8745463742	6050/3	02/11/2015	R\$ 191,54	208
MIH5811	8745465664	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MII4894	8745435568	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIJ0664	8745453880	6050/3	04/10/2015	R\$ 191,54	208
MIK0349	8745452570	6050/3	29/09/2015	R\$ 191,54	208
MIL0916	8745454222	7455/0	02/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIL1068	8745466896	5673/2	13/11/2015	R\$ 85,13	183
MIL4439	8745452645	7455/0	29/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIL4439	8745464035	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIL9594	8745459212	7455/0	23/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIM4219	8745433317	7455/0	27/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIM4233	8745460845	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIM4544	8745463289	5673/2	03/11/2015	R\$ 85,13	183
MIN9448	8745458142	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIO7763	8745467328	7463/0	15/11/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO8278	8745464502	7471/0	01/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
MIO8323	54082087N	5002/0	13/11/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
MIO8323	54082159N	5002/0	13/11/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MIP3526	8745438628	7455/0	23/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIP5184	8745459706	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIP8426	8745440413	7455/0	19/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIQ3937	8745451939	7455/0	23/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIR0092	8745474105	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIR1739	8745462348	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIR1739	8745462506	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIR4226	8745461583	7455/0	30/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIR5460	54070959N	5002/0	15/09/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MIS0265	8745447470	7463/0	11/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIS6986	8745466058	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIU0990	8745451562	7455/0	26/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIU3090	8745442536	7455/0	24/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIV1318	8745442102	7455/0	27/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIW4317	8745467136	5673/2	11/11/2015	R\$ 85,13	183
MIW4317	8745467197	5673/2	12/11/2015	R\$ 85,13	183
MIW6095	8745460186	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIX1922	8745436376	7455/0	15/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIX2407	54088539N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MIX4061	8745457786	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIY7991	8745464627	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIZ0030	8745441105	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIZ6410	8745466205	7455/0	10/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJA4352	8745459726	7471/0	21/10/2015	R\$ 574,61	218 * III
MJA4352	8745459999	7463/0	20/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJA4352	8745464802	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJB9806	8745434894	7455/0	05/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJC2589	8745474933	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJD4480	8745453613	5673/2	02/10/2015	R\$ 85,13	183
MJE6786	8745441555	5673/2	29/08/2015	R\$ 85,13	183
MJE9673	8745459075	5673/2	21/10/2015	R\$ 85,13	183
MJF6867	8745451069	7463/0	25/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJG5488	8745460817	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJH4869	8745464993	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI9831	8745475110	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJJ1699	8745475725	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJJ6310	8745459717	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJL1338	8745460327	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJL4551	8745464785	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJL9460	54088600N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MJN3033	8745469659	7455/0	18/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJO2377	8745463544	5673/2	05/11/2015	R\$ 85,13	183
MJO4533	8745458765	7455/0	23/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJP1820	8745461198	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJQ0822	54079254N	5002/0	27/10/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MJQ5594	8745460567	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJQ8275	8745464250	7463/0	07/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJQ8819	8745465165	7463/0	07/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJR1196	8745463024	6050/3	08/11/2015	R\$ 191,54	208
MJR2742	8745458693	5673/2	14/10/2015	R\$ 85,13	183
MJS5274	8745474431	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJT1627	8745452618	5673/2	28/09/2015	R\$ 85,13	183
MJX4795	8745440690	7455/0	25/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJZ7442	8745447274	7463/0	11/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKA9566	8745462917	5673/2	01/11/2015	R\$ 85,13	183
MKB5512	8745461800	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKC0333	8745429370	6050/3	20/07/2015	R\$ 191,54	208
MKC0333	8745466227	7463/0	12/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKC8358	8745461465	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKD1215	8745459275	6050/3	24/10/2015	R\$ 191,54	208
MKD5997	8745459262	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKD5997	8745460375	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKD5997	8745460658	7455/0	29/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKD9917	8745466762	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG0648	8745459378	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG3900	54084152N	5002/0	24/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MKH6831	8745473414	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKI2189	8745459353	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKI7685	8745438234	5673/2	19/08/2015	R\$ 85,13	183
MKJ9575	8745464157	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKK1875	8745462133	7463/0	30/10/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKK4113	8745467443	5673/2	12/11/2015	R\$ 85,13	183
MKL0338	8745468005	5673/2	21/11/2015	R\$ 85,13	183
MKM7370	8745459557	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKN6695	8745454624	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKN6695	8745459704	7463/0	21/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKO0932	8745439165	5673/2	20/08/2015	R\$ 85,13	183
MKO1419	8745462991	5673/2	05/11/2015	R\$ 85,13	183
MKO8694	8745445287	7455/0	02/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKP7337	8745430445	7455/0	23/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKP9877	8745475495	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ3859	8745439444	7455/0	23/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ4310	8745460453	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ5868	54088523N	5002/0	17/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MKQ6171	8745445738	7455/0	07/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ7757	8745467800	7455/0	17/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ8728	8745460187	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ8728	8745462861	7463/0	03/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKR9852	8745466792	6050/3	09/11/2015	R\$ 191,54	208
MKS2568	8745437187	7463/0	14/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKT7452	8745464770	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKU3131	8745466462	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKU4895	8745434737	5673/2	08/08/2015	R\$ 85,13	183
MKV4907	8745448535	7455/0	19/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKW8898	8745432480	7455/0	29/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKX3748	8745475175	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKZ9027	8745433655	5673/2	05/08/2015	R\$ 85,13	183
MKZ9027	8745441083	6050/3	28/08/2015	R\$ 191,54	208
MLB8543	8745463112	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLD1365	8745462941	5673/2	02/11/2015	R\$ 85,13	183
MLE7530	8745462517	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLF2493	8745439790	7455/0	19/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLF3219	8745462536	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLH9283	54070676N	5002/0	14/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLI0236	8745458573	6050/3	16/10/2015	R\$ 191,54	208
MLI3677	8745474869	7455/0	04/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLJ1780	8745431955	7455/0	30/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLJ1780	8745432030	6050/3	29/07/2015	R\$ 191,54	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLJ1780	8745432058	5673/2	30/07/2015	R\$ 85,13	183
MLJ5367	8745438171	7463/0	11/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLM1428	8745458207	5673/2	14/10/2015	R\$ 85,13	183
MLM8626	8745474358	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLN1153	8745466348	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLO1088	8745463037	7455/0	04/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLO1102	8745462574	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLO2617	8745451398	7463/0	23/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLO5107	54088454N	5002/0	17/12/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
MLP7814	8745466352	7455/0	09/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLQ0999	8745452187	7455/0	21/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLQ7768	8745456924	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLR5769	8745475538	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLR5769	8745475592	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLR5769	8745475704	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLR8378	8745444363	7455/0	05/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLS9467	8745466772	7463/0	15/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLT0167	8745458973	7455/0	21/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLT0279	8745456843	7463/0	17/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLT0279	8745457372	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLT9131	8745473895	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLV1004	8745434489	7455/0	05/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLV1004	8745434723	6050/3	08/08/2015	R\$ 191,54	208
MLV9055	8745458586	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLW5609	8745474133	7463/0	02/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLW7482	8745465025	7455/0	06/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLX6355	8745475443	5673/2	10/12/2015	R\$ 85,13	183
MLX9173	8745448858	5673/2	18/09/2015	R\$ 85,13	183
MMB6117	8745467040	5673/2	09/11/2015	R\$ 85,13	183
MMB8452	8745463219	5673/2	06/11/2015	R\$ 85,13	183
MMC0299	54088311N	5002/0	17/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MMD0172	8745463928	6050/3	08/11/2015	R\$ 191,54	208
MMD0172	8745464289	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMD8155	8745473919	7455/0	04/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMF0699	8745462872	6050/3	04/11/2015	R\$ 191,54	208
MMF9791	8745436116	5673/2	14/08/2015	R\$ 85,13	183
MMH6077	8745465645	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMK0367	8745472733	5673/2	01/12/2015	R\$ 85,13	183
MMK2726	8745439293	6050/3	17/08/2015	R\$ 191,54	208
MMK3825	8745462555	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMK4564	8745464159	7455/0	05/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MML1536	8745449596	7455/0	16/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MNV1516	8745475939	6050/3	09/12/2015	R\$ 191,54	208
MVI8119	8745467364	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
NAE6967	8745464069	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
NJG3157	8745476042	6050/3	13/12/2015	R\$ 191,54	208
NJZ0114	8745443826	7455/0	03/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
OFK1683	8745439154	5673/2	19/08/2015	R\$ 85,13	183
OFV0160	8745446658	5673/2	13/09/2015	R\$ 85,13	183
OKE6901	8745464237	7463/0	07/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
OKE7550	54079306N	5002/0	27/10/2015	R\$ 191,54	257 § 8º
OKE8840	8745461728	7463/0	30/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
OKF6869	8745474390	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
OKG6061	8745456657	7455/0	05/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
OKG7087	54084143N	5002/0	24/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
OKG7926	8745466986	7463/0	15/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
OKG8646	8745436644	7455/0	13/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
OKH7375	8745474163	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
OKH7868	54067912N	5002/0	03/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
OKH7868	54069277N	5002/0	09/09/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
QDC0195	8745458933	6050/3	24/10/2015	R\$ 191,54	208
QDC0195	8745458955	6050/3	22/10/2015	R\$ 191,54	208
QHA3215	8745441916	7455/0	29/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHA7267	8745467338	5673/2	15/11/2015	R\$ 85,13	183
QHA7422	8745466161	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHA9483	8745462482	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHB2311	8745460698	7463/0	26/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
QHB2311	8745464064	7455/0	03/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHB3798	8745463571	5673/2	05/11/2015	R\$ 85,13	183
QHC2290	8745460371	7463/0	29/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
QHD0965	8745464436	7455/0	07/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD6868	8745467126	7471/0	11/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
QHD8560	8745459554	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD8560	8745460830	7463/0	28/10/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
QHD8560	8745463213	7455/0	02/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHE7276	8745473543	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHE7628	8745457129	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHF9540	8745450418	6050/3	22/09/2015	R\$ 191,54	208
QHH8580	8745459356	7455/0	25/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHI2044	8745438513	7455/0	18/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHJ3765	8745454485	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHK7473	8745459160	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHL4611	8745454022	5673/2	04/10/2015	R\$ 85,13	183
QHL8965	8745442070	7463/0	26/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
QHM2445	8745473384	6050/3	02/12/2015	R\$ 191,54	208
QHM2445	8745475550	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHM8312	8745474934	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHN1583	8745458834	6050/3	21/10/2015	R\$ 191,54	208
QHO4295	8745462182	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHO4434	54083207N	5002/0	17/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
QHO8821	8745460949	5673/2	28/10/2015	R\$ 85,13	183
QHO8944	8745461762	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHP5443	8745465265	7455/0	11/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHP6751	8745448909	7455/0	15/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHQ7336	8745463819	5673/2	05/11/2015	R\$ 85,13	183
QHQ9163	8745430205	7455/0	22/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHS9613	8745435943	7455/0	11/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
QIK9955	54083224N	5002/0	17/11/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
QIS2107	8745436612	6050/3	10/08/2015	R\$ 191,54	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2238/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 028 2238/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL8950	55075156F	6599/2	19/12/2015	230 * V
AHE8606	55072119F	5010/0	20/01/2016	162 * I
AIB9936	54262799F	6599/2	30/01/2016	230 * V
AND8473	54263813F	6599/2	28/01/2016	230 * V
AND8473	54263814F	5010/0	28/01/2016	162 * I
COE5445	54618812F	5169/1	25/01/2016	165
DAX9069	55074655F	6599/2	28/01/2016	230 * V
DAX9069	55074656F	6610/2	28/01/2016	230 * VII
DAX9069	55074657F	7579/0	28/01/2016	277
DAX9069	55074658F	5045/0	28/01/2016	162 * V
DAX9069	55074659F	5274/1	28/01/2016	175
DNU2771	54619718F	5010/0	24/01/2016	162 * I
DPL2315	54074239F	5037/1	24/01/2016	162 * III
DTZ2712	55075726F	6408/0	28/01/2016	221
EEQ3086	54618145F	5169/1	31/01/2016	165
EGT8509	55071516F	5045/0	25/01/2016	162 * V
EGW4638	55072015F	6637/2	25/01/2016	230 * IX
EGW4638	55072016F	5010/0	25/01/2016	162 * I
IDJ0805	54617642F	6599/2	09/01/2016	230 * V
IGP1602	55075411F	6408/0	30/01/2016	221
IJM4609	55075725F	5169/1	24/01/2016	165
ILT1226	54617638F	6599/2	05/01/2016	230 * V
INP6184	55076023F	6653/2	01/01/2016	230 * XI
IRM9035	55075510F	6599/2	07/01/2016	230 * V
JJQ5064	54617195F	5010/0	16/12/2015	162 * I
JNM2597	55502202F	6912/0	31/01/2016	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWX4834	55072276F	5010/0	07/01/2016	162 * I
LWX4834	55072277F	6653/1	07/01/2016	230 * XI
LWX4834	55072278F	6726/1	07/01/2016	230 * XVIII
LYA0773	55074905F	6599/2	23/01/2016	230 * V
LYA0773	55074906F	5010/0	23/01/2016	162 * I
LYA0773	55074907F	5118/0	23/01/2016	164 c/c 162 * I
LZN2640	55074255F	6599/2	24/01/2016	230 * V
MAA7725	55074899F	5010/0	21/01/2016	162 * I
MAE0821	55074913F	5010/0	31/01/2016	162 * I
MAE0821	55074915F	5118/0	31/01/2016	164 c/c 162 * I
MBO0872	54619188F	6610/2	29/12/2015	230 * VII
MBO0872	54619189F	6912/0	29/12/2015	232
MBV3243	54619196F	5010/0	05/01/2016	162 * I
MCE1225	54356441F	5010/0	25/01/2016	162 * I
MCX9436	54617194F	5010/0	16/12/2015	162 * I
MDS6062	54617196F	6408/0	07/01/2016	221
MDU9953	54356192F	6610/2	23/12/2015	230 * VII
MDU9953	54356193F	6670/0	23/12/2015	230 * XIII
MDU9953	54356195F	6653/2	23/12/2015	230 * XI
MDX6088	55075893F	5010/0	20/12/2015	162 * I
MDX6088	55075894F	5118/0	20/12/2015	164 c/c 162 * I
MED0856	54619190F	5010/0	04/01/2016	162 * I
MED0856	54619192F	6556/1	04/01/2016	230 * I
MED0856	54619194F	6599/2	04/01/2016	230 * V
MFC1751	55075269F	5010/0	24/01/2016	162 * I
MFK2355	55075266F	5010/0	21/01/2016	162 * I
MFT1133	55072266F	6912/0	21/12/2015	232
MFT1133	55072267F	7340/0	21/12/2015	252 * IV
MFT9761	55073491F	5010/0	09/01/2016	162 * I
MHI9828	55073914F	5010/0	19/01/2016	162 * I
MHY9803	54619632F	5010/0	06/01/2016	162 * I
MHY9803	54619633F	6912/0	06/01/2016	232
MLK1093	55074606F	6599/2	25/01/2016	230 * V
NBT0139	54618699F	5010/0	06/01/2016	162 * I
NBT0139	54618700F	6912/0	06/01/2016	232
NBT0139	55074102F	6599/2	06/01/2016	230 * V
NBT0139	55074105F	7340/0	06/01/2016	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NYE1336	55072106F	6610/2	07/01/2016	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

RONALDO NECKEL MORETTO

DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 028 2239/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 028 2239/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR2772	55072913F	5380/0	04/01/2016	181 * I
ANY2294	55074460F	5452/1	27/01/2016	181 * VIII
CHA7637	55075214F	5258/3	30/01/2016	174
CHA7637	55075215F	5835/0	30/01/2016	195
CHA7637	55075216F	5797/0	30/01/2016	191
DDD9307	55075403F	5428/3	14/01/2016	181 * V
EMX6914	54263816F	5185/1	28/01/2016	167
FHU4797	55074202F	5460/0	13/01/2016	181 * IX
HMU7378	55074901F	6122/0	22/01/2016	214 * I
IRR7700	55072172F	6041/2	23/12/2015	207
JLV3488	55072881F	5541/1	19/12/2015	181 * XVII
JXZ5761	55074605F	5991/0	23/01/2016	206 * I
KMV5626	55072921F	5428/3	23/01/2016	181 * V
LWU6544	54263966F	5525/0	28/01/2016	181 * XV
LXT7455	55075897F	5460/0	20/12/2015	181 * IX
LZV4084	55072112F	5380/0	09/01/2016	181 * I
MAB7237	55072218F	5460/0	19/01/2016	181 * IX
MAE0821	54619963F	5835/0	31/01/2016	195
MAE0821	55074914F	7056/1	31/01/2016	244 * III
MBY6646	55071962F	7048/1	14/01/2016	244 * II
MED0856	54619193F	6076/0	04/01/2016	210
MFV8932	55075802F	7056/1	14/01/2016	244 * III
MGC4730	55075408F	5835/0	28/01/2016	195
MGS3725	55075405F	5541/5	18/01/2016	181*VII
MHP4870	55075406F	5541/5	18/01/2016	181*VII
MHU9960	55076198F	5452/1	26/01/2016	181 * VIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJH7834	55502252F	7366/2	29/01/2016	252 * VI
MJU2330	55074653F	5525/0	24/01/2016	181 * XV
MLC3271	54263805F	5568/0	24/01/2016	181 * XIX
NBT0139	55074103F	5185/1	06/01/2016	167
NBT0139	55074104F	5185/2	06/01/2016	167
NYE1336	55072107F	5185/1	07/01/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1735/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 655 1735/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EJE5423	55864967E	6599/2	21/01/2016	230 * V
IMF6215	55860940E	6599/2	23/01/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

RONALDO NECKENL MORETO

DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 655 1736/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 655 1736/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAY6677	55124752F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
ADI7779	55127506F	5541/2	22/01/2016	181 * XVII
AEF0520	55863263E	5541/6	15/01/2016	181 * VII
AFZ1004	55125769F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
AJO7843	55860939E	7366/2	22/01/2016	252 * VI
AJU5621	55125467F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
AJZ0279	55127520F	5541/2	22/01/2016	181 * XVII
AKU0945	55126875F	5541/2	14/01/2016	181 * XVII
ALH2380	55125026F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
AMR6310	55127005F	5541/2	15/01/2016	181 * XVII
AOM6102	55127331F	5541/2	20/01/2016	181 * XVII
AQC9461	55127509F	5541/2	22/01/2016	181 * XVII
ASG1307	55124420F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
ASG1307	55124448F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
AVD9977	55127518F	5541/2	22/01/2016	181 * XVII
AWO5325	55124857F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
AXJ6970	55127449F	5541/2	21/01/2016	181 * XVII
AYM9632	55127516F	5541/2	22/01/2016	181 * XVII
BEL3662	55125871F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
BTH7463	55127019F	5541/2	15/01/2016	181 * XVII
BTH7463	55127111F	5541/2	18/01/2016	181 * XVII
BTH7463	55127129F	5541/2	18/01/2016	181 * XVII
BTH7463	55127142F	5541/2	18/01/2016	181 * XVII
BUI7789	55127247F	5541/2	19/01/2016	181 * XVII
CAD4509	55127378F	5541/2	21/01/2016	181 * XVII
CAD4509	55127408F	5541/2	21/01/2016	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAD4509	55127569F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
CBE6467	55127292F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
CHA0766	55124872F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
CIM5941	55127282F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
CIM5941	55127299F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
CIM5941	55127311F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
CKF4256	55127512F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
CLR6325	55127242F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
CMH6476	55123494F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
CNA4072	55125437F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
CNE2847	55126900F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
CRL7663	55125806F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
CVY5501	55127250F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
DAZ7660	55127243F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
DBN5959	55125897F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
DGC1770	55127244F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
DGL0283	55124678F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
DGL0283	55124834F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
DJB6415	55127357F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
DLG6756	55127322F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
DLL4148	55125586F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
DMK8782	55125992F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
DRR5004	55124929F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
DTB1173	55127082F	5541/2	16/01/2016	181*XVII
DXY5341	55127031F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
EDF5232	55127463F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
EHF2772	55127373F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
EHF2772	55127391F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
EIM0011	55126906F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
EJE5423	55126959F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
EJE5423	55864966E	5541/6	21/01/2016	181*VII
ELT6607	55125046F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
ERA5464	55124797F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
ERA5464	55124838F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
ETQ0924	55125921F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
EYJ1370	55124521F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
EZF6200	55125937F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
FGC3728	55127275F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
FHY5715	55125793F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
FKM7590	55127327F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
FLB1240	55127349F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
FSH8473	55126038F	5541/2	31/12/2015	181 * XVII
HJP3865	55125929F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
HMC0972	55125831F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
HNO5342	55127548F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
IGS2592	55127318F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
IHH2755	55125258F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
IJH7612	55127144F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
IJN2286	55124832F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
IJX4756	55126938F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
IJZ5917	55127220F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
IKE6886	55127183F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
ILP0991	55127399F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
IOH1328	55127435F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
IOH1328	55127450F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
IPY6863	55127298F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
IQB1654	55127273F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
IQU1019	55124818F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
IRA0594	55127603F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
IRV1092	55127582F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
JNN6260	55124935F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
JPE7801	55127162F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
JPN6621	55125924F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
KEB2213	55127422F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
KLK4744	55127161F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
KND5447	55124463F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
KYJ1391	55125240F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LBX7430	55127246F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
LCV9618	55866304E	5541/6	25/01/2016	181*VII
LWZ3355	55124782F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
LXB3804	55127423F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
LXB3804	55127658F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
LXH8668	55125165F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LXN3442	55863267E	5460/0	22/01/2016	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYC5321	55127411F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
LZG1131	55125823F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
LZL5071	55125686F	5541/2	26/12/2015	181 * XVII
LZV4483	55124366F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MAI2337	55125662F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MAI6737	55127607F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MAT0798	55125412F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MBF1692	55125595F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MBL6255	55125253F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MBU5183	55125926F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MCD2852	55127540F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MCF9906	55126893F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MCH3535	55125571F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MCH3535	55125645F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MCS5755	55863527E	5525/0	28/01/2016	181 * XV
MCT7608	55125338F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MCV0416	55127021F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MDA8351	55125498F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MDB6998	55127703F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MDE1577	55127647F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MDF1287	55125329F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MDG5284	55125439F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MDJ9183	55124819F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MDM0591	55124913F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MDN0182	55126975F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MDY7360	55124431F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MDZ6242	55127651F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MEB1440	55126914F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MEF6990	55125809F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEI1114	55866261E	5541/5	08/01/2016	181*VII
MEK4700	55125763F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEK4700	55125778F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEP4290	55124999F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
MEQ9613	55127394F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MEV2407	55127508F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MEZ0833	55125965F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MEZ0833	55125983F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ1818	55127545F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MEZ1818	55127567F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MFB0631	55127342F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MFB0631	55127360F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MFG8921	55127385F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MFJ1206	55125172F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MFJ1206	55125228F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MFJ1206	55125403F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MFJ1206	55125419F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MFJ8549	55127291F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MFK2055	55127426F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MFK2055	55127444F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MFK3386	55127522F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MFO3084	55127393F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MFV7807	55127072F	5541/2	16/01/2016	181*XVII
MGE1491	55127544F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MGK0038	55127519F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MGL0712	55127591F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MGL3898	55127486F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MGP1587	55127405F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MGS9936	55127202F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MGY9677	55125381F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MGY9677	55125400F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MHA0018	55127272F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MHF9711	55127317F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MHI8109	55125582F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MHI9920	55864965E	5541/5	20/01/2016	181*VII
MHK3177	55127419F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHR2818	55127402F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHT9951	55127328F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MHU9813	55127498F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MHW4456	55125740F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MHX3177	55127219F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MHX3177	55127400F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHX3177	55127431F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHX3177	55127453F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHZ1599	55127037F	5541/2	15/01/2016	181*XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ4836	55127315F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MIA2242	55125300F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MIB7331	55127214F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MIK1934	55125060F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MIN1003	55127407F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MIS8849	55127490F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MIX7102	55127688F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MJD8895	55127681F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MJE4221	55127657F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MJJ8173	55127227F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MJK9496	55126266F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
MJN3869	55126937F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MJN3869	55127024F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MJR2742	55124349F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MJV5796	55125454F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MKF0452	55124720F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MKM9183	55127374F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MKP7215	55127413F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MKQ1102	55125110F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MKQ9807	55124353F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MKR6528	55126877F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MKS5356	55124497F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MKS6328	55126997F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MKU7466	55127563F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MKW2955	55127670F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MKW3669	55127113F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
MKY0064	55127256F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MKY0064	55127403F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MKY0064	55127439F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MKZ1190	55124535F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MKZ7893	55127682F	5541/2	25/01/2016	181*XVII
MKZ8324	55125546F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MLA0129	55125514F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MLA7223	55125024F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
MLC7589	55125725F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MLC9144	55866262E	5479/0	08/01/2016	181 * X
MLD9850	55125745F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLF2692	55125667F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MLG8360	55125241F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MLH3879	55125386F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MLK5247	55127503F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MLK5247	55127525F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MLL1711	55127384F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MLN4119	55127527F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MLO5746	55127306F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MLP2769	55125858F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MLP4832	55125475F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MLP4832	55125707F	5541/2	26/12/2015	181 * XVII
MLP4832	55125730F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MLP5698	55127416F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MLP6256	55127041F	5541/2	16/01/2016	181*XVII
MLQ5836	55127427F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MLQ6010	55125510F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MLQ6010	55125777F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MLQ6010	55125795F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MLS7273	55127568F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MLS7273	55127588F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MLT3865	55124847F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MLX0914	55126870F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MLZ0692	55127337F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MMA6895	55126962F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MMB6835	55126226F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MMF0923	55127284F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
MMH0464	55124533F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MMH1785	55124504F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MMH3986	55125669F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MMI2401	55125191F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MMK5444	55126901F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MMK7577	55126947F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MMM7520	55127458F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MSS3795	55127383F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
NAR8982	55124623F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
NGO1476	55127096F	5541/2	16/01/2016	181*XVII
NLO5919	55126815F	5541/2	13/01/2016	181*XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NTH9086	55127288F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
NTH9086	55127367F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
NTH9086	55127381F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
OKE2591	55125719F	5541/2	26/12/2015	181 * XVII
OKG0798	55125170F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
QHC9720	55867744E	5541/6	01/02/2016	181*VII
QHE7810	55127578F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
QHK4232	55124718F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
QHK4232	55125401F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
QHK9642	55126136F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
QIG2010	55127420F	5541/2	21/01/2016	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 745 796/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 18

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 745 796/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY3550	8745489949	7455/0	16/01/2016	218 * I
ADI2203	8745483857	5673/2	03/01/2016	183
ADI7779	8745493170	7455/0	24/01/2016	218 * I
ADJ9166	8745481604	7455/0	25/12/2015	218 * I
AEF5522	8745480836	7455/0	21/12/2015	218 * I
AET3004	8745478058	7455/0	11/12/2015	218 * I
AFE6113	8745482818	7463/0	27/12/2015	218 * II
AFU5959	8745480529	6050/3	19/12/2015	208
AHE5533	8745491311	7455/0	21/01/2016	218 * I
AHF7662	8745491255	7455/0	18/01/2016	218 * I
AHO7747	8745490758	7455/0	11/01/2016	218 * I
AHZ8727	8745479716	7455/0	20/12/2015	218 * I
AIE8551	8745480759	6050/3	23/12/2015	208
AJB7203	8745491245	7455/0	24/01/2016	218 * I
AJR2772	8745482213	5673/2	25/12/2015	183
AJS1175	8745491061	7455/0	14/01/2016	218 * I
AJV0135	8745491269	7455/0	19/01/2016	218 * I
AJV0135	8745491302	7455/0	21/01/2016	218 * I
AKG5865	8745482029	7455/0	27/12/2015	218 * I
AKJ1046	8745482362	7455/0	27/12/2015	218 * I
AKL4466	8745491702	5673/2	22/01/2016	183
AKU0945	8745491365	7455/0	23/01/2016	218 * I
AKY7345	8745478262	6050/3	16/12/2015	208
ALC0226	8745490346	7455/0	17/01/2016	218 * I
ALV4544	8745489982	7455/0	16/01/2016	218 * I
AMD2453	8745490626	7455/0	16/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMW8067	8745482524	7455/0	23/12/2015	218 * I
AMX1220	8745491316	7455/0	21/01/2016	218 * I
ANF2498	8745481865	7455/0	23/12/2015	218 * I
ANO1197	8745481406	7455/0	23/12/2015	218 * I
AOA8763	8745490066	7455/0	13/01/2016	218 * I
AOR7037	8745484581	7455/0	29/12/2015	218 * I
AOW7505	8745482913	7455/0	24/12/2015	218 * I
AOY2441	8745484265	7455/0	28/12/2015	218 * I
AQD8054	8745482768	7455/0	27/12/2015	218 * I
AQP8933	8745491663	7455/0	19/01/2016	218 * I
AQX9849	8745481031	7455/0	27/12/2015	218 * I
AQX9849	8745481323	7455/0	27/12/2015	218 * I
AQY8261	8745483811	6050/3	01/01/2016	208
ARQ0994	8745484418	7455/0	02/01/2016	218 * I
ATX5458	8745491314	7455/0	21/01/2016	218 * I
AUB9967	8745489714	7463/0	17/01/2016	218 * II
AUF3979	8745484343	7463/0	31/12/2015	218 * II
AVE4614	8745488146	7455/0	10/01/2016	218 * I
AWC8724	8745491016	7455/0	15/01/2016	218 * I
AXC4848	8745491556	5673/2	23/01/2016	183
AXK8248	8745479743	7455/0	14/12/2015	218 * I
AXP4751	8745492864	7455/0	21/01/2016	218 * I
AXZ5581	8745489243	7455/0	13/01/2016	218 * I
AYG2203	8745484101	7455/0	30/12/2015	218 * I
AYR1063	8745485601	7455/0	01/01/2016	218 * I
AYX1405	8745477577	7471/0	08/12/2015	218 * III
AZD8036	8745486831	5673/2	05/01/2016	183
BAB1051	8745480730	5673/2	27/12/2015	183
BFE1017	8745482930	7455/0	25/12/2015	218 * I
BMN6113	8745485418	7455/0	28/12/2015	218 * I
BNG9245	8745492949	7455/0	21/01/2016	218 * I
BOY6725	8745490468	7455/0	16/01/2016	218 * I
BRD3367	8745490156	7463/0	16/01/2016	218 * II
BRM1516	8745481962	6050/3	25/12/2015	208
CBP6410	8745481860	5673/2	23/12/2015	183
CCL5853	8745491444	6050/3	21/01/2016	208
CCV7586	8745490431	7455/0	14/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDA1297	8745480945	7455/0	25/12/2015	218 * I
CEK2576	8745479876	7455/0	18/12/2015	218 * I
CGC4184	8745491326	7455/0	22/01/2016	218 * I
CGQ2620	8745489363	7455/0	15/01/2016	218 * I
CHA0766	8745482504	7455/0	22/12/2015	218 * I
CHA7637	8745489485	7455/0	13/01/2016	218 * I
CHA7637	8745490051	7455/0	13/01/2016	218 * I
CHI1241	8745491964	6050/3	23/01/2016	208
CIS5017	8745483513	7455/0	26/12/2015	218 * I
CJP2327	8745483772	6050/3	30/12/2015	208
CMM7136	8745469548	7455/0	21/11/2015	218 * I
COP2406	8745489706	7455/0	17/01/2016	218 * I
COR0821	8745486367	7463/0	30/12/2015	218 * II
CRL3443	8745491833	7455/0	18/01/2016	218 * I
CRL7663	8745481294	7455/0	27/12/2015	218 * I
CRO1782	8745491834	7455/0	18/01/2016	218 * I
CSE0556	8745482562	6050/3	24/12/2015	208
CSE1842	8745481275	7455/0	26/12/2015	218 * I
CSN9555	8745492818	7455/0	22/01/2016	218 * I
CTI0973	8745491503	7455/0	22/01/2016	218 * I
CVY2012	8745482003	6050/3	26/12/2015	208
CYB6441	8745491360	7455/0	23/01/2016	218 * I
CYE7393	8745489182	7455/0	17/01/2016	218 * I
CYW0085	8745493340	7455/0	18/01/2016	218 * I
DAZ7229	8745493309	7455/0	23/01/2016	218 * I
DDC3470	8745493376	7455/0	24/01/2016	218 * I
DDJ2450	8745481695	7455/0	22/12/2015	218 * I
DEM9011	8745485343	7455/0	02/01/2016	218 * I
DFJ3040	8745483532	7455/0	27/12/2015	218 * I
DFL5900	8745481083	7455/0	22/12/2015	218 * I
DGO8694	8745476806	7455/0	07/12/2015	218 * I
DGV0671	8745482826	6050/3	27/12/2015	208
DHU6259	8745478731	6050/3	14/12/2015	208
DHX6080	8745481155	7455/0	24/12/2015	218 * I
DIP8435	8745481947	5673/2	25/12/2015	183
DIS9215	8745484170	7455/0	01/01/2016	218 * I
DIS9215	8745484389	7455/0	01/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJC4948	8745489726	7455/0	11/01/2016	218 * I
DJC6025	8745489293	7455/0	16/01/2016	218 * I
DJN0654	8745489407	7455/0	11/01/2016	218 * I
DKC3734	8745483366	7455/0	24/12/2015	218 * I
DKF0494	8745491168	6050/3	24/01/2016	208
DSA5333	8745482423	7455/0	21/12/2015	218 * I
DSA5333	8745485645	7463/0	02/01/2016	218 * II
DSF7192	8745476916	7463/0	09/12/2015	218 * II
DUB0066	8745492390	7455/0	18/01/2016	218 * I
DWC7411	8745489360	7455/0	14/01/2016	218 * I
DYC8233	8745482192	7455/0	25/12/2015	218 * I
ECD6538	8745489842	7463/0	14/01/2016	218 * II
EEN3165	8745490291	7455/0	15/01/2016	218 * I
EEZ6920	8745482265	7455/0	26/12/2015	218 * I
EFR7485	8745482791	7455/0	27/12/2015	218 * I
EGU3102	8745480136	7455/0	14/12/2015	218 * I
EHV2819	8745481104	7455/0	23/12/2015	218 * I
EKL0745	8745492013	6050/3	23/01/2016	208
EPL4253	8745492701	7455/0	22/01/2016	218 * I
EVF8358	8745490557	7455/0	14/01/2016	218 * I
EYL5438	8745486292	7455/0	31/12/2015	218 * I
EZL5751	8745491147	7455/0	19/01/2016	218 * I
FEK1126	8745491259	7455/0	19/01/2016	218 * I
FIZ1842	8745489099	7455/0	11/01/2016	218 * I
GPN7648	8745492590	7455/0	24/01/2016	218 * I
GRZ6176	8745492849	7455/0	18/01/2016	218 * I
GRZ6176	8745493305	7455/0	22/01/2016	218 * I
GTH8448	8745481476	5673/2	22/12/2015	183
GUO9223	8745484242	6050/3	03/01/2016	208
GVI8887	8745491844	7455/0	19/01/2016	218 * I
GZD7497	8745491221	7455/0	24/01/2016	218 * I
HDF6517	8745491154	7455/0	22/01/2016	218 * I
HEQ4601	8745486157	7471/0	31/12/2015	218 * III
HHR3020	8745482993	7455/0	27/12/2015	218 * I
HLN3168	8745484463	7455/0	02/01/2016	218 * I
HOM9570	8745482763	7455/0	26/12/2015	218 * I
HRL1810	8745483878	6050/3	03/01/2016	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRT2082	8745477528	7455/0	13/12/2015	218 * I
IAY4847	8745481980	6050/3	26/12/2015	208
IAY8258	8745490869	7455/0	13/01/2016	218 * I
IAY8258	8745491066	7455/0	13/01/2016	218 * I
ICF8300	8745486425	7455/0	30/12/2015	218 * I
ICR0403	8745478770	6050/3	16/12/2015	208
ICR0403	8745479519	7455/0	16/12/2015	218 * I
ICT8943	54095255N	5002/0	05/01/2016	257 § 8º
IDN5611	8745491366	7455/0	23/01/2016	218 * I
IDR4435	8745482644	7455/0	25/12/2015	218 * I
IDU6668	8745483404	7471/0	23/12/2015	218 * III
IDU6668	8745483706	7455/0	22/12/2015	218 * I
IDV9405	8745491662	7455/0	19/01/2016	218 * I
IEC9905	8745484077	6050/3	29/12/2015	208
IEW7631	8745477163	7455/0	13/12/2015	218 * I
IFD3951	8745491832	7455/0	18/01/2016	218 * I
IGX6759	8745478615	6050/3	18/12/2015	208
IGZ8448	8745492388	7455/0	18/01/2016	218 * I
IHM9587	8745491291	7455/0	21/01/2016	218 * I
IHS6848	8745492134	5673/2	22/01/2016	183
IHU0946	8745490568	7455/0	16/01/2016	218 * I
IHU0946	8745490580	7463/0	16/01/2016	218 * II
IKO6194	8745481119	7463/0	23/12/2015	218 * II
IKO6194	8745481593	7455/0	23/12/2015	218 * I
IKX6095	8745483100	7463/0	24/12/2015	218 * II
ILI5068	8745492808	7455/0	21/01/2016	218 * I
ILK9786	8745493146	7455/0	22/01/2016	218 * I
ILR7642	8745480379	7455/0	20/12/2015	218 * I
IME8055	8745491337	5673/2	22/01/2016	183
IME9867	8745491266	7455/0	19/01/2016	218 * I
IMQ4578	8745478936	7455/0	14/12/2015	218 * I
INJ5155	8745492578	7471/0	24/01/2016	218 * III
INJ5155	8745492586	7471/0	24/01/2016	218 * III
INJ5155	8745492613	7471/0	24/01/2016	218 * III
INS1727	8745481725	7455/0	23/12/2015	218 * I
INY7487	8745475873	6050/3	11/12/2015	208
IOA8891	8745481056	7455/0	21/12/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOE7838	8745483110	7455/0	24/12/2015	218 * I
IOP2203	8745485188	7455/0	01/01/2016	218 * I
IOZ0352	8745490172	7455/0	17/01/2016	218 * I
IPA2906	8745491217	7455/0	23/01/2016	218 * I
IPA2906	8745491379	7455/0	23/01/2016	218 * I
IPO6424	8745491229	7455/0	24/01/2016	218 * I
IPR4412	8745477073	7455/0	12/12/2015	218 * I
IPR4412	8745479457	7455/0	15/12/2015	218 * I
IQL1616	8745489215	7471/0	12/01/2016	218 * III
IQL1616	8745489483	7463/0	13/01/2016	218 * II
IQY3239	8745482947	7455/0	25/12/2015	218 * I
IRH1469	8745492585	7455/0	24/01/2016	218 * I
IRN4138	8745488302	7455/0	10/01/2016	218 * I
IRU9817	8745480946	7455/0	25/12/2015	218 * I
ISH8311	8745489965	7463/0	16/01/2016	218 * II
ISL5160	8745483295	7455/0	26/12/2015	218 * I
ISR6763	8745476929	7455/0	09/12/2015	218 * I
ISR6763	8745477034	7463/0	11/12/2015	218 * II
ISR6763	8745478175	7455/0	13/12/2015	218 * I
IST7438	8745477160	7463/0	13/12/2015	218 * II
ISY0606	8745490452	7455/0	15/01/2016	218 * I
ITD4064	8745484102	7455/0	30/12/2015	218 * I
IUO7978	8745490799	7455/0	13/01/2016	218 * I
IVE0858	8745480560	5673/2	22/12/2015	183
IVH3061	8745489082	7455/0	14/01/2016	218 * I
IVK1086	8745481235	7455/0	26/12/2015	218 * I
IVK1086	8745482820	7471/0	27/12/2015	218 * III
IWO1803	8745489700	7455/0	17/01/2016	218 * I
IWS9356	8745477106	7455/0	12/12/2015	218 * I
IWW0062	8745483471	7455/0	24/12/2015	218 * I
IZA3400	8745487058	7455/0	05/01/2016	218 * I
IZW7997	8745491186	7455/0	20/01/2016	218 * I
JAM8883	8745491211	7455/0	23/01/2016	218 * I
JBB5005	8745482376	7455/0	27/12/2015	218 * I
JHO2651	8745491034	7455/0	16/01/2016	218 * I
JNO3533	8745479009	6050/3	15/12/2015	208
JQZ8564	8745481182	7455/0	24/12/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JUH2909	8745480533	6050/3	20/12/2015	208
JUQ2338	8745490822	7463/0	16/01/2016	218 * II
JVO3081	8745491538	6050/3	21/01/2016	208
JWB8089	8745491152	5673/2	21/01/2016	183
JXK7688	8745483616	7463/0	27/12/2015	218 * II
KHI9115	8745492536	7463/0	23/01/2016	218 * II
KHI9115	8745493084	7455/0	23/01/2016	218 * I
KIP3646	8745480954	7455/0	25/12/2015	218 * I
KIP3646	8745480988	7455/0	26/12/2015	218 * I
KIP3646	8745481151	7455/0	24/12/2015	218 * I
KJM2656	8745492805	7455/0	21/01/2016	218 * I
KKD3965	8745492318	7455/0	22/01/2016	218 * I
KLN4161	8745492719	7455/0	23/01/2016	218 * I
KMV5626	8745492175	7463/0	23/01/2016	218 * II
KMV5626	8745492867	7455/0	22/01/2016	218 * I
KMV5626	8745492877	7471/0	23/01/2016	218 * III
KQI1010	8745491223	7455/0	24/01/2016	218 * I
LBF9617	8745488021	7455/0	07/01/2016	218 * I
LNE7029	8745486662	7455/0	31/12/2015	218 * I
LNQ8292	8745481306	7455/0	27/12/2015	218 * I
LUP1366	8745491408	7455/0	24/01/2016	218 * I
LUZ2278	8745480884	7455/0	24/12/2015	218 * I
LUZ2278	8745485361	7463/0	02/01/2016	218 * II
LWW6228	8745482550	7455/0	23/12/2015	218 * I
LWZ9540	8745490638	7455/0	17/01/2016	218 * I
LXD9308	8745480680	6050/3	23/12/2015	208
LXG4171	8745491880	7455/0	20/01/2016	218 * I
LXH8668	8745482655	7463/0	25/12/2015	218 * II
LXP3690	8745492009	7463/0	23/01/2016	218 * II
LXU6525	8745491144	6050/3	24/01/2016	208
LYC7580	8745491246	7463/0	24/01/2016	218 * II
LYC9178	8745493258	7463/0	20/01/2016	218 * II
LYF3542	8745481579	7455/0	23/12/2015	218 * I
LYK5574	8745482583	7455/0	24/12/2015	218 * I
LYK5704	8745491636	7455/0	20/01/2016	218 * I
LYT5994	8745482279	7455/0	26/12/2015	218 * I
LYY4006	8745481656	7463/0	23/12/2015	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZA2689	8745480810	6050/3	27/12/2015	208
LZA9235	8745493253	7455/0	19/01/2016	218 * I
LZA9235	8745493265	7463/0	22/01/2016	218 * II
LZE7839	8745489471	7455/0	12/01/2016	218 * I
LZE8188	8745482802	6050/3	27/12/2015	208
LZI7710	8745481224	7455/0	25/12/2015	218 * I
LZI7710	8745484280	7455/0	28/12/2015	218 * I
LZK8390	8745491446	7455/0	21/01/2016	218 * I
LZL9905	8745491564	5673/2	24/01/2016	183
LZM3321	8745478392	7455/0	20/12/2015	218 * I
LZM3321	8745478432	7455/0	15/12/2015	218 * I
LZN1931	8745490546	7463/0	13/01/2016	218 * II
LZN3273	8745492811	7455/0	22/01/2016	218 * I
LZP4770	8745492955	7455/0	22/01/2016	218 * I
LZU5082	8745483417	7455/0	24/12/2015	218 * I
MAA0165	8745480919	7455/0	25/12/2015	218 * I
MAA0165	8745481234	7455/0	25/12/2015	218 * I
MAA1949	8745484358	7455/0	31/12/2015	218 * I
MAF8366	8745484180	7455/0	01/01/2016	218 * I
MAG1301	54096119N	5002/0	08/01/2016	257 § 8º
MAG1301	54096122N	5002/0	08/01/2016	257 § 8º
MAI3456	8745486288	7463/0	30/12/2015	218 * II
MAJ2472	8745482817	7455/0	27/12/2015	218 * I
MAM9313	8745487863	7455/0	04/01/2016	218 * I
MAQ8970	8745491261	7455/0	19/01/2016	218 * I
MAS9292	8745491871	7463/0	19/01/2016	218 * II
MAT5473	8745484356	7455/0	31/12/2015	218 * I
MAT8392	8745482830	7455/0	27/12/2015	218 * I
MAV0250	8745483407	7455/0	23/12/2015	218 * I
MAV0627	8745490635	7455/0	17/01/2016	218 * I
MAX0264	8745493228	7455/0	20/01/2016	218 * I
MAX0264	8745493237	7455/0	22/01/2016	218 * I
MAX6880	8745492617	7471/0	18/01/2016	218 * III
MAY7226	8745490835	7455/0	17/01/2016	218 * I
MBA8136	8745482387	7455/0	21/12/2015	218 * I
MBA8136	8745482707	7463/0	26/12/2015	218 * II
MBA8136	8745483502	7471/0	26/12/2015	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBB6255	8745482202	7455/0	25/12/2015	218 * I
MBE9196	8745479378	7455/0	14/12/2015	218 * I
MBG8133	8745484704	7455/0	03/01/2016	218 * I
MBI6488	8745492498	7463/0	22/01/2016	218 * II
MBJ9691	8745480778	5673/2	25/12/2015	183
MBL3581	8745493038	7463/0	20/01/2016	218 * II
MBL3581	8745493062	7455/0	22/01/2016	218 * I
MBL3581	8745493145	7455/0	22/01/2016	218 * I
MBL3581	8745493163	7471/0	23/01/2016	218 * III
MBL5752	8745490977	7455/0	12/01/2016	218 * I
MBL9117	8745483966	5673/2	02/01/2016	183
MBN6447	8745486261	7455/0	28/12/2015	218 * I
MBQ8647	8745482025	5673/2	27/12/2015	183
MBR4715	8745485226	7455/0	01/01/2016	218 * I
MBY1158	8745492653	7455/0	19/01/2016	218 * I
MCA1052	8745490438	7455/0	15/01/2016	218 * I
MCA8983	8745485421	6050/3	28/12/2015	208
MCC6009	8745481041	7455/0	27/12/2015	218 * I
MCC6009	8745481307	7455/0	27/12/2015	218 * I
MCC7979	8745482560	7455/0	23/12/2015	218 * I
MCJ5446	8745492104	7455/0	21/01/2016	218 * I
MCJ6968	8745476499	7471/0	12/12/2015	218 * III
MCL0323	8745491481	7455/0	24/01/2016	218 * I
MCN4988	8745489980	7455/0	16/01/2016	218 * I
MCN4988	8745491830	7455/0	18/01/2016	218 * I
MCO1291	8745490897	7455/0	15/01/2016	218 * I
MCP6457	8745491730	7455/0	23/01/2016	218 * I
MCQ3323	8745490273	7463/0	15/01/2016	218 * II
MCQ3580	8745491627	7463/0	18/01/2016	218 * II
MCS8512	8745489156	7455/0	16/01/2016	218 * I
MCT5157	8745482405	7455/0	21/12/2015	218 * I
MCT8281	8745493235	7455/0	24/01/2016	218 * I
MCU4959	8745489400	7455/0	16/01/2016	218 * I
MCU4959	8745491483	7455/0	18/01/2016	218 * I
MCU7242	8745492406	7455/0	18/01/2016	218 * I
MCU8604	8745489181	7455/0	17/01/2016	218 * I
MCU8604	8745489344	7455/0	17/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW7861	8745481658	7455/0	23/12/2015	218 * I
MCX2541	8745481872	5673/2	23/12/2015	183
MCX2541	8745482369	7455/0	27/12/2015	218 * I
MCY5510	8745489752	7455/0	11/01/2016	218 * I
MDC2876	8745484283	7455/0	28/12/2015	218 * I
MDC4949	8745478424	7455/0	15/12/2015	218 * I
MDC4949	8745478507	7455/0	18/12/2015	218 * I
MDC4949	8745478509	7455/0	18/12/2015	218 * I
MDD6464	8745492871	7455/0	22/01/2016	218 * I
MDH8484	8745481535	7455/0	25/12/2015	218 * I
MDI2029	8745491002	7455/0	15/01/2016	218 * I
MDI5523	8745484703	7455/0	03/01/2016	218 * I
MDJ8585	8745493053	7463/0	21/01/2016	218 * II
MDK7734	8745491207	7455/0	23/01/2016	218 * I
MDK7734	8745491382	7455/0	23/01/2016	218 * I
MDL4003	8745482904	7455/0	23/12/2015	218 * I
MDL4003	8745483594	7455/0	25/12/2015	218 * I
MDM3035	8745484659	7455/0	30/12/2015	218 * I
MDN7172	8745491363	7455/0	23/01/2016	218 * I
MDP5508	8745482394	7455/0	21/12/2015	218 * I
MDP6422	8745490129	7455/0	16/01/2016	218 * I
MDQ3297	8745482695	7455/0	25/12/2015	218 * I
MDS1523	8745484161	7463/0	01/01/2016	218 * II
MDS1523	8745484415	7455/0	01/01/2016	218 * I
MDT9923	8745491428	7455/0	24/01/2016	218 * I
MDU0799	8745492665	7455/0	20/01/2016	218 * I
MDV1784	8745478029	7455/0	08/12/2015	218 * I
MDV7955	8745491317	7455/0	21/01/2016	218 * I
MDX9726	8745492196	7455/0	24/01/2016	218 * I
MEC3041	8745482559	7455/0	23/12/2015	218 * I
MEC7862	8745483472	7455/0	24/12/2015	218 * I
MEE4416	8745476848	7463/0	08/12/2015	218 * II
MEG2507	8745481641	7455/0	24/12/2015	218 * I
MEG6263	8745480545	6050/3	21/12/2015	208
MEL0885	8745480595	5673/2	24/12/2015	183
MEN7878	8745489757	7455/0	11/01/2016	218 * I
MEO8507	8745480883	7455/0	24/12/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEP6124	8745480714	6050/3	26/12/2015	208
MEQ5735	8745491773	7455/0	24/01/2016	218 * I
MER0061	8745492031	7455/0	24/01/2016	218 * I
MER4075	8745492313	7455/0	22/01/2016	218 * I
MEV2407	8745492781	7455/0	20/01/2016	218 * I
MEW4585	8745492133	7455/0	22/01/2016	218 * I
MEW8246	8745479223	6050/3	15/12/2015	208
MEY6109	8745485443	7455/0	29/12/2015	218 * I
MFB1704	8745492859	7455/0	20/01/2016	218 * I
MFC6558	8745491398	7455/0	24/01/2016	218 * I
MFC7594	8745491939	7455/0	22/01/2016	218 * I
MFD2857	8745482493	7455/0	22/12/2015	218 * I
MFE6489	8745481304	7455/0	27/12/2015	218 * I
MFF1917	8745483517	7455/0	26/12/2015	218 * I
MFH3633	8745491032	7463/0	16/01/2016	218 * II
MFH8327	8745490692	7463/0	15/01/2016	218 * II
MFI4776	8745482853	7455/0	21/12/2015	218 * I
MFJ5279	8745478274	7455/0	15/12/2015	218 * I
MFJ6266	8745482936	7463/0	25/12/2015	218 * II
MFM5415	8745482684	7455/0	25/12/2015	218 * I
MFM5415	8745482686	7455/0	25/12/2015	218 * I
MFN4012	8745484600	6050/3	31/12/2015	208
MFO0076	8745481523	7455/0	24/12/2015	218 * I
MFO5931	8745479698	7455/0	20/12/2015	218 * I
MFO8013	8745483533	7455/0	27/12/2015	218 * I
MFP9291	8745490935	7463/0	13/01/2016	218 * II
MFQ6664	8745482694	7455/0	25/12/2015	218 * I
MFR1819	8745491227	7455/0	24/01/2016	218 * I
MFS3271	8745492501	7455/0	22/01/2016	218 * I
MFV5414	8745477156	7455/0	13/12/2015	218 * I
MFV9967	8745483552	7455/0	22/12/2015	218 * I
MFY4510	8745492740	7455/0	23/01/2016	218 * I
MFY6256	8745491161	7455/0	23/01/2016	218 * I
MFZ5607	8745489691	7455/0	17/01/2016	218 * I
MGD2430	8745483080	7471/0	23/12/2015	218 * III
MGD3611	8745477048	7455/0	12/12/2015	218 * I
MGE2781	8745489968	7463/0	16/01/2016	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGF3184	8745484034	6050/3	29/12/2015	208
MGG1982	8745490220	7455/0	12/01/2016	218 * I
MGG5264	8745492373	7471/0	24/01/2016	218 * III
MGH3163	8745480524	6050/3	18/12/2015	208
MGI1265	8745492022	7455/0	24/01/2016	218 * I
MGI3216	8745481451	6050/3	27/12/2015	208
MGJ1248	8745491348	7455/0	22/01/2016	218 * I
MGJ2958	8745484276	7455/0	28/12/2015	218 * I
MGK1637	8745481174	7455/0	24/12/2015	218 * I
MGM2949	8745489222	7455/0	13/01/2016	218 * I
MGM3971	8745489831	7463/0	13/01/2016	218 * II
MGM7016	8745479533	7463/0	17/12/2015	218 * II
MGN6287	8745480795	7455/0	26/12/2015	218 * I
MGO7794	8745492085	7455/0	18/01/2016	218 * I
MGP1630	8745493365	7455/0	21/01/2016	218 * I
MGQ2430	8745489843	7455/0	14/01/2016	218 * I
MGQ2430	8745490475	7455/0	16/01/2016	218 * I
MGR5669	8745489258	7463/0	15/01/2016	218 * II
MGR5984	8745482950	7463/0	25/12/2015	218 * II
MGR6574	8745480562	5673/2	22/12/2015	183
MGR7131	8745484590	5673/2	30/12/2015	183
MGS9984	8745489807	7455/0	13/01/2016	218 * I
MGT1378	8745491090	7455/0	15/01/2016	218 * I
MGU3619	8745492043	7455/0	24/01/2016	218 * I
MGU6179	8745491369	7455/0	23/01/2016	218 * I
MGU7996	8745489255	7455/0	15/01/2016	218 * I
MGV3551	54098423N	5002/0	14/01/2016	257 § 8º
MGW2686	8745481212	7455/0	25/12/2015	218 * I
MGX1935	8745491274	7455/0	20/01/2016	218 * I
MGX4679	8745477777	7455/0	10/12/2015	218 * I
MGY3616	8745482762	7455/0	26/12/2015	218 * I
MGY9493	8745492182	6050/3	24/01/2016	208
MGZ2405	8745485620	7455/0	01/01/2016	218 * I
MGZ2514	8745490523	7455/0	12/01/2016	218 * I
MGZ8067	8745490289	7455/0	15/01/2016	218 * I
MHA3282	8745485231	7455/0	01/01/2016	218 * I
MHB3024	8745492350	7455/0	23/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB3024	8745492355	7455/0	23/01/2016	218 * I
MHE8176	8745492111	5673/2	22/01/2016	183
MHF1390	8745482769	7455/0	27/12/2015	218 * I
MHG6455	8745481127	7455/0	23/12/2015	218 * I
MHG8089	8745491135	7455/0	23/01/2016	218 * I
MHH5657	8745481196	6050/3	25/12/2015	208
MHI0614	8745491559	5673/2	23/01/2016	183
MHI1342	8745490764	7455/0	11/01/2016	218 * I
MHL8973	8745484462	7455/0	02/01/2016	218 * I
MHM8437	8745481171	7455/0	24/12/2015	218 * I
MHO3892	8745493315	7463/0	23/01/2016	218 * II
MHO6086	8745485295	6050/3	03/01/2016	208
MHP2285	8745491675	7455/0	20/01/2016	218 * I
MHS0862	8745491811	7463/0	18/01/2016	218 * II
MHT0600	8745489382	7463/0	11/01/2016	218 * II
MHU6832	8745490119	7455/0	15/01/2016	218 * I
MHY0977	8745491734	5673/2	23/01/2016	183
MIA2625	8745484568	7455/0	29/12/2015	218 * I
MIB2713	8745481885	5673/2	24/12/2015	183
MIB6841	8745479815	7455/0	16/12/2015	218 * I
MIC1171	8745492083	7455/0	18/01/2016	218 * I
MIC1367	8745484226	7455/0	03/01/2016	218 * I
MIC6612	8745485298	7455/0	03/01/2016	218 * I
MIC7418	8745490481	7455/0	16/01/2016	218 * I
MID8651	8745481581	7455/0	21/12/2015	218 * I
MIE1450	8745481499	6050/3	23/12/2015	208
MIE5647	8745492344	7455/0	23/01/2016	218 * I
MIF2413	8745480517	6050/3	18/12/2015	208
MIF4564	8745481395	7455/0	22/12/2015	218 * I
MIF5097	8745480282	7455/0	18/12/2015	218 * I
MII8019	8745493231	7455/0	22/01/2016	218 * I
MIK9958	8745483430	7455/0	26/12/2015	218 * I
MIL3831	8745491443	7455/0	20/01/2016	218 * I
MIM5949	8745477570	7455/0	07/12/2015	218 * I
MIT8779	8745476731	7455/0	12/12/2015	218 * I
MIV3294	8745491887	7455/0	20/01/2016	218 * I
MIV5898	8745491257	7455/0	18/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV5898	8745491290	7455/0	21/01/2016	218 * I
MIW5103	8745485395	7455/0	28/12/2015	218 * I
MIW6249	8745484572	6050/3	29/12/2015	208
MIY1344	8745481152	7455/0	24/12/2015	218 * I
MIY7982	8745484393	7471/0	01/01/2016	218 * III
MIZ5191	8745482609	7455/0	24/12/2015	218 * I
MIZ5191	8745482800	7455/0	27/12/2015	218 * I
MIZ6390	8745490781	7455/0	12/01/2016	218 * I
MIZ9758	8745485984	7455/0	31/12/2015	218 * I
MJA5525	8745492124	5673/2	22/01/2016	183
MJB2114	8745489425	7455/0	12/01/2016	218 * I
MJC5639	8745482946	7455/0	25/12/2015	218 * I
MJD2605	8745489419	7455/0	16/01/2016	218 * I
MJD2881	8745478725	5673/2	17/12/2015	183
MJD9436	8745479306	7455/0	19/12/2015	218 * I
MJG8767	8745491155	7455/0	22/01/2016	218 * I
MJH0851	8745480798	7455/0	26/12/2015	218 * I
MJH3533	8745490710	7455/0	15/01/2016	218 * I
MJH9350	8745489203	7455/0	11/01/2016	218 * I
MJJ0890	8745482153	7455/0	24/12/2015	218 * I
MJJ0890	8745486270	7463/0	29/12/2015	218 * II
MJL4128	8745482428	7455/0	21/12/2015	218 * I
MJL4675	8745482786	7455/0	27/12/2015	218 * I
MJL9694	8745490844	7463/0	17/01/2016	218 * II
MJM4990	8745491705	7455/0	22/01/2016	218 * I
MJN3033	54096167N	5002/0	08/01/2016	257 § 8º
MJR2064	8745491307	7455/0	21/01/2016	218 * I
MJT7705	8745481690	7455/0	24/12/2015	218 * I
MJX1426	8745490774	7455/0	12/01/2016	218 * I
MJX4195	8745491522	5673/2	24/01/2016	183
MJX4286	8745492382	7455/0	24/01/2016	218 * I
MJY2297	8745480580	5673/2	23/12/2015	183
MJY4316	8745489450	7455/0	12/01/2016	218 * I
MJY4634	8745484165	7455/0	01/01/2016	218 * I
MJZ3154	8745489123	7455/0	14/01/2016	218 * I
MKC6515	8745485262	6050/3	03/01/2016	208
MKD7958	8745481608	7455/0	24/12/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKD7958	8745481903	5673/2	24/12/2015	183
MKE7135	8745484660	7455/0	30/12/2015	218 * I
MKF7725	54091914N	5002/0	29/12/2015	257 § 8º
MKF9888	8745477449	7455/0	10/12/2015	218 * I
MKG2233	8745492817	7455/0	22/01/2016	218 * I
MKG7769	8745492985	7455/0	23/01/2016	218 * I
MKG9349	8745491562	5673/2	23/01/2016	183
MKG9644	8745490529	7455/0	12/01/2016	218 * I
MKH3502	8745491242	7455/0	24/01/2016	218 * I
MKH3502	8745491407	7455/0	24/01/2016	218 * I
MKH3682	8745490959	7455/0	16/01/2016	218 * I
MKI4891	8745478665	6050/3	19/12/2015	208
MKJ1922	8745477835	7463/0	11/12/2015	218 * II
MKM9012	8745491237	7455/0	24/01/2016	218 * I
MKN9234	8745492061	7455/0	24/01/2016	218 * I
MKO6145	8745489426	7455/0	12/01/2016	218 * I
MKP7215	8745489474	7455/0	12/01/2016	218 * I
MKQ2643	8745486380	7463/0	31/12/2015	218 * II
MKR0847	8745482698	7455/0	26/12/2015	218 * I
MKT7433	8745482727	7463/0	26/12/2015	218 * II
MKV8649	8745478625	7455/0	20/12/2015	218 * I
MKW3669	8745489108	7455/0	12/01/2016	218 * I
MKX2548	8745479670	7455/0	19/12/2015	218 * I
MKX8898	8745480557	5673/2	22/12/2015	183
MKY2438	8745490316	7455/0	16/01/2016	218 * I
MKZ2527	8745493075	7455/0	23/01/2016	218 * I
MKZ8407	8745480596	7455/0	24/12/2015	218 * I
MLB5844	8745483757	5673/2	29/12/2015	183
MLD0578	8745491102	7455/0	11/01/2016	218 * I
MLE3702	8745491479	6050/3	24/01/2016	208
MLF9557	8745481954	7455/0	25/12/2015	218 * I
MLF9716	8745481137	7455/0	23/12/2015	218 * I
MLG8360	8745491250	7455/0	18/01/2016	218 * I
MLH7720	8745481887	5673/2	24/12/2015	183
MLH8859	8745482626	7463/0	25/12/2015	218 * II
MLI7475	8745484169	7455/0	01/01/2016	218 * I
MLJ3715	8745482797	7455/0	27/12/2015	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLJ6970	8745482181	5673/2	24/12/2015	183
MLJ9708	8745484339	7463/0	30/12/2015	218 * II
MLK0112	8745485441	7455/0	29/12/2015	218 * I
MLK3874	8745485453	7463/0	29/12/2015	218 * II
MLK9284	8745489692	7455/0	17/01/2016	218 * I
MLM7917	8745492813	7455/0	22/01/2016	218 * I
MLN6474	8745491942	6050/3	22/01/2016	208
MLN6921	8745492337	7455/0	23/01/2016	218 * I
MLN6921	8745492557	7463/0	23/01/2016	218 * II
MLO5686	8745476614	7455/0	09/12/2015	218 * I
MLQ6010	8745484645	6050/3	29/12/2015	208
MLR4036	8745480536	6050/3	20/12/2015	208
MLT0235	8745482399	7455/0	21/12/2015	218 * I
MLU6055	8745482314	7455/0	26/12/2015	218 * I
MLV5964	8745481979	7463/0	26/12/2015	218 * II
MLX3575	8745490476	7455/0	16/01/2016	218 * I
MLY2300	8745491215	7455/0	23/01/2016	218 * I
MMA1776	8745491566	5673/2	24/01/2016	183
MMB5360	8745491122	7455/0	18/01/2016	218 * I
MMB6210	8745491982	7455/0	23/01/2016	218 * I
MMF3321	8745491550	5673/2	22/01/2016	183
MMH5316	8745489914	7455/0	15/01/2016	218 * I
MMH5442	8745481364	5673/2	24/12/2015	183
MMH5442	8745484021	7455/0	02/01/2016	218 * I
MMI6382	8745481007	7455/0	26/12/2015	218 * I
MMI6682	8745490007	7455/0	11/01/2016	218 * I
MMJ5158	8745483311	7455/0	27/12/2015	218 * I
MMK6701	8745477843	7471/0	11/12/2015	218 * III
MMK8506	8745491065	7455/0	16/01/2016	218 * I
MMM5672	8745493182	7455/0	18/01/2016	218 * I
MOA6989	8745480806	5673/2	27/12/2015	183
MSY8745	8745491543	7455/0	22/01/2016	218 * I
MUB5058	8745490473	7455/0	16/01/2016	218 * I
NCC3337	8745491185	7455/0	20/01/2016	218 * I
NCC3337	8745491278	7455/0	20/01/2016	218 * I
NEV7827	8745491239	7463/0	24/01/2016	218 * II
NGK6596	8745484327	7455/0	30/12/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NNC3441	8745491983	7455/0	23/01/2016	218 * I
NSE6488	8745482171	7455/0	24/12/2015	218 * I
NSN7188	8745491810	7455/0	18/01/2016	218 * I
NUS7624	8745490019	7455/0	11/01/2016	218 * I
NYE1336	8745483971	7463/0	28/12/2015	218 * II
OKE3968	8745481871	5673/2	23/12/2015	183
OKE6224	8745492054	7455/0	24/01/2016	218 * I
OKF3480	8745490091	7455/0	14/01/2016	218 * I
OKF5553	8745480818	6050/3	27/12/2015	208
OKG3709	8745484043	6050/3	01/01/2016	208
OKH8194	8745491753	7455/0	23/01/2016	218 * I
ONB0160	8745483756	6050/3	29/12/2015	208
QBU6988	8745485829	7455/0	29/12/2015	218 * I
QHB1451	8745491188	7455/0	20/01/2016	218 * I
QHC8198	8745492167	6050/3	23/01/2016	208
QHD0965	8745491091	7455/0	12/01/2016	218 * I
QHE7810	8745491387	7455/0	23/01/2016	218 * I
QHF0006	8745490085	7455/0	14/01/2016	218 * I
QHF1230	8745492327	7455/0	22/01/2016	218 * I
QHF4509	8745483025	7455/0	21/12/2015	218 * I
QHF9201	8745492634	7455/0	18/01/2016	218 * I
QHH5552	8745482596	7463/0	24/12/2015	218 * II
QHH9329	8745489663	7455/0	16/01/2016	218 * I
QHI1289	8745491108	7455/0	17/01/2016	218 * I
QHM5496	8745492359	7455/0	23/01/2016	218 * I
QHM7307	8745492553	7463/0	23/01/2016	218 * II
QHM8231	8745480543	5673/2	21/12/2015	183
QHM9282	8745491841	7455/0	19/01/2016	218 * I
QHO2315	8745480267	7455/0	16/12/2015	218 * I
QHO3203	8745491189	7455/0	21/01/2016	218 * I
QHO9653	8745492852	7455/0	18/01/2016	218 * I
QHO9653	8745493241	7455/0	18/01/2016	218 * I
QHR7141	8745491183	7463/0	20/01/2016	218 * II
QHR7141	8745491277	7455/0	20/01/2016	218 * I
QHS5421	8745492254	7455/0	20/01/2016	218 * I
QHS6781	8745491531	7455/0	24/01/2016	218 * I
QHU3980	8745490847	7455/0	17/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QHZ1100	8745492330	7455/0	23/01/2016	218 * I
QJC4688	8745491289	7455/0	21/01/2016	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 19 DE FEVEREIRO DE 2016

CLAUDIOMIRO AMARAL

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 233/2015-PMC

Contrato Nº : 233/2015

Aditivo Nº : 2TA CTR 233/2015/2016

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 4/2015

Objeto : contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 09/02/2018

Assinatura : 12/02/2016

Valor Acrescido R\$: 319.480,20 (Trezentos e Dezenove Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais e Vinte Centavos)

Valor Suprimido R\$: R\$214.088,20 (duzentos e quatorze mil e oitenta e oito reais e vinte centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2016, de materiais de construção, materiais hidráulicos, materiais elétricos, ferramentas em geral, materiais para manutenção da sinalização viária e de trânsito, materiais diversos para manutenção de serviços urbanos e atividades das unidades administrativas, com recursos oriundos de convênios com o governo federal, estadual e próprio, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 10/03/2016.

Início da Sessão: dia 10/03/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016 – FMEC

Objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) com fornecimento de material dos climatizadores de ar dos auditórios do Centro de Eventos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Global.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 07/03/2016.

Abertura: dia 08/03/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Diretor Superintendente FMEC

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Pregão Eletrônico Nº 2/2016 - PMC

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar os representantes legais das empresas ROMANI TUR TRANSPORTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 079.895.371/0001-39, com sede na Rodovia Deputado Neudi Primo Massolini, nº300, Interior; TRANSPORTES SIDE LA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 072.243.439/0001-56, com sede na Rua Heleodoro de Moraes Branco, nº395, Localidade de Planalto, Interior; RAÍSA TURISMO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.298.981/0001-70, com sede na Localidade de Sede Brum s/ nº Interior; LUCIANA V. RUBERT NUNES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20019889/0001-66, com sede na Rua Dorvino Mores, nº50, Bairro São Cristóvão; TRANSPORTES E COMÉRCIO 29 DE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.136086/001-51, com sede na Distrito de Presidente Kennedy, s/ nº, Interior; TRANSPORTE BALBINOT EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.321813/0001-01, com sede na Rodovia BR153, s/nº, Km 90-Vila Cachimbo; ZOTTIS & HIRT LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 72196108/0001-02, com sede na Localidade de Três de outubro s/nº, Interior; DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04812694/0001-12, com sede na Rua Júlio Moritz, nº 38, sala 01, Bairro Imperial; FLAVIO ALBERTO ZAGO-ME, inscrito no CNPJ sob o nº 07573583/0001-99, com sede na Rua 29 de Julho, nº2687, Bairro Flamengo; GIOVANI LUIZ PASINATTO-ME, inscrito no CNPJ sob o nº 11234685/0001-57, com sede na Travessa Cabo Paciência, nº45, Centro; PROVIN e RAUBER LTDA –ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17900682/0001-91, com sede na Rua Pedro Rubini, nº360, Bairro Cristal, todas no Município de

Concórdia-SC e FAMAS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 05057355/0001-30 com sede na Linha São Vendelino, s/nº, Interior, Iporã do Oeste-SC, CEP 89.899-000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 19.1 do Edital.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Samira Abul El Haje Furlan  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2015-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2015 – PMC  
COMPRAS E SERVIÇOS

#### **CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DA PROPOSTA TECNICA**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Plano Diretor e instrumentos complementares para urbanização do entorno do Lago em Concórdia – PDULC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo “A” do Edital.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa ao participante, que no dia 23 (vinte e três) de fevereiro de 2016, às 14h00min (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a sessão pública para divulgação do resultado da análise da Proposta Técnica.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente CPL

### **EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 12/2015-PMC**

Contrato Nº : 12/2015

Aditivo Nº : 4TA Ctr 12/2015/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAGEM KPB LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial de parte da Rua Rosa Chiossi, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 06/05/2016

Assinatura : 11/02/2016

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2016-PMC**

Contrato Nº : 78/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ERGO-MOBLILI IND. E COM. DE MOVEIS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2016

Objeto : Aquisição de mobiliários, (conjuntos de carteiras e cadeiras) a serem utilizados nos Centros Municipais de Ensino Infantil, com recursos oriundos do convênio Salário Educação, Conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 15/05/2016

Assinatura : 15/02/2016

Valor R\$ : 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)

Dotação : 41 - 06.002.1004.344905242000000.01360000

### **PORTARIA FMC Nº 06/2016, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 06/2016, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

#### **RESOLVE :**

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de março de 2016, a letra a do artigo 2º, inciso II, da Portaria nº. 19/2013, de 16 de abril de 2013, que concede gratificação ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI JÚNIOR, que atua na Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 2649/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.649, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia VALDECIR FILIPPI FRANZEN – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor VALDECIR FILIPPI FRANZEN, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 15 de fevereiro de 2016.

Concórdia, 15 de fevereiro de 2016.

Mauro Mendes

Presidente

Leocir Domingo Zanella

Vice-Presidente

Arlan Guliani

2º Secretário

**RESOLUÇÃO 429/2016**

RESOLUÇÃO Nº 429, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença ao Vereador Fábio Luís Ferri.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 43 (quarenta e três) dias ao Vereador Fábio Luís Ferri, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 18 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 18 de fevereiro de 2016.

Mauro Mendes

Presidente



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111/2016

DECRETO Nº 111/2016

"HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS E PRODUTORES RURAIS CLASSIFICADOS PARA O MOVIMENTO ECONÔMICO DE 2016, ANO BASE 2014, POR ORDEM DE COLOCAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente ao disposto no inciso IV do Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 119/2015 e posteriores alterações:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação das empresas e dos produtores agropecuários para o evento do Movimento Econômico 2016, ano base 2014, conforme descrição abaixo, por categoria, colocação e respectivo valor:

#### EMPRESAS DO LUCRO REAL E PRESUMIDO

1. Nilo Tozzo & Cia Ltda	R\$47.505.705,37
2. Votorantim Cimentos S/A	R\$35.376.586,99
3. Ludovico J. Tozzo Ltda	R\$33.225.327,42
4. Battistella Administração e Participação S/A	R\$10.287.200,27
5. Madercal-Industria e Comercio de Madeiras Ltda-EPP	R\$ 4.797.315,27
6. Distribuidora Tozzo Ltda	R\$ 3.777.028,57
7. SC Foods S/A	R\$ 2.963.317,15
8. Perfyao Metais Ltda	R\$ 2.579.242,96
9. Nilo Tozzo & Cia Ltda – Posto de Combustível	R\$ 1.184.990,15
10. Frigofur Indústria e Comércio de Implementos Rodoviários Ltda	R\$ 1.003.158,03
11. Pro Soluções Industriais Eireli-EPP	R\$ 892.242,79
12. Construtora Oliveira Ltda	R\$ 850.164,45
13. Supermercado Sachet Ltda-EPP	R\$ 835.627,21
14. Metalúrgica Sul Brasil Ltda	R\$ 583.512,52
15. Maxul Alimentos Ltda	R\$ 558.309,81
16. Tozzo & Cia Ltda	R\$ 520.519,95
17. Britter Rodovias Ltda	R\$ 325.400,22
18. Agropecuaria Ludovico Tozzo Ltda	R\$ 311.768,88

#### PRESTADORES DE SERVIÇOS

1. Battistella Administração e Participação S/A	R\$95.210,96
2. Carga Comercio e Serviços Ltda ME	R\$29.167,48
3. Truck W Comércio de Peças e Serviços Ltda Me	R\$28.658,44
4. Escrivania de Paz do Município de Cordilheira Alta	R\$16.287,52
5. Tosatec – Transporte e Terraplanagem Ltda ME	R\$15.136,77
6. B.R Eletro Diesel Mecanica Ltda EPP	R\$15.009,51
7. Metalúrgica Mega Ltda Me	R\$ 8.845,01
8. Cella Produtos em Inox Ltda – EPP	R\$ 6.389,39
9. FRIGOFUR Indústria e Comércio de Implementos Rodoviários Ltda – ME	R\$ 5.354,12
10.Pro Soluções Industriais Eireli EPP	R\$ 4.313,07
11.Sachet Transportes Ltda Me	R\$ 3.522,06
12.AER Tur Transportes Ltda Me	R\$ 3.007,77
13. Eberle e Eberle Ltda Me	R\$ 2.569,10
14.Metalúrgica SulBrasil Ltda	R\$ 2.318,86
15.Empresa de Tecnologia e Informação Computacional Avançada Ltda	R\$ 2.236,53
16. Desbravador Software Ltda	R\$ 2.236,39

17. ABC Equipamentos Ltda	R\$ 2.236,39
18. Margareti Ferreira ME	R\$ 2.235,95

#### EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS

1.Nilo Tozzo Transportes Ltda	R\$18.809.133,60
2. Transportes Ludovico Tozzo Ltda	R\$ 8.871.629,01
3. Piovesan & Filhos Ltda	R\$ 98.956,57
4. Idalir Sergio Biolchi – Transporte Me	R\$ 35.590,65
5. Ceditur Transportes Eireli- ME	R\$ 7.240,00

#### EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

1. Cella Produtos em Inox Ltda EPP	R\$ 887.535,53
2. Madreira Cordilheira Ltda	R\$ 785.243,09
3. Granja Pedal Ltda - ME	R\$ 702.878,49
4. Açometal Estruturas Metálicas – EIRELI EPP	R\$ 589.024,23
5. Supermercado Coser & Giacomini Ltda –EPP	R\$ 399.677,61
6. BR Eletro Diesel Mecânica Ltda – EPP	R\$ 395.588,83
7. Ferracordi Ferragem Cordilheira Alta Ltda-EPP	R\$ 342.375,17
8. Britagem Bilhar Ltda	R\$ 302.635,32
9. Fedplas Brasil Injeção Plástica Ltda - ME	R\$ 276.027,53
10. Supermercado Mattana Ltda- EPP	R\$ 272.969,21
11. Odicris Comercio de Móveis Ltda	R\$ 271.795,26
12. Oeste Pallets Ltda – ME	R\$ 258.763,94
13. Carga Comércio e Serviços Ltda – Me	R\$ 258.264,99
14. Ivetronic Peças e Serviços Mecânicos Ltda Epp	R\$ 242.648,16
15. TKG Importação e Distribuição de Artigos de decoração Ltda	R\$ 230.146,45
16. Albino Tecchio & Cia Ltda	R\$ 152.085,19
17. Pedruzzi Industria e Comercio de Carnes Ltda	R\$ 147.059,27
18. BR Auto Peças e Serviços Mecânicos Ltda Me	R\$ 126.101,22

#### PRODUTORES DE AVES - PERUS

1. Domingos Graciani – Linha Campina do Gregório	R\$2.618.954,94
2. Pedro Ghisleni – Linha Campina do Gregório	R\$1.976.367,63
3. Vanderlei Pedro Orso – Linha Dianista	R\$1.522.816,62
4. Claudio João Possa – Linha Caravagio	R\$1.118.822,93
5. Osmar José Sachet – Linha Caravagio	R\$ 973.184,22
6. Gerson Antonio Graciani- Distrito de Fernando Machado	R\$ 943.376,54
7. Luiz Fernando Adamczuk- Linha Ipiranga	R\$ 940.280,86
8. Silvestre Antonio Cella- Distrito de Fernando Machado	R\$ 832.909,57
9. Alcides José Lorenzet- Linha Savaris	R\$ 739.656,82
10. Osmar Menegasso – Linha Tres Irmãos	R\$ 717.331,12
11. Luiz Garbin- Linha Rodeio Bonito	R\$ 677.305,97
12. Domingos Breancini- Linha Bento Gonçalves	R\$ 541.434,93
13. José Jacob Giordan – Linha Colonia Bacia	R\$ 509.511,86
14. Luiz Carlos Giordan- Linha Colonia Bacia	R\$ 507.558,73
15. Ednilson Poletti- Linha Dianista	R\$ 497.158,26
16. Dionisio Zardo – Linha Ipiranga	R\$ 491.334,26
17. Matheus Giordan- Linha Colonia Bacia	R\$ 482.704,13
18. Jacir Vilani- Linha Comercial	R\$ 479.232,12

#### PRODUTORES DE AVES - FRANGOS

1.Olvinio Dalla Costa- Linha Rodeio Bonito	R\$1.195.071,96
2. Valdir Zanardi – Linha Bento Gonçalves	R\$ 852.484,32
3. Ivanor Luiz Sachet – Linha General Osório	R\$ 837.001,28
4. Jair Villani- Linha Bento Gonçalves	R\$ 720.144,14

5. Ivan Graciani – Linha Dianista	R\$ 647.718,84
6. Sadi Luiz Piran- Linha Rodeio Bonito	R\$ 589.084,54
7. Venilce Francisca Wisoski Dal Santo- Linha Pilão de Pedra	R\$ 572.547,39
8. Zilio Gabriel- Linha Bento Gonçalves	R\$ 494.830,39
9. Maiclei Defiltro- Linha Ipiranga	R\$ 487.000,42
10. Eliseo Coser- Linha Rodeio Bonito	R\$ 484.955,15
11. Domingos Campagnoni- Linha Três Irmãos	R\$ 469.698,58
12. Valmor Sachet- Linha Caravaggio	R\$ 447.839,19
13. Danilo Piran- Linha Rodeio Bonito	R\$ 446.834,65
14. Benjamin De Cezaro- Linha Colonia Bacia	R\$ 424.671,37
15. Jacir Breancini- Linha Bento Gonçalves	R\$ 409.638,22
16. Bruno Borsoi- Linha General Osorio	R\$ 379.724,10
17. Cerjo Antonio Giordan- Linha Colonia Bacia	R\$ 379.073,48
18. Arcenio Menegasso- Linha Três Irmãos	R\$ 378.469,71

## PRODUTORES DE SUÍNOS

1. Inácio Oswald – Linha Bento Gonçalves	R\$1.480.013,29
2. Fernando Gabriel- Linha Bento Gonçalves	R\$1.167.863,05
3. Nilson Mazzioni – Linha General Osório	R\$1.150.673,65
4. Vilson Roque Trentin- Linha Ipiranga	R\$1.021.566,00
5. Alcides Tressoldi- Linha Bento Gonçalves	R\$ 974.045,49
6. Airtton Atuatti – Linha Bento Gonçalves	R\$ 892.175,76
7. Marisa Tecchio Pederssetti- Distrito de Fernando Machado	R\$ 880.138,72
8. Claudiano Lusa – Linha Dianista	R\$ 845.145,29
9. Ivalberto Tecchio- Distrito de Fernando Machado	R\$ 794.949,57
10. Gilberto Giacomini- Linha Giacomini	R\$ 756.321,30
11. Valdemar Tressoldi- Linha Bento Gonçalves	R\$ 603.103,98
12. João Antonio Gabriel – Linha Carola Maia	R\$ 553.973,73
13. Jacir Favero – Linha Comercial	R\$ 544.427,50
14. Emiliano Germano Gabriel- Linha Ipiranga	R\$ 529.645,03
15. Edson Borsoi – Linha Marechal Deodoro	R\$ 522.168,36
16. Darci Boff – Distrito de Fernando Machado	R\$ 507.743,52
17. Almir Pederssetti- Linha Dianista	R\$ 472.441,17
18. Abrão de Souza Portella- Linha Dianista	R\$ 467.085,06

## PRODUTORES DE LEITE

1. Ivar José Fante – Linha Dianista	R\$ 260.689,80
2. Neudi Auler- Linha Rodeio Bonito	R\$ 207.243,15
3. João Antonio Gabriel- Linha Carola Maia	R\$ 164.522,02
4. Tiago Felini – Linha Ipiranguinha	R\$ 162.217,19
5. Gilmar Luiz Gabriel- Linha Ipiranga	R\$ 150.221,55
6. Alexandre Antonio Valandro- Linha Marechal Deodoro	R\$ 123.680,76
7. Marciano Carniel – Linha Ipiranga	R\$ 115.953,78
8. Vilmar Menegasso- Linha Três Irmãos	R\$ 102.662,97
9. Leandro Gabriel- Linha Bento Gonçalves	R\$ 86.302,08
10. Alexandre Bergamin- Linha Dianista	R\$ 83.356,71
11. Agenor Magioni- Linha Comercial	R\$ 74.942,68
12. Felix Marco Jordan – Linha Colônia Bacia	R\$ 73.010,02
13. Claudiano Lusa- Linha Dianista	R\$ 71.506,54
14. Paulo Cesar Giordan – Linha Colônia Bacia	R\$ 65.341,19
15. Vilson Dalla Costa- Linha Rodeio Bonito	R\$ 64.771,10
16. Matheus Giordan- Linha Colonia Bacia	R\$ 62.796,28
17. Ivan Antonio Berte- Linha Ipiranga	R\$ 58.155,63
18. Luiz Carlos Giordan- Linha Colonia Bacia	R\$ 58.121,08

## PRODUTORES DE OUTRAS ATIVIDADES

1. Antônio Domingos Dal Santo – Linha Dal Santo	R\$ 324.353,05
2. Lauro Welter – Linha Bento Gonçalves	R\$ 314.789,11
3. Leandra Maria Canabaro- Linha Comercial	R\$ 281.729,14
4. Nereu Folle – Linha Caravaggio	R\$ 254.986,79
5. Gilberto Giacomini – Linha Giacomini	R\$ 192.241,10

6. Darci De Cezaro – Linha Colônia Bacia	R\$ 180.177,33
7. Fabio Andre Carniel Bortese- Linha Bento Gonçalves	R\$ 172.554,29
8. Claudecir Biessek- Distrito de Fernando Machado	R\$ 142.301,39
9. Nilo Tozzo- Linha Caravaggio	R\$ 134.036,00
10. Valdinei Pederssetti – Linha Dianista	R\$ 119.497,82
11. Ederson Zimmermann- Distrito de Fernando Machado	R\$ 96.629,92
12. Venilce Francisca Dal Santo- Linha Pilão de Pedra	R\$ 95.650,00
13. Diogo Dal Santo- Linha Pilão de Pedra	R\$ 89.000,00
14. Rosana Aparecida Miorrelli- Linha Bento Gonçalves	R\$ 85.642,25
15. Airtton Atuatti- Linha Bento Gonçalves	R\$ 68.781,91
16. Natalino Jorge Marchetti- Linha Campina do Gregório	R\$ 62.648,00
17. Waldir Graciani- Linha Bento Gonçalves	R\$ 51.668,61
18. Alcides Pontel Didea- Linha Dal Santo	R\$ 50.228,00

## EMPRESAS CONVIDADAS

1. BRF S/A	R\$ 33.255.652,29
2. Cooperativa Agroindustrial Alfa	R\$ 28.988.600,58
3. Cooperativa Agrária Xanxerê	R\$ 2.331.555,44
4. Friaves Industria de Alimentos Ltda	R\$ 2.135.298,64
5. Seara Alimentos Ltda	R\$ 1.299.176,91
6. Lactínios Tirol Ltda	R\$ 948.192,98

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 113/2015**

DECRETO Nº113/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2014 a 11/04/2015, que serão gozadas a partir de 22/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.



MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento  
HIGOR TRESSOLDI Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO Nº114/2016**

DECRETO N. 114/2016

“ANULA O PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 02/2016  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito em Exercício de Cordilheira Alta,  
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o  
cargo lhe confere, e em atendimento ao disposto no inciso IV do  
art. 70 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o teor da Ata n. 01/2016 expedida pelo Secretário  
de Cultura e Esporte e pela Comissão do Processo Seletivo - Edital  
n. 02/2016, nomeada pelo Decreto n. 95/2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Seletivo regido pelo Edital no  
02/2016, e os demais atos decorrentes de sua edição e publicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL FMS RP Nº 01/2016

tEstado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 01/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE E COMPLEMENTO ALIMENTAR INFANTIL E ADULTO

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 03/03/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 03/03/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 19 de FEVEREIRO de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO 01/2016-B

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

#### 1 – DA LICITAÇÃO

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, com sede na Rua Rio Grande do Norte, 740-Térreo, Centro, CEP 89840-000, inscrita no CNPJ nº 10561874/0001-71, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Jandir Covcewecz, torna pública a realização de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, dia 04/03/2016, às 15h00min horas, conforme objeto descrito, neste Edital, e será esta processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, bem como, às normas estabelecidas no presente edital e demais especificações anexas.

O recebimento dos Envelopes – nº 01 PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 14h55min horas do dia 04/03/2016 na Sala de Reuniões da Câmara de Coronel Freitas, Rua Rio Grande do Norte, nº 740 - Centro, Coronel Freitas, SC.

A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 15h00min do dia 04/03/2016, em sessão pública, realizada na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores do Município de Coronel Freitas/SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM)- COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS. Os referidos atos serão produzidos pela Assessoria de Imprensa do Legislativo, conforme especificações contidas na lista de itens, Anexo (1) um, do presente edital.

Será disponibilizado um tempo 10 (dez) minutos, no horário das 12h00minh as 12h10minh, de segunda a sexta-feira, em um total de seis edições mensais de informativo municipal, relativas ao número de sessões ordinárias. Caso ocorram sessões extraordinárias, deverá haver edições extras para abrangê-las. Ainda, deverão ser cedidos aos sábados, conforme necessidade do legislativo e com agendamento prévio, espaço para manifestação dos vereadores.

TODAS FM QUE CUBRAM CORONEL FREITAS PODEM PARTICIPAR

#### 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas que:

3.1.1 Atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

3.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

3.2 - Será vedada a participação de empresas quando:

3.2.1 - Estejam com o direito suspenso de licitar e/ou contratar junto à Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.2 - Reunidas em consórcio e controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3 – Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8.666/93;

3.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.3 - A participação neste Pregão implica no reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital e seus Anexos, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas complementares que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente.

### 3 – EDITAL COMPLETO LICITAÇÃO E INFORMAÇÕES:

O presente Edital e seus Anexos, bem como as informações administrativas e/ou esclarecimentos relativos ao Pregão podem ser obtidos, os primeiros na forma de cópia, na Câmara Municipal de Coronel Freitas, SC, Rua Rio Grande do Norte, 740, Coronel Freitas - SC, CEP: 89840-000 Telefone: (49) 3347-0424, mediante pagamento da cópia, pelo site <http://camaracoronelfreitas.sc.gov.br/>, ou ainda pelo e-mail: [contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br](mailto:contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br), até o último dia útil que anteceder a data designada para a abertura do certame.

As dúvidas que podem ser esclarecidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

### 4 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

4.1 – A impugnação ao edital obedecerá ao disposto no artigo 41 da Lei 8.666/93, onde qualquer pessoa interessada poderá impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Câmara Municipal de Coronel Freitas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da mesma.

4.1.1. A autoridade competente decidirá sobre a impugnação antes da abertura do certame, após prévia manifestação do Pregoeiro.

4.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização da sessão pública do Pregão.

4.1.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão.

### 5 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DOS ENVELOPES "A" - PROPOSTA DE PREÇOS, "B" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

Os documentos relativos ao Credenciamento, Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação e os Envelopes "A" - Proposta de Preços e "B" - Documentos de Habilitação serão apresentados ao Pregoeiro no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, como segue:

#### 5.1. DO CREDENCIAMENTO:

5.1.1 – A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório numa das formas do item 5.1.2 devendo responder por sua representada e ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, que contenha foto e os dados essenciais para conferência.

5.1.2 – O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.1.2.1. Instrumento particular de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular lances verbais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.2.2. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição dos administradores.

5.1.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida poderá representar mais de uma empresa no presente certame; pena de ser excluída sumariamente do certame.

5.1.4. Os documentos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração ou pela publicação em órgão da imprensa oficial, sendo retida pelo Pregoeiro para oportuna juntada ao processo administrativo pertinente a presente licitação.

5.1.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta avaliada, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

5.1.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.2.6.2 e 7.5 a 7.8 deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, devidamente firmada pelo representante legal da empresa e pelo contador da empresa, de que se enquadra como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) (Anexo V).

#### 5.2. DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, em invólucros separados, e lacrados que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE 01

DA: (EMPRESA)

À CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

ABERTURA: 04/03/2016 HORA: 15h00min

ENVELOPE 02  
DA: (EMPRESA)  
À CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
ABERTURA: 04/03/2016 HORA: 15h00min

5.2.1. Juntamente com os Envelopes "A" e "B" deverá ser entregue Declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação), conforme modelo constante do Anexo II.

TAL DECLARAÇÃO DEVE SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES SOB PENA DE SER A LICITANTE IMPEDIDA DE PARTICIPAR DO CERTAME.

5.2.2. A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ (ENVELOPE A):

a) ser apresentada em 01 (uma) via, conforme modelo do ANEXO I deste Edital, redigida em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente, desde que acompanhadas de sua tradução entre parênteses, redigida com clareza, datada e assinada na última folha, por seu representante legal/procurador;

b) indicar nome ou razão social da proponente, inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - se houver -, banco, agência, conta, bem como o nome, nº de RG, CPF e cargo de seu representante legal/procurador;

c) ser apresentada com cotação de preço, conforme o objeto deste edital e no Anexo I (Modelo de Proposta de Preços), em moeda corrente nacional, Reais, (R\$ - com até duas casas decimais), expressos em algarismos. Por extenso e numericamente.

c.1) havendo divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso prevalecerá o por extenso, salvo se o representante credenciado da empresa esclarecer de forma diversa.

d) conter oferta firme e precisa sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

d.1) não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título.

d.2) quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços da proposta.

e) o prazo de validade das propostas será de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2.3 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

5.2.4 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência salvo por motivo justo e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

5.2.5 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (ENVELOPE B):

5.2.5.1. A documentação a ser apresentada para fins de HABILITAÇÃO deverá ser a seguinte:

I - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações de documento de eleição de seus atuais administradores ou ato constitutivo, no caso de sociedade civil, registrado no Cartório de Títulos e Documentos acompanhada de provas da diretoria em exercício e/ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

Obs.1. A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem II, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso haja.

Obs. 2. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

Obs. 3. Caso o documento citado neste item tenha sido apresentado na sessão de CREDENCIAMENTO, fica dispensada a repetição de sua apresentação.

II - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943). (NR) conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

Obs.4 A certidão pode ser obtida em [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), [www.cst.jus.br](http://www.cst.jus.br) ou no site de qualquer Tribunal Regional do Trabalho (TRT);

IV - Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) conforme modelo do Anexo III, assinada por representante legal da empresa;

V - Declaração da licitante sob as penas da lei de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme modelo do Anexo IV, assinada por representante legal da empresa;

Obs.5. Caso as Declarações citadas nos subitens II e III deste item, não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, deverão ser acompanhadas de Procuração que conceda poderes ao signatário das Declarações.

VI - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor;

VII - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;

VIII - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame, em conformidade com o subitem 5.2.6.4. Deste edital;

IX - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

X - Declaração informando a localização da torre de transmissão, potência do transmissor e alcance estimado do sinal.

**NOTA IMPORTANTE:**

1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5º, da Lei n.º 8.666/93.

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei n.º 8.666/93.

**5.2.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

5.2.6.1 – Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente, vistos o tratamento diferenciado constante na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração, à vista dos originais ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, devendo os documentos, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste Edital.

5.2.6.2 - Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor, vistos o tratamento diferenciado constante na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses, a contar de sua expedição. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, ressalvado a comprovação de regularidade fiscal das empresas enquadradas como ME e EPP, que deverão apresentar toda a documentação exigida no edital, mesmo que apresente alguma restrição, porém, sendo exigida a comprovação de regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato, caso serem julgadas vencedoras do certame. (Art. 42 e 43, §§ 1º e 2º da LC 123/2006).

5.2.6.2.1. - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.2.6.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 44, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2.6.3 - A aceitação dos documentos, obtidos via internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de apoio ao Pregoeiro.

5.2.6.4 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

5.2.6.5 - Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

5.2.6.6 - Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentada.

5.2.6.7 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seu Anexo.

5.2.6.8 - Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

5.2.6.9 - Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

**6 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO:**

O pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que seguem:

6.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a) e realizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado.

6.2 - No dia, hora e local designados neste edital, as proponentes deverão comprovar ao Pregoeiro a representação para a prática de todos os atos inerentes ao certame, nos termos da cláusula 5.1 deste edital.

6.3 - Aberta a sessão pública do pregão presencial, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas



interessadas, serão recebidos a Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação (Anexo II). Envelopes "A" - PROPOSTA DE PREÇOS e "B" - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - pelo Pregoeiro. (Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial).

6.3.1. Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.4 - Verificada a regularidade formal da Declaração e dos envelopes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes "A" - Propostas de Preços, que serão rubricadas e analisadas pelos membros da Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

6.4.1 – Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes, nem a desistência de propostas.

6.4.2 - Os valores estimados para cada item da presente contratação constam na planilha estimativa que faz parte do presente edital, junto ao Anexo VI.

6.4.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e seus Anexos.

6.4.3.1 - Serão consideradas de preços excessivos as propostas, que apresentarem valor por item final – após a sessão de lances - superior ao valor previsto na planilha estimativa constante do presente edital (Anexo VI).

6.4.3.2 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.4.3.3 – Também serão desclassificadas as propostas que afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5.2.2 (A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ:);

6.4.3.4 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.4.4 - As demais propostas, serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços.

6.4.4.1 – Havendo empate nos preços ofertados nas propostas escritas será realizado sorteio para fins da classificação, determinando assim a ordem de oferta dos lances.

6.4.5 - Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas com a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

6.4.6 - O Pregoeiro abrirá oportunidade para o oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior aquele em até 10% (dez por cento).

6.4.6.1 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentaram as melhores propostas, até o máximo de três, além da primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados.

6.4.7 - O Pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não sejam ofertados novos lances de preços menores aos já existentes. O tempo dedicado para cada item, será decidido pelo pregoeiro, e equipe de apoio, durante a sessão de lances.

6.4.7.1 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, a partir da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente sem intervalos mínimos.

6.4.7.2 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.4.7.3 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do ultimo preço ofertado para efeito de classificação das propostas.

6.4.7.4 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes deste edital.

6.4.8 - Quando as licitantes, convocadas pelo Pregoeiro, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, o Pregoeiro declarará encerrada a etapa competitiva, procedendo à classificação definitiva das propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por item, consignando-a em ata.

6.4.8.1 - Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço por item, com os parâmetros de preços definidos pela Administração e a sua aceitabilidade.

6.4.8.2 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que ofertou o menor preço por item, para que seja obtido preço melhor.

6.5. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 6.1.7, deste edital.

6.5.1. Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, caso seja esta a situação, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.6. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

6.6.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, na forma do item 6.6.4, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame. (deverá obrigatoriamente estar presente na sessão de lances para o exercício deste direito).

6.6.2. Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes (presentes), que se enquadrarem na hipótese do item 6.5.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no item 6.6.1 deste edital.

6.6.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.5.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.6.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, registrando-se inicialmente a nova proposta em ata, devendo no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da lavratura da mesma apresentar por escrito. Não estando presente representante da micro empresa ou empresa de pequeno porte, decairá do direito de apresentar nova proposta.

6.7. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.5./6.5.1 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.8. O disposto nos itens 6.5 a 6.7, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.9. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional.

6.10. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.11. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação para habilitação da empresa classificada em primeiro lugar por item.

6.11.1 - Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, e afastada a possibilidade de concessão do prazo do subitem anterior, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

6.11.2 - Sendo considerada inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.

6.11.2.1 – Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes que participaram da disputa verbal, poderá ser convocado o primeiro dos licitantes remanescentes, para nova análise e negociação dos preços ofertados, e assim sucessivamente, até a habilitação de uma empresa classificada.

6.12. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada, será declarada vencedora do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos da cláusula sete (DA FASE RECURSAL) deste instrumento.

6.12.1. Somente poderão participar da fase de recursos, as empresas cujos representantes estejam devidamente credenciados. Às empresas que tenha apresentado proposta e documentação, mas não estejam presentes ou devidamente representadas, fica prejudicada a interposição de recursos.

6.13. Na ausência de recursos, após a declaração da vencedora, encaminhar-se-á o processo ao Presidente da Câmara de Vereadores para homologação do procedimento a seu critério e adjudicação do objeto ao vencedor.

6.14. Decididos os recursos eventualmente interpostos, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e homologado o certame.

6.15. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas, bem como, os envelopes das licitantes classificadas, não declaradas vencedoras do certame, permanecerão em custódia do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o recebimento definitivo dos itens ora licitados.

6.16. Da sessão pública deste pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada na quais serão registrados todos os atos praticados, a qual, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, demais membros da Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.

#### 7 - DA FASE RECURSAL:

7.1. - Declarada a vencedora do objeto da licitação, as proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, que ficará registrada na ata que se refere o subitem 6.16 deste edital, sendo-lhe concedido no próprio ato o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista do processo administrativo.

7.1.1 - As razões de recurso deverão ser entregues no prazo supra à Câmara Municipal de Coronel Freitas, SC, sediada junto a Rua Rio Grande do Norte, 740 –em dias úteis, no horário das 08h15min h às 11h45min h e das 13h15min h às 16h45min h, encaminhadas à Presidência da Câmara. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no local e horário ora definidos.

7.2 - Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos.

7.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante de interpor recurso na sessão pública do pregão importará na decadência do direito para tanto, o que se aplica também às empresas que não estiverem presentes ao certame ou sem representante devidamente credenciado.

6.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 – O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara de Vereadores, sendo que o Pregoeiro poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir ao Presidente da Casa, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob a pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

#### 8 – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – O preço que vigorará no contrato ou nota de empenho será o ofertado pela licitante vencedora.

8.1.1 – Este preço deve incluir todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e de materiais e, constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação do objeto desta licitação, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida.

8.2 – As despesas decorrentes desta Licitação correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários:

DOTAÇÃO DE NÚMERO: MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES, COMPLEMENTO DO ELEMENTO 33903701000000.

8.3 – Não haverá reajuste de preços.

8.4 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas nesta cláusula, em face da superveniência de normas federais ou municipais que regulem a matéria de forma diversa.

#### 9 – DO PAGAMENTO:

9.1 - O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente à publicação, mediante conferência do material e apresentação de nota fiscal do serviço prestado.

9.2 - O preço é considerado completo e abrangem todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

9.3 - O CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 31, parágrafo 1º da Lei 8212/91, reter importâncias devidas à CONTRATADA até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas e contratuais.

9.4 - O pagamento será creditado em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.5 – Não haverá reajustamento de preço.

9.6 – O preço aqui ajustado apresenta o constante da proposta.

9.7 - Poderá os licitantes prever descontos, nos termos da alínea "d", do inciso XIV, do artigo 40, da Lei n.º 8.666/93.

9.8 - O pagamento será creditado em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.9 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara Municipal de Coronel Freitas



em favor da licitante vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

## 10 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 - Constitui direito de o CONTRATANTE receber o objeto desta licitação nas condições avençadas.

10.2 - Constitui obrigação do CONTRATANTE:

- A - Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- b - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais licitados em desacordo com as especificações deste Edital e pela proposta de preços da empresa;
- c - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- d - Designar servidor (ES) para acompanhar o recebimento do objeto deste instrumento, em conformidade com as especificações e valores cotados.

## 11 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Constitui direito de a CONTRATADA receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados.

11.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A - Cumprir fielmente as obrigações definidas no edital, de forma que o objeto deverá ser executado de acordo com as exigências neles contidas;
- b - Todas as despesas relativas a materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, combustíveis ou fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos e leis sociais correrão por conta da Empresa;
- c - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais;
- d - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Coronel Freitas, durante a realização do objeto;
- E - atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;
- f - manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g - apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas;
- h - cumprir a legislação pertinente às relações que se estabeleçam com terceiros, eximindo-se a Câmara Municipal de Coronel Freitas de quaisquer responsabilidades decorrentes desses contratos.

## 12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – O licitante que realizar infrações administrativas conforme abaixo especificado, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, de acordo com os períodos abaixo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

- Apresentar Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação (anexo II), sem ter reais condições de habilitação, prazo de 06 meses;
- Ensejar o retardamento da execução do certame, prazo de 06 meses;
- Não manter a proposta, prazo de 06 meses;
- Comportar-se de modo inidôneo, prazo de 06 meses;
- Falhar ou fraudar no fornecimento dos materiais ou dos serviços, prazo de 01 ano;
- Cometer fraude fiscal, prazo de 02 anos.

12.1.1 - No caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

12.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão Presencial, a Administração da Câmara Municipal de Coronel Freitas poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.2.1 – advertência;

12.2.2 - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a comunicação oficial;

12.2.3 - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total da nota de empenho;

12.3 - As sanções previstas nos subitens “12.1” e “12.2.1” poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens “12.2.2” e “12.2.3”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## 13 – DO CONTRATO

13.1 – Será assinado entre a Câmara de Vereadores e empresa vencedora, contrato conforme minuta constante do ANEXO VII.

13.2 - A licitante vencedora deverá comparecer à Câmara Municipal, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação, apta para a assinatura do respectivo contrato.

13.3 - O contrato regular-se-á por suas cláusulas e partes integrantes, conforme disposto neste Edital e pelas demais normas da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

13.4 - O presente Edital, inclusive seus anexos, integrará o contrato que vier a ser firmado com o licitante vencedor da licitação, em seus itens respectivos.

13.5 - O prazo de vigência do contrato será de 4 (quatro) meses, visando à manutenção de responsabilidades por parte do contratado.

13.6 - O objeto licitado será supervisionado pela Presidência da Câmara, desde logo designado para acompanhamento e fiscalização dos serviços.

#### 14- DAS DIPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 - Fica assegurado à Câmara Municipal de Coronel Freitas, o direito de, no interesse da Câmara, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente observada o disposto no artigo 59 da Lei Federal 8.666/93.

14.2 - Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos (Termo de Referência e demais anexos), bem como à submissão às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 (art. 34) e demais normas complementares, que disciplinam a licitação em epígrafe e integrarão o ajuste correspondente.

14.3 - Até a entrega da Nota de Empenho, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Câmara Municipal de Coronel Freitas tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

14.4 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que possíveis à aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão Presencial.

14.5 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

14.6 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

14.7 - As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no mural oficial da Câmara Municipal de Coronel Freitas, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a) julgamento deste Pregão;
- b) recurso porventura interposto.

14.8 - Com base no parágrafo 3º do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública;

14.9 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Coronel Freitas, SC, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

14.10 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação;

14.11 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

14.12 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mesmo horário e locais anteriormente estabelecidos, desde que, não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

14.13 - A contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial Contratado;

14.14 - Os envelopes "Documentação e Proposta", não abertos, ficarão à disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias úteis, contado do encerramento da licitação. Transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos, os mesmos serão destruídos pela Administração Municipal;

14.15 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Coronel Freitas;

14.16 – A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-las por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

14.17 – As empresas que tenham apresentado propostas e documentos, mas não estejam presentes, terão suas propostas e documentos avaliados, porém, não poderão participar das rodadas de lances verbais.

14.18 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2002, e na Lei nº 8666/1993;

14.19 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coronel Freitas, SC, com exclusão de qualquer outro.

15 - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL - Fazem parte complementar e inseparável deste edital os anexos:

- 15.1. Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;
- 15.2. Anexo II - Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação;
- 15.3. Anexo III - Declaração do art. 7º, inc.XXXIII, da Constituição da República;
- 15.4. Anexo IV - Declaração de Idoneidade;
- 15.6. Anexo V - Especificações / Orçamento;
- 15.7. Anexo VI \_\_\_\_ - Minuta de contrato.

Coronel Freitas, SC, 18 de fevereiro de 2016.  
JANDIR COVCEWECZ  
Presidente da Câmara

#### ANEXO I

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 01/2016  
Menor Preço Global  
Proponente

Nome / Razão Social da Proponente		
Endereço		
CNPJ/MF	DDD/Telefone/Fax	
e-mail (se houver):		
Representante legal	RG	CIC/MF
Cargo / Função:		

BANCO (Nome e nº): \_\_\_\_\_ AGÊNCIA Nº: \_\_\_\_\_

CONTA Nº: \_\_\_\_\_

Memória de Cálculo de Custos

Item	QTD	Descrição	Total - R\$
			20.250,00
01	01	CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS. Os referidos atos serão produzidos pela Assessoria de Imprensa do Legislativo, conforme especificações contidas na lista de itens, Anexo 1, do presente edital. Será disponibilizado um tempo 10 (dez) minutos, no horário das 12h00minh as 12h10minh, de segunda a sexta-feira, em um total de 6 edições mensais de informativo municipal, relativas ao número de sessões ordinárias. Caso ocorram sessões extraordinárias, deverá haver edições extras para abrangê-las. Ainda, deverão ser cedidos aos sábados, conforme necessidade do legislativo e com agendamento prévio, espaço para manifestação dos vereadores, além de cobertura na inauguração da nova sede da Câmara Municipal, com data a ser marcada.	R\$ 2.700,00 (mensal);

Valor Total: R\$ ..... ( ..... )

- Declaramos que os custos relacionados nas Memórias de Cálculo da presente proposta correspondem as nossas necessidades.
  - Validade da Proposta (não inferior a 60 dias): \_\_\_\_\_ dias.
  - Declaramos que a presente proposta inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro da empresa e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
  - Declaramos que a emissora tem alcance regional e o sinal alcança no mínimo 80% da área do município de Coronel Freitas-SC.
- Atenciosamente,

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura - Identificação da empresa – Nome e CNPJ/MF

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº 01/2016

Menor Preço Global

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, inexistindo fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data:

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo/função:

OBS.:

ESTA DECLARAÇÃO DEVE, OBRIGATORIAMENTE, SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES, SOB A PENA DE SER A LICITANTE IMPEDIDA DE PARTICIPAR DO CERTAME. ANEXO III

DECLARAÇÃO - Art. 7º, inc.XXXIII, da Constituição da República;

Pregão Presencial nº 01/2016

Menor Preço Global

Prezados Senhores,

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, titular da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_

DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Coronel Freitas dia 18 de fevereiro de 2016.

Representante Legal/Procurador

## ANEXO V

## TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Presencial nº 01/2016

Menor Preço Global

## 1 – OBJETO

1 Contratação pelo Poder Legislativo Municipal de emissora de rádio AM de abrangência regional.

1.1 –As especificações necessárias encontram-se neste Anexo.

1.2 – Termo de Referência:

**0.2.1. ESPECIFICAÇÃO****Observação: DEVERÁ SER OBEDECIDO O LIMITE ABAIXO DESCRITO PARA A COTAÇÃO;**

Item	QTD	Descrição	Valor mensal	Valor total
01	4 meses	CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS. Os referidos atos serão produzidos pela Assessoria de Imprensa do Legislativo, conforme especificações contidas na lista de itens, Anexo 1, do presente edital. Será disponibilizado um tempo 10 (dez) minutos, no horário das 12h00minh as 12h10minh, de segunda a sexta-feira, em um total de 6 edições mensais de informativo municipal, relativas ao número de sessões ordinárias. Caso ocorram sessões extraordinárias, deverão haver edições extras para abrangê-las. Ainda, deverão ser cedidos aos sábados, conforme necessidade do legislativo e com agendamento prévio, espaço para manifestação dos vereadores.	R\$ 2.950,00	R\$ 11.800,00

**2 – JUSTIFICATIVA**

2.1. A referida licitação se justifica no sentido de atender as necessidades do Poder Legislativo Municipal quanto às divulgações necessárias ao andamento dos trabalhos administrativos.

**3 – FUNDAMENTOS LEGAIS**

3.1 - O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 (art. 34) e demais normas complementares, que disciplinam a licitação em epígrafe e integrarão o ajuste correspondente.

Coronel Freitas, SC, 18 de fevereiro de 2016.

**ANEXO VI****Minuta de contrato**

Pregão Presencial nº 01/2016

Menor Preço por item

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, SC, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 740, inscrito no CNPJ sob nº 10561874/0001-71, representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Jandir Covcewecz, CIC/MF nº xxx.xxx.xxx-xx, RG xxxxxxxx como contratante, e, inscrita no CNPJ sob nº 10.561.874/0001-71, cidade de Coronel Freitas, SC, neste ato representado pelo (a) Sr(a). xxxxxxxx, brasileiro, empresário, CIC/MF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxx, na cidade de xxxxxx, SC, como contratada, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, regendo-se pelas Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações, pelo Código Civil Brasileiro e legislação estadual pertinente, assim como pelas condições do Edital, pelos termos da proposta e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

A CÂMARA DE VEREADORES contratará observando os seguintes requisitos: a execução do presente contrato abrange a tarefa de execução de divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal de Vereadores, cumprindo os horários fixados pela Câmara, fornecendo pessoal para executar os serviços, os quais deverão ocorrer de modo a satisfazer plenamente as regras e conveniências estabelecidas e fixadas pela Câmara Municipal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO**

3. O CONTRATANTE realizará pagamentos de R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta Reais), por cada mês divulgado, são no total de 4 (meses) totalizando para a integralidade o valor de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos Reais). Sempre até o décimo dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços realizados será pago as publicações efetuadas.

3.1 - O preço é considerado completo e abrangem todos os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, fornecimento de mão de obra, especializada ou não, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

3.2 - O CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 31, parágrafo 1º da Lei 8212/91, reter importâncias devidas à CONTRATADA até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas e contratuais.

3.3 – Fica permitida a utilização dos preceitos do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

3.4 – O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente ou ordem de pagamento, e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O presente contrato tem sua vigência na data da assinatura até o período de 30/05/2016, com base no art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

O CONTRATANTE poderá manter de forma vinculado a execução do objeto, prepostos seus, devidamente credenciados, daqui por diante designados como FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

5.1 - As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO. De outra parte, as Ordens de Serviço ou comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, convenientemente numeradas em (duas) vias, uma das quais ficará em poder do transmissor, depois de visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos.

5.2 - A CONTRATADA é obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos serviços contratados, facultando o acesso a todas as partes contratadas.

5.3 - É assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado.

5.4 - A CONTRATADA obriga-se a retirar do local da execução do objeto, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 - Constitui direito de o CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

6.2 - Constitui obrigação de o CONTRATANTE efetuar o pagamento ajustado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 - Constitui direito de a CONTRATADA receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados.

7.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;
- c) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização das diversas etapas dos serviços contratados;
- f) responsabilizar-se pela execução dos serviços e pela fiel observação das especificações técnicas do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

Em caso de rescisão, a CONTRATADA terá direito a receber o pagamento correspondente ao serviço executado.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS**

a) A CONTRATADA se sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

- advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, segundo entendimento da FISCALIZAÇÃO, para as quais haja concorrido;
- multas sobre o valor total do contrato, no valor de:
  - 10% (dez por cento) nos casos de inexecução total ou execução imperfeita dos serviços;
  - 7% (sete por cento) nos casos de execução parcial ou em desacordo com as especificações a serem seguidas;
  - 5% (cinco por cento) por descumprimento de cláusula contratual ou descumprimento de norma de legislação pertinente;
  - 1% (um por cento) ao dia em caso de atraso na entrega do serviço que exceder o prazo fixado no Edital para a conclusão do objeto do contrato ou por não solução de irregularidades de que tenha sido advertida.

b) suspensão do direito de participar de licitações e contratos com a Administração por até (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvado o direito de defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Orçamento vigente 2016, manutenção Câmara de Vereadores. DOTAÇÃO DE NÚMERO: MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES, COMPLEMENTO DO ELEMENTO 33903701000000.



## CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, SC, eleito para dúvidas ou questões oriundas do presente ajuste. E por estarem plenamente ajustados e de acordo com as cláusulas supratranscritas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma, teor e valor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza de imediato seus jurídicos e legais efeitos.

Coronel Freitas, SC, 18 de fevereiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES JANDIR COVCEWECZ Presidente da Câmara Municipal Contratante	RADIO TAL FULANO DE TAL Função/cargo Contratada
---	--

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
SEDIANE LUNARDI MARAFON

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR MATHEUS BERNARDI

Coronel Freitas, SC, 18 de fevereiro de 2016.  
JANDIR COVCEWECZ  
Presidente da Câmara

## Corupá

## PREFEITURA

**ATO 017/CP/001/2015 DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ATO 017/CP/001/2015

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Final dos candidatos aprovados ao Concurso Público Edital 001/2015, já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. A homologação do resultado final será através de ato Municipal assinado pela autoridade competente.

CORUPÁ, 17 de Fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL

## Legenda:

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos;

NPE=Nota Prova Escrita; NPP=Nota Prova Prática; NF=Nota Final

Advogado   Ensino Superior										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	265701	02/07/1989	Andre Linhares Da Silva	16	3,20	19	5,70	35	8,90	Aprovado
2	268383	15/10/1992	Lucas Tadeu Chiarelli	16	3,20	15	4,50	31	7,70	Aprovado
3	264848	28/05/1991	Vanildo Selhorst Danielski	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado
4	267864	12/12/1985	Barbara Prochaska Lemos	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado
5	245014	08/12/1990	Roger De Oliveira Franco	17	3,40	13	3,90	30	7,30	Aprovado
6	262881	21/02/1985	Winston Beyersdorff Lucchiari	16	3,20	13	3,90	29	7,10	Aprovado
7	253104	11/11/1975	Andreia Kochella	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado
8	255663	08/06/1988	William Harmel De Souza	17	3,40	12	3,60	29	7,00	Aprovado
9	252209	23/06/1993	Laisla Tifani De Souza	15	3,00	13	3,90	28	6,90	Aprovado
10	251451	12/05/1990	Adriana Strenner	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado
11	266894	27/05/1989	Jorge Henrique Costa Junior	16	3,20	12	3,60	28	6,80	Aprovado
12	267799	08/07/1977	Jorge Sossai Reis	14	2,80	13	3,90	27	6,70	Aprovado
13	250940	03/01/1985	Rafael Alberto Da Silva	15	3,00	12	3,60	27	6,60	Aprovado
14	268518	30/06/1962	Miraci Severo Vieira	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
15	265076	13/01/1990	Tiago Murilo De Souza	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
16	249658	09/08/1991	Priscila Cristofolini	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
17	259044	12/09/1976	Celso Sueo Tahara	16	3,20	11	3,30	27	6,50	Aprovado
18	262456	18/09/1982	Marcos Rogerio Rebelato	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
19	240680	16/07/1989	Marion Renken Antunes	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
20	256774	09/01/1993	Natalia Carminatti Martins	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
21	268337	20/07/1984	Andre Luis Lessa	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
22	252634	23/11/1986	Nicole Ganzenmuller	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
23	262810	23/04/1992	Fabio Simbalinski	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Aprovado
24	253436	03/12/1979	Juliana Vieira Fabiani	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
25	264418	07/01/1992	Djeniffer Mayara Rodrigues	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado



26	267303	03/06/1986	Diego Barbieri	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado
27	238131	15/08/1992	Nykaella Mayara Rosa	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
28	253058	12/12/1990	Guilherme Nickel	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado
29	249080	27/11/1981	Marciano Cruz Da Silva	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
30	268386	20/06/1987	Fernando Alex Pacheco	15	3,00	8	2,40	23	5,40	Aprovado
31	258225	29/08/1983	Tassia Michele Roessel	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
32	252003	21/05/1982	Michele Celeski	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
33	239292	12/06/1992	Priscila Schneider Rubinihc	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
34	259334	11/09/1991	Guilherme Fürst Drevek	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado

## Agente Epidemiológico | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	242695	05/09/1962	Elcio Kaus Gomes	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
2	266801	13/07/1975	Luis Da Silva	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado

## Assistente Administrativo | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	262793	17/01/1977	Tania Mara Fodi	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
2	255508	06/05/1993	Jose Leonardo Valerio	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado
3	263087	17/01/1995	Lucas Roweder	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
4	264095	30/09/1983	Caroline Braz Ribeiro	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
5	267976	03/10/1976	Juliane Patricia Jumes	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
6	251405	23/12/1989	Fernanda Vandoski	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
7	259269	11/08/1980	Mislene Oliveira Santos	13	2,60	9	2,70	22	5,30	Aprovado
8	243628	18/02/1997	Lucas Boshammer	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado

## Assistente Social | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	246717	12/03/1984	Dineia Cristiane Marquesi	15	3,00	17	5,10	32	8,10	Aprovado
2	267696	19/08/1990	Franciele Camilo De Almeida	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
3	252014	20/02/1984	Rosangela Fidelis Mahs	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
4	268494	12/06/1982	Marlene Alves De Lima	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
5	261157	19/06/1973	Carla Elizangela Zipf	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Auxiliar de Consultório Dentário | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267845	15/04/1987	Jessica Lemos Gasperin	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
2	258303	22/04/1997	Monique Steciuk Da Costa	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
3	250296	19/05/1981	Thais Regina Da Silva Barboza	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado

## Auxiliar de Serviços Gerais | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acer- tos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	242164	23/10/1991	Jonatan Pablo Withoft	9	3,60	8	4,80	17	8,40	10,00	9,52	Aprovado
2	247747	11/12/1995	Jose Carlos Kiatkowski	9	3,60	7	4,20	16	7,80	9,50	8,99	Aprovado
3	238902	10/12/1959	Ivo Melchert	8	3,20	8	4,80	16	8,00	9,25	8,88	Aprovado

4	258967	30/12/1969	Bernadete Da Silva Philadelpho	8	3,20	5	3,00	13	6,20	10,00	8,86	Aprovado
5	265383	19/11/1983	Indiana Moraes De Almeida Pereira	8	3,20	6	3,60	14	6,80	9,00	8,34	Aprovado
6	250536	07/05/1993	Josimare Alves Bueno	6	2,40	5	3,00	11	5,40	8,75	7,75	Aprovado
7	251443	14/03/1966	Icrair Pereira	5	2,00	5	3,00	10	5,00	8,75	7,63	Aprovado
8	237465	02/10/1995	Denis Roger Goncalves Ribeiro	10	4,00	6	3,60	16	7,60	7,50	7,53	Aprovado
9	252700	08/09/1981	Eliane Rosendo Padilha	6	2,40	7	4,20	13	6,60	7,00	6,88	Aprovado
10	246646	06/09/1987	Emiliane Caetano Bortoncello Da Silva	10	4,00	8	4,80	18	8,80	5,25	6,32	Aprovado

## Auxiliar de Setor (creche/escola) | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267902	02/04/1988	Ezequiel Adala De Amorim	12	2,40	17	5,10	29	7,50	Aprovado
2	259734	02/03/1992	Elaine Amaral Da Luz	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
3	257290	21/08/1979	Renata Schaadt	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado
4	264400	15/05/1982	Andreia Dias	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado
5	250968	14/09/1991	Karine De Souza Mendes	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
6	240541	31/03/1996	Karina Renata Pincegher	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado
7	246155	30/10/1997	Adriane Jankowski	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado
8	238191	03/08/1977	Erica Silva Mello	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
9	261554	01/10/1996	Wandressa Ricken	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
10	251010	30/06/1983	Silvia Fabiane Detz Mittelstadt	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
11	247783	18/08/1993	Maira Dos Santos	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
12	257674	05/02/1992	Barbara Jeuzur	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
13	237599	27/11/1995	Bruna Maiara Gums	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
14	239685	09/05/1987	Aline Amaral Da Luz	15	3,00	11	3,30	26	6,30	Aprovado
15	250782	14/09/1979	Andreia Blunk	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado
16	245025	31/07/1982	Angela Santilia Birr De Lima	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
17	263314	14/06/1988	Juliane Auerhahn Maia	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
18	244813	31/08/1995	Jucelaine Luy	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
19	267177	23/01/1996	Bianca Aparecida Dos Santos	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
20	236566	23/01/1980	Josiane Aparecida Kuss Veiga	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
21	256825	06/10/1982	Alcioneia De Fatima Grein	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
22	252237	26/05/1973	Wanderleia Aparecida Minatti Toni	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
23	246189	07/09/1983	Sandra Da Silva Rathunde	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
24	257895	05/09/1986	Joyce Raquel Kiatkowski	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
25	257246	05/02/1988	Juana Da Cruz Signoreli Marquardt	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
26	250622	27/08/1991	Ana Lucia David De Lima	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
27	242796	05/03/1974	Eliane Pereira	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
28	242184	23/09/1985	Adriane Kister Vetterlein	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
29	245821	05/03/1976	Raquel Balduino Rosa Da Costa	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
30	260725	01/05/1994	Aline De Paula Moura Pereira	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
31	240245	26/05/1982	Flavia Freitas Dias Neves	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
32	252066	03/04/1989	Fabiela Gomes	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
33	246318	18/03/1993	Josimara Galvao De Oliveira	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
34	263126	22/12/1963	Maria Jose Silverio	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
35	256215	13/04/1980	Rosemeri Kuester De Bonfim	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
36	236672	27/10/1981	Katiane Kühne Wachterhag	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
37	267554	20/04/1991	Jeanine Leila Meros	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado

38	237683	23/11/1994	Marina Kohls Da Cunha	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
39	238651	26/12/1993	Camila Burger	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
40	268019	09/12/1985	Jordana Mafra	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado
41	268345	02/10/1996	Jaqueline D Souza Xavier Da Costa	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado
42	242359	15/09/1990	Josilene Marcia Viebrantz	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
43	263101	20/12/1996	Zaira Caroline Maas	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
44	237523	28/01/1997	Regina Koren Lui	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
45	247614	27/05/1986	Edilaine Maira Da Rocha	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
46	238238	19/05/1987	Simone Justen	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
47	258740	31/07/1988	Jordana Evangelista	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
48	241747	05/10/1997	Jessica Hohsptarch Braun	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
49	267627	11/06/1981	Luziane Ramos De Lima	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
50	264082	04/04/1986	Gaby Morgana Schulze	4	0,80	15	4,50	19	5,30	Aprovado
51	250390	23/09/1997	Laisa Alexi Tvardovski	4	0,80	15	4,50	19	5,30	Aprovado
52	240550	16/06/1980	Elaine Maria Da Rocha	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
53	268436	16/01/1982	Irineia Carine Bilistki	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
54	256801	08/01/1998	Rubia Marta Holler	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
55	258769	13/07/1994	Raquel De Carvalho	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
56	256027	25/07/1990	Telma De Oliveira Princival	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado
57	254943	28/06/1988	Ulisses Domingues Maciel Neto	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
58	237698	06/12/1989	Tatiane Venera Kusinsky	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
59	267524	25/05/1990	Giselli Lange	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
60	237937	11/07/1996	Luiza Cristina Burger	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
61	251682	10/08/1996	Ana Larissa Zalewski	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
62	238637	10/12/1997	Larissa Schwirkowski	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
63	236686	16/10/1989	Aline Mokwa	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
64	242930	27/02/1992	Dieison Luis Da Silva	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
65	239013	10/01/1993	Fatima Bianchini	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
66	268057	07/10/1973	Rita De Cassia Meister	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
67	240715	16/07/1998	Valeria Millnitz	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
68	244083	01/10/1982	Soraia Wanjand Siqueira	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
69	267569	15/10/1982	Aline Naira Da Silva	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
70	268141	28/02/1985	Valeria Regina Busarello	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
71	236703	07/12/1997	Gesica Correa De Lima	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
72	251818	17/03/1992	Dayane Glatz	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
73	245835	05/06/1997	Mara Lucia Oliveira	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Biólogo | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	262752	12/08/1986	Priscila Flores Da Luz	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado
2	239908	29/05/1991	Luiz Martins Goncalves Neto	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado
3	250425	22/12/1993	Leandro Francisco Burger	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
4	258950	26/03/1987	Carinne Correa Chaves	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado
5	242042	17/04/1993	Andressa De Lima	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado
6	260831	05/09/1993	Tatiane Beatriz Malinowski Baran	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
7	268504	23/02/1984	Edson Takeshi Yamashiro	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
8	265096	27/09/1988	Patricia Michele Da Luz	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
9	251690	17/07/1987	Karin Priscila Wischral	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
10	267136	21/06/1984	Rafael De Souza Pacheco	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
11	267999	05/06/1985	Taina Rodrigues Tavares	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado

12	251636	06/11/1988	Juliana Danna Kulik	13	2,60	10	3,00	23	5,60	Aprovado
13	237398	15/11/1983	Morgana Silveira Sazan	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
14	250363	27/09/1990	Ana Carolina Dagostim	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
15	242287	04/04/1984	Geovana Favila Martins Blank	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
16	258239	24/09/1987	Claudiane Gouveia	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
17	263019	27/09/1986	Carine Bropp Cardoso	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
18	268274	27/05/1992	Fernando Zwierzikowski Da Silva	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado

## Contador | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	265000	24/11/1993	Taisa Ellen Brantl	17	3,40	18	5,40	35	8,80	Aprovado
2	246173	11/03/1993	Leticia Pereira	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
3	265403	25/03/1985	Suelen Schroeder	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
4	265522	01/10/1973	Marcelo Vianna Gurski	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
5	238556	24/08/1986	Laisa Cristina Lopes	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
6	251325	13/02/1966	Clovis Alexandre Truchinski	13	2,60	10	3,00	23	5,60	Aprovado
7	238080	01/07/1988	Rafaela Susan Kienen	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
8	265827	06/10/1972	Josnei Eloí Fuchs	15	3,00	7	2,10	22	5,10	Aprovado
9	252457	28/12/1992	Marina Mulbauer	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Enfermeiro ESF | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	263667	25/11/1962	Isolete Steciuk Ratico	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
2	267701	30/04/1994	Fernando Henrique Antunes Menegon	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
3	257757	03/09/1969	Ana Rita Grassi	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
4	258029	24/06/1980	Angelica Cardoso Schimanski	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado

## Engenheiro Agrônomo | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267992	20/05/1987	Lucas Trevisan	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
2	264596	22/06/1993	Ricardo Luis Baratto	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
3	266296	07/08/1990	Madalena Sobiecki	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
4	261514	26/01/1990	Fabio Pigatto	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
5	263382	21/11/1987	Giselli Aldaiane Almeida Rocha	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
6	258346	17/04/1985	Thiago Vinicius Leal	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado

## Engenheiro Ambiental | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267231	16/11/1990	Pedro Rodrigues De Andrade	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado
2	265930	24/08/1990	Felipe Souza Fagundes	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
3	268155	26/04/1990	Jaqueline Borella	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado

## Fiscal Ambiental | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267199	12/03/1991	Taina Fernanda Vitali Santos	16	3,20	18	5,40	34	8,60	Aprovado

2	267252	12/08/1989	Thais Schafaschek	18	3,60	16	4,80	34	8,40	Aprovado
3	265929	24/08/1990	Felipe Souza Fagundes	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado
4	262751	12/08/1986	Priscila Flores Da Luz	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado
5	251635	25/02/1967	Romeu Bruno Mendes Molinari	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado
6	264481	20/03/1990	Vinicius Dias Gouveia	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado
7	267230	16/11/1990	Pedro Rodrigues De Andrade	17	3,40	12	3,60	29	7,00	Aprovado
8	245175	29/03/1986	David Edison Juliao Saragosa	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
9	257679	29/05/1991	Luiz Martins Goncalves Neto	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
10	267996	04/06/1977	Sidinei Sacoman	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
11	238070	08/09/1980	Sabrina Schlatter Hexsel	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
12	239056	22/12/1987	Juliana Francine Da Costa Silveira	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado
13	246638	28/10/1988	Gustavo Osmair Simm Costa	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado
14	264134	01/03/1992	Kaandra Serpa Werner	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
15	261845	02/04/1995	Ionara Misula Zollner	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
16	253411	03/12/1979	Juliana Vieira Fabiani	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
17	256096	23/05/1986	Vanderlei Cardoso	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
18	260914	28/06/1961	Alberto Soares Fernandes	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
19	267951	04/11/1984	Reginaldo Jose Lamin	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
20	248633	31/07/1978	Claudio Porath	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
21	257415	25/03/1984	Marlon Braunsburger	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
22	267410	21/03/1991	Marcelo Baier	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
23	267533	24/09/1992	Edna Carmen Kuchnir	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
24	242286	04/04/1984	Geovana Favila Martins Blank	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
25	262023	10/04/1990	Anderson Luis Oliari	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
26	237738	04/12/1972	Marlo Mann	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado
27	248367	25/07/1988	Daniel Pereira	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
28	242041	17/04/1993	Andressa De Lima	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
29	237591	02/02/1981	Cleoni Bittencurt	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
30	260449	17/06/1987	Abel Cristiano Lopes	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
31	268224	10/09/1988	Katia Regina Poerner	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
32	266328	14/04/1976	Vanio Voltolini	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
33	251620	30/05/1986	Paulo Cezar Dutra	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
34	267477	03/07/1987	Josiane Valeria Fritzen Roell	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
35	266295	07/08/1990	Madalena Sobiecki	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
36	267408	12/06/1960	Rita De Cassia Zimmermann	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
37	259797	02/12/1991	Luann Junior Forteski	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
38	248464	01/04/1987	Diego Ramonn Alves Pereira	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Fiscal de Tributos e Posturas | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	252633	23/11/1986	Nicole Ganzenmuller	13	2,60	17	5,10	30	7,70	Aprovado
2	263566	03/10/1966	Joao Maria Leski	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
3	267195	08/01/1991	Rafael Rodrigues Carvalho	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
4	267926	11/09/1994	Alexandra W Oenning	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
5	263928	08/09/1993	Moacir De Oliveira Ramos Junior	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado
6	268080	23/10/1987	Aline Medeiros Moraes	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
7	266513	18/05/1973	Andrea Aparecida Souza Galvao	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado



8	260228	11/04/1991	Larissa Karoline Boita Silva	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
9	268137	17/07/1975	Renato De Oliveira Valle	16	3,20	6	1,80	22	5,00	Aprovado

## Fisioterapeuta | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	258083	24/12/1979	Rafael Felipe Vinotti Da Silva	12	2,40	18	5,40	30	7,80	Aprovado
2	259077	20/06/1977	Israel Manfredini Dos Santos	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
3	266709	07/08/1986	Gustavo Yoshio Okiyama	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
4	268203	06/06/1984	Elizangela Juawski Tesserolli	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
5	267496	19/10/1978	Christiany Schramm Pereira Galle	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
6	262949	13/04/1992	Luiz Carlos Favarao Filho	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
7	267522	30/09/1992	Giacomo Luis Pivovar	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
8	256053	30/07/1992	Jayla Mycaella Demarchi	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
9	256079	15/05/1992	Gabriel Mazzini Baptista	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
10	254434	11/12/1981	Adriana Gomes Diniz	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

Fonoaudiólogo (20h) | Ensino Superior  
Nenhum candidato aprovado neste cargo.

## Fonoaudiólogo (35h) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	265986	23/01/1962	Deyvis Kopstein	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado
2	257106	16/10/1972	Daniela Nair Vieira Cherobin	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado

## Instrutor de Música | Ensino Médio

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	253939	15/04/1996	Dennis Da Silva Fernandes	8	1,60	18	5,40	26	7,00	9,67	8,87	Aprovado
2	253946	18/12/1995	Paulo Henrique De Souza Costa Wolodozelik	5	1,00	19	5,70	24	6,70	9,17	8,43	Aprovado
3	268189	08/10/1989	Wagner Francisco Alfredo Correa	11	2,20	20	6,00	31	8,20	8,33	8,29	Aprovado
4	246888	23/05/1997	Pablo Emanuel Ferreira	6	1,20	18	5,40	24	6,60	8,75	8,11	Aprovado
5	240536	25/05/1994	Gabriel Engler	10	2,00	17	5,10	27	7,10	8,33	7,96	Aprovado
6	263168	23/11/1997	Augusto Matheus Oliari	10	2,00	16	4,80	26	6,80	8,25	7,82	Aprovado
7	238867	05/09/1976	Sheyla Cristiane Maciel Daniel	10	2,00	18	5,40	28	7,40	6,33	6,65	Aprovado

## Médico Pediatra (20h) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	267572	17/04/1990	Renata Semann	13	2,60	17	5,10	30	7,70	Aprovado

## Mecânico de Máquinas e Veículos | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	255658	01/10/1955	Fridolin Sohn	6	2,40	8	4,80	14	7,20	9,75	8,99	Aprovado

## Merendeira | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acer-tos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	257595	08/10/1962	Silvana Pereira Pacheco	8	3,20	10	6,00	18	9,20	10,00	9,76	Aprovado
2	242273	28/03/1971	Valdirene Langer Vosgerau	9	3,60	7	4,20	16	7,80	9,00	8,64	Aprovado
3	238535	30/05/1988	Camila Garcia Da Fonseca	9	3,60	9	5,40	18	9,00	7,50	7,95	Aprovado
4	261646	09/12/1977	Vilda Alves Ribeiro	4	1,60	8	4,80	12	6,40	8,00	7,52	Aprovado
5	236616	18/05/1966	Angela Maria Da Silva	6	2,40	8	4,80	14	7,20	7,50	7,41	Aprovado
6	255260	12/08/1984	Silvana Da Rosa	6	2,40	8	4,80	14	7,20	7,00	7,06	Aprovado
7	240606	26/11/1977	Rizotele Caetano Da Silva	7	2,80	7	4,20	14	7,00	6,00	6,30	Aprovado
8	250559	05/02/1975	Rosemari Pinheiro	8	3,20	8	4,80	16	8,00	5,50	6,25	Aprovado
9	241336	15/05/1966	Lindacir Aparecida Do Livramento Vicente	9	3,60	5	3,00	14	6,60	5,50	5,83	Aprovado
10	250673	18/01/1964	Carmen Lucia Da Silva	9	3,60	7	4,20	16	7,80	2,50	4,09	Aprovado
11	246669	26/04/1997	Judlaine Catarina Dias	8	3,20	5	3,00	13	6,20	2,00	3,26	Aprovado

## Motorista categoria "C" | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acer-tos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	267974	23/01/1965	Neri Heinzen	10	4,00	8	4,80	18	8,80	9,50	9,29	Aprovado
2	260960	06/12/1975	Lindomar Dos Santos Pires	8	3,20	8	4,80	16	8,00	9,50	9,05	Aprovado
3	255193	19/04/1971	Adelson Gomes Ferreira	9	3,60	7	4,20	16	7,80	9,50	8,99	Aprovado
4	249957	26/10/1985	Anderson De Araujo	8	3,20	6	3,60	14	6,80	9,75	8,87	Aprovado
5	257580	27/09/1990	Marlon Saturnino Rodrigues	9	3,60	8	4,80	17	8,40	8,75	8,65	Aprovado
6	260598	10/04/1987	Delbrai Zickuhr Sievers	9	3,60	6	3,60	15	7,20	9,25	8,64	Aprovado
7	247556	02/05/1986	Edil Carlos Dolzan	9	3,60	5	3,00	14	6,60	9,50	8,63	Aprovado
8	261243	07/06/1976	Helio Kobczinski	6	2,40	6	3,60	12	6,00	9,75	8,63	Aprovado
9	267218	20/11/1980	Clodoaldo Carnaiba Dos Santos	7	2,80	5	3,00	12	5,80	9,50	8,39	Aprovado
10	251341	11/05/1994	Olisses Jantsch	9	3,60	3	1,80	12	5,40	9,50	8,27	Aprovado
11	246035	26/01/1980	Renaldo Stammerjohann	8	3,20	5	3,00	13	6,20	9,00	8,16	Aprovado
12	255945	24/02/1968	Jacinto Luiz Costa	5	2,00	5	3,00	10	5,00	9,50	8,15	Aprovado

## Motorista categoria "D" | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acer-tos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	259644	06/09/1979	Andre Vanor Pacheco	9	3,60	7	4,20	16	7,80	10,00	9,34	Aprovado
2	260226	04/06/1975	Vanderlei Chermack	8	3,20	8	4,80	16	8,00	9,75	9,23	Aprovado
3	241484	28/07/1989	Edson Junior Morozini	9	3,60	6	3,60	15	7,20	10,00	9,16	Aprovado
4	240342	07/11/1988	Josevalnison Oliveira Dos Santos	8	3,20	8	4,80	16	8,00	9,50	9,05	Aprovado
5	253151	21/03/1981	Cesar Jose Dohopiat	9	3,60	6	3,60	15	7,20	9,75	8,99	Aprovado
6	256814	25/02/1984	Valdecir Valdir Gunther	9	3,60	5	3,00	14	6,60	10,00	8,98	Aprovado
7	256834	12/12/1973	Adilson Dias	10	4,00	6	3,60	16	7,60	9,50	8,93	Aprovado
8	245958	16/12/1984	Silvionei Dzirukowski	8	3,20	7	4,20	15	7,40	9,50	8,87	Aprovado
9	248139	18/12/1990	Fabio Dos Anjos	8	3,20	6	3,60	14	6,80	9,75	8,87	Aprovado
10	257365	28/04/1976	Jailson Bastos	6	2,40	7	4,20	13	6,60	9,75	8,81	Aprovado
11	254919	25/12/1988	Giovani Da Silva	7	2,80	7	4,20	14	7,00	9,50	8,75	Aprovado
12	246703	04/08/1983	Cleber Rodrigo Dos Santos	7	2,80	5	3,00	12	5,80	10,00	8,74	Aprovado
13	258316	26/03/1984	Cristiano Jose Bezerra	8	3,20	5	3,00	13	6,20	9,50	8,51	Aprovado
14	268055	21/07/1989	Rafael De Aguiar	8	3,20	4	2,40	12	5,60	9,75	8,51	Aprovado
15	264575	03/11/1986	Marlos Ratico	7	2,80	5	3,00	12	5,80	9,50	8,39	Aprovado

16	246916	02/12/1991	Erverson Elicio Dalcoquio	6	2,40	6	3,60	12	6,00	9,25	8,28	Aprovado
17	259117	21/05/1984	Joao Paulo Rodrigues	8	3,20	5	3,00	13	6,20	9,00	8,16	Aprovado
18	267379	29/01/1983	Leonel Pereira	8	3,20	5	3,00	13	6,20	8,75	7,99	Aprovado
19	256878	16/03/1973	Clemente Artur Rovere Junior	9	3,60	6	3,60	15	7,20	8,25	7,94	Aprovado
20	264176	28/01/1983	Flavio Antonio Bueno De Freitas	8	3,20	5	3,00	13	6,20	8,50	7,81	Aprovado
21	256115	13/07/1975	Vanderlei Ludwinsky	8	3,20	4	2,40	12	5,60	8,00	7,28	Aprovado

## Nutricionista | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	250216	05/11/1991	Fernanda Rech Rodrigues	10	2,00	19	5,70	29	7,70	Aprovado
2	265830	23/03/1990	Eveline Cristina Dana	12	2,40	17	5,10	29	7,50	Aprovado
3	262124	12/07/1993	Bruna Aparecida Da Silva	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
4	255845	30/05/1996	Leticia Lunelli	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado
5	262250	24/11/1994	Daisy Daiane Zech	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado

## Operador de Escavadeira Hidráulica | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	260795	31/07/1983	Carlos Rathunde	9	3,60	7	4,20	16	7,80	10,00	9,34	Aprovado
2	252246	10/02/1988	Tiago Roell	9	3,60	9	5,40	18	9,00	8,75	8,83	Aprovado
3	265044	04/05/1978	Jair Santos Hoefling	8	3,20	8	4,80	16	8,00	5,25	6,08	Aprovado
4	241017	07/12/1982	Eurico Jose Dos Santos	10	4,00	9	5,40	19	9,40	4,50	5,97	Aprovado
5	246116	16/02/1977	Jonas Zeferino	8	3,20	8	4,80	16	8,00	3,25	4,68	Aprovado
6	240626	12/04/1977	Marlo Marquardt	6	2,40	5	3,00	11	5,40	3,00	3,72	Aprovado

## Operador de Máquina I (motoniveladora) | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	240580	12/09/1986	Jose Djonata Neumann	7	2,80	5	3,00	12	5,80	10,00	8,74	Aprovado
2	238820	07/08/1975	Emilio Alegre	7	2,80	6	3,60	13	6,40	6,75	6,65	Aprovado

## Operador de Máquina I (trator de esteira) | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	238061	08/05/1951	Adao Euclides	5	2,00	5	3,00	10	5,00	10,00	8,50	Aprovado
2	267943	10/12/1988	Cleverton Felipe Sicora Ferreira	7	2,80	7	4,20	14	7,00	5,50	5,95	Aprovado

## Professor II Artes | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	246287	20/03/1993	Gabrieli Hantschel Alves	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
2	247568	19/03/1985	Jaime Israel Barboza Amorim	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
3	264516	09/06/1979	Fabiola Aparecida Jansen	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
4	262850	17/02/1991	Mara Regiane Barbosa Dos Santos Luiz	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
5	259596	10/07/1984	Rafael Rodrigo Soares	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
6	260796	10/01/1987	Filipi Andre De Amorim	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
7	259945	10/04/1976	Adriana De Oliveira Ferreira	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado



## Professor II Ciências | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	268225	10/09/1988	Katia Regina Poerner	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
2	267489	26/11/1993	Bruna Elisa Winter	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
3	242988	27/07/1989	Scheila Weber	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
4	256357	01/10/1987	Tatiane Aparecida Batista	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
5	261387	07/12/1991	Joice Maiara Rics	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado

## Professor II Educação Física | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	264585	24/10/1961	Anibal Ruviano Dantas	8	1,60	19	5,70	27	7,30	Aprovado
2	242696	05/09/1962	Elcio Kaus Gomes	9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado
3	264037	10/02/1992	Daniela Rivelles	7	1,40	18	5,40	25	6,80	Aprovado
4	241821	20/04/1967	Fermino Prestes Junior	6	1,20	18	5,40	24	6,60	Aprovado
5	250610	22/07/1982	Adricia Neumann Neumann	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado
6	261819	29/10/1983	Andre Reinhardt Schäfer	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado
7	236986	26/07/1994	Daniel Luis Junckes	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
8	260779	30/06/1992	Martin Yuri Parlow Pinto	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado
9	237054	26/01/1978	Jose Carlos Portz	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado
10	267513	26/06/1980	Luis Alberto Woerner Galle	5	1,00	17	5,10	22	6,10	Aprovado
11	241489	24/06/1974	Luana Selhorst Mateus	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado
12	257383	27/02/1981	Elvis Jesse Schiochet	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado
13	237573	05/04/1991	Renan Venske	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
14	238831	20/04/1995	Gustavo Bosshammer Partala	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado
15	265838	11/08/1979	Ires Ferreira	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
16	242256	21/09/1991	Raquel Schulze	3	0,60	15	4,50	18	5,10	Aprovado

## Professor II Geografia | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	265269	28/10/1989	Giseli De Lorena	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
2	264219	25/02/1968	Silvana Schmitel Petry	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado

## Professor II Inglês | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	247789	02/02/1987	Merilin Aline Raasch Steffens	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
2	250429	15/04/1979	Simoni Siqueira Gallo Gessner	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado

## Professor II Português | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	239785	20/11/1986	Meriellen Colares Lemes	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado
2	267782	23/03/1984	Diana Liz Reis De Bittencourt	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
3	256391	05/06/1992	Magaret Hass	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Psicólogo | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	254374	14/09/1991	Andressa Bahr	11	2,20	18	5,40	29	7,60	Aprovado
2	264906	28/11/1981	Patricia Medeiros Henkemaier	11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado
3	236948	30/09/1983	Keli Adriana Minela Godoi	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado
4	267251	30/05/1980	Lorencio Gilmar Urnau	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
5	251796	16/04/1988	Edinara Da Costa Mittmann	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
6	268167	03/02/1991	Andre Goncalves De Andrade	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado
7	268146	20/05/1976	Cristiandre Silva Goncalves	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado
8	256438	19/06/1978	Josiane Bosse	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
9	267599	29/03/1986	Mariana Amaral De Queiroz	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
10	240666	09/04/1986	Deyse Maira Kluge	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
11	265709	25/06/1990	Grazieli Brandao	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
12	239242	07/01/1992	Franciele Gesser	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
13	246901	18/01/1988	Kreciane Sabel Trevisani	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
14	256466	03/06/1984	Claudia Daiana Borges	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
15	255953	02/12/1986	Fernando Augusto Graton Santos	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
16	250921	15/07/1991	Thais Kuhnem	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
17	257452	27/01/1989	Heloisa Valadares Barroso	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
18	247299	23/06/1990	Ketelyn Lunelli Schuh	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
19	262503	26/02/1993	Vanessa Baier	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
20	264863	06/10/1993	Aline Vience Michels	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
21	238053	03/10/1987	Nataly Schroeder Brunnquell	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
22	264328	03/02/1993	Pamela Farias	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
23	267919	18/08/1988	Bianca Klockner	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
24	251940	06/10/1989	Lucas Indalencio Cota	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
25	258416	27/12/1990	Marcia Alice Lange	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
26	258601	29/11/1989	Glauca Mosqueta Schlepka	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
27	258670	24/09/1990	Debora Martinha Borba	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

## Técnico em Enfermagem ESF | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	255637	26/12/1978	Rubia Oliari	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
2	237695	19/12/1979	Rosilene Elverita Stelter Poerner	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
3	253423	08/07/1991	Ayme Kamile Dias	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado

## Técnico em Processamento de Dados | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acer-tos	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	255316	15/03/1997	Leonardo Felipe Aguiar Poerner	16	3,20	12	3,60	28	6,80	6,50	6,59	Aprovado
2	246074	29/04/1993	Giovani Antonio Floriani	11	2,20	11	3,30	22	5,50	7,00	6,55	Aprovado
3	236813	06/09/1986	Gilcimar Tamanini	10	2,00	13	3,90	23	5,90	6,50	6,32	Aprovado

## Técnico em Segurança do Trabalho | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	258801	26/12/1976	Ana Amelia Vitorino Pequeno	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado
2	267688	23/03/1990	Diana Maragno Minatto	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado
3	237332	10/07/1984	Hilario Baratto Neto	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado

4	252304	19/01/1991	Adalton Picolli	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
5	253826	20/09/1976	Renata Da Rocha Amaral	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado
6	262391	15/04/1986	Tiago Milnitz	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado
7	249893	06/04/1990	Naiara Pricila Ribeiro	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado
8	238639	19/03/1973	Jose Pedro Pereira	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
9	237424	23/04/1973	Maurivan Jorge Bianchini	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
10	249381	01/04/1977	Jane Maria Da Luz	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado

Trabalhador Braçal   Séries Iniciais do Ensino Fundamental												
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE			NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	260377	11/04/1963	Elias Edegar Toni	7	2,80	9	5,40	16	8,20	8,75	8,59	Aprovado
2	251654	01/01/1978	Jose Ricardo Linzmeyer	6	2,40	6	3,60	12	6,00	6,75	6,53	Aprovado

**DECRETO Nº 1009/16**

DECRETO Nº 1009/16

AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, bem como a interdição da Avenida Getúlio Vargas, e de uma pista da Rua Nereu Ramos, na extensão que abrange a Praça, a partir das 19 horas do dia 26 de fevereiro, até as 19 horas do dia 27 de fevereiro de 2016, para a realização do evento CORUPÁ EXTREME MARATHON 2016 TRC – TRAIL RUNNING CLUB, tendo como responsável a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, integridade e zelo do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, ficam sob inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

19 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**RESOLUÇÃO Nº 001/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CORUPÁ

**RESOLUÇÃO Nº 001/2016**

Dispõe da aprovação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá (FMAS) referente aos Benefícios Eventuais.

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS do exercício de 2015.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio natalidade, auxílio funeral, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Art. 4º Os recursos pactuado não foi repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 17/02/2016.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **RESOLUÇÃO Nº 002/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CORUPÁ

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Dispõe sobre a aprovação e reprogramação de saldo do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 36.959,00 exercício de 2015.

Art. 2º Aprovar a reprogramação de saldo da partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 19.314,47 sendo que deste, 100% destina-se a custeio;

Art. 3º Aprovar a devolução do Fundo Municipal de Assistência Social ao Fundo Estadual de Assistência Social no valor de R\$ 4.079,74.

Art. 4º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Corupá, 17/02/2016.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **RESOLUÇÃO Nº 003/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CORUPÁ

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldo do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 7.882,15 do exercício 2015.

Art. 2º Aprovar a reprogramação de saldo da partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 7.882,15 sendo que deste, 100% destina-se a investimento.

Art. 3º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Corupá, 17/02/2016.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO 006/2016

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Jacson Ubiratn Vargas - ME.

Objeto Aquisição de equipamentos Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira, Origem: processo licitatório nº. 005/2015 Modalidade: Pregão nº 005/2016- Vigência: 18/02/2016 à 18/08/2016 Dionísio Cerqueira: 18/02/2016

Bruna Dalo – Coordenadora do HMDC

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 023/2016. Objeto: Aquisição de substratos, adubo ureia e mudas de flores da Secretaria de Agricultura do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 03/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/02/2016

Altair Rittes - – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 024/2016. Objeto: Aquisição de serviços de solda para os veículos, máquinas e equipamentos da Administração Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 03/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/02/2016

Altair Rittes - – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 024/2016. Objeto: Aquisição de pranchas, vigas, tábuas, cimento, areia e pedra brita para a Administração Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 03/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/02/2016

Altair Rittes - – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 009/2016. Objeto: contratação de laboratório de análises clínicas para realização de exames destinados aos pacientes internados no Hospital Municipal de Dionísio

Cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 16:00 horas do dia 03/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 14/01/2016

Altair Rittes - – Prefeito Municipal.

### RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 005/2016 HMDC PREGÃO nº 005/2016, Objeto: Aquisição de Equipamentos Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira – Vencedor Jacson Ubiratn Vargas – ME – ALOR R\$ 31.940,00

Dionísio Cerqueira 18/02/2016

ALTAIR RITTES – PREFEITO MUNICIPAL.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 003/2016 FMS PREGÃO nº 006/2016, Objeto: Aquisição de kit de saúde bucal e aquisição de fraldas para o Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira. VencedorES: Dental Oeste- Eirelli – Valor R\$ 3.317,00 - Dental Show – Com de Pord. Odont. E Hospit. Ltda – Valor R\$ 3.363,50 – Elisvandia Matos Donini –ME – Valor RS 13.825,00.

Dionísio Cerqueira 18/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 011/2016 PMDC PREGÃO nº 011/2016, Objeto: Aquisição de Uniformes para as merendeiras da Secretaria de Educação.. Vencedor: Zoon Com. de Confecções Ltda - EPP – Valor R\$ 6.229,00

Dionísio Cerqueira 18/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 012/2016 PMDC PREGÃO nº 012/2016, Objeto: Aquisição de recadeira, pulverizador e carrinho de mão para a Secretaria de Obras de Dionísio Cerqueira.. Vencedor: Rech Cia Ltda -EPP – Valor R\$ 5,523,00 Dionísio Cerqueira 18/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 013/2016 PMDC PREGÃO nº 013/2016, Objeto: Aquisição de peças e fornecimento de serviços mecânicos par conserto e manutenção do veículo escolar micro ônibus placa MLF 6947 . Vencedor: S.E.C Comercio e Repres. Ltda – Valor R\$ 7.431,76 Dionísio Cerqueira 18/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 006/2016

DECRETO Nº 006, de 02 de fevereiro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 66.350,92.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito Municipal em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 846, de 05 de dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 66.350,92 (sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MAN DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
310000	CONV. TRANSITO MILITAR	5.518,48	
311000	CONV. TRANSITO CIVIL	15.453,07	
312000	CONV. TRANSITO PREFEITURA	2.980,94	
300000	CONV. TRANSITO CORPO DE BOMBEIROS	1.135,48	
TOTAL		25.087,97	
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3080000	COSIP	2.854,63	
TOTAL		2.854,63	
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
336000	SALARIO EDUCAÇÃO	13.057,12	
301000	RECEITA DE IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	2.517,02	
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
336000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.200,00	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3180000	FUNDEB	8.724,99	
TOTAL		25.499,13	
06.002.08.244.0140.2022	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3350100	BOLSA FAMÍLIA	2.791,74	
3350300	APOIO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.252,61	
400000	DESPESAS DE CAPITAL		

440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3350100	BOLSA FAMÍLIA	4.000,00	
TOTAL		8.044,35	
06.003.08.243.0140.2023	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.003.08.243.0140.2023	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
06.003.08.243.0140.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
335000	TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.800,00	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.003,66	
TOTAL		2.803,66	
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3370500	PNATE	5,35	
3370600	CAMINHO DA ESCOLA	2.055,83	
TOTAL		2.061,18	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		66.350,92	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro \_\_\_\_\_ R\$ 66.350,92

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de fevereiro de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 02 de fevereiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**DECRETO Nº 007/2016**

DECRETO nº 07, de 11 de Fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus.

JOSÉ ARILO DE CASTILHO, Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, em exercício, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 combinado com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e  
Considerando-se o disposto na Medida Provisória nº 712, de 29/01/2016, e demais Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue;  
Considerando-se a necessidade de regulamentação local das medidas excepcionais de vigilância em saúde para combate ao vetor da Dengue, da Zika e da Chikungunya;

**DECRETA:**

Art. 1º - Na situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, autoridade máxima do Sistema Único de Saúde de âmbito municipal, fica autorizada a determinar e executar as medidas necessárias ao controle das doenças causadas pelos referidos vírus, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, e demais normas aplicáveis.

§ 1º - Entre as medidas que podem ser determinadas e executadas para a contenção das doenças causadas pelos vírus de que trata o art. 1º deste Decreto, destacam-se:

I - a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para eliminação do mosquito e de seus criadouros em área identificada como potencial possuidora de focos transmissores;

II - a realização de campanhas educativas e de orientação à população; e

III - o ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, no caso de situação de abandono ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, regularmente designado e identificado, quando se mostre essencial para a contenção das doenças.

§ 2º - Para fins do disposto no inciso III do § 1º deste Decreto, entende-se por:

I - imóvel em situação de abandono: aquele que demonstre flagrante ausência prolongada de utilização, o que pode ser verificado por suas características físicas, por sinais de inexistência de conservação, pelo relato de moradores da área ou por outros indícios que evidenciem a sua não utilização; e

II - ausência: a impossibilidade de localização de pessoa que possa permitir o acesso ao imóvel, na hipótese de duas visitas devidamente notificadas, em dias e períodos alternados, num intervalo de dez dias.

Art. 2º - Nos casos em que houver a necessidade de ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, o agente público competente emitirá relatório circunstanciado no local em que for verificada a impossibilidade de entrada por abandono ou ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público.

§ 1º - Sempre que se mostrar necessário, o agente público competente poderá requerer o auxílio à autoridade policial.

§ 2º - Constarão no relatório circunstanciado as medidas sanitárias adotadas para o controle do vetor e da eliminação de criadouros do

mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 3º - Na hipótese de abandono do imóvel ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, o ingresso forçado deverá ser realizado buscando-se a preservação da integridade do imóvel.

Art. 4º - A medida prevista no inciso III do § 1º do art. 1º deste Decreto, aplica-se sempre que se verificar a existência de outras doenças com potencial de proliferação ou de disseminação ou agravos que representem grave risco ou ameaça à saúde pública, condicionada à Declaração de Emergência em Saúde Pública.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de Fevereiro de 2016; 28 ano de Fundação; 26 ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILO DE CASTILHO

Prefeito em exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho - SC, 11 de fevereiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

**DECRETO Nº 008/2016**

DECRETO nº 08, de 11 de Fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, no âmbito das Unidades Administrativas do Poder Executivo municipal, e delega competência para articulação e monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

JOSÉ ARILO DE CASTILHO, Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, em exercício, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 combinado com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e  
Considerando-se as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue publicadas pelo Ministério da Saúde;  
Considerando-se a importância do envolvimento do Poder Público e demais segmentos da sociedade organizada, por meio de ações articuladas para combate ao vetor da Dengue e do Chikungunya;

**DECRETA:**

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, no âmbito das Unidades Administrativas do Poder Executivo municipal.

Art. 2º - Os dirigentes das Unidades Administrativas do Poder Executivo municipal deverão adotar providências para a sensibilização e a mobilização de todos os agentes públicos na prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

§ 1º - As providências de que trata o caput compreenderão, entre outras, a realização de campanhas educativas, a vistoria e eliminação de eventuais criadouros do mosquito *Aedes aegypti* e a limpeza de instalações públicas de funcionamento dos serviços das Unidades Administrativas do Poder Executivo municipal.

§ 2º - Serão objeto de vistoria e limpeza as áreas internas e



externas e o entorno das instalações públicas.

Art. 3º - Cada Unidade Administrativa deverá indicar servidores responsáveis pela coordenação das ações de sensibilização, de mobilização, de vistoria e de limpeza de que trata este Decreto.

Art. 4º - Fica delegada para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a competência para articulação e monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti* com a atribuição de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento, pelas Unidades Administrativas do Poder Executivo municipal, das ações de que trata este Decreto.

§ 1º - A Secretaria definirá os procedimentos para operacionalização das ações rotineiras de sensibilização e mobilização dos agentes públicos na prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

§ 2º - A participação nas ações de que trata este artigo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social poderá editar normas complementares para o cumprimento deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de Fevereiro de 2016;  
28 ano de Fundação; 26 ano de Emancipação Política.  
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
Prefeito em exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho - SC, 11 de fevereiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade

## DECRETO Nº 009/2016

DECRETO nº 009, de 11 de fevereiro de 2016.

Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, e estabelece outras providências.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito em exercício de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e fundado no caput do art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 9.504, de 30/09/1997; e

Considerando-se que o ano corrente é ano de eleições nos municípios, onde exige-se das autoridades e agentes públicos especial atenção diante do cabedal de normas direcionadas às condutas exigidas e/ou vedadas na circunscrição do pleito;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - O Manual de que trata este Decreto será divulgado por meio de publicação na imprensa oficial e na página eletrônica oficial do Município.

Art. 2º - O Manual instituído neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos do Município, inclusive aos representantes governamentais nos conselhos municipais.

Parágrafo Único - O acompanhamento, avaliação e orientação quanto a pedidos de auxílio financeiro, distribuição gratuita de bens ou benefícios, no período eleitoral do ano corrente, ficará a cargo das Unidades de Controle Interno e de Assessoramento Jurídico do Município.

Art. 3º - Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação federal pertinente à matéria, incidindo subsidiariamente o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, 11 de fevereiro de 2016; 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política  
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
Prefeito em Exercício do Município de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 11 de fevereiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

## ANEXO ÚNICO

MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2016

### 1. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO:

O conceito de agente público para aplicação da legislação eleitoral é amplo e abrange, inclusive, aqueles que não são servidores públicos.

Para enquadramento nesta definição, adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30/09/1997:

Art. 73. [...]

§ 1º - Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Portanto, no âmbito municipal, será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

- a) mandato: eleito (Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador) ou escolhido, a exemplo dos Conselheiros Tutelares e Membros de Conselhos da Administração Municipal;
- b) cargo: nomeado por concurso público ou em comissão, ou contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime jurídico administrativo (estatutário);
- c) emprego: contratado por concurso público, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público ou em comissão, pelo regime jurídico trabalhista (celetista); e
- d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o conciliador na Casa da Cidadania, o componente de Comissão ou de Conselho na Administração Municipal, os terceirizados e outros.

## 2. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS:

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é não permitir que seus atos venham "a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais" e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral:

1. A configuração da prática de conduta vedada independe de potencialidade lesiva para influenciar o resultado do pleito, bastando a mera ocorrência dos atos proibidos para atrair as sanções da lei.
2. O elemento subjetivo com que as partes praticam a infração não interfere na incidência das sanções previstas nos arts. 73 a 78 da Lei nº 9.504/97.
3. O juízo de proporcionalidade incide apenas no momento da fixação da pena. As circunstâncias fáticas devem servir para mostrar a relevância jurídica do ato praticado pelo candidato, interferindo no juízo de proporcionalidade utilizado na fixação da pena (TSE, ARESPE nº 278961/SP, em 18/11/2009).

1. O exame das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei das Eleições deve ser feito em dois momentos. Primeiro, verifica-se se o fato se enquadra nas hipóteses previstas, que, por definição legal, são "tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais". Nesse momento, não cabe indagar sobre a potencialidade do fato.
2. Caracterizada a infração às hipóteses do art. 73 da Lei 9.504/97, é necessário verificar, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, qual a sanção que deve ser aplicada. Nesse exame, cabe ao Judiciário dosar a multa prevista no § 4º do mencionado art. 73, de acordo com a capacidade econômica do infrator, a gravidade da conduta e a repercussão que o fato atingiu. Em caso extremo, a sanção pode alcançar o registro ou o diploma do candidato beneficiado, na forma do § 5º do referido artigo. (TSE, Representação n. 295986/DF, em 21/10/2010)

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo e abster-se da prática do ato.

## 3. CONDUTAS VEDADAS:

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral que serão analisadas neste Manual, sem prejuízo das demais proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo.

### 3.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Art. 73. [...]

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária.

Note-se que a vedação é imposta a todos os entes da Federação, não havendo distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais. Ademais, constitui proibição a ser observada permanentemente, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Em síntese, são vedados a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política.

Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE – REspe 24865 e EDAI 5135). Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

É igualmente vedada a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, bem como a pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados, nestes mesmos bens. O desrespeito a esta vedação, sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (tais como rios, mares, estradas, ruas e praças) e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

É proibida, ainda, a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause danos.

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, R-Rp nº 425109-DF) que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada, sem questionar-se da potencialidade lesiva da atitude em influenciar o resultado do pleito.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, registra-se que o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei nº 9.504/97.

Ressalva-se, por fim, que a Lei Eleitoral permite a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. A mobilidade referida nestes casos estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas.

### 3.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Art. 73. [...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Além disso, é proibido o uso dos recursos ou equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, cadastro de endereços eletrônicos, aparelhos de fax, conta de e-mail institucional, sites oficiais, blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone ou rede social do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político.

### 3.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

Art. 73. [...]

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei Federal nº 9.504/97).

Sublinhe-se que a proibição acima destacada deve ser observada permanentemente pelos agentes públicos, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Anote-se, por seu turno, que não se ajusta à proibição descrita na legislação de regência acima especificada a cessão de servidores que se encontrem devidamente licenciados (licença concedida de acordo com as regras insertas no regime jurídico a que vinculados), estiverem fora do horário de expediente (ocasião em que lhes será lícito manifestar a sua predileção por determinada candidatura) ou no gozo regular de férias (consoante entendimento sufragado pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no RESPE 27.927, de 21.08.2008 – rel. Min. Arnaldo Versiani).

Assim, o servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar direta ou indiretamente de campanha eleitoral.

Já decidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA - ART. 73, I E III, DA LEI N. 9.504/1997 - USO, NA PROPAGANDA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, DE PRÉDIOS IMAGENS CAPTADAS EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS COM A COLABORAÇÃO DE SERVIDORES EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE - CONFIGURAÇÃO - RECURSO PROVIDO.

A realização de propaganda para o horário eleitoral gratuito no interior de policlínicas e escolas públicas, mediante captação de imagens que só puderam ser obtidas pela colaboração dispensada por servidores públicos que ali executavam suas atribuições, em espaços aos quais não teriam livre acesso outras equipes de filmagem, configura as condutas vedadas do art. 73, incisos I e III, da Lei n. 9.504/1997. (TRE/SC, Acórdão n. 23.583, de 14/04/2009)

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu local de trabalho e/ou horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

### 3.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73. [...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº 9.504/97).

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

O Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião do julgamento do RESPE 25.890 (Rel.Min. José Delgado), reconheceu configuração de violação ao disposto no preceito normativo em apreço o uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que se está apoiando.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Tal restrição deve observar, ainda os ditames do § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que adiante será objeto de exame.

Dessa forma, é proibido que, por exemplo, durante a entrega de medicamentos ou cestas básicas, seja anunciado ou informado que determinado candidato é o responsável pelo seu fornecimento à população, por meio de discursos, "santinhos" ou faixas.

### 3.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

Art. 73. [...]

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

[...]

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

[...]. (Lei Federal nº 9.504/97).

Segundo a lei, a limitação ocorre apenas na circunscrição do pleito, ou seja, na esfera municipal, portanto, de especial atenção.

A regra, no caso, destina-se a evitar contratações de cunho eleitoral e perseguições por motivos eleitorais.

De ressaltar, novamente, que os atos descritos não podem ter finalidade ou potencialidade de influenciar no pleito municipal.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar Quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

Contudo, foi ressalvada a possibilidade de (1) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções

de confiança; (2) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016; e (3) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

No contexto da terceira exceção, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção nº 712, para determinação do que seja "serviço público essencial" aplica-se o disposto na Lei nº 7.783/89, in verbis:

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

Art. 11, Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Além disso, o Inciso V do Art. 73 da Lei nº 9.504/97 já foi objeto de aplicação pelo Tribunal Superior Eleitoral, como se observa a seguir:

Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período. (TSE, Resolução nº 21.806, julgado em 08/06/2004)

**AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97.**

1. A dificuldade imposta ao exercício funcional de uma servidora consubstanciada em suspensão de ordem de férias, sem qualquer interesse da administração, configura a conduta vedada do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, ensejando a imposição de multa. (TSE, Acórdão n. 11.207, de 17/11/2009)

1. Contratação temporária, pela Administração Pública, de professores e demais profissionais da área da educação, motoristas, faxineiros e merendeiras, no período vedado pela lei eleitoral. (...)

3. Em sentido amplo, todo serviço público é essencial ao interesse da coletividade. Já em sentido estrito, essencial é o serviço público emergencial, assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde ou segurança da população".

4. (...) Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à "sobrevivência, saúde ou segurança da população". (TSE, RESP Eleitoral n. 27563, de 12/12/2006)

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral que se quer a área da educação enquadra-se em exceção, entendo como vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, ao enfrentar a aplicação do mesmo dispositivo, estabeleceu que:

**RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRÊS MESES ANTES DA ELEIÇÃO - VEDAÇÃO – ART. 73, V,**

**DA LEI N. 9.504/1997 - NULIDADE - DESPROVIMENTO.**

A teor do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, é vedado aos agentes públicos exonerar servidor, na circunscrição do pleito, no período dos três meses que o antecedem até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade. (TRE/SC, Acórdão n. 19.436, de 21/09/2004)

**RECURSO - REPRESENTAÇÃO - PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA ART. 73, V, LEI N. 9.504/97 - CARACTERIZAÇÃO – DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

A renovação do contrato de prestação de serviços durante o período de 3 (três) meses que antecedem ao pleito importa em conduta vedada ao agente público, se não contemplada nas exceções previstas nas alíneas de "a" a "e" do inciso V do art. 73 da Lei n. 9.504/97. (TRE/SC, Acórdão nº 17051, de 05/09/2001)

Por outro lado, mesmo nas exceções ressalvadas, deve-se atentar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que assim dispõe:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1o do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

### 3.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei Federal nº 9.504/97).

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também a União e aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Assim, conforme a Resolução-TSE nº 23.450/2015, para estas eleições, a partir da data de 2 de julho de 2016, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

Constitui ressalva a esta exceção, a transferência dos recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Observe-se que "A teor do disposto no artigo 25 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve-se entender por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente integrante da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.



Vê-se, pois, que a legislação eleitoral, em face do que determina o comando normativo em destaque, não coíbe a realização de transferências obrigatórias (por exemplo, a participação do Município nas receitas obtidas a partir da cobrança de impostos de competência de outros organismos políticos federados) por força da Constituição da República ou de outros diplomas legislativos. Avulta observar que se o convênio tiver sido celebrado antes dos três meses que antecedem o pleito, e se houver previsão de um cronograma de desembolso de recursos, em contrapartida à realização de uma obra ou à prestação de um serviço pela entidade beneficiária, então os recursos relativos a esse convênio podem ser repassados, mesmo que esse repasse já ocorra dentro dos três meses imediatamente anteriores à eleição. Cuida-se de entendimento prestigiado na esfera jurisprudencial e que desfruta do beneplácito de significativa corrente doutrinária”.

Portanto, na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

1. convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que preveem o repasse de verbas somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;
2. convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciado e com cronograma pré-fixado; e
3. convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais.

Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

### 3.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...]

- b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
- c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei Federal nº 9.504/97).

Neste caso, a vedação vigora a contar de 02/07/2016 e abrange toda a publicidade institucional municipal, produzida por ela própria ou por terceiros.

Logo, a contar de 02/07/2016 deve ser suspenso todo e qualquer contrato de publicidade, programa de rádio ou espaço publicitário em televisão, rádio, jornal, internet, outdoor, placas, faixas, etc.

Somente nos casos excepcionais (casos de grave e urgente necessidade pública), e após autorização da Justiça Eleitoral, será permitida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços

e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta.

### 3.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

Art. 73. [...]

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

A média a que alude a Lei é obtida levando-se em conta as despesas do primeiro semestre dos anos anteriores - não desaprovadas oficialmente - em relação ao lapso de tempo (três anos que antecederam o ano eleitoral), no primeiro semestre do ano eleitoral, em que a permissão é dada. Ou seja, não pode o agente, neste um único semestre (janeiro a junho) de 2016, investir em publicidade mais que o valor correspondente ao que empregou licitamente em média nos primeiros semestres dos três anos anteriores, achado tal limite em operação que tome por referência a média do gasto realizado no primeiro semestre dos três anos que antecedem o pleito (2013, 2014 e 2015).

### 3.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 73. [...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Essa restrição se aplica aos agentes públicos municipais a contar de 05/04/2016, ou seja, a partir desta data é vedada a concessão de revisão geral e/ou de reajuste geral aos servidores públicos, exceto se o índice limitar-se a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ao longo do período transcorrido no ano de 2016 (inflação do ano corrente).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, “O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução/TSE nº 20.890, de 9.10.2001. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela lei eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral.” (TSE, Resolução nº 21.296, julgado em 12/11/2002, rel. Min. Fernando Neves).

### 3.10. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

Art. 73. [...]

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

A norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos. Destarte, tem-se que é vedada a sua disponibilização gratuita, seja através de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação.

De acordo com o mencionado parágrafo, ao estenderem-se pelo "ano em que se realizar eleição", as vedações vigoram, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

1. distribuição gratuita de bens;
2. distribuição gratuita de valores; e
3. concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

1. estado de calamidade pública;
2. estado de emergência; e
3. programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Ademais, existe a presunção de lesividade do ato no caso de descumprimento da vedação, senão vejamos:

"(...) 4. Mesmo que a distribuição de bens não tenha caráter eleitoreiro, incide o § 10 do art. 73 da Lei das Eleições, visto que ficou provada a distribuição gratuita de bens sem que se pudesse enquadrar tal entrega de benesses na exceção prevista no dispositivo legal" (TSE, AgR-REspe nº 35.590, de 24/5/2010).

"(...) Para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito". (TSE, RESP n. 36.026, rel. Min. Aldir Passarinho Junior).

**CONDUTA VEDADA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS.** 1. À falta de previsão em lei específica e de execução orçamentária no ano anterior, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, em ano eleitoral, consistente em programa de empréstimo de animais, para fins de utilização e reprodução, caracteriza a conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97. (TSE, Recurso Ordinário nº 149655, de 13/12/2011)

Por outro lado, a Justiça Eleitoral adota pronunciamento restritivo na resposta as consultas formuladas sobre o dispositivo, como segue:

**CONSULTA - PREFEITO - LEGITIMIDADE - CONHECIMENTO – CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO - ART. 73, § 10, DA LEI DAS ELEIÇÕES - VEDAÇÃO À AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS AOS ADMINISTRADOS EM ANO ELEITORAL, AINDA QUE SE TRATE DE PLEITO ESTADUAL - RESPOSTA NEGATIVA. (...)**

Com essas considerações, conheço da consulta e a ela responder que a conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei das Eleições, não contém restrição quanto ao seu alcance, sendo aplicável a todos os agentes públicos da esfera municipal, estadual e federal, independentemente da circunscrição do pleito (estadual, municipal ou federal), nos termos acima consignados. (Resolução nº 7.779, do TRE/SC, julgado em 26/04/2010)

"Doação de bens - Ano eleitoral. A teor do disposto no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, é proibida a doação de bens no ano em que se realizarem as eleições." NE: "Então, não há como considerar legítima a possibilidade de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, integrante da Administração Pública, proceder a doações de bens. O argumento referente à origem e à natureza perecível não é suficiente a excepcionar-se a regra proibitiva, fora de previsão dela constante." (TSE, Resolução n. 23.291, de 1/7/2010, rel. Min. Marcos Aurélio).

**CONSULTA - SORTEIO ENTRE CONTRIBUINTES – INCENTIVO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS - § 10 DO ART. 73 DA LEI N. 9.504/1997 - CONDUTA VEDADA - SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS**

**- NÃO-CONFIGURAÇÃO - RESPOSTA NEGATIVA.**

A teor do disposto no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, à Administração Pública é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. (TRE/SC, Consulta nº 2285, em 07/04/2008)

**CONSULTA - INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA - FORMULAÇÃO EM TERMOS AMPLOS – NÃO-CONHECIMENTO.** Não se conhece de consulta formulada em termos amplos, passível de diversas interpretações.

(...)

Não obstante, tenho que a concessão de benesses a empresas no ano da eleição sem estar devidamente amparada em lei específica, e, ainda, sem obedecer aos requisitos e às exigências da Lei Complementar n. 101/2000, bem como, da Lei n. 8.666/93, poderá subsumir-se na regra insculpida no § 10 do art. 73, caracterizando distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública. (TRE/SC, Res. nº 7.560, julgado em 12/12/2007)

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República de 1988, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações: (a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa; (b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 3.4, "Uso promocional de programas sociais".

Alcance da vedação:

- a) entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, Petição nº 100080-DF) que a doação de bens na forma vedada abrange inclusive bens perecíveis;
- b) segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), "para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito".

**3.11. ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS**

**Art. 73.**

§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97).

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções.

Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria.

A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

**3.12. CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA INAUGURAÇÕES**

**Art. 75.** Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos

com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida, a partir de 2 de julho de 2016, a contratação de shows artísticos para inaugurações (de obras, serviços, instalações, etc.). A vedação é também aplicável à administração estadual e sua inobservância caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

### 3.13. SOLENIDADES DE INAUGURAÇÕES

Art. 77. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma. (Lei Federal nº 9.504/97).

Assim como na hipótese anterior, a partir do dia 2 de julho de 2016, é vedada a qualquer candidato a participação de inaugurações de obras públicas.

Importante observar que a redação empregada à regra do art. 77, proíbe que qualquer candidato “compareça” a atos de inauguração de obras públicas, eis que até 2009 apenas vedava a “participação” para candidatos ao Executivo. Nesse sentido, a vedação tornou-se mais abrangente e mais severa, cuja violação poderá implicar a cassação do registro do candidato.

É importante salientar que o dispositivo veda a participação de candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa a evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade (lembrando o que dispõe o item 3.12 acima), mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas.

Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

É proibida, também, a participação de representantes, assessores emissários ou mandatários do candidato nos atos de inauguração.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

### 4. DEMAIS VEDAÇÕES:

Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na legislação eleitoral pertinente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

### 5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES:

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 caracteriza a violação das condutas enumeradas no mesmo artigo como atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeitam o infrator às

penalidades previstas na Lei nº 8.429/92.

### 5.1. CONSTITUEM CRIMES ELEITORAIS

Além das demais orientações contidas neste Manual de Comportamento, registre-se aos agentes públicos que são considerados crimes eleitorais as seguintes condutas:

a) No dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata e a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor; Observação: não caracteriza este crime a entrega ou a distribuição de material de propaganda eleitoral no interior das sedes dos partidos políticos e comitês eleitorais, a quem o solicite (Resolução – TSE 21.235, de 05.10.2002);

b) O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. (Lei nº 9.504/97, art. 40);

c) Divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência perante o eleitorado. (Código Eleitoral, art. 323);

d) Caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Código Eleitoral, art. 324), ou quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1.º);

e) Difamar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Código Eleitoral, art. 325);

f) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. (Código Eleitoral, art. 331);

g) Impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332);

h) Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334);

i) Fazer propaganda, qualquer que seja a forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

### 6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS:

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos.

Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a Internet e a Intranet.

Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

a) a utilização de computador ou notebook/netbook ou tablet funcional/institucional para atos voltados à eleição;

b) o uso do e-mail institucional para questões de campanha ou propaganda eleitoral;

c) a divulgação ou aproveitamento de cadastro de endereços eletrônicos e catálogo de emails formados ou obtidos na atividade pública; e

d) a alimentação de páginas eletrônicas, Twitter ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual, como, por exemplo, utilizar-se de Twitter ou facebook pessoal para vincular programa social a determinado partido político ou

candidato.

## 7. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS:

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos, sem prejuízo da obrigação de observância ou atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual.

Nas demais situações não previstas expressamente pela legislação ou neste Manual, em que o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral, recomendase, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância das normas cabíveis, que as condutas sejam pautadas por princípios dos Direitos Administrativo e Eleitoral, especialmente:

a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepor aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;

b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;

c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e

d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de recursos ou bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

## 8. CALENDÁRIO ELEITORAL:

Abaixo destacamos algumas das datas identificadas no Calendário Eleitoral (Eleições de 2016) de que trata a Resolução nº 23.450, de 10/11/2015, que tem relação direta com as orientações deste Manual:

· 1º de janeiro – sexta-feira (início do ano da eleição)

1. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art.73, § 10).

2. Data a partir da qual ficam vedados:

a) Os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 11);

b) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III);

c) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

d) Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, inciso VII).

· 02 de abril - sábado (seis meses antes da eleição)

1. Início dos prazos de desincompatibilização: Data a partir da qual alguns agentes políticos devem se desincompatibilizar ou se afastar dos cargos, empregos ou funções públicas para conservar sua elegibilidade.

Importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral – TSE disponibilizou em sua página na internet ferramenta de pesquisa, no qual dispõe dos prazos de desincompatibilização para os cargos eletivos no pleito de 2016. Esta informação é encontrada no endereço: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/prazos-de-desincompatibilizacao>>.

· 5 de abril – sábado (180 dias antes)

1. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII).

· 2 de julho – sábado (3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas:

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;

c) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

d) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas



administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, b e c, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos tribunais eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II).

· 2 de outubro - domingo: dia das eleições – Primeiro Turno.

· 30 de outubro - domingo: dia das eleições – Segundo Turno.

Observação: Aqueles que tiverem interesse poderão acessar a íntegra da Resolução nº 23.450/2015 no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/inteiro-teor>.

## DECRETO Nº 010/2016

DECRETO nº 010, de 15 de Fevereiro de 2016.

Convoca a Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho, como Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52, incisos II, VII, XXIV e XXV, c/c art. 72, inciso I, alíneas "m" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e com base no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001) e nos artigos 138, VI, "d", 142, III, 149 e 150 da Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014 (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável); e

Considerando-se o disposto no Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, e na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho das Cidades/Ministério das Cidades; Considerando-se a convocação da Conferência Estadual das Cidades pela Portaria nº 024/2015, de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento;

### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC, como Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a se realizar na data de 18 de Maio de 2016, na Associação dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Pedrinho, situada na Rua Veneza, 527, Centro, cidade de Doutor Pedrinho - SC, sob a coordenação da Comissão Preparatória.

Art. 2º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade", com o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC será presidida pelo Prefeito Municipal e, no seu impedimento, pela Assessoria de Administração e Finanças da municipalidade.

Art. 4º - Fica aprovado o texto básico do regimento da Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC, na forma do texto anexo.

Parágrafo único - O regimento dispõe sobre a organização e funcionamento da Conferência Municipal, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º - As despesas com a participação na organização, promoção e realização da Conferência Municipal da Cidade, como Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, bem como aquelas concernentes a participação dos delegados escolhidos na Conferência Estadual, correrão a conta dos recursos orçamentários próprios do Orçamento-Programa Anual.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de Fevereiro de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho - SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

TEXTO BÁSICO DO REGIMENTO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE DOUTOR PEDRINHO - SC, COMO ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES:

### CAPÍTULO I

#### DA REALIZAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 1º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC, convocada pelo Decreto Municipal nº 010, de 11/02/2016, como Etapa Preparatória Municipal das Conferências Estadual e Nacional das Cidades, será realizada no dia 18 de Maio de 2016, na Associação dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Pedrinho, situado na Rua Veneza, nº 527, Centro, no município de Doutor Pedrinho/SC, sob a coordenação da Comissão Preparatória, e terá os seguintes objetivos e finalidades:

I - Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados às Políticas Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades;

III - Propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução das Políticas Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - Propiciar e estimular a organização da conferência como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município e na região;

V - Avançar na construção e consolidação das Políticas Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VI - Indicar prioridades de atuação ao Município, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES, ao Conselho Estadual - CONCIDADES/SC, ao Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

VII - Realizar balanço dos resultados das deliberações da Conferência Municipal e da atuação do Conselho Municipal das Cidades, e dos avanços, dificuldades e desafios na implementação das Políticas de Desenvolvimento Urbano; e

VIII - Eleger e indicar os delegados do Município para a Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo Único – Sem prejuízo dos objetivos e finalidades estabelecidos no caput deste artigo, a Conferência Municipal da Cidade, em atendimento ao disposto no artigo 150 do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município, deverá:

I - apreciar as diretrizes da política urbana do Município;

II - formular propostas para programas federais e estaduais de política urbana;

III - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;

IV - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

V - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

VI - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Art. 2º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC, como Etapa Preparatória para a Conferência Estadual e para 6ª Conferência Nacional das Cidades, será integrada por representantes indicados e eleitos na forma prevista neste Regimento, tendo abrangência municipal e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das Políticas de Desenvolvimento Urbano Federal, Estadual e Municipal, e sua implementação no Município, com viés nos efeitos locais e regionais.

Art. 3º - A realização da Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC antecede a Conferência Estadual das Cidades, em consonância com este Regimento.

## CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 4º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC terá como Tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", com o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Parágrafo Único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, envolvendo:

I - Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU;

II - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU;

III - Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial; e

IV - Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da cidade e da propriedade.

Art. 5º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC será composta de exposição da temática, através de palestra, de grupos de debate e da plenária.

Parágrafo Único – A Conferência produzirá um relatório final, com as resoluções e deliberações da Conferência Municipal a ser encaminhado para a Conferência Estadual.

## CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 6º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC será presidida pelo Prefeito e, no seu impedimento, pela Assessoria de Administração e Finanças da municipalidade, e contará com a efetiva participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES.

Art. 7º - A organização e realização da Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC será coordenada pela Comissão Preparatória Municipal, que será nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, obedecendo a representação dos segmentos conforme estabelecido no artigo 23 do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, que se dividirá em 03 (três) grupos de trabalho, qual seja, Mobilização, Sistematização e Validação.

Art. 8º - Compete a Comissão Preparatória Municipal:

I – organizar, mobilizar e subsidiar a execução da Conferência na etapa Municipal;

II – fazer cumprir as regras previstas no Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, principalmente no que se refere ao estabelecido no artigo 23;

III – no prazo de até 15 (quinze) dias após a instalação da Comissão Preparatória Municipal, constituir as comissões de Organização, Mobilização e Sistematização;

IV – com o apoio do Governo Municipal e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES, organizar toda infraestrutura de local da conferência, além dos recursos humanos e materiais necessários ao bom andamento dos trabalhos;

V – elaborar proposta de programação da Etapa Municipal Preparatória para a Conferência Estadual e Nacional das Cidades;

VI – consolidar as resoluções e deliberações propostas em cada eixo temático, elaborando relatório final, para ser encaminhado à Conferência Estadual;

VII – definir o nome do expositor e a pauta da etapa municipal;

VIII – designar facilitadores e relatores;

IX – elaborar e executar o projeto de divulgação da Conferência Municipal;

X – mobilizar as entidades e órgãos membros existentes no Município para participação na Conferência Municipal;

XI - realizar o julgamento dos recursos relativos ao credenciamento de delegados.

§ 1º - A Comissão Preparatória realizará reuniões periódicas a fim de debater e deliberar sobre aspectos relacionados à Conferência.

§ 2º - A Comissão Preparatória deverá apresentar relatório crítico de suas atividades à Comissão Organizadora Estadual no prazo de 10 dias após a realização da etapa, contendo:

I – Decreto Municipal expedido pelo Poder Executivo convocando a Conferência Municipal como Etapa Preparatória Municipal para a 6ª Conferência Nacional das Cidades;

II – comprovação da ampla divulgação nos meios de comunicação;

III – Portaria Municipal expedido pelo Poder Executivo instituindo a Comissão Preparatória Municipal;

IV – cópia do Regimento Interno Municipal;

V – lista dos Delegados e Delegadas, por segmento, presentes à Conferência informando a entidade que representa, número do documento de identidade e e-mail;

VI – relatório com as Resoluções e deliberações da Conferência Municipal;

VII – Lista dos Delegados e Delegadas eleitos para a Conferência Estadual por segmento e identificação completa: nome, endereço, telefone, entidade que representa (por extenso) e e-mail.

§ 3º - As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no dia do evento.

§ 4º - A Comissão Preparatória e o Município não se responsabilizam por despesas como deslocamento e alimentação dos inscritos na Conferência Municipal.

§ 5º - Para cada Eixo será designado pela Comissão Preparatória um facilitador. Os participantes serão subdivididos em eixos, e terão a incumbência de discutir o tema proposto e elaborar propostas.

§ 6º - As propostas definidas em cada eixo serão encaminhadas para a plenária final.

§ 7º - Eventuais problemas na organização do evento serão analisados e decididos no dia do evento pela Comissão Preparatória, a qual será soberana em seus julgamentos.

§ 8º - Os participantes que possuam necessidades especiais poderão registrar essa informação no momento de sua inscrição na Conferência, com o objetivo de serem providenciadas as condições necessárias à sua participação na Conferência.

#### CAPÍTULO IV DOS PARTICIPANTES

Art. 9º - A Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho – SC, como Etapa Preparatória para as Conferências Estadual e Nacional das Cidades, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes no artigo 23 do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 10 - Os participantes da Conferência Municipal da Cidade de Doutor Pedrinho - SC se distribuirão em duas categorias:

I – delegadas e delegados, com direito a voz e voto; e

II – convidadas e convidados, com direito a voz e sem direito a voto.

Parágrafo Único - Serão delegadas e delegados na Conferência Municipal:

I – representantes da sociedade civil, com direito a voz e voto;

II - representantes indicados pela administração pública municipal, com direito a voz e voto;

III - representantes indicados pelos conselhos de políticas públicas municipais, com direito a voz e voto;

IV - membros da Comissão Preparatória Municipal, com direito a voz e voto.

Art. 11 - A eleição de delegados municipais escolhidos para representarem o Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades será por segmentos, obedecendo à proporcionalidade da representação, conforme disposto no artigo 20 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo Único - O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

Art. 12 - A representação dos diversos segmentos na Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, em todas as suas etapas, e o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público - gestores, administradores e servidores públicos e legislativos municipais - são os representantes de órgãos da administração direta em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: vereadores;

II - Movimentos Populares – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

III – Trabalhadores – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores urbanos e rurais;

IV - Empresários - entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das áreas do conhecimento. Enquadram-se também conselhos profissionais - regionais ou federais;

VI - Organizações não Governamentais - entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.

Parágrafo Único - Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

Art. 13 - A Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades elegerá 2 (dois) delegados/delegadas que participarão da 6ª Conferência Estadual, sendo um representante do Poder Público e outro representante da Sociedade Civil.

§ 1º - Os inscritos poderão candidatar-se às vagas de delegados, no dia do evento das 8:00 as 10:00hrs.

§ 2º - Ocorrendo empate na eleição dos delegados, será eleito o candidato com mais idade.

§ 3º - Os delegados escolhidos na Conferência e que não estiverem

presentes no momento da divulgação do resultado da eleição serão automaticamente excluídos, chamando-se o próximo candidato mais votado.

§ 4º - A votação será na plenária com a apresentação dos candidatos e poderão votar em até dois candidatos que sejam integrantes do seu segmento.

§ 5º - Serão eleitos os candidatos mais votados por segmento, observado-se os critérios estabelecidos no art. 11 deste Regimento.

#### CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 14 - As despesas com a organização da Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que poderá receber apoio de outros segmentos.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Os casos omissos e conflitantes deste Regimento serão resolvidos pela Comissão Preparatória, utilizando-se sempre como ferramenta de instrução o Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, bem como o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 51-2015**

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 051/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 27/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 051/2015;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços, a disponibilidade do profissional CONTRATADO e a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2016 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Cláusula Quinta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.209.146/0001-16, situado à Rua MIRADOR, 55 – SALA 04, ANDAR 01, CENTRO, cidade de PRESIDENTE GETULIO, SC – CEP: 89.150-000 neste ato representado pelo SR. NILCELIO MARCELINO, CPF sob nº 028.208.379-05, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 051/2015, firmado em 19/06/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2016, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 051/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2015.  
HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

NILCELIO MARCELINO  
PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
CPF: 448.545.289-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO 001/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE erval velho

O município de ERVAL VELHO, SC, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, cidade de Erval Velho, CEP 89.613/000, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.422/0001-91, Telefone (49) 3542 1222, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE às 09 horas do dia 08 de MARÇO de 2016, tendo como local o auditório prefeito honório piovezan (junto ao Centro Educacional Balduino Luis Martini), sito a Rua Coronel Honorato Vieira, nº 1111, Centro, Erval Velho, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. PAULO ROBERTO WORM, matrícula AARC/333, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.ERVALVELHO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3542 1222 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Erval Velho (SC), em 19 de fevereiro de 2016.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL DE ERVAL VELHO



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### ADITIVO 3 CLARO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: Claro S.A  
Objeto: Prestação de serviço de telefonia móvel celular com fornecimento de aparelhos celulares cedidos em regime de comodato  
Número do Contrato: 0017/2013  
Terceiro Termo Aditivo: Prazo de vigência.  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0014/2013 na Modalidade Pregão Presencial N.º 0005/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de fevereiro de 2016  
DERLY JOSÉ TAFFAREL  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### DISTRATO\_1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0042/2015  
Distratante: Secretaria Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Distratado: Clínica de Ortopedia e Traumatologia Rodrigues S/S Ltda  
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde..  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de fevereiro de 2016  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPL DE SAÚDE PÚBLICA

### EDITA 00032016 GASOLINA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2016  
Processo licitatório nº: 0003/2016  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de gasolina para os veículos do fundo municipal de Assistência Social  
Data do recebimento: 04/03/2016 as 11h 00min.  
Data da Abertura: 04/03/2016 as 11h 15min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de fevereiro de 2016.  
FERNANDA DE CAMPOS  
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### EDITAL 00012016 MATERIAIS SOCIAL

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0001/2016  
Processo licitatório nº: 0001/2016  
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, material de expediente, higiene e limpeza, gás, material de artesanato e outros, destinados aos programas oferecidos pela secretaria de assistência social.  
Data do Recebimento: 09/03/2016 as 09h00 min.  
Data da abertura: 09/03/2016 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de FEVEREIRO de 2016.  
FERNANDA DE CAMPOS  
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### EDITAL 00022016 CORAÇÃO FAXINALENSE

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0002/2016  
Processo licitatório nº: 0002/2016  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de produtos para montagem dos kits do programa social coração faxinalense, oferecido pela secretaria de assistência social do município.  
Data do Recebimento: 16/03/2016 as 09h00 min.  
Data da abertura: 16/03/2016 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de fevereiro de 2016.  
FERNANDA DE CAMPOS  
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**EDITAL 00052016 GASOLINA SAUDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial nº 0005/2016

Processo licitatório nº: 0015/2016

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gasolina para o fundo municipal de saúde

Data do recebimento: 04/03/2016 as 10h 00min.

Data da Abertura: 04/03/2016 as 10h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

**EDITAL 00072016 GASOLINA PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial nº 0007/2016

Processo licitatório nº: 0012/2016

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gasolina

Data do recebimento: 04/03/2016 as 09h 00min.

Data da Abertura: 04/03/2016 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de fevereiro de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 020/2016

CONTRATO nº. 020/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Jurídica SÔNIA MARIA BRANDÃO, inscrita no CNPJ sob nº 11.775.368/000192, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº. 1290, na cidade de Maravilha – SC, neste ato representada pela Sra. Sônia Maria Brandão, inscrita no CPF sob o nº. 981.006.459-49 e cédula de identidade sob o nº. 1494327, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 07/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 4.992,00 Consideram-se o valor do contrato e os custos da atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do contrato é ate 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de

submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2015:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo - SCFV

3.3.90.36.99.00.00.00 – Pessoa Física

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

- Fiscalizar a execução do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a



garantida da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- Multas;
- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;
- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.
- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.
- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:
  - Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
  - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;
  - Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão - SC aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN	SÔNIA MARIA BRANDÃO
CPF: 024.900.719-39	CPF: . 981.006.459-49
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE DA EMPRESA

#### TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03	CPF:010.389.549-32

#### CONTRATO Nº. 021/2016

CONTRATO nº. 021/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Jurídica ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932, inscrita no CNPJ sob nº 19.781.419/0001-56, estabelecida na Rua Guanabara, nº. 1447 – São Luiz, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representado pelo Sr. Alexandre Campos Camargo, incrito no CPF sob o nº. 043.900.129-32, e cédula de Identidade sob o nº. 3719230, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 07/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 14.400,00 Consideram-se o valor do contrato e os custos da atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do contrato é ate 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação

vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2016:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo – SCFV.

3.3.90.39.99.00.00.00 – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.
- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.
- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.
- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.
- Fiscalizar a execução do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantia da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- Multas;
- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;
- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.
- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.
- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente,

a 10% (dez por cento)

do valor do Contrato.

- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;
- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão - SC aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN	ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO
CPF: 024.900.719-39	CPF: 058.822.129-52
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE DA EMPRESA

#### TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03	CPF: 010.389.549-32

#### CONTRATO Nº. 022/2016

CONTRATO nº. 022/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Física CLARICE TOMELERO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº. 001.034.199-42 e cédula de identidade sob o nº. 1.831.337, residida na Rua Duque de Caxias, nº. 171 na cidade de Maravilha - SC, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 07/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público,

aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 4.992,00 Consideram-se o valor do contrato e os custos das atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2015:

082430019.2.030000 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculo - SCFV

3.3.90.36.99.00.00.00 – Pessoa Física

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

- Fiscalizar a execução do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Cultura e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Funcionária Sirlane Maria Palinski.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantia da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

- Multas;

- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;

- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.

- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.

- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;

- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;

- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;

- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

- Judicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja. Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Flor do Sertão - SC aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN	CLARICE TOMELERO DOS SANTOS
CPF: 024.900.719-39	CPF: . 001.034.199-42
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE DA EMPRESA

#### TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03	CPF:010.389.549-32

#### PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA Nº 086/2016
INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido ao servidor Municipal MICHEL ESTEVÃO AVRELLA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, retornando as atividades em 22/02/2016, conforme solicitação do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 22 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS D  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA Nº 087/2016
CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária NEUSA MARIA NORONHA, em caráter temporário e de excepcional interesse público, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECÍFICA, na vaga da servidora Giane Rossatto Marinho da Silva que se encontra afastada de sala de aula conforme prescrição médica, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 22/02/2016, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio,

conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 22 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 088/2016

PORTARIA Nº 088/2016
CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária JAQUELINE STEFANELLO GIGLIOLI, em caráter temporário e de excepcional interesse público, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECÍFICA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 22/02/2016, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 22 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 131/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 131/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 46/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de laminas e parafusos para manutenção de motoniveladoras, para atendimento as secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 18/08/2016  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 167/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 167/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 60/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de diversos materiais (lixeira, balcão, banco, cadeiras, máquina de lavar) para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 18/11/2016  
2ª Publicação

### AVISO DE ERRATA - CONTRATO Nº. 192/PMF/2015

AVISO DE ERRATA - CONTRATO Nº. 192/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação do CONTRATO Nº. 192/PMF/2015, realizada neste diário oficial em 08 de janeiro de 2016, Edição nº. 1906, Página nº. 181. A retificação se dá na digitação equivocada do extrato do contrato, como se segue:

Segue a retificação do contrato:

Onde se lê:  
CONTRADADO – NEWCARD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Leia-se:  
CONTRADADO – NEWSYSTEM COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA ME

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI  
Gerente de Contratos e Convênios

### EXTRATO DE CONTRATO FMS 15/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 15/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – INOVAMED COM. DE MED. LTDA

OBJETO – aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 4.283,25 (quatro mil duzentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2055.3390 (46), (47), (48), (82) e (83).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 42/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018\_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0018/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (um) compressor de ar respirável, para utilização no reabastecimento dos cilindros de ar comprimido, em uso pelo corpo de bombeiros do município de Fraiburgo - FUNREBOM. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 04.03.2016. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 19 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

### PORTARIA Nº 0381/2016

PORTARIA Nº 0381, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora IDALIR DOMINGA MADELLA BERTOLLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 665.240.329-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, em 14 de maio de 1998, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0382/2016

PORTARIA Nº 0382, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora MARCIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 027.916.749-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 18 fevereiro de 2016.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0383/2016

PORTARIA Nº 0383, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Revoga Portaria 0209/2016.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

#### RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0209 de 29 de janeiro de 2016, que exonerou Servidor Público Municipal, ELIZABETE ARALDI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 799.793.199-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 06 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0384/2016

PORTARIA Nº 0384, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora ELIZABETE ARALDI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº. 799.793.199-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, em 11 de fevereiro de 1998, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 06 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0385/2016**

PORTARIA Nº 0385, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora ELIZABETE ARALDI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº. 799.793.199-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, em 18 de março de 2002, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 06 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0386/2016**

PORTARIA Nº 0386, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora IDALIR DOMINGA MADELLA BERTOLLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 665.240.329-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, em 01 de Abril de 2002, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0387/2016**

PORTARIA Nº 0387, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF21, Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2016, Tomada de Preços nº 0004/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção da rampa externa de acessibilidade com área total de 103,00 m² na Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações, localizada na Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0388/2016**

PORTARIA Nº 0388, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 20 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com o ofício nº007/2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EZEQUIEL DA SILVA SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 093.055.349-70, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de março de 2016 até 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0389/2016**

PORTARIA Nº 0389, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ANA CARLA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 899.844.989-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0390/2016**

PORTARIA Nº 0390, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Retifica e Ratifica a Portaria nº 0379/2016

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 0379, de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre o afastamento por aposentadoria por tempo de serviço de professor, para a servidora IVONE REGINA MARTINELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 844.869.969-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº 0379, de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0391/2016**

PORTARIA Nº 0391, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0259/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora TATIANA REZZADORI, brasileira,

casada, inscrita no CPF sob o nº 036.650.929-22, nomeada no cargo de PROFESSOR, no período de 01 de março de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0392/2016**

PORTARIA Nº 0392, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0260/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora ELIZABETE DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 064.967.359-05, contratada em caráter temporário de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0393/2016**

PORTARIA Nº 0393, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0261/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora SIMONE DEFROSA KLEINJOHANN, que está cedida para a sala de Recursos Multifuncionais na EEBM Padre Biagio Simonetti;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MARICLEIA PIROLA, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o nº 051.357.689-47, contratada em caráter temporário de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, de 16 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0394/2016**

PORTARIA Nº 0394, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora JUCÉLI ALBERTON MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 027.401.669-90, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0395/2016**

PORTARIA Nº 0395, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora, ELIANE REOLON DEGARRAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 899.844.559-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0396/2016**

PORTARIA N.º 0396, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Retifica e Ratifica a Portaria n.º 2420/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 2420, de 07 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado, da servidora EUNICE BENINCÁ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 057.849.109-57, contratada em caráter temporário na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 horas semanais, até 31 de março de 2016.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 2420, de 07 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2016**

DELIBERAÇÃO 002/CMS/2016

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o remanejamento do teto da PPI de Exames de Mamografia de Curitiba para Fraiburgo, bem como o pagamento de R\$ 70,00 (setenta reais) por exame, sendo destes, R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) financiado pelo Ministério da Saúde e R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) de complemento com recursos próprios do Município, conforme Ata nº 002/2016.

Fraiburgo (SC), 17 de fevereiro de 2016.  
NILCE PINZ  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**RESOLUÇÃO CMS Nº 003/2016**

DELIBERAÇÃO 003/CMS/2016

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, as contas do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo referente o exercício 2015, conforme Ata nº 002/2016.

Fraiburgo (SC), 17 de fevereiro de 2016.  
NILCE PINZ  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### ATA DE ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

#### ATA DE ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

Ao quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, as oito horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da prefeitura municipal de Frei Rogério estado de Santa Catarina, a comissão permanente de licitação, designada através da portaria nº 14/2016, de 12 de janeiro de 2016, para realização da sessão pública do Processo Licitatório nº 01/2016 Tomada de Preço 01/2016, estando presente e devidamente credenciada a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviço. Por motivos técnicos foi de antemão verificado a impossibilidade de realização do certame, razão pela qual, a Comissão deliberou pelo adiamento da sessão pública de abertura dos envelopes, designando o dia 25 de fevereiro de 2016 para continuidade do ato, observando-se a necessidade de comunicação aos interessados.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e achada de acordo, segue assinada pelo presidente e equipe de apoio.

Marcos Ribeiro  
Presidente da CPL

Genésio Rinaldi  
Secretário

Cesar Augusto Di Domenico  
Membro

Luzia Seimi Takizawa  
Suplente

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2016  
PMG E FMS

Ata nº. 011/2016; Processo nº.004/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA ME; Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba e da Secretária de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 19/02/2016.

### PORTARIA N.º 154/2016.

PORTARIA N.º 154, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FERNANDO AMBRÓSIO, Matrícula Funcional n.º 4953, referente a 2013/2014, no período de 17/02/2016 a 16/03/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 155/2016.

PORTARIA N.º 155, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e considerando a Lei Municipal n.º 1.122/2007 e alteração,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, MARCUS VINICIUS ISRAEL, CPF n.º 038.177.549-65, DIRETOR ADMINISTRATIVO DE MÍDIA E EVENTOS, para responder interinamente e sem ônus, pelo cargo de SECRETARIO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 17/02/2016 a 16/03/2016.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 157/2016.

PORTARIA N.º 157, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FERNANDO BERGOSSA, CPF n.º 053.252.869-78, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL, da Secretaria de Saúde, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11/2016

DECRETO Nº. 11 de 19 de fevereiro de 2016

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Lourival Schmidt, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o senhor LOURIVAL SCHMIDT, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto Nº 001/2016 de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 20/2016

PORTARIA Nº. 020, de 17 de fevereiro de 2016

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, Processo nº. 501/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder o retorno ao cargo à servidora pública municipal KARLA ADRIANA CATTANEO PEDRALLI DE SOUZA ocupante do cargo de Professora.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal

### QUADRO DE VAGAS 7ª CHAMADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS 7ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT ANOS INICIAIS

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 22/02/2016 – HORÁRIO: 8h

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS	40	INTEGRAL	1º ANO	EXCEDENTE	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS 7ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT SEGUNDO PROFESSOR

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 22/02/2016 – HORÁRIO: 8h

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
ESCOLA MUNICIPAL VICENTE VIEIRA	40	MAT/VESP		EXCEDENTE	

Garuva, 19 de fevereiro de 2016

Jucilene Furlan

Presidente da Comissão

# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.809, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.809, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA O SERVIDOR amauri bornhausen.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor amauri bornhausen, CPF 633.023.069-20, do cargo efetivo de Pedreiro, nomeado pelo Decreto 3773/2010, a partir de 18/02/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.812, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.812, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.  
TORNAR SEM EFEITO O DECRETO Nº 6.719 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 6.719 de 29 de janeiro de 2016, que nomeia a servidora ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA, CPF nº 018.241.909-64 e RG nº 2969425-6, para exercer o cargo em comissão de Diretora Escolar eleita da EEB Aninha Pamplona Rosa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/02/2016.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.813, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.813, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.  
DESIGNA A SERVIDORA ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica designada a partir de 17 de fevereiro de 2016, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA para exercício de função de confiança como Diretora Escolar – 1º ao 5º ano, eleita para o exercício na Escola de Educação Básica Aninha Pamplona Rosa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

**DECRETO Nº 6.814, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.814, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
THIAGO ALBERTO NASCIMENTO	ZELADOR/MONITOR DE ÔNIBUS	40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.815, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.815, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.  
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Fundação Municipal de ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 1185 Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	
Dotação: 4 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
Atividade: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr	
Dotação: 13 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00



Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 03 SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E FINANÇAS	
Unidade: 18 CORPO DE BOMBEIROS	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 182 DEFESA CIVIL	
Programa: 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	
Atividade: 2080 Apoio à Segurança Pública	
Dotação: 41 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Atividade: 1071 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 259 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
Atividade: 1303 Aquisição de Veículos	
Dotação: 260 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de fevereiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### DECRETO Nº. 6.821, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 6.821, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

- I – Dulcinéia Santos - CPF: 579.259.419-87;
- II- Mari Janete Voigt Paim da Silva- CPF: 901.872.539-00, com efeitos a partir de 10/02/2016;
- III- Maraisa Zimmermann - CPF: 050.569.299-64.

Art. 2º A função de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será exercida pela servidora Dulcinéia Santos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 19 de fevereiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.959, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 3.959, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.  
ESTABELECE LOTAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores abaixo, da Secretaria Municipal de Educação, ficam lotados nas seguintes unidades:

Servidor	Cargo	C/H	Lotação
ANE CAROLINE SINHUK	PROFESSORA DE INFORMÁTICA	40	EEB ANGÉLICA COSTA
IZABEL SOMAVILLA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	EEB ZENAIDE S COSTA
MÔNICA REGINA MACHADO	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	EEB LUIZ FRANZÓI
SUSANA VEIGA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	EEB FERANDINO DAGNONI
CALEBE MENON DA CUNHA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	40	CDI MARIA DA SILVA
ANDRÉA VISI-NHENSKI DOS SANTOS	COORDENADOR PEDAGÓGICO	40	EEB ANINHA P ROSA
ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	40	EEB ZENAIDE S COSTA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar



# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 10

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Marciel Dacoregio Junior condicionou o fornecimento de equipamento para a manutenção do portão da garagem do prédio da Prefeitura Municipal, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 223/16 e da Nota Fiscal nº 000.001.967; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MARCIEL DACOREGIO JUNIOR  
Empenho nº: 223/16  
Valor: R\$ 1.200,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 11

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Polimpessos Serviços Gráficos Ltda ME condicionou o fornecimento de material de expediente para a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 283/16; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME  
Empenho nº: 283/16  
Valor: R\$ 3.200,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 12

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores condicionou o fornecimento de peça para manutenção de caminhão integrante da frota municipal, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 436/16 e da Nota Fiscal nº 000030404; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
Empenho nº: 436/16  
Valor: R\$ 550,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 9

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Exterval Indústria Gráfica Ltda ME condicionou o fornecimento de material de expediente para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 106/16 e da Nota Fiscal nº 1094; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EXTERVAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA ME  
Empenho nº: 106/16  
Valor: R\$ 1.206,50

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA 4 CREDENCIAMENTO 01.2016

PROCESSO Nº 06/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016

CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

Ata Nº04 da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 418/2015, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 19/02/2016 a partir das 14h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA, TESTE DE ORELHINA OU EMISSÕES OTOACÚSTICAS, SESSÕES DE FONO-AUDIOLOGIA, E EXAME DE ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA (ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM TESTE DE UREASE, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2016.

Até a presente data a Comissão protocolou o envelope da proponente a seguir nominada:

1) AMANDA LUPATINI – CPF 071.005.419-05

Após avaliada a documentação de habilitação e proposta pela Comissão, foi declarada apta a ser credenciada a prestar os serviços, a proponente abaixo nominada na especialidade conforme segue:

a) AMANDA LUPATINI – CPF 071.005.419-05, credenciada para prestar os serviços de SESSÃO DE FONOAUDIOLOGIA, pelo valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por sessão.

Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação.

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2016.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi  
Presidente

Talita Guerini      Andrio Dall Agnol  
Membro Membro      Suplente

### ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 11.2016 FMAS

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GUARACIABA/SC

CNPJ: 11.456.532/0001-54

RUA RUI BARBOSA, 765

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 08/2016 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

Processo Administrativo: 11/2016

Processo de Licitação: 11/2016

Data do Processo: 04/02/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO:

COTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CAPACITAÇÃO DE DEZESSEIS HORAS AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA", E CAPACITAÇÃO DE DEZESSEIS HORAS PARA A EQUIPE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, COM O OBJETIVO DE APROFUNDAR CONHECIMENTOS.

Às 10:00 horas do dia 19 (dezenove) de fevereiro de dois mil e dezesseis, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 11/2016, Pregão Presencial 07/2016 do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a comissão de apoio nomeada pela Portaria 418/2015, para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 03/03/2016, às 14:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 19 de Janeiro de 2016

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

TALITA GUERINI - EQUIPE DE APOIO

ANDRIO DALL AGNOL – EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 09.16 AQUISIÇÃO ALIMENTAÇÃO E MATERIAIS DE HIGIENE LIMPEZA FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 13/16, Edital de Pregão Presencial Nº 09/16. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para Secretaria de Assistência Social e Idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 03/03/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 03/03/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 19 de fevereiro de 2016.

IDIONE KROTH FABBI,  
Ordenador do FMAS

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.16 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA USO DO CRAS, SCFV E IDOSOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 14/16, Edital de Pregão Presencial Nº 10/16. Objeto: Aquisição de Mobiliário em Geral para uso do CRAS, SCFV e Idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 04/03/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 04/03/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 22 de fevereiro de 2016.

IDIONE KROTH FABBI,  
Ordenador do FMAS

# Guaramirim

## PREFEITURA

**CONVENIO Nº 005/2016**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 05/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 05/2016  
CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: Fundação Hospitalar Alex Krieser

OBJETO: É objeto deste convênio a internação hospitalar de longa permanência do senhor JOSE ACIONE LINO

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2016.

DATA: 19.02.2016

SIGNATÁRIOS: Cheila Patricia Rohweder pelo Fundo de Saúde do Município de Guaramirim e Ednei Sasse Presidente da Fundação Hospitalar Alex Krieser. pela contratada

**CONVENIO Nº 006/2016**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 06/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 06/2016  
CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: Hospital São José

OBJETO: Auxiliar na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Guaramirim atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 300,00 para cirurgias de pequeno porte; R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cirurgias de médio porte e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cirurgias de grande porte por cirurgia eletiva realizada pelo Sistema Único de Saúde – SUS)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 05 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2016.

DATA: 19.02.2016

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e Mauricio José Souto-Maior, Diretor Administrativo.

**PORTARIA Nº. 66/2016**

PORTARIA Nº. 066/2016

Nomeia Comissão de Levantamento e Avaliação de Veículos Apreendidos no Município.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Levantamento e Avaliação de Veículos Apreendidos no Município:

I – José Almir de Andrade;

II – Gilberto Luis Rebelato;

III – Jonas Verbinen.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PRORROGAÇÃO CONTRATO - CONTRATO Nº 001/2015 - PMG**

PROCESSO LICITATORIO N.º 117/2014- PMG

TOMADA DE PREÇOS Nº 117/2014 - PMG

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de assessoria na captação e gestão de Recursos junto ao governo Federal.

CONTRATO Nº 01/2015 - PMG

Considerando a suspensão contratual de 90 dias exarada as fls. 158, publicada na Edição de nº 1845, do Diário Oficial dos Municípios (p. 179).

Considerando o disposto no § 5º do art. 78 da Lei 8.666/93.

PRORROGA-SE automaticamente o Contrato 001/2015 – PMG, considerando-se como data final de vigência 09/05/2016.

Guaramirim (SC), 08 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LAURO FRÖHLICH

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 28/2016

Decreto 28/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.056

(14)3.3.90.00-00.00.230- Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Atividade: 1202.08.244.0006.2.061

(19)3.3.90.00-00.00.230- Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

SOMA ..... R\$ 39.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.056

(15)4.4.90.00-00.00.230- Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Atividade: 1202.08.244.0006.2.061

(17)3.1.90.00-00.00.230- Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

SOMA ..... R\$ 39.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
19 de fevereiro de 2016.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

### 29/2016

Decreto 29/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.064,35 (dez mil, sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.056

(35)3.3.90.00-00.00.3070- Aplicações Diretas ..... R\$ 5.641,27

Atividade: 1202.08.244.0006.2.053

(36)3.3.90.00-00.00.3070- Aplicações Diretas ..... R\$ 3.263,89

Atividade: 1202.08.244.0006.2.084

(37)3.3.90.00-00.00.234 Aplicações Diretas ..... R\$ 155,87

Atividade: 1202.08.244.0006.2.087

(38)3.3.90.00-00.00.234 Aplicações Diretas ..... R\$ 649,29

Atividade: 1202.08.244.0006.2.085

(39)3.3.90.00-00.00.234 Aplicações Diretas ..... R\$ 354,03

SOMA ..... R\$ 10.064,35

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos recursos do IGDBF, no valor de R\$ 5.641,27; referente aos recursos do IGDBM, no valor de R\$ 3.263,89; referente aos recursos do FEAS/Benefícios Eventuais, no valor de R\$ 155,87; referente aos recursos do FEAS/Alta, no valor de R\$ 649,29; referente aos recursos do FEAS/Basica, no valor de R\$ 354,03.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
19 de fevereiro de 2016.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 023\_2016**

Decreto Administrativo nº 023/2016.

Nomeia membros representantes do Órgão Superior, que constitui a estrutura organizacional do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN do Município de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e a alínea a) do artigo 3º, Seção III, Capítulo I da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**DECRETA:**

Art. 1º - Nomear os membros representantes para formação do Órgão Superior que constitui a estrutura organizacional do Órgão Executivo de Trânsito deste município, simplesmente denominado de DEMUTRAN, conforme abaixo relacionamos:

**Órgão Superior:**

I - representante da Secretaria Municipal da Administração  
Claudio Inacio Weschenfelder

II - representante da Câmara Municipal de Vereadores:  
Cledina de Oliveira

III – representante da Circunscrição Regional de Trânsito – CIRE-TRAN  
João Alceu Schmidt

IV – representante do Batalhão de Polícia Militar de Guarujá do Sul  
Pedro Andrioli

V – representante do Setor Rodoviário de Guarujá do Sul  
Neri Luiz Welter

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 15 de fevereiro de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Claúdio Inacio Wesachenfelder  
Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 024\_2016**

Decreto administrativo nº 024/2016.

Nomeia Membros titulares e suplentes indicados pelos órgãos que compõem a Junta Administrativa de Recursos e Infrações – JARI- e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e em especial o Artigo 10, Seção III, Capítulo II da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**D e c r e t a :**

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes indicados pelos órgãos que compõem a Junta Administrativa de Recursos e

Infrações – JARI , conforme abaixo nominamos:

I – representantes do Poder Executivo  
Claudio Inacio Weschenfelder– titular  
Francisco Junior Garcia de Mattos- suplente

II – representantes da Polícia Militar  
Pedro Andrioli - Titular  
Oberdan Kueck - Suplente

III – representantes da Polícia civil  
João Alceu Schmidt – titular  
Lucimar Lauxen- suplente

IV – representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes coletivos cargas  
do Extremo-Oeste de Santa Catarina  
Neri Luiz Welter– titular  
Aleonir José Paludo - suplente

V – representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB  
.Gabriel Geahl de Campos -.titular  
Leidi Daiane Amann- suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 16 de fevereiro de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 025\_2016**

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 025/2016.

Nomeia membros para composição do Órgão Executor, que constitui a estrutura organizacional do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN do município de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

José Carlos Foiatto, , Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e a alínea b) do artigo 3º, Seção III, Capítulo I da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**DECRETA :**

Art. 1º - Nomear os membros para formação do Órgão Executor que constitui a estrutura organizacional do Órgão Executivo de Trânsito deste município, simplesmente denominado de DEMUTRAN, conforme abaixo relacionamos:

**Órgão Executor**

I – diretor administrativo  
Francisco Junior Garcia de Mattos

II – diretor técnico  
Edineia Rontani Chieli

III – secretário  
Lidiane Isabel Huhoff

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em 17 de fevereiro de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da  
Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta  
Secretaria em data supra.

Claúdio Inacio Wesachenfelder  
Secretário de Administração e Fazenda

### **PORTARIA Nº 43\_2016**

PORTARIA Nº 043/2016.

PRORROGA POR IGUAL PRAZO A INSTAURAÇÃO DE TRAMITAÇÃO  
DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMIS-  
SÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,  
Sr. José Carlos Foiatto, no uso das atribuições que lhe são conferi-  
das pelo inciso VII, do art. 63, da Lei Orgânica Municipal e pelo art.  
176, 182, e 185 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Prorroga por mais 60 dias, a instauração de tramitação de  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de in-  
fração praticada no exercício de suas funções, relacionada com as  
atribuições do seu cargo, atribuída aservidora Cristiana Reichert,  
com inscrição junto ao Cadastro Pessoa Física sob o nº.077.739.889-  
35, portadora da cédula de identidade nº. 5.722.599 domiciliada  
na Avenida Santa Cristo, no município de Princesa, SC, instaurado  
através da Portaria nº 0269/2015 de 18/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em 17 de fevereiro de 2016.  
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

Certifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 194/2016

PORTARIA Nº 194/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 04 de janeiro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora ALINE PRAXMARER (Matr. 2562), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 195/2016

PORTARIA Nº 195/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 03 de fevereiro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 2562), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "E", 20 horas semanais, Anexo XI da LC nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 231/2016**

PORTARIA Nº 231/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. ANTONIO DE OLIVEIRA, no cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 232/2016**

PORTARIA Nº 232/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

DEMITIR, a Srª. MARCELA CORREIA, do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 233/2016**

PORTARIA Nº 233/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. ELPIDIO LUIZ ROSA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 234/2016**

PORTARIA Nº 234/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. ANTONIO CARLOS DA SILVA, no cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 235/2016**

PORTARIA Nº 235/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. LUCAS KUSTER, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 236/2016**

PORTARIA Nº 236/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. CAMILA KUIAVA, no cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 237/2016**

PORTARIA Nº 237/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. RAQUEL CRISTINA DA ROSA SOARES, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 238/2016**

PORTARIA Nº 238/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 239/2016**

PORTARIA Nº 239/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 240/2016**

PORTARIA Nº 240/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. DAIANE JAQUES CANDIDO MOTTA, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 241/2016**

PORTARIA Nº 241/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 242/2016**

PORTARIA Nº 242/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. EDNO ANTONIO DOS SANTOS, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 243/2016**

PORTARIA Nº 243/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. DIEGO ZEFERINO, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 244/2016**

PORTARIA Nº 244/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. JOÃO CEMAR ANDRINO LUIZ, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 245/2016**

PORTARIA Nº 245/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. NEUZA DE FATIMA DOS SANTOS, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 246/2016**

PORTARIA Nº 246/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. ANA CLAUDIA MONTEIRO DA SILVA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 247/2016**

PORTARIA Nº 247/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. MARIA CAROLINA HAMES, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 19 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de fevereiro de 2016.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

# Imarui

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 04/03/2016 às 09h00min, Licitação do Tipo Menor Global, cujo objetivo visa à contratação de empresa especializada para locação, montagem, manutenção e desmontagem de infraestrutura para eventos. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, e através do site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br), ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 19 de Fevereiro de 2016.  
Manoel Viana de Sousa  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 004, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 004, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUBSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e,

CONSIDERANDO a CI N.027/SMECDJ/2016 da Secretaria de Educação;

CONSIDERANDO a possibilidade de convalidação dos atos administrativos;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica substituída a composição da Comissão de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Imaruí, integrada pelos membros abaixo descritos, que irá preparar, executar e julgar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Imaruí.

I - Josiani Correia Venâncio - Titular  
Vânio José Martins - Suplente; e  
II - Marta da Silva Maria – Titular  
Isabel Cristina Valério – Suplente;

III - Eligia Rosa – Titular  
Elaine Silveira Cabral - Suplente.

Art. 2º A Comissão ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º Este Decerto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 002/2016.

Imaruí (SC), 19 de fevereiro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.688, de 18 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Manutenção e Modernização Administrativa			
01.031.0001.2.001			
3.1.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	150.000,00
Total		150.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.031.0001.1.001			
4.4.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	150.000,00
Total		150.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMPC – IMBITUBA/SC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMPC – Imbituba/SC

O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Imbituba/SC, com amparo no art. 18 do Regimento Interno estabelecido pela Resolução CMPC/IMB Nº 01, de 5 de junho de 2013, CONVOCA os membros do referido colegiado para participarem da 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do CMPC que será realizada no dia 22 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), às 19h15 com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, após 10 (dez) minutos com a presença de qualquer número de conselheiros, na Sala de Reuniões da Prefeitura (Paço Municipal Prefeito Nelson Souza) – 1º andar, situada na Rua Ernani Cotrin, nº 601, em Centro, Imbituba, Santa Catarina, com as seguinte PAUTA:

a) Deliberação do CMPC ao Processo do Tombamento das Torres Gêmeas e Resolução CMPC/IMB Nº 01/2016, sendo disponibilizada a palavra por quinze minutos aos seus membros, ao Proprietário e ao Proponente do tombamento, para que exponha suas razões. Em acordo com a Lei nº 3372 de 18/07/2008, Art. 6º, §5º.

b) Minuta do Edital Procult 01/2016;

Imbituba/SC, 19 de fevereiro de 2016.

Rodrigo de Souza Foti

Presidente do CMPC

Andreza Correa Pacheco

Secretária-Geral do CMPC

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 (SAÚDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "condicionador de ar Split 32.000 BTU'S 220V", referente ao Edital do Pregão nº 05/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 16 de fevereiro de 2016, ler-se-á "condicionador de ar Split 36.000 BTU'S 220V" respectivamente.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 24/2016 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 30/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

A Prefeit

ura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 03 de março de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de parques infantis para atividades recreativas e pedagógicas, montados e instalados para o uso dos alunos das escolas municipais e dos centros municipais de educação infantil de Imbituba".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da SEAPI

**EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 06/2016 (SAÚDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica SUSPENSO por tempo indeterminado o Edital do Pregão Presencial nº. 06/2016, Processo Licitatório nº 07/2016, para RETIFICAÇÃO do mesmo, justificado e solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

**PORTARIA PMI/GGP Nº 67/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 67, de 18 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidores de carreira do magistério, em função gratificada de Coordenador(a) Pedagógico(a), do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores de carreira do magistério abaixo descritos, da função gratificada de Coordenador(a) Pedagógico(a), nomeados(as) para compor a Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Educação, conforme expresso.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenador(a) Pedagógico(a) da Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer (Ribanceira)	SEDUC	Edna Fraga Teixeira	578.593.889-87	19/02/2016
Coordenador(a) Pedagógico(a) do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virgínia Soares (São Tomáz)	SEDUC	Mariléia da Silva Querino Alves	521.049.749-68	19/02/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 19 de fevereiro de 2016.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 68/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 68, de 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora abaixo descrita, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme expresse.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virgínia Soares (São Tomás)	SEDUC	Cláudia Maria Lopes da Silva	520.790.829-49	22/02/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 69/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 69, de 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora abaixo descrita, para a função gratificada de Coordenadora Pedagógica, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme expresse.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora Pedagógica da Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer (Ribanceira)	SEDUC	Terezinha Fraga Vieira	455.111.529-00	22/02/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 017/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 017/2016

CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede de distribuição de água, obras complementares, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, da Rua Augusto Maass (início: estaca 2+2,00 PP – interseção com a Rodovia Augusto Hasse; término: estaca 169+0,00 PF – interseção com a Rua Santa Luzia), com extensão total de 3.338,00 metros.

VALOR: R\$ 8.981.374,10

PRAZO: 10 de fevereiro de 2016 até 10 de fevereiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 10/02/2016.

### CONTRATO Nº 018/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 018/2016

CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede de distribuição de água, obras de contenção, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, da Rua Santa Luzia (início: estaca 1+8,00 PP – interseção com a BR-470; término: estaca 155+0,00 PF – interseção com a Rua Augusto Maass), com extensão total de 3.072,00 metros.

VALOR: R\$ 7.377.818,64

PRAZO: 10 de fevereiro de 2016 até 10 de fevereiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 10/02/2016.

### CONTRATO Nº 019/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 019/2016

CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, no Trecho 03 da Avenida Brasil (início: estaca 164+10 PP – defronte residência no 3020; término: estaca 182+15,00 PF – defronte residência no 3469), com extensão total de 365,00 metros.

VALOR: R\$ 939.394,53

PRAZO: 10 de fevereiro de 2016 até 09 de maio de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 10/02/2016.

### DECRETO Nº 1755/16

. DECRETO Nº 1755/16

. De 19 de fevereiro de 2016

Cancelamento de restos a pagar

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
217-45/2015	SUBEMPENHO	SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 5.830,36	R\$ 110,95	empenhado a maior, ora sendo regularizado conforme nota fiscal nº 32157

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº

20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prerfeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 1756/16**

. DECRETO Nº 1756/16

. De 19 de fevereiro de 2016

Cancelamento de restos a pagar / FASS

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
215/000/2015	estimativo	OI S.A.	R\$ 4.800,00	R\$ 2.449,17	Saldo não utilizado no exercício de 2015
276/000/2015	estimativo	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMEN-TO – CASAN	R\$ 880,00	R\$ 46,39	Saldo não utilizado no exercício de 2015
1578/000/2015	estimativo	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMEN-TO – CASAN	R\$ 600,00	R\$ 106,83	Saldo não utilizado no exercício de 2015
1895/000/2015	estimativo	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	R\$ 750,00	R\$ 418,40	Saldo não utilizado no exercício de 2015

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prerfeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 66/16**

. PORTARIA Nº 66/16

. De 18 de janeiro de 2016

Regulamenta situação funcional

Zilda Maria Garcia de Garcia

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Regulamentar a situação funcional da servidora Zilda Maria Garcia de Garcia, ocupante do cargo de Professora, a disposição do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Indaial, na função de Coordenadora do CEJA, desde 03 de novembro de 2015.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se.

**PORTARIA Nº 67/16**

. PORTARIA Nº 67/16

. De 18 de janeiro de 2016

Designa Comissão Especial de Avaliação / Antônio Carlos Mattos Roxo

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar para compor a Comissão Especial de Avaliação para Progressão por Merecimento do servidor Antônio Carlos Mattos Roxo, prevista no artigo 4º da Lei 1983/90, os seguintes servidores:

- Bárbara Roedel Berri
- Vilson Bohmann
- Edenilson Trapasolli

Art. 2º - Fixar o prazo de 45 (quarenta e cinco dias) para a conclusão dos trabalhos e apresentação da Avaliação ao Executivo.

Município de Indaial em 18 de janeiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se.

**PORTARIA Nº 68/16**

. PORTARIA Nº 68/16

. De 01 de fevereiro de 2016

Regulamenta situação funcional/

Anilse Maria de Freitas Jacobsen

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Regulamentar a situação funcional da servidora ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, permanecendo a disposição do Colégio Municipal de Indaial, na função de coordenadora pedagógica .

Município de Indaial em 01 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 69/16**

. PORTARIA Nº 69/16

. De 19 de fevereiro de 2016

Coloca à disposição INDAPREV/

Josilene Darugna

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, Lei Complementar 64, alterada pela Lei Complementar 100 e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE, Colocar à disposição do INDAPREV – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial/SC, a servidora JOSILENE DARUGNA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com base no que dispõe o parágrafo 6º do artigo 65 da Lei Complementar 64, alterada pela Lei Complementar 100, para prestação de serviços técnico/administrativos do Instituto.

Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 70/16**

. PORTARIA Nº 70/16

. De 19 de fevereiro de 2016

Regulamenta situação funcional/ Hilton Zimmermann Fonseca

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, Lei Complementar 64, alterada pela Lei Complementar 100 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a ausência de ato regulamentando a disponibilidade do servidor e a necessidade do INDAPREV devido aos atos de aposentadoria, RESOLVE, Regulamentar a situação funcional do servidor HILTON ZIMMERMANN FONSECA, à disposição do INDAPREV – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial/SC, desde maio de 2013, com as atribuições de encaminhamento dos atos/ documentos necessários para aposentadoria dos servidores municipais, desde a solicitação inicial, abrangendo simulações/ previsões e respectivos cálculos.

Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 016/2016

Pregão Presencial nº 007/2016-10430

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza para unidades e escolas da rede municipal de ensino.

Entrega dos envelopes: 07/03/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 07/03/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 375/2011**

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 375/2011

o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ENGEBRAS S/A – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 71.590.426/0001-90, com sede na Rua Santa Erotildes, nº 80, Vila dos Remédios, na cidade de Osasco - Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Amauri Souza Lima, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 055.236.228-00 e Cédula de Identidade nº 16.980.213, residente e domiciliado na Rua Nagoya, nº 18, Jardim Takebe, na cidade de Diadema – Estado de São Paulo, Resolvem Rescindir o Contrato nº 375/2011, firmado em 19 de dezembro 2011, nos termos que segue:

1 - O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 29 de fevereiro de 2016, conforme artigos 78, inciso XII, e artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando – se quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 03 (três) vias de igual teor, forma e para os mesmos fins.

Indaial/SC, 16 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ENGEBRAS S/A Amauri Souza Lima Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 022/2011**

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 022/2011

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, AMBIENTAL SANEAMENTO E CONCESSÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.094.629/0001-36, com sede na Rua Lages, nº 323, bairro Centro, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jurandir José da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, inscrito no CPF sob nº 084.594.104-63 e Cédula de Identidade nº 1.524.298-SC, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, nº 75, bairro Atiradores, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA :**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a execução dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana, compreendendo a Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Domiciliares localizados na área urbana e rural, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

8.1. O prazo para execução dos serviços objetivados nesta licitação será de 21 de fevereiro de 2016 até 21 de fevereiro de 2017, mediante a assinatura da respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E
Sérgio Almir dos Santos	SANEAMENTO LTDA
Contratante	Jurandir José da Silva
	Contratada



SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
---	---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 127/2014**

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 – Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 – Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas – SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passam a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:**

3.1. Fica acrescido a planilha do contrato original o seguinte item:

1.6.3, conforme planilha anexa.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO:**

7.1. Em razão do presente Termo Aditivo, valor total do contrato é de R\$1.805.847,00 (um milhão, oitocentos e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada
---	---

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016****Processo Licitatório Nº 15/00000200****Pregão Nº 78/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.5/2016**

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000200 - Pregão Nº 78/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, estabelecida à RUA QUINTINO BOCAIUVA, nº 185 – Bairro CENTRO, no município de Apiúna – Santa Catarina.
- 1.2 PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.448.522/0001-08, estabelecida à RUA DR. BLUMENAU, nº 58 – Bairro ENCANO, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.3 SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.719.136/0001-68, estabelecida à RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, nº 6417 – Bairro ESTRADA DAS AREIAS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.4 PFG COMERCIAL LTDA - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.438.684/0001-15, estabelecida à RUA EQUADOR, nº 6685 – Bairro DAS NACOES, no município de Fazenda Rio Grande – Paraná.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

314978 - SUPERMERCADO FISTAROL LTDA						
Lote: 4 - LOTE 04.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
28	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - EMBALADO	QUILO		1.700	R\$11,85	R\$20.145,00



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

	À VÁCUO DE 500G AUNIDADE, APRESENTAR SELO ABIC. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
Total Lote:						R\$20.145,00

**Lote: 6 - LOTE 06.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
30	Fermento Biológico para pão - embalagem de 125g, embalado à vácuo, a mesma deve estar intacta, data de fabricação recente.	UNIDADE		830	R\$4,37	R\$3.627,10
31	Fermento químico para bolo - lata com 250g. Data de fabricação recente.	UNIDADE		1.250	R\$5,25	R\$6.562,50

Total Lote: R\$10.189,60

**Lote: 8 - LOTE 08.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
36	ARROZ POLIDO - LONGO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SAFRA NOVA. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES, PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS) EMBALAGENS DE POLIETILENO COM 1KG. REGISTRO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, VALIDADE 06 MESES.	QUILO		2.350	R\$2,50	R\$5.875,00
37	ARROZ TIPO I, PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, DE 5KG UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE PARA CONSUMO: 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		27.600	R\$2,26	R\$62.376,00
38	FEIJÃO PRETO - TIPO I, ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO, DE 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		5.450	R\$3,80	R\$20.710,00
39	Feijão vermelho - tipo I, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Embalagem de polietileno transparente, atóxico, de 1 kg a unidade. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade superior a 08 meses para consumo a partir da data de entrega.	QUILO		4.760	R\$6,09	R\$28.988,40

Total Lote: R\$117.949,40

**Lote: 9 - LOTE 09.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
40	Polvilho azedo - embalagens de 1 kg em polietileno transparente, fabricação recente, validade de no mínimo 06 meses.	QUILO		1.450	R\$5,55	R\$8.047,50
41	AMIDO DE MILHO 100% PURO - EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATOXICO OU EM CAIXAS DE PAPELÃO COM PROTETOR INTERNO,	QUILO		1.250	R\$4,30	R\$5.375,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	DE 500G A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE PARA CONSUMO: 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
42	FUBÁ MIMOSO GROSSO OU FARINHA DE MILHO GROSSA ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO NA PROPORÇÃO DE 4,2 MG/100G E 150MCG/100G RESPECTIVAMENTE, ISENTODE RESÍDUOS, IMPUREZAS, BOLOR E ODOR NÃO CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ATÓXICO DE ATÉ 1KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 05 MESES PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		4.300	R\$1,70	R\$7.310,00
43	Farinha de Mandioca - grupo seca, subgrupo extra fina, classe branca, tipo I. Embalagem plástica de 1Kg a unidade. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Prazo de validade superior a 06 meses para consumo a partir da data de entrega.	QUILO		2.350	R\$2,93	R\$6.885,50
44	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO I- ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO NA PROPORCAO DE 4,2MG/100G E 150MCG/100GRESPECTIVAMENTE. EMBALAGEM PLASTICA DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO DE 5KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE PARA CONSUMO 05 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		8.800	R\$2,28	R\$20.064,00
45	Farinha de trigo integral- Embalagem de 1 Kg a unidade. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Prazo de validade para consumo 3 meses a partir da data de entrega.	QUILOGRAMA		850	R\$3,75	R\$3.187,50

Total Lote: R\$50.869,50

**Lote: 10 - LOTE 10.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
46	Sal comum - refinado, iodado, não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas, umidade máxima de 0,2%. Embalagem de polietileno transparente e atóxico, de 1Kg cada. Registro no órgão competente. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade superior a 12 meses a partir da data da entrega.	QUILO		3.550	R\$1,23	R\$4.366,50
47	Açúcar refinado - embalagem em sacos de polietileno atóxico, pacotes de 5Kg a unidade. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade para consumo: 10 meses à partir da data de entrega.	QUILO		10.400	R\$2,33	R\$24.232,00

Total Lote: R\$28.598,50

**Lote: 12 - LOTE 12.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
51	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO	QUILO		3.950	R\$11,11	R\$43.884,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	- COMPOSTO DE NO MINIMO 08 VITAMINAS, RICO EM FERRO (MINIMO DE 8MG/100G) E DEMAIS MINERAIS, ACUCAR, CACAU EM PO, MALTODEXTRINA, AROMATIZANTES, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. SEM PRESENCA DE GLUTEN. EMBALAGEM EM LATA ALUNIMINIZADA COM PROTETOR INTERNO OU SACO DE POLIETILENO LEITOSO ATOXICO, DE ATE 01KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DATA DE FABRICACAO: MAXIMO 30 DIAS.					
52	FARINHA LÁCTEA - INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, MISTURA MÍNIMO-VITAMÍNICO E VANILINA, INSTANTÂNEA, SACHES DE 230G, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE.	UNIDADE		2.750	R\$4,73	R\$13.007,50
53	AVEIA EM FLOCOS REGULAR - 100% NATURAL E INTEGRAL. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, OU CAIXA DE PAPELÃO COM PROTETOR INTERNO DE ATÉ 500G A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DE ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		610	R\$8,21	R\$5.008,10
54	PÓ PARA PREPARO DE GELATINA (SABORES LIMÃO, MORANGO, ABACAXI E UVA) - AÇÚCAR REFINADO, GELATINA COMESTÍVEL, SAL REFINADO, ACIDULANTE, ESTABILIZANTE, CORANTE ARTIFICIAL E AROMA NATURAL. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO DE ATÉ 1KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 08 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	QUILO		2.900	R\$7,96	R\$23.084,00
55	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM (SABORES CHOCOLATE, COCOE BAUNILHA) - INGREDIENTES: LEITE EM PÓ, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, CACAU EM PÓ, SAL, AROMA NATURAL DEBAUNILHA. COMPOSIÇÃO: NUMA PORÇÃO DE 25G DE PÓ OU 100G DE PRODUTO PREPARADO, DEVE CONTER NO MÁXIMO 21G DE CARBOIDRATOS E 0,5G DE GORDURAS SATURADAS E NO MÍNIMO 50MG DE CÁLCIO. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR UMIDADE, EMBALAGEM VIOLADA, ODOR NÃO CARACTERÍSTICO, SUJIDADE OU/E CORPO ESTRANHO. EMBALAGEM, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.	QUILO		3.300	R\$9,57	R\$31.581,00
56	SAGU DE AMIDO OU FÉCULA DE MANDIOCA - EMBALAGENS DE 500G, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE. VALIDADE 12 MESES. ENTREGA MENSAL DIRETAMENTE NAS UNIDADES	QUILO		750	R\$5,41	R\$4.057,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

ESCOLARES						
					Total Lote:	R\$120.622,60
<b>Lote: 13 - LOTE 13.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
57	OLEO DE SOJA - REFINADO, 100% NATURAL. EMBALAGEM GARRAFA DE POLIETILENO ATOXICO DE 900ML, SEM VAZAMENTO. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA.VALIDADE SUPERIOR A DEZ MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		6.150	R\$3,58	R\$22.017,00
58	VINAGRE DE ALCOOL - EMBALAGEM EM GARRAFA PLÁSTICA DE 900ML. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES.	LITRO		1.800	R\$1,34	R\$2.412,00
59	EXTRATO DE TOMATE SIMPLES E CONCENTRADO - INGREDIENTES: TOMATE, SAL E ACUCAR. EMBALAGEM CARTONADA DE MULTICAMADAS COM CAPACIDADE DE 1080 GRAMAS. A EMBALAGEM DO PRODUTO NAO PODE ESTAR AMASSADA OU ESTUFADA, CONTER REVESTIMENTO INTERNO APROPRIADO. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DATA DE FABRICACAO MAXI DE 30 DIAS.	QUILO		5.700	R\$6,19	R\$35.283,00
					Total Lote:	R\$59.712,00
<b>Lote: 14 - LOTE 14.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
60	Suco (sabores uva, maracujá e pêssego) - ingredientes: concentrado de fruta com adição de açúcar, pasteurizado sem necessidade de refrigeração. Diluição mínima exigida de 1:5. Embalagem cartonada de multicamadas com capacidade de 1 litro. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade de 10 meses a partir da data de entrega.	LITRO		5.000	R\$18,50	R\$92.500,00
					Total Lote:	R\$92.500,00
<b>Lote: 15 - LOTE 15.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
61	Creme vegetal - com sal, conter 20% de lipídeos e isento de gordura trans. Embalagem em potes de polietileno atóxico de 500g a unidade com protetor interno. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Deve ser entregue em veículo refrigerado. Registro no órgão competente. Validade mínima de 170 dias a partir da data de entrega.	QUILO		1.950	R\$4,61	R\$8.989,50
					Total Lote:	R\$8.989,50
<b>Lote: 19 - LOTE 19.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
66	Leite de Soja - isento em lactose, embalagem multi cartonada de 1 litro. Alimento a base de Proteína de Soja, cálcio e vitaminas: A, C, D, e E. Adoçado. Líquido pronto para beber. Extrato de soja, água, açúcar, sal, vitaminas: ( C, E, B6, A, ácido fólico, D, B12), minerais (cálcio e zinco), aromatizante (aroma idêntico ao natural	LITRO		830	R\$6,26	R\$5.195,80

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

de baunilha), espessante goma carragena, estabilizante lecitina de soja. NÃO CONTER GLÚTEN. Validade superior a 3 meses para consumo a partir da data de entrega.						
---	--	--	--	--	--	--

Total Lote: R\$5.195,80

Total Fornecedor: R\$514.771,90

**385476 - PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME**

**Lote: 23 - LOTE 23.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
74	PÃO FRANCÊS - FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, AÇÚCAR, REFORÇADOR, FERMENTO, LEITE E SAL. PESO LÍQUIDO DE 50G UNIDADE. ACONDICIONADO EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE, LACRADO, COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DEVEM ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE POLIETILENO SOBREPOSTAS DE FORMA QUE NÃO AMASSE OS PÃES. PRAZO DE VALIDADE DE 05 DIAS À PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO E PRÓPRIO PARA TAL E DEVERÁ SER ENTREGUE EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES CFME CRONOGRAMA DE ENTREGA A SER ESTABELECIDO PELA NUTRICIONISTA	QUILO		5.200	R\$8,44	R\$43.888,00
75	PÃO DE FORMA, INTEGRAL - COM 650G. OS MESMOS DEVEM ESTAR EMBALADOS, INDIVIDUALMENTE, EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, DENTRO DAS NORMAS DE HIGIENE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. FABRICAÇÃO RECENTE E COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 DIAS.	UNIDADE		8.760	R\$6,60	R\$57.816,00

Total Lote: R\$101.704,00

Total Fornecedor: R\$101.704,00

**430331 - SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

**Lote: 1 - LOTE 01.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ABÓBORA PAULISTA - TAMANHO MÉDIO PESANDO ENTRE 800G A 2000G, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		3.090	R\$1,97	R\$6.087,30
2	ABOBRINHA - CASCA VERDE E DURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CONSISTENCIA FIRME, EM PERFEITA MATURACAO E CONSERVACAO. TAMANHO MAXIMO DE 20 CM A UNIDADE.	QUILO		3.650	R\$2,89	R\$10.548,50
3	AIPIM - NOVO, DE 1ª QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, SEM MANCHAS ESCURAS NO INTERIOR.	QUILO		7.500	R\$1,51	R\$11.325,00
4	Alho - nacional, in natura, de primeira, sem réstia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, sem sujidades,	QUILOGRAMA		720	R\$18,56	R\$13.363,20

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	parasitos e larvas, com identificação do produto.					
5	BATATA DOCE - FIRME, SEM PARTES PODRES, MANCHAS PRETAS, CORTES E CICATRIZES, TIPO EXTRA A.	QUILO		7.000	R\$2,44	R\$17.080,00
6	BATATA INGLESA LAVADA, GRUPO I - CLASSE - II, ESPECIAL, PESANDO ENTRE 80G A 300G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		27.200	R\$2,89	R\$78.608,00
7	BETERRABA - SEM FOLHAS, TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 60G A 100G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		7.000	R\$2,59	R\$18.130,00
8	CEBOLA DE CABEÇA BRANCA - CLASSE MÉDIA, TIPO ESPECIAL PESANDO DE 100G A 200G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		10.600	R\$2,79	R\$29.574,00
9	CENOURA - CLASSE MÉDIA, TIPO ESPECIAL, PESANDO ENTRE 70G A 150G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		10.700	R\$2,89	R\$30.923,00
10	CHUCHU - CLASSE MÉDIO, TIPO II OU ESPECIAL, PESANDO ENTRE 250G A 400G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		5.600	R\$2,66	R\$14.896,00
11	COUVE-FLOR - COM FOLHAS, DE COR BRANCA, TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 700G A 900G A UNIDADE. CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		8.150	R\$4,27	R\$34.800,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

**430331 - SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

**Lote: 1 - LOTE 01.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
12	PEPINO - FRESCOS, MACIOS, FIRMES E VERDES. DEVEM MEDIR EM TORNO DE 13CM NO MAXIMO A UNIDADE, EM PERFEITA MATURACAO E CONSERVACAO.	QUILO		7.950	R\$2,08	R\$16.536,00
13	REPOLHO VERDE - MÉDIO, PESANDO ENTRE 1.200G A 2.200G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		16.900	R\$1,38	R\$23.322,00
14	BRÓCOLIS DE CABEÇA - SEM FOLHAS E TALO, TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 500G A 700G A UNIDADE, CABEÇAS DE COR VERDE ESCURA, FIRMES, COMPACTAS, COM GRANULAÇÃO FINA, SEM SINAIS DE MURCHA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		7.800	R\$5,18	R\$40.404,00
					Total Lote:	R\$345.597,50

**Lote: 2 - LOTE 02.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
15	TOMATE - DEVE PESAR EM TORNO DE 80G A 140G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		23.700	R\$4,20	R\$99.540,00
16	BANANA BRANCA - TIPO ESPECIAL - GRUPO II - EM PERFEITA MATURACAO E CONSERVACAO.	QUILO		10.300	R\$3,18	R\$32.754,00
17	BANANA CATURRA OU PETICA - DE 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA. DEVE APRESENTAR CARACTERISTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS.	QUILO		41.500	R\$2,27	R\$94.205,00
18	LARANJA LIMA - COM PESO DE 120G A 180G A UNIDADE, EM CONDIÇÕES DE PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		5.900	R\$2,48	R\$14.632,00
19	LARANJA PÊRA - GRUPO 1 CLASSE 4 A 9 (DE 130G A 150G) A UNIDADE, EM CONDIÇÕES DE PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		30.100	R\$1,89	R\$56.889,00
20	MAÇÃ FUJI - TAMANHO MÉDIO, ENTRE 100G A 150G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		19.800	R\$4,79	R\$94.842,00
21	MAMÃO FORMOSA - CASCA FINA, LISA, DE CONSISTÊNCIA FIRME, COM PESO ENTRE 1500G A 2000G A UNIDADE E EM PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		9.600	R\$3,19	R\$30.624,00
22	MANGA TOMMY - TAMANHO MÉDIO, ENTRE 400G A 700G, COR AMARELA A VERMELHA, SUPERFÍCIE LISA, CASCA GROSSA E RESISTENTE, EM PERFEITA MATURACÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		5.700	R\$3,90	R\$22.230,00
23	MELANCIA - NAO DEVE APRESENTAR CASCA MANCHADA, PERFURADA, POLPA AMOLECIDA E NAO DEVE ESTAR RACHADA.O PESO DEVE FICAR EM TORNO DE 10KG A UNIDADE, EM PERFEITA MATURACAO E CONSERVACAO.	QUILO		13.300	R\$1,79	R\$23.807,00
24	MELÃO AMARELO - 1ª QUALIDADE.	QUILO		4.700	R\$3,91	R\$18.377,00



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	COM PESO UNITÁRIO EM TORNO DE 02KG, CASCA FIRME, COR VIVA, SEM RACHADURAS E PARTES MOLES, EM PERFEITA MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.					
25	PERA WILLIANS - TAMANHO MÉDIO, ENTRE 100G A 170G A UNIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, EM PERFEITA MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO (SEM MANCHAS OU DEFEITOS).	QUILO		2.550	R\$8,21	R\$20.935,50
26	TANGERINA - POKAN, CASCA ESPESSE, CONSISTÊNCIA FIRME, COM PESO UNITÁRIO MÉDIO ENTRE 120G A 140G, COLORAÇÃO PRÓPRIA E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	QUILO		8.400	R\$2,37	R\$19.908,00
Total Lote:						R\$528.743,50

**Lote: 3 - LOTE 03.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
27	OVO BRANCO OU VERMELHO - TIPO 2, LIMPO, INTEIRO, SEM RACHADURAS, FRESCOS, TRANSPORTADO EM CAMINHÃO SEM REFRIGERAÇÃO. FISCALIZADO PELO SIF OU SIE OU SIM - REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA IMPRESSA NA CAIXA PRIMÁRIA OU DISPOSTA ENTRE AS BANDEJAS.	DUZIA		9.400	R\$4,24	R\$39.856,00
Total Lote:						R\$39.856,00

**Lote: 5 - LOTE 05.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
29	Doce de fruta - Polpa de fruta e açúcar. Embalagem em potes de polietileno atóxico com peso líquido de até 2000 g. Registro no órgão competente. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	QUILOGRAMA		1.200	R\$6,00	R\$7.200,00
Total Lote:						R\$7.200,00

**Lote: 7 - LOTE 07.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
32	Aletria - ingredientes: farinha de trigo especial, água, ovos, gordura vegetal hidrogenada, não deverá apresentar sujidades, bolor, manchas, fragilidade à pressão dos dedos ou empapamento após cocção, validade de 12 meses, embalagem de polietileno de 500g.	QUILO		2.550	R\$6,34	R\$16.167,00
33	MACARRAO TIPO PENNE - CONTENDO FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SEM OVOS. NAO DEVERA APRESENTAR BOLOR MANCHAS OU INSETOS. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATOXICO, 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		3.250	R\$4,95	R\$16.087,50
34	MACARRAO TIPO TALHARIM - CONTENDO FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SEM OVOS. NAO DEVERA APRESENTAR BOLOR MANCHAS OU INSETOS. EMBALAGEM EM SACOS	QUILO		1.980	R\$4,96	R\$9.820,80

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

	DE POLIETILENO ATOXICO, 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
35	MACARRÃO VITAMINADO TIPO PARAFUSO - CONTENDO FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, COM OVOS, BETACAROTENO EQUIVALENTE A 2000 A 4000 UI DE VITAMINA A POR KG. NÃO DEVERÁ APRESENTAR BOLOR/MANCHAS, OU INSETOS. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO, DE ATÉ 01KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 08 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		3.950	R\$5,32	R\$21.014,00
					Total Lote:	R\$63.089,30

**Lote: 11 - LOTE 11.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
48	BISCOITO SABOR CHOCOLATE - INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR INVERTIDO, CACAU EM PÓ, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS, BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO E FOSFATO MONOCÁLCICO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 330G A UNIDADE, SUBDIVIDIDA EM 03 PACOTES COM PROTETOR INTERNO (DUPLA EMBALAGEM). ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 05 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		3.000	R\$9,94	R\$29.820,00
49	BISCOITO DOCE (TIPO MARIA) OU (TIPO MAISENA) - INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, SAL REFINADO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SORO DE LEITE EM PÓ. EMBALAGEM DE POLIETILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE (DUPLA EMBALAGEM) DE ATÉ 800G A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 05 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		3.300	R\$8,55	R\$28.215,00
50	Bolacha Salgada - tipo água e sal, com dupla embalagem, em polietileno de até 800g, não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito até 10%), fabricação recente, prazo de validade impresso no rótulo.	QUILO		1.970	R\$8,56	R\$16.863,20
					Total Lote:	R\$74.898,20

**Lote: 16 - LOTE 16.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
62	Queijo prato fatiado - produzido com leite pasteurizado integral, cultura láctea, cloreto de cálcio, sal, corante natural de urucum. Fiscalizado pelo SIE ou SIF ou SIM. Registro no Órgão competente. Embalagem à vácuo, de	QUILO		3.850	R\$21,89	R\$84.276,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	acordo com as normas da ANVISA. Transporte em veículo refrigerado, conforme especificações na embalagem do produto. Validade mínima de 02 meses a partir da data de entrega.					
Total Lote:						R\$84.276,50

**Lote: 17 - LOTE 17.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
63	Leite UHT - embalagem multi cartonada de 1 litro. Integral. Registro no órgão competente e fiscalizado pelo SIF, SIM ou SIE. Prazo de validade mínimo de 4 meses para consumo à partir da data de entrega.	LITRO		92.800	R\$2,63	R\$244.064,00
64	Leite UHT Isento de Lactose - Ingredientes: Leite semidesnatado, enzima lactase, estabilizante citrato de sódio e/ou trifosfato de sódio, monofosfato de sódio e difosfato de sódio. Embalagem multi cartonada de 1 litro. Integral. Registro no órgão competente e fiscalizado pelo SIF, SIM ou SIE. Prazo de validade mínimo de 4 meses para consumo à partir da data de entrega.	LITRO		1.000	R\$2,93	R\$2.930,00

Total Lote: R\$246.994,00

**Lote: 18 - LOTE 18.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
65	Iogurte com polpa de fruta - Iogurte com polpa de fruta - Embalagem plástica de 1000 g a 2000 g. Sabores Coco e Morango. Registro no órgão competente e fiscalizado pelo SIF, SIM ou SIE. O produto deverá ser transportado em veículo com isolamento térmico e equipamento de produção de frio, respeitando as normas exigidas pela ANVISA. Rotulagem de acordo com a legislação em vigor. Prazo de validade mínimo de 20 dias para consumo à partir da data de entrega.	QUILO		12.100	R\$4,77	R\$57.717,00

Total Lote: R\$57.717,00

**Lote: 20 - LOTE 20.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
67	Sopa de peixe tilápia congelada - Sopa de peixe congelada. Elaborada a partir de carne de tilápia, sem peles, espinhas, cartilagens. Preparada com carne de peixe, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, tempero verde e condimentos. Prazo de validade de 05 meses. Embalada em sacos de polietileno transparente com peso líquido de até 01Kg. Rotulagem de acordo com as especificações da legislação vigente do M.A. do código de defesa do consumidor.	QUILOGRAMA		9.980	R\$9,45	R\$94.311,00

Total Lote: R\$94.311,00

**Lote: 21 - LOTE 21.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
68	CARNE BOVINA "PATINHO" CUBOS - CONGELADA, SEM OSSO, SEM APARAS E APONEVROSES, COM NO MÁXIMO 15% DE GORDURA. O PRODUTO DEVE	QUILO		11.400	R\$20,99	R\$239.286,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

	ESTAR DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS PRÓPRIAS. EMBALAGEM À VÁCUO COM PESO LÍQUIDO DE 1KG, CONTENDO NO RÓTULO TODAS AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA ANVISA. EMBALAGEM SECUNDÁRIA EM CAIXA DE PAPELÃO CARTONADA, LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E REGISTRO DE INSPEÇÃO. O FRIGORÍFICO DEVE SER LICENCIADO PELO SIF OU SIE OU SIM E POSSUIR REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO DE FRIO, RESPEITANDO AS NORMAS EXIGIDAS PELA ANVISA. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DATA DA ENTREGA NÃO DEVE EXCEDER A 15 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE CONGELADO.					
69	Carne bovina "patinho" iscas (tipo estrogonofe) - congelada, sem osso, sem aparas e aponevroses, com no máximo 15% de gordura. O produto deve estar de acordo com as características organolépticas próprias. Embalagem à vácuo com peso líquido de 1kg, contendo no rótulo todas as informações exigidas pela ANVISA. Embalagem secundária em caixa de papelão cartonada, lacrada, com identificação do produto, validade e registro de inspeção. O frigorífico deve ser licenciado pelo SIF ou SIE ou SIM e possuir registro no Órgão competente. O produto deverá ser transportado em veículo com isolamento térmico e equipamento de produção de frio, respeitando as normas exigidas pela ANVISA. Rotulagem de acordo com a legislação em vigor. Data da entrega não deve exceder a 15 dias data de fabricação. O produto deve ser entregue congelado.	QUILO		14.600	R\$20,99	R\$306.454,00
70	Carne bovina "patinho" moída - congelada, sem osso, sem aparas e aponevroses, com no máximo 15% de gordura. O produto deve estar de acordo com as características organolépticas próprias. Embalagem à vácuo com peso líquido de 1kg, contendo no rótulo todas as normas exigidas pela ANVISA. Embalagem secundária em caixa de papelão cartonada, lacrada, com identificação do produto, validade e registro de inspeção. O frigorífico deve ser licenciado pelo SIF ou SIE ou SIM e possuir registro no Órgão competente. O produto deverá ser transportado em veículo com isolamento térmico e equipamento de produção de frio,	QUILO		18.280	R\$20,99	R\$383.697,20

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

	respeitando as normas exigidas pela ANVISA. Rotulagem de acordo com a legislação em vigor. Data da entrega não deve exceder a 15 dias data de fabricação. O produto deve ser entregue congelado.					
					Total Lote:	R\$929.437,20
<b>Lote: 22 - LOTE 22.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
71	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO - DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR AMARELO PÁLIDO, LIGEIRAMENTE ROSADA E CHEIRO PRÓPRIO. O PERCENTUAL DE ÁGUA (GELO) NÃO PODE SER SUPERIOR A 15% DO PESO. PACOTES INDIVIDUAIS DE APROXIMADAMENTE 1KG. EMBALAGEM EXTERNA DE PAPELÃO COM 16KG DE PRODUTO. O FRIGORÍFICO DEVE SER LICENCIADO PELO SIF OU SIE OU SIM E POSSUIR REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO DE FRIO, RESPEITANDO AS NORMAS EXIGIDAS PELA ANVISA. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. VALIDADE DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE CONGELADO.	QUILO		26.900	R\$7,71	R\$207.399,00
72	SASSAMI DE FRANGO - O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR AMARELA PÁLIDO, LIGEIRAMENTE ROSADA E CHEIRO PRÓPRIO. O PERCENTUAL DE ÁGUA (GELO) NÃO PODE SER SUPERIOR A 15 % DO PESO. PACOTES INDIVIDUAIS DE APROXIMADAMENTE 01KG. EMBALAGEM EXTERNA DE PAPELÃO COM 18KG DE PRODUTO. O FRIGORÍFICO DEVE SER LICENCIADO PELO SIF OU SIE OU SIM E POSSUIR REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO DE FRIO, RESPEITANDO AS NORMAS EXIGIDAS PELA ANVISA. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. VALIDADE DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE CONGELADO.	QUILO		4.750	R\$10,34	R\$49.115,00
73	Salsicha de frango congelada - produto à base de carne de ave, em embalagem plástica crayovac de 3Kg por embalagem. O produto deverá ser transportado em veículo refrigerado, respeitando as normas exigidas pela ANVISA. Apresentar na embalagem fiscalização do SIF ou SIE ou SIM e registro no órgão competente. Rotulagem de acordo com a legislação	QUILO		4.600	R\$11,77	R\$54.142,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

	em vigor. Validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega. O produto deve ser entregue congelado					
					Total Lote:	R\$310.656,00
					Total Fornecedor:	R\$2.782.776,20
<b>796204 - PFG COMERCIAL LTDA - ME.</b>						
<b>Lote: 24 - LOTE 24.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
76	Fórmula infantil 0 - 6 meses - a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicado para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de proteínas do soro do leite em relação a caseína. Deverá atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M. S. nº 977/1998. Peso líquido mínimo de 400 gr por lata. Validade superior a 05 meses para consumo a partir da data de entrega.	LATA		1.280	R\$6,08	R\$7.782,40
77	Fórmula infantil a partir do 6º mês - a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicado para lactentes a partir do 6º mês de vida, com predominância de caseína em relação às proteínas do soro do leite. Deverá atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M. S. nº 977/1998. Peso líquido mínimo de 400 gr por lata. Validade superior a 05 meses para consumo a partir da data de entrega.	LATA		2.450	R\$6,08	R\$14.896,00
					Total Lote:	R\$22.678,40
					Total Fornecedor:	R\$22.678,40
					Total Homologação:	R\$3.421.930,50

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

**4. REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterà as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº.5/2016**

---

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 200/2015 - Edital de Pregão nº 78/2015.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.



---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

---

- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

---

da Lei Federal no 10.520/02.

- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
  - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
  - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
  - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
  - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
  - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
  - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
  - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
  - j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 26 de janeiro de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº.5/2016**

---

**SUPERMERCADO FISTAROL LTDA**  
MOACIR ANTONIO FISTAROL  
Representante

**PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME**  
ADRIANO DE SOUZA  
Representante

**SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**  
EDUARDO SCHULZ  
Representante

**PFG COMERCIAL LTDA - ME.**  
TALITA MARINO ANDRE  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial – SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria nº 005/2016 se reunirá em Sessão Pública no dia 23/02/2016, às 11h30min, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Naiara de Souza Pereira 05986266978, requerente nos autos DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo na imprensa escrita (jornais). Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Indaial, 19 de fevereiro de 2016.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

**AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016**

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial – SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria nº 005/2016 se reunirá em Sessão Pública no dia 23/02/2016, às 11h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Rádio Clube de Indaial LTDA – EPP, CNPJ 79.275.988/0001-51, requerente nos autos DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMISSORAS DE RÁDIO para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo na imprensa falada (rádios). Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Indaial, 19 de fevereiro de 2016.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. MARIA FÁTIMA SAVARIS COLIS-SI, para o cargo de Professor de Língua Portuguesa e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 19 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

#### MUNICÍPIO DE IOMERÊ

#### Edital de Pregão Presencial nº 11/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 11/2016 para sinal de internet. A abertura das propostas se dará no dia 04/03/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 19 de fevereiro de 2016.

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 33/2015, homologado em 03 de junho de 2015.

Objeto: RETIFICAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N.º 89/2015 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA).

Valor: R\$ 246.769,86 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Assinatura: 19/02/2016 Vigência: 19/02/2016 á 19/02/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, situada na RUA BORGES DE MEDEIROS Nº 1477 E, Bairro: PRESIDENTE MEDICE, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.341.214/0001-94.

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço, com o objetivo de cuidar de DARLAN DA SILVA RUCK portador de necessidades especiais, por não ter condições de gerir sua vida sozinho, longe dos irmãos menores e sem o auxílio de um cuidador (a), no período das 18:hs às 06:hs semanalmente, cumprindo a liminar dos Autos nº 242.14.001104-8. (0001104.49.2014.8.24.0242), e esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 19/02/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº. 056/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

HOMOLOGA LISTA DE MEDICAMENTOS 2016 DA FARMÁCIA BÁSICA

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

HOMOLOGA

Fica homologada a lista abaixo dos medicamentos da farmácia Básica da Unidade Básica e Mista de Saúde Ary Giombelli, do REMUME do ano de 2016.

01	AAS 100 MG	36	CAPTOPRIL 25 MG
02	ACEBROFILINA XPE AD.	37	CAPTOPRIL 50 MG
03	ACEBROFILINA XPE PED.	38	CARBOCISTEÍNA XPE AD
04	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	39	CARBOCISTEÍNA XPE PED
05	ÁC. SALICÓLICO 5% POM	40	CASTANHA DA INDA 100
06	ACICLOVIR 200 MG	41	CARVEDILOL 6,25 MG

07	ACICLOVIR POMADA	42	CARVEDILOL 12,5 MG
08	ALBENDAZOL 400 MG	43	CARVEDILOL 25 MG
09	ALBENDAZOL SUSP	44	CEFALEXINA 250 MG
10	ALCATRÃO MINERAL POM	45	CEFALEXINA 500 MG
11	ALENDRONATO 70 MG	46	CEFTRIAXONA 1 G EV
12	ALOPURINOL 100 MG	47	CETOCONAZOL 200 MG
13	ALOPURINOL 300 MG	48	CETOCONAZOL CREME
14	AMBROXOL XPE AD	49	CILOSTAZOL 50 MG
15	AMBROXOL XPE PED	50	CILOSTAZOL 100 MG
16	AMINOFILINA 100 MG	51	CIMETIDINA 200 MG
17	AMIODARONA 200 MG	52	CINARIZINA 75 MG
18	AMOXICILINA 250 MG	53	CIPROFLOXACINO 500 MG
19	AMOXICILINA 500 MG	54	CLOPIDOGREL 75 MG
20	AMOXI + CLAV 400 MG	55	CLORTALIDONA 25 MG
21	AMOXI + CLAV 500 MG	56	CLORTALIDONA 50 MG
22	ANLODIPINO 5 MG	57	COLCHICINA 0,5 MG
23	ATENOLOL 50 MG	58	COMPLEXO B COMP
24	ATROVENT GOTAS	59	CONTRACEP INJ
25	AZITROMOCINA 500 MG	60	DELTAMETRINA SH
26	AZITROMICINA 600 MG	61	DEXAMETASONA 4 MG
27	BETA TRINTA INJ	62	DEXAMETASONA POMADA
28	BECLOMETASONA400MCG	63	DICLOFENACO SÓDICO 50
29	BENZETACIL 1200000 AMP	64	DICLOFENACO POMADA
30	BEROTEC GOTAS	65	DIGOXINA 0,25 MG
31	BROMOPRIDA 10 MG	66	DILTIAZEM 60 MG
32	BUSCOPAN COMP COMP	67	DIMETICONA 40 MG
33	BUSCOPAN COMP GOTAS	68	DIMETICONA GOTAS
34	BUSCOPAN SIMPLES CP	69	DIPIRONA 500 MG
35	BUSCOPAN SIMPLES GTAS	70	DIPIRONA GOTAS
71	DOMPERIDONA 10 MG	107	MEBENDAZOL SUSP
72	DOXAZOSINA 2 MG	108	MESIGYNA INJ
73	DRAMIN B6 COMP	109	METILDOPA 250 MG
74	ENALAPRIL 10 MG	110	METILDOPA 500 MG
75	ENALAPRIL 20 MG	111	METFORMINA 500 MG
76	ERITROMICINA 500 MG	112	METFORMINA 850 MG
77	ESPIROLACTONA 25 MG	113	METOCLOPRAMIDA 10 MG
78	ESTROGÊNIOS 0,625 MG	114	METOCLOPRAMIDA GOTAS
79	FINASTERIDA 5 MG	115	METRONIDAZOL 400 MG
80	FIXACAL	116	METRONIDAZOL CR VAG
81	FLUCONAZOL 150 MG	117	METRONIDAZOL SUSP
82	FLUNARIZINA 10 MG	118	MICONAZOL 2% CREME
83	FUROSEMIDA 40 MG	119	MICROVLAR
84	GINKO BILOBA 80 MG	120	MODURETIC 25 MG
85	GLIBENCLAMIDA 5 MG	121	NEOMICINA POMADA
86	GLIMEPIRIDA 2 MG	122	NIFEDIPINO 10 MG
87	HEPARINA SÓD. INJ	123	NIMESULIDA 100 MG
88	HIDROCORTISONA INJ.	124	NIMESULIDA GOTAS
89	HIDROCLOROTIAZINA 25	125	NISTATINA SUSP ORAL
90	HIDROCLOROTIAINA 50	126	NISTATINA CR VAG
91	HID ALUMÍNIO + MAG	127	NITROFURANTOÍNA 100
92	HIPOGLÓS	128	NORESTIN
93	IBUPROFENO 100 MG	129	NORFLOXACINO 400 MG
94	IBUPROFENO 600 MG	130	OMEPRAZOL 10 MG
95	ISSOSORBIDA 20 MG	131	OMEPRAZOL 20 MG
96	IVERMETCINA 6 MG	132	PARACETAMOL 500 MG
97	KOLAGENASE POMADA	133	PARACETAMOL 750 MG
98	LEVOLOPA + CARBÍDOPA	134	PARACETAMOL GOTAS
99	LEVOFLOXACINO 500 MG	135	PENTOXIFILINA 400 MG
100	LORATADINA 10 MG	136	PIRIDOXINA 40 MG
101	LOSARTANA 25 MG	137	PIROXICAN 20 MG
102	LOSARTANA 50 MG	138	POLARAMINE XPE
103	LOSARTANA 100 MG	139	PREDNISONA 5 MG
104	LOSARTANA/HCTZ 50/12,5	140	PREDNISONA 20 MG

105	MAREVAN 5 MG	141	PREDNISOLONA 3MG SUSP
106	MEBENDAZOL 100 MG	142	PROLOPA HBS 100/25 MG
143	PROLOPA 200/50 MG	179	BUPROPIONA 150 MG
144	PROMETAZINA 25 MG	180	CARBAMAZEPINA 200 MG
145	PROPRANOLOL 10 MG	181	CARBAMAZEPINA 400 MG
146	PROPRANOLOL 40 MG	182	CARBAMAZEPINA CR 400
147	PURAN 25 MG	183	CARBOLITUM 300 MG
148	PURAN 50 MG	184	CELEBRA 200 MG
149	PURAN 100 MG	185	CITALOPRAN 20 MG
150	RAMIPRIL 2,5 NG	186	CLOMIPRAMINA 25 MG
151	RAMIPRIL 5 MG	187	CLONAZEPAN 2 MG
152	RANITIDINA 150 MG	188	CLONAZEPAN GOTAS
153	SALBUTAMOL 100 MG	189	DEPAKENE 250 MG
154	SAIS PARA REIDRATAÇÃO	190	DEPAKENE 500 MG
155	SELOZOK 25 MG	191	DEPAKENE SUSP
156	SELOZOK 50 MG	192	DIAZEPAN 10 MG
157	SINVASTATINA 20 MG	193	DONAREN 50 MG
158	SINVASTATINA 40 MG	194	EQUILID 50 MG
159	SOMALGIN 100 MG	195	FLUOXETINA 20 MG
160	SORO NASAL	196	GARDENAL 100 MG
161	SULFADIAZINA DE PRATA	197	HALDOL DECANOATO INJ
162	SULFA + TRIME 400 MG	198	HALOPERIDOL 1 MG
163	SULFA + TRIME SUSP	199	HALOPERIDOL 5 MG
164	SULFATO FERROSO 40 MG	200	IMIPRAMINA 25 MG
165	SULFATO FERROSO GTAS	201	LORAZEPAN 2 MG
166	SUSTRATE 10 MG	202	MELLERIL 50 MG
167	TANDRILAX COMP	203	NEOZINE 25 MG
168	TAPAZOL 10 MG	204	NORTRIPTILINA 25 MG
169	TRIQUILAR	205	PAROXETINA 20 MG
170	VALSARTANA 160 MG	206	PREGABALINA 75 MG
171	VENAFLOX 500 MG	207	RISPERIDONA 1 MG
172	VERAPAMIL 80 MG	208	RISPERIDONA 2 MG
173	VIT E 400 MG	209	RITALINA 10 MG
	CONTROLADOS	210	SERTRALINA 50 MG
174	AMITRIPTILINA 25 MG	211	TORVAL CR 300 MG
175	AMPLICTIL 25 MG	212	TORVAL CR 500 MG
176	AMPLICTIL 100 MG	213	TRAMADOL 50 MG
177	BIPERIDENO 2 MG	214	TYLEX
178	BROMAZEPAN 3 MG		

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2016.

Ipumirim – SC, 19 de Fevereiro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº. 055/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE MOTORISTA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

**CONTRATA**

ALEX SANDRO LAZZAROTTO, sob a Matrícula 2485-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3643497 e do CPF 051.959.739-70, para ocupar o cargo em caráter temporário de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 40, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo, para o período de 19/02/2016 a 30/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 19/02/2016.

Ipumirim - SC, 19 de fevereiro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

**RETIFICAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N.º 89/2015**

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N.º 89/2015 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA).

Considerando erro material havido na redação da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO do CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N.º 89/2015 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO nº 35/2015), que ficou assim redigida:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO – Conforme pacto ajustado entre as partes, decorrentes do Processo acima transcrito, fica suprimido o valor de: R\$ 246.769,86 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) referente o contrato nº 35/2015, motivo pelo qual a Prefeitura Municipal realizou parte da pavimentação asfáltica do prolongamento da Rua João Pedro Haas, conforme planilha de orçamento de reprogramação anexo. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013."

as partes, de comum acordo resolvem corrigir referido erro, de maneira que a CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO do PRIMEIRO TERMO

ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO nº 35/2015, passe a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO – Conforme pacto ajustado entre as partes, decorrentes do Processo acima transcrito, do valor total do contrato nº 35/2015, que importa em R\$ 353.908,43 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e oito reais e quarenta e três centavos), fica suprimido o valor de R\$ 107.138,57 (cento e sete mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), passando o mesmo a ter o valor de R\$ 246.769,86 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), visto que a Prefeitura Municipal realizou parte das obras necessárias para a pavimentação asfáltica do prolongamento da Rua João Pedro Haas, conforme planilha de orçamento de reprogramação anexo. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013."

Desta forma, passa o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO nº 35/2015, a vigorar com a seguinte redação:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público, sita na Avenida D. Pedro II, 230, inscrita no CNPJ/MF 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo senhor VALDIR ZANELLA, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, a empresa CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na RUA BORGES DE MEDEIROS, Nº 1477 – E, Bairro: PRESIDENTE MÉDICE, CEP: 89.801.161, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.341.214/0001-94, e Inscrição Estadual sob o nº 253.670.934 neste ato representada pelo senhor DANILO CONTE, portador do CPF nº 347.071.319-72, a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, tem justo e acordado celebrar o presente Contrato que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, proposta da CONTRATADA, Edital de Licitação da Modalidade de Tomada de Preço para obra e serviços de engenharia nº 1/2015, Processo de Licitação nº 33/2015, homologado em 03 de junho de 2.015 e pelas condições que estipula a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO – Conforme pacto ajustado entre as partes, decorrentes do Processo acima transcrito, do valor total do contrato nº 35/2015, que importa em R\$ 353.908,43 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e oito reais e quarenta e três centavos), fica suprimido o valor de R\$ 107.138,57 (cento e sete mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), passando o mesmo a ter o valor de R\$ 246.769,86 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), visto que a Prefeitura Municipal realizou parte das obras necessárias para a pavimentação asfáltica do prolongamento da Rua João Pedro Haas, conforme planilha de orçamento de reprogramação anexo. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ipumirim – SC.

Ipumirim-SC, em 29 de dezembro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

DANILO CONTE  
CPF: 347.071.319-72

TESTEMUNHAS

Mireli Frigeri	Laudecir Francio
048.400.019-52	593.739.209-44

Ipumirim-SC, em 19 de fevereiro de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

DANILO CONTE  
CPF: 347.071.319-72

TESTEMUNHAS

Mireli Frigeri	Laudecir Francio
048.400.019-52	593.739.209-44

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.957/2015

D E C R E T O Nº 2.957/16.

"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano denominado área "A", matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 22.227, com a área de 3.540,00 m² (três mil, quinhentos e quarenta metros quadrados), localizado à Avenida 22 de Julho, quadra nº 39, Centro, município de Irineópolis - SC, de propriedade de LUIZ ANTONIO FRONCZAK, e sua esposa NEUCI CLARICE BERTOLOTTI FRONCZAK, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO "A", da quadra 39, com área de 442,50 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0198.0.000: Frente: 14,75 metros com a Avenida 22 de julho; Lado Direito: 30,00 metros com o Mario Paulo Fronczak, Lado Esquerdo: 30,00 metros com a Fração B de sua propriedade; Fundos: 7,50 metros com a fração "C" de sua propriedade, e 7,25 metros com a fração "D" de sua propriedade; FRAÇÃO "B", da quadra 39, com área de 442,50 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0213.0.000: Frente: 14,75 metros com a Avenida 22 de julho; Lado Direito: 30,00 metros com a Fração "A" de sua propriedade; Lado Esquerdo: 30,00 metros com Adriano Turkot; Fundos: 14,75 metros com a fração "D" de sua propriedade. FRAÇÃO "C", da quadra 39, com área de 675,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0190.0.000: Frente: 7,50 metros com a Rua Santa Catarina, e 10 metros com a fração "D" de sua propriedade; Lado Direito: 90,00 metros com a Fração "D" de sua propriedade; Lado Esquerdo: 90,00 metros com Mario Paulo Fronczak; Fundos: 7,25 metros com a fração "A" de sua propriedade. FRAÇÃO "D", da quadra 39, com área de 1.730 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0202.0.000: Frente: 12,00 metros com a Rua Santa Catarina, e 10 metros com a Fração "E" de sua propriedade; Lado Direito: 65,00 metros com Adriano Turkot, e 25 metros com a Fração "E" de sua propriedade; Lado Esquerdo: 90,00 metros com a fração "C" de sua propriedade; Fundos: 7,25 metros com a fração "A" de sua propriedade, e 14,75 metros com a Fração "B" de sua propriedade. FRAÇÃO "E", da quadra 39, com área de 250 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0214.0.000: Frente: 10,00 metros com a Rua Santa Catarina; Lado Direito: 25,00 metros com Adriano Turkot; Lado Esquerdo: 25,00 metros com a fração "D" de sua propriedade; Fundos: 10,00 metros com a fração "D" de sua propriedade.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 04 de Fevereiro de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 2.958/2015

D E C R E T O Nº 2.958/16

"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano denominado área "A", matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 21.892, localizado à Avenida 22 de Julho, quadra nº 39, Centro, município de Irineópolis - SC, de propriedade de MARIO PAULO FRONCZAK, e sua esposa IVETE CARDOSO FRONCZAK, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO "A", da quadra 39, com área de 885,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0183.0.001: Frente: 29,50 metros com a Avenida 22 de julho; Lado Direito: 30,00 metros com o Osires Fronczak, Lado Esquerdo: 30,00 metros com Luiz Antonio Fronczak; Fundos: 29,50 metros com a fração "B" de sua propriedade; FRAÇÃO "B", da quadra 39, com área de 2.405,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0182.0.000: Frente: 19,5 metros com a Rua Santa Catarina e 10,00 metros com a fração "C" de sua propriedade; Lado Direito: 90,00 metros com Luiz Antonio Fronczak; Lado Esquerdo: 65,00 metros com Osires Fronczak, e com 25,00 metros com a fração "C" de sua propriedade; Fundos: 29,50 metros com a fração "A" de sua propriedade. FRAÇÃO "C", da quadra 39, com área de 250 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0164.0.000: Frente: 10,00 metros com a Rua Santa Catarina; Lado Direito: 25,00 metros com a fração "B" de sua propriedade; Lado Esquerdo: 25,00 metros com Osires Fronczak; Fundos: 10,00 metros com a fração "B" de sua propriedade.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de Fevereiro de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**DECRETO N.º 2.959/2015**

DECRETO N.º 2.959/2016 de 18 de Fevereiro de 2016.

**"PARALISA ATIVIDADES EM UNIDADE EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso I e VII c/c o artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica decretada a paralisação de atividades na Escola Reunida JANDIRA BRANDEL DE SOUZA, localizada no Distrito de Poço Preto, neste Município de Irineópolis - SC.

Art. 2º - A paralisação das atividades na unidade dar-se-á em decorrência da ausência do número suficiente de matrículas para a criação de turmas na referida escola.

Parágrafo único – Os alunos que estiverem matriculados e frequentando a ER. Jandira Brandel de Souza terão garantidas as vagas necessárias para sua absorção, e serão conduzidos para as unidades educacionais mais próximas de suas residências.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**ERRATA A PORTARIA Nº 355/2015**

ERRATA

O GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, pela presente,

RETIFICA o erro material existente na Portaria nº 355/2015 para que, onde consta "... ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais...", passe a constar "... ocupante do cargo de Operador de Equipamentos...".

Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 046/2016**

PORTARIA Nº 046/2016.

**ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Alterar em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora efetiva DANICE DOS SANTOS, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela I - Vencimentos dos Profissionais em Educação do Município de Irineópolis.

Art. 2º - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade para o período de 11/02/2016 a 16/12/2016, para atuação no GE Zélia Milles, em substituição a professora efetiva Valdi Ilda Knoll Rosinski, em exercício da FG de Diretora de Escola.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 047/2016**

PORTARIA Nº 047/2016.

**ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Alterar em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora efetiva CIDILAINÉ ZIELISNKI, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela I - Vencimentos dos Profissionais em Educação do Município de Irineópolis.

Art 2nd - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade para o período de 11/02/2016 a 16/12/2016, para atuação no GE Zélia Milles, em substituição a professora efetiva Valdi Ilda Knoll Rosinski, em exercício da FG de Diretora de Escola.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 048/2016**

PORTARIA Nº 048/2016.

**ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Alterar em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora efetiva CLAUDIMARA TILGNER KOWODZEICHAK, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela I - Vencimentos dos Profissionais em Educação do Município de Irineópolis.

Art 2nd - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá

validade para o período de 11/02/2016 a 16/12/2016, para atuação no GE Adolfo Konder em substituição a professora efetiva Karina Juraszek, em exercício de Cargo Comissionado junto a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### **PORTARIA N º 050/2016**

PORTARIA Nº. 050/2016.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE :**

Art 1st - Considerar exonerado com efeitos a partir de 01/02/2016, em razão de resultado do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 185/2015 de 28/05/2015 o servidor CARLOS FERREIRA DE SOUZA do cargo efetivo de Condutor de Balsa, para o qual foi admitido através da Portaria nº 713/96 de 13/06/1996, com aproveitamento nas funções de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme declaração de desnecessidade do cargo dado pela Portaria nº 325/2011.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 18 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 03 de março de 2016, para possível contratação de empresa para prestação de serviço de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município pertencente ao grupo de risco (obesos). As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 03 de março de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 18 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 001/2016**

EDITAL 001 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº001/2016

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Saúde.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto nos incisos I e VI do artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2015, e as Leis Complementares n. 034/2006, 067/2011, 084/2011 e 122/2015, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Saúde.

#### **DAS INSCRIÇÕES**

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através de PROVAS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAU), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia -SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: recepção@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 22 de fevereiro a 03 de março de 2016, através do site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) com link no site da Prefeitura Municipal de Itá [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

1.3.1. Acessar o site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e localizar o "banner" PROCESSO SELETIVO 001/2016;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição..

1.3.3. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá- los via internet, seguindo as instruções;

1.3.4. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 04 de março de 2016.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 08 de março de 2016 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias para interpor recurso junto a área do candidato.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem, possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizaram por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração do cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.12. São condições para a inscrição:

1.12.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

1.12.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.12.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga;

1.12.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada.

## 2. DAS VAGAS E CARGOS

2.1. O candidato concorrerá às vagas, função, carga horária semanal, vencimento e escolaridade/qualificação descritos no quadro abaixo:

Cargo	C/H	Vagas	Venc. (R\$)	Exigências do Cargos
Auxiliar de Classe	40	4	R\$ 1.067,82	Ensino médio em magistério concluído ou que esteja cursando a graduação em pedagogia ou áreas específicas da educação.
Agente Comunitário de Saúde (Linha União)	40	1	R\$ 1.105,26	Nível Médio

2.2 Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e Lei Complementar n. 115/2015.

## 3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

3.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), cujo boleto será emitido no próprio sistema, no momento da inscrição.

3.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue.

3.3. Documentação necessária para receber a isenção:

3.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo.

3.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser digitalizados e anexados ao requerimento de inscrição, até o dia 29 de fevereiro de 2016, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

## 4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89

4.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

4.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

4.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo IV, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 29 de fevereiro de 2016, sob



pena de indeferimento do pedido:

- 4.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;
- 4.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;
- 4.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

4.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

4.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

4.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

4.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

## 5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será somente por provas escritas.

5.2. As provas escritas serão realizadas no dia 20 de março de 2016 com início às 13:30h e término às 16:30h, tendo como local EMEB Valentin Bernardi ( Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC).

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br).

5.3. A duração da prova escrita será de até 3:00h (três horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último conclua a prova.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinando a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

## 6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova escrita terá peso 10 (dez) pontos, se caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 20 (vinte) questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas, possuindo somente 01 (uma) alternativa correta, com valor de 0,5 (meio) ponto cada uma, conforme abaixo:

### AUXILIAR DE CLASSE

Conteúdo N° de Questões

Língua Portuguesa 03 (três)

Matemática e Raciocínio Lógico matemático 03 (três)

Atualidade e convivência societária 07 (sete)

Conhecimentos Específicos 07 (sete)

Total de Questões 20 (vinte)

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Conteúdo N° de Questões

Língua Portuguesa 03 (três)

Matemática Raciocínio Lógico matemático 03 (três)

Atualidades e convivência societária 07 (sete)

Conhecimentos Específicos 07 (sete)

Total de Questões 20 (vinte)

6.2. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos é aquela constante do Anexo II deste Edital.

6.3. A classificação final obedecerá à ordem de classificação, em ordem decrescente da nota da prova escrita e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração.

## 7. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

7.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o

direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

7.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas paginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- 8.1.1. Melhor nota na prova escrita;
- 8.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;
- 8.1.3. Idade mais elevada.

8.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

## 9. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório e eliminatório.

9.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

$$NPO = \frac{10}{TQP}$$

xNAP

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva TQP = Total de questões da prova NAP = Número de acertos na prova

9.3. O candidato que não obtiver nota da prova objetiva maior ou igual a 5 (cinco) pontos será automaticamente desclassificado.

## 10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal, cuja decisão será publicada nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

11.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via online através de requerimento disponibilizado na área do candidato, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

- \*da homologação das inscrições;
- \*dos gabaritos; (divulgação no site)
- \*do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

11.2.1. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

11.2.2. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

11.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

11.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

11.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

11.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

11.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

11.8. A Comissão constitui única e última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

11.9. O resultado da análise dos recursos será publicado nos locais definidos no inciso 1.2.

## 12. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

12.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da administração.

12.2. O candidato que não assumir no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da convocação, será desclassificado, sendo chamado o próximo classificado.

12.3. Para preenchimento de vagas que surgirem no período de vigência deste Edital, a Municipalidade poderá convocar os classificados, obedecida à ordem de classificação.

12.4. O candidato convocado, que não tiver interesse na vaga, poderá solicitar uma única vez a recondução para o final da lista classificatória. A referida solicitação deverá ser feita por escrito no ato da convocação.

12.5. O candidato que for convocado por duas vezes e não aceitar a vaga oferecida estará desclassificado e não será mais consultado.

12.6. O candidato que sendo convocado não comparecer estará desclassificado e não será mais consultado.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

13.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

13.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

13.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

13.5. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

13.6. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

13.7. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

13.8. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

13.9. O Município não se responsabilizará por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 05 (cinco) dias será seguida a listagem classificatória.

13.10. A validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período.

13.11. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

13.12. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos e Concursos designada pelo Decreto 083/2015, de 05 de outubro de 2015.

13.13. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

13.14. Ao assumir o cargo, o Candidato deverá desenvolver as atividades em consonância com a legislação municipal, com a legislação específica de cada cargo e com as orientações repassadas pelos superiores hierárquicos.

13.15. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

13.16. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

13.17. Os contratos decorrentes do presente processo seletivo terão prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, rescindidos mediante a realização de Concurso Público ou suspensos de acordo com a necessidade do Município.

13.18. Aplicam-se aos servidores admitidos nos termos desta Lei, no que couber, o regime jurídico estatutário e a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social.

13.19. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC e pela Comissão Permanente.

13.20. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem, bem como os casos omissos, que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos em comum pela Comissão Permanente e AMAUC.

13.21. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal através do telefone (49) 3458 9500, Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc).

Itá/SC, 16 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

##### CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque Data

Publicação da íntegra do Edital 19/01/2016

Prazo para impugnação das disposições editalícias 19, 22 e 23/01/2016 Período de inscrições 22/02 a 03/03/2016

Encerramento das inscrições com solicitação de isenções 29/02/2016 Publicação da lista oficial de isentos 01/03/2016 Recursos das inscrições com solicitação de isenções 02/03/2016

Entrega da documentação de pessoas com deficiências – item 4.5

Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos

Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições

Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições

29/02/2016

08/03/2016

09 e 10/03/2016

11/03/2016

Aplicação da prova escrita 20/03/2016

Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita 21/03/2016

E

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita 22 e 23/03/2016

Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita 24/03/2016

Divulgação da classificação preliminar da prova escrita 24/03/2016

Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita. 28 e 29/03/2016

Nota final e classificação 30/03/2016

Divulgação e homologação da classificação final 31/03/2016

#### ANEXO II

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CONTEÚDO COMUM PARA OS CANDIDATOS

##### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE e AUXILIAR DE CLASSE

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto. Tipos e gêneros textuais. Fonética: encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação). Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Morfologia: classes de palavras, processo de formação das palavras. Análise sintática dos períodos simples e composto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Semântica: sinonímia, antonímia e paronímia. Tipos de linguagem: verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Linguagem e sentido. Ambiguidade. Figuras de linguagem. Coesão. Coerência. Referenciação. Produção textual.

##### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e

E

mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas. Equações do 1º e 2º graus. Problemas. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Sistema monetário brasileiro. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos; Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum), Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), Números Reais (relação de ordem e intervalos), Operações;

##### ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA:

Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e no município de Itá nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas e impactos ambientais globais e locais. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Itá. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional, atitudes no serviço; Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.

**- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

O Sistema Único de Saúde (S.U.S.); História do PSF/ESF; O Agente Comunitário de Saúde um agente de mudanças; Trabalhar em equipe; Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias); Territorialização (área e microárea) e epidemias; O diagnóstico comunitário; Planejamento; Meio Ambiente: (Água, solo e poluição); Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); Saúde Bucal; Alimentação e Nutrição; A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestaçao, Pré-Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém nascido, imunização, Puerpério: Um tempo para o Resguardo, Direitos

da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); Educação em saúde. Dengue.

**AUXILIAR DE CLASSE**

Educação no mundo atual. Relacionamento Professor x Aluno. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação. Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas. Papel do Professor. Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB. Constituição Federal referente a Educação. ECA. Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. Obrigatoriedade da matrícula na educação infantil. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB.

**ANEXO III**

**REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Nome: Nº de  
Inscrição: RG: , CPF: ,

inscrito (a) para o Cargo de , Residente: , nº ,Bairro:

, Fone: ( ) , portador da necessidade especial , requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos, Pede Deferimento.

/SC, de de 2016.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

**EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 002/2016 - ESTAGIÁRIOS**

**EDITAL 001 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016**

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, SC, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado de Classificação por Prova Escrita, para Cadastro de Reserva, em Vagas de Estágio, para alunos que estejam frequentando Cursos de Ensino Médio ou Superior ou ainda Curso de Educação Especial (Técnico), com amparo na Lei Federal nº 11.788/2008, na Lei Complementar Municipal nº 060, de 15 de setembro de 2009, e, de acordo com as instruções deste Edital.

**1. DAS INSCRIÇÕES**

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: [recepcao@amauc.org.br](mailto:recepcao@amauc.org.br);

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 22 de fevereiro a 03 de março de 2016, através do site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) com link no site da Prefeitura Municipal de Itá [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) .

1.3. O Valor da Inscrição será de R\$ 20,00 (vinte reais)

1.4. Ao inscrever-se o candidato deverá atender ao que segue:



- 1.4.1. Acessar o site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e localizar o "banner" PROCESSO SELETIVO 002/2016;
- 1.4.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.
- 1.4.3. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- 1.4.4. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 04 de março de 2016.
- 1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;
- 1.6. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;
- 1.7. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;
- 1.8. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o ao cargo a qual pretende concorrer;
- 1.9. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 1.10. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de função, seja qual for o motivo alegado.
- 1.11. Ao inscrever-se, o candidato deverá observar se o mesmo ter compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, e aquelas previstas no Termo de Compromisso.
- 1.12. Ao realizar a inscrição o candidato concorda com os termos deste Edital;
- 1.13. Não serão permitidas as inscrições:
  - 1.13.1. De estagiários que já atuam ou atuaram no Poder Executivo Municipal, por período superior a 02 (dois) anos;
  - 1.13.2. De candidatos que não estejam regularmente matriculados em instituição de ensino;
  - 1.13.3. De candidatos menores de 16 (dezesseis) anos.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 2.1. O candidato concorrerá a função, carga horária semanal, vencimento e qualificação profissional e área de atuação, definidos no Anexo IV
- 2.2. O horário de frequência das aulas não poderá coincidir com o do expediente que será cumprido pelo estagiário.
- 2.3. Na eventualidade do candidato ou estagiário deixar de frequentar as aulas, tiver ou vier a possuir outro estágio remunerado, bolsa de trabalho, vínculo empregatício e/ou não preencher as condições exigidas nos itens anteriores, será desclassificado do processo. Se já contratado, o Termo de Compromisso de Estágio será rescindido.
- 2.4. Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, é assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias, remunerado, a ser gozado, preferencialmente, durante as férias escolares.
- 2.5. As vagas terão carga horária semanal de 30 (trinta) horas semanais, sendo que, excepcionalmente, a critério da Administração, a carga horária poderá ser de 20 (vinte) horas semanais, conforme estipulado na Lei Complementar Municipal n. 060/2009.

## 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 3.1. Considerando que as vagas são para formação de cadastro reserva, não há número de vagas pré-estabelecidas, não sendo possível a aplicação do percentual de 10% reservados aos portadores de necessidades especiais, previsto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 002/2000, não havendo assim reserva para estes.

## 4. DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. No dia 08 de março de 2016 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para interpor recurso a área do candidato.
- 4.2. Os recursos interpostos, deverão ser de forma on-line acessando a área do candidato.
- 4.3. A homologação final das inscrições será no dia 11 de março de 2016, e afixadas no Mural Público Municipal e nos sites [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) / [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br).

## 5. DAS PROVAS

- 5.1. O processo de seleção dos estagiários, para atender ao objeto deste Edital, consiste em realização de prova escrita, com questões



objetivas, sendo 04 (quatro) alternativas, de múltipla escolha.

5.2. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, será a mesma para todos os cursos, incluindo conhecimentos gerais, matemática e raciocínio lógico matemática e língua portuguesa constará de 20 (vinte) questões, com peso de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos percentuais cada uma.

5.3. A prova escrita será realizada no dia 20 de março de 2016, com início às 13h30min horas e término às 16h30min horas (horários de Brasília), junto às dependências da Escola Municipal de Educação Básica Valentin Bernardi, localizada na Rua Salto Santiago, nº 396, Bairro Vila Gerasul, Itá-SC, na forma do Anexo II, deste Edital.

5.4. Os portões da escola estarão abertos a partir das 12h00min horas.

5.5. Após as 13h30min horas nenhum candidato poderá adentrar no local da prova.

5.6. Os candidatos deverão comparecer no local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta de ponta grossa.

5.7. O candidato que não estiver presente no interior da sala de aplicação das provas no horário de início das mesmas ou que deixar de apresentar documento de identidade oficial com foto, será excluído do certame.

5.8. O conteúdo programático da prova escrita está referido no Anexo III, deste Edital.

5.9. O gabarito provisório será divulgado no dia 21 de março de 2016 no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.ita.sc.gov.br/](http://www.ita.sc.gov.br/)

5.10. Havendo empate na pontuação serão adotados os seguintes critérios para a classificação, obedecida à ordem abaixo:

5.10.1. Candidato com maior nota na prova escrita de Língua Portuguesa;

5.10.2. Maior nota na prova escrita de Raciocínio Lógico;

5.10.3. Maior nota na prova escrita de Conhecimentos Gerais;

5.10.4. Persistindo o empate, será efetuado sorteio.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO

6.1. O candidato que desejar recorrer do resultado do gabarito e/ou de qualquer questão da prova escrita terá os dias 22 e 23 de março de 2015 para protocolizar recurso on line na área do candidato;

6.2. O gabarito oficial e a listagem classificatória serão afixados no mural público do Município e no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), no dia 24 de março de 2016.

6.3. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá os dias 28 e 29 de março de 2016 para protocolizar recurso on line na área do candidato.

6.4. A publicação da classificação final do Processo Seletivo (após julgamento de recursos) será realizada em 30 de março de 2016, no mural público do Município e no site [www.ita.sc.gov.br/](http://www.ita.sc.gov.br/) [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br);

6.5. A publicação da Homologação do resultado final será realizada em 31 de março de 2016, no mural público do Município e no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br),

## 7. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

7.1. A classificação dos candidatos será para Cadastro de Reserva, não caracterizando direito à contratação, a qual, no prazo de validade do processo, o preenchimento das vagas será efetuado conforme necessidade da Administração.

7.2. As vagas serão preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da administração municipal.

7.2.1. De candidatos que não tenham obtido bom aproveitamento no ensino médio ou superior ou ainda em curso de educação especial (art. 2º, § único da Lei Complementar n. 060/2009);

## 8. DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

8.1. Os candidatos selecionados serão convocados de acordo com as necessidades da Administração para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, portando a seguinte documentação:

8.1.1. Certidão fornecida pela instituição de ensino de que o candidato está regularmente matriculado no curso informado na ficha de inscrição;

8.1.2. Cópia da Carteira de Identidade;

8.1.3. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

8.1.4. Certidão de Nascimento ou Casamento;

8.1.5. Comprovante de que está em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino e maiores de 18 (dezoito) anos;

- 8.1.6. Atestado médico que comprove gozar de boa saúde física e mental;  
8.1.7. 01 (uma) fotografia 3 x 4, recente;  
8.1.8. Comprovante de abertura de conta corrente em instituição conveniada com o Município de Itá, SC;  
8.1.9. Cópia do Título de Eleitor, para candidatos maiores de 18 (dezoito) anos e cópia do comprovante da última votação.

8.2. O candidato selecionado com idade inferior a 18 (dezoito) anos, deverá comparecer acompanhado do representante legal, o qual deverá apresentar CPF e Carteira de Identidade.

8.3. A convocação poderá se dar via telefone, e-mail ou publicação no site [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), então, é de responsabilidade do candidato manter atualizado junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itá seus dados.

8.4. O candidato selecionado que não comparecer ou não apresentar os documentos relacionados no item 8.1, até 05 (cinco) dias após ser convocado, perderá o direito à vaga, sendo chamado o próximo classificado.

8.5. O período do estágio, objeto deste Edital, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

8.6. O estágio será regido pelas disposições constantes na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Complementar Municipal nº 060/2009.

8.7. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o Município e o estudante, com intervenção obrigatória da Instituição de Ensino.

8.8. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo de professor orientador da Escola e de supervisor da Municipalidade, comprovado por vistos nos relatórios especificados na legislação própria, os quais serão encaminhados à Instituição de Ensino, semestralmente, e arquivada cópia no Setor de Recursos Humanos.

8.9. Será rescindido o Termo de Compromisso de Estágio, no caso de descumprimento de qualquer exigência constante neste Edital.

8.10. Da mesma forma, terá o Termo de Compromisso de Estágio rescindido, o estagiário que não demonstrar aptidão e dedicação para o desempenho do trabalho, mediante declaração do supervisor do estágio.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1. O presente certame e a realização das provas serão coordenados pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, nomeada através do Decreto nº 083/2015, disponível no Anexo V deste Edital.

9.2. Caso algum membro da citada comissão seja parente de candidato inscrito, na linha colateral ou transversal, até o quarto grau, o mesmo será substituído por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

9.3. As elaboração das provas escritas, aplicação bem como a correção das mesmas será realizada pela AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.

9.4. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo constante no Anexo V deste Edital.

9.6. A validade deste Processo Seletivo será de 02 (dois) ano, contados da homologação do resultado.

9.7. Deixando o candidato de frequentar regularmente a aula implicará na rescisão do Termo de Compromisso de Estágio.

9.8. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Cronograma.

Anexo II – Normas para realização da prova escrita.

Anexo III – Conteúdo Programático.

Anexo IV – Funções, Carga Horária e Salários.

Anexo V – Decreto Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

Itá, SC, 16 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

## ANEXO I

## DO CRONOGRAMA

Ato	Data Prevista
Publicação do Edital	19/02/2016
Período de Inscrição	22/02 a 03/03/2016
Impugnação do Edital	19, 22 e 23/02/2016
Publicação dos inscritos	08/03/2016
Recursos quanto às Inscrições	09/03 a 10/04/2016
Homologação final das Inscrições	11/03/2016
Realização da Prova Teórica	20/03/2016
Publicação do Gabarito provisório	21/03/2016
Recurso quanto às provas	22 e 23 /03/2016
Publicação do gabarito definitivo	24/03/2016
Divulgação dos Classificados	24/03/2016
Recurso quanto à Classificação	28 e 29/03/2016
Publicação da Classificação Final	30/03/2016
Homologação do Processo Seletivo	31/03/2016

## ANEXO II

## NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1.1. Comparecer no local da prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

1.2. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

1.3. Não serão considerados como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitores, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

1.4. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas, nem protocolos de entrega de documentos.

1.5. Não será admitido o ingresso de candidatos na sala de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

1.6. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer material de consulta, inclusive consulta a livros doutrinários e a manuais.

1.7. Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de quaisquer equipamentos que permitam a armazenamento ou comunicação de dados e informações.

1.8. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas.

1.9. Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento na Prova Escrita implicará na imediata eliminação do candidato.

Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala onde está sendo aplicada a Prova Escrita.

1.10. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.

1.11. A Prova será Escrita, terá duração mínima de 01 (uma) hora e máxima de 03 (três) horas e será composta por questões de múltipla escolha, sendo cada questão composta de 4 alternativas (a, b, c, d), possuindo somente uma alternativa correta, na forma abaixo:

## 1.12.1 para os cargos de Estagiário:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO DE CADA QUESTÃO
1. Conhecimentos Gerais/Atualidades	8	0,5
2. Matemática e Raciocínio Lógico Matemático	6	
3. Língua Portuguesa	6	

1.12. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem na prova escrita, nota superior a 5,00 (cinco).

1.13. O(s) envelope(s) contendo as provas serão abertos no horário definido para início das provas, pela Coordenação e/ou Fiscais, os quais convidarão 03 (três) candidatos para conferirem os lacres dos envelopes, e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura do(s) mesmo(s), removendo-os à vista de todos os presentes.

1.14. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão- resposta. Será atribuída pontuação 0,00 (zero) à questão de Prova Escrita que contiver mais de uma, ou nenhuma, resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.

1.15. O preenchimento do cartão resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas. Não haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

1.16. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

1.17. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

1.18. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Cartão-Resposta devidamente preenchido.

1.19. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido Termo, e assinarão o lacre dos envelopes em que forem guardados os gabaritos e as provas.

## ANEXO III

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

## CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Atualidades: tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, problemas ambientais, segurança, globalização e ecologia e suas vinculações históricas, do Município, do Estado, do Brasil e no mundo. Aspectos históricos e geográficos do Município de Itá: hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Ética e trabalho. Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, Lei Orgânica do Município de Itá, Lei 8666/93 e Lei 10.520/02.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Introdução ao raciocínio lógico; Proposições simples e compostas; A tabela-verdade (Operações lógicas sobre as proposições e sua tabela-verdade – negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional); Análise combinatória, permutação simples e composta, números fatoriais, arranjo simples e compostos; Implicações lógicas; Equivalência entre proposições; Argumento, Proposições e frases, validade de um argumento, argumentos dedutivos e indutivos, argumentos dedutivos válidos, argumentos dedutivos não válidos, analogia, silogismo; Sistemas de numeração (números naturais, inteiros, racionais e reais); Conjuntos – (noção de pertinência, operações de união e intersecção); Operações numéricas com números naturais (IN) – (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Números inteiros (Z) – (as seis operações); Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum; Números racionais (Q) – (as seis operações); Equações do primeiro grau – (com uma e duas incógnitas); Equações do segundo Grau; Regra de três – (simples e composta); Porcentagem; Juros; Medidas – (de comprimento de massa e capacidade, perímetro, área e volume). Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Matrizes. Raízes.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos e gráficos; Fonética – Letra, fonema e sílaba. Encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica; Ortografia Oficial (Novas regras); Acentuação gráfica e crase; Morfologia – Processos de formação dos vocábulos: derivação e composição, parassíntese e hibridismo. Prefixos e sufixos. Distribuição das palavras em classes: flexões verbais e nominais; Sintaxe – Análise sintática; Orações coordenadas e subordinadas e sua aplicabilidade em textos: substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal, nominal e predicação dos verbos (transitivos, intransitivos e verbos de ligação). Colocação dos pronomes oblíquos átonos: próclise, mesóclise e ênclise; Semântica – Significação das palavras no contexto. Homonímia, sinonímia, antonímia, paronímia e polissemia; Emprego dos porquês e dos pronomes demonstrativos este, esse, aquele e aquilo. Denotação e conotação – Figuras de linguagem (metáfora, metonímia, antítese, prosopopéia ...); Pontuação – Usos e aplicabilidade: vírgula, ponto-e-vírgula, dois pontos, asterisco, ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências, parênteses, travessão, aspas e ponto final; Usos discursivos – Noções de ordem e clareza, coesão e coerência, ambigüidade. Funções da linguagem (segundo Jakobson) – gêneros textuais e funcionalidade. Noções de Redação Oficial – Características, funções e noções de tipologias usadas; Literatura Brasileira; Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

## ANEXO IV

## Nº VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, VENCIMENTO QUALIFICAÇÃO PROFIS- SIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO - ESTAGIÁRIO

Nº de Vagas	Carga Horária	Vencimento	Qualificação Profissional	Área de Atuação
Cadastro	30 h	Médio: R\$	Cursando Ensino Médio,	Secretarias que compõe a Administração Municipal
Reserva		599,22	Nível Técnico	
		Superior: R\$	Ensino Superior	
		719,35		

## ANEXO V

DECRETO nº 083/2015, de 05 de Outubro de 2015.

“Designa comissão permanente para coordenar e conduzir Processos Seletivos e Concursos Públicos para contratação de pessoal para as Secretarias Municipais, e dá Outras Providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 69 da Lei Orgânica do Município.

## DECRETA

Art. 1º Fica instituída comissão permanente para coordenar e conduzir Processos Seletivos e Concursos Públicos para contratação de pessoal para as Secretarias Municipais.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

- I - VIVIANI VANESSA DEVALLE;
- II - JULIANA MÁRCIA SALVI JUNGES;
- III - NÁDIA MARTELLO;
- IV - FRANCIELE BRUNETTO;
- V - SIMONE FATIMA LAUERMANN;
- VI - SERGIO SPAGNOLO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá –SC, 05 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

# Itapiranga

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 33/2016, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de materiais diversos destinados para o viveiro de mudas e o setor de urbanismo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 03 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 19 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 34/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para realização de consultas médicas demissionais, periódicas e exames de audiometria para servidores públicos do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 03 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 19 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 35/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de cortina blackout e persianas destinadas para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 03 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 19 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 36/2016, cujo objeto é a contratação de serviços para poda ornamental de árvores em ruas e praças do perímetro urbano do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 15:00 horas do dia 03 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 19 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 37/2016, cujo objeto é a aquisição de cargas de gás "GLP" P-45 e P-13, para entrega parcelada, destinadas à manutenção das escolas municipais de ensino fundamental, infantil, creches e para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 16:00 horas do dia 03 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga

– SC., 19 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA REUNIÃO COMISSÃO DECRETO Nº2445/2015 PLANO TRANSPORTE COLETIVO

ATA DE SESSÃO REUNIÃO DA COMISSÃO NOMEADA ATRAVÉS DO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015

COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO  
DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTE PÚBLICO DO MU-  
NICÍPIO DE ITAPOÁ

1. REUNIÃO SOLICITADA POR: PELO MEMBRO LUIS CARLOS ZAGONEL.
  2. CONVOCAÇÃO REALIZADA: DATA: 11/02/2016 POR E-MAIL;
  3. LOCAL E DATA, HORA: SALA DE REUNIÕES – DATA: 18/02/2016-  
ÀS 10H:00MIN ÀS 11H:40MIN;
  4. PAUTA: Análise do Relatório 4 – Consolidação do Transporte  
Público e Parecer nº 003/2016/CONCIDADE.
  5. PARTICIPANTES: MEMBROS DA COMISSÃO DECRETO MUNICI-  
PAL Nº 2445/2015;
  6. PRESENTES: VALDIR MARTINS GONÇALVES, ADALBERTO GE-  
RALDO LUPATELLI, LUIS CARLOS ZAGONEL, FERNANDA CRISTINA  
ROSA, ISABELA RAICIK DUTRA POHL, RAFAEL VIDA ALMEIDA, LU-  
CIANO PELLISSARI e JEFFERSON MALESKI.
  7. AUSENTES NA SESSÃO: IZABEL CORREIA DA SILVA, ROSELI  
GONÇALVES PINHEIRO e SÉRGIO VALLE MACHADO.
  8. ABERTURA: A sessão foi iniciada com deliberações a respeito  
dos atos necessários para próxima fase inerente ao processo de  
Concessão Pública do Transporte Público Coletivo do Município,  
ressaltando a necessidade da elaboração do ato justificativo da  
concessão.
  9. DISCUSSÃO: Diante destas considerações o membro LUIS CAR-  
LOS ZAGONEL se disponibilizou para a elaboração do Ato Justi-  
ficativo mediante a apresentação de modelo. Requereu que seja  
encaminhado email à empresa ETTL Engenharia de Tráfego e  
Logística solicitando um modelo de ato justificativo de concessão  
de transporte público para servir de referência na elaboração do  
respectivo documento. Na sequência salientou-se a necessidade  
da aprovação do Plano Municipal de Transporte Público Coletivo  
para que seja iniciada a próxima fase referente à contratação, em  
consulta por telefone à Câmara Municipal, o membro JEFFERSON  
MALESKI obteve a informação de que o projeto de lei referente  
já está sob análise das comissões, cujo presidente é o vereador  
THOMAS SOHN. Ainda nesta ocasião o membro citado aproveitou  
para enfatizar a urgência na análise do referido projeto. Diante de  
tal informação o membro JEFFERSON MALESKI enviou mensagem  
ao vereador solicitando uma estimativa de prazo para análise do  
projeto em questão, o qual informou que o referido projeto deve  
inicialmente passar por análise jurídica para parecer.
  10. CONCLUSÃO: Posteriormente, tendo em vista a Instrução Nor-  
mativa 0022/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Ca-  
tarina, decidiu-se por bem que os membros da comissão analisem  
inicialmente as novas orientações e façam as considerações por  
email objetivando a maior agilidade nas providências a respeito.
  11. ENCERRAMENTO: A sessão foi suspensa pelo prazo necessá-  
rio à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a  
leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo  
digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assi-  
nada por todos os presentes às 11h:40min.
- Itapoá, 18 de fevereiro de 2016.

12. PRESENTES NA SESSÃO:

VALDIR MARTINS GONÇALVES DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015	ADALBERTO GERALDO LUPATELLI DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015
LUIS CARLOS ZAGONEL DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015	FERNANDA CRISTINA ROSA DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015
ISABELA RAICIK DUTRA POHL DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015	RAFAEL VIDA ALMEIDA DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015
LUCIANO PELLISSARI DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015	JEFFERSON MALESKI DECRETO MUNICIPAL Nº 2445/2015

### CONCURSO PÚBLICO: ERRATA DO TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 008 DO EDITAL Nº 050/2015

ERRATA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 008

Referente ao Cargo de Motorista – CNH “B”:

A convocação para o Cargo de Motorista – CNH “B” publicada no dia 18 de fevereiro de 2016 foi realizada equivocadamente devido a erro de interpretação, pois conforme a solicitação da C.I. SMS/AD nº024/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, a convocação é para ocupar (02) duas vagas no Cargo de Motorista para atuar no Pronto Atendimento 24hs. Portanto, a exigência para esse Cargo é possuir a Carteira de Habilitação Nacional Categoria “D”.

Diante do exposto, ficam retificadas as (02) duas convocações para o Cargo de Motorista – CNH “B” do Termo de Convocação nº 008 publicada em 18 de fevereiro de 2016.

Itapoá, 19 de fevereiro de 2016.

Sulmária Maria da Silva  
Agente Administrativo I  
Recursos Humanos



**CONCURSO PÚBLICO: ERRATA DO TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2016 DO EDITAL Nº 050/2015****ERRATA****TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007**

Devido a erro de digitação apresentado no Termo de Convocação nº 007, para os Cargos específicos do Setor da Secretaria de Educação, segue o exposto:

Onde lê-se:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Professor de Anos Iniciais 40hs	Rosemeri Cassatti da Silva	440000818	09
Professor de Anos Iniciais 20hs	Daiane de Melo	440000075	10
Professor de Anos Iniciais 40hs	Flavia Fernanda Wolff Paes	440000572	11
Professor de Anos Iniciais 20hs	Cristiane do Rocio V. Scarpim	440000400	12

Passa a vigorar:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Professor de Anos Iniciais 40hs	Rosemeri Cassatti da Silva	440000818	09
Professor de Anos Iniciais *40hs	Daiane de Melo	440000075	10
Professor de Anos Iniciais *20hs	Flavia Fernanda Wolff Paes	440000572	11
Professor de Anos Iniciais 20hs	Cristiane do Rocio V. Scarpim	440000400	12

\* Carga horária distribuída conforme ordem de classificação do Edital 050/2015.

Itapoá, 19 de fevereiro de 2016.

Sulmária Maria da Silva  
Agente Administrativo I  
Recursos Humanos

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2016 DO EDITAL Nº 046/2015****TERMO CONVOCAÇÃO Nº 45/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 22/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
10	40	Educação Infantil	Katia Veiga	25/02/2016	25/04/2016
11	40	Educação Infantil	Terezinha Ap. Vanderlinde de Souza	25/02/2016	25/03/2016
12	30	Educação Infantil	Marcia Regina de Souza	25/02/2016	25/03/2016

Itapoá, 19 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2016 DO EDITAL Nº 046/2015****TERMO CONVOCAÇÃO Nº 46/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 23/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
5	40	Língua Inglesa	Athaluana Amália C. Maia	25/02/2016	01/04/2016

Itapoá, 19 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2016 DO EDITAL Nº 046/2015**  
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 47/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 23/02/2016, às 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
16	30	Educação Infantil	Fabrina Brisolla Mota	25/02/2016	25/03/2016
17	40	Educação Infantil	Iracema do Rosário	25/02/2016	09/08/2016

Itapoá, 19 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO: RESULTADOS DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 01/2016**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA O ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO N.º 001/2016

Resultados dos Recursos e Classificação Final

Ana Cláudia de Oliveira Jacinto, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, faz saber, dos resultados dos recursos referentes aos indeferidos na pré-lista conforme abaixo:

LISTA DOS RESULTADOS DOS RECURSOS		
NOTURNO		
NUMERO	NOME	RESULTADO DO RECURSO
1	CAROLINE SOARES CORREA	INDEFERIDO 5.3.1 DOC 3
2	CLAUDIO BATISTA DA SILVA FILHO	DEFERIDO
3	DALTON EDUADOR NOVAIS	DEFERIDO
4	DIEGO AMARO ROCHA	DEFERIDO
5	DJONATA MAFFEZZOLLI ALVES	DEFERIDO
6	FLAVIA REJEANE DIAS LEMONIE	SEM RECURSO
7	GUSTOVO LENART	INDEFERIDO 9.6
8	HAIMON HENRIQUE SOEIRA	INDEFERIDO 5.3.1 DOC 6
9	JADIEL MIOTTI NASCIMENTO	INDEFERIDO 6.0 E 8.3
11	JOSE BENTO ALVES DE SOUZA	SEM RECURSO
12	JULIANE BITTENCOURT	INDEFERIDO 3.3
13	KAROLINE ZIMMERMANN DE SOUZA	INDEFERIDO 5.4
14	LUCAS MARCHETTI FILLA	DEFERIDO
15	MATHEUS REFOSCO COMIN	INDEFERIDO ITEM 8.3 E 5.3.1 DOC 3
16	MICHEL ROCHA NUNES	DEFERIDO
17	NATALIA FORBECK PITELLA	INDEFERIDO ITEM 8.3
18	RONALD CLEVERSON DAL'LIN	SEM RECURSO
19	SILVIO ANTONIO FILLA	INDEFERIDO 5.3.1 DOC 7
20	THAILA GEISY KULOSKI	INDEFERIDO 8.3
21	VITORIA MARCHETTI FILLA	DEFERIDO
MATUTINO		
22	GABRIELLA DIBAX CWIKLINSKI	INDEFERIDO ITEM 8.3

23	JANAYNA GOMES SILVINO	INDEFERIDO ITEM 8.3
INDEFERIDOS NOVAS INSCRIÇÕES		
24	ABRAAO PUZAK	INDEFERIDO ITEM 9.6
25	ANA CAROLINA GODOI FAVA	SEM RECURSO
26	ANTONIO DIAS DOS SANTOS NETO	DEFERIDO
27	GABRIEL CARMINATT ANDRES	SEM RECURSO
28	HIGOR FABRICIO CARNEIRO	SEM RECURSO
29	JONATHAN DIEGO RIBEIRO SCOBARA	INDEFERIDO ITEM 8.3
30	KARINA MAY CARA	SEM RECURSO
31	KATIA MARIA GALESKI	SEM RECURSO
32	LUCAS RAFAEL RUON SOUZA	DEFERIDO
33	LUIS FERNANDO DO CARMO	INDEFERIDO 9.6
34	MARINA LUIZA BOHN DA SILVA	SEM RECURSO
35	MURILO AUGUSTO GENEHR	SEM RECURSO
36	VITORIA CHIAPETTI	INDEFERIDO ITEM 8.3
37	VITOR DA ROCHA	INDEFERIDO ITEM 2.2
38	LUANA LARYSSA BRITO DE MELLO CARELLI TEREENGUE	INDEFERIDO ITEM 8.3
INDEFERIDOS A DISTANCIA		
39	ANGELA SUELI TETZLAFF	SEM RECURSO
40	EDNA PRADO DA SILVA	INDEFERIDO ITEM 8.3
41	EVA MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	DEFERIDO
42	LAIS SOSTER	INDEFERIDO ITEM 8.3
43	MARCIA ROSA DA COSTA CORREA	INDEFERIDO ITEM 8.3
44	PAULA RICELLI MESQUITA TEIXEIRA	SEM RECURSO
45	VALDINEI PACHECO	SEM RECURSO

Sendo assim passa a vigorar com a classificação após recursos, os quais se inscreveram a uma vaga ao ônibus universitário, com a

seguinte classificação, conforme abaixo:

LISTA DOS CLASSIFICADOS	
NOTURNO	
NOTUR- NO	NOME
1	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CARDOSO
2	LUAN CARLOS GALESKI
3	PAMELA RAYSA SOUZA BATISTA
4	LUIZ HENRIQUE LOPES
5	JAKLIN JOJANNEKE SCHAFFAZICK
6	TIAGO SAIDEL
7	MAURICIO DEUNISIO OLKOSKI
8	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA
9	PAULA ADRIANA VALENTINI
10	VINICIUS ORIOLLI MENEZES
11	BRUNA FERNANDES DE SOUZA
12	FELIPE RIBEIRO
13	CRISLNE NUNES MARTENDAL
14	EMANOELE DE SOUZA SILVA
15	FRANCIELY CHARGAS DA SILVA
16	GUILHERME SCATAMBURLO MACHADO
17	KAROLINE HUNIKA FRANCO PINTO
18	LORRAYNE MEDEIROS PITTA
19	MARIA ALICE FERREIRA SANCHES
20	RENATO GABRIEL ROLIN VIEIRA
21	SANDRO BASE CAVALEIRO
22	THIAGO VINICIUS DA SILVEIRA
23	CASSIANO DOS SANTOS CABREIRA
24	ANDERSON WILL
25	FABIOLA CIBELE STOKLOSA
26	FERNANDA BITTENCOURT
27	WILIA RODRIGO GHIDOLIN
28	YAHANA BARROS
29	FRANCINE BAPTISTA DOS SANTOS
30	ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA MAZETTI
31	JOSE OTAVIO ZAMBONI PAESE
32	PRICILIA PILZ MONTEIRO
33	VICTOR HUGO NASCIMENTO CLAUDINO
34	ANDRE ALVINO BALSANELLI
35	YORRAN ANDREI DA COSTA
36	ALESSANDRA FEHRMANN GERN
37	IAGO SCHONE
38	PATRICIA CORREA CANDIDO
39	NAYARA CRISTIANA BATITSA

40	NICOLY CECILIA LUIZA
41	PRICILA JUBANSKI GONÇALVES
42	MARYAN ISABELLA LEDOUX
43	LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS
44	MARIANA DOS SANTOS
45	BEATRIZ MONTE RASO
46	MATHEUS VINICIUS BATISTA
47	BRUNA DA SAILVA GRABOWSKI
48	RODRIGO FERREIDA DE FREITAS
49	ALCIANE LAISA DA CRUZ
50	CARLOS ROBERTO DA MAIA JUNIOR
51	MARIA VICTORIA ZENI MACHADO
52	PATRICIA SOARESVARGAS
53	ANA PAULA LINHAR
54	ARTUR SINGGHEN BARZ
55	WILTON DE SALES DOMICIANO
56	ALINCE ROBERTA BARNOSA DE MOURA
57	ABGELO DOS SANTOS MIRANDA
58	DARTHAGNAN GERMANO CARVALHO
59	PABLO ANGELO ANTUNES
60	JONATHAN GABRIEL ECKEL
61	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA
62	JONATHA DE AGUIAR
63	ADIR JOSE DOMINGUES JUNIOR
64	RAFAEL CLAUDIO MARCILIO
65	MATHEUS HENK NOGUEIRA
66	MANASSES DA GRAÇA NOGUEIRA
67	THAMARA FERNANDA BORGES DE OLIVEIRA LARA DE JESUS
68	FERNANDA VIEIRA BALBINOT
69	BRUNO AUGUSTO DE SOUZA
70	ELENINHA JANSEN
71	PAMELA THAIS SILVA
72	NARAYENE DIUNISIO ALEXANDRE
73	LEANDRO PRECZESKI
74	ROBSON DE LUCCA
75	DIOGO ALEXANDRE CZARNESKI
76	LUCIANA GRASIELE CICHOSKI
77	PATRICIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
78	ROBERTO FERREIRA NENUS
79	DECIO FURTADO DE SOUZA JUNIOR
80	FERNANDO RITTER MARTINS
81	INAJARA OLGA DA SILVA
82	KARINA JUSSARA DOS SANTOS

83	MARCELO GUIDOTTI DOMINGUES
84	LUCIANE MARIA VARGAS FORTES
85	ALINE LAUNA FLORENCIO VOLPATO
86	AMANDA CARMINATTI FRIZZO
87	ELAINE CRISTINA NEMOTO
88	LUCIANA PEDROSO SPRICIGO
89	DURVALINO CANDIDO NETTO
90	PAMELA FLORES DALL AGNOL
91	DALTON EDUARDO NOVAIS
92	PEDRO DANIEL MARTINS BRITO
93	VICTORIA MARIA GIOVANA CALDEIRA
94	YASMIM CAROLINE DITTRICH
95	DAIANE E A. DE ALMEIDA
96	JESSICA LANA LEMONIE
97	MARIA LUCIANE E A ALMEIDA
98	IHAGO IHAMBOINSKI FARIAS
99	CLAUDIO BATISTA DA SILVA FILHO
100	DEIGO AMARO DA ROCHA
101	DJONATA MAFFEZZOLLI ALVES
102	LUCAS MARCHETTI FILLA
103	MICHEL ROCHA NUNES
104	VITORIA MARCHETTI FILLA
105	ELIVELTO FELIPE NERIS KISNER
106	BRENDON NASCIMENTO DO ROSARIO DE JESUS
107	SABRINA SILVEIRA SPEK
108	EVELIN CAROLINE DA SILVA
109	KELI SCARIOT
110	VALERIE HENNING PACHECO
111	TALIA EMANOELI REINERT TAVARES DE PAIVA
112	AMANDA KORELO RODRIGUES
113	VICTOR GIOVANI KINCZEL SLEZINSKI
114	DANIELLE ALVES DOS SANTOS
115	CESAR AUGUSTO FLORES
116	MARINA MORATELLI
117	LUANE NEVES CABREIRA
118	RAFAEL DO CARMO JANEIRO RODRIGUES
119	LAYRA DE OLIVEIRA
120	TALITA DOS SANTOS SILVA
121	JHENIFER BENKENDORF ANTUNES
122	TALUANNA AGGATA OLIVEIRA
123	LUCAS FERREIRA NUNES
124	CLEBERSON EZEQUIAS BARBOSA
125	JOAO VINICIUS LIMA DA SILVA

126	ANDERSON DIAS BARBOSA
127	DAIANA DE ALMEIDA STALLBAUM
128	MATHEUS VITOR BIRCHES NERI
129	JULIANO MARASCK FAGUNDES
130	SARAH CAROLINE LOPES
131	LAURA DUTRA POHL
132	JULIANA CAROLINE DA SILVA
133	JONAS GODINHO
134	LARISSA CARVALHO
135	KARLA CARVALHO SOARES
136	LEONARDO VINCENSI
137	ALINE SEBOLD
138	DIONE SALETE WONSOWSKI
139	ARTHUR STEUERNAGEL BERNDT
140	LUCAS WILSON WEISS BENEDITO
141	ANA CAROLINA MANOEL GUIMARAES
142	LUCAS GABRIEL TERCZIANY
143	MAIARA ELIZABETH DA COSTA DUARTE
144	OTAVIO BRAND REICHMANN
145	JOSIANE PAULA KELIN GOMES
146	PAMELA DE SOUZA PRIM
147	ANTONIO DIAS DOS SANTOS NETO
148	LUCAS RAFAEL RUON SOUZA
149	JOARI SOARES ROSA
150	JEAN FERNANDES DA SILVA
151	CLEVERTON NASCIMENTO DE SOUZA
152	ARIANE FERREIRA MACHADO
153	ROBERTO DE ALMEIDA
154	LAURA CAMILA PERKAUSKI
155	JULIANA DE CASSIA NICOLAK DEUNISIO
156	MAIZA DAIANA MARAFON GIAKOMONI
157	MONIA YASMIM DOS SANTOS
158	JESSÉ DA SILVA
159	LUCIANA DA SILVA PORCINO
160	RITA DE CASSIA WISCHRAL
161	JOCELIA TELES DOS SANTOS
162	GABRIELA INÊS KUMMER REZENDE DA SILVA
163	SCARLATH APARECIDA FAOT DEMBISKI WEISS BENEDITO
164	EVA MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA
165	CESAR JUSTINO JUNIOR
MATUTINO	
1	ALINE ARINS DA SILVA
2	ALINE GOMES LOUREIRO

3	ANNA FLÁVIA NAGEL PALANDI
4	ARTHUR BORDIN SBRISIA
5	BRUNA DE MIRA FARIAS
6	CAROLINY DOS SANTOS CHAVES
7	CLAUDIA OHANA BET
8	CRISLAINE DA ROSA
9	DJAIR ALVES DE SOAUZA
10	EDILSON RISCAROLLI LECZMANN
11	EDSON FELIPE ROSA
12	FERNANDA PADILHA
13	GABRIELA LETÍCIA RODEGE PINTO
14	IVO ALCIDES CEZAROTTO FILHO
15	JANIFFER ROSSI DE QUEVEDO
16	JOSÉ CARLOS POZZER DE OLIVEIRA
17	KARIN NASCIMENTO DOS SANTOS
18	KÉSSIA DOS SANTOS COSTA
19	KETLEN PEREIRA VAZ
20	LUAN BARBOSA PEREIRA
21	MAIKON FELIPE DE LIMA
22	MARGARETH DE MELLO BRANDENBURG
23	MARIANA ARINS DA SILVA
24	MARIANA LARISSA ARANTES MELZ
25	MATHEUS FERREIRA NUNES
26	MICHEL LIMA FARIA
27	MONIZE ROCHA DE SOUZA
28	PAMELA THAÍS LICHESKI
29	RAUL BEVENUTTI ANTUNES DE OLIVEIRA
30	ROBERTA NICOLE LEPECO
31	ZELAINE THAÍS DA SILVA

Itapoá 19 de fevereiro de 2016  
Secretária de Educação  
Ana Cláudia de Oliveira Jacinto

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL - CHAMADA PÚBLICA PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

CHAMADA PÚBLICA PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA  
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL  
ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA  
6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

RONALDO DE LIMA, Presidente da Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul – Instituto Jourdan no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 35 da Lei Complementar Municipal Nº 145, de 12 de dezembro de 2013, Lei Complementar Municipal Nº 65, de 01 de junho de 2007 e o Decreto Municipal Nº 6.142, de 10 de agosto de 2007, tendo em vista a necessidade de realização da Conferência Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul;

Torna público que o Município, através do Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE, instituirá Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade, cuja primeira reunião realizar-se-á no dia 1º de março de 2016, às 8 horas, na Sala de Reuniões anexa ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Compete à Comissão Preparatória Municipal:

- 1) Propor a minuta do Regimento Interno da Conferência, contendo os critérios de participação para a Conferência e para a eleição de delegados para a Conferência Estadual;
- 3) Elaborar a proposta de programação da Conferência Municipal;
- 4) Elaborar a minuta do Decreto, ou instrumento equivalente, de Convocação da Conferência Municipal;
- 5) Mobilizar a sociedade civil e o poder público para sensibilizar para a adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades.
- 6) Sistematizar o Relatório final da Conferência Municipal; e
- 7) Encaminhar o Relatório Final da Conferência para as instâncias governamentais.

A aceitação do resultado das eleições dos membros da Comissão Preparatória é de responsabilidade de cada segmento social, devendo constar na ata da reunião.

Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelo Prefeito e seus nomes serão anunciados ao final da reunião, após a divulgação dos representantes da sociedade civil organizada eleitos como membros da Comissão Preparatória.

Mais informações serão fornecidas pelos telefones (47) 3374-2772 / 3374-2774, ou através do e-mail comcidade@jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

RONALDO LIMA

Presidente do COMCIDADE

### FMS - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 172/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 53/2015 FMS – SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, Sate (serviço de atendimento especial) e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: preço registrado na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário dos itens R\$
45	48	Caixa	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5MG – CÓDIGO 15184 CAIXAS C/30 COMPRIMIDOS	13,7200
48	24	Caixa	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG - CÓDIGO 19407 CAIXAS C/ 60 COMPRIMIDOS	41,4200
56	75	Caixa	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG – CAIXA C/ 20 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 11456	7,8000
57	60	Caixa	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG – CAIXA C/ 20 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 11418	13,0000
75	06	Caixa	Esomeprazol Magnésio Triidratado 20mg – Código 22027 Caixas c/ 28 comprimidos	44,5600
76	10	Caixa	Esomeprazol Magnésio Triidratado 40mg – Código 33676 Caixas c/ 28 comprimidos	93,1600
123	1.440	Unidade	MICOFENOLATO MOFETILA 500MG – CÓDIGO 9688	3,9900

133	40.000	Comprimido	OXCARBAZEPINA 300MG – CÓDIGO 15784	0,3580
166	10	Caixa	TEMOZOLOMIDA 100MG – CÓDIGO 18468 CAIXAS C/ 05 COMPRIMIDOS	300,0000
216	800	Ampola	AMINOFILINA 24MG/ML – 10ML – CÓDIGO 9555	0,8600
222	1.000	Unidade	DIAZEPAM 10MG/ML – 2ML – CÓDIGO 9611	0,6100

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2015 e 2016, conforme descritos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2015.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Emanuela Christian Wolff e Cristiano Garcia de Freitas.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## **JOURDAN - PORTARIA Nº 002/2016**

PORTARIANº 002/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR SALETE WALZ para exercer o cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE POLÍTICAS URBANAS do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan



**PMJS - DECRETO Nº 10.731/2016**

D E C R E T O Nº 10.731/2016

Designa Comissão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 23, I, 30, I, 37, caput, todos da Constituição Federal de 1988, e 17, da Lei Federal Nº 8.666/1993 (Lei de Licitações);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, e posteriores alterações, que estabelece critérios sobre a composição, defesa, utilização e alienação dos bens públicos municipais; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 18/2016/Semur, de 29/01/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

**DECRETA :**

Art.1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, ALIENAÇÃO E OUTORGA DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE BENS PÚBLICOS, a qual será composta por 06 (seis) servidores públicos municipais, pelo período de 28 de janeiro de 2016 a 27 de janeiro de 2017, conforme nominata abaixo:

- EVANDRO LUIS CHIODINI SILVA, matrícula 81719 - Presidente;
- GILBERTO NUNES TRINDADE, matrícula 9367;
- GILMARA JULIA MULLER, matrícula 9889;
- FABIEMI PILATTI, matrícula 10791;
- FELIPE EMMENDORFER SCHEUER, matrícula 10967;
- BEATRIZ ELIANE HORST, matrícula 7964.

Art.2º Selecionados os bens imóveis, a(s) Secretaria(s) competente(s) encaminhará(ão) os documentos relativos ao(s) mesmo(s) cuja(s) manifestação(ões), inclusive avaliação(ões), se pretende(m).

Art.3º A Comissão aqui constituída, no prazo de 20 (vinte) dias, deverá emitir relatório final e laudo individualizado, contemplando:

I - Viabilidade técnica e econômica;

II - Localização do(s) imóvel(eis);

III - Dimensão(ões) do(s) imóvel(eis);

IV - Valor de referência do preço de mercado.

Art.4º O(s) relatório(s) final(is) e laudo(s) deve(m) ser instruído(s) com os seguintes documentos:

I - ART'(s);

II - Justificativa(s) do interesse de alienação/aquisição;

III - Laudo de avaliação do imóvel(eis);

IV - Planta(s) Baixa(s);

V - Memorial(is) descritivo(s);

VI - Matrícula Atualizada.

Art.5º Concluídos os trabalhos, deverão ser encaminhados, mediante protocolo, à(s) Secretaria(s) solicitante(s).

Art.6º A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, ALIENAÇÃO E OUTORGA DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE BENS PÚBLICOS será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, vedada sua percepção de forma cumulada.

Art.7º A gratificação será devida diante da existência de trabalhos e enquanto perdurarem as atividades e, em nenhuma hipótese, após transcorrido o prazo estipulado, ou concluídos os trabalhos, será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/01/2016.

Jaraguá do Sul, 15 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

**PMJS - DECRETO Nº 10.732/2016**

D E C R E T O Nº 10.732/2016

Oficializa a Rua 1400.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 41/2016/Semur, de 15/02/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

CONSIDERANDO as desapropriações realizadas pela Municipalidade para abertura de via pública de ligação entre as Ruas 07 - Walter Marquardt e 08 - João Januário Ayroso, nas imediações da Ponte Otília Prim Schmitt;

CONSIDERANDO a necessidade de definição de gabarito e numeração para a nova via;

DECRETA :

Art.1º Fica oficializada a via de circulação urbana, situada entre as Ruas 07 - Walter Marquardt e 08 - João Januário Ayroso, bairros Barra do Rio Molha e Jaraguá Esquerdo, perímetro urbano, passando a receber o número 1400.

§1º O gabarito da via de circulação é de 11,00m de leito e 3,00m de passeio para ambos os lados, compreendendo 270,00m de extensão.

§2º A via tem início no bairro Barra do Rio Molha e término no bairro Jaraguá Esquerdo.

Art.2º As áreas de arruamento que integram a via foram desapropriadas pela Municipalidade, integrando o Patrimônio Público Municipal na categoria de bem de uso comum do povo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

**PMJS - DECRETO Nº 10.733/2016**

D E C R E T O Nº 10.733/2016

Designa Comissão Permanente de Licitações do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27 de maio de 2005, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 001/2016/Sehare, de 25/01/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADAS as servidoras públicas municipais ADRIELI BUBINSKI LINHARES, matrícula 9459; JANICE MARIA ANACLETO, matrícula 7942; e JULIA NAPOLEÃO, matrícula 9699, para, sob a presidência da primeira, compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (FROHAB), no período de 31 de janeiro de 2016 à 30 de janeiro de 2017, vedada a recondução da

totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Permanente de Licitações a condução dos processos administrativos de licitação, dos processos de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação, exceto quando houver necessidade de designação de Comissão Especial, face a especificidade do objeto da licitação.

Art.2º FICA CONCEDIDO, a partir de 31/01/2016, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º deste Decreto um adicional de trabalho técnico correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidade Padrão do Município) para a Presidente e de 3,5 (três vírgula cinco) UPM's (Unidade Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma cumulada.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/01/2016.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - DECRETO Nº 10.734/2016**

D E C R E T O Nº 10.734/2016

Designa Comissão de Recebimento de Materiais do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 002/2016/Sehare, de 25/01/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais CARLOS ANTÔNIO BUSSARELLO, matrícula 8574; RENATO DE TOFFOL, matrícula 1999; e ADILSON SCHPAK, matrícula 81750, para, sob a presidência do primeiro, compor a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (FROHAB), no período de 31 de janeiro de 2016 à 30 de janeiro de 2017, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93. Parágrafo único. Caberá à Comissão de Recebimento de Materiais, designada para atender ao disposto no artigo 15, parágrafo 8º, da Lei Federal Nº 8.666/93, exercer as atribuições de conferência de notas fiscais provenientes de processos licitatórios para a aquisição de materiais da fábrica de pré-moldados, materiais para doação, construção e reforma de unidades habitacionais através dos Programas no âmbito da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, horas de máquinas destinadas a loteamentos de interesse social, bem como realizar o controle de recebimento e entrega dos materiais diretamente aos beneficiários dos Programas e, ainda, o aceite, recusa ou devolução de materiais.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/01/2016.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - DECRETO Nº 10.735/2016**

D E C R E T O Nº 10.735/2016

Cria Comissão Municipal de Inventário de Bens Imóveis da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o disposto no artigo 193, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de levantamento físico e financeiro do patrimônio público do Município, afeto ao uso da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, ou outra que venha a substituí-la, de forma periódica;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização de procedimentos a serem adotados a partir da conclusão do inventário físico e financeiro do patrimônio;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 003/2016/Sehare, de 25/01/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

**DECRETA :**

Art.1º Fica criada a COMISSÃO MUNICIPAL DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ou outra que venha a substituí-la, que tem por responsabilidade coordenar e orientar os trabalhos de levantamento físico e financeiro de todos os bens imóveis do Município afetos à Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária.

Art.2º A Comissão coordenará o levantamento em campo de todos os imóveis do Município afetos à Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, na forma do Decreto Municipal Nº 9.738/2013, de 30/12/2013, e coletará as informações em campo conforme orientações da Comissão Permanente de Processo Administrativo para Fins de Aquisição ou Locação de Bens Imóveis, Alienação e Outorga de Concessão ou Permissão de Bens Públicos, designada pelo Decreto Municipal Nº 10.731/2016, de 15/02/2016, ou Comissão que venha a substituí-la, visando possibilitar a correta avaliação dos imóveis.

Art.3º As informações que estiverem disponíveis em sistema informatizado poderão ser aproveitadas como referência para se integrar ao banco de dados do sistema de controle patrimonial, todavia, as informações deverão ser validadas pela Comissão Municipal de Inventário de Bens Imóveis da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, ou outra que venha a substituí-la.

Art.4º O levantamento consiste em coletar informações em campo, informando características físicas do bem, contendo, no mínimo:

I - denominação do bem e sua localização;

II - características do bem;

III - estado de conservação;

IV - tempo de uso;

V - outras informações que a Comissão Permanente de Processo Administrativo para Fins de Aquisição ou Locação de Bens Imóveis, Alienação e Outorga de Concessão ou Permissão de Bens Públicos, designada pelo Decreto Municipal Nº 10.731/2016, de 15/02/2016, ou Comissão que venha a substituí-la, solicitar.

Art.5º As informações levantadas em campo deverão ser submetidas à Comissão Permanente de Processo Administrativo para Fins de Aquisição ou Locação de Bens Imóveis, Alienação e Outorga de Concessão ou Permissão de Bens Públicos, designada pelo Decreto Municipal Nº 10.731/2016, de 15/02/2016, ou Comissão que venha a substituí-la, para que se atribua valor aos bens e, posteriormente, sejam os dados validados pela Comissão Municipal de Inventário de Bens Imóveis da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária e entregues à Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, a fim de que sejam registradas no sistema de controle patrimonial.

Art.6º É responsabilidade de cada área manter atualizado o registro dos bens imóveis, informando corretamente a Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, ou outra que venha a substituí-la, sempre que houverem movimentações, sejam pela aquisição como pela saída.

Art.7º O trabalho descrito no artigo 1º deste Decreto, sendo considerado de relevante interesse público, tem prazo previsto para ser completado até 31 de dezembro de 2016, conforme cronograma de atividades a ser formulado pela Comissão e informado às unidades administrativas, contados da publicação deste Decreto.

§1º Será concedido ao Presidente da Comissão a gratificação mensal correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidade Padrão do Município) e aos demais membros de 3,5 UPM's (Unidade Padrão do Município).

§2º As reuniões poderão ser convocadas pela Presidente da Comissão, a seu critério, conforme deliberar a Comissão.

Art.8º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais que integrarão a COMISSÃO MUNICIPAL DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, a seguir relacionados:

I - TACIANA TECILLA GESSNER, matrícula 7610 - lotada na Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária - Presidente;

II - MÁRCIO RENATO STEILEIN, matrícula 7138 - lotado na Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária - Membro;

III - GIRLEI CAMPESTRINI, matrícula 7684 - lotado na Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária - Membro.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos Municipais Nºs 10.294/2015, de 02/02/2015, e 10.446/2015, de 24/06/2015.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

ANTONIO MARCOS DA SILVA  
Secretário Municipal da Habitação e Regularização Fundiária

**PMJS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SIGNUS TRANSPORTES LTDA EPP

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Parque Malwee até a EMEF Antonio Estanislau Ayroso, localizada na Rua Bertha Weege, nº 3.046, no Bairro Jaraguá 99, neste município, como segue:

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 211,00 (duzentos e onze reais) por de dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 44.310,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e dez reais), equivalente a estimados 210 (duzentos e dez) dias letivos de transporte no ano letivo de 2016.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados mensalmente, na terceira 4ª feira do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 11/02/2016 e se estenderá até o mês de dezembro de 2015, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - O recurso orçamentário decorrente desta licitação correrá por conta do orçamento do exercício de 2016, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 25/01/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Jaime Negherbon e Maurilio Barbosa Canovas.

Jaime Negherbon

Prefeito Municipal em exercício

**PMJS - PORTARIA Nº 059/2016**

PORTARIANº 059/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 4.864/2007, de 20/12/2007; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 004/2016/Sehare, de 25/01/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/02/2016, a servidora pública municipal FRANCIELI ROBERTA MARTINS SAVALLISCH, matrícula 9497, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA de Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 060/2016**

PORTARIANº 060/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso II, do §1º, do artigo 30, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 030/2016/DGP, de 15/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR, a partir de 1º/03/2016, a servidora pública municipal EGESLENE SAUER KOSHINSKI, matrícula 8400, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, junto à Secretaria Municipal da Saúde, conforme Portaria Nº 230/2002, de 18/04/2002, habilitada no Concurso Público Nº 001/2002 e estável pela Portaria Nº 662/2005, de 21/07/2005.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito



**PMJS - PORTARIA Nº 061/2016**

PORTARIANº 061/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal TEREZINHA BORDIN DA SILVA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 683/2015; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 043/2016/Sema-DGP, de 18/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal TEREZINHA BORDIN DA SILVA, concedida através da Portaria Nº 033/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 15/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 062/2016**

PORTARIANº 062/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 29/2016/Presid, de 29/01/2016, do Senado Federal;

## RESOLVE :

Art.1º COLOCAR à disposição do SENADO FEDERAL, no período de 1º/01/2016 a 31/12/2016, a servidora pública municipal LUCÉLIA MARIA ARALDI LESSMANN, matrícula 7174-9, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, sem ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/01/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 063/2016**

PORTARIANº 063/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 922/2016;

## RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 14/02/2016, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal CRISTIANE ALBANO MARQUETTI, ocupante do cargo efetivo de TRADUTORA E INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 064/2016**

PORTARIANº 064/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 038/2016/Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º CEDER à FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL - INSTITUTO JOURDAN, nos termos do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, SALETE WALZ, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 3003-1, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 16 de fevereiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, com ônus para a Fundação, para ocupação de cargo de provimento em comissão.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 065/2016**

PORTARIANº 065/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 22/02/2016, EMANUELA CHRISTIAN WOLFF do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Semsu, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1309/2015, de 29/10/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 066/2016**

PORTARIANº 066/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 36316/2015;

**RESOLVE :**

Art.1º ALTERAR, a partir de 15/02/2016, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal NERCI SALETE GALVÃO KUGELMEIER, ocupante do cargo efetivo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - PORTARIA Nº 067/2016**

PORTARIANº 067/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 38975/2015;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à servidora pública municipal MARIA DE LOURDES RODRIGUES, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 04/01/2016 a 03/01/2018, podendo ser prorrogado por igual período, vedada sua renovação antes de 02 (dois) anos de eventual prorrogação.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido da servidora ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/01/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 006/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Itoupava-açu e São João até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	LORENO LO-RENTINO DA SILVA	200 (duzentos) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Itoupava-açu e São João até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	325,00

Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 007/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Ribeirão Manso e Grota Funda até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	JEAN CARLOS ANACLETO	200 (duzentos) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Ribeirão Manso e Grota Funda até a Escola Estadual de Ensino Básico Elza Granzotto Ferraz, localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum, nº 16.950, no Bairro Santa Luzia, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	385,00

Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 008/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 20 (vinte) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Santo Antonio, Nereu Ramos, Ribeirão Cavalo e Salto Ribeirão Cavalo, até a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Lino Floriani, localizada na Rua Sizino Garcia, nº 565, no Bairro Santo Antonio, neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	VALDE E CLARY TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME	200 (duzentos) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 20 (vinte) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Santo Antonio, Nereu Ramos, Ribeirão Cavalo e Salto Ribeirão Cavalo, até a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Lino Floriani, localizada na Rua Sizino Garcia, nº 565, no Bairro Santo Antonio, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	300,00



Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

### PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 009/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades do Condomínio Residencial Erica Modrock Menegotti, Santo Antonio e Três Rios do Norte, até a E.E.B Erich Gruetzmacher, localizada Rua Augusto Demarchi nº 399, no Bairro Três Rios do Sul, E.M.E.F Francisco Solamon, localizada na Rua 839 – Sizino Garcia nº 501, no Bairro Santo Antonio e E.M.E.F Vitor Meirelles, localizada na Rua Domingos Garcia nº 1552, no Bairro Três Rios do Norte, ambas neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME	207 (duzentos e sete) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades do Condomínio Residencial Erica Modrock Menegotti, Santo Antonio e Três Rios do Norte, até a E.E.B Erich Gruetzmacher, localizada Rua Augusto Demarchi nº 399, no Bairro Três Rios do Sul, E.M.E.F Francisco Solamon, localizada na Rua 839 – Sizino Garcia nº 501, no Bairro Santo Antonio e E.M.E.F Vitor Meirelles, localizada na Rua Domingos Garcia nº 1552, no Bairro Três Rios do Norte, ambas neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	396,00

Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

### PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 109/2015, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil e/ou Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Entidades no município de Jaraguá do Sul – SC teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item (R\$)
01	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	5339	Kg	Achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com vitaminas e/ou nutrientes essenciais, contendo cacau em pó lecitinado. Embalagem primária de até 01 kg cada. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	8,45
02	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	765	Kg	Açúcar mascavo, obtido da concentração do caldo de cana natural, em cujo processo de produção não tenham sido realizados clarificação e branqueamento. Embalagem plástica de até 01 kg cada, validade mínimo de 10 meses.	9,39
03	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	19.570	Kg	Açúcar refinado, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, prazo de validade mínimo de 10 meses. OBS: não será aceito açúcar tipo: moído, cristal ou extra-fino).	2,18
04	COMERCIAL THOMEK LTDA	3016	Kg	Amido de milho, embalagem de até 01 kg, própria para alimentos, prazo de validade mínimo de 10 meses.	6,37
05	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	5.991	Kg	Bebida Láctea (em pó) sabor morango, enriquecida com vitaminas e ferro. Mistura de matérias primas selecionadas, de fácil preparo, contendo no mínimo 1,4 mg de ferro por 100 ml de produto preparado. Embalagem primária: pacotes de polietileno leitoso de até 02 kg por unidade. Prazo de validade mínimo de 08 meses. Com Registro no órgão competente.	14,64

06	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	666	Kg	Bebida Láctea (em pó) sabor morango, enriquecida com vitaminas e ferro. Mistura de matérias primas selecionadas, de fácil preparo, contendo no mínimo 1,4 mg de ferro por 100 ml de produto preparado. Embalagem primária: pacotes de polietileno leitoso de até 02 kg por unidade. Prazo de validade mínimo de 08 meses. Com Registro no órgão competente.	14,64
07	RFM SCHERER LTDA EPP	2.211	Kg	Biscoito tipo araruta, sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	21,79
08	RFM SCHERER LTDA EPP	1971	Kg	Biscoito tipo fubá sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	21,8
09	COMERCIAL THOMEK LTDA	3.915	Kg	Biscoito Doce, tipo maisena, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses.	7,99
10	COMERCIAL THOMEK LTDA	3.375	Kg	Biscoito Doce tipo Maria, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses.	7,99
11	COMERCIAL THOMEK LTDA	3.920	Kg	Biscoito Salgado, tipo Cream Craker, embalagem plástica de até 01 kg, com protetores internos, prazo de validade mínimo de 08 meses.	8,52
12	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.066	Kg	Café, extra forte ou super forte, torrado, moído, alto vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500 gr. validade mínima de 12 meses.	13,37
13	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	560	Kg	Cereal de arroz, produto à base de arroz pré-cozido, enriquecido com vitaminas e ferro, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	16,89
14	COMERCIAL THOMEK LTDA	552	Kg	Cereal aveia, em flocos finos, 100% integral e natural, resultante da moagem de grãos de aveia. Embalagem de até 01 kg cada. Validade mínima de 06 meses.	12,27
15	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	730	Kg	Cereal a base de farinha de trigo e leite em pó (farinha Láctea), adicionado de vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	17,09
16	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	730	Kg	Cereal a base de trigo, cevada e aveia, em flocos, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	18,72
17	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	535	Kg	Cereal de milho, produto à base de milho pré-cozido, enriquecido com vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg por unidade. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	16,77
18	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.760	Kg	Cereal de milho, formato de esferas de 0,5 à 1cm de diâmetro, sabor chocolate, enriquecido com vitaminas e sais minerais. Embalagem de até 02 kg. Validade mínima de 06 meses.	12,14
19	COMERCIAL THOMEK LTDA	475	Kg	Doce de fruta cremoso, embalagem em pote plástico de até 500gr, c/ tampa e lacre de proteção. Sabores para entrega: doce de Banana e doce de Morango (50% de cada sabor da quantidade total à entregar). Validade mínima de 06 meses.	8,19
20	COMERCIAL THOMEK LTDA	596	Kg	Doce de Leite em pasta, embalagem em pote plástico de até 500gr, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 06 meses.	8,7
21	COMERCIAL THOMEK LTDA	2.511	Kg	Extrato de tomate concentrado, contendo os ingredientes: tomate, açúcar e sal; embalagem íntegra (sem sinais de ferrugem, pontos danificados ou amassados), tipo lata, com tampa abre fácil, à vácuo, sem conservantes, de até 500 gramas por unidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	7,95
22	COMERCIAL THOMEK LTDA	2.556	Kg	Farinha de mandioca subgrupo: fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, com embalagem plástica de 01 kg, 1ª qualidade, validade mínima de 6 meses.	3,63
23	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	2.298	Kg	Farinha de milho tipo biju, amarela, com embalagem plástica de até 1 kg por unidade. Prazo de validade mínima de 6 meses.	4,31
24	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	8.030	Kg	Farinha de milho em flocos (flocos de milho pré-cozidos), com embalagem de até 1 kg, prazo de validade mínimo de 6 meses.	2,78
25	COMERCIAL THOMEK LTDA	9.810	Kg	Farinha de trigo especial, tipo 1, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, validade mínima de 04 meses.	2,13
26	COMERCIAL THOMEK LTDA	254	Kg	Farinha de trigo para quibe, com embalagem de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 04 meses.	6,29
27	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	10.450	Kg	Feijão preto tipo 1, grupo anão, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 04 meses.	3,71
28	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	6.246	Kg	Feijão Vermelho tipo 1, classe cores, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 04 meses.	7,24
29	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	155	Kg	Fermento biológico, seco, instantâneo, embalado à vácuo, 125 gr c/ validade mínima de 01 ano.	26,24
30	COMERCIAL THOMEK LTDA	185	Kg	Fermento químico, embalagem em lata ou pote plástico, própria para alimentos, de até 250 g, à base de amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, fosfato monocalcico e carbonato de cálcio, validade mínima de 8 meses.	22,24

31	COMERCIAL THOMEK LTDA	3.402		Leite em pó Integral Instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê de até 01 kg, com registro no Ministério da Agricultura, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídios, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Validade mínima de 09 meses	21,84
32	COMERCIAL THOMEK LTDA	378		Leite em pó Integral Instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê de até 01 kg, com registro no Ministério da Agricultura, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídios, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Validade mínima de 09 meses.	21,84
33	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	98.000	Kg	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	1,9
34	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	4.184	Kg	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	1,9
35	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	2.484	Kg	Lentilha, tipo 1, classe misturada, embalagem plástica de até 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 06 meses.	11,08
36	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.232	Kg	Macarrão aletria, classe fio de cabelo de anjo, com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg, validade mínima de 10 meses.	6,56
37	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.348	Kg	Macarrão tipo espaguete com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	4,84
38	COMERCIAL THOMEK LTDA	700	Kg	Macarrão tipo Ninhos Largos, com ovos, com embalagem plástica de 500 gr a 1 kg, validade mínima de 10 meses.	6
39	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.562	Kg	Macarrão tipo Parafuso Integral, isento de ovos e traços de ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	6,2
40	COMERCIAL THOMEK LTDA	920	Kg	Mistura em pó para preparo de pão integral, à base de farinha de trigo tipo 1, farinha de trigo integral e fibra de trigo, com embalagem de até 01 kg, validade mínima de 04 meses.	3,69
41	COMERCIAL THOMEK LTDA	8.637	Lt	Óleo de soja refinado com embalagem plástica (PET) de até 1 litro, validade mínima de 08 meses.	3,59
42	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	855	Kg	Polvilho azedo, embalagem plástica de até 1 kg, validade mínima de 12 meses.	7,12
43	COMERCIAL THOMEK LTDA	207	Kg	Proteína texturizada de soja, média, granulada, contendo corante natural de caramelo, SEM ADIÇÃO DE SABOR, embalagem plástica de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 6 meses.	12,62
44	RFM SCHERER LTDA EPP	2.448	Kg	Rosquinha de polvilho, à base de polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, contendo no máximo 500 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem plástica de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 03 meses, diâmetro por unidade entre 5 e 8cm. Registro no órgão competente.	24,9
45	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	3.191	Kg	Sagu de mandioca, grupo tapioca, tipo 1, classe: pérola, com embalagem plástica de 500g. Validade mínima de 12 meses.	7,02
46	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.731	Kg	Sal refinado iodado, com embalagem plástica de 01 kg. Validade mínima de 12 meses.	1,20
47	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.666	Lt	Vinagre de álcool, embalagem plástica de até 01 litro. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	1,49
48	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.094	Kg	Almôndega (peso médio de 15 a 30 gr por unidade de almôndega), de carne bovina congelada, contendo no máximo 15% de gordura total/100 gramas de produto; em embalagem própria para alimentos, peso de até 06 kg por embalagem, devendo constar data de fabricação, validade, rotulagem conforme legislação, inspeção sanitária do órgão competente.	14,85
49	COMERCIAL THOMEK LTDA	566	Kg	Almôndega (peso médio de 15 a 30 gr por unidade de almôndega), de carne bovina congelada, contendo no máximo 15% de gordura total/100 gramas de produto; em embalagem própria para alimentos, peso de até 06 kg por embalagem, devendo constar data de fabricação, validade, rotulagem conforme legislação, inspeção sanitária do órgão competente.	14,85
50	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	13.271	Kg	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	13,45
51	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	1.474	Kg	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	13,45

52	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	17.501	Kg	Coxa e Sobrecoxa de Frango, congelado, sem osso, sem tempero, 1ª qualidade, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,25
53	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	1.944	Kg	Coxa e Sobrecoxa de Frango, congelado, sem osso, sem tempero, 1ª qualidade, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,25
54	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	1.000	Kg	Fígado de galinha, congelado, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg por unidade, validade de 08 meses a 01 ano. Embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	6,2
55	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.792	kg	Hambúrguer bovino, congelado, peso de 56gr por unidade, a base de carne e gordura bovinas, isento de carne de aves e creme ou gordura vegetal, gordura trans, hidrogenada ou interesterificada, teor máximo de sódio de 550 mg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data de fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	12,59
56	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	2.980	Kg	Músculo bovino, cortado em cubos médios de até 3x3cm, congelado, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2 Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	16,3
57	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	12.690	Kg	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,47
58	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	1.410	Kg	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,47
59	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	12.384	Kg	Paleta suína - cortada em cubos médios de até 2x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, de embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	11,84
60	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	1.375	Kg	Paleta suína - cortada em cubos médios de até 2x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, de embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	11,84
61	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	14.031	Kg	Filezinho de Peito de Frango congelado, tipo sassami, sem pele e sem ossos, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,25
62	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	1.559	Kg	Filezinho de Peito de Frango congelado, tipo sassami, sem pele e sem ossos, peso de 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,25
63	COMERCIAL THOMEK LTDA	3.889	kg	Margarina vegetal, com sal, embalagem em pote plástico de 500 gr, contendo no mínimo 60% de lipídios, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	6,44
64	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	2.826	kg	Queijo mussarela fatiado, interfolhado, espessura fina resfriado, 1ª qualidade, peso de até 500gr por unidade, contendo no máximo 400 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias. Com registro no órgão competente.	20,95
65	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	12.114	kg	Pão tipo "cachorro quente", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória.	9,42
66	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	1.346	kg	Pão tipo "cachorro quente", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória.	9,42
67	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	1.600	kg	Pão tipo "hambúrguer", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória.	9,84



68	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	840	Kg	Abacate Manteiga tamanho médio a grande (entre 15 e 20 cm de comprimento) e peso entre 600 e 1200 gramas. De 1ª qualidade, coloração uniforme, devendo ser maduro e entre maduro, sem danos físicos e oriundos do manuseio e transporte.	6,22
69	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.055	Kg	Abobrinha tamanho médio por unidade.	2,6
70	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.325	Kg	Acelga, peça de tamanho médio a grande por unidade (referência: média de 1 kg/peça); sem folhas excedentes.	2,19
71	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	986	Kg	Alho em cabeça.	13,68
72	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	3.562	Kg	Batata Salsa (ou "mandioquinha"), tamanho médio.	7,27
73	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.285	Kg	Caqui fuyu*, classe 10 (diâmetro equatorial de 100 a menor do 110 mm), coloração característica da variedade no período previsto para entrega, casca sem manchas, rachaduras ou cortes. Polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. * caso não haja o gênero disponível, em virtude da entre safra, o vencedor fica dispensado da obrigatoriedade da entrega da amostra após o certame, tornando-se necessário apresentar amostra, no período anterior à entrega prevista em Edital.	4,27
74	COMERCIAL THOMEK LTDA	13.072	Kg	Cebola tipo extra, classe 4, (diâmetro maior que 70mm até 90 mm).	3,67
75	COMERCIAL THOMEK LTDA	11.579	Kg	Cenoura tipo extra, classe média (raízes com comprimento de 10 à 15 cm).	2,9
76	COMERCIAL THOMEK LTDA	11.314	Kg	Chuchu tipo especial, tamanho médio (comprimento de 10 à 12 cm).	2,14
77	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	3.135	kg	Goiaba vermelha, com cerca de 8 cm de diâmetro por unidade, apresentando tamanho, cor e formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	5,93
78	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	52.367	Kg	Laranja pêra tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	1,44
79	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	5.818	Kg	Laranja pêra tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	1,44
80	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	12.975	Kg	Laranja lima tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	2,62
81	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	7.200	Kg	Limão Taity, tamanho médio.	4,18
82	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	34.394	Kg	Maçã fuji, tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 a 76 mm).	4,14
83	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	3.821	Kg	Maçã fuji, tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 a 76 mm).	4,14
84	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	5.220	Kg	Maçã Gala tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 à 76mm).	4,16
85	COMERCIAL THOMEK LTDA	25.300	Kg	Mamão comum inteiro, cor amarelo-alaranjado, tamanho médio, com polpa firme e intacta, sem manchas ou lesões na casca.	2,54
86	COMERCIAL THOMEK LTDA	5.140	Kg	Manga Tommy atkins, tamanho médio a grande, peso entre 400 e 600gr, formato oval e cor vermelho- amarelada, casca grossa e lisa.	4,38
87	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	26.820	Kg	Melancia, tamanho médio, pesando de 08 a 12 kg cada, com polpa firme, intacta e sem sinais de apodrecimento.	1,71
88	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	4.320	kg	Milho verde comum em espiga in natura, tamanho médio à grande, sem palha, com coloração dos grãos amarelo claro; íntegro, com grãos inteiros; embalagem plástica própria para alimentos de até 1 kg por unidade, com validade mínima de 3 dias, com informações na embalagem. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data de fabricação.	4,34
89	COMERCIAL THOMEK LTDA	19.625	Dz	Ovos de galinha, médios (conforme decreto nº 56.585), embalagem em bandejas de papelão padrão de 12 unidades, (contendo 01 dúzia de ovos por embalagem) rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	4,05
90	COMERCIAL THOMEK LTDA	2.180	Dz	Ovos de galinha, médios (conforme decreto nº 56.585), embalagem em bandejas de papelão padrão de 12 unidades, (contendo 01 dúzia de ovos por embalagem) rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	4,05
91	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	3.900	Kg	Pêra D'anjou Argentina, tamanho nº 120, com peso entre 100 a 200 gramas. Casca firme, sem manchas ou cortes e polpa ligeiramente macia.	7,89

92	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	414	kg	Pimentão verde tamanho médio, apresentando cor e tamanho uniformes, sem manchas, rachaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que podem alterar sua aparência e qualidade.	4,14
93	COMERCIAL THOMEK LTDA	9.460	Kg	Tangerina Ponkan, tamanho nº 120, com peso entre 100 e 150 gramas.	2,99
94	COMERCIAL THOMEK LTDA	37.981	Kg	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	2,93
95	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.220	Kg	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	2,93
96	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.600	Kg	Vagem tamanho e espessura médios, livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência.	5,48
97	COMERCIAL KAZMIER-SKI LTDA	1.086	Kg	Abóbora menina ou seca descascada, picada em cubos médios, higienizada, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	7,22
98	COMERCIAL KAZMIER-SKI LTDA	10.885	Kg	Aipim descascado, cortado em pedaços médios, higienizado, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	5,73
99	COMERCIAL KAZMIER-SKI LTDA	9.090	Kg	Batata inglesa, descascada, picada em cubos médios, higienizada, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	6,73
100	COMERCIAL KAZMIER-SKI LTDA	2.395	Kg	Seleta de legumes, à base de cenoura, chuchu e vagem cortados em cubinhos, higienizados, embalagem de até 2 kg cada, própria para armazenamento refrigerado, contendo data de processamento, data de validade e demais informações de acordo com o órgão competente. Prazo de validade de até 5 dias, sendo que por ocasião da entrega, o produto não deverá ter data de processamento superior à 1 (um) dia.	7,67
101	COMERCIAL THOMEK LTDA	6	Kg	Achocolatado em pó diet de 210 a 250 gramas, isento de lactose.	63,24
102	DESERTO	5	Kg	Adoçante em pó contendo edulcorantes natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 400 a 500 gramas, para uso culinário – forno e fogão. Sem adição de outros edulcorantes.	XX-XX-XX
103	COMERCIAL THOMEK LTDA	0,56	Lt	Adoçante líquido contendo edulcorante natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 50 a 100 ml. Sem adição de outros edulcorantes.	236
104	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.060	Lt	Bebida de soja, sabor original/natural ou baunilha, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem. Com Registro no órgão competente.	4,84
105	COMERCIAL THOMEK LTDA	1.060	Lt	Bebida de soja, sabor morango, tipo shake, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem. Com Registro no órgão competente.	4,74
106	DESERTO	6	Kg	Biscoito tipo sequilhos diet, embalagem até 150 gramas.	XX-XX-XX
107	COMERCIAL THOMEK LTDA	26,4	Kg	Biscoito Doce, isento de leite ou traços de leite, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 04 meses.	29,50
108	DESERTO	11	kg	Biscoito tipo fubá sem glúten, isento de leite ou traços de leite, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	XX-XX-XX
109	FRUSTRADO	15	Kg	Espessante alimentar instantâneo, à base de amido de milho modificado, adicionado de gomas alimentares, elaborado para espessar alimentos; embalagem própria para alimentos (pote ou lata) de até 500 gramas/unidade; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade, registro no órgão competente. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	X-X-X-X-X

110	COMERCIAL THOMEK LTDA	4.690	Lt	Leite esterilizado integral ou semi-desnatado, ZERO LACTOSE, embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, devendo constar especificações, data de fabricação e validade. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	3,73
111	COMERCIAL THOMEK LTDA	10	Kg	Macarrão de arroz, tipo Parafuso ou Pene, com ovos, embalagem plástica de 500 gramas a 1kg; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	4,65

Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

## PMJS - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitação nº 115/2015, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de UNIFORMES ESCOLARES (camiseta, calça bermuda, parca), destinados para os alunos da Rede Municipal de Ensino deste Município, teve o seguinte resultado:

Lote	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos materiais	Valor final do lote (R\$)
01	NAYR CONFECÇÕES LTDA	2.708	Pç	Camiseta malha – tam: 4	476.983,90
		4.982	Pç	Camiseta malha – tam: 6	
		4.292	Pç	Camiseta malha – tam: 8	
		4.019	Pç	Camiseta malha – tam: 10	
		6.830	Pç	Camiseta malha – tam: 12	
		4.145	Pç	Camiseta malha – tam: 14	
		2.867	Pç	Camiseta malha – tam: 16	
		1.701	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: P	
		1.030	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: M	
		488	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: G	
		159	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: GG	
		65	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: EG	
		1.486	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 4	
		2.668	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 6	
		2.151	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 8	
		2.026	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 10	
		3.379	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 12	
		2.086	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 14	
		1.440	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 16	
		860	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: P	
		503	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: M	
		243	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: G	
		80	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: GG	
		33	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: EG	
		531	Pç	Parca unissex – tam: 4	
		972	Pç	Parca unissex – tam: 6	
		90	Pç	Parca unissex – tam: 8	
		90	Pç	Parca unissex – tam: P	
Lote	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos materiais	Valor final do lote (R\$)



02	LB DE CAMPOS CONFECÇÕES – EPP	2.708	Pç	Camiseta malha – tam: 4	56.648,95
		4.982	Pç	Camiseta malha – tam: 6	
		4.292	Pç	Camiseta malha – tam: 8	
		4.019	Pç	Camiseta malha – tam: 10	
		6.830	Pç	Camiseta malha – tam: 12	
		4.145	Pç	Camiseta malha – tam: 14	
		2.867	Pç	Camiseta malha – tam: 16	
		1.701	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: P	
		1.030	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: M	
		488	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: G	
		159	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: GG	
		65	Pç	Camiseta malha manga curta – tam: EG	
		1.486	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 4	
		2.668	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 6	
		2.151	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 8	
		2.026	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 10	
		3.379	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 12	
		2.086	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 14	
		1.440	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: 16	
		860	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: P	
		503	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: M	
		243	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: G	
		80	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: GG	
		33	Pç	Calça – bermuda unissex – tam: EG	
		531	Pç	Parca unissex – tam: 4	
		972	Pç	Parca unissex – tam: 6	
		90	Pç	Parca unissex – tam: 8	
		90	Pç	Parca unissex – tam: P	

Jaraguá do Sul, SC, 16 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap. Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.908 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.908 de 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

"ALTERA DECRETO Nº 4.336 de 26 de JUNHO de 2013 QUE DISPÕE SOBRE REGULAMENTO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) – PLASS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 38, § 2º do Decreto nº 4.336/2013 que dispõe sobre o Regulamento do PLASS, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38 (...)

§ 2º O atendimento do benefício previsto no artigo 23 da Lei Complementar nº 090/2004 e suas alterações, compreende o limite de uma armação a cada segurado e dependente, durante o período mínimo de vinte e quatro meses.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 17 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### CONTRATO 839/2008 - TA 11

CONTRATO Nº 839/2008 – TA 11

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e a empresa DEYCON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 77.887.412/0001-10, com sede à Av. Adolfo Ziguelli, 1021, neste ato representada pelo Sr. FIORELO PEGORARO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 098.429.779-00 e RG nº 11/C 362.188, residente e domiciliado na Av. Adolfo Ziguelli, 999, na cidade de Joaçaba(SC), a seguir denominado simplesmente LOCADORA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 839/2008, celebrado em 05 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2008-DL, que tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Tiradentes, 170, nesta cidade de Joaçaba(SC), andar térreo com 960,20 m² e sobreloja com 595,70 m², incluindo estacionamento frontal com 14 vagas e área de motocicletas, destinado a instalação e o desenvolvimento de atividades de setores afins da Administração Pública Municipal, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO

O valor atualizado do contrato fica reajustado em 11,3091% relativo

à variação do INPC no período de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, passando de R\$ 19.986,00 para R\$ 22.246,00 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e seis reais), o valor mensal a ser pago à CONTRATADA a partir de 01 de fevereiro de 2016, em atendimento ao requerimento da mesma e em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

LOCATÁRIO

DEYCON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

FIORELO PEGORARO

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

### DECRETO Nº 4.907 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.907 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (47) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**EXTRATO CONTRATO 304/2016/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2016/PMJ

PROVENIENTE DO PL 4/2016/PMJ – TP 2/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI.

OBJETO: Fornecimento e instalação pela CONTRATADA de 04 (quatro) grupos focais semaforicos nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 21.411,44 (vinte e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando o valor por item vencedor, a seguir identificado:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	04	un	GRUPO FOCAL SEMAFÓRICO PROJETADO, TIPO CONVENCIONAL, COM INFORMAÇÃO AUXILIAR DE TEMPO A LED <input type="checkbox"/> Deverão estar inclusos no valor os custos da mão de obra de implantação e programação	5.352,86	21.411,44

FISCAL DO CONTRATO: Jéssica Rinaldi.

VIGÊNCIA: 30 dias do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA DE ASSINATURA: 19/02/2016.

Joaçaba – SC, 19 de fevereiro de 2016.

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 2/2016/PMJ - PL 4/2016/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016/PMJ

O Secretário de Infraestrutura do Município de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 4/2016/PMJ.

- Modalidade: TP 2/2016/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 04 (quatro) grupos focais semaforicos nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC.

-Empresa Vencedora:

SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI EPP

-Valor Total: R\$ 21.411,44 (vinte e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e quatro centavos)

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	04	un	GRUPO FOCAL SEMAFÓRICO PROJETADO, TIPO CONVENCIONAL, COM INFORMAÇÃO AUXILIAR DE TEMPO A LED <input type="checkbox"/> Deverão estar inclusos no valor os custos da mão de obra de implantação e programação	5.352,86	21.411,44

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário Municipal de Infraestrutura

**EXTRATO PP 6/2016/PMJ - PL 11/2016/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de refeições, no padrão PAT – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, destinadas aos servidores das Secretarias de Infraestrutura e de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 04/03/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 04/03/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

**PAUTA DA SESSÃO Nº 078/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**PAUTA DA SESSÃO Nº 078/2016**

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014, alterado pelos Decretos nº 4.629 de 05 de setembro de 2014 e nº 4.838 de 09 de outubro de 2015 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 29 de fevereiro de 2016, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 94 de 25 de janeiro de 2016;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 141.278/2016 em nome de FRANCISCO LINDNER S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO, conforme relatório do Conselheiro TIAGO DUPONT GIUMBELLI;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 18 de fevereiro de 2016.

Graciela Glasenapp

Secretária do CMC

**PORTARIA N.º 5310**

PORTARIA Nº 5.310 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) ERLO LUTZ, para exercer o cargo

de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5311**

PORTARIA Nº 5.311 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 12 de fevereiro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) GIOVANI SPINELLI DE ALMEIDA para exercer as funções de Advogado, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal – Divisão da Procuradoria Geral do Município, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 002/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5312**

PORTARIA Nº 5.312 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) IVANI FATIMA BRASIL MOREIRA DO PRADO, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pedido

protocolado em 12 de fevereiro de 2016, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § V da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5313**

PORTARIA Nº 5.313 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) PABLO ISMAEL GAMBA BEJAR, a partir do dia 15 de fevereiro de 2016, Técnico de Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 008/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5314**

PORTARIA Nº 5.314 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ACACIO YSAO YAMAGUTI, Professor (Licenciatura – Lei 283/2014), Classe “C-V”, para a Classe “C-VI”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5315**

PORTARIA Nº 5.315 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, Motorista, Classe “F-VIII”, para a Classe “F-IX”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5316**

PORTARIA Nº 5.316 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Nível II (Pós-Graduado), Classe “B-VI” para a Classe “B-VII”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 60 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5317**

PORTARIA Nº 5.317 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADEMAR JOSÉ MARCUS, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe “A-IV”, para a Classe “A-V” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5318**

PORTARIA Nº 5.318 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADENIR DE JESUS BENITES lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Ação Social, Operador de Máquinas, Classe “B-IX”, para Classe “C-I”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5319**

PORTARIA Nº 5.319 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ADILSON SERGIO DE MELO, Operador de Máquinas, Classe “D-VI”, para a Classe “D-VII”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5320**

PORTARIA Nº 5.320 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADONIS MARCIANO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Contador, Classe “C-III”, para Classe “C-IV”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5321**

PORTARIA Nº 5.321 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANA MARIA PEDRETI PASINI, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Monitor Social, Classe "B-II", para Classe "B-III", " de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5322**

PORTARIA Nº 5.322 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGER, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-IX", para a Classe "B-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5323**

PORTARIA Nº 5.323 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDREIA APARECIDA SCALABRIN durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita Costenaro Petry na vaga da servidora Mara Helaine Damasio que atua na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5324**

PORTARIA Nº 5.324 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TATIANA APARECIDA POLO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht unidade escolar atende em período integral sendo que o mesmo pode ser extinto no município.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 5325**

PORTARIA Nº 5.325 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARIAH NINA BELLO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Nossa Senhor de Lourdes pois a unidade escolar está em reforma cuja necessidade e número de turmas só poderá ser precisado quando ocorrer o início das aulas.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5326**

PORTARIA Nº 5.326 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Frida Regensburger escola com falta de matrículas localizada no Bairro Frei Bruno que corre risco de fechamento de turma.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5327**

PORTARIA Nº 5.327 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GISELI BORSOI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Anita Lopes Vieira escola rural localizada na linha Santa Helena cuja demanda é muito pequena e pode ser fechada temporariamente a cada início de ano por falta de alunos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5328**

PORTARIA Nº 5.328 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Frida Regensburger e CE Frei Bruno para vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5329**

PORTARIA Nº 5.329 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANE CALDART durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Anita Lopes Vieira para vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5330**

PORTARIA Nº 5.330 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANGELA MARIA DALLA COSTA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno e EM Nossa Senhora de Lourdes para atuar como segundo professor de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de

julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5331**

PORTARIA Nº 5.331 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) EDELIR FATIMA DEITOS durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM Nossa Senhora de Lourdes para atuar como segundo professor de aluno com necessidades especiais e na vaga da servidora Eliane de S. Buttner que esta atuando na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5332**

PORTARIA Nº 5.332 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht e CE Frei Bruno para vaga

de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5333**

PORTARIA Nº 5.333 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LEILA TREVISOL GALIOTTO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno como segundo professor para aluno com necessidades especiais e trabalhar com oficina de leitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5334**

PORTARIA Nº 5.334 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) KATIA REGINA VACARIA DA ROSA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e

alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM Rotary Fritz Lucht e CERT como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5335**

PORTARIA Nº 5.335 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCINEIA APARECIDA SLAVIERO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO para vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5336**

PORTARIA Nº 5.336 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARLENE DOLSAN durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato

de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM Nossa Senhora de Lourdes e CE Frei Bruno como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5337**

PORTARIA Nº 5.337 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANA RAQUEL MARCON durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM Rotary Fritz Lucht e CERT como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5338**

PORTARIA Nº 5.338 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI durante o período de 15 de

fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht na vaga da servidora Cristina Vieira que esta na Coordenação do Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5339**

PORTARIA Nº 5.339 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO para vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5340**

PORTARIA Nº 5.340 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:



Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LIZIANE LAGO DOS SANTOS durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Frida Regensburg – escola com falta de matrículas localizada no Bairro Frei Bruno que corre risco de fechamento de turma.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5341**

PORTARIA Nº 5.341 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANA CLAUDIA HERMANN durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno e EM Frida Regensburger para atuar como segundo professor de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5342**

PORTARIA Nº 5.342 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TAIANE GOMES DE ALMEIDA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, professora temporária atuará no pré escola extensão do NUPERAJO na EEB Julieta Lentz Puerta, para suprir a necessidade da comunidade de Nova Petrópolis, sendo inviável efetivação de professores pois corre o risco de fechamento da referida turma.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 5343**

PORTARIA Nº 5.343 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TACIANA DE RESENDE durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht e CERT como segundo professor de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5345**

PORTARIA Nº 5.345 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) RAFAEL BORTOLI DEBARBA, a partir do dia 16 de fevereiro de 2016, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5346**

PORTARIA Nº 5.346 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 16 de fevereiro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANDRESSA FERNANDA DOS ANJOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5347**

PORTARIA Nº 5.347 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) KENYA XAVIER FERREIRA, Arquiteta, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5348**

PORTARIA Nº 5.348 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLEITON SLAVIERO, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 05 de novembro de 2014 a 04 de novembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5349**

PORTARIA Nº 5.349 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Prejulgado 1822 do TCE/SC,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para proceder análise de possível reconhecimento de dívida de exercício anterior referente ao pagamento ao credor Agência de Publicidade Vale Mais Comunicação, em conformidade com documentos contábeis e notas fiscais anexas ao processo.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de fevereiro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **RESOLUÇÃO Nº 01/2016-CMAS-JBA**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados do Fundo Nacional de Assistência Social, ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais, relativos ao quarto trimestre de 2015.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº01/2016 aprovado em reunião do CMAS em 04/02/2016.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 18 de fevereiro de 2016.  
Sandrine Pizoni  
Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 02/2016-CMAS-JBA**

RESOLUÇÃO Nº 02/2016-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas, que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, Decreto Estadual nº 3.316 de 17/06/2010 e Decreto nº 1.968 de 17/01/2014, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados do Fundo Estadual de Assistência Social, ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais, relativos ao exercício de 2015.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº02/2016 aprovado em reunião do CMAS em 04/02/2016.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 19 de fevereiro de 2016.  
Sandrine Pizoni  
Presidente do CMAS

---

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

### **PORTARIA JHL 66/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL -Nº 066/2016 DE 18/02/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna -SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Constituir de acordo com art. 138 a 140, da LC 76/03 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Comissão para instauração de Sindicância no prazo de 45(quarenta e cinco) dias, para verificar ausência das folhas 02 à 10 do processo licitatório JHL 965/09 – Convite nº 03/2009, apurando a responsabilidade e localização das mesmas, para o que designo Comissão Sindicante, composta pelos servidores Patricia Callegari Warken, Francielli Wendland Guaragni Fiorin e Valdirene Aparecida Dorini, para atuarem sob a Presidência da primeira, devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório

circunstanciado do que for apurado.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba-SC 18 de fevereiro de 2016.  
Aluir Flemming  
Diretor Presidente



# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 03/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 02/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial, para aquisição parcelada de gêneros alimentícios para merenda escolar para alunos da rede municipal de ensino, sendo que os envelopes serão recepcionados até as 08:30 horas e a sessão de lances será a partir 08:30 horas do dia 03/03/2016, conforme especificações constantes no edital. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março, 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO ARP 03-E/2016 PP 147/2015 PML STORINNI

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil).

COMERCIAL STORINY LTDA EPP INSCRITA NO CNPJ Nº 73.977.480/0001-19, COM SEDE A RUA OTAVIO QUINHOLI, 180 - PEREQUÊ – PORTO BELO/SC, CEP 88210-000

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 453.126,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil cento e vinte e seis reais)

GIZELE REGINA DA SILVA ME INSCRITA NO CNPJ Nº 13.839.796/0001-12, COM SEDE RUA PEDRO THIESEN NUNIOR, 611 – ARIRIU – PALHOÇA/SC CEP 88.135-420

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### RERRATIFICAÇÃO PP 14-2016 PML RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016-PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 4X2, PARA POSTERIOR ENCARROÇAMENTO COMO VEÍCULO DE COMBATE A INCÊNDIO E RESGATE DIVERSOS PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 9 do edital, DA PARTICIPAÇÃO, leia-se:

9.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2 Não poderão participar, Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou Responsável;

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu(s) anexo(s).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de fevereiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO 9912269347

Extrato do Contrato Nº 991226347 – Correios

Vigência 09/12/2015 Vencto: 09/12/2020

Objeto: Serviço de Remessa de Correspondência

Contratado: ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS CNPJ: 34.028.316/0028-23

Lages SC 09/12/2015

VALOR TOTAL 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Adilson Rodrigues de Appolinário – Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 001/2016

APREFEITURAMUNICIPALDELAGUNA, torna público o extrato contratual em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Contrato 001/2016 – PML

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar, com o fornecimento dos gêneros alimentícios e demais insumos (material de limpeza, descartáveis, gás, etc), armazenamento, preparo e distribuição nos locais de consumo, supervisão, prestação de serviços de manutenção, provisão e reposição pela depreciação dos equipamentos e utensílios utilizados, limpeza e conservação das áreas abrangidas, bem como ações de educação alimentar e nutricional, para atender ao programa de Alimentação Escolar nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Laguna, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas no Edital Nº 002/16 e Processo Administrativo Nº 6330/15. Que entre si celebram o município de Laguna, através da Secretaria Municipal da Educação e Esportes e a Empresa Risotolândia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ Nº 76.900.463/0001-71. Com valor para 12 (doze) Meses de até R\$ 2.145.084,00. Assinatura 16 de Fevereiro de 2016, com término em 16 de Fevereiro de 2017.

Simone Belmiro  
Secretária da Educação e Esportes

### PORTARIA Nº 129/2016

PORTARIA RH Nº 129/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Teodoro	2014/2015
Cristiane da Costa Teixeira	2014/2015
Fernanda Cristini de Souza	2014/2015
Jonatan da Silva Freitas	2014/2015
Leonardo Agostinho Camilo	2015/2016
Lirane Moreno	2014/2015
Maria Aparecida Corrêa de Bona	2015/2016
Maria Gorete da Silva Demétrio	2014/2015
Marcelo Muniz Ferreira	2014/2015
Maria Luiza Araújo Martins	2014/2015
Maria Paula Pereira Matos	2014/2015
Rachel Copetti Veras	2013/2014
Ricardo Coelho Bosco	2015/2016
Thayse Ricken Tuazzi	2014/2015
Urian Pacheco de Souza	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Janeiro de 2016.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 132/2016

PORTARIA RH Nº 132/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARCELO DE SOUZA BORGES Assessor de Ensino Superior, do dia 04.01.2016 a 18.01.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Janeiro de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 135/2016

PORTARIA RH Nº 135/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adão Luis Machado	2014/2015
Adriana da Silva Zeferino Santos	2015/2016
Ageu Barros Machado	2014/2015
Alexandra Fraga Izidoro Carneiro	2014/2015
Aline Silva	2015/2016
Alzira da Silva Machado Martins	2015/2016
Anelise Zeferino da Rosa Alves	2014/2015
Anselmo de Souza	2014/2015
Antônia Pacheco Cardoso da Silva	2015/2016
Célia de Fátima dos Santos	2015/2016
Cibele Fernandes de Jesus	2015/2016
Cláudia Vanessa C. Da Rosa Lisboa	2014/2015
Diana Maria Pessoa Martins Pessoa	2014/2015
Douglas Silva Alves	2014/2015
Edemar Nascimento	2015/2016
Edgleide Lima de Oliveira	2015/2016
Eliane Joaquim Alves	2014/2015
Eliane Silva da Silva	2015/2016
Elisângela de Souza Pacheco	2015/2016
Elson Rebelo Limas	2014/2015
Fabricia Fernandes Borges	2015/2016
Gabriela Remor Marega	2015/2016
Giovana Bonifácio Silva	2014/2015
Graziane Pacheco Fermiano Alves	2014/2015
Ivone Caetano	2014/2015
Jacqueline Policarpo	2013/2014
Jamille Militão Souza Backes	2014/2015

Janaina Preve Costa	2014/2015
Janete Martinelli Furlan	2015/2016
José dos Passos Cardoso	2014/2015
José dos Santos Pacífico	2014/2015
José Mauricio Júnior	2014/2015
Lucas dos Santos Fagundes	2014/2015
Luciane da Conceição Mayer	2015/2016
Lucília Ribeiro Matias	2015/2016
Luzemir Tereza Vicente Clemente	2015/2016
Maria Celeste Pires Rafael	2015/2016
Maria Lucimar Virginia Martins	2015/2016
Marileia Fernandes Nunes	2015/2016
Marilete Machado Martins	2014/2015
Marise Etelvina P. Batista	2014/2015
Martinha Fermiano de Oliveira	2015/2016
Nei Bram Alvares	2015/2016
Nilcéia de Aguiar	2015/2016
Patricia do Carmo Valério	2014/2015
Priscila Antônio Nascimento Fernandes	2015/2016
Rangel Ricardo Garcia Maciel	2015/2016
Rejane Urbano Oliveira	2015/2016
Rosália Leopoldo Florentino	2015/2016
Rosângela Estevam de Souza	2015/2016
Rosinei Serafim	2014/2015
Simone de Oliveira Gustavo	2015/2016
Soraia Aparecida da Rosa Vargas	2014/2015
Steffy karleine de Souza Marcos	2014/2015
Tânia Preuss	2013/2014
Valdiana Alexandre da Silva	2015/2016
Vânia Aparecida Florinda Freire	2015/2016
Vera Lúcia Fidelix Gonçalves	2015/2016
Vilma Pereira Martins	2013/2014
Vilson Pires dos Santos Júnior	2014/2015
Zulamir Silveira	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Janeiro de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 136/2016

PORTARIA RH Nº 136/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, THABATA FERNANDES CÂNDIDO Diretor do Departamento, do dia 19.01.2016 a 02.02.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Janeiro de 2016.

ALINE TRICHÊS SAVI  
Presidente de Fundação

### PORTARIA Nº 145/2016

PORTARIA RH Nº 145/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARIALIGIA MEDEIROS AGUIAR Assessor de Gabinete, do dia 04.01.2016 a 18.01.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Janeiro de 2016.

RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 149/2016

PORTARIA RH Nº 149/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LEONARDO DUARTE PEIXOTO Diretor de Departamento, do dia 01.02.2016 a 01.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Fevereiro de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 155/2016

PORTARIA RH Nº 155/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 03.02.2016 a 03.02.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Camilo de Oliveira	2014/2015
Aline Evangelista Pereira	2014/2015
Maria Tarcila da Silva	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 156/2016**

PORTARIA RH Nº 156/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, TATIANE BITTENCOURT DE OLIVEIRA Fisioterapeuta, do dia 10.01.2016 a 08.02.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 159/2016**

PORTARIA RH Nº 159/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES, do cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 166/2016**

PORTARIA RH Nº 166/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, SYLLAS MARIS MELLO Assistente de Administração, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Fevereiro de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 167/2016**

PORTARIA RH Nº 167/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 168/2016**

PORTARIA RH Nº 168/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, JAILTO SOUZA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 169/2016**

PORTARIA RH Nº 169/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, SILMARA NUNES ANTÔNIO para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Controle de Contratos e Registros de Fornecedores, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 170/2016**

PORTARIA RH Nº 170/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 10.02.2016 a 10.03.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Cacília Maurício Nascimento	2014/2015
Zenair Querino Pinho Santos	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 171/2016**

PORTARIA RH Nº 171/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 10.02.2016 a 10.03.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Jorge Luiz Moreira	2014/2015
Rayssa Gonçalves Pereira	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 172/2016**

PORTARIA RH Nº 172/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, VANDERLEI DA ROSA para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Análise de Projetos, DS 4, com lotação na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 173/2016**

PORTARIA RH Nº 173/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, TATIANE YARA ODEBRECHT do Cargo em comissão de Assessor de Gestão Orçamentária, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 174/2016**

PORTARIA RH Nº 174/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

Considerando a necessidade de se colocar um servidor, como responsável pela fiscalização das obras de acordo com as especializações do(s) projeto(s) aprovado(s) pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, objeto dos Termos de Compromisso PAC 207400/2013, 5797/2013 e 06661/2013, bem como PAR 32881;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, a partir desta data, RODOLFO MICHELSGODINHO, Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Social, como profissional responsável pela fiscalização das obras de que tratam os Termos de Compromisso antes identificados.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 175/2016**

PORTARIA RH Nº 175/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, VANDERLEI DA ROSA para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Análise de Projetos, DS 4, com lotação na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.



Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 176/2016**

PORTARIA RH Nº 176/2016

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTE, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ROSANE DA SILVA COELHO Assistente de Administração, do dia 10.02.2016 a 10.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

RENATO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 178/2016**

PORTARIA RH Nº 178/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RICARDO EMILIANO DA SILVA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos, DS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 179/2016**

PORTARIA RH Nº 179/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, GUSTAVO MEDEIROS MARTINS do Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 180/2016**

PORTARIA RH Nº 180/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, JACKSON GUEDES CARVALHO do Cargo em comissão de Coordenador de Cadastro e Fiscalização Tributária, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 181/2016**

PORTARIA RH Nº 181/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, MARIA DE LOURDES NASCIMENTO CORRÊA do Cargo em comissão de Coordenador de Controle de Arrecadação, Tributos e Gestão de Dívida Ativa, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 182/2016**

PORTARIA RH Nº 182/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 6382/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de 10 de Fevereiro de 2016 a 09 de Maio de 2016, ao Servidor GORETIDA SILVA, Professor, referente ao período 2005/2010, com base no art. 55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.



Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 183/2016**

PORTARIA RH Nº 183/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA,SC,SR.EVERALDODOSSANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA EM VENCIMENTO, pelo período de 01 ano ao Servidor FABRÍCIA FERNANDES BORGES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136, datada de 01 de junho de 2006 e suas alterações, a partir de 01/02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 186/2016**

PORTARIA RH Nº 186/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA,SC,SR.EVERALDODOSSANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, TATIANE YARA ODEBRECHT, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 187/2016**

PORTARIA RH Nº 187/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO MEDEIROS MARTINS, para exercer o cargo

em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 188/2016**

PORTARIA RH Nº 188/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA,SC,SR.EVERALDODOSSANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR JACKSON GUEDES CARVALHO, Auxiliar de Serviços Gerais, para responder pela Divisão de Cadastro Imobiliário, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 189/2016**

PORTARIA RH Nº 189/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA,SC,SR.EVERALDODOSSANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA DE LOURDES NASCIMENTO CORRÊA, Auxiliar Administrativo, para responder pela Divisão de Regularização Tributária, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 190/2016**

PORTARIA RH Nº 190/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR, TATIANE YARA ODEBRECHT, Assessor de Planejamento Governamental, para exercer suas atribuições na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 191/2016**

PORTARIA RH Nº 191/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR, JAILTO SOUZA DA SILVA, Assessor de Planejamento Governamental, para exercer suas atribuições na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 192/2016**

PORTARIA RH Nº 192/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR JULIANA BIROLO TEIXEIRA, Odontólogo, para responder pela Divisão de Laboratório, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 193/2016**

PORTARIA RH Nº 193/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR, ELSON REBELO LIMA, Professor de Educação Física, de provimento efetivo, para exercer as funções dentro da Secretaria de Educação e Esportes no setor pedagógico do Departamento de Esportes.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 194/2016**

PORTARIA RH Nº 194/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR, MEGALVI OPALMA FERNANDES, Professor de Educação Física, de provimento efetivo, para exercer as funções com alunos dos projetos esportivos - Jiu-Jitsu.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 195/2016**

PORTARIA RH Nº 195/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

DESIGNAR, ÂNGELO LUIZ MATOS, Professor de Educação Física, de provimento efetivo, para exercer a função de treinador das equipes de handebol masculino.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 196/2016**

PORTARIA RH Nº 196/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, PHILIPUEGUEDESMATOS, Professor de Educação Física, de provimento efetivo, para exercer a função de treinador das equipes de handebol masculino, por 20 horas semanais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 197/2016**

PORTARIA RH Nº 197/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 01 ano ao Servidor GILSON PEREIRA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 06 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 198/2016**

PORTARIA RH Nº 198/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 192/2016;

**RESOLVE:**

Conceder afastamento ao Servidor EDSON MORAIS ARAÚJO ocupante do cargo de Secretário de Escola, nível PENM 1, 40 horas, durante o período de 01/02/2016 a 28/02/2017 para realizar curso de aperfeiçoamento profissional de acordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 138/2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 199/2016**

PORTARIA RH Nº 199/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, JADSON DE OLIVEIRA FRETTA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 200/2016**

PORTARIA RH Nº 200/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, JANAINA BITTENCOURT DIAS do cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 201/2016**

PORTARIA RH Nº 201/2016

OPREFEITOMUNICIPALDELAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, DERLI SOUZA SANTOS para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura, DS 3, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 202/2016**

PORTARIA RH Nº 202/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 6231/2015;

**RESOLVE:**

REMOVER, de ofício, de acordo com o artigo 31 da Lei Complementar nº 136/06, a Sra. CLÁUDIA FERNANDES TEODORO, Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos para a Secretaria de Educação e Esportes – C.E.I. Pequeno Cisne, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 204/2016**

PORTARIA RH Nº 204/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 5964/2015;

**RESOLVE:**

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. ROSÂNGELA APARECIDA SOUSA BARBOSA Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/02/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 205/2016**

PORTARIA RH Nº 205/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, SINARA DO CARMO VARGAS para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Profº Laurení Vieira de Souza – Vila Vitória, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**RATIFICAÇÃO DE PORTARIA**

PORTARIA SMS/PML nº 002/2016

A Secretária Municipal de Saúde, de acordo com suas prerrogativas, e com base na Portaria nº 138, de 1º de fevereiro de 2016 do Ministério da Saúde **RESOLVE:**

Art. 1º - A exigência do controle do ponto de forma biométrica digital para os servidores lotados na Secretaria de Saúde prevista na Portaria SMS/PML 001/2016 deverá levar em conta a carga horária diária de 06 (seis) horas ininterruptas ou 08 (oito) horas, conforme os respectivos programas.

Parágrafo único – Para os servidores lotados nos ESF a carga horária é de 08 (oito) horas, assim como para aqueles que exercem as atividades de forma indireta, como o NASF, motoristas, etc.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Dê-se ciência e registre-se.

RAQUEL XAVIER  
Secretária Municipal de Saúde

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014/2016

DECRETO Nº 014/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.018 - Manutenção do Serviço de Vig. Sanitária

DOTAÇÃO 42

3.1.90.00.00.3200 - Aplicação Direta R\$ 12.000,00

Total R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1200 (Recursos da Vig. Sanitária Anvisa);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº 015/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 44

3.1.90.00.00.3194 - Aplicação Direta R\$ 45.000,00

Total R\$ 45.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1194 (Recursos do NASF);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 016/2016

DECRETO Nº 016/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 44

3.1.90.00.00.3295 - Aplicação Direta R\$ 16.000,00

Total R\$ 16.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1180 (Recursos do PMAQ);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.



**DECRETO Nº 017/2016**

DECRETO Nº 017/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMINALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 204.091,20 (Quarenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 43

3.1.90.00.00.3165 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1165 (Recursos do SAMU);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 018/2016**

DECRETO Nº 018/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMINALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 204.091,20 (Duzentos e Quatro Mil, Noventa e Um Reais e Vinte Centavos) para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 46

3.1.90.00.00.3003 - Aplicação Direta R\$ 204.091,20

Total R\$ 204.091,20

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 0003 (Recursos Próprios Saúde);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 019/2016**

DECRETO Nº 019/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMINALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (CentoeDez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 25

4.4.90.00.00.1180 - Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Total: R\$ 110.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 19

3.3.90.00.00.1180 - Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Total: R\$ 110.000,00

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 020/2016**

DECRETO Nº 020/2016

FABRÍCIO KUSMINALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,  
DECRETA:

Art. 1º - Fixa tabela de preços pactuado para serviços de exames laboratoriais de análises clínicas:

**TABELA EXAMES SUS EXTRA COTA**

ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	R\$ 3,68	
ANTI TIREOGLOBULINA	R\$ 22,70	
ÁCIDO VALPRÓICO	R\$ 17,00	
ÁCIDO VANILMANDÉLICO	R\$ 24,00	
A.C.T.H (HORMONIO ADRENOCORTICOTROFI	R\$ 23,00	
ALDOSTERONA	R\$ 25,00	
ALFA FETOPROTEINA ( AFP)	R\$ 25,65	
ANI HCV	R\$ 18,55	
ANTI HBC IGG – ( ANTI – CORE)	R\$ 25,00	
ANTI HBC IGM – (ANTI – CORE)	R\$ 25,00	
ANTI HBE – ANTICORPO “E” HEPATITE B	R\$ 23,84	
ANTI HBS ANTIC SUPERFICIE HEPATITE	R\$ 18,55	
ANTI GLIADINA IGA	R\$ 30,00	
ANTI GLIADINA IGM	R\$ 30,00	
ANTI GLIADINA IGG	R\$ 30,00	
ANTI ENDOMISIO IGA	R\$ 80,00	
ANTI ENDOMISIO IGG	R\$ 80,00	
ANTI ENDOMISIO IGM	R\$ 80,00	
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGA	R\$ 180,00	
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGG	R\$ 180,00	
ALBUMINA	R\$ 10,00	
VITAMINA B 12	R\$ 15,24	
COMPLEMENTO C3	R\$ 35,00	
COMPLEMENTO C4	R\$ 35,00	
COMPLEMENTO CH 50	R\$ 35,00	
CA 125	R\$ 22,00	
CA 15 3	R\$ 25,00	
CA 19 9	R\$ 25,00	
CARBAMAZEPINA	R\$ 18,00	
CITRATO	R\$ 12,00	
ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO, RIE	R\$ 22,00	
CURVA GLICEMICA VIA ORAL	R\$ 15,00	
CURVA GLICEMICA 4 DOSAGENS ORAL	R\$ 15,00	
CURVA GLICEMICA 5 DOSAGENS ORAL	R\$ 15,00	
CKMB – CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO	R\$ 12,00	
COLORO	R\$ 15,00	
CITOMEGALOVIRUS ANTICORPOS IGG	R\$ 18,00	
CITOMEGALOVIRUS ANTICORPOS IGM	R\$ 19,00	
COLINESTERASE	R\$ 22,00	
CORTISOL AS 8:00 HORAS	R\$ 16,00	
CORTISOL AS 18:00 HORAS	R\$ 16,00	
CPK – CREATINOFOSFOQUINASE	R\$ 12,00	
CAPACIDADE TOTAL FIXAÇÃO DO FERRO	R\$ 12,00	
DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 17,00	
ESTRADIOL (RIE) E2	R\$ 22,00	
MICOLOGICO DIRETO	R\$ 15,00	
MICOLOGICO DIRETO	R\$ 15,00	
FATOR ANTINUCLEAR (FAN)	R\$ 17,16	
FIBRINOGENIO, DOSAGEM	R\$ 15,00	
FATOR VIII	R\$ 80,00	
FATOR IV	R\$ 80,00	
ACIDO FOLICO (QUIMIOLUMINESCENCIA)	R\$ 20,00	
HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE(FSH)	R\$ 13,00	



FTA – ABS, IFI PARA SIFILIS IGG	R\$ 10,00	
ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	R\$ 16,00	
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	R\$ 30,00	
HEPATITE A – IGG	R\$ 18,55	
HIV I E II	R\$ 10,00	
HEPATITE A – IGM	R\$ 18,55	
HBEAG – ANTIGENO “E” DA HEPATITE B	R\$ 18,55	
HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 15,00	
ANTIGENO AUSTRALIA (HBSAG)	R\$ 18,55	
IGA	R\$ 17,16	
IGE TOTAL	R\$ 18,00	
IGG	R\$ 17,16	
IGM	R\$ 17,16	
INSULINA	R\$ 20,00	
ESTRIOL	R\$ 30,00	
CÁLCIO IONICO	R\$ 10,00	
HORMONIO LUTEINIZANTE	R\$ 15,00	
MICROALBUMINURIA	R\$ 25,00	
MICROALBUMINURIA EM AMOSTRA ISOLADA	R\$ 25,00	
FOSFORO	R\$ 1,85	
POOL DE PROLACTINA	R\$ 15,20	
PROLACTINA	R\$ 15,20	
PROTEINURIA DE 24 HORAS	R\$ 2,04	
PROGESTERONA	R\$ 15,00	
PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO)	R\$ 16,42	
PSAL ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO	R\$ 20,00	
PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 10,00	
FOSFORO URINARIO	R\$ 1,85	
IGE GRUPO POEIRA CASEIRA HX2	R\$ 25,00	
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73	
RUBEOLA IGG	R\$ 17,16	
RUBEOLA IGM	R\$ 17,16	
SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA	R\$ 25,00	
T3 (TRIIODOTIRONINA)	R\$ 10,00	
T4 (TIROXINA)	R\$ 10,00	
TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 12,00	
TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 30,00	
TESTOSTERONA TOTAL	R\$ 25,00	
LACTOSE, TESTE DE TOLERANCIA	R\$ 40,00	
ANTI PEROXIDASE TIREOIDEANA/MICROS	R\$ 22,70	
TRANSFERRINA	R\$ 25,00	
HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 10,00	
TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL	R\$ 5,77	
VITAMINA D25	R\$ 60,00	
WIDAL, REAÇÃO	R\$ 30,00	
ZINCO	R\$ 40,00	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 03/2016

Edital de Convocação n. 03/2016

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2013, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 29/02/2016, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Lourdes de Fatima Rosa Vieira	Serv. de Serviços Internos	3º
Solange Ap. Navroski	Serv. De Serviços Internos	4º
Marilene Alves	Serv. De Serviços Internos	5º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 18 de fevereiro de 2016.

Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 56 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, PATRICIA DE OLIVEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 057/2016

PORTARIA Nº 57 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARIA LUCIA PEREIRA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 058/2016**

PORTARIA Nº 58 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 11º. EXONERAR, ELAINEDIAS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 05/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 059/2016**

PORTARIA Nº 59 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 11º. EXONERAR, SAMANTAMAYER MARTINS GRANEMANN, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 08/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 08 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 060/2016**

PORTARIA Nº 60 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JANISSE CATARINAGONÇALVES DE SOUZA, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 08 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 061/2016**

PORTARIA Nº 61 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária KARLA IVAN AZANOTTO, Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, redução de carga horaria de 40 horas semanais para 20 horas semanais, no período de 01/02/2016 á 31/01/2017, com vencimentos consignados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 08 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 062/2016**

PORTARIA Nº 62 DE 10 DE FEVEREIRO 2016

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARIA DA LUZ BUENO, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 10/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 063/2016**

PORTARIA Nº 63 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ANDRE BARPP, Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 064/2016**

PORTARIA Nº 64 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, ADRIANO MORAES DA SILVA, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 065/2016**

PORTARIA Nº 65 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, SULIANE IARA SILVEIRA CANDIDO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de

Educação, Cultura e Desporto, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 066/2016**

PORTARIA Nº 66 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ELISIANE DIAS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 067/2016**

PORTARIA Nº 67 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, OSNIRA RODRIGUES DE LOURENA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 068/2016**

PORTARIA Nº 68 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

**EXONERA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.11º. EXONERAR, SOLANGE APARECIDA NAVROSKI, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 069/2016**

PORTARIA Nº 69 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

**EXONERA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.11º. EXONERAR, JOSIELE BATISTA DE SOUZA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIA Nº 70 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

**EXONERA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.1 1º. EXONERAR, JOSIANE DIAS MABA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 071/2016**

PORTARIA Nº 71 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

**NOMEIA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR ENY TRAMONTINA COFFERRI, para ocupar o cargo de SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 072/2016**

PORTARIA Nº 72 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

**NOMEIA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR ROSANE REGINA DE SOUZA, para ocupar o cargo Comissionado de SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças



**PORTARIA Nº 073/2016**

PORTARIA Nº 73 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDNA RIBEIRO SCHEFFMACHER, Ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 074/2016**

PORTARIA Nº 74 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário FERNANDO PADILHA KUHNEN, Advogado, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 075/2016**

PORTARIA Nº 75 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR KELLY CRISTINA DALPIAZ, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS

PASSOS, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 076/2016**

PORTARIA Nº 76 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR IVANI TEREZINHA MELO XAVIER, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALMOR CARLIN DO PRADO, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 077/2016**

PORTARIA Nº 77 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR SIRLEI PIRES DE MORAES, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMECINHO DE VIDA, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 078/2016**

PORTARIA Nº 78 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR TANIA DE FÁTIMA MOREIRA, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção da ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO RIO DOCE, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 079/2016**

PORTARIA Nº 79 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ROSELI APARECIDA DE LIMA, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção da ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 080/2016**

PORTARIA Nº 80 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR SILVANA SCHEFFMACHER CARNEIRO, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção da ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 081/2016**

PORTARIA Nº 81 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ZENEIDE CARLIN THIBES, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção da ESCOLA MUNICIPAL SANTA CATARINA, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 082/2016**

PORTARIA Nº 82 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

DESIGNA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, JAKELINE RIBEIRO MELLO, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela Gestão da ESCOLA MUNICIPAL LINHA VITÓRIA, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 083/2016**

PORTARIA Nº 83 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

**DESIGNA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR, ELIZETE DOS SANTOS RODRIGUES DE MORAES, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela Gestão da ESCOLA MUNICIPAL RIO DO MEIO, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 010/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 010/2016 - PMLL

“CONTRATO VISANDO A EXTRAÇÃO DE MACADAME.”

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e. Senhor José Jair Alexandre, brasileiro, portadora do CPF nº 025.023.259-60, e como Contratado o Senhor Laudelino Truppel, pessoa física, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Localidade de Rio Veado, Bairro Rio Veado, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 224.572.919-68, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 004/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Constitui objeto do presente certame a extração de macadame a ser retirado de um terreno rural, com área de 193.300,00 m<sup>2</sup> (cento e noventa e três mil, trezentos metros quadrados), registrado sob a matrícula nº AV-1-19.261, livro 1-D, para ser utilizado na manutenção e melhorias nas vias rurais do Município de Leoberto Leal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL** – O CONTRATANTE utilizará o bem imóvel objeto deste CONTRATO, única e exclusivamente para Extração de macadame, no valor de R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** – O valor total é de R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais), sendo pago em 5 (cinco) parcelas no valor de R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais), no último dia de cada mês.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO** – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 05/07/2016, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, conforme a necessidade da administração pública, sendo reajustado de acordo com a variação do IGPM ou por livre negociação devidamente justificado e respeitados os valores praticados no mercado.

§ Único – No termo final deste instrumento, o MUNICÍPIO se obriga a restituir o imóvel livre e desocupado.

**CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO** - Fica expressamente conveniado que o imóvel objeto deste Contrato, será utilizado pelo Município, exclusivamente para o previsto na Cláusula Primeira, sendo vedada alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso das partes. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES** – Pactua-se que:

I – O MUNICÍPIO fica obrigado a, quando da restituição do imóvel, no termo final deste pacto;

II – O CONTRATADO fica obrigado a não colocar nenhum óbice ao procedimento de extração mineral que poderá ocorrer a qualquer dia ou horário, inclusive em fins de semana e feriados, conforme necessidade;

III – O CONTRATADO fica obrigado a denunciar o presente contrato no caso de venda total ou parcial do imóvel descrito na Cláusula Primeira.

**Parágrafo Único** - Na forma da lei ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas à terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo contratado através do Cartório de Títulos e Documentos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO** – Haverá rescisão contratual, de pleno júri, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA** – Estipular-se-á multa equivalente 10% do valor deste Contrato a ser Apurado, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindida a contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO** – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor e forma para que surta seus devidos efeitos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 05 de fevereiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE Prefeito Municipal e.e. Contratante	LAUDELINO TRUPPEL Contratado
---	---------------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

**OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** Constitui objeto do presente certame Locação pelo Município de Leoberto Leal, o imóvel urbano sem benfeitorias, sito a Rua Padre José Ely, Centro, Município de Leoberto Leal, medindo 480,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: Frente medindo, 16,00 metros com a Rua Padre José Ely; Fundos medindo, 16

metros com terras dos expropriados; Lado Direito, medindo 30,00 metros, com terras do outorgante comprador; e Lado Esquerdo, medindo 30,00 metros com a Avenida Adolfo Scheidt, devidamente registrado no Cartório de Registro e Imóveis da Comarca de São João Batista sob o nº R-1 3.636, Livro 02, folhas 0001, e o imóvel urbano sem benfeitorias, sito a Rua Padre José Ely, Município de Leoberto Leal, medindo 435 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados) com as seguintes confrontações: Frente, medindo 14,50 metros com a Rua Padre José Ely; Fundos, medindo 14,50 metros com terras do expropriados; Lado Direito, medindo 30,00 metros com terras da Prefeitura Municipal; e Lado Esquerdo, medindo 30,00 metros, com terras do outorgado comprador, devidamente registrado na Comarca de São João Batista sob nº R-1 3.636, livro nº 02, folhas 0001, totalizando uma área de 915,00 m<sup>2</sup> (novecentos e quinze metros quadrados), para alojar o Parque de Diversões Infantil em Madeira, até 31 de dezembro de 2016. LOCADOR: ERVINO SEBASTIÃO LOPES, portadora do RG nº 296.993-9, e do CPF nº 105.208.569/53, localizado a Rua Aquino de Campos, nº 96, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina. VALOR: 10.560,00 (dez mil, quinhentos e sessenta reais), sendo o valor mensal de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) em 11 (onze) parcelas. ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93. Em 19/02/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 11/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, para a composição da cesta básicas, as 08:30 horas do dia 07 de março de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA - PL 012/2016 - DL 001/2016 - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 012/2016

Dispensa nº 001/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação, com a empresa ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei João, nº 601, Sala 09, Centro, no Município de Luzerna/SC CEP 89609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.074.920-0001-21, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato pelo prefeito municipal Sr. MOISÉS DIERSMANN, objetivando a locação de solução de software de segurança da informação do tipo UTM (Unified Threat Management) que tenha a capacidade de integrar em um único dispositivo: filtro de pacotes com controle de estado, camada de antivírus, filtro de conteúdo WEB, VPN, IDS/IPS, balanceamento de carga, QoS e Proxy reverso, destinado à manutenção das atividades da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos Especiais.

Valor homologado: R\$ 7.338,24

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Moises Diersmann

Prefeito de Luzerna

### **1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 110/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PML Nº 110/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE LUZERNA/SC E A EMPRESA DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS/COPIADORAS A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS ESPECIAIS.

Ao 01 (primeiro) dia do mês de fevereiro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e a empresa DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Getúlio Dorneles Vargas, nº1661N, Bairro Centro, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89805-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.974.813/0001-45, neste ato representado por seu sócio administrador RUI TAETI LAMAISSON, brasileiro, casado, empresário portador da carteira de identidade nº 89802130 e inscrito no CEP sob o nº 408.290490-53, residente e domiciliado à Rua Pinheiros, nº 290D, Bairro Palmital, no município de Chapecó/SC, denominada CONTRATADA, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 053/2015, Pregão Presencial nº PML. 034/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

O presente Termo Aditivo tem por espoco a REPACTUAÇÃO CONTRATUAL, para adequação do preço do item "1", passando o preço unitário para 0,03 (três centavos), devido ao fato da elevação do custo para a aquisição de insumos e a manutenção do serviço, conforme comprovação apresentada pelo fornecedor.

### **CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas na Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 01 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	RUI TAETI LAMAISSON DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP CONTRATANTE
--	---

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE - PL 010/2016 - IL 002/2016 - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Processo Licitatório 010/2016

Inexigibilidade 002/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação da EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA destinada a prestação de serviços de transporte de estudantes universitários até a UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Joaçaba/SC, conforme Lei nº 1424 de 16 de fevereiro de 2016".

Valor contratado: R\$ 107.250,00

Fundamento legal: Lei n 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I.

Luzerna (SC), 19 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE - PL 011/2016 - IL 003/2016 - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Processo Licitatório 011/2016

Inexigibilidade 003/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de

Licitação referente à "Contratação da EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dário Fontana, nº 216, em Luzerna/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.411.843/0001-08, para aquisição de passagens de estudantes e passagens intermunicipais com fulcro nas Leis Municipais nº 1.425/2016 e 735/2007".

Valor contratado: R\$ 70.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I.

Luzerna (SC), 19 de fevereiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO 2181

DECRETO Nº 2181 de 16 de fevereiro de 2016.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ENXURRADA - 1.2.2.0.0 - COBRADE, CONFORME IN/MI Nº 01/2012."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso XXXII, do artigo 9º, da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012; e

### CONSIDERANDO:

I - Que a enxurrada ocorrida na madrugada do dia 16 de fevereiro de 2016, provocou alagamentos e deslizamentos em Centro, Bairros e interior do Município conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação de grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III - Que o Parecer da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

### DECRETA:

Art.1º - Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas - 1.2.2.0.0 - COBRADE, conforme IN/MI Nº 01/2012.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º- No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º- Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º- Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC Nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Luzerna(SC), 16 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO N° 0007/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0003/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0007/2016

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0003/2016 para a locação de sistema administrativo de controle de serviços prestados, compreendendo suporte técnico, através de atendimento remoto e "in loco", destinado ao atendimento as secretarias municipais do Município de Macieira, de acordo com as especificações da proposta e do Contrato Administrativo. Através da empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo n° 0012/2016

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2016.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais), sendo o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais fixos e irrevogáveis.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 18 de fevereiro de 2016.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87

VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA

Nota Fiscal nº. 3258 R\$ 45.485,92

Nota Fiscal nº. 3259 R\$ 18.101,95

Valor total: R\$ 63.587,87

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 75.809.186/0001-23

TRANSPORTE COLETIVO NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.

Nota Fiscal nº. 767 R\$ 39.391,86

VALOR TOTAL: R\$ 39.391,86

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº. 3917

DECRETO Nº 3917

DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal das Cidades.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável no município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das cidades, a ser realizada no dia 12 de Maio de 2016, na AMPLANORTE situado a Rua Professora Maria do Espírito santo, no município de Mafra, sob a coordenação comissão organizadora, tendo como tema central: "FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS"

Art. 2º A Conferência Municipal das Cidades tem como objetivo, proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões, entre as autoridades e gestores municipais e os diversos segmentos da sociedade civil, em torno das estratégias que apontam diretrizes para política de Desenvolvimento Urbano Sustentável das Cidades.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 18 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA Nº 23/2015 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2015

Processo Licitatório Nº. 40/2015

Pregão Presencial Nº. 32/2015

registro de preço

Aos 18 dias de Fevereiro do ano de 2016, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, denominado de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 40/2015 - Pregão Presencial Nº. 32/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, vem apresentar REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: Aquisição de diversos materiais de limpeza para limpeza e higienização das escolas, pré-escolas, pré-escolares, centros de educação infantil, centro esportivo, prefeitura, fundo municipal de saúde e assistência social.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor caixa
002	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME	Álcool 1 litro, caixa com 12 unidades, composição álcool etílico hidratado 92,8 INPM	FLOOP	R\$ 40,00

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro com reajuste
002	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME	Álcool 1 litro, caixa com 12 unidades, composição álcool etílico hidratado 92,8 INPM	FLOOP	R\$ 55,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

4.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2015 - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 32/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

4.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 18 de fevereiro de 2016.

MARIO FERNANDO REINKE	Contratada
PREFEITO MUNICIPAL	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME

# **DECRETO Nº 3052/2015 DE 05 DE JANEIRO DE 2015** **DECRETO Nº 3052/2015 DE 05 DE JANEIRO DE 2015**

Estabelece o Calendário Fiscal, fixa o valor do CUB e da Unidade Fiscal Municipal para o Exercício de 2015

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

## **DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 74,50 (setenta e quatro reais e cinquenta centavos) para a UFM (Unidade Fiscal do Município) para o exercício de 2015, conforme preceitua o Art. 503 e Art. 505 da LC 045/2011.

Art. 2º Fica estabelecido o valor de R\$ 1.422,63 (um mil e quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos) para CUB (Custo Básico Unitário) para o exercício de 2014, conforme preceitua o Art. 345 da LC 045/2011.

Art. 3º Fica instituído o CALENDÁRIO FISCAL do Município de Massaranduba, como instrumento de transparência fiscal, conforme preceito disposto no Art. 505A da LC 045/2011, alterado pela LC 052/2012, conforme data e eventos como seguem:

JANEIRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)14
10/01/2015	Vencimento ISSQN competência 12/2014 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/01/2015	Vencimento ISSQN competência 12/2014 – Regime Simples Nacional
16/01/2015	Início do prazo para pedidos Isenção IPTU exercício 2015
30/01/2015	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) Competência 12/2014
30/01/2015	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 12/2014
FEVEREIRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/02/2015	ISSQN - Vencimento competência 01/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/02/2015	ISSQN - Vencimento competência 01/2015 – Regime Simples Nacional
28/02/2015	DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) - Prazo final de entrega competência 01/2015
28/02/2015	DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) prazo final de entrega competência 01/2015
28/02/2015	Prazo final de entrega das Notas de Produtor Rural do exercício 2014
MARÇO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/03/2015	ISSQN - Vencimento competência 02/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/03/2015	ISSQN - Vencimento competência 02/2015 – Regime Simples Nacional
20/03/2015	IPTU - Vencimento da Cota Única do exercício 2015 com 20% de desconto
20/03/2015	IPTU - Prazo final para pedidos de isenções - exercício 2015

20/03/2015	IPTU - Vencimento da 1ª parcela sem desoconto - exercício 2015
	IPTU - Prazo final para contestação de lançamento do IPTU exercício 2015
20/03/2015	ALVARÁ - Vencimento da Cota Única do Alvará/ISS Fixo exercício 2015, com 20% de desconto
20/03/2015	ALVARÁ - Vencimento da 1ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
20/03/2015	ALVARÁ - Prazo final para contestação de lançamento do Alvará/ISS exercício 2015
21/03/2015	IPTU - Início do prazo extra para pedidos de isenção do IPTU, com aplicação do Art. 269 da LC 045/2011, alterada pela LC 052/2012
31/03/2015	DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) - Prazo final de entrega competência 02/2015
31/03/2015	DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) prazo final de entrega competência 02/2015
ABRIL 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/04/2015	ISSQN - Vencimento competência 03/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/04/2015	ISSQN - Vencimento competência 03/2015 – Regime Simples Nacional
20/04/2015	IPTU - Vencimento da Cota Única do exercício 2015 com 10% de desconto
20/04/2015	IPTU - Vencimento da 2ª parcela sem desoconto - exercício 2015
20/04/2015	ALVARÁ - Vencimento da Cota Única do Alvará/ISS Fixo exercício 2015, com 10% de desconto
20/04/2015	ALVARÁ - Vencimento da 2ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
30/04/2015	DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) - Prazo final de entrega competência 03/2015
30/04/2015	DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) prazo final de entrega competência 03/015
MAIO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
11/05/2015	ISSQN - Vencimento competência 04/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/05/2015	ISSQN - Vencimento competência 04/2015 – Regime Simples Nacional
20/05/2015	IPTU - Vencimento da Cota Única do exercício 2015 com 5% de desconto
20/05/2015	IPTU - Vencimento da 3ª parcela sem desoconto - exercício 2015
20/05/2015	ALVARÁ - Vencimento da Cota Única do Alvará/ISS Fixo exercício 2015, com 5% de desconto
20/05/2015	ALVARÁ - Vencimento da 3ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
31/05/2015	DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) - Prazo final de entrega competência 04/2015
31/05/2015	DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) prazo final de entrega competência 04/2015
JUNHO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/06/2015	ISSQN - Vencimento competência 05/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/06/2015	ISSQN - Vencimento competência 05/2015 – Regime Simples Nacional

20/06/2015	IPTU - Vencimento da 4ª parcela sem desoconto - exercício 2015
20/06/2015	ALVARÁ - Vencimento da 4ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
30/06/2015	DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) - Prazo final de entrega competência 05/2015
30/06/2015	DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) prazo final de entrega competência 05/2015
JULHO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/07/2015	ISSQN - Vencimento competência 06/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/07/2015	ISSQN - Vencimento competência 06/2015 – Regime Simples Nacional
20/07/2015	IPTU - Vencimento da 5ª parcela sem desoconto - exercício 2015
20/07/2015	ALVARÁ - Vencimento da 5ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
30/07/2014 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2015
30/07/2014	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 06/2015
30/07/2014	Prazo final para pagamento e/ou parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa, referente ao exercício imediatamente anterior, em fase administrativa. Após esta data os débitos não negociados são encaminhados à cobrança em esfera judicial.
AGOSTO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/08/2015	ISSQN - Vencimento competência 07/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/08/2015	ISSQN - Vencimento competência 07/2015 – Regime Simples Nacional
20/08/2015	IPTU - Vencimento da 5ª parcela sem desoconto - exercício 2015
20/08/2015	ALVARÁ - Vencimento da 5ª parcela do Alvará / ISS Fixo exercício 2015
30/08/2014 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 07/2015
30/08/2014	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 07/2015
SETEMBRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)

10/09/2015	ISSQN - Vencimento competência 08/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/09/2015	ISSQN - Vencimento competência 08/2015 – Regime Simples Nacional
30/08/2014 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 08/2015
30/09/2014	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 08/2015
OUTUBRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/10/2015	ISSQN - Vencimento competência 09/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
17/10/2015	Elaboração do calendário festivo para o exercício 2016, a ser realizado na Casa da Juventude, as 19h00min.
20/10/2015	ISSQN - Vencimento competência 09/2015 – Regime Simples Nacional
30/10/2015 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 09/2015
30/10/2015	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 09/2015
NOVEMBRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/11/2015	ISSQN - Vencimento competência 10/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/11/2015	ISSQN - Vencimento competência 10/2015 – Regime Simples Nacional
30/11/2015 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 10/2015
30/11/2015	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 10/2015
DEZEMBRO 2015	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/11/2015	ISSQN - Vencimento competência 11/2015 – Regime Normal e Estimativa Fixa
20/11/2015	ISSQN - Vencimento competência 11/2015 – Regime Simples Nacional

30/11/2015 Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2014	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 11/2015
30/11/2015	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 11/2015
30/12/2015	Final do prazo extra para pedidos de isenção do IPTU, com aplicação do Art. 269 da LC 045/2011, alterada pela LC 052/2012
30/12/2015	Prazo final para recolhimento de tributos municipais do exercício 2014, antes da inscrição em dívida ativa

§ 1º Os prazos previstos no calendário fiscal que eventualmente se dão em sábados, domingos ou feriados, são transferidos para o primeiro dia útil posterior, sem a aplicação de quaisquer penalidades.

§ 2º O descumprimento de quaisquer prazos previstos neste Artigo, submetem-se às cominações legais previstas na LC 045/2011 e alterações posteriores.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Massaranduba, 05 de Janeiro de 2015.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra.

CIRIO MARTINI  
Secretário de Administração/Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 001/2016

Processo: Dispensa de Licitação Nº.001/2016

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal Nº. 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Plano de Internet Dedicada Banda Larga, conforme descrição do plano: "LINK DE INTERNET 5/5Mb dedicado com conexão via fibra óptica.

Fornecedor: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Valor: R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais)

Vigência: 18/02/2016 a 31/12/2016.

### CONTRATO Nº. 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 002/2016

Licitação: Dispensa Nº.002/2016

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal Nº. 8.666/93

Objeto: Aquisição de diversos gêneros de alimentação (água mineral, café, açúcar e leite) e materiais de copa e cozinha (coador de papel) para manutenção da copa da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

Fornecedor: MERCADO SPÉZIA LTDA EPP

Valor: R\$ 5.236,11 (Cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e onze centavos)

Vigência: 18/02/2016 a 31/12/2016.



# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 015-2016 - EXCESSO EDUCAÇÃO

DECRETO n.º 015/2016

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 78.793,71 (Setenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e um centavo), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0744.0 – Aplicações Diretas (255)	R\$ 78.793,71
Total .....	R\$ 78.793,71

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recursos repassado pelo FNDE -Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, depositado no Banco Brasil S.A, agência 2294-2, conta corrente nº 17.611-7.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO ADITIVO Nº 002-2016 AO CONTRATO Nº 128-2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2016 (Acréscimo de valor)

Contrato nº. 128/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: contratação de empresa para execução da 2º etapa do sistema de esgotamento sanitário, com fornecimento de material e mão de obra, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo.

Valor acrescido: R\$ 40.953,52.

Data da assinatura: 17 de fevereiro de 2016.

### EXTRATO ADITIVO Nº 005-2016 AO CONTRATO Nº 100-2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo nº 005/2016 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº 100/2013

Locatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Locador: DAIANE DE LUCA

Objeto: locação de uma sala comercial com uma área total de 160,71 m2, localizada na rua 20 de Dezembro nº 212, Bairro Estreito - Meleiro/sc, para funcionamento da Exatoria Municipal.

Vigência Início: 01/03/2016 Término: 30/04/2016

Data da assinatura: 18 de fevereiro de 2016.

### PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA n.º 061/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 057/2016, de 16 de Fevereiro de 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 057/2016, de 16 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 17 de Fevereiro de 2016, edição 1934, pg 485, que passa a vigorar com a seguinte redação:

NOMEAR

“Art. 1.º O Senhor VILMAR DOS SANTOS CARDOSO, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2016, homologado em 29 de Janeiro de 2016”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/02/2016.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 063/2016**

PORTARIA n.º 063/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal DANILO FLORESA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/02/2016.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 064/2016**

PORTARIA n.º 064/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal CLAUDIA CASAGRANDE GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 065/2016**

PORTARIA n.º 065/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA VITORINO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 066/2016**

PORTARIA n.º 066/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**



Art. 1.º A Senhora ANDREIA ROCHA GONÇALVES FELISBERTO, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 067/2016**

PORTARIA n.º 067/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANGELA MARIA VALNIER DE LUCA, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 068/2016**

PORTARIA n.º 068/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do

Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CRISTIANE CRISTOFOLINI, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole..

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIA n.º 070/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JUCELIA W. ALBANO, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole..

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 071/2016**

PORTARIA n.º 071/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora LUCIANE VIEIRA RESCAROLLI, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole..

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 072/2016**

PORTARIA n.º 072/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora MICHELE FABRIS DA SILVA, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de matemática, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 073/2016**

PORTARIA n.º 073/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora FRANCIELE PEZENTE DAL TOÉ, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na disciplina de inglês, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 074/2016**

PORTARIA n.º 074/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita DAIELE BENDO PAGNAN, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na disciplina de Ciências, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 075/2016**

PORTARIA n.º 075/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MONIZE BONFANTE LAURINDO JANUÁRIO, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na disciplina de Geografia, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 076/2016**

PORTARIA n.º 076/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita HELENA DA SILVA STANGER, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de Artes, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 077/2016**

PORTARIA n.º 077/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ERICA CIVIDIN SCARDUELI TRAMONTIN, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de Português, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 078/2016**

PORTARIA n.º 078/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor GUILHERME PETERLE, para ocupar o cargo de professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de Educação Física, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 079/2016**

PORTARIA n.º 079/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora CHAIANE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada ao Centro Municipal Educação Infantil Escadinha do tempo, em conformidade com o Concurso Público – Edital n.º 001/2015, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº062/2016**

PORTARIA n.º 062/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 058/2016, de 16 de Fevereiro de 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 057/2016, de 16 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 17 de Fevereiro de 2016, edição 1934, pg 485, que passa a vigorar com a seguinte redação:

NOMEAR

“Art. 1.º O Senhor ROGERIO SILVA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2016, homologado em 29 de Janeiro de 2016”.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/02/2016.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº069/2016**

PORTARIA n.º 069/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CRISTIANE CRISTOFOLINI, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição a servidora Léa Sonia Pasini Berkenbrock, em virtude da licença saúde.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Fevereiro de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 069/2016

Decreto nº 69/2016 de 17/02/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 7/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

Clóvis Lúcio Schlosser, prefeito em exercício do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 7/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016. , adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	54.105,85
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	11.666,69
SCS COMERCIO LTDA	21.276,90

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 17 de fevereiro de 2016.

Clóvis Lúcio Schlosser

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrado e publicado na data supra:

Adilson Cesar Braun

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### DECRETO Nº 072/2016

Decreto nº 72/2016 de 18/02/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 4/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

Clóvis Lúcio Schlosser, prefeito em exercício do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 4/2016, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DA OBRA DE PASSEIO PUBLICO EM FRENTE AO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 211,28 M². DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ANEXOS DO EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	18.530,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 18 de fevereiro de 2016.

Clóvis Lúcio Schlosser

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrado e publicado na data supra:

Adilson Cesar Braun

Chefe do Depto. De Compras e Licitações



# Mondaí

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO VENCEDORA TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2016**

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 371/2015 de 1º de setembro de 2015, após análise das propostas, torna público o resultado do julgamento de propostas de preços da Tomada de Preços nº. 001/2016, cujo objeto é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em ruas do perímetro urbano deste Município.

Após análise, foi declarada vencedora a empresa:

- E.J.F. Empreendimentos Ltda.

Para apresentação de recurso a estes resultados, considerar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei n. 8.666/93). Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC.

Mondaí – SC, 19 de fevereiro de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### **EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2016 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016.

O Município de Mondaí/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, a partir do seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação nº. 001/2016, oriunda do Processo Administrativo nº. 002/2016 e, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação

de serviços para realização de uma palestra alusiva ao dia internacional da mulher, promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o tema denominado de "Mulheres de aço e de flores", com duração de aproximadamente uma hora e meia, a ser realizada no dia 08 de março de 2016, no Centro de Eventos do Município.

CONTRATADA: Magnus de Souza 02555798960, CNPJ nº. 19.663.717/0001-41.

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Mondaí – SC, 19 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### **EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo: MODALIDADE: Pregão Eletrônico n.º 012/2016 – através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

TIPO: menor preço (por item)

EDITAL: Disponível em [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

OBJETO: Aquisição de equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 83028.415000/1140-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 28520006 AO OGU/2014 E CONFORME ORDEM BANCÁRIA Nº. 20150B849630, DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h45min do dia 09 de março de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 09 de março de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras1@mondai.sc.gov.br](mailto:compras1@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### ERRATA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2016

Município de Morro da Fumaça. ERRATA DO Edital de CREDENCIAMENTO 002/2016. Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS, conforme anexo. Data: 22/03/2016 às 09:00. ALTERA-SE PARA:

Município de Morro da Fumaça. Edital de CREDENCIAMENTO 017/2016. Objeto: CREDENCIAMENTO DE Entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I), conforme anexo. Data: 22/03/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 PMN --- DESERTO II ---

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 01/2016 PMN – DESERTA 2ºVEZ

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE CASA DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SER UTILIZADA COMO SALA DE AULA (COMPLEMENTARES) NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº JOSE DOS PASSOS LEMOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC..

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza – Prefeito.

### COMUNICADO CONCORRÊNCIA 143/2015 PMN

CONCORRÊNCIA 143/2015 PMN

#### COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Navegantes informa aos interessados que a abertura dos envelopes de Propostas referente a concorrência 143/2015 PMN antes agendada para o dia 22/02/2016 as 16 h, foi ALTERADO PARA O DIA 29/02/2016 AS 9:00 HORAS, uma vez que houveram recursos protocolados pelos licitantes, abrindo assim o prazo para contrarrazões.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

### EDITAL DE 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 009/2016

EDITAL DE 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2015 para o provimento das funções de Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Artes, Educação Física e História.

#### 1. Da Chamada

0.1. Serão chamados para o provimento no dia 24 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2015, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03	10	MAT/VESP
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	05	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ARTES	01	10	VESPERTINO
PROFESSOR DE HISTÓRIA	02	20	MATUTINO
PROFESSOR DE HISTÓRIA	01	20	VESPERTINO
PROFESSOR DE HISTÓRIA	01	10	MATUTINO

0.2. A chamada acontecerá no mês de no dia 24 de fevereiro de 2016 Auditório do Paço Municipal – Prefeitura de Navegantes, situado à rua João Emilio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES, GEOGRAFIA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS	24/02	13:30 H	Prefeitura de Navegantes

#### 2 . Das Exigências para a Contratação



2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 4., os seguintes documentos:

- a. 1 foto 3x4;
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO;
- c. 2 Cópias do CPF;
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp));
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO OU DO CONJUGE ANEXADO A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADO EM CARTÓRIO;
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos);
- h. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- i. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dra Denise Moreira da Silva, e Dr. Rafael Moreira da Silva, na JUNTA MEDICA OFICIAL DO MUNICIPIO, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996 (agendado pelo RH).
- k. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- l. DIPLOMA ou HISTORICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório;
- m. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- n. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- o. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- p. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- q. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- r. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;
- s. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- t. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);
- u. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- w. Declaração de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
  - a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão civil, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau;
  - b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
  - c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e crimes eleitorais.

OBS: Os itens i, m ,v, w estão disponíveis para retirar junto ao balcão do Departamento de Recursos Humanos para assinatura e apresentação com toda a documentação.

### 3. Dos candidatos a serem chamados

#### 3.1. Cargo: Professor de Educação Física – 001/2015 ( 20 horas semanais e 10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01º	Suzana Rogeri
02º	Daniel da Veiga Medina
03º	Bianca Caroline Lopes Goossen
04º	Larissa do Espirito Santo
05º	Eleonora Dorneles
06º	Suellen Almeida Batista
07º	José Fabricio dos Passos
08º	Daniela Regina de Souza Zottis

#### 2.1. Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – ARTES – 001/2015 (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01º	Jean Carlos Correa

#### Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – HISTORIA – 001/2015 ( 20 horas semanais e 10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01º	Cintia Soares
02º	Luciana da Silva Dantas Soares
03º	Evandro Robson Schaefer
04º	Denis Portela Pereira

### 3. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES E HISTÓRIA	25 e 26/02	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 4. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira  
Secretaria Municipal da Educação

### **EDITAL DE 9ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES** CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 008/2016

EDITAL DE 9ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a nona chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Geografia, Matemática, Artes, Educação Física.

#### 1. Da Chamada

0.1. Serão chamados para o provimento no dia 24 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	08	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	04	20	MATUTINO
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01	20	VESPERTINO

0.2. Serão chamados para o provimento no dia 24 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2014, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ARTES	01	10	MATUTINO

0.3. A chamada acontecerá no mês de no dia 24 de fevereiro de 2016 no Auditório do Paço Municipal – Prefeitura Municipal de Navegantes, situado à rua João Emílio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	24/02	08:00	Prefeitura de Navegantes
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES, GEOGRAFIA, MATEMÁTICA	24/02	13:30 H	Prefeitura de Navegantes

#### 2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. 1 foto 3x4;

- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO;  
 c. 2 Cópias do CPF;  
 d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)) ;  
 e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO OU DO CONJUGE ANEXADO A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADO EM CARTÓRIO;  
 f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;  
 g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos);  
 h. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;  
 i. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente  
 j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dra Denise Moreira da Silva, e Dr. Rafael Moreira da Silva, na JUNTA MEDICA OFICIAL DO MUNICIPIO, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996 (agendado pelo RH).  
 k. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição(ANEXA);  
 l. DIPLOMA ou HISTORICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório;  
 m. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios  
 n. Certidão de Nascimento dos dependentes;  
 o. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;  
 p. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;  
 q. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a administração cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;  
 r. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;  
 s. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;  
 t. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);  
 u. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;  
 v. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público  
 w. Declaração de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);  
 x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:  
 a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão civil, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau;  
 b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))  
 c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e crimes eleitorais.

OBS: Os itens i, m ,v, w estão disponíveis para retirar junto ao balcão do Departamento de Recursos Humanos para assinatura e apresentação com toda a documentação.

### 3. Dos candidatos a serem chamados

#### 3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
64º	Elaine Teodoro de Jesus
65º	Daniela Deiton Day
66º	Terezinha de Jesus V.de Oliveira
67º	Flavia Marques da Silva
68º	Marlene Carneiro de Oliveira
69º	Angela Maria dos Santos Rosa

#### 3.2. Cargo: Professor de Ensino Fundamental – 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
71º	Franciane Conceição Rosa de Almeida
72º	Vani Francisco Inacio
73º	Denice Silva Rosa Ferreira
74º	Renata Gonçalves
75º	Marcia Rodrigues Cardoso
76º	Eleine Lea Baader
77º	Denisaura Otowicz da Silva
78º	Sabrina Marcelino Dias da Silva

#### 3.2 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina –MATEMATICA – 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
10º	Ligia Mara Evaristo
11º	Neide Rita Romon
12º	Antônio Luiz Muniz do Amaral
13º	Sheron Lubna Beck

#### 3.3 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – GEOGRAFIA – 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
10º	Jose Maria Ouriques

3.4 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – EDUCAÇÃO FÍSICA – 001/2014 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
11º	Paula Rubia Gaya

3.5 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – GEOGRAFIA – 001/2014 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01º	Christian Valias Ferreira

2.6. Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – ARTES – 001/2014 (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
02º	Simone Zuchelli Joaguszkeski

3. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25 e 26	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS			
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES E HISTÓRIA			

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

4. Das Disposições Finais

5.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretaria Municipal da Educação

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 030/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 030/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratado: INSTITUTO REDENÇÃO

CNPJ: 10.197.909/0006-40.

Valor: R\$ 38.400,00

Vigência ..... : 12 meses.

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 162/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.035 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ACOLHIMENTO DA ADOLESCENTE B.G.S A FIM DE DAR CUMPRIMENTO AO GUIA DE ACOLHIMENTO 3105657203180 REALIZADA ADMINISTRATIVAMENTE PELO CONSELHO TUTELAR DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM AS PRERROGATIVAS DO ART.136, INCISO III E ART 101, INCISO VIII DA LEI 8.069/90 DO ECA, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 162/2015

Navegantes, 01 de fevereiro de 2016.

**SUSPENSÃO DO EDITAL 005/2016 DA 9ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E 001/2014 E DO EDITAL 006/2016 DA 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015 DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 007/2016

SUSPENSÃO DO EDITAL 005/2016 DA 9ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E 001/2014 E DO EDITAL 006/2016 DA 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015 DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a suspensão da nona chamada

dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Geografia, Matemática, Artes, Educação Física, e a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2015 para o provimento das funções de Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Artes, Educação Física e História.

1. Da suspensão

0.1. Fica suspensa temporariamente a convocação dos candidatos do Concurso nº 001/2013 e 001/2014.

0.2. Fica suspensa temporariamente a convocação dos candidatos do Concurso nº 001/2015.

2. Das Disposições Finais

2.1. A próxima convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

2.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira  
Secretaria Municipal da Educação

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 092/2016

Portaria nº 092, de 01 de fevereiro de 2016

Nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.445 de 13/12/95, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, para o período 2016/2018, conforme segue:

#### REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO.

TITULAR: Luís Antônio de Souza.

SUPLENTE: Jaqueline Isabela Rodrigues Lopez Andreolli.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

TITULAR: Janaína Taís Baraúna.

SUPLENTE: Hindyanara Antunes dos Passos.

SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.

TITULAR: Monica Amorim.

SUPLENTE: Raissa Fernanda Colares de Nóvoa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

TITULAR: Mariana Conceição Fagundes Bosio.

SUPLENTE: Adilson Luiz Demonti.

REPRESENTANTE DO ESTADO (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO MAZZOLA).

TITULAR: Arlete Vandresein Viana.

SUPLENTE: Susana Albertina Sgrott.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-ANCIÃOS, TRINTA RÉIS.

TITULAR: Nair Boso Dellagnolo.

SUPLENTE: Luiza Fantini Veneri.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VÍRGILIO- PRÓ-ANCIÃOS.

TITULAR: Maria Caregnato.

SUPLENTE: Inácia wendrami.

AÇÃO SOCIAL NEOTRENTINA.

TITULAR: Enelita A. Tomasoni de Medeiros.

SUPLENTE: Eunice Cadorin Bittencourt.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E PAIS DOS EXEPCIONAIS (APAE).

TITULAR: Moacir Battisti Archer.

SUPLENTE: Terezinha Vinotti Cipriani.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.

TITULAR: Maria Goretti Minatti.

SUPLENTE: Clarisse Poli Ferrari.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 006-2015-PR Nº 003-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 006/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.410,20 (Quatro mil quatrocentos e dez reais e vinte centavos).

CONTRATADO: ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 451,00 (Quatrocentos e cinquenta um reais)

CONTRATADO: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA- EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.295,70 (Seis mil duzentos e noventa cinco reais e setenta centavos).

TOTAL R\$ 12.956,90 (Doze mil novecentos e cinquenta seis reais e noventa centavos).

DATA: 18/02/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

# Orleans

## PREFEITURA

### 3.917

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.917 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”

MARCO ANTONIO BERTONSINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 08 de fevereiro de 2016, (segunda-feira) véspera de Carnaval.

Art.2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverão ser garantidas pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 29 de janeiro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

### 3.920

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.920 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ ALTERA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art.. 68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 2.235/2008;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 20, caput, do Decreto Municipal nº 2.733/06 e suas alterações decorrentes do Decreto Municipal nº 3.360/12;

CONSIDERANDO a nomeação do Consultor Jurídico, Administrativo e Contencioso para responder, cumulativa e interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o excessivo volume de trabalho no setor jurídico;

CONSIDERANDO a necessidade de redistribuição de trabalhos para compatibilização com a legislação profissional específica;

CONSIDERANDO que o titular do cargo de Coordenador de Assuntos Administrativo e Legislativo possui formação profissional compatível com a exigida ao cargo de Consultor Jurídico, Administrativo e Contencioso;

CONSIDERANDO que deva ser atendido o Princípio da Eficiência do Serviço Público;

CONSIDERANDO a atual conjuntura econômica, que impôs severa queda de arrecadação ao Município de Orleans, exigindo da Administração Pública a contenção de gastos, reestruturação administrativa e replanejamento de ações para adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal e tendo em vista ainda as restrições decorrentes do ano eleitoral;

CONSIDERANDO que os fatores acima constituem-se em casos excepcionais que exigem a pronta atuação do Administrador Público;

CONSIDERANDO que a medida a ser adotada não implicará em aumento de despesas com servidores;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 84, inciso VI, da Constituição Federal, combinado com o artigo 68, item VII da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a aplicação do Princípio da Simetria;

CONSIDERANDO que a medida adotada atende plenamente aos princípios reitores da Administração Pública e em especial ao Princípio da Supremacia do Interesse Público;

DECRETA:

Art. 1º As atribuições previstas no caput do artigo 20, do Decreto Municipal nº 2.733/06, em consonância com o Anexo I do Decreto nº 3.360/12, bem como a emissão de pareceres em geral, integram, temporariamente, durante a vigência deste Decreto, as atribuições do cargo de Coordenador de Assuntos Administrativo e Legislativo.

Art. 2º As demais atribuições previstas nos Decretos Municipais nº 2.733/06 e nº 3.360/12 e demais legislação correlata, continuarão sendo exercidas pelo ocupante do cargo de Consultor Jurídico, Administrativo e Contencioso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 11 de fevereiro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

**3915**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.915 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

“FIXA A UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, e com base na Lei nº 1.923 de 13/12/2005 que Dispõe Sobre Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município:

**DECRETA:**

Art.1º A Unidade Fiscal Monetária - UFM do Município de Orleans fica fixada em R\$ 79,07 (setenta e nove reais e sete centavos).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 12 de janeiro de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

**CONVITE AUDIENCIA PÚBLICA TERCEIRO  
QUADRIMESTRE DE 2015**

Orleans/SC, 19 de fevereiro de 2016.

**C O N V I T E**

A Administração Municipal, por meio do Prefeito Marco Antonio Bertoncini Cascaes, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública de Apresentação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2015.

Data: 25 de fevereiro de 2016 (quinta-feira)

Horário: 15h

Local: Dependências do Gabinete do Prefeito anexo a Prefeitura de Orleans – Rua XV de Novembro n. 282.

Contamos desde já com Vossa presença.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO ATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa HC SUPRIMENTOS LTDA.

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município.Valor total registrado R\$:112.750,60. Data da assinatura:05/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº005/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DONALD PAPELARIA LIVRARIA LTDA ME Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município.Valor total registrado R\$:105.190,50.Data da assinatura:05/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa VILSON RODRIGUES VILSINHO ME Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município.Valor total registrado R\$:91.018,38.Data da assinatura:05/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ELIANE APARECIDA DE QUADROS TESTON MEI Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município.Valor total registrado R\$: 8.405,50.Data da assinatura:05/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa POSTO OURO VERDE LTDA Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel B S 500 comum, óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado)

para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC.Valor total registrado R\$:242.860,00.Data da assinatura:11/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 11 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AMELIO REMOR JUNIOR & CIA LTDA -EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza destinados para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem do Município de Ouro Verde -SC.Valor total registrado R\$:51.508,45.Data da assinatura:18/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0010/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SUPERMERCADO R MARTINI LTDA -ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza destinados para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem do Município de Ouro Verde -SC.Valor total registrado R\$: 67.641,99. Data da assinatura:18/02/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde,18 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0011/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza destinados para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem do Município de Ouro Verde -SC, Valor total registrado R\$:26.890,90.Data da assinatura:18/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0012/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa CLEBER TADEU BRIDI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza destinados para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem do Município de Ouro Verde -SC. Valor total registrado R\$: 5.493,78.Data da assinatura:18/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0013/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa LEANDRO RIGOTTI DE MORAES & CIA LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS

para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e limpeza destinados para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem do Município de Ouro Verde –SC. Valor total registrado R\$:19.729,00.Data da assinatura:18/02/2016.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 18 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

## RREO ANEXO I

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>2.468.412,05</b>	<b>18,49</b>	<b>14.703.122,68</b>	<b>110,14</b>	<b>-1.353.122,68</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.696.500,00</b>	<b>12.696.500,00</b>	<b>2.192.763,53</b>	<b>17,27</b>	<b>11.535.769,25</b>	<b>90,86</b>	<b>1.160.730,75</b>	
RECEITA TRIBUTÁRIA	373.330,88	373.330,88	81.724,41	21,89	494.240,73	132,39	-120.909,85	
Impostos	345.586,00	345.586,00	80.842,47	23,39	474.411,26	137,28	-128.825,26	
Taxas	26.744,88	26.744,88	881,94	3,30	19.829,47	74,14	6.915,41	
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.463,53	45.463,53	11.224,91	24,69	61.637,15	135,57	-16.173,62	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Contribuição de Iluminação Pública	43.463,53	43.463,53	11.224,91	25,83	61.637,15	141,81	-18.173,62	
RECEITA PATRIMONIAL	53.900,00	53.900,00	30.623,70	56,82	159.073,59	295,13	-105.173,59	
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	53.900,00	53.900,00	30.623,70	56,82	159.073,59	295,13	-105.173,59	
Recelta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	22.495,32	22.495,32	0,00	0,00	2.287,18	10,17	20.208,14	
Recelta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Agropecuárias	22.495,32	22.495,32	0,00	0,00	2.287,18	10,17	20.208,14	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	48.977,80	48.977,80	3.944,65	8,05	38.065,77	77,72	10.912,03	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.054.772,57	12.054.772,57	2.053.159,03	17,03	10.701.994,57	88,78	1.352.778,00	
Transferências Intergovernamentais	11.932.030,04	11.932.030,04	1.937.332,26	16,24	10.504.095,74	88,03	1.427.930,30	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	122.742,53	122.742,53	115.826,77	94,37	197.894,83	161,23	-75.152,30	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 6

Continua 2 / 6



## Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

**Em Reais**

RRERO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

**SALDO DE EJERCICIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionales)**

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)											
Superávit Financeiro											
Reabertura de Créditos Adicionais											
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.350.000,00	17.044.422,67	1.601.552,46	14.613.437,86	2.430.984,81	3.005.228,23	14.099.729,67	2.944.693,00	14.064.183,56	513.708,19	
DESPESAS CORRENTES	11.383.751,18	12.255.406,21	1.239.957,30	10.958.640,86	1.296.765,35	1.911.861,95	10.958.640,86	1.296.765,35	10.958.640,86	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.535.740,02	6.734.801,53	1.152.483,01	6.429.112,47	305.689,06	1.152.483,01	6.429.112,47	305.689,06	6.429.112,47	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	163.680,00	101.680,00	-3.232,91	49.136,08	52.543,92	3.647,63	49.136,08	52.543,92	49.136,08	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.684.331,16	5.418.924,68	90.707,20	4.480.392,31	938.532,37	755.731,31	4.480.392,31	938.532,37	4.480.392,31	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	1.961.248,82	4.784.016,46	361.595,16	3.654.797,00	1.129.219,46	1.093.366,28	3.141.088,81	1.642.927,65	3.105.542,70	513.708,19	
INVESTIMENTOS	1.104.848,82	4.073.616,46	316.887,18	3.192.975,53	880.640,93	1.030.136,07	2.679.267,34	1.394.349,12	2.643.721,23	513.708,19	
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.000,00	121.000,00	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	785.400,00	589.400,00	44.707,98	461.821,47	127.578,53	63.230,21	461.821,47	127.578,53	461.821,47	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.350.000,00	17.044.422,67	1.601.552,46	14.613.437,86	2.430.984,81	3.005.228,23	14.099.729,67	2.944.693,00	14.064.183,56	513.708,19	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.350.000,00	17.044.422,67	1.601.552,46	14.613.437,86	2.430.984,81	3.005.228,23	14.099.729,67	2.944.693,00	14.064.183,56	513.708,19	
SUPERÁVIT (XIII)							603.393,01				
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.350.000,00	17.044.422,67	1.601.552,46	14.613.437,86	2.430.984,81	3.005.228,23	14.703.122,68	2.944.693,00	14.064.183,56	513.708,19	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua

3 / 6

Continua 3 / 6

## Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRRRO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
Impostos										Em Reais
Taxas										0,00
Contribuição de Melhoria										0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES										0,00
Contribuições Sociais										0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico										0,00
Contribuição de Iluminação Pública										0,00
RECEITA PATRIMONIAL										0,00
Receitas Imobiliárias										0,00
Receitas de Valores Mobiliários										0,00
Receta de Concessões e Permissões										0,00
Compensações Financeiras										0,00
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público										0,00
Receta de Cessão de Direitos										0,00
Outras Receitas Patrimoniais										0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA										0,00
Receta de Produção Vegetal										0,00
Receta de Produção Animal e Derivados										0,00
Outras Receitas Agropecuárias										0,00
RECEITA INDUSTRIAL										0,00
Receta da Indústria Extrativa Mineral										0,00
Receta da Indústria de Transformação										0,00
Receta da Indústria de Construção										0,00
Outras Receitas Industriais										0,00
RECEITA DE SERVIÇOS										0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										0,00
Transferências Intergovernamentais										0,00
Transferências de Instituições Privadas										0,00
Transferências do Exterior										0,00
Transferências de Pessoas										0,00
Transferências de Convênios										0,00
Transferências para o Combate à Fome										0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										0,00
Multas e Juros de Mora										0,00
Indenizações e Restituições										0,00
Receta da Dívida Ativa										0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS										0,00
Receitas Correntes Diversas										0,00

Continua 4 / 6

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

	Continuação				Em Reais
<b>RECETAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5 / 6

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64,

## RREO ANEXO I

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	Em Reais
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.350.000,00	17.044.422,67	1.601.552,46	14.613.437,86	100,00	2.430.984,81	14.099.729,67	2.944.693,00	513.708,19	
LEGISLATIVA	838.585,00	838.585,00	140.331,61	727.661,80	4,98	110.923,20	727.661,80	5,16	110.923,20	0,00
Ação Legislativa	838.585,00	838.585,00	140.331,61	727.661,80	4,98	110.923,20	727.661,80	5,16	110.923,20	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.602.017,76	2.259.517,76	99.789,85	1.928.490,98	13,20	331.026,78	1.928.490,98	13,68	331.026,78	0,00
Administração Geral	2.602.017,76	2.259.517,76	99.789,85	1.928.490,98	13,20	331.026,78	1.928.490,98	13,68	331.026,78	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	12.600,00	33.599,39	557,85	16.769,22	0,11	16.830,17	557,85	0,12	16.830,17	0,00
Policimento	11.600,00	21.327,75	557,85	5.497,58	0,04	15.830,17	557,85	0,04	15.830,17	0,00
Defesa Civil	1.000,00	12.271,64	0,00	11.271,64	0,08	1.000,00	11.271,64	0,08	1.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	937.630,54	1.647.482,80	173.661,92	1.338.922,29	9,16	308.560,51	242.885,59	8,32	474.464,40	165.903,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	1.653,00	0,01	18.347,00	0,00	0,01	18.347,00	0,00
Assistência Comunitária	917.630,54	1.627.482,80	173.661,92	1.337.269,29	9,15	290.213,51	242.885,59	8,31	456.117,40	165.903,89
SAÚDE	2.591.977,79	2.951.229,13	321.720,93	2.613.133,23	17,88	338.095,90	537.951,50	18,53	338.095,90	0,00
Atenção Básica	2.539.329,79	2.894.228,38	320.017,13	2.601.138,04	17,80	293.090,34	534.978,12	18,45	293.090,34	0,00
Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	2.003,55	3.674,49	0,03	23.239,02	2.098,12	0,03	23.239,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	-299,75	8.320,70	0,06	14.766,54	875,26	0,06	14.766,54	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.599.914,72	3.083.323,51	-143.400,79	2.421.467,14	16,57	661.856,37	308.319,55	17,17	661.856,37	0,00
Alimentação e Nutrição	56.100,00	57.700,47	3.061,40	43.652,80	0,30	14.047,67	8.567,72	0,31	14.047,67	0,00
Ensino Fundamental	2.363.549,79	2.737.677,47	-154.817,48	2.158.126,19	14,77	579.551,28	279.577,63	15,31	579.551,28	0,00
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	-100,00	900,00	0,01	15.100,00	100,00	0,01	15.100,00	0,00
Ensino Superior	15.000,00	35.000,00	-6.000,00	21.100,00	0,14	13.900,00	2.300,00	0,15	13.900,00	0,00
Educação Infantil	127.264,93	225.445,57	14.455,29	197.688,15	1,35	27.757,42	17.774,20	1,40	27.757,42	0,00
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
CULTURA	58.000,00	58.000,00	500,00	23.456,40	0,16	34.543,60	500,00	0,17	34.543,60	0,00
Difusão Cultural	58.000,00	58.000,00	500,00	23.456,40	0,16	34.543,60	500,00	0,17	34.543,60	0,00
URBANISMO	657.769,19	1.203.011,44	654.181,18	1.049.537,89	7,18	153.473,55	331.890,16	4,98	501.277,85	347.804,30
Infra-Estrutura Urbana	90.475,00	747.442,67	614.132,54	672.509,62	4,60	74.933,05	266.328,24	2,30	422.737,35	347.804,30
Serviços Urbanos	567.294,19	455.568,77	40.048,64	377.028,27	2,58	78.540,50	65.521,92	2,67	78.540,50	0,00
HABITAÇÃO	90.000,00	123.476,54	0,00	52.633,51	0,36	70.843,03	3.298,24	0,37	70.843,03	0,00
Habituação Urbana	90.000,00	123.476,54	0,00	52.633,51	0,36	70.843,03	3.298,24	0,37	70.843,03	0,00

1 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)		
SANEAMENTO	70.000,00	1.782.267,78	35.539,87	1.672.052,06	11,44	654.330,72	1.672.052,06	11,86	110.215,72
Saneamento Básico Urbano	70.000,00	1.782.267,78	35.539,87	1.672.052,06	11,44	654.330,72	1.672.052,06	11,86	110.215,72
GESTÃO AMBIENTAL	201.000,00	297.000,00	49.540,86	273.836,74	1,87	49.610,86	273.836,74	1,94	23.163,26
Preservação e Conservação Ambiental	201.000,00	297.000,00	49.540,86	273.836,74	1,87	49.610,86	273.836,74	1,94	23.163,26
AGRICULTURA	702.000,00	632.769,44	74.622,32	593.314,46	4,06	101.648,48	593.314,46	4,21	39.454,98
Extensão Rural	702.000,00	632.769,44	74.622,32	593.314,46	4,06	101.648,48	593.314,46	4,21	39.454,98
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	878.600,00	1.337.254,88	167.968,27	1.293.804,48	8,85	211.645,66	1.293.804,48	9,18	43.450,40
Transporte Rodoviário	878.600,00	1.337.254,88	167.968,27	1.293.804,48	8,85	211.645,66	1.293.804,48	9,18	43.450,40
DESPORTO E LAZER	97.825,00	97.825,00	-17.164,09	51.226,12	0,35	2.276,48	51.226,12	0,36	46.598,88
Desporto Comunitário	97.825,00	97.825,00	-17.164,09	51.226,12	0,35	2.276,48	51.226,12	0,36	46.598,88
ENCARGOS ESPECIAIS	1.004.080,00	691.080,00	43.702,68	557.131,54	3,81	61.769,53	557.131,54	3,95	133.948,46
Serviço da Dívida Interna	784.080,00	526.080,00	45.892,69	404.763,82	2,77	45.892,78	404.763,82	2,87	121.316,18
Outros Encargos Especiais	220.000,00	165.000,00	-2.190,01	152.367,72	1,04	15.876,75	152.367,72	1,08	12.632,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>17.044.422,67</b>	<b>1.601.552,46</b>	<b>14.613.437,86</b>	<b>100,00</b>	<b>3.005.228,23</b>	<b>14.099.729,67</b>	<b>100,00</b>	<b>513.708,19</b>

Continua 2 / 3





RREO ANEXO III

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses												R\$ 1,00
		Jan/2015	Fev/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015	Julho/2015						
RECEITAS CORRENTES (I)														
Receita Tributária														
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outras Receitas Tributárias														
Receitas de Contribuições														
Receita Patrimonial														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes														
Cota-Parte FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Transferências da LC 87/1996														
Transferências da LC 61/1989														
Transferências do FUNDEB														
Outras Transferências Correntes														
Outras Receitas Correntes														
DEDUÇÕES (II)														
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)														

**Município de Ouro Verde**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses					
	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>							
Receita Tributária	1.040.825,19	1.022.974,93	1.018.288,87	1.120.668,10	1.441.224,19	13.647.111,09	15.167.155,23
IPTU	54.153,52	44.592,72	6.347,51	39.214,80	42.509,61	494.240,73	373.330,88
ISS	11.519,11	1.076,27	129,37	317,74	377,27	54.130,77	51.840,02
ITBI	5.537,46	8.755,44	5.297,73	11.508,84	9.244,75	140.997,06	96.067,75
ITBI	36.245,74	24.325,03	700,00	5.516,90	4.461,80	145.798,55	72.797,39
IRRF	285,40	10.378,83	0,00	21.025,29	28.389,88	133.484,88	124.880,84
Outras Receitas Tributárias	565,81	57,15	220,41	846,03	35,91	19.829,47	27.744,88
Receitas de Contribuições	5.534,85	5.365,80	5.325,47	5.776,45	5.448,46	61.637,15	45.463,53
Receita Patrimonial	12.546,61	16.308,71	15.119,09	15.059,29	15.564,41	159.073,59	53.900,00
Receita Agropecuária	226,08	424,68	200,96	0,00	0,00	2.287,18	22.495,32
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	939,00	13.893,45	15.060,00	192,00	3.752,65	38.065,77	48.977,80
Transferências Correntes	951.681,16	933.039,10	973.346,53	1.058.200,34	1.364.087,45	12.813.336,41	14.525.427,80
Cota-Parte FPM	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	5.891.264,88	7.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	333.187,30	347.761,13	360.966,40	361.739,40	421.005,54	4.349.761,07	5.020.000,00
Cota-Parte do IPVA	18.316,83	17.543,37	12.580,63	14.336,12	7.236,39	193.293,60	190.000,00
Cota-Parte do ITR	635,89	3.721,53	29.980,90	456,54	312,85	37.686,58	24.095,55
Transferências da LC 87/1996	1.499,74	1.499,74	1.499,74	1.499,74	1.499,74	17.996,89	19.181,37
Transferências da LC 61/1989	5.289,84	5.274,83	6.118,36	5.574,38	5.504,35	66.718,50	62.754,40
Transferências do FUNDEB	59.021,50	56.289,34	59.724,01	58.990,39	60.742,35	719.038,38	729.627,37
Outras Transferências Correntes	88.081,14	129.408,90	79.602,09	138.145,39	318.763,87	1.537.576,51	1.379.769,11
Outras Receitas Correntes	15.743,97	9.350,47	2.889,31	2.225,22	9.861,61	78.470,26	97.559,90
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	160.915,52	149.467,94	166.803,83	172.212,71	196.916,05	2.111.341,84	2.470.655,23
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	160.915,52	149.467,94	166.803,83	172.212,71	196.916,05	2.111.341,84	2.470.655,23
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	879.909,67	873.506,99	851.485,04	948.455,39	1.244.308,14	11.535.769,25	12.696.500,00

Fonte: Sistema e-Pública (8219-2185-95). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:02.

FONTE: Sistema e-Pública (8219-2185-95). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:02.

## RREO ANEXO IX

**Município de Ouro Verde**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		Em Reais			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	66.400,96	-66.400,96		
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.784.016,46	3.654.797,00	3.141.088,81	513.708,19	1.129.219,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)</b>	<b>4.784.016,46</b>	<b>3.654.797,00</b>	<b>3.141.088,81</b>	<b>513.708,19</b>	<b>1.129.219,46</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>(a - d)</b>	<b>(b - e)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(c - f)</b>
	<b>-4.784.016,46</b>	<b>-3.588.396,04</b>			<b>-1.195.620,42</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1759-7849-138). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:13.

Notas:

1 -&gt; Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III&gt;

**RREO ANEXO V****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

**R\$ 1,00**

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	1.000.427,43	668.237,13	608.473,87
Deduções(II)	1.676.102,43	2.424.171,37	1.373.619,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.127.595,43	2.410.826,17	1.395.615,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	13.345,20	13.550,70
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	451.493,00	0,00	35.546,11
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-675.675,00	-1.755.934,24	-765.145,77
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-675.675,00</b>	<b>-1.755.934,24</b>	<b>-765.145,77</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>PERÍODO REFERÊNCIA</b>		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	990.788,47	-89.470,77	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR CORRENTE</b>
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			43.638,01

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1627-7659-533). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:07.

RREO ANEXO VI

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.642.600,00	11.376.695,66	12.404.682,07	
	Receitas Tributárias	373.330,88	494.240,73	550.076,15	
	IPTU	51.840,02	54.130,77	49.444,77	
	ISS	96.067,75	140.997,06	122.994,08	
	ITBI	72.797,39	145.798,55	232.390,39	
	IRRF	124.880,84	133.484,88	125.666,64	
	Outras Receitas Tributárias	27.744,88	19.829,47	19.580,27	
	Receitas de Contribuições	45.463,53	61.637,15	44.005,21	
	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
	Outras Receitas de Contribuições	45.463,53	61.637,15	44.005,21	
	Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	
	Receita Patrimonial	53.900,00	159.073,59	107.184,06	
	(-) Aplicações Financeiras	53.900,00	159.073,59	107.184,06	
	Transferências Correntes	12.054.772,57	10.701.994,57	11.720.638,75	
	FPM	5.680.000,00	4.713.012,25	4.270.072,86	
	ICMS	4.016.000,00	3.479.810,04	3.320.113,12	
	Convênios	122.742,53	197.894,83	1.862.512,11	
	Outras Transferências Correntes	2.236.030,04	2.311.277,45	2.267.940,66	
	Demais Receitas Correntes	169.033,02	118.823,21	89.961,96	
	Dívida Ativa	6.709,90	3.007,35	4.989,15	
	Diversas Receitas Correntes	162.323,12	115.815,86	84.972,81	
	RECEITAS DE CAPITAL (II)	653.500,00	3.167.353,43	698.816,56	
	Operações de Crédito (III)	0,00	66.400,96	20.319,39	
	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
	Alienação de Bens (V)	21.500,00	14.350,00	211.264,47	
	Transferência de Capital	632.000,00	3.086.602,47	467.232,70	
	Convênios	632.000,00	2.836.602,47	467.232,70	
	Outras Transferências de Capital	0,00	250.000,00	0,00	
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	632.000,00	3.086.602,47	467.232,70	
	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.274.600,00	14.463.298,13	12.871.914,77	

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RESULTADO PRIMÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em2015	Em2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.255.406,21	10.958.640,86	9.893.219,23	10.958.640,86	9.893.219,23	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.734.801,53	6.429.112,47	5.783.098,46	6.429.112,47	5.783.098,46	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	101.680,00	49.136,08	71.432,68	49.136,08	71.432,68	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.418.924,68	4.480.392,31	4.038.688,09	4.480.392,31	4.038.688,09	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.153.726,21	10.909.504,78	9.821.786,55	10.909.504,78	9.821.786,55	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.784.016,46	3.654.797,00	2.033.309,11	3.141.088,81	2.033.309,11	513.708,19	0,00
Investimentos	4.073.616,46	3.192.975,53	1.454.828,16	2.679.267,34	1.454.828,16	513.708,19	0,00
Inversões Financeiras	121.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	588.400,00	461.821,47	578.480,95	461.821,47	578.480,95	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.194.616,46	3.192.975,53	1.454.828,16	2.679.267,34	1.454.828,16	513.708,19	0,00
Reserva de Contingência (XVI)	5.000,00						
Reserva RPPS (XVII)	0,00						
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>16.353.342,67</b>	<b>14.102.480,31</b>	<b>11.276.614,71</b>	<b>13.588.772,12</b>	<b>11.276.614,71</b>	<b>513.708,19</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.078.742,67</b>	<b>360.817,82</b>	<b>1.595.300,06</b>	<b>874.526,01</b>	<b>1.595.300,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>553.516,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>							
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência						<b>VALOR CORRENTE</b>	
						<b>872.280,00</b>	

FONTE: Sistema e-Pública (1978-4098-643). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:10.

RREO ANEXO VII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	902.875,80	902.875,80	70.593,94	0,00
EXECUTIVO											
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde	0,00	548,00	548,00	0,00	0,00	0,00	150.297,04	80.811,00	80.811,00	69.486,04	0,00
Município de Ouro Verde	0,00	450.945,00	450.945,00	0,00	0,00	0,00	823.172,70	822.064,80	822.064,80	1.107,90	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	902.875,80	902.875,80	70.593,94	0,00

Fonte: Sistema e-Pública (1553-4018-407). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:11.



**RREO ANEXO VIII****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

**R\$ 1,00**

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
1-Receita de impostos	353.245,90	353.245,90	478.192,86	135,37	
1.1-Receita resultante do IPTU	55.760,76	55.760,76	57.790,82	103,64	
1.1.1-IPTU	51.840,02	51.840,02	54.130,77	104,42	
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	505,09	50,51	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.920,74	1.920,74	2.630,53	136,95	
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	524,43	52,44	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2-Receita resultante do ITBI	72.797,39	72.797,39	145.798,55	200,28	
1.2.1-ITBI	72.797,39	72.797,39	145.798,55	200,28	
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3-Receita resultante do ISS	99.806,91	99.806,91	141.118,61	141,39	
1.3.1-ISS	96.067,75	96.067,75	140.997,06	146,77	
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	69,00	6,90	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.589,16	2.589,16	52,55	2,03	
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150,00	150,00	0,00	0,00	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4-Receita resultante do IRRF	124.880,84	124.880,84	133.484,88	106,89	
1.4.1-IRRF	124.880,84	124.880,84	133.484,88	106,89	
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.416.031,32	12.416.031,32	10.884.775,68	87,67	
2.1-Cota Parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	6.219.319,04	87,60	
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.100.000,00	7.100.000,00	5.891.264,88	82,98	
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	328.054,16	0,00	
2.2-Cota Parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	4.349.761,07	86,65	
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	19.181,37	19.181,37	17.996,89	93,82	
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	62.754,40	62.754,40	66.718,50	106,32	
2.5-Cota-Parte ITR	24.095,55	24.095,55	37.686,58	156,40	
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	193.293,60	101,73	
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>11.362.968,54</b>	<b>88,99</b>	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	
5-Transferências do FNDE	148.300,00	148.300,00	150.550,75	101,52	
5.1-Transferências do Salário-Educação	66.000,00	66.000,00	94.978,44	143,91	
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	420,00	42,00	
5.3-Transferências Diretas - PNAE	31.000,00	31.000,00	22.440,00	72,39	

1 / 4

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	36.000,00	36.000,00	31.824,60	88,40
5.5-Outras transferências do FNDE	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	4.400,00	4.400,00	887,71	20,18
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	66.400,96	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>148.300,00</b>	<b>148.300,00</b>	<b>216.951,71</b>	<b>146,29</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.470.655,23	2.470.655,23	2.111.341,84	85,46
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.420.000,00	1.420.000,00	1.178.252,63	82,98
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.004.000,00	1.004.000,00	869.951,03	86,65
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	3.836,20	3.836,20	3.599,31	93,82
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	0,00	0,00	13.343,73	0,00
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	4.819,03	4.819,03	7.537,23	156,41
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	38.000,00	38.000,00	38.657,91	101,73
11-Receitas recebidas do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	721.978,76	98,65
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	729.627,37	729.627,37	719.038,38	98,55
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	2.940,38	133,65
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.741.027,86</b>	<b>-1.741.027,86</b>	<b>-1.392.303,46</b>	<b>79,97</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	731.827,37	731.827,37	716.040,68	97,84	716.040,68	97,84	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	731.827,37	731.827,37	716.040,68	97,84	716.040,68	97,84	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>731.827,37</b>	<b>731.827,37</b>	<b>716.040,68</b>	<b>97,84</b>	<b>716.040,68</b>	<b>97,84</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>							<b>Valor</b>
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							2.787,68
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							2.787,68
<b>18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)</b>							<b>2.787,68</b>
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>							713.253,00
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							99,18
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							-0,39
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							1,21
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>							<b>Valor</b>
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							2.787,68
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							2.787,68

Continua 2 / 4

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100		
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.192.319,30	3.192.319,30	2.840.742,14		88,99		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	125.764,93	151.764,93	125.507,51	82,70	125.507,51	82,70	0,00
23.1-Creche	125.764,93	151.764,93	125.507,51	82,70	125.507,51	82,70	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	125.764,93	151.764,93	125.507,51	82,70	125.507,51	82,70	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.532.807,26	1.598.307,26	1.491.075,39	93,29	1.491.075,39	93,29	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	716.040,68	97,84	716.040,68	97,84	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	800.979,89	866.479,89	775.034,71	89,45	775.034,71	89,45	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.658.572,19	1.750.072,19	1.616.582,90	92,37	1.616.582,90	92,37	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-1.392.303,46	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						2.940,38	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						2.787,68	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispo financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-1.386.575,40	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						3.003.158,30	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						26,43	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	67.100,00	104.463,68	91.237,57	87,34	91.237,57	87,34	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	67.100,00	104.463,68	91.237,57	87,34	91.237,57	87,34	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	134.200,00	208.927,36	182.475,14	87,34	182.475,14	87,34	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	1.792.772,19	1.958.999,55	1.799.058,04	91,84	1.799.058,04	91,84	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					2.787,68		0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					719.038,38		0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					731.351,54		0,00

Continua 3 / 4

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		<b>R\$ 1,00</b>
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	731.351,54	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.940,38	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-6.585,10	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2226-6426-738). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:12.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**RREO ANEXO XII****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

**R\$ 1,00**

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	353.245,90	353.245,90	478.192,86	135,37
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	51.840,02	51.840,02	54.130,77	104,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.797,39	72.797,39	145.798,55	200,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	96.067,75	96.067,75	140.997,06	146,77
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	124.880,84	124.880,84	133.484,88	106,89
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	574,09	28,70
Dívida Ativa dos Impostos	4.509,90	4.509,90	2.683,08	59,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.150,00	1.150,00	524,43	45,60
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.416.031,32	12.416.031,32	10.556.721,52	85,02
Cota-parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	5.891.264,88	82,98
Cota-parte ITR	24.095,55	24.095,55	37.686,58	156,40
Cota-parte IPVA	190.000,00	190.000,00	193.293,60	101,73
Cota-parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	4.349.761,07	86,65
Cota-parte do IPI - Exportação	62.754,40	62.754,40	66.718,50	106,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.181,37	19.181,37	17.996,89	93,82
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.181,37	19.181,37	17.996,89	93,82
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>11.034.914,38</b>	<b>86,42</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.090.576,74	1.090.576,74	1.916.784,21	175,76
Provenientes da União	490.712,56	490.712,56	847.297,98	172,67
Provenientes dos Estados	52.800,00	52.800,00	53.674,54	101,66
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	547.064,18	547.064,18	1.015.811,69	185,68
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	66.400,96	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.090.576,74</b>	<b>1.090.576,74</b>	<b>1.983.185,17</b>	<b>181,85</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.250.977,79	2.442.769,68	2.347.243,63	96,09	2.347.243,63	96,09	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.240.020,61	1.300.094,44	1.203.222,19	92,55	1.203.222,19	92,55	0,00
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00	33.000,00	15.811,19	47,91	15.811,19	47,91	0,00
Outras Despesas Correntes	977.957,18	1.109.675,24	1.128.210,25	101,67	1.128.210,25	101,67	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00	342.959,45	265.889,60	77,53	265.889,60	77,53	0,00
Investimentos	65.000,00	210.959,45	175.507,06	83,19	175.507,06	83,19	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	132.000,00	132.000,00	90.382,54	68,47	90.382,54	68,47	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.447.977,79</b>	<b>2.785.729,13</b>	<b>2.613.133,23</b>	<b>93,80</b>	<b>2.613.133,23</b>	<b>93,80</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVF) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	540.712,56	799.963,90	635.420,69	24,32	635.420,69	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	535.712,56	718.130,67	558.663,08	21,38	558.663,08	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	66.395,58	66.395,58	2,54	66.395,58	0,00	0,00

1 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	5.000,00	15.437,65	10.362,03	0,40	10.362,03	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	547.712,56	806.963,90	635.420,69	24,32	635.420,69	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	1.900.265,23	1.978.765,23	1.977.712,54	75,68	1.977.712,54	75,68	0,00

**PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%**<sup>4 e 5</sup> **17,92**

**VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]**<sup>6</sup> **322.475,38**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.395.329,79	2.728.728,38	2.436.233,71	93,23	2.436.233,71	93,23	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	3.674,49	0,14	3.674,49	0,14	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	8.320,70	0,32	8.320,70	0,32	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	164.904,33	6,31	164.904,33	6,31	0,00
<b>Total</b>	<b>2.447.977,79</b>	<b>2.785.729,13</b>	<b>2.613.133,23</b>	<b>100,00</b>	<b>2.613.133,23</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

## DESPESA COM SAÚDE EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CIS AMOSC	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)x100
DESPESAS CORRENTES	0,00	164.904,33	0,00	164.904,33	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	164.904,33	0,00	164.904,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>164.904,33</b>	<b>0,00</b>	<b>164.904,33</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic)x100
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)</b>	<b>164.904,33</b>	<b>100,00</b>	<b>164.904,33</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1356-2254-840). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:15.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .



**RREO ANEXO XIV****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		13.350.000,00			
Previsão Atualizada		13.350.000,00			
Receitas Realizadas		14.703.122,68			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		553.516,30			
DESPESAS					
Dotação Inicial		13.350.000,00			
Créditos Adicionais		3.694.422,67			
Dotação Atualizada		17.044.422,67			
Despesas Empenhadas		14.613.437,86			
Despesas Liquidadas		14.099.729,67			
Despesas Pagas		14.064.183,56			
Superávit Orçamentário		603.393,01			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		14.613.437,86			
Despesas Liquidadas		14.099.729,67			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		11.535.769,25			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		43.638,01	-89.470,77	-205,03	
Resultado Primário		872.280,00	874.526,01	100,26	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Executivo		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		973.469,74	70.593,94	902.875,80	0,00
Poder Executivo		973.469,74	70.593,94	902.875,80	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.424.962,74	70.593,94	1.354.368,80	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.003.158,30	25,00	26,43	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		716.040,68	60,00	99,18	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		66.400,96	-66.400,96		
Despesa de Capital Líquida		3.654.797,00	1.129.219,46		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14		Continuação	
		<b>Em Reais</b>	
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	16.804,96	1.895,04	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Limite Constitucional Anual</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até o Bimestre</b>
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.977.712,54	15,00	17,92
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>	<b>Valor Apurado no Exercício Corrente</b>		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1977-2943-014). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 19/02/2016 e hora de emissão: 12:19.

<sup>1</sup> Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Paial

## PREFEITURA

### ATA 005/2016 ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrição no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por sua titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº 486.325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 005/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa Associação MM Eventos Esportivos, inscrita no CNPJ-MF sob nº 06.232.732/0001-93, representada neste ato pelo Sr. RICARDO MOISÉS HOCH, portador do CPF nº. 033.123.679-64, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos serviços abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	40,00	JG	Prestação de serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Bocha, conforme a tabela a ser elaborada pela Diretoria de esportes, contendo um árbitro por jogo e cumprir os encargos de mesa, como arbitro e anotador. Confecção de súmula, fazer os controles de classificação, repassar relatórios após cada rodada. No valor está incluso o deslocamento até o local dos jogos que será feito pela própria contratada.	191,00	7.640,00
2	65,00	JG	Prestação de serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Salão (Futsal) nos Naipes Masculino, Feminino e Veterano conforme a tabela a ser elaborada pela Diretoria de Esportes, contendo dois árbitros por jogo e um auxiliar para cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista. Confecção de súmula fazer os controles de classificação, cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada. O deslocamento até o local dos jogos ficará por conta da contratada.	214,00	13.910,00
TOTAL					21.550,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31/12/15 a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 005/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 19 de fevereiro de 2016.

RICARDO MOISÉS HOCH  
DETENTORA DA ATA

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale  
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster  
CPF: 486.301.449-04

Ojair de Oliveira Visto Assessor Jurídico

### **ATA 006/2016 ASSOCIAÇÃO OESTE DE ÁRBITROS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por sua titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº 486.325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 005/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa Associação de Árbitros do Oeste, inscrita no CNPJ-MF sob nº 72.307.960/0001-00, representada neste ato pelo Sr. ANABEL GAIO, portador do CPF nº. 559.984.619-91, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

#### **Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos serviços abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
3	65,00	JG	Prestação de serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol Suíço conforme a tabela a ser elaborada pela Diretoria de Esportes, contendo dois árbitros por jogo e um auxiliar para cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista. Confecção de súmula fazer os controles de classificação, cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada. O deslocamento até o local dos jogos ficará por conta da contratada.	217,00	14.105,00
TOTAL					14.105,00

#### **Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31/12/15 a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### **Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 005/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 19 de fevereiro de 2016.

ANABEL GAIO

DETENTORA DA ATA

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Ojair de Oliveira Visto Assessor Jurídico

# Palhoça

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1.973, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 1.973, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Nomeia membros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA, os abaixo relacionados:

I – Segmento da Sociedade Civil:

a) Entidades Religiosas:

Titular: Ademir Laurindo Cadini

Titular: Roberto Souza Chenk

Suplente: João Marcos Vieira

Suplente: Paulo Roberto Cardoso

b) Associações e Conselhos Comunitários:

Titular: Bernadete Ciriaca Karklin

Titular: Osinaldo da Cruz Junior

Titular: Ademir Bússolo

Suplente: Filipe Koerich

Suplente: Gustavo Colombo

Suplente: Nemerson José Fernandes

c) Associações de Pais e Professores e Grupos de Terceira Idade:

Titular: Teresinha Maria da Rosa Rodrigues

Suplente: Gilberto da Rosa

d) Associação de Portadores de Patologia:

Titular: Eliane dos Santos

Suplente: Aldaci Cunha Medeiros

e) Sindicatos e Associações de Trabalhadores:

Titular: Vitor Sodré Dias

Suplente: Genesi Duarte

II – Segmento dos Profissionais Trabalhadores da Área da Saúde:

Titular: Rozana Aparecida Pinheiro Salmoria

Titular: Elenice Maria Mendes

Titular: Cleiton Rafael de Abreu

Titular: Lucí Gomes Pereira

Suplente: Rosangela Terezinha Horstmann Alves

Suplente: Sandra Ribeiro de Abreu

Suplente: Adriana Nascimento de Souza

Suplente: Melissa Mezzari

III – Segmento dos Prestadores de Serviços do SUS:

Titular: Peterson Jaques de Souza

Titular: Ana Paula Sebastião

Suplente: Thaís Melo Macedo

IV – Segmento dos Representantes da Prefeitura Municipal de Palhoça:

Titular: Rosinei de Souza Horácio

Titular: Daiane Raupp

Suplente: Gean Karlo Medeiros

Suplente: Leonardo Kretzer

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 05 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.983, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 1.983, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS AÇÕES PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições,

Considerando a contínua necessidade de racionalização e otimização dos recursos públicos disponíveis, para maior eficiência na execução de políticas públicas, programas e ações de governo, com a qualificação do gasto público;

Considerando que as despesas com pessoal e encargos sociais tem peso significativo no orçamento do Município, merecendo acompanhamento e ações especiais sucessivas, com vistas ao seu controle;

Considerando que crise econômica tem grande influência nos órgãos públicos, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica reduzida, até 31 de dezembro de 2016, a remuneração do Vice-Prefeito Municipal em 15 % (quinze por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Palhoça, 19 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.984, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 1.984, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa

Catarina,  
No uso de suas atribuições legais e com base no art. 66 da Lei       DECRETAR:  
Complementar nº 149, de 26 de dezembro de 2013, resolve  
Art. 1º Fica 01 (uma) Função Executiva de Confiança, prevista na Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013 e suas alterações posteriores, denominada de Encarregado do Governo, da Secretaria Municipal de Governo, código FEC 1 e sua respectiva remuneração transferida para a Secretaria Municipal de Saúde, passando a ser denominada de Encarregado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Palhoça, 19 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

---

### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

---

#### **CANCELAMENTO LICITAÇÃO PP 06/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que CANCELOU o Pregão Presencial nº 06/2016, que tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataformas elevatórias instaladas nas Unidades de Saúde Vila Nova, Pacheco, Pinheira, Médio Aririú, Passagem do Massiambú e CEAP, bem como nos elevadores macas, instalados na Unidade de Pronto Atendimento Centro, do dia 22/02/2016, com início às 9:00 horas.

Palhoça, 19 de fevereiro de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde



# Papanduva

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 011/2016

CONTRATO Nº 011/2016

Que entre si fazem o MUNICIPIO DE PAPANDUVA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DARIO SCHICOVSKI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de CONTRATANTE e de outro lado LUCIA GORETE GREIN ELIAS, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na localidade de Floresta, em Papanduva - SC, inscrito no CPF sob nº 833.697.599-34, doravante denominado CONTRATADO, com fundamentos na lei nº 11.947 de 16/06/2009 e resoluções FNDE/CD 38/2009 e 25/2012, e tendo em vista o que consta na chamada pública 02/2016, resolvem celebrar o seguinte contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1 – O presente contrato tem origem na chamada pública nº 02/2016 e tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública verba FNDE/PNAE, 1º (primeiro) semestre letivo de 2016, de acordo com a chamada pública 03/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2 – O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3 – O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4 – O CONTRATADO deverá informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no Máximo 30 (trinta) dias após assinado o contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5 – O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31(trinta e um) de julho de 2016.

a) A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública 03/2016 e cronograma anexo a este Contrato.

b) O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Normas Fiscais de Venda

pela pessoa responsável pela alimentação no local da entrega.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6 – Grupo Informal para esta chamada: pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, itens 09 e 10, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 1.411,50 (um mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos).

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7 – No valor mencionado na Cláusula Sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA:

8 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária: 2.013 – Manutenção da Merenda Escolar – elemento de despesa – 33.90.00 – aplicações diretas.

#### CLÁUSULA NONA:

9.1 – O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente as entregas do mês anterior.

9.2 – Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

10 – Caso o CONTRATANTE não seguir a forma de recursos para pagamento do CONTRATADO, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11 – Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei 11.947 de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12 – O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13 – O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14 – É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o

ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA:**

15 – O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou de indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DECIMA SEXTA:**

16 – A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DECIMA SETIMA:**

17 – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DECIMA OITAVA:**

18 – O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 003/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DECIMA NONA:**

19 – Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

20 – As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:**

21 – Este contrato, desde que formalizada a sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- Por acordo entre as partes;
- Pela inobservância de qualquer de suas condições; qualquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:**

22 – O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos gêneros alimentícios adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:**

23 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Dario Schicovski  
PELA CONTRATANTE  
Testemunhas:

Lucia Gorete Grein Elias  
CONTRATADA

Ricardo Zenfe  
Matricula: 2675

Márcio Wisniewski  
Matricula 050

**DECRETO Nº 2605, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
- APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE  
PROPRIEDADE DE ALCEIR CAETANO**

Decreto nº 2605, de 16.02.2016.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE  
ALCEMIR CAETANO.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ALCEMIR CAETANO, com a área total de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rogério Marques, esquina com o lado par da Rua Maria Tereza Schadeck da Silveira, com base no Ponto OPP, Lote nº 02, da Quadra nº 01, do Loteamento Santa Inês, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado sob a matrícula nº 2.037, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "2A" – 300,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Rogério Marques, esquina com o lado par da Rua Maria Tereza Schadeck da Silveira, com base no Ponto OPP, da Quadra nº 01, do Loteamento Santa Inês.

Frente:- 20,00 metros com o Município pela Rua Rogério Marques, lado par;

Fundos:- 20,00 metros com o Lote "2B" Desmembrado;

Lado Direito:- 15,00 metros com a Matrícula nº 2.161-Papanduva/SC de IRENE KARPEN, Lote nº 03;

Lado Esquerdo:- 15,00 metros com o Município pela Rua Maria Tereza Schadeck da Silveira, lado par.

Descrição do Lote "2B" – 300,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Maria Tereza Schadeck da Silveira, distante 15,00 metros da esquina com o lado par da Rua Rogério Marques, com base no Ponto OPP, da Quadra nº 01, do Loteamento Santa Inês.

Frente:- 15,00 metros com o Município pela Rua Maria Tereza Schadeck da Silveira, lado par;

Fundos:- 15,00 metros com a Matrícula nº 2.161-Papanduva/SC de IRENE KARPEN, Lote nº 03;

Lado Direito:- 20,00 metros com o Lote "2A" Desmembrado;  
Lado Esquerdo:- 20,00 metros com a Matrícula nº 2.357-Papandu-  
va/SC de ADRIANA CALIXTO, Lote nº 01.

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publi-  
cado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e  
no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 16 de fevereiro de 2016.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

De acordo:

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Decreto Legislativo n. 001/2016, de 17 de fevereiro de 2016  
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio  
com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Papandu-  
va - APAE.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pa-  
panduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regi-  
mento Interno,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2016

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a  
firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-  
nais – APAE de Papanduva (SC), visando o estabelecimento de con-  
dições adequadas para o atendimento de pessoas portadoras de  
deficiência na escola especial mantida pela Associação, conforme  
termo de convênio que fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste  
Decreto Legislativo serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua pu-  
blicação, com efeitos retroativos a contar 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 17 de fevereiro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de  
Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 002/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 002/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE  
2016

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL AO PLENÁRIO E PLENARINHO DA CÂ-  
MARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pa-  
panduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regi-  
mento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte,

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Denomina de plenário "VEREADOR NADIR ANTÔNIO RO-  
DRIGUES" a Sala das Sessões da Câmara Municipal de Papandu-  
va-SC.

Art. 2º. Denomina de "VEREADOR ALCIDES SIMÕES DA SILVA (NE-  
NÃO)" a sala do plenário (pisos superior) da Câmara de Vereado-  
res de Papanduva-SC.

Art. 3º. Fica o Legislativo Municipal autorizado a confeccionar e  
afixar Placa de Identificação e Homenagem nas referidas salas,  
em conformidade, no que couber, às Leis Municipais, Estaduais e  
Federais vigentes atinentes ao assunto.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta  
de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva, em 17 de fevereiro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de  
Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretário

## EXTRATO DE LICITAÇÃO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

EXTRATO DE LICITAÇÃO 002/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO  
TIPO DE COMPARAÇÃO: GLOBAL

Objeto: O PRESENTE CERTAME TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS COM FORNECIMENTO DE PROJETOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA", CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL E AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UMA) CADEIRA PARA ACES-SIBILIDADE EM ESCADA RETA COM FORNECIMENTO DE PROJE-TOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA", CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até o dia 07 de março de 2016 às 08:15hs;  
Início da Sessão Pública: 07 de março de 2016 às 08:30hs;  
Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.  
O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Câmara Munici-pal de Papanduva em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:00 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski, 78, fone (47)3653-2721 ou por meio do site [www.cmpapanduva.sc.gov.br](http://www.cmpapanduva.sc.gov.br).

Papanduva, 19 de fevereiro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

## LEI N. 2086, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

Lei n. 2086 de 10 de fevereiro de 2016.

FIXA A GRATIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVI-DÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Mu-nicipal de Papanduva aprovou e tendo ocorrido à sanção tácita, o Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Girseliano Moreira da Silva, promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. O ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Pa-trimônio e Almoxarifado do Poder Legislativo Municipal receberá gratificação de 30% sobre o salário base.

Art. 2º. O ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Áu-dio e Vídeo do Poder Legislativo Municipal receberá gratificação de 30% sobre o salário base.

Art. 3º. O ocupante da Função Gratificada de Diretor Geral do Po-der Legislativo Municipal receberá gratificação de 30% sobre o sa-lário base.

Art. 4º. As gratificações tratadas nos artigos acima servirão de base para cálculos de férias, 13º salário, Licença Prêmio e previdência.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias, previstas na Lei Orçamentária Anu-al, constantes nos elementos de despesa 3.1.90.11.00.00.00.00 e 3.1.91.13.00.00.00.00, ambos do projeto/atividade 01.031.0001.2.001 – manutenções das atividades do Poder Legis-lativo.

Art. 6º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva, em 10 de fevereiro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Esta lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papan-duva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretária

## LEI N. 2087, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

Lei n. 2087 de 10 de fevereiro de 2016.

AUMENTA A CARGA HORÁRIA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Mu-nicipal de Papanduva aprovou e tendo ocorrido à sanção tácita, o Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Girseliano Moreira da Silva, promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica autorizada a alteração da carga horária semanal do cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo, de 20h para 30h, com o aumento proporcional da remuneração e coeficiente.

Art. 2º. Fica autorizada a alteração da carga horária semanal do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, de 10h para 20h, com o aumento proporcional da remuneração e coeficiente.

Art. 3º. Fica autorizada a alteração da carga horária semanal do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, de 20h para 30h, com o aumento proporcional da remuneração e



coeficiente.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual, constantes nos elementos de despesa 3.1.90.11.00.00.00.00 e 3.1.91.13.00.00.00.00, ambos do projeto/atividade 01.031.0001.2.001 – manutenções das atividades do Poder Legislativo.

Art. 5º. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, as alterações se concretizarão através de portaria baixada pelo presidente da Câmara Municipal.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 10 de fevereiro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva

Presidente

Esta lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski

Vice-Presidente

Alois Mikalovicz

1º Secretário

Djana Paula Matioski

2ª Secretária

## LEI N. 2089, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI N.2089, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE, EMBORA CONCLUÍDAS, NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 46, §8º, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 33, inciso VIII, alínea d, do Regimento Interno, promulga a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica proibida, no âmbito do Município de Papanduva, a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas, ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, por falta de quadro de servidores profissionais da respectiva área, de materiais de expediente e de equipamentos afins ou situação similares, sob pena de responsabilização.

Art. 2º. Fica proibida, no âmbito do Município de Papanduva, a cerimônia de inauguração ou de entrega de obras públicas no ano em que se realizarem eleições para o cargo máximo do Poder responsável pela execução da obra, sob pena de responsabilização.

Art. 3º. Para os fins desta lei entende-se por:

I. Obras públicas: próprios, hospitais, escolas, centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, e estabelecimentos similares a estes;

II. Obras públicas incompletas: aquelas que não estão aptas a entrarem em funcionamento e pleno atendimento ao público, por não preencherem todas as exigências em relação ao Código de Obras

e Edificações, ao Código de Posturas do Município e à Lei de Uso e Ocupação do Solo ou por falta de emissão das autorizações, licenças, habite-se ou alvarás dos órgãos da União, do Estado ou do Município, ou outras situações semelhantes;

III. Obras públicas que não atendam ao fim que se destinam: obras em que, embora concluídas, exista algum fator que impeça a sua entrega e o seu pleno uso pela população, por falta de servidores profissionais da respectiva área, de materiais de expediente, de equipamentos afins ou situações similares.

Art. 4º. O descumprimento do previsto nesta lei constitui crime de responsabilidade punível com as sanções e rito do Decreto n. 201/1967.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 15 de fevereiro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva Presidente

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski

Vice-Presidente

Alois Mikalovicz

1º Secretário

Djana Paula Matioski

2ª secretária


## RESOLUÇÃO N. 001/2016 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

RESOLUÇÃO N. 001/2016, de 05 de fevereiro de 2016.

CRIA A GALERIA DOS PRESIDENTES E LEGISLATURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva (SC), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 27, inciso I; e artigo 45, inciso V e X, do seu Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art.1º. Fica criada a Galeria dos Presidentes e Legislaturas da Câmara Municipal de Papanduva a se localizar no Plenário.

Art. 2º. A galeria deverá ser composta de um painel com fotografias dos Presidentes e Legislaturas, por ordem cronológica de

mandatos, consignando singelamente o nome e o período de exercício.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal ao final de cada legislatura efetuar a inclusão no painel das fotografias dos Presidentes e da legislatura.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente resolução correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva, em 05 de fevereiro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretária

# Paraíso

## PREFEITURA

**EXTR. CT. 03/2016 FMS**

MUNICIPIO DE PARAISO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

PROCESSO LICITATORIO 05/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA NA GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, CONSULTORIA CONTÁBIL NA ÁREA DA SAÚDE, CAPACITAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E AGENTES COMUNITÁRIA DE SAÚDE, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 61.480,00

A CONTRATANTE: Município de Paraíso – Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 17 DE FEVEREIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

ELIZETE ROGGIA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**ATA RP. 01-2016 PL. 05-2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/7

Processo Nº.: 6/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2016**

No dia 11 do mês de Fevereiro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89006-000, nesta cidade de Paraisópolis/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Sr(a). ELIZETE ROGGER, inscrito no CPF sob o nº. 029.301.489-26, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2016, Processo Licitatório nº. 6/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC", conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Descrição dos Itens da Licitação por LOTE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7365	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME	14.366.410/0002-46	LARISSA HOFFMANN	066.577.339-09

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC", conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Descrição dos Itens da Licitação por LOTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7365 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	DOSAGEM ÁCIDO VALPRÓICO	SV	LOBORATORI	14,000	24,9000	348,60
2	DOSAGEM DE ALBUMINA	SV	LOBORATORI	30,000	16,9000	507,00
3	DOSAGEM DE AMILASE	SV	LOBORATORI	16,000	2,2500	36,00
4	CLEARANCE DE UREIA (DUE)	SV	LOBORATORI	20,000	23,5000	470,00
5	CLEARANCE DE CREATININA (DCE)	SV	LOBORATORI	20,000	23,5000	470,00
6	PESQUISA CA 15/3	SV	LOBORATORI	4,000	29,0000	116,00
7	PESQUISA CA 125	SV	LOBORATORI	10,000	35,0000	350,00
8	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONÁRIO - CEA	SV	LOBORATORI	96,000	28,9000	2.774,40
9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HCG CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-igG)	SV	LOBORATORI	20,000	25,8000	516,00
10	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HCM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-igm)	SV	LOBORATORI	20,000	25,8000	516,00
11	DOSAGEM DE CREATINO FOSFOSQUINASE (CPK)	SV	LOBORATORI	64,000	20,5000	1.312,00
12	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	SV	LOBORATORI	36,000	25,9000	932,40
13	DOSAGEM DE ESTRADIOL	SV	LOBORATORI	110,000	10,1500	1.116,50
14	FATOR ANTI-NUCLEAR (HEP - 2)	SV	LOBORATORI	20,000	25,8000	516,00
15	DOSAGEM DE FERRITINA	SV	LOBORATORI	58,000	21,8000	1.264,40
16	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	SV	LOBORATORI	100,000	25,0200	2.502,00
17	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO - ESTIMULANTE (FSH)	SV	LOBORATORI	74,000	7,8900	583,86

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 6/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

**Fornecedor: 7365 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	SV	LOBORATORI	176,000	23,9000	4.206,40
19	DOSAGEM DE HORMÔNICO LUTEINIZANTE (LH)	SV	LOBORATORI	74,000	8,9700	663,78
20	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	SV	LOBORATORI	24,000	23,9000	573,60
21	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	SV	LOBORATORI	132,000	1,8500	244,20
22	RAST - IgE ESPECÍFICO (CADA)	SV	LOBORATORI	142,000	27,9000	3.961,80
23	PROTEINA C REATIVA ULTRA SENSÍVEL	SV	LOBORATORI	80,000	16,9000	1.352,00
24	DOSAGEM DE PROGESTERONA	SV	LOBORATORI	22,000	10,2200	224,84
25	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	SV	LOBORATORI	66,000	20,5000	1.353,00
26	DOSAGEM DE PSA LIVRE / TOTAL	SV	LOBORATORI	250,000	18,5300	4.632,50
27	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	SV	LOBORATORI	46,000	20,5000	943,00
28	PESQUISA CA 19/9	SV	LOBORATORI	4,000	35,6000	142,40
29	DOSAGEM DE TRIODOTIRONINA LIVRE (T3 LIVRE)	SV	LOBORATORI	100,000	18,5000	1.850,00
30	DOSAGEM DE TRIODOTIRONINA TOTAL (T3 TOTAL)	SV	LOBORATORI	348,000	8,7100	3.031,08
31	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) TOTAL	SV	LOBORATORI	50,000	8,7600	438,00
32	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOSTIMULANTE (TSH)	SV	LOBORATORI	890,000	8,9600	7.974,40
33	DOSAGEM DE VITAMINA B12	SV	LOBORATORI	100,000	23,9000	2.390,00
34	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	SV	LOBORATORI	230,000	18,5500	4.266,50
35	IMUNOGLOBULINA - CADA	SV	LOBORATORI	176,000	28,0000	4.928,00
36	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	SV	LOBORATORI	542,000	11,6000	6.287,20
37	DOSAGEM DE POTÁSSIO	SV	LOBORATORI	322,000	1,8500	595,70
38	DOSAGEM DE SÓDIO	SV	LOBORATORI	222,000	1,8500	410,70
39	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO - OXALACÉTICA (TGO)	SV	LOBORATORI	710,000	2,0100	1.427,10
40	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO - PIRÚVICA (TGP)	SV	LOBORATORI	768,000	2,0100	1.543,68
41	DOSAGEM DE CÁLCIO	SV	LOBORATORI	200,000	1,8500	370,00
42	TESTE VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	SV	LOBORATORI	200,000	2,8300	566,00
43	GRAM - BACTERIOSCOPIA	SV	LOBORATORI	588,000	2,8300	1.664,04
44	CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO	SV	LOBORATORI	640,000	5,6100	3.590,40
45	ANTIBIOGRAMA	SV	LOBORATORI	592,000	4,9800	2.948,16
46	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	SV	LOBORATORI	300,000	2,7300	819,00
47	PARASITOLÓGICO DE FEZES	SV	LOBORATORI	300,000	1,6500	495,00
48	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	SV	LOBORATORI	10,000	2,0100	20,10
49	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	SV	LOBORATORI	106,000	3,5100	372,06
50	PESQUISA FATOR REUMATOIDE/TESTE DE LATEX	SV	LOBORATORI	86,000	4,1000	352,60
51	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	SV	LOBORATORI	176,000	2,0100	353,76
52	DOSAGEM DE GONODOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (BETA HCG)	SV	LOBORATORI	1.530,000	7,8500	12.010,50
53	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	SV	LOBORATORI	1.400,000	3,5100	4.914,00
54	DOSAGEM DE CREATININA	SV	LOBORATORI	982,000	1,8500	1.816,70
55	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	SV	LOBORATORI	274,000	1,8500	506,90
56	ANÁLISE CARACTERES FÍSICOS ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA (EQU)	SV	LOBORATORI	300,000	3,7100	1.113,00
57	CONTAGEM DE PLAQUETAS	SV	LOBORATORI	1.870,000	2,7300	5.105,10
58	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVA - TTPA	SV	LOBORATORI	222,000	5,7700	1.280,94
59	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	SV	LOBORATORI	286,000	2,7300	780,78
60	DOSAGEM DE URÉIA	SV	LOBORATORI	100,000	1,8500	185,00
61	DETERMINAÇÃO DIRETA E RESERVA DE GRUPO ABO	SV	LOBORATORI	150,000	1,3700	205,50
62	PESQUISA DE FATOR RH	SV	LOBORATORI	150,000	1,3700	205,50
63	DOSAGEM DE HEMOGRAMA	SV	LOBORATORI	1.870,000	4,1100	7.685,70
64	DOSAGEM DE GLICOSE	SV	LOBORATORI	1.628,000	1,8500	3.011,80
65	COLESTEROL TOTAL	SV	LOBORATORI	1.510,000	1,8500	2.793,50
66	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	SV	LOBORATORI	1.376,000	3,5100	4.829,76
67	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	SV	LOBORATORI	1.296,000	3,5100	4.548,96
68	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-IgM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBcIgM)	SV	LOBORATORI	240,000	18,5500	4.452,00
69	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI - HCV)	SV	LOBORATORI	20,000	25,9000	518,00
70	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	SV	LOBORATORI	6,000	18,5500	111,30
71	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	SV	LOBORATORI	30,000	18,5500	556,50
72	LACTOSE TESTE DE TOLERANCIA	SV	LOBORATORI	12,000	30,0000	360,00
73	TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA GLICOSE - TOT	SV	LOBORATORI	20,000	35,0000	700,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**Página: 3/7  
Processo Nº.: 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016**Fornecedor: 7365 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
74	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV - 1 + HIV - 2 (ELISA)	SV	LOBORATORI	180,000	10,0000	1.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula citada desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis a data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 7/7  
Processo N°. 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 2/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 11 de Fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
**ELIZETE ROGGIA**  
**GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Empresas Participantes:**

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME CNPJ: 14.366.410/0002-46 \_\_\_\_\_



# Passos Maia

## PREFEITURA

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2015

**Município de Passos Maia****Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****FINANCEIRA E PATRIMONIAL****COMPETÊNCIA: EXERCÍCIO DE 2015**

O Artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000 (aplicável aos municípios por força do artigo 64 da mesma lei), prevê a elaboração de parecer do controle interno sobre as contas anuais do gestor público apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado. Os artigos 50 e 51 da mesma LCE nº 202, estabelecem:

Art. 50. O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, as quais serão anexadas às do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas.

Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.

A Resolução TC 94/2014, em seu artigo 5, § 1º altera forma de envio do relatório das contas anuais de gestão do Prefeito nos mesmos prazos do sistema e-Sfinge e deverá ser assinado eletronicamente pelo respectivo responsável pela unidade central de controle interno do Poder ou Órgão a que se referir utilizando-se de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

## **Município de Passos Maia**

### **Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao exercício de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Situação Financeira e Patrimonial
- Limites Constitucionais e Legais
- Gestão Fiscal
- Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000  
CNPJ. 95.993.085/0001-62

### PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

### Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 738 08 de setembro de 2014, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

### Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 739 14 de novembro de 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

### Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

3 / 31

**Município de Passos Maia****Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 740 20 de novembro 2014, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

**Ações de Investimentos**

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no exercício analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1002 - AQUIS. DE VEÍCULOS	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
1003 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL	3.001,00	203.168,35	0,00	203.169,35	3.000,00
1006 - AMPL. DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	3.001,00	0,00	3.000,00	0,00	1,00
1007 - AMPL. DA REDE FISICA FUNDAMENTAL	11.001,00	210.635,98	0,00	204.317,53	17.319,45
1008 - AMPL. DA REDE FISICA ENSINO INFANTIL	11.001,00	0,00	11.000,00	0,00	1,00
1009 - AQUIS. DE VEÍCULOS EDUCAÇÃO	22.001,00	0,00	22.000,00	0,00	1,00
1010 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS	40.002,00	623.012,31	0,00	663.013,31	1,00
1011 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	36.001,00	0,00	36.000,00	0,00	1,00
1012 - SANEAMENTO GERAL	3.001,00	0,00	3.000,00	0,00	1,00
1013 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL	150.501,00	93.777,88	150.000,00	82.628,22	11.650,66

4 / 31

# Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

1014 - AMPL. DA PATRULHA AGRÍCOLA					
	5.002,00	246.249,00	0,00	241.686,06	9.564,94
1015 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO					
	180.501,00	0,00	159.000,00	20.015,00	1.486,00
1016 - AQUIS. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS					
	150.001,00	0,00	150.000,00	0,00	1,00
1017 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL					
	22.001,00	123.608,01	22.000,00	123.607,36	1,65
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0000 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS DA DÍVIDA E MULTAS					
	395.000,00	10.825,04	10.825,04	375.813,48	19.186,52
2018 - MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE					
	695.000,00	8.000,00	88.000,00	614.347,40	652,60
2019 - MANUT. DA SECR. DA ADM. E FAZENDA					
	976.000,00	14.000,00	78.000,00	908.672,39	3.327,61
2020 - MANUT. DA SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA					
	34.930,00	0,00	3.000,00	25.889,81	6.040,19
2021 - MANUT. DA SEC. DE INFRAESTRUTURA					
	1.648.531,00	327.854,96	36.000,00	1.889.775,28	50.610,68
2022 - MANUT. DOS SERVIÇOS PÚBLICOS					
	207.420,00	2.101,71	0,00	209.457,60	64,11
2023 - MANUT. DA MERENDA ESCOLAR					
	180.950,00	60.000,00	0,00	214.953,84	25.996,16
2024 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL					
	32.000,00	0,00	30.000,00	1.743,50	256,50
2025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	3.782.755,00	478.526,40	39.500,00	3.607.823,02	613.958,38
2026 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO INFANTIL					
	622.000,00	284.000,00	66.000,00	686.232,66	153.767,34
2027 - MANUT. DAS ATIV. DEPARTAMENTO DE ESPORTES					
	113.400,00	17.000,00	17.000,00	112.626,47	773,53
2028 - MANUT. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
	960.000,00	20.000,00	156.500,00	808.294,97	15.205,03
2029 - MANUT. DEPARTAMENTO DE CULTURA					
	66.500,00	0,00	0,00	48.982,43	17.517,57
2030 - MANUT. SEC. DE AGRICULTURA E DESENV. ECONOMICO					
	857.000,00	178.000,00	20.000,00	1.013.619,03	1.380,97
2031 - MANUT. DA SEC. DE CIDADANIA E REFORMA AGRÁRIA					
	109.200,00	4.000,00	4.000,00	101.786,69	7.413,31
2032 - MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
	10.000,00	0,00	0,00	7.094,56	2.905,44
2033 - MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
	75.000,00	0,00	49.000,00	25.971,26	28,74
2035 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00

# Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

2046 - MANUT. DO FUNDO DE DEFESA CÍVIL	3.800,00	0,00	3.800,00	0,00	0,00
2047 - MANUT. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	1.300,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
2048 - PROGRAMAS SOCIAIS/ESTADO	40.000,00	0,00	0,00	22.897,38	17.102,62
2049 - PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV	64.550,00	68.975,76	0,00	122.093,91	11.431,85
2050 - PISO BASICO FIXO	80.000,00	0,00	0,00	68.876,68	11.123,32
2051 - PROGR. IGD - SUAS	13.430,00	10.363,50	0,00	7.119,34	16.674,16
2052 - PROGR. IGD - BF	22.100,00	0,00	0,00	20.496,85	1.603,15
2054 - MANUTENÇÃO FUNDO MUNIC. DO IDOSO	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
2055 - PROGR. DE DESENV. COMUNITARIO	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>11.779.881,00</b>	<b>2.984.098,90</b>	<b>1.287.625,04</b>	<b>12.433.005,38</b>	<b>1.043.349,48</b>

## Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE PASSOS MAIA

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1004 - AMPL. DA REDE FISICA DE SAÚDE	11.001,00	0,00	11.000,00	0,00	1,00
1005 - AQUIS. DE VEÍCULOS SAÚDE	44.001,00	0,00	44.000,00	0,00	1,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2036 - MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO DE SAÚDE	2.559.629,00	444.000,00	444.000,00	2.556.880,84	2.748,16
2037 - MANUT. BL. DE ATENÇÃO BÁSICA	125.400,00	0,00	0,00	120.439,92	4.960,08
2038 - MANUT. BL. DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	839.000,00	0,00	0,00	807.121,92	31.878,08
2039 - MANUT. BL. MAC. AMB. HOSP. E LIM. FINANC.	136.950,00	0,00	0,00	136.531,69	418,31
2040 - MANUT. BL. VIG. SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA	16.000,00	0,00	0,00	13.178,30	2.821,70
2041 - MANUT. BL. VIG. SAÚDE SANITÁRIA	13.420,00	42.600,00	79,17	53.343,56	2.597,27
2042 - MANUT. BL. ASSIST. FARMACÊUTICA	26.650,00	0,00	0,00	25.979,02	670,98
2043 - MANUT. BL. GESTÃO DO SUS	11.110,00	0,00	0,00	0,00	11.110,00
2053 - PROGR. SAUDE/ESTADO	147.158,00	0,00	0,00	127.105,36	20.052,64
<b>Total da Unidade</b>	<b>3.930.319,00</b>	<b>486.600,00</b>	<b>499.079,17</b>	<b>3.840.580,61</b>	<b>77.259,22</b>

6 / 31



## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Unidade Gestora: 03 - CAMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - CONSTRUÇÃO DA SEDE LEGISLATIVA	129.000,00	199.500,00	128.500,00	149.800,00	50.200,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2044 - MANUT. DA CAMARA DE VEREADORES	301.000,00	0,00	42.500,00	248.528,89	9.971,11
2045 - SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	370.000,00	0,00	0,00	366.164,49	3.835,51
<b>Total da Unidade</b>	<b>800.000,00</b>	<b>199.500,00</b>	<b>171.000,00</b>	<b>764.493,38</b>	<b>64.006,62</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16.510.200,00</b>	<b>3.670.198,90</b>	<b>1.957.704,21</b>	<b>17.038.079,37</b>	<b>1.184.615,32</b>

### ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 740 20 de novembro 2014, estima a Receita em R\$ 16.510.200,00 e fixa a Despesa em igual valor. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 22.000,00 o que corresponde a 0.13% do orçamento da despesa.

### Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	321	02/01/2015	14.440,69
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	322	02/01/2015	134.184,52
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	324	02/01/2015	52.112,22
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	325	02/01/2015	13.014,40
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	327	02/01/2015	5.439,81
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	342	23/02/2015	195.260,66
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	343	23/02/2015	13.806,54
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	344	23/02/2015	413.945,11
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	346	02/03/2015	1.297,20
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	346	02/03/2015	12.907,96
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	356	08/05/2015	2.206,29
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	357	08/05/2015	100.000,00

7 / 31

# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	358	08/05/2015	146.249,00
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	361	15/06/2015	79.339,26
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	363	01/07/2015	118.117,12
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	364	01/07/2015	33.500,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	364	01/07/2015	33.500,00
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	371	12/08/2015	39.148,44
Suplementar	Suplementação	757	31/08/2015	372	01/09/2015	742.000,00
Suplementar	Anulação	757	31/08/2015	372	01/09/2015	770.500,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	373	14/09/2015	89.999,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	375	25/09/2015	85.714,26
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	376	23/10/2015	99.999,00
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	376	23/10/2015	23.609,01
Suplementar	Suplementação	760	26/10/2015	378	27/10/2015	336.800,00
Suplementar	Anulação	760	26/10/2015	378	27/10/2015	281.800,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	384	03/11/2015	30.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	380	03/11/2015	26.900,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	382	03/11/2015	8.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	387	03/11/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	391	20/11/2015	2.500,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	390	20/11/2015	8.325,04
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	389	20/11/2015	22.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	382	03/11/2015	8.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	383	03/11/2015	8.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	389	20/11/2015	22.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	390	20/11/2015	8.325,04
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	387	03/11/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	388	03/11/2015	4.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	383	03/11/2015	8.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	384	03/11/2015	30.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	385	03/11/2015	50.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	385	03/11/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	391	20/11/2015	2.500,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	386	03/11/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	386	03/11/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	388	03/11/2015	4.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	392	01/12/2015	2.101,71
Suplementar	Excesso de Arrecadação	740	20/11/2014	394	08/12/2015	181,66
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	397	21/12/2015	6.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	397	21/12/2015	6.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	398	21/12/2015	6.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	398	21/12/2015	6.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	399	21/12/2015	17.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	399	21/12/2015	17.000,00
<b>Totais da Unidade</b>						<b>2.984.098,90</b>

### Unidade Gestora: 03 - CAMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
----------	----------	--------	------	---------	------	-------

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Suplementar	Suplementação	757	31/08/2015	372	01/09/2015	199.500,00
Suplementar	Anulação	757	31/08/2015	372	01/09/2015	171.000,00
<b>Totais da Unidade</b>						<b>199.500,00</b>

Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE PASSOS MAIA						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Suplementação	741	21/11/2014	326	02/01/2015	149.000,00
Suplementar	Anulação	741	21/11/2014	326	02/01/2015	149.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	740	20/11/2014	339	20/02/2015	42.520,83
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	340	20/02/2015	79,17
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	340	20/02/2015	79,17
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	377	23/10/2015	100.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	377	23/10/2015	100.000,00
Suplementar	Anulação	760	26/10/2015	378	27/10/2015	55.000,00
Suplementar	Suplementação	760	26/10/2015	381	03/11/2015	100.000,00
Suplementar	Anulação	760	26/10/2015	381	03/11/2015	100.000,00
Suplementar	Suplementação	740	20/11/2014	400	21/12/2015	95.000,00
Suplementar	Anulação	740	20/11/2014	400	21/12/2015	95.000,00
<b>Totais da Unidade</b>						<b>486.600,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>3.670.198,90</b>

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 3.670.198,90. Destes, R\$ 3.670.198,90 referem-se a créditos adicionais suplementares. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 1.957.704,21. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Exercício
<b>I) Créditos Orçamentários</b>	<b>16.510.200,00</b>
Reserva de Contingência	22.000,00
Ordinários	16.488.200,00
<b>II) Créditos Adicionais</b>	<b>3.670.198,90</b>
Suplementar	3.670.198,90
Especial	0,00
Extraordinário	0,00
<b>III) Anulações de Créditos</b>	<b>1.957.704,21</b>
Anulações	1.957.704,21
<b>IV) Créditos Autorizados (I+II-III)</b>	<b>18.222.694,69</b>

Os créditos adicionais realizados conforme demonstra o quadro anterior, tiveram sua origem e autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis Municipais específicas, de conformidade com o que segue:

Origem dos créditos Autorizados				
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	No Exercício	
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	0,00	0,00	2.142.898,90	0,00%
Limite Legal - Cumprido			-2.142.898,90	100,00%
<b>CRÉDITOS AUTORIZADOS (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)</b>			<b>No Exercício</b>	

# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Créditos Autorizados (Leis Municipais Específicas)	1.527.300,00
--	--------------

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

<b>Receitas</b>	
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>16.510.200,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>16.510.183,00</b>
Receita Tributária	814.200,00
Receita de Contribuições	57.200,00
Receita Patrimonial	248.355,00
Receita Agropecuária	25.000,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	137.500,00
Transferências Correntes	17.568.058,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.433.520,00
Outras Receitas Correntes	93.390,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>17,00</b>
Operação de crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	17,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas De Capital Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16.510.200,00</b>

<b>Despesas</b>	
<b>Despesas Orçamentárias (I)</b>	<b>18.222.694,69</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>16.248.789,32</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.390.148,20
Juros e Amortização da Dívida	37.500,00
Outras Despesas Correntes	6.821.141,12
<b>Despesas Capital</b>	<b>1.951.905,37</b>
Investimentos	1.698.580,33
Inversões Financeiras	200.000,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	53.325,04
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>22.000,00</b>
Reserva de Contingencia	22.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>18.222.694,69</b>

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

### Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) No Exercício em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ -320.911,45.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
16.717.167,92	17.038.079,37	-320.911,45

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) no exercício analisado, nos demonstra Déficit na ordem de R\$ -232.838,33.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Déficit (=)
16.717.167,92	16.950.006,25	-232.838,33

### Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício importou em R\$ 16.717.167,92 equivalente a 101.25% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas No Exercício	
Receitas Correntes (I)	16.510.183,00	15.639.982,94	94.73%
Receitas de Capital (II)	17,00	1.077.184,98	6336382.50%
<b>TOTAL (+II)</b>	<b>16.510.200,00</b>	<b>16.717.167,92</b>	<b>101.25%</b>

### Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A Receita Tributária arrecadada no exercício importou em R\$ 644.024,23 equivalente a 3.85% do total arrecadado.

#### Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada no exercício importou em R\$ 59.521,71 equivalente a 0.36% do total arrecadado.

#### Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada no exercício importou em R\$ 445.775,68 equivalente a 2.67% do total arrecadado.

#### Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada no exercício importou em R\$ 111.462,71 equivalente a 0.67% do total arrecadado.

#### Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas no exercício importaram em R\$ 13.647.923,29 equivalente a 81.64% do total arrecadado.

#### Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados no exercício importaram em R\$ 731.275,32 equivalente a 4.37% do total arrecadado.

#### Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas no exercício importaram em R\$ 1.077.184,98 equivalente a 6.44% do total arrecadado.

#### Despesa Orçamentária

12 / 31

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integram o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada No Exercício importou em R\$ 17.038.079,37, equivalente a 93.50% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
18.222.694,69	17.038.079,37	93.50%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada No Exercício importou em R\$ 16.950.006,25, equivalendo a 99.48% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
17.038.079,37	16.950.006,25	99.48%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga No Exercício importou em R\$ 16.818.694,55, equivalente a 99.23% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
16.950.006,25	16.818.694,55	99.23%

### Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
GABINETE DO PREFEITO	614.347,40	614.347,40	614.347,40
SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO	934.562,20	934.562,20	923.992,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO	2.762.246,19	2.692.363,57	2.620.375,29

13 / 31



## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	4.827.697,02	4.827.697,02	4.790.368,60
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.143.074,97	1.124.884,47	1.122.507,47
SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO	1.398.927,45	1.398.927,45	1.398.377,45
SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARIA	101.786,69	101.786,69	101.536,69
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	248.578,72	248.578,72	248.578,72
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	25.971,26	25.971,26	25.971,26
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	375.813,48	375.813,48	367.565,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.840.580,61	3.840.580,61	3.840.580,61
CAMARA DE VEREADORES	764.493,38	764.493,38	764.493,38
<b>Total</b>	<b>17.038.079,37</b>	<b>16.950.006,25</b>	<b>16.818.694,55</b>

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	764.493,38	764.493,38	764.493,38
04 - Administração	1.523.019,79	1.523.019,79	1.512.449,79
06 - Segurança Pública	25.889,81	25.889,81	25.889,81
08 - Assistência Social	1.286.014,30	1.286.014,30	1.283.637,30
10 - Saúde	4.055.534,45	4.055.534,45	4.055.534,45
12 - Educação	4.500.116,71	4.500.116,71	4.462.788,29
13 - Cultura	48.982,43	30.791,93	30.791,93
15 - Urbanismo	872.470,91	802.588,29	731.150,01
16 - Habitação	82.628,22	82.628,22	82.628,22
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	1.357.091,78	1.357.091,78	1.356.291,78
22 - Indústria	20.015,00	20.015,00	20.015,00
26 - Transporte	2.013.382,64	2.013.382,64	2.012.832,64
27 - Desporto e Lazer	112.626,47	112.626,47	112.626,47
28 - Encargos Especiais	375.813,48	375.813,48	367.565,48
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17.038.079,37</b>	<b>16.950.006,25</b>	<b>16.818.694,55</b>

## SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

### Dívida Fundada Interna

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou ainda mais este conceito estabelecendo no artigo 29, § 3o, que também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. No artigo 30, § 7o, a mesma LRF determinou que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em relação à dívida fundada interna do Município, tem-se demonstrativo a seguir:

14 / 31

# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000  
CNPJ. 95.993.085/0001-62

Operações de Crédito Interna								
Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtd.	Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	
I) Total					0,00	0,00	0,00	0,00

Débitos Consolidados								
Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtd.	Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	
II) Total					0,00	0,00	0,00	0,00

Total Geral (I+II)					0,00	0,00	0,00	0,00
--------------------	--	--	--	--	------	------	------	------

### Balanco Financeiro

O artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que *o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.*

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

Ingressos	
Receitas Orçamentárias (I)	16.717.167,92
Ordinária	0,00
Vinculada	16.717.167,92
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	8.083.124,68
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	957.780,19
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	2.403.297,58
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	59.521,71
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais	66.620,83
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério - Tesouro-Ex.Cor.	1.481.716,15
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica - Tesouro-Ex.Cor.	635.847,81
Transferências de Convênios - Estado/Educação	133.701,66
Salário-Educação	245.712,81
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	146.524,79
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.876,08
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	149.053,37
Transferências de Convênios ? União/Outros	930.912,59
Convênio de Trânsito - Militar	3.398,36
	15 / 31

# Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Convênio de Trânsito - Civil	3.499,52
Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.642,61
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	59.223,66
Transferências de Convênios ? União/Educação	76.452,46
Transferências de Convênios - Estado/Outros	127.080,01
Transferências de Convênios ? União/Saúde	3.004,97
Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	1.072.968,38
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	69.207,70
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>3.473.442,13</b>
Transferências Financeiras Recebidas	3.473.442,13
<b>Interferências Financeiras (III)</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>1.351.133,91</b>
Inscrição de restos a Pagar Não Processados	0,00
Inscrição de restos a Pagar Processados	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	105.664,80
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.245.469,11
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)</b>	<b>3.735.969,80</b>
Banco Contas Movimento	253.066,56
Banco Contas Vinculadas	3.482.903,24
Banco Contas Movimento RPPS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
<b>Total (VI) = (II+III+IV+V)</b>	<b>25.277.713,76</b>

## Dispendios

<b>Despesas Orçamentárias (VII)</b>	<b>17.038.079,37</b>
<b>Ordinária</b>	<b>0,00</b>
<b>Vinculada</b>	<b>17.038.079,37</b>
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	6.209.035,77
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	1.633.551,21
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	59.521,71
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais	66.118,13
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério - Tesouro-Ex.Cor.	1.742.282,82
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica - Tesouro-Ex.Cor.	375.281,14
Transferências de Convênios - Estado/Educação	150.666,37
Salário-Educação	246.034,60
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	155.968,76
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.977,53
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	156.090,62
Transferências de Convênios ? União/Outros	858.169,63
Convênio de Trânsito - Militar	487,85
Convênio de Trânsito - Civil	716,81
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	22.897,38
Transferências de Convênios ? União/Educação	69.304,88
Transferências de Convênios - Estado/Outros	127.080,01
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	2.556.880,84

16 / 31

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	1.114.153,58
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	127.025,36
Recursos Ordinarios - Superavit	44.091,32
Transferências de Convênios ? União - Superávit Fi	270.021,76
Transferências de Convênios ? União/Educação - Sup	134.184,52
Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	42.520,83
Recursos Ordinários - Tesouro	764.493,38
Transferências Fundeb - Superavit	2.671,67
Superavit Conv. Educação - Estado	41.354,73
Superavit Transf. FMAS	62.496,16
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>	<b>0,00</b>
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Interferências Financeiras (IX)</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>1.490.517,93</b>
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	201.312,33
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.289.205,60
Restos a Pagar Não Processados Pagos	0,00
Restos a Pagar Processados Pagos	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>3.230.768,25</b>
Banco Contas Movimento	105.764,37
Banco Contas Vinculadas	3.125.003,88
Banco Contas Movimento RPPS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
<b>Total (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>	<b>21.759.365,55</b>

### Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independentemente de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A situação patrimonial da entidade vem demonstrada a seguir:

<b>Ativo</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.439.345,26</b>
Caixa e Equivalentes De Caixa	3.230.768,25
Créditos a Curto Prazo	86.202,15
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	122.374,86
Estoques	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamen	0,00
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>12.293.329,35</b>
Imobilizado	11.435.190,72
Ativo Realizável a Longo Prazo	858.138,63
<b>Total</b>	<b>15.732.674,61</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>131.504,60</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencia	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	123.256,60
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.248,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>234.216,54</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencia	234.216,54
<b>Total do Passivo</b>	<b>365.721,14</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	<b>12.395.735,85</b>
Patrimônio Social - Consolidação	12.395.735,85
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>2.971.217,62</b>
Resultado do Exercício	1.426.229,43
Superávits Ou Déficits De Exercícios Anteriores	1.417.619,81
Ajustes De Exercícios Anteriores	127.368,38
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>15.366.953,47</b>
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>15.239.585,09</b>
<b>Total</b>	<b>15.732.674,61</b>

### Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo apurar o resultado patrimonial do exercício, evidenciando as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, dividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (aquelas que proporcionam aumento da situação patrimonial da entidade) e Variações Patrimoniais Diminutivas (aquelas que proporcionam redução da situação patrimonial da entidade). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As Variações Patrimoniais apresentam o seguinte demonstrativo:

<b>I) Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>22.692.026,90</b>
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria	730.226,38

# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Impostos	677.099,48
Taxas	53.126,90
<b>Contribuições</b>	<b>59.521,71</b>
Contribuições De Intervenção No Domínio Econômico	59.521,71
<b>Exploração e Venda De Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>111.462,71</b>
Exploração De Bens e Direitos e Prestação De Serviços	111.462,71
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>446.318,58</b>
Juros e Encargos De Mora	542,90
Remuneração De Depósitos Bancários e Aplicações Financ	445.775,68
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>19.430.993,09</b>
Transferências Intragovernamentais	3.473.442,13
Transferências Inter Governamentais	15.957.550,96
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.913.504,43</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.913.504,43
<b>II) Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>21.280.645,55</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>8.587.949,89</b>
Remuneração a Pessoal	6.973.531,52
Encargos Patronais	1.614.418,37
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>127.077,55</b>
Aposentadorias e Reformas	127.077,55
<b>Uso De Bens, Serviços e Consumo De Capital Fixo</b>	<b>6.052.082,98</b>
Uso De Material De Consumo	2.891.048,20
Serviços	3.161.034,78
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>36.867,09</b>
Juros e Encargos De Empréstimos e Financiamentos Obtidos	36.867,09
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>5.977.769,30</b>
Transferências Intragovernamentais	3.473.442,13
Transferências Inter Governamentais	2.309.627,67
Transferências a Instituições Privadas	58.569,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	126.130,50
<b>Tributárias</b>	<b>427.998,20</b>
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria	13.280,84
Contribuições	414.717,36
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>70.900,54</b>
Premiações	7.500,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	63.400,54
<b>III) Resultado Patrimonial do Período (I-II)</b>	<b>1.411.381,35</b>

### VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

19 / 31

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

**b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

### Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Exercício	Aplicação
<b>I) Impostos Municipais</b>	<b>594.038,89</b>	<b>148.509,71</b>
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	248.684,48	62.171,12
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	68.904,73	17.226,18
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	27.310,10	6.827,52
ISS - Imposto Sobre Serviços	245.998,02	61.499,50
Multas e Juros de Mora de Impostos	230,85	57,71
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	917,04	229,26
Dívida Ativa de Impostos	1.993,67	498,42
<b>II) Transferências do Estado</b>	<b>5.517.765,89</b>	<b>1.379.441,49</b>
Cota Parte do ICMS	5.169.760,97	1.292.440,25
Cota Parte do IPVA	266.541,46	66.635,37
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	81.463,46	20.365,87
<b>III) Transferências da União</b>	<b>6.358.437,80</b>	<b>1.589.609,46</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.808.961,47	1.452.240,38
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	199.683,22	49.920,80
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	21.738,95	5.434,74
Cota Parte FPM 1%	328.054,16	82.013,54
<b>Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)</b>	<b>12.470.242,58</b>	<b>3.117.560,65</b>



## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

<b>2 - FUNDEB</b>	<b>No Exercício</b>
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>	2.111.779,03
Transferências de Recursos do FUNDEB	2.111.779,03
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>-2.305.279,93</b>
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	0,00
Cota Parte do IPVA	-53.307,47
Cota Parte do ICMS	-1.033.951,22
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-1.161.791,96
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-16.292,72
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-39.936,56
<b>VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA</b>	<b>-193.500,90</b>

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 3.938.831,14 correspondente a 31.59% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 821.270,39 que representa SUPERÁVIT de 6.59% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

<b>3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Exercício</b>
12.361 - Ensino Fundamental	3.812.140,55
12.365 - Educação Infantil	686.232,66
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>4.498.373,21</b>

<b>4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Exercício</b>
0319 - Transferências Fundeb - Superavit	2.671,67
1132 - Transferências de Convênios ? União/Educação	69.304,88
1136 - Salário-Educação	246.034,60
1137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	103.041,27
1169 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	150.666,37
1332 - Transferências de Convênios ? União/Educação - Sup	134.184,52
1362 - Superavit Conv. Educação - Estado	41.354,73
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>747.258,04</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>No Exercício</b>
Remuneração dos Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB	5.784,93
<b>XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>5.784,93</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	12.470.242,58
Despesas por função/subfunção(IX)	4.498.373,21
Deduções(X+XI)	753.042,97
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-193.500,90
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	3.938.831,14
Mínimo a ser aplicado	3.117.560,75
Aplicado à Maior	821.270,39
Percentual aplicado	31,59
Superávit	6,59

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 3.938.831,14 correspondente a 31.59% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 821.270,39 que representa SUPERÁVIT de 6.59% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

<b>3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Exercício</b>
12.361 - Ensino Fundamental	3.812.140,55
12.365 - Educação Infantil	686.232,66
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>4.498.373,21</b>

<b>4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Exercício</b>
0319 - Transferências Fundeb - Superavit	2.671,67
1132 - Transferências de Convênios ? União/Educação	69.304,88
1136 - Salário-Educação	246.034,60
1137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	103.041,27
1169 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	150.666,37
1332 - Transferências de Convênios ? União/Educação - Sup	134.184,52
1362 - Superavit Conv. Educação - Estado	41.354,73
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>747.258,04</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>No Exercício</b>
Remuneração dos Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB	5.784,93
<b>XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>5.784,93</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	12.470.242,58
Despesas por função/subfunção(IX)	4.498.373,21
Deduções(X+XI)	753.042,97
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-193.500,90
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	3.938.831,14
Mínimo a ser aplicado	3.117.560,75
Aplicado à Maior	821.270,39
Percentual aplicado	31,59
Superávit	6,59

### Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Aplicação</b>
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	2.111.779,03	1.267.067,38
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	5.784,93	3.470,96
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00
<b>I) Total das receitas para fins de limite</b>	<b>2.117.563,96</b>	<b>1.270.538,33</b>

22 / 31

**Município de Passos Maia****Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

No exercício analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 1.742.282,82 correspondente a 82.28% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 471.744,44 equivalente a 22.28% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

<b>2 - DESPESAS</b>	<b>No Exercício</b>
319004 - Contratação por Tempo Determinado	605.044,74
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	856.869,38
319013 - Obrigações Patronais	280.368,70
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.742.282,82</b>

<b>3 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	2.117.563,96
Mínimo à ser Aplicado	1.270.538,38
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	1.742.282,82
Aplicação à Maior	471.744,44
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	82,28
Superávit	22,28

No exercício analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 1.742.282,82 correspondente a 82.28% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 471.744,44 equivalente a 22.28% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

<b>2 - DESPESAS</b>	<b>No Exercício</b>
319004 - Contratação por Tempo Determinado	605.044,74
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	856.869,38
319013 - Obrigações Patronais	280.368,70
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.742.282,82</b>

<b>3 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	2.117.563,96
Mínimo à ser Aplicado	1.270.538,38
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	1.742.282,82
Aplicação à Maior	471.744,44
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	82,28
Superávit	22,28

**Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB**

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

§ 2o Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

1 – RECEITAS	No Exercício	Aplicação
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	2.111.779,03	2.006.190,12
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	5.784,93	5.495,68
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>2.117.563,96</b>	<b>170.180,14</b>

No exercício analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 2.117.563,96 equivalente a 100.00% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R\$ 105.878,21 o qual corresponde a 5.00% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	605.044,74
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	856.869,38
319013 - Obrigações Patronais	280.368,70
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.742.282,82</b>

3 - FUNDEB 40%	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	92.130,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	147.903,41
319013 - Obrigações Patronais	29.359,42
339014 - Diárias	945,00
339030 - Material de Consumo	81.425,05
339032 - Despesa	4.404,35
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.113,91
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>375.281,14</b>

4 - RESUMO	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	2.117.563,96
Mínimo a ser Aplicado	2.011.685,75
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	2.117.563,96
Aplicado à maior	105.878,21
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	100,00
Superávit	5,00

No exercício analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 2.117.563,96 equivalente a 100.00% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R\$ 105.878,21 o qual corresponde a 5.00% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	605.044,74
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	856.869,38
319013 - Obrigações Patronais	280.368,70
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.742.282,82</b>

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

<b>3 - FUNDEB 40%</b>	<b>No Exercício</b>
319004 - Contratação por Tempo Determinado	92.130,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	147.903,41
319013 - Obrigações Patronais	29.359,42
339014 - Diárias	945,00
339030 - Material de Consumo	81.425,05
339032 - Despesa	4.404,35
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.113,91
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>375.281,14</b>

<b>4 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	2.117.563,96
Mínimo a ser Aplicado	2.011.685,75
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	2.117.563,96
Aplicado à maior	105.878,21
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	100,00
Superávit	5,00

### Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até **o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

**III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.**

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Aplicação</b>
<b>I - Impostos Municipais</b>	<b>594.038,89</b>	<b>89.105,84</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	68.904,73	10.335,71
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	248.684,48	37.302,67
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	27.310,10	4.096,52
ISS - Imposto Sobre Serviços	245.998,02	36.899,70
Multas e Juros de Mora de Impostos	230,85	34,63
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	917,04	137,56
Dívida Ativa de Impostos	1.993,67	299,05
<b>II - Transferências do Estado</b>	<b>5.517.765,89</b>	<b>827.664,93</b>
Cota Parte do ICMS	5.169.760,97	775.464,19
Cota Parte do IPVA	266.541,46	39.981,22
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	81.463,46	12.219,52
<b>III - Transferências da União</b>	<b>6.030.383,64</b>	<b>904.557,57</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.808.961,47	871.344,25
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	199.683,22	29.952,48
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	21.738,95	3.260,84
<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)</b>	<b>12.142.188,42</b>	<b>1.821.328,34</b>
<b>V) TOTAL Á SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		<b>1.821.328,34</b>

25 / 31

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

No exercício em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.556.880,84 correspondente a 21.06% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 735.552,72 equivalente a 6.06% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
10.301 - Atenção Básica	3.637.527,06
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	136.531,69
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	53.343,56
10.305 - Vigilância Epidemiológica	13.178,30
<b>VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>3.840.580,61</b>
3 - DEDUÇÕES	No Exercício
1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	1.114.153,58
1167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	127.025,36
1338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	42.520,83
<b>VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>1.283.699,77</b>
4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Exercício
<b>VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>
5 - RESUMO	No Exercício
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	12.142.188,42
Despesas por Função/Subfunção (VI)	3.840.580,61
Deduções (VII+VIII)	1.283.699,77
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	2.556.880,84
Mínimo a ser aplicado	1.821.328,12
Aplicação à maior	735.552,72
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	21,06
Superávit	6,06

No exercício em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.556.880,84 correspondente a 21.06% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 735.552,72 equivalente a 6.06% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
10.301 - Atenção Básica	3.637.527,06
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	136.531,69
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	53.343,56
10.305 - Vigilância Epidemiológica	13.178,30
<b>VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>3.840.580,61</b>
3 - DEDUÇÕES	No Exercício
1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	1.114.153,58
1167 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	127.025,36

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

1338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	42.520,83
<b>VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>1.283.699,77</b>
<b>4 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>No Exercício</b>
<b>VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>
<b>5 - RESUMO</b>	<b>No Exercício</b>
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	12.142.188,42
Despesas por Função/Subfunção (VI)	3.840.580,61
Deduções (VII+VIII)	1.283.699,77
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	2.556.880,84
Mínimo a ser aplicado	1.821.328,12
Aplicação à maior	735.552,72
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	21,06
Superávit	6,06

### Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

**a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;**

**b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;**

**c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.**

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 15.639.982,94, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.303.331,91 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	96.156,25	4,36	644.024,23	3,59	644.024,23	3,59
Receita de Contribuições	6.308,53	0,29	59.521,71	0,33	59.521,71	0,33
Receita Patrimonial	35.957,92	1,63	445.775,68	2,48	445.775,68	2,48
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.374,50	0,29	111.462,71	0,62	111.462,71	0,62
Transferências Correntes	1.611.429,14	73,04	15.957.550,96	88,90	15.957.550,96	88,90
Outras Receitas Correntes	449.878,96	20,39	731.275,32	4,07	731.275,32	4,07
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.206.105,30</b>	<b>100</b>	<b>17.949.610,61</b>	<b>100</b>	<b>17.949.610,61</b>	<b>100</b>
2 - DEDUÇÕES	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-201.615,30	0,00	-2.309.627,67	0,00	-2.309.627,67	0,00
<b>II) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>-201.615,30</b>	<b>100</b>	<b>-2.309.627,67</b>	<b>100</b>	<b>-2.309.627,67</b>	<b>100</b>
3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	2.004.490,00	12,82	15.639.982,94	100,00	15.639.982,94	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.303.331,91	8,33



# Município de Passos Maia

## Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

### Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

**Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:**

**I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;**

**II - criação de cargo, emprego ou função;**

**III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**

**IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;**

**V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.**

A despesa líquida com pessoal do Município de Passos Maia realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 8.591.949,89, equivalendo a 54,94% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>No Período</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>1.366.849,15</b>	<b>8.591.949,89</b>	<b>8.591.949,89</b>
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	4.000,00	4.000,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	274.180,63	3.106.324,01	3.106.324,01
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	742.087,95	3.801.776,69	3.801.776,69
319013 - Obrigações Patronais	350.580,57	1.679.849,19	1.679.849,19
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>19.232,72</b>	<b>127.077,55</b>	<b>127.077,55</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	19.232,72	127.077,55	127.077,55
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>1.386.081,87</b>	<b>8.719.027,44</b>	<b>8.719.027,44</b>
<b>2 - Despesas Não Computadas</b>	<b>No Período</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	19.232,72	127.077,55	127.077,55
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>19.232,72</b>	<b>127.077,55</b>	<b>127.077,55</b>

<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	15.639.982,94
Limite prudencial - 57%	8.914.790,28
Limite máximo - 60%	9.383.989,76
Despesa bruta com pessoal (III)	8.719.027,44
Despesas não computadas (IV)	127.077,55
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	8.591.949,89
Percentual aplicado em despesas com pessoal	54,94
Limite prudencial (57%)	322.840,39
Limite máximo (60%)	792.039,87

### Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 8.082.993,73, equivale a 51,68% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>No Período</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>1.312.157,82</b>	<b>8.082.993,73</b>	<b>8.082.993,73</b>
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	4.000,00	4.000,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	267.957,02	3.037.811,26	3.037.811,26
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	703.087,36	3.449.837,27	3.449.837,27
319013 - Obrigações Patronais	341.113,44	1.591.345,20	1.591.345,20
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>19.232,72</b>	<b>127.077,55</b>	<b>127.077,55</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	19.232,72	127.077,55	127.077,55
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>1.331.390,54</b>	<b>8.210.071,28</b>	<b>8.210.071,28</b>

<b>2 - Despesas Não Computadas</b>	<b>No Período</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	19.232,72	127.077,55	127.077,55
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>19.232,72</b>	<b>127.077,55</b>	<b>127.077,55</b>

<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>
--

29 / 31

## Município de Passos Maia

### Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	15.639.982,94
Limite prudencial - 51,30%	8.023.311,25
Limite máximo - 54%	8.445.590,79
Despesa bruta com pessoal (III)	8.210.071,28
Despesas não computadas (IV)	127.077,55
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	8.082.993,73
Percentual aplicado em despesas com pessoal	51,68
Limite prudencial (51,30%)	-59.682,48
Limite máximo (54%)	362.597,06

### Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 508.956,16, equivale a 3,25% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Período	No Exercício	Acumulado
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>54.691,33</b>	<b>508.956,16</b>	<b>508.956,16</b>
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	6.223,61	68.512,75	68.512,75
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	39.000,59	351.939,42	351.939,42
319013 - Obrigações Patronais	9.467,13	88.503,99	88.503,99
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>54.691,33</b>	<b>508.956,16</b>	<b>508.956,16</b>

2 - Despesas Não Computadas	No Período	No Exercício	Acumulado
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	15.639.982,94
Limite prudencial - 5,70%	891.479,03
Limite máximo - 6%	938.398,98
Despesa bruta com pessoal (III)	508.956,16
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	508.956,16
Percentual aplicado em despesas com pessoal	3,25
Limite prudencial (5,70%)	382.522,87

30 / 31

**Município de Passos Maia****Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Limite máximo (6%)

429.442,82

**GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO****Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)**

O artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o relatório a que se refere o § 3o do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

O artigo 53 da mesma LRF estabelece que:

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2o, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4o;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 2o, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Passos Maia(SC), 19 de Fevereiro de 2016

\_\_\_\_\_  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Karina Ap. Marini Ribeiro  
Controladora Interna

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2016

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Constância Pereira Demétrio no Bairro Areias (Estaca 0=PP A 57+0,00), Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 09/03/2016. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 09/03/2016, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 19 de fevereiro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

DECRETO Nº 06/ 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 230.000,00  
10.301.0013.1.065 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 120.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.14.002001 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 110.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.6.14.002001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.14.002001 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.14.002009 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo

superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.6.14.002001 – ESF Estadual - no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e da fonte 0.6.14.002009 – PMAQ – no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de fevereiro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

# Penha

## PREFEITURA

**PP05/2016 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016– FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/03/2016 até às 17h00min

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/03/2016

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 19 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 01 2016 - COMBUSTÍVEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTIVEL (GASOLINA, ÓLEO DÍSEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10) PARA CONSUMO DAS VIATURAS E MOTOCICLETAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. Empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.602.498/0001-25, valor R\$ 169.800,00. Data: 19/02/2016. Valor Total: R\$ 169.800,00. Petrolândia, 22 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 06 2016 - COMBUSTÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. Empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.602.498/0001-25, valor R\$ 824.750,00. Data: 19/02/2016. Valor Total: R\$ 824.750,00. Petrolândia, 22 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

### CONTRATO 06 2016 - PEDIATRIA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa PRONTOPEDE PEDIATRIA LTDA, inscrita no CNPJ: 82.870.189/0001-38. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE PEDIATRIA A SEREM REALIZADOS 03 (três) VEZES POR SEMANA, ATENDENDO A DEMANDA DE PACIENTES NA UNIDADE SANITÁRIA DO MUNICÍPIO (SEDE). Data: 15/02/2016. Valor: R\$ 68.530,00. Petrolândia, 22 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02 de março, licitação modalidade Pregão Presencial n. 012/2016, visando à contratação de assessor jurídico para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – IPREPI.

DATA DO CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 02/03/2016, até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49)3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC 18 DE FEVEREIRO DE 2016  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 35, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 35, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO À SERVIDORA QUE MENCIONA”

ALDIR RECH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

Considerando o disposto no art. 179, inciso III, alínea “a”, instituído pela Lei Complementar nº 070, de 07 de abril de 1998;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para ausentar-se ao serviço público em virtude de casamento a servidora ALESSANDRA DE COSTA, ocupante do cargo estatutário de CONTADOR(A) – NÍVEL CPE – 01, nomeada através da PORTARIA N. 15, DE 10 DE MARÇO DE 2010, pelo prazo de 8 dias consecutivos, computados a partir do dia 22 de fevereiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC.

PINHEIRO PRETO - SC, 22 de fevereiro de 2016.

ALDIR RECH

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**ED\_DL005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. PM-DR/005/2016

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

Edital: PM/DL-005/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº PM-CT006/2016

CONTRATADO: FABIO JUNIOR DE MELLO - MEI.

VALOR: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Objeto: Execução global de reforma e ampliação da área coberta da Escola Municipal Nucleada com 105m2.

VIGÊNCIA: 19/02/2016 a 19/03/2016

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: [www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações](http://www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações).

PLANALTO ALEGRE, 19 de Fevereiro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal.

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.051, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO N.º 3.051, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

APROVA O MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2016, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n.º 74, inciso I, alínea "n" e fundado no caput do art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 9.504, de 30/09/1997; e

CONSIDERANDO-SE que o ano corrente é ano de eleições nos municípios, onde exige-se das autoridades e agentes públicos especial atenção diante do cabedal de normas direcionadas às condutas exigidas e/ou vedadas na circunscrição do pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único: O Manual de que trata este Decreto será divulgado por meio de publicação na imprensa oficial e na página eletrônica oficial do Município.

Art. 2º O Manual instituído neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos do Município, inclusive aos representantes governamentais nos conselhos municipais.

Parágrafo Único: O acompanhamento, avaliação e orientação quanto a pedidos de auxílio financeiro, distribuição gratuita de bens ou benefícios, no período eleitoral do ano corrente, ficará a cargo das Unidades de Controle Interno e de Assessoramento Jurídico do Município.

Art. 3º Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação federal pertinente à matéria, incidindo subsidiariamente o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 27 de janeiro de 2016.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO

MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2016

#### 1. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO:

O conceito de agente público para aplicação da legislação eleitoral

é amplo e abrange, inclusive, aqueles que não são servidores públicos.

Para enquadramento nesta definição, adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30/09/1997:

Art. 73. [...]

§ 1º - Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Portanto, no âmbito municipal, será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

a) mandato: eleito (Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador) ou escolhido, a exemplo dos Conselheiros Tutelares e Membros de Conselhos da Administração Municipal;

b) cargo: nomeado por concurso público ou em comissão, ou contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime jurídico administrativo (estatutário);

c) emprego: contratado por concurso público, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público ou em comissão, pelo regime jurídico trabalhista (celetista); e

d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o conciliador na Casa da Cidadania, o componente de Comissão ou de Conselho na Administração Municipal, os terceirizados e outros.

#### 2. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS:

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é não permitir que seus atos venham "a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais" e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral:

1. A configuração da prática de conduta vedada independe de potencialidade lesiva para influenciar o resultado do pleito, bastando a mera ocorrência dos atos proibidos para atrair as sanções da lei.  
2. O elemento subjetivo com que as partes praticam a infração não interfere na incidência das sanções previstas nos arts. 73 a 78 da Lei nº 9.504/197.

3. O juízo de proporcionalidade incide apenas no momento da fixação da pena. As circunstâncias fáticas devem servir para mostrar a relevância jurídica do ato praticado pelo candidato, interferindo no juízo de proporcionalidade utilizado na fixação da pena (TSE, ARESPE nº 278961/SP, em 18/11/2009).

1. O exame das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei das Eleições deve ser feito em dois momentos. Primeiro, verifica-se se o fato se enquadra nas hipóteses previstas, que, por definição legal, são "tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais". Nesse momento, não cabe indagar sobre a potencialidade do fato.

2. Caracterizada a infração às hipóteses do art. 73 da Lei 9.504/97, é necessário verificar, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, qual a sanção que deve ser aplicada. Nesse exame, cabe ao Judiciário dosar a multa prevista no § 4º do mencionado art. 73, de acordo com a capacidade econômica do infrator, a gravidade da conduta e a repercussão que o fato atingiu. Em caso extremo, a sanção pode alcançar o registro ou o diploma do candidato beneficiado, na forma do § 5º do referido artigo. (TSE, Representação n. 295986/DF, em 21/10/2010)

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo e abster-se da prática do ato.

### 3. CONDUTAS VEDADAS:

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral que serão analisadas neste Manual, sem prejuízo das demais proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo.

#### 3.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Art. 73. [...]

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária.

Note-se que a vedação é imposta a todos os entes da Federação, não havendo distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais. Ademais, constitui proibição a ser observada permanentemente, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Em síntese, são vedados a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política.

Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE – REspe 24865 e EDAI 5135). Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

É igualmente vedada a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, bem como a

pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados, nestes mesmos bens. O desrespeito a esta vedação, sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (tais como rios, mares, estradas, ruas e praças) e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

É proibida, ainda, a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause danos.

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, R-Rp nº 425109-DF) que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada, sem questionar-se da potencialidade lesiva da atitude em influenciar o resultado do pleito.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, registra-se que o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei nº 9.504/97.

Ressalva-se, por fim, que a Lei Eleitoral permite a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. A mobilidade referida nestes casos estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas.

#### 3.1. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Art. 73. [...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Além disso, é proibido o uso dos recursos ou equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, cadastro de endereços eletrônicos, aparelhos de fax, conta de e-mail institucional, sites oficiais, blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone ou rede social do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou

informar sobre reunião de cunho político.

### 3.2. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

Art. 73. [...]

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei Federal nº 9.504/97).

Sublinhe-se que a proibição acima destacada deve ser observada permanentemente pelos agentes públicos, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Anote-se, por seu turno, que não se ajusta à proibição descrita na legislação de regência acima especificada a cessão de servidores que se encontrem devidamente licenciados (licença concedida de acordo com as regras insertas no regime jurídico a que vinculados), estiverem fora do horário de expediente (ocasião em que lhes será lícito manifestar a sua predileção por determinada candidatura) ou no gozo regular de férias (consoante entendimento sufragado pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no RESPE 27.927, de 21.08.2008 – rel. Min. Arnaldo Versiani).

Assim, o servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar direta ou indiretamente de campanha eleitoral.

Já decidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA - ART. 73, I E III, DA LEI N. 9.504/1997 - USO, NA PROPAGANDA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, DE PRÉDIOS IMAGENS CAPTADAS EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS COM A COLABORAÇÃO DE SERVIDORES EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE - CONFIGURAÇÃO - RECURSO PROVIDO.

A realização de propaganda para o horário eleitoral gratuito no interior de policlínicas e escolas públicas, mediante captação de imagens que só puderam ser obtidas pela colaboração dispensada por servidores públicos que ali executavam suas atribuições, em espaços aos quais não teriam livre acesso outras equipes de filmagem, configura as condutas vedadas do art. 73, incisos I e III, da Lei n. 9.504/1997. (TRE/SC, Acórdão n. 23.583, de 14/04/2009)

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu local de trabalho e/ou horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

### 3.3. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73. [...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº 9.504/97).

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

O Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião do julgamento do RESPE

25.890 (Rel.Min. José Delgado), reconheceu configurar violação ao disposto no preceito normativo em apreço o uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que se está apoiando.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Tal restrição deve observar, ainda os ditames do § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que adiante será objeto de exame.

Dessa forma, é proibido que, por exemplo, durante a entrega de medicamentos ou cestas básicas, seja anunciado ou informado que determinado candidato é o responsável pelo seu fornecimento à população, por meio de discursos, "santinhos" ou faixas.

### 3.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

Art. 73. [...]

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecederem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

[...]

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; [...]. (Lei Federal nº 9.504/97).

Segundo a lei, a limitação ocorre apenas na circunscrição do pleito, ou seja, na esfera municipal, portanto, de especial atenção.

A regra, no caso, destina-se a evitar contratações de cunho eleitoral e perseguições por motivos eleitorais.

De ressaltar, novamente, que os atos descritos não podem ter finalidade ou potencialidade de influenciar no pleito municipal.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar Quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

Contudo, foi ressalvada a possibilidade de (1) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; (2) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016; e (3) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

No contexto da terceira exceção, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção nº 712, para determinação do que seja "serviço público essencial" aplica-se o disposto na Lei nº 7.783/89, in verbis:

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

IV - funerários;



V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

Art. 11, Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Além disso, o Inciso V do Art. 73 da Lei nº 9.504/97 já foi objeto de aplicação pelo Tribunal Superior Eleitoral, como se observa a seguir:

Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período. (TSE, Resolução nº 21.806, julgado em 08/06/2004)

**AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97.**

1. A dificuldade imposta ao exercício funcional de uma servidora consubstanciada em suspensão de ordem de férias, sem qualquer interesse da administração, configura a conduta vedada do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, ensejando a imposição de multa. (TSE, Acórdão n. 11.207, de 17/11/2009)

1. Contratação temporária, pela Administração Pública, de professores e demais profissionais da área da educação, motoristas, faxineiros e merendeiras, no período vedado pela lei eleitoral. (...)

3. Em sentido amplo, todo serviço público é essencial ao interesse da coletividade. Já em sentido estrito, essencial é o serviço público emergencial, assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde ou segurança da população".

4. (...) Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à "sobrevivência, saúde ou segurança da população". (TSE, RESP Eleitoral n. 27563, de 12/12/2006)

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral que se quer a área da educação enquadra-se em exceção, entendendo como vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, ao enfrentar a aplicação do mesmo dispositivo, estabeleceu que:

**RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRÊS MESES ANTES DA ELEIÇÃO - VEDAÇÃO – ART. 73, V, DA LEI N. 9.504/1997 - NULIDADE - DESPROVIMENTO.**

A teor do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, é vedado aos agentes públicos exonerar servidor, na circunscrição do pleito, no período dos três meses que o antecedem até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade. (TRE/SC, Acórdão n. 19.436, de 21/09/2004)

**RECURSO - REPRESENTAÇÃO - PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA ART. 73, V, LEI N. 9.504/97 - CARACTERIZAÇÃO – DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

A renovação do contrato de prestação de serviços durante o período de 3 (três) meses que antecedem ao pleito importa em conduta vedada ao agente público, se não contemplada nas exceções previstas nas alíneas de "a" a "e" do inciso V do art. 73 da Lei n.

9.504/97. (TRE/SC, Acórdão nº 17051, de 05/09/2001)

Por outro lado, mesmo nas exceções ressalvadas, deve-se atentar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que assim dispõe:

Art. 21.É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1o do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

### 3.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei Federal nº 9.504/97).

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também a União e aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Assim, conforme a Resolução-TSE nº 23.450/2015, para estas eleições, a partir da data de 2 de julho de 2016, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

Constitui ressalva a esta exceção, a transferência dos recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Observe-se que "A teor do disposto no artigo 25 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve-se entender por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente integrante da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Vê-se, pois, que a legislação eleitoral, em face do que determina o comando normativo em destaque, não coíbe a realização de transferências obrigatórias (por exemplo, a participação do Município nas receitas obtidas a partir da cobrança de impostos de competência de outros organismos políticos federados) por força da Constituição da República ou de outros diplomas legislativos. Avulta observar que se o convênio tiver sido celebrado antes dos três meses que antecedem o pleito, e se houver previsão de um cronograma de desembolso de recursos, em contrapartida à realização de uma obra ou à prestação de um serviço pela entidade beneficiária, então os recursos relativos a esse convênio podem ser

repassados, mesmo que esse repasse já ocorra dentro dos três meses imediatamente anteriores à eleição. Cuida-se de entendimento prestigiado na esfera jurisprudencial e que desfruta do beneplácito de significativa corrente doutrinária”.

Portanto, na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

1. convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que prevêem o repasse de verbas somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;
2. convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciado e com cronograma pré-fixado; e
3. convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais.

Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

### 3.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...]

- b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
- c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei Federal nº 9.504/97).

Neste caso, a vedação vigora a contar de 02/07/2016 e abrange toda a publicidade institucional municipal, produzida por ela própria ou por terceiros.

Logo, a contar de 02/07/2016 deve ser suspenso todo e qualquer contrato de publicidade, programa de rádio ou espaço publicitário em televisão, rádio, jornal, internet, outdoor, placas, faixas, etc.

Somente nos casos excepcionais (casos de grave e urgente necessidade pública), e após autorização da Justiça Eleitoral, será permitida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta.

### 3.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

Art. 73. [...]

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou

municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

A média a que alude a Lei é obtida levando-se em conta as despesas do primeiro semestre dos anos anteriores - não desaprovadas oficialmente - em relação ao lapso de tempo (três anos que antecederam o ano eleitoral), no primeiro semestre do ano eleitoral, em que a permissão é dada. Ou seja, não pode o agente, neste um único semestre (janeiro a junho) de 2016, investir em publicidade mais que o valor correspondente ao que empregou lícitamente em média nos primeiros semestres dos três anos anteriores, achado tal limite em operação que tome por referência a média do gasto realizado no primeiro semestre dos três anos que antecedem o pleito (2013, 2014 e 2015).

### 3.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 73. [...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Essa restrição se aplica aos agentes públicos municipais a contar de 05/04/2016, ou seja, a partir desta data é vedada a concessão de revisão geral e/ou de reajuste geral aos servidores públicos, exceto se o índice limitar-se a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ao longo do período transcorrido no ano de 2016 (inflação do ano corrente).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, “O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução/TSE nº 20.890, de 9.10.2001. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela lei eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral.” (TSE, Resolução nº 21.296, julgado em 12/11/2002, rel. Min. Fernando Neves).

### 3.10. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

Art. 73. [...]

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

A norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos. Destarte, tem-se que é vedada a sua disponibilização gratuita, seja através de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação.

De acordo com o mencionado parágrafo, ao estenderem-se pelo “ano em que se realizar eleição”, as vedações vigoram, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.



Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

1. distribuição gratuita de bens;
2. distribuição gratuita de valores; e
3. concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

1. estado de calamidade pública;
2. estado de emergência; e
3. programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Ademais, existe a presunção de lesividade do ato no caso de descumprimento da vedação, senão vejamos:

"(...) 4. Mesmo que a distribuição de bens não tenha caráter eleitoreiro, incide o § 10 do art. 73 da Lei das Eleições, visto que ficou provada a distribuição gratuita de bens sem que se pudesse enquadrar tal entrega de benesses na exceção prevista no dispositivo legal" (TSE, AgR-REspe nº 35.590, de 24/5/2010).

"(...)Para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/197 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito". (TSE, RESP n. 36.026, rel. Min. Aldir Passarinho Junior).

**CONDUTA VEDADA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS.** 1. À falta de previsão em lei específica e de execução orçamentária no ano anterior, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, em ano eleitoral, consistente em programa de empréstimo de animais, para fins de utilização e reprodução, caracteriza a conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97. (TSE, Recurso Ordinário nº 149655, de 13/12/2011)

Por outro lado, a Justiça Eleitoral adota pronunciamento restritivo na resposta as consultas formuladas sobre o dispositivo, como segue:

**CONSULTA - PREFEITO - LEGITIMIDADE - CONHECIMENTO - CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO - ART. 73, § 10, DA LEI DAS ELEIÇÕES - VEDAÇÃO À AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS AOS ADMINISTRADOS EM ANO ELEITORAL, AINDA QUE SE TRATE DE PLEITO ESTADUAL - RESPOSTA NEGATIVA.**(...)

Com essas considerações, conheço da consulta e a ela responder que a conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei das Eleições, não contém restrição quanto ao seu alcance, sendo aplicável a todos os agentes públicos da esfera municipal, estadual e federal, independentemente da circunscrição do pleito (estadual, municipal ou federal), nos termos acima consignados. (Resolução nº 7.779, do TRE/SC, julgado em 26/04/2010)

"Doação de bens - Ano eleitoral. A teor do disposto no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, é proibida a doação de bens no ano em que se realizarem as eleições." NE: "Então, não há como considerar legítima a possibilidade de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, integrante da Administração Pública, proceder a doações de bens. O argumento referente à origem e à natureza perecível não é suficiente a excepcionar-se a regra proibitiva, fora de previsão dela constante." (TSE, Resolução n. 23.291, de 1/7/2010, rel. Min. Marcos Aurélio).

**CONSULTA - SORTEIO ENTRE CONTRIBUINTES - INCENTIVO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS - § 10 DO ART. 73 DA LEI N. 9.504/1997 - CONDUTA VEDADA - SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS - NÃO-CONFIGURAÇÃO - RESPOSTA NEGATIVA.**

A teor do disposto no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, à Administração Pública é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. (TRE/SC, Consulta nº 2285, em 07/04/2008)

**CONSULTA - INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA - FORMULAÇÃO EM TERMOS AMPLOS - NÃO-CONHECIMENTO.** Não se conhece de consulta formulada em termos amplos, passível de diversas interpretações.

(...)

Não obstante, tenho que a concessão de benesses a empresas no ano da eleição sem estar devidamente amparada em lei específica, e, ainda, sem obedecer aos requisitos e às exigências da Lei Complementar n. 101/2000, bem como, da Lei n. 8.666/93, poderá subsumir-se na regra insculpida no § 10 do art. 73, caracterizando distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública. (TRE/SC, Res. nº 7.560, julgado em 12/12/2007)

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República de 1988, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações: (a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa; (b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 3.4, "Uso promocional de programas sociais".

Alcance da vedação:

a) entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, Petição nº 100080-DF) que a doação de bens na forma vedada abrange inclusive bens perecíveis;

b) segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), "para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito".

**3.11. ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS**

Art. 73.

§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97).

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções.

Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria.

A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

**3.12. CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA INAUGURAÇÕES**

Art. 75. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida, a partir de 2 de julho de 2016, a contratação de shows artísticos para inaugurações (de obras, serviços, instalações, etc.). A vedação é também aplicável à administração estadual e sua inobservância caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

### 3.13. SOLENIDADES DE INAUGURAÇÕES

Art. 77. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma. (Lei Federal nº 9.504/97).

Assim como na hipótese anterior, a partir do dia 2 de julho de 2016, é vedada a qualquer candidato a participação de inaugurações de obras públicas.

Importante observar que a redação empregada à regra do art. 77, proíbe que qualquer candidato "compareça" a atos de inauguração de obras públicas, eis que até 2009 apenas vedava a "participação" para candidatos ao Executivo. Nesse sentido, a vedação tornou-se mais abrangente e mais severa, cuja violação poderá implicar a cassação do registro do candidato.

É importante salientar que o dispositivo veda a participação de candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa a evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade (lembrando o que dispõe o item 3.12 acima), mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas.

Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

É proibida, também, a participação de representantes, assessores emissários ou mandatários do candidato nos atos de inauguração.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

### 4. DEMAIS VEDAÇÕES:

Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na legislação eleitoral pertinente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

### 5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES:

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 caracteriza a violação das condutas enumeradas no mesmo artigo como atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.429/92.

### 5.1. CONSTITUEM CRIMES ELEITORAIS

Além das demais orientações contidas neste Manual de Comportamento, registre-se aos agentes públicos que são considerados crimes eleitorais as seguintes condutas:

a) No dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata e a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor; Observação: não caracteriza este crime a entrega ou a distribuição de material de propaganda eleitoral no interior das sedes dos partidos políticos e comitês eleitorais, a quem o solicite (Resolução – TSE 21.235, de 05.10.2002);

b) O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. (Lei nº 9.504/97, art. 40);

c) Divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência perante o eleitorado. (Código Eleitoral, art. 323);

d) Caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Código Eleitoral, art. 324), ou quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1.º);

e) Difamar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Código Eleitoral, art. 325);

f) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. (Código Eleitoral, art. 331);

g) Impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332);

h) Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334);

i) Fazer propaganda, qualquer que seja a forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

### 6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS:

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos.

Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a Internet e a Intranet.

Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

- a) a utilização de computador ou notebook/netbook ou tablet funcional/institucional para atos voltados à eleição;
- b) o uso do e-mail institucional para questões de campanha ou

propaganda eleitoral;

c) a divulgação ou aproveitamento de cadastro de endereços eletrônicos e catálogo de emails formados ou obtidos na atividade pública; e

d) a alimentação de páginas eletrônicas, Twitter ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual, como, por exemplo, utilizar-se de Twitter ou facebook pessoal para vincular programa social a determinado partido político ou candidato.

#### 7. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS:

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos, sem prejuízo da obrigação de observância ou atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual.

Nas demais situações não previstas expressamente pela legislação ou neste Manual, em que o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral, recomenda-se, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância das normas cabíveis, que as condutas sejam pautadas por princípios dos Direitos Administrativo e Eleitoral, especialmente:

a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepor aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;

b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;

c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e

d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de recursos ou bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

#### 8. CALENDÁRIO ELEITORAL:

Abaixo destacamos algumas das datas identificadas no Calendário Eleitoral (Eleições de 2016) de que trata a Resolução nº 23.450, de 10/11/2015, que tem relação direta com as orientações deste Manual:

#### • 1º de janeiro – sexta-feira (início do ano da eleição)

1. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art.73, § 10).

2. Data a partir da qual ficam vedados:

a) Os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 11);

b) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III);

c) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

d) Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, inciso VII).

#### • 02 de abril - sábado (seis meses antes da eleição)

1. Início dos prazos de desincompatibilização: Data a partir da qual alguns agentes políticos devem se desincompatibilizar ou se afastar dos cargos, empregos ou funções públicas para conservar sua elegibilidade.

Importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral – TSE disponibilizou em sua página na internet ferramenta de pesquisa, no qual dispõe dos prazos de desincompatibilização para os cargos eletivos no pleito de 2016. Esta informação é encontrada no endereço: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/prazos-de-desincompatibilizacao>>.

#### • 5 de abril – sábado (180 dias antes)

1. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII).

#### • 2 de julho – sábado (3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas:

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados

até 2 de julho de 2016;

c) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

d) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, b e c, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos tribunais eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II).

• 2 de outubro - domingo: dia das eleições – Primeiro Turno.

• 30 de outubro - domingo: dia das eleições – Segundo Turno.

Observação: Aqueles que tiverem interesse poderão acessar a íntegra da Resolução nº 23.450/2015 no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/inteiro-teor>.

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 021/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 021/2016

CONVÊNIO nº 021/2016. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO DE POMERODE. Objeto: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO, PARA PODER LEVAR A CULTURA A VÁRIOS LOCAIS DO MUNICÍPIO E DO ESTADO. Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 25 de janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 022/2016

CONVÊNIO nº 022/2016. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO DE DANÇA CLUBE ALEGRE DE POMERODE. Objeto: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE DANÇA CLUBE ALEGRE. Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 25 de janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode



# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1º RETIFICAÇÃO - PREGÃO 003/2016 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

#### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – 003/2016 FUMTUR

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de toldos para o Píer Municipal, atendendo as necessidades da Fundação Municipal de Turismo Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital

No termo de referência

Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	ESTRUTURA EM DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COBERTURA EM TOLDO IMPERMEÁVEL E ANTI CHAMA 7.000 X 8.000, COM PINTURA ELETROESTÁTICA. CONTRATAÇÃO COM TRANSPORTE, DEMONTAGEM DA ESTRUTURA ATUAL E MONTAGEM DA ESTRUTURA NOVA. AS LONAS DEVERÃO POSSUIR LAUDO ANTI-CHAMA (APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇO)
2	ESTRUTURA EM DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COBERTURA EM TOLDO IMPERMEÁVEL E ANTI CHAMA 7.000 X 10.000, COM PINTURA ELETROESTÁTICA. CONTRATAÇÃO COM TRANSPORTE, DEMONTAGEM DA ESTRUTURA ATUAL E MONTAGEM DA ESTRUTURA NOVA. AS LONAS DEVERÃO POSSUIR LAUDO ANTI-CHAMA (APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇO)
3	ALAMBRADO DE PROTEÇÃO TIPO CERCA EM AÇO DE CHAPA NAS DIMENSÕES 1.200 X 10.000.
4	FORNECIMENTO DE ART DE TODA A ESTRUTURA MONTADA

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	ESTRUTURA EM DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COBERTURA EM TOLDO IMPERMEÁVEL E ANTI CHAMA 7.000 X 8.000, ALTURA 4.000MM, COM PINTURA ELETROESTÁTICA. CONTRATAÇÃO COM TRANSPORTE, DEMONTAGEM DA ESTRUTURA ATUAL E MONTAGEM DA ESTRUTURA NOVA. AS LONAS DEVERÃO POSSUIR LAUDO ANTI-CHAMA (APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇO)
2	ESTRUTURA EM DE TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COBERTURA EM TOLDO IMPERMEÁVEL E ANTI CHAMA 7.000 X 10.000, ALTURA 4.000MM COM PINTURA ELETROESTÁTICA. CONTRATAÇÃO COM TRANSPORTE, DEMONTAGEM DA ESTRUTURA ATUAL E MONTAGEM DA ESTRUTURA NOVA. AS LONAS DEVERÃO POSSUIR LAUDO ANTI-CHAMA (APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇO)
3	GUARDA CORPO DE PROTEÇÃO TIPO CERCA, EM AÇO DE CHAPA NAS DIMENSÕES 1.200MM DE ALTURA X 7.000MM DE COMPRIMENTO
4	FORNECIMENTO DE ART DE TODA A ESTRUTURA MONTADA

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – 003/2016 FUMTUR.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 19 de fevereiro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2016 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública – 001/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Valor Global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção de unidade escolar de educação infantil (projeto proinfância – tipo 2) com área total de 890,33 m² conforme termo de compromisso PAR nº49314 do programa plano de ações articuladas destinado a Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital” - convênio

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 01/04/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 01/04/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.410/2016 - NOMEIA MEMBROS DO FUNDEB

DECRETO Nº 1.410, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

☐ Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ☐.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal nº 1.802, de 6 de abril de 2010,

Decreta:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com a Lei Municipal nº 1.498,

de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal nº 1.802, de 6 de abril de 2010, os seguintes membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

a) 02 (dois) Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação e seus suplentes:

Titular: Nilceléia Otávia da Silva Kohl

Suplente: Silvana Aparecida dos Santos

Titular: Marcio Fernando Casas

Suplente: Juçara Jaques

b) 01 (um) Representante dos Professores da Educação Básica Pública e seu suplente:

Titular: Francisco Goedert

Suplente: Nicésio Delfino

c) 01 (um) Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas e seu suplente:

Titular: Adriana aparecida Schimiguel

Suplente: Lauren Schultz Gadotti

d) 01 (um) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas e seu suplente:

Titular: Ildo Elicker

Suplente: Roseane La Banca

e) 02 (dois) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública e seus suplentes:

Titular: Ilda Guiz

Suplente: Geórgia Rebelo Inácio

Titular: Luciane Souza Loss

Suplente: Kátia Kohl silva

f) 02 (dois) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública e seus suplentes:

Titular: Maia Guerreiro

Suplente: Gabrieli Vaz Inez

Titular: Caio Tsukamoto

Suplente: Fernanda dos Santos

g) 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação e seu suplente:

Titular: Valdirene Dietrich

Suplente: Vera Regina Evaristo de Andrade

h) 01 (um) Representante do Conselho Tutelar e seu suplente:

Titular: Clair Aparecida Soares da Silva

Suplente: Samira Costa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, a Portaria nº 761/2012 e os Decretos nº 1.168/2013 e 1.323/2015.

Porto Belo – SC, aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - AMASPU

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União (SC)  
Processo Licitatório 002/2016  
Extrato de Pregão Presencial 001/2016

A AMASPU Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União – Estado de Santa Catarina, e o PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, na qualidade de Curador desta AUTARQUIA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para aquisição de material de higiene, limpeza, copa e cozinha. Recebimento dos envelopes e credenciamento no dia 10 de março de 2016, às 13:30 horas, na Prefeitura Municipal, com início da sessão às 13:45 horas do mesmo dia e local. Recomendação de chegada com antecedência de, no mínimo, 15 minutos devido protocolo eletrônico. Maiores informações na sede da AMASPU, na Avenida Getúlio Vargas, 228, Centro - Porto União, ou pelo telefone (42)3523-2632 – e-mail impressprev@gmail.com. Edital no site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)

Porto União, SC, 16 de fevereiro de 2016.  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK  
Presidente IMPRESS/AMASPU

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 001/2016 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 001/2016 - Educação  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço global, para prestação de serviço de monitoramento dos alarmes nas Escolas Municipais, Núcleos de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 14 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de fevereiro de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 4.383/2016

LEI Nº 4.383, de 03 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre a Revisão Geral Anual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a "Revisão Geral Anual" de 11,2762%, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulada de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º A "Revisão Geral Anual" será concedida aos Vereadores e a todos os servidores efetivos e comissionados, ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Porto União, aplicados em uma única vez, considerando como base o mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2016.  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### AVISO DE PP Nº 0005/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Fundo Municipal de Saúde de Rio das Antas - FMS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016 – FMS

O Gestor do F.M.S. de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo licitatório nº 0008/2016-FMS na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2016-FMS, tendo como Objeto: Aquisição de Tablet e Veículo "0 km", 2016 para serem utilizados na Secretaria Municipal de Saúde em atendimento a atenção domiciliar. Tudo conforme o edital completo. DO CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES DA PROP./DOC. Será no setor de Licitações do Município, no dia 04/03/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: No Município de Rio das Antas, sito a Rua do Comércio, 780, no Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br) sem custo, mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 19 de Fevereiro de 2016 / Selmir Paulo Bodanese - Gestor do FMS

### AVISO DE PP Nº 0005/2016 - PMRA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC – Sec.Munic.de educação, Cultura e Esportes

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0009/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0005/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de material de limpeza/higiene e copa/cozinha; destinados à manutenção das atividades desenvolvidas nas E.N.M. "Jacinta Nunes", "Silva Paranhos", C.E.I.M. "Girassol" e "Ipoméia", e para Secretaria de administração e Finanças. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 03/03/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br), sem custo. Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 19 de Fevereiro de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016 - CARLA CRISTIANE ALVES - REPUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa, s/nº – Bairro Sumaré – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Aquarela, em substituição a Nilza Minatti, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.203,46 (Três mil duzentos e três reais e quarenta e seis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CARLA CRISTIANE ALVES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA MELLO SORDI, portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Andre Largura, nº 347 – Bairro Taboão – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a Juliana Feliciano, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	PATRICIA MELLO SORDI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### DECRETO Nº 5151, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5151, de 17 de fevereiro de 2016.  
"EXONERA E NOMEIA VANESSA MARIA BASTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 16/02/2016, a servidora VANESSA MARIA BASTOS, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração. E nomeada, para a partir de 17/02/2016, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe Divisão de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração em exercício

### PORTARIA Nº 0124/RH

PORTARIA Nº 0124/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 28/10/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015, designada pela Portaria n. 0348/RH de 26 de maio de 2015 (publicada em 29/05/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A. 002/2015, de 03 de dezembro de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de

dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

### PORTARIA Nº 0128/RH

PORTARIA Nº 0128/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/11/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015, designada pela Portaria n. 0348/RH de 26 de maio de 2015 (publicada em 29/05/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 009/P.A. 002/2015, de 21 de janeiro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

### PORTARIA Nº 0129/RH

PORTARIA Nº 0129/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 20/02/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2015, designada pela Portaria n. 0901/RH de 12 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 011/2015, de 03 de dezembro de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

**PORTARIA Nº 0130/RH**

PORTARIA Nº 0130/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 20/02/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2015, designada pela Portaria n. 0903/RH de 12 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 012/2015, de 03 de dezembro de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

**PORTARIA Nº 0133/RH**

PORTARIA N. 0133/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
NELSON POLTRONIERI	77003-1	FISCAL DE TRIBUTOS	157014/2015
EDSON DE MELO	76945-1	FISCAL DE TRIBUTOS	157281/2016
CARL HEINZ GUTJAHR	77410-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	157425/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de fevereiro de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

**PORTARIA Nº 0134/RH**

PORTARIA N. 0134/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MAISA DA LUZ, matrícula n. 77267-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o quarto Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 157404/2016, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de fevereiro de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj



**PORTARIA Nº 0135/RH**

PORTARIA N. 0135/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ZULMAR DA SILVA, matrícula n. 100064-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, no processo n. 157390/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de fevereiro de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

**PORTARIA Nº 0136/RH**

PORTARIA N. 0136/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora DANIELY DEMARCHI, matrícula n. 108960-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do Diploma de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Arte e Educação, através do protocolo n. 156687/2015, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 25 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

**PORTARIA Nº 0137/RH**

PORTARIA N. 0137/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora ALDA NEUMANN, matrícula n. 90158-1, ocupante do cargo

de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "D", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do Diploma de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Educação Infantil, através do protocolo n. 157665/2016, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

**PORTARIA Nº 0138/RH**

PORTARIA N. 0138/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a servidora DINI CRISTINA WORDELL BECKER, matrícula n. 96741-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Graduação em Pedagogia, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 30 (trinta) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de fevereiro de 2016, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

**PORTARIA Nº 0139/RH**

PORTARIA N. 0139/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016 e, considerando:

· O Relatório Final do Comitê Técnico de Estágio Probatório de fls. 38 a 43, dos autos do Processo Administrativo n. 002/2015, em conformidade com o disposto nos artigos 23 e 24 da Lei Complementar n. 309/2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 45 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o cumprimento da decisão exarada no Relatório Final do Comitê Técnico de Estágio Probatório, sendo a decisão unânime pela não exoneração da servidora ADRIANA CASAGRANDE, matrícula n. 230960-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º. Determinar que a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, averigue se ainda há atraso nos envios e nos retornos das avaliações de desempenho, reforce as orientações as comissões quanto aos trabalhos relativos à avaliação, bem como, tomem as providências cabíveis, em relação ao descumprimento dos prazos estipulados no Decreto n. 1465, de 20 de outubro de 2010 e Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

#### **PORTARIA Nº 0140/RH** PORTARIA N. 0140/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Conceder, a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, matrícula n. 168971-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Mestrado em Administração, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 30 (trinta) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de fevereiro de 2016, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de fevereiro de 2016.  
CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

#### **PREGÃO PRESENCIAL 008/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016**

**OBJETO:** Registro de preço para prestação de serviços através de locação de equipamentos diversos para atender a secretaria de obras.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 04/03/2016, às 10:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** às 10:30h do dia 04/03/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de fevereiro de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

#### **RESOLUÇÃO Nº 01/2016/CMDCA, 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016/CMDCA

“Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas relacionadas a alimentação oferecida para o Encontro Técnico sobre o Fundo para a Infância e Adolescência de Rio do Sul”.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 287/2014,

Considerando o Plano de Ação e Aplicação no item 1 que prevê Capacitação continua para Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente, CMDCA, Conselho Tutelar, Profissionais Técnicos de nível médio e superior da área de atendimento a criança e ao adolescente.

Considerando a necessidade de esclarecimentos de dúvidas no que tange a estrutura, captação e utilização dos Recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência de Rio do Sul), para custear despesas relacionadas a alimentação oferecida para o Encontro Técnico sobre o Fundo para a Infância e Adolescência de Rio do Sul

Art. 2º - A quantia a ser paga corresponde até o valor 0,5% do orçamento previsto no Plano de Ação e Aplicação 2016.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016  
JOSELA ESTOLE  
Presidente em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul  
CMDCA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 76/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº: 35/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Espécie: contrato de prestação de serviços Nº 76/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Orbenk Administração e Serviços Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação da Policlínica de Referência de Rio do Sul e as todas unidades de saúde atendidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul conforme especificações descritas no Anexo 01.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666 , de 21/06/1993

Valor Global: Pela prestação dos serviços constantes do objeto do presente contrato o Município pagará ao Contratado o valor total de R\$ 310.800,00 (trezentos e dez mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 15/12/2015

Signatários: Rodrigo Duarte, pela contratante, e José Miguel Pundeck, pela contratada.



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2016 - FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHAS EMPILHÁVEIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 19/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE CAMINHAS EMPILHÁVEIS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 26/02/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 26/02/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 20/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE QUATRO ROÇADEIRAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 20/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE QUATRO ROÇADEIRAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/03/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/03/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3678/2016

DECRETO Nº 3.678/2016

NOMEIA OS PREGOEIROS E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

#### DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Pregoeiro oficial do Município de Romelândia/SC e equipe de apoio para a análise, recebimento, julgamento e acompanhamento nos Processos Licitatórios das modalidades de Pregão Eletrônico e/ou Presencial, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações, para exercer a função no período de 07 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, composta pelos seguintes membros:

PREGOEIRO: VALDINEI GREGOL

SUBSTITUTO: MILTON AIMI

Equipe de apoio: Edinéia Paula Meneghini Michels, Valdecir Benachio, Alan Antonio Balestrin, Pedro Gregol, Cloves Antonio Rafe.

ART. 2º - O trabalho da Comissão é considerado de caráter relevante sendo o pregoeiro remunerado, regulamentado na forma da portaria que o nomeia.

ART. 3º - Fica estabelecido que na ausência dos membros Titulares, o Substituto assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto nº. 3.632 de 19 de outubro de 2015 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 19 de Fevereiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

### EXTRATO 302

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 314 / 2016

EDITAL DE Dispensa por Justificativa 302 / 2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20 / 2016

O Município de Romelândia – SC comunica a monitor de informática SCFV - CRIANÇAS E ADOLESCENTES 08 HORAS SEMANAIS = 32 HORAS MÉS ATÉ DIA 30/11/2016

Contratada: TAINAN PICCININ PIRAN

Prazo: 30/11/2016

Valor R\$: 7.360,00 (sete mil trezentos e sessenta reais) Assinaturas:

Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito Municipal de Romelândia e pela Contratada: TAINAN PICCININ PIRAN

Romelândia – SC, 12/02/16

### EXTRATO 363

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 363 / 2016

EDITAL de Dispensa por Justificativa 349 / 2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21 / 2016

O Município de Romelândia – SC comunica a Contratação de serviços de elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais- PPRA, e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.

Contratada: PLANAMED ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Prazo: 31-12-2016

Valor R\$: 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) Assinaturas:

Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito Municipal de Romelândia e

pela Contratada: MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

Romelândia – SC, 12/02/16

### PORTARIA 7971

PORTARIA Nº 7971/2016

NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Nomear candidato abaixo relacionado para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo o mesmo comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessários e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DO NOMEADO:

SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS:

CARGO: Motorista CNH categoria C - Carga Horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

DELCIR BEILKE 3º lugar

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 19 de fevereiro de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 133/2016

PORTARIA Nº. 133/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, no período de 15 de fevereiro de 2016 a 14 de fevereiro de 2018, conforme Art. 82 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor ARNALDO ELÓI BENVÉGÚ JÚNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Professor I, criado pela Lei Complementar N.º 003/2005 de 12 de dezembro de 2005 e Alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 134/2016

PORTARIA Nº. 134/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ANA LÚCIA DOS SANTOS GIACOMIN, pelo período de 19/01/2016 a 19/04/2016, correspondente a 92 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 135/2016

PORTARIA Nº. 135/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ZENI CARDOSO DE OLIVEIRA, pelo período de 02/02/2016 a 02/04/2016, correspondente

a 61 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 136/2016

PORTARIA Nº. 136/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARILDE DEL MORO PAGANINI, pelo período de 03/02/2016 a 29/02/2016, correspondente a 27 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 137/2016

PORTARIA Nº. 137/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. ALESSANDRA SIMONE MUNARO para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor I, 30 horas semanais, conforme contrato administrativo nº 05/2016 .

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 138/2016**

PORTARIA Nº. 138/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. ALINE SARTOREL para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor I, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 139/2016**

PORTARIA Nº. 139/2016

NOMEIA DIRETOR DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. CINTIA CRISTIANY PÉRICO FARENZENA para o cargo de Diretor de Cultura, cargo em comissão, nível CC-3, com 40 horas semanais.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 18 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 015/2016**

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.015, de 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de licença ao vereador Silvano Tinelli, para afastamento do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

SANTO CIVIERO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o Vereador Silvano Tinelli, autorizado a licenciar-se do cargo por 30 (trinta) dias, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016 até o dia 22 de março de 2016, em conformidade com o inciso II do artigo 56 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2016.

SANTO CIVIERO

PRESIDENTE

# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
CNPJ 85.997.237/0001-41

#### C O N V I T E

O Prefeito Municipal do município de Santa Cecilia, convida a população em geral, para participar da Audiência pública, no dia 25 de fevereiro de 2016 (quinta feira), a partir das 15:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal , onde demonstrará o cumprimento das metas financeiras do 3º quadrimestre 2015, Relatório financeiro do quadrimestre da saúde.

Santa Cecília, 19 fevereiro 2016  
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 11/2016 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO nº 11/2016 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e considerando o disposto na Lei Estadual nº 14.590, de 23 de dezembro de 2008, e na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, que aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, Resolve: Convocar os órgãos e entidades do Poder Público e da Sociedade Civil, a seguir arrolar, por seus representantes legais, para comporem a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Santa Rosa do Sul, etapa preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades, a realizar-se no dia 06 de março de 2016, com início às 13:00h e término às 21:00h, na Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul - SC.

Art. 2º - A citada Conferência terá como temática "Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas."

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal, ou por delegação deste, o Secretário de Administração e Finanças Sr. Wilfried Hemmer.

Parágrafo Único – Na ausência ou impedimento dos citados, assumirá a Presidência pessoa por ele designada.

Art. 4º - O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul expedirá portaria, constituindo a Comissão Municipal e definindo e aprovando o Regimento da Conferência Municipal da Cidade de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo Único – O Regimento disporá sobre a organização e o funcionamento da mesma.

Art. 5º - As despesas com a realização da Conferência Municipal da Cidade de Santa Rosa do Sul correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul /SC, 22 de fevereiro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 15/2016

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 15/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 8/2016, para CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA TRABALHAR COM OS PROGRAMAS PROJovem ADOLESCENTE, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COM OS GRUPO DE IDOSOS E FAMILIAS ATENDIDAS PELO CRAS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 03/03/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 17/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2016 DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL Nº 001/2016

DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº001/2016 de 02 de fevereiro de 2016, conforme consta dos quadros seguintes:

#### 1. Lista geral das Inscrições Deferidas por cargo:

PROFESSORA DE ARTES – HABILITADA		
INSC	NOME	SEQ
04	EDICLERI VANZIN PELINSON	01
12	NEUZA PEREIRA DOS SANTOS	02
05	VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA	03
PROFESSORA DE ARTES – NÃO HABILITADA		
INSC	NOME	SEQ
03	CLARI BETTIATO	01
06	FABIANA DE PARIS PACAZZA	02
11	MARIA DE LOURDES CAMPANHOLO	03
14	VERIDIANA PEDROTTI	04
01	VIVIANE DA SILVA ROCHA	05
FARMACÊUTICA		
INSC	NOME	SEQ
09	CASSIANA PAULA ULIANA	01
13	CHAIANE ELVIRA SPILLER COPATTI	02
15	ESTELA FÁTIMA LUNKES	03
FISIOTERAPEUTA		
INSC	NOME	SEQ
10	EDILAINE RAMOS DO AMARAL	01
02	LEDA CARLA SEGALIN	02
07	MARCIO ANDREI SÁVIO	03
08	MARLICE SPAGNOLLO	04

#### 2. Não houveram inscrições INDEFERIDAS.

Santiago do Sul-SC/SC, em 18 de fevereiro de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

### EDITAL Nº 002/2016 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL Nº 002/2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº001/2016 de 02 de fevereiro de 2016, conforme consta dos quadros seguintes:

#### 1. Lista geral das Inscrições HOMOLOGADAS por cargo:

PROFESSORA DE ARTES – HABILITADA		
INSC	NOME	SEQ
04	EDICLERI VANZIN PELINSON	01
12	NEUZA PEREIRA DOS SANTOS	02
05	VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA	03
PROFESSORA DE ARTES – NÃO HABILITADA		
INSC	NOME	SEQ
03	CLARI BETTIATO	01
06	FABIANA DE PARIS PACAZZA	02
11	MARIA DE LOURDES CAMPANHOLO	03
14	VERIDIANA PEDROTTI	04
01	VIVIANE DA SILVA ROCHA	05
FARMACÊUTICA		
INSC	NOME	SEQ
09	CASSIANA PAULA ULIANA	01
13	CHAIANE ELVIRA SPILLER COPATTI	02
15	ESTELA FÁTIMA LUNKES	03
FISIOTERAPEUTA		
INSC	NOME	SEQ
10	EDILAINE RAMOS DO AMARAL	01
02	LEDA CARLA SEGALIN	02
07	MARCIO ANDREI SÁVIO	03
08	MARLICE SPAGNOLLO	04

Santiago do Sul-SC/SC, em 19 de fevereiro de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 38/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

Menor preço por lote

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 03 de março de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DESGASTE DIVERSOS, PARA USO EM EQUIPAMENTOS (MOTONIVELADORAS, ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS, RETROESCAVADEIRAS, PAS CARREGADEIRAS E MINI CARREGADEIRAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretario de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 41/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de março de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretario de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 42/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de março de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (HORA TÉCNICA).

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretario de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

### DECRETO Nº 1246/2016

DECRETO Nº 1246, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 207.752,78 (duzentos e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 04 – SSP TRÂNSITO – POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 – Convênio SSP/Trânsito – Polícia Civil

3.3.90.30.00.00.00 355 - Material de Consumo R\$ 100.000,00

3.3.90.39.00.00.00 355 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 107.752,78

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 155 – Convênio Trânsito - Civil, no valor de R\$ 207.752,78

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1249/2016

DECRETO Nº 1249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PROIBE AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONDUTAS TENDENTES A AFETAR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE CANDIDATOS NO PLEITO ELEITORAL DE 2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal n. 9.504 de 30 de setembro de 1997, e

Considerando que, nos termos da Lei n. 8429 de 02 de junho de 1992, Agente Político é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação,

designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta e Indireta.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam proibidas, a todos os agentes públicos municipais, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral municipal de 2016:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta municipal, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços, custeados pela Administração Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder agente público remunerado ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal;

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) autorizar ou realizar a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

b) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

c) contratar shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações;

d) comparecer a inaugurações de obras públicas, sendo candidato.

VII - realizar, entre 01/01/2016 e 01/07/2016, despesas com publicidade dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos anos de 2013, 2014 e 2015.

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano de 2016, a partir do início do prazo estabelecido no artigo 7º da Lei 9.504/1997 até a posse dos eleitos.

IX - distribuir gratuitamente bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício de 2015, desde que a entidade beneficiária não seja vinculada ou mantida por candidato;

X - dar à publicidade caráter outro que não seja educativo, informativo ou de orientação social ou usar, na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

Art. 2º. O agente público que incorrer em qualquer das condutas vedadas responderá por ofensa ao disposto no inciso IX do art. 131

da lei Municipal 228/2001, sem prejuízos das demais responsabilidades cabíveis.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1250/2016**

DECRETO Nº 1250, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as imposições com despesas e conteúdo de publicidade dispostas na Lei n. 9504 de 30 de setembro de 1997,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica vedada a Administração Pública Municipal Direta e Indireta a publicidade institucional sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Finanças e do Departamento de Comunicação Social.

Parágrafo único. Considera-se publicidade institucional, para o efeito deste Decreto, toda e qualquer veiculação, exibição, exposição ou distribuição de peças e materiais de propaganda ou marketing em qualquer meio de comunicação, realizada por iniciativa dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, paga pelos cofres públicos, que verse sobre ato, programa, obra, serviço e campanhas de governo ou órgão público.

Art. 2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2016**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA OS MUNICÍPIOS DE AGUDOS DO SUL, PIÊN E CURITIBA. AUXÍLIO DE PASSAGENS PARA FAMÍLIAS CARENTES REFERENCIADAS PELOS CRAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

CONTRATADO: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA.

Valor: R\$ 1.128,05

SÃO BENTO DO SUL, 04 de fevereiro de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2016****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA OS MUNICÍPIOS DE AGUDOS DO SUL, PIÊN E CURITIBA. AUXÍLIO DE PASSAGENS PARA FAMÍLIAS CARENTES REFERENCIADAS PELOS CRAS DA ASSISTENCIA SOCIAL. PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

II – Contratado: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento das passagens se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços.

A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especialmente a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentada no município através do Decreto 077 de 11 de março de 2013. Entre os benefícios eventuais autorizados no município de São Bento do Sul está o auxílio passagem, (Artigo 9º parágrafo 5º da Resolução 014 do CMAS que trata vulnerabilidade temporária), que se destina as pessoas que necessitam retornar a sua cidade vizinha ou em outro município, conforme análise da Assistente Social.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Tem-se no município três empresas que fazem transporte interurbano, portanto, torna-se necessário que seja requisitado o serviço das três empresas, pois essas realizam itinerários diferentes. Com a requisição dos serviços das três empresas será possível atender o usuário que busca pelo benefício, pois são atendidos usuários que necessitam se deslocar por diferentes cidades.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 1.128,05 (um mil cento e vinte e oito reais e cinco centavos) é o praticado no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária de Assistência Social, Rita Maria Dums.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**LEI Nº 3632/2016**

LEI Nº 3632, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A DOAR BEM MÓVEL À EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – Prefeitura Municipal a doar o veículo Fiat/Uno Mille Fire Flex, ano de fabricação 2007, ano modelo 2008, chassi 9BD15822784990882, placas MDQ 4214, à EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB,

CNPJ 04.927.953/0001-50.

Parágrafo único. Após a doação, o Município de São Bento do Sul deverá proceder à baixa do bem móvel de seu patrimônio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 02/2016**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10979, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Ana de Jesus Dums, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10980, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 30 de janeiro de 2016. Ana da Aparecida Rodrigues Ribas, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10981, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 27 de janeiro de 2016. Maria Aparecida Hummelgen, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10982, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 28 de janeiro de 2016. Fernando Voigt. Professor Anos Finais – Geografia. SEMED.

Portaria nº 10983, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 27 de janeiro de 2016. Robson Antonio Gonçalves, Professor Oficina de Capoeira. SEMED.

Portaria nº 10984, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Silvana Berti Galkowski, Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 10985, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Sandra Aparecida Soares Fragoso, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10986, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Viviana Pereira Nunes, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10987, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Neusa Maria Ferracioli, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10988, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Ivete Bencz Rodrigues de Marafigo, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10989, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Sonia Maria da Cruz Belarmino, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10990, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016.



2016. Lilian Daiana Alves, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 10991, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Estela de Andrade Lisboa, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10992, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Flaviana de Oliveira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10993, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Marilene Cristina do Prado, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10994, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Sandra Aparecida Jientara, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10995, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Maricleia Ciriaco, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10996, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Vera Lucia de Souza, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10997, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Clemair da Silva Junior Mroczka, Professor Anos Finais - Oficina Aprendizagem e Projetos. SEMED.

Portaria nº 10998, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Neli Carmen Tavares Dziedicz, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10999, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016, Sandra Emidia Camargo, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11000, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Maria Joeli Ribeiro Camargo, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11001, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Yury Vashchenko, Secretário de Escola. SEMED.

Portaria nº 11002, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Lucilene Machado, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11003, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Simone Aparecida de França dos Santos, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11004, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Arianne Aparecida Becker, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11005, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Jussara Antunes Tibes, Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 11006, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Elizandra Souza Martins, Professor Educação Especial. SEMED.

Portaria nº 11007, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Zulmira de Fatima Adão Carneiro, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11008, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016, Elizete Suchek Kujaski da Silva, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11009, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Beatriz de Oliveira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11010, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Osnilda Paulino Leal, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11011, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Adrieli de Paula Wagner, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11012, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Marylaine Teresinha Mendes, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11013, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Terezinha Aparecida Alves de Oliveira Soares, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11014, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Luana Bruna Rodrigues, Professor Anos Finais - Artes. SEMED.

Portaria nº 11015, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Angela Maria Dill, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11016, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Jefferson Eduardo Bona, Professor Anos Finais – Educação Física. SEMED.

Portaria nº 11017, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Janice Carvalho da Silva Ribeiro, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11018, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Rosimara Hannemann, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 11019, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Ernesto Clovis da Silva, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11020, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Silmara Aparecida Xavier Paes dos Santos, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11021, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Gilmar Voigt, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 11022, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Neuza Martins Claudino, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11023, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Eva Veiga Lourenço de Lima, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11024, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Luan Ricardo de Lima, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11025, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Matilde das Neves Socreppa, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11026, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Diessi da Silveira Soares, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11027, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Leliane Neidert, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 11028, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Dolores Huttl, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11029, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Alessandra Aparecida Fidencio da Silva, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11030, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Nilza Maria de França Oliveira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11031, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Rute dos Santos Coppeti, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11032, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Maria Terezinha de Souza Beker, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11033, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Terezinha de Jesus Siqueira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11034, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Geovane Aparecida Rodrigues, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11035, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Terezinha Rodrigues de Souza, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11036, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Valdecira Mota Cavalheiro, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11037, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Jaqueline Rodrigues Chagas, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11038, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Adelita Juliane Nunes de Souza, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11039, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Cleonice Maria do Couto Drozczak, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11040, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Tamires Giliski, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11041, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Sandra Soeli Ferreira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11042, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Zenilda Teresinha de Oliveira Feliciano, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11043, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Maria Ines Pereira Muller, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11044, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Mirian Passos, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11045, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Mirian Lilla, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11046, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Leila Sandra Cradozo, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11047, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Ivone Salete Costa, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11048, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Leoni Aparecida de Jesus, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11049, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Ofelia Terezinha dos Santos, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11050, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Maria Rohrbacher Grossl, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 11051, de 18 de fevereiro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 25 de janeiro de 2016. Iracema Pacher, Professor Anos Iniciais. SEMED.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2016.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 10959/2016**

PORTARIA Nº 10959, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido, a partir de 10 de fevereiro de 2016, MARIA LUCIA NOVAK SCHREINER, do cargo de Coordenador de Setor de Atenção aos Maus Tratos aos Animais Domésticos, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10960/2016**

PORTARIA Nº 10960, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 6545/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público ALEXSANDRO RUDA DOS SANTOS, instrutor de recriança, matrícula funcional nº 37148, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 6545/2015, teria, supostamente, deixado de retornar ao trabalho ao término de sua licença para tratar de assuntos particulares, findada em 22/02/2014, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320  
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500  
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321  
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10961/2016**

PORTARIA Nº 10961, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 499/2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas,

em princípio, à servidora A. M. B. C., matrícula funcional nº 36292, ocupante do cargo de Professor Educação Especial, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 499/2016, teria, supostamente, laborado em empresas privadas no mesmo período em que estava afastada, por incapacidade temporária, de suas atividades laborais na Prefeitura de São Bento do Sul, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, inciso XVII, artigo 132, inciso XVIII e artigo 143, incisos IV e X, da Lei Municipal nº 228/2001, e artigos 9º, 10º e 11º da Lei Federal nº 8429/1992, passíveis das penalidades de advertência ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320  
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500  
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321  
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10962/2016**

PORTARIA Nº 10962, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4938/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à empregada pública D. J. A., matrícula funcional nº 40995, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4938/2015, teria, em tese, deixado de atingir a meta de visitas domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2015, e estaria agindo com insubordinação, falta de respeito e ofensas à sua chefia imediata, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se confirmados, se enquadram nas condutas descritas no artigo 482, alíneas "h" e "k", do Decreto Lei nº 5452/1943 – CLT, artigo 10, incisos I e IV da Lei nº 11350/2006, passíveis da penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho, e Art. 143, incisos VI e VII, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para



dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a empregada pública acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, de 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10963/2016

PORTARIA Nº 10963, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 150 e 154 da Lei Municipal nº 228/2001, nos termos nos arts. 149, 159 e 160 da mesma Lei, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 805/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público FLORIANO ARNOLD, matrícula funcional nº 16051, ocupante do cargo de auxiliar de operações, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 805/2016, não compareceu ao trabalho e não justificou a sua ausência no período de 11 de agosto a 12 de outubro de 2014 e de 22 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis da penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10964/2016

PORTARIA Nº 10964, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 7152/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor J. D. A. F., matrícula funcional nº 32340, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 7152/2015, teria, supostamente, laborado em empresas privadas no mesmo período em que estava afastado, por incapacidade temporária, de suas atividades laborais na Prefeitura de São Bento do Sul, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, inciso XVII e artigo 143, incisos IV e X, da Lei Municipal nº 228/2001, e artigos 9º, 10º e 11º da Lei Federal nº 8429/1992, passíveis das penalidades de advertência ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 10965/2016

PORTARIA Nº 10965, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 686/2016

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à servidora pública L. A. M. M., matrícula funcional nº 42928, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 686/2016, estaria, supostamente, agindo com insubordinação ao recusar-se a trabalhar no local para o qual foi removida, ato que, em tese, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, inciso IX e artigo 143, inciso VI, todas da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidade de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10966/2016**

PORTARIA Nº 10966, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 687/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à servidora pública M. O. L., matrícula funcional nº 36354, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 687/2016, estaria, supostamente, agindo com insubordinação ao recusar-se a trabalhar no local para o qual foi removida, ato que, em tese, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, inciso IX e artigo 143, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidade de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula

nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10967/2015**

PORTARIA Nº 10967, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 150 e 154 da Lei Municipal nº 228/2001, nos termos nos arts. 149, 159 e 160 da mesma Lei, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 6543/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, a servidora pública MICHELE ALBINO DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 29870, ocupante do cargo de odontólogo, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 6543/2015, teria, supostamente, deixado de retornar ao trabalho ao término de sua licença para tratar de assuntos particulares, findada em 15/10/2014, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis da penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10968/2016**

PORTARIA Nº 10968, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 6544/2015

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à servidora pública VILMA BAUMGARTNER GROBER, auxiliar de serviços, matrícula funcional nº 36626, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 6544/2015, teria, supostamente, deixado de retornar ao trabalho ao término de sua licença para tratar de assuntos particulares, findada em 01/09/2014, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320  
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500  
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321  
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10969/2016**

PORTARIA Nº 10969, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 6542/2015

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público R. G. N., fiscal em vigilância em saúde, matrícula funcional nº 22142, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 6542/2015, teria, supostamente, incluído seu nome na lista de sobreaviso sem autorização da chefia, estaria comparecendo ao trabalho com odor etílico, agindo agressivamente com os colegas de serviço, além de, frequentemente, deixar de cumprir seu horário de trabalho por sair antecipadamente, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, incisos III, V, IX e XIII e artigo

132, inciso XIX, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320  
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500  
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321  
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10970/2016**

PORTARIA Nº 10970, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
Revoga Portaria nº 10800/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 14 de fevereiro de 2016, a Portaria nº 10800/2016, que nomeou servidor público municipal FELIPE RAMOS DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Serviços, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10971/2016**

PORTARIA Nº 10971, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016  
Revoga Portaria nº 10823/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 14 de fevereiro de 2016, a Portaria nº 10823/2016, que nomeou servidora pública municipal DELURDES DAS GRAÇAS ZIMMERMANN, no cargo de Auxiliar de Serviços, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 10972/2016**

PORTARIA Nº 10972, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 15 de fevereiro de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe E, matrícula nº 337, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 718/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 10973/2016**

PORTARIA Nº 10973, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora CRISTINA MIEKO AKAMATSU, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais GM/Celta, placas MES 5242 e Fiat/Uno, placas MFB 7792.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 10974/2016**

PORTARIA Nº 10974, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora VANESSA REGINA BRANDEMBURG, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Saveiro, placas MML 0487.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 10975/2016**

PORTARIA Nº 10975, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir a carga horária de trabalho de HENRIQUE VALDIVIO SCHROEDER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Habitação, passando de 40 horas semanais para 36 horas semanais, com proporcional redução de seus vencimentos, a partir de 01 de março de 2016, consoante Processo nº 841/2016.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 10976/2016**

PORTARIA Nº 10976, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 03 de junho de 2015, Abono de Permanência à servidora MARCIA ESTELA SCHEIDE, ocupante do cargo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 3276, de 14 de maio de 2015.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10977/2016**

PORTARIA Nº 10977, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2015,

**RESOLVE:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, VALDEMIRO LUDWINSKY, na função de Auxiliar de Operações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10978/2016**

PORTARIA Nº 10978, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2015,

**RESOLVE:**

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, OSÓRIO AUGUSTINHO JANCKOWSKI, na função de Auxiliar de Operações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11052/2016**

PORTARIA Nº 11052, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 3212/2008

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Revogar, a partir de 15 de fevereiro de 2016, no tocante ao servidor JUAREZ HREISEMMOU DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a Portaria nº 3212 de 06 de fevereiro de 2008 que Colocou Servidores Públicos à Disposição da Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11053/2016**

PORTARIA Nº 11053, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Opera remoção de servidor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001 e

Considerando que no memorando interno nº 049/2016 - RH, consta que através do Processo nº 7485/2015 o servidor JUAREZ HREISEMMOU DE OLIVEIRA requereu a sua remoção da Secretaria Municipal de Administração para o quadro Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

Considerando que no memorando interno nº 049/2016 - RH, consta que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos necessita de servidores para trabalhar no Terminal Rodoviário de Passageiros,

**RESOLVE:**

REMOVER, por acordo, a partir de 15 de fevereiro de 2016, o servidor JUAREZ HREISEMMOU DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11054/2016**

PORTARIA Nº 11054, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Corrige Portaria nº 10870/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

CORRIGIR a Portaria nº 10870/2016, que nomeou PEDRO PINTO JACHINOSKI, no cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, no tocante a carga horária, passando de "30 horas semanais" para "40 horas semanais".

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11055/2016**

PORTARIA Nº 11055, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor CILO BARBOSA CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais Ford/Ranger, placas MBE 3327 e VW/Kombi, placas MIY 4348..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIAS/SEMED Nº 2195 A 2210/2016**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 2195, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Remoção, de ofício. Kelly Myucha Moess Messias. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2196, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Retorno às Atividades. Márcio Dominicali Rigoti. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2197, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Redução de Carga Horária. Márcio Dominicali Rigoti. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2198, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Redução de Carga Horária. Sérgio Antonio Jankowski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2199, de 17 de fevereiro de 2016. Concede

Retorno às Atividades. Leoness Domini Salzvedel Soares. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 2200, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Patricia Bachel Martins. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2201, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Rubia Pabst Nehls. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2202, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Cleide Pscheidt. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2203, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Ivan Rosá. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2204, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Jussara Kuchler Lietz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2205, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Milton Hurpia da Rocha. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2206, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Danielle Fernandes. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2207, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Nazir Antunes Fraga. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2208, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Oclair Carlos Silveira Sobrinho. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2209, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Ampliação de Carga Horária. Marta Helena Carini Cassol. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2210, de 17 de fevereiro de 2016. Concede Ampliação de Carga Horária. José Alaor Moreira Branco. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 9/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA, sofreu alterações no item 5 - da proposta de preço e no Anexo I - Termo de referência. Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, site [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei e tendo em vista as modificações no Edital, PERMANECE a data de abertura para o dia 26 de fevereiro de 2016 às 09:30 h, sendo que os envelopes serão recebidos no setor de protocolo até às 09:00h.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 003, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 003, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Concede Promoção Funcional a servidora Rosemere Aparecida de Lima."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder Promoção Funcional a servidora Rosemere Aparecida de Lima, ocupante do cargo de Zelador, passando da Classe B para a Classe C, Nível IV do Grupo Ocupacional 1, em conformidade com a Resolução nº 022/2012, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativamente a partir do mês de julho de 2014.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 004, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 004, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Concede Promoção Funcional a servidora Rosilene Arnoldo."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder Promoção Funcional a servidora Rosilene Arnoldo, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, passando da Classe F para a Classe G, Nível III do Grupo Ocupacional 3, em conformidade com a Resolução nº 022/2012, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativamente a partir do mês de janeiro de 2015.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 005, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 005, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Concede Promoção Funcional a servidora Simone Teresinha Roberti Baum."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder Promoção Funcional a servidora Simone Teresinha Roberti Baum, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, passando da Classe F para a Classe G, Nível III do Grupo Ocupacional 2, em conformidade com a Resolução nº 022/2012, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativamente a partir do mês de janeiro de 2015.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 006, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 006, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Designa Comissão Permanente de Progressão Funcional."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Designar para constituírem a Comissão Permanente de Progressão Funcional da Câmara Municipal de São Bento do Sul, conforme previsto no §2º do Art. 4º da Resolução nº 022 de 27 de março de 2012, os seguintes membros:

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente

JOSÉ DORIVAL DUMS

ROSILENE ARNOLDO

SIMONE TERESINHA ROBERTI BAUM

ADRIANA BOMBASSARO ZANELA – Representante do Sindicato dos Servidores.

Parágrafo Único – A Comissão de que trata esta Portaria será responsável pela análise e julgamento acerca dos pedidos de progressão funcional, seguindo as regras previstas na Resolução nº 022/2012.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria nº 038/2013 de 08 de abril de 2013.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente



**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016**

Pregão Eletrônico nº 11/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 11/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 11/2016, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 22/02/2016 até as 08:00hrs do dia 04/03/2016 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 04/03/2016 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de tubos para implantação de recalque para elevatória de esgoto no bairro 25 de Julho, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA TRANSPORTE ESCOLAR 2016

Reuniram-se na data de 18 de fevereiro de 2016, às 08:30 horas, para recebimento dos envelopes n. 01, n. 02 e credenciamento, a Pregoeira e Equipe de Apoio para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE N. 006/2016, na modalidade Pregão Presencial n. 004/2016 que visa a eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Participaram do certame, apresentando credenciamento e envelopes n. 01 e n. 02, as empresas: VITALINO BALDIN ME., CNPJ N. 02.788.246/0001-03, CREDENCIADO O SR. VITALINO BALDIN, CPF N. 441.414.759-04; LUIZ ALBERTO MIOTTO ME, CNPJ N. 04.885.124/0001-52, CREDENCIADO O SR. LUIZ ALBERTO MIOTTO, CPF N. 005.394.019-94; ADEMIR ANTONIO SANTIN ME., 21.815.732/0001-00, CREDENCIADO O SR. ADEMIR ANTONIO SANTIN, CPF N. 048.375.349-10; ZENILDE TEREZINHA KARACEK - ME, CNPJ N. 04.865.539/0001-64, CREDENCIADA A SR. ZENILDE TEREZINHA KARACEK, CPF N. 854.090.499-34; AIRTON SENA MIOTTO - ME, CNPJ N. 08.446.332/0001-06, CREDENCIADO O SR. AIRTON SENA MIOTTO, CPF N. 068.535.689-23; JL MIOTTO TRANSPORTE ME, CNPJ N. 17.208.378/0001-88, CREDENCIADA A SRA. JUCIELI LINK MIOTTO, CPF N. 064.496.019-14; LAURO VALDECIR WALENDORFF ME., CNPJ N. 10.548.687/0001-58, CREDENCIADO O SR. LAURO VALDECIR WALENDORFF, CPF N. 162.465.949-72; GILMAR ACHILES MARMENTINI ME, CNPJ N. 06.111.808/0001-22, CREDENCIADO O SR. GILMAR ACHILES MARMENTINI, CPF N. 767.214.349-20; EVERTON MEOTTI BURATTI ME, CNPJ N. 24.130.629/0001-14, CREDENCIADO O SR. EVERTON MEOTTI BURATTI, CPF N. 093.380.389-39, com envelopes protocolados sob os números 032 a 040/2016. Todas as empresas comprovaram sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.12 do edital). Indagados acerca dos documentos de credenciamento, as participantes disseram não ter nada a declarar. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes n. 01- Proposta de Preços e n. 02 - Habilitação, das empresas participantes, sendo os mesmos rubricados pela pregoeira, equipe de apoio e credenciados. Passou-se para a abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo constatado pela pregoeira e equipe de apoio que todas as propostas cumpriram integralmente com os requisitos exigidos no instrumento convocatório. Indagados acerca das propostas os participantes nada declararam. Passou-se a fase de lances, restando vencedoras as empresas: a) GILMAR ACHILES MARMENTINI ME no item: 13, com o valor unitário de R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos); b) ZENILDE TEREZINHA KARACEK - ME, no item: 10, com o valor unitário de R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos); c) AIRTON SENA MIOTTO - ME, nos itens: 11 com valor unitário de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) e 12 com valor unitário de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos); d) LAURO VALDECIR WALENDORFF ME., nos itens: 1 com o valor unitário de R\$ 2,09 (dois reais e nove centavos) e 8 com valor unitário de R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos); e) JL MIOTTO TRANSPORTE ME., no item: 03 com valor unitário de R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos); f) EVERTON MEOTTI BURATTI ME., nos itens: 02 com valor unitário de R\$ 2,19 (dois reais e dezenove centavos), 04 com valor unitário de R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos), 05 com valor unitário de R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos), 06 com valor unitário de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), 07 com valor unitário de R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos) e 09 com valor unitário de R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos), tudo conforme Ata do Pregão Presencial anexa ao presente

processo. Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes n. 02 - Documentos de Habilitação, sendo aferido pela Pregoeira e Equipe de Apoio que todas as participantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios. Ao final, todas as participante foram cientificadas de que poderão, de imediato, serem convocadas para assinatura do instrumento contratual, ocasião em que deverão comprovar o cumprimento de todos os requisitos constantes na Cláusula 11 do Edital, com relação aos documentos do veículo e do condutor. Os representantes das empresas não manifestaram interesse na interposição de recurso. O envelope de n. 02 das empresas LUIZ ALBERTO MIOTTO ME., ADEMIR ANTONIO SANTIN ME., e VITALINO BALDIN ME., permanecerão anexos e intactos ao Processo Licitatório. A sala onde ocorreu a presente licitação permaneceu aberta ao público, sendo que os Srs. Elton John Martins Do Prado, CPF n. 054.016.389-90 e Luiz Claudemir Ribeiro, CPF n. 945.085.699-00, acompanharam integralmente a realização do certame e procederam a assinatura da presente Ata. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. O presente processo será remetido ao setor jurídico para elaboração de parecer e após, à autoridade competente para deliberação.

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 016/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 003/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 016/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 003/2016

Objeto: contratação direta de Show Nacional com o cantor Gustavo Lima, a ser realizado no dia 06 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 017/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 004/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 017/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 004/2016

Objeto: contratação direta de Show com a Banda Porto, a ser realizado no dia 08 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 01/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016- EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES(MEI, ME E EPP).

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a contratação de empresa para reforma do telhado e murros do centro municipal de Saúde de São João do Oeste.

Tipo: menor preço global.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 03 de março de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 18/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, nº 018/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de nitrogênio líquido para a conservação do sêmen e continuação do programa de melhoramento genético no município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 03 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 03 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2015

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 18/08/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 052/2015 – Tomada de Preços nº 007/2015 de 07/07/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2016.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2015

OBJETO: Alteração qualitativa e quantitativa referente A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA SEXTAVADA DE TRECHO DA RUA CELINA BORBA LUMERTZ (EXTENSÃO 277,00 M X 8,00 M LARGURA).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

VALOR: O valor total das alterações necessárias é de R\$ 19.320,91 (Dezenove mil, trezentos e vinte reais e noventa e um centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 052/2015 – Tomada de Preços nº 007/2015 de 07/07/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2016.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

# São Joaquim

## PREFEITURA

**TP 02/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO -

PROCESSO Nº16/2016 -  
TOMADA DE PREÇO 02/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realização de obra de Execução de Calçadas em Vias Públicas que ligam ao Parque Nacional da Maçã e ao Centro de Eventos Municipais, conforme convenio nº 806174/2014 Sincov e contrato de Repasse nº 1017479-98/2014 da Caixa Econômica Federal.

Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 08/03/2016 às 14:00 horas  
Valor estimado: R\$ 299.670,20

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim SC, 19 de fevereiro de 2016  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 036/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 505/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 036/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DO REAL PARQUE, NO BAIRRO PO-TECAS, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA;
- PAM CONSTRUÇÃO LTDA EPP;
- TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME;
- VINICIUS GOEDERT ME;
- GLOBAL NGR TECNOLOGIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP;

Os representantes das empresas THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, PAM CONSTRUÇÃO LTDA EPP, TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME, MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP, VINICIUS GOEDERT ME, GLOBAL NGR TECNOLOGIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP, não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

É o relatório.

#### 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Com base no DESPACHO exarado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o qual qualifica tecnicamente todas as empresas participantes do certame, e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS

- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA;
- PAM CONSTRUÇÃO LTDA EPP;
- TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME;
- VINICIUS GOEDERT ME;
- GLOBAL NGR TECNOLOGIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 30/02/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 19 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Elizabete Hillesheim dos Santos		
Presidente da CPL	Membro Suplente da CPL		
Humberto Alcino da Silva	Rejane Magali dos Santos Medeiros		
Membro da CPL	Membro da CPL		

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – PR 135/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – PR 135/2015 – Processo 452/2015 – Fornecedores: SEMECAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA; DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA – EPP e COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA. Valor da ATA por Lote: Lote 1 – FORD – peças: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mão de obra: R\$ 94.760,00 (noventa e quatro mil, setecentos e sessenta reais); Lote 2 – RENAULT – peças: R\$ 162.500,00 (cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais) mão de obra: R\$ 129.267,50 (cento e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos); Lote 3 – MERCEDES – BENZ – peças: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mão de obra: R\$ 17.325,00 (dezessete mil, trezentos e vinte e cinco reais); Lote 4 – YAMAHA – peças: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mão de obra: R\$ 3.812,50 (três mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos); Lote 5 – FIAT – peças: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) mão de obra: R\$ 82.005,00 (oitenta e dois mil e cinco reais) e Lote 6 – CHEVROLET – peças: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mão de obra: R\$ 5.857,50 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 27 de janeiro de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2015 – REABERTURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2015 – REABERTURA – Processo nº 374/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22 de fevereiro de 2016 às 18h00min até dia 03 de março de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 03 de março de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2015 - Processo nº 538/2015. Fornecedor: I - REFLEX TURISMO E PROMOÇÕES LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Percentual de desconto: I – vencedora do lote 01, sendo o percentual de desconto de 1,00% (um por cento) para o fornecimento de passagens terrestres. Valor por lote: Lote 1 - R\$ 83.000,00 – oitenta e três mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2015**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/14 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC  
CONTRATADA: EMPRESA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA  
OBJETO: Aquisição de Direito de uso de solução informatizada para Gestão Pública, composto pelos módulos de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e dos Módulos de Contabilidade Tesouraria e orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Gestão de Pessoas, Frotas e Ponto Eletrônico, para a Câmara Municipal de São José, bem como suporte técnico na operacionalização deste sistema, sua instalação, conversão dos dados, parametrização, e treinamento dos usuários nos sistemas, e acréscimo do Módulo Portal de Transparência na cessão de direito de uso de software destinados à informatização da gestão pública.  
VALOR GLOBAL: R\$65.751,00 (sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e um reais).  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00  
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

**PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2016**

Publicação da Vencedora e Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015  
Processo Administrativo nº 061/2015

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa BKZ COMERCIO DE COMBUSTÍVEL, sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 008/2015, realizada em 11 de janeiro de 2016.

A Ata de Registro de Preços n.º 001/2016 que tem como objeto o Registro de Preços para futura aquisição de combustíveis (gasolina e álcool), destinados ao abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de São José, foi celebrada em 29 de janeiro de 2016, com prazo de vigência de 01 (um) ano. O valor global é de R\$ 79.977,50 (setenta e nove mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

São José/SC, de 10 de fevereiro de 2016.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO DISPENSA 18-16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 23.2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor ..... : 14.069,00 (quatorze mil e sessenta e nove reais)

Vigência ..... : Início: 19/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.333, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.333, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, na Resolução Normativa nº 19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e na Portaria nº 24, de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, a realizar-se no dia 12 do mês de abril de 2016, no Município de São Lourenço do Oeste, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "a função Social da Cidade e da Propriedade" e do lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste será presidida pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, sendo que, na eventual ausência ou impedimento destes a Conferência será então presidida, pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 4º O Prefeito Municipal, mediante Portaria, designará os membros da Comissão Preparatória e expedirá o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste. Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, bem como sobre o local e horário da sua realização.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Lourenço do Oeste correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.334, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.334, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa membros para comporem o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.938, de 31 de maio de 2011;

#### DECRETA:

Art. 1º As alíneas "a" e "b", do inciso VI, do art. 1º, do Decreto nº 5.131, de 13 de julho de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

VI .....

a) Flávia Sanagiotto, inscrita no CPF sob o nº 048.014.309-96 - titular;

b) Camila Thayanne Scopel, inscrita no CPF sob o nº 066.099.769-02 - suplente.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 020/2016 – Pregão Presencial Nº 014/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10 PARA O ANO DE 2016 A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: STANG DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - CNPJ: 11.325.330/0001-73.

VALOR: R\$ 657.500,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ: 00.326.969/0001-57.

VALOR: R\$ 221.200,00 (duzentos e vinte e um mil e duzentos reais).

TOTAL: R\$ 878.700,00 (oitocentos e setenta e oito mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/02/2016.

VIGÊNCIA: 19/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2016, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2016, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.319, de 04 de fevereiro de 2016.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: Ricardo Fratin, CPF nº 040.857.679-09.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação aos seguintes espaços: Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, copa, cozinha, churrasqueira, em virtude da realização de evento que consiste na celebração de um matrimônio, a ser promovido no dia 28 de maio de 2016, pelo Permissionário.

Valor: 36,47 (trinta e seis vírgula quarenta e sete) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 3.765,89 (três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), conforme estabelecido no Decreto nº 5.319/2016.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 23 de maio de 2016.

Data de Assinatura: 05/02/2016.

Vigência: de 05/02/2016 a 30/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Ricardo Fratin - Permissionário.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 699/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 699, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede homenagem às famílias lourencianas que foram agraciadas com denominações de vias e obras públicas.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida homenagem às famílias lourencianas que tiveram entes agraciados com denominação de vias e/ou obras públicas, conforme relação constante no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único: A homenagem se dará com a entrega de cópia da lei de denominação, juntamente com placa constando a inscrição denominativa de sua localização.

Art. 2º A homenagem será concedida em sessão solene, em data e horário estabelecidos em ato pela Mesa Diretora.

Art. 3º Fica a presidência da Câmara Municipal autorizada a promover as despesas necessárias à concessão das homenagens e a realização da referida sessão solene.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo serão processadas no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 699, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

**ANEXO ÚNICO****RELAÇÃO DE HOMENAGEADOS**

LEI	VIA/ESPAÇO	NOMES
953/1995	Ginásio Santa Catarina	Prefeito Zeno Germano Etges
982/1996	Praça Pública - Bairro Progresso	Praça Virginia Pereira
1.008/1996	Centro Regional de Comercialização Agrícola	Vereadora Carmela Rezzieri Garcia
1.057/1996	Ginásio Presidente Juscelino	Ginásio Municipal de Esportes João Cobalchini e Primo Verona
1.113/1997	Bairro São Francisco	Rua Frei Antonio Valentin Coletti"
1.152/1998	Contorno Viário	Contorno Viário Armindo Echer
1.156/1998	Loteamento Nespolo	Rua Augusto Néspolo Rua Artevila Cararo Néspolo Rua Maria Santin
	Loteamento Bessegatto II	Rua Natal Luiz Bessegatto Rua Euclides Della Vecchia Rua Pedro Lazarin Rua Rua Antônio Fiorindo Echer
	Loteamento Pandini	Rua Jardelino da Silva Paz Rua João Arnaldo Rua Abel Rota e)- Rua Pedro Spricigo

1.182/1999	Ginásio Três Voltas	Ginásio de Esportes Margarida Rovaris
1.267/2000	Loteamento Beta II	Rua Joaquim Francisco Bett Rua Aquilino Trento
1.330/2001	Lot. Allievi - Bairro Cruzeiro - Linha Gramadinho	Rua Ermenegilda Allievi Rua Travessa Carmelita Toniazzi Bianchi Rua Rua João Generoso Peres
1.332/2001	Trevo Bairro Santa Catarina	Trevo Jovem Vida
1.348/2002	Via pública do Loteamento Carboni	Rua Augusto Francisco Cenci
1.413/2003	Loteamento Daneluz	Alameda Daneluz
1.426/2003	Loteamento Araucária - Bairro Cruzeiro	Rua Bastião Muraro Acesso Valentina Lazzarotto Muraro
1.441/2003	Loteamento Livi	Rua Ângelo Biazussi Rua Escritora Carla Ely Rua Augusto Mendes Rua Dorvalino Antonio Ranzan Rua Privato Mafioletti Marginal Rua Atílio Ferreira Bueno
1.442/2003	Loteamento Vale das Hortênsias Bairro São Francisco	Rua Salvino Porsch Rua Oscar Ferreira Bueno Rua Motorista Valdir Cavinatto
1.458/2004	Área Industrial I	Rua Mário Pagliosa Servidão Vitório Dall'Agnol
1.463/2004	Loteamento Santin, Loteamento Popular São Francisco	Rua Juraci Vilani Rua Osvaldo Santin Rua Joalcides Angheben Rua Arcemir Gonçalves
1.497/2004	Loteamento Meneguetti III - Bairro Santa Catarina	Rua Lina de Mello Machado Rua Maria Patrício Lima Fabro Rua Dina Costa Rua Cleosmar Inácio Bernardi
1.500/2004	Loteamento Valduga, Bairro Perpétuo Socorro	Servidão Clarinda Echer Valduga
1.525/2005	Loteamento Tiago, Bairro São Francisco	Servidão Primo Marino Mocelin
1.527/2005	Loteamento Fergutz	Rua Arthur Francisco Fergutz Rua Vergílio Alves Monteiro Rua Luiza Scandolaro Rancatti Rua Donato Perico
1.610/2006	Loteamento Bela Vista, Bairro Perpétuo Socorro Área Industrial Sul Área Industrial II	Servidão Ignês Libera Fabro Servidão Antonio Pan Servidão Ângelo Strada
1.638/2006	Loteamento Bella Vista	Travessa José Carboni
1.658/2007	Loteamento Industrial EFAISLO	Rua Alexandre Bessegatto Rua Joaquim José Martini Rua Valdemar Pianta Rua Guerino Moschen Rua Victória Grachik Rua Vereador Argeu Barbosa de Camargo Rua Olímpio Ascari Bombassaro (Arcádio) Rua Nair Maria Borges
1.661/2007	Loteamento Wolfart	Rua Clemente Jorge Wolfart Rua Domingos Cattaneo Fabro Rua Maria Hedy Froelich Etges
1.678/2007	Área Industrial I	Rua Waldemar Zanette
1.731/2008	Loteamento Meneguetti II	Rua Miguel Arcanjo Ioris
1.741/2008	Loteamento Araucária	Rua João Arnaldo
1.848/2009	Bairro Cruzeiro	Servidão Lourdes Maria Galeazzi Rosso
1.863/2010	Loteamento Meneguetti IV	Rua Francisco José Fergutz Rua Luiz Meneghetti Filho
1.901/2010	Loteamento Popular Vida Nova - Bairro São Francisco	Rua Henriqueta Tereza Bristot Pagani Rua Deolindo Libardoni Rua Jacinto De Bona Rua João Waldemar Hermes Rua Nasser Younes
1.953/2011	Loteamento Santa Bárbara -Bairro Cruzeiro	Rua Pedro Milan
2.000/2012	Rodovia Municipal SL 201	Rodovia Municipal Mozart Rodrigues da Silva - "Moza Pinto"

2.011/2012	Centro de Eventos	Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti Teatro Professor Arno Ignácio Etges
2.052/2012	Bairro Perpétuo Socorro	Servidão Iris Hippler
2.142/2013	Loteamento Jardim Borges - Bairro Santa Catarina	Rua Joaquim Borges; Rua Hermes Gabriel Ioris; Rua Fiorindo Benedet; Rua Evanir Borges Viero; Rua Macimiliano Molon; Rua Soldado Francisco Adroes Soster; Rua João Carlos Silveira; Rua Olivo Riva; Rua José Luiz Perazoli; Rua Luíza Pianta Cesca; e, Rua Pedro Riter.
2.183/2014	Quadra 11N, no bairro Progresso	Travessa Dr. Bruno
2.199/2014	Ginásio Municipal de Esportes do Centro	Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce
2.207/2015	Bairro Cruzeiro	Servidão Hugo João Echer; Servidão Leocliedes Pedro Janceski.
2.224/2015	Centro de Eventos	"Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira"
Resolução nº 153/2004	Plenarinho da Câmara Municipal de Vereadores	Plenarinho Vereador Argeu Barbosa de Camargo

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de fevereiro de 2016.  
Vereador Edu Antonio Borges  
Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 09/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de material esportivo, serviço de arbitragem, e profissional em educação física para municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 03/03/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 19 de fevereiro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8.560/2016 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 01, DA SUBDIVISÃO DO LOTE URBANO Nº 53, DA QUADRA Nº 01, COM ÁREA DE 824,67M<sup>2</sup>, DE PROPRIEDADE DE JANETE FÁTIMA DE PIZZOL,**  
DECRETO Nº 8.560/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, de parte do Lote Urbano nº 01, da subdivisão do lote urbano nº 53, da quadra nº 01, com área de 824,67m<sup>2</sup>, situado na José Bernardi, Loteamento Santo Antonio, Bairro São Gotardo, no município de São Miguel do Oeste – SC, matrícula nº 36.257 de propriedade de Janete Fátima de Pizzol, desdobramento do referido imóvel em duas parcelas, formando novos lotes urbanos denominados de 01-A, com área de 247,50m<sup>2</sup> e 01-B, com área de 577,17m<sup>2</sup>, sendo 490,53m<sup>2</sup>, (edificável) e 86,64m<sup>2</sup> (não edificável), passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

**DESDOBRAMENTO:**

Lote urbano nº 01-A, constante da subdivisão do lote nº 01, da subdivisão do lote urbano nº 53, com área de 247,50m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 01-B, por linha seca de 17,93m; ao Leste, com o lote urbano nº 01-B, por linha seca de 13,00m; ao Sul, com parte do lote urbano nº 02, por linha seca de 20,14m; ao Oeste, com a Rua José Bernardi, numa extensão de 13,18m.

Lote urbano nº 01-B, constante da subdivisão do lote nº 01, da subdivisão do lote urbano nº 53, com área de 577,17m<sup>2</sup>, sendo 490,53m<sup>2</sup>, (edificável) e 86,64m<sup>2</sup> (não edificável), confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote nº 13-F e parte do lote urbano nº 13-E, por linha seca de 41,74m; ao Leste, com o lote urbano nº 12 e parte do lote urbano nº 11, por linha seca de 21,57m; ao Sul, com parte do lote urbano nº 02, por linha seca de 24,25m; ao Oeste, com o lote urbano nº 01-A, por linha seca de 13,00m; novamente ao Sul, com o lote urbano nº 01-A, por linha seca de 17,93m; novamente ao Oeste, com a Rua José Bernardi, numa extensão de 4,06m.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 16 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.561/2016 -FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 ÁRVORE DA ESPÉCIE ANGICO, LOCALIZADA NA RUA WILLY BARTH, BAIRRO SÃO GOTARDO, NESTE MUNICÍPIO,**  
DECRETO Nº 8.561/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 árvore da espécie Angico, localizada na Rua Willy Barth, Bairro São Gotardo, neste Município, Devido ao fato de estar em um barranco, podendo causar risco aparente de queda, e também pelo fato de ser possível a implantação de um redutor de velocidade (Lombada Eletrônica).

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderá ser substituídas, e no local devera ser plantada outra árvore de espécie nativa, sem ônus a municipalidade, não podendo ser arbusto, com altura mínima da muda de 0,60 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês, ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 16 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.562/2016 - REVOGA DECRETO Nº.545/2016- APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 61-10, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.6610 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ NAIDK E JANDIRA DE ALMEIDA NAIDK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.562/2016

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 61-10, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.6610 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ NAIDK E JANDIRA DE ALMEIDA NAIDK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 61-10, , com área de 995,349m<sup>2</sup>, matriculado no ORISMO sob n. 27.661, de propriedade de José Naidk e Jandira De Almeida Naidk, passando



de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Desdobramento:

a) Imóvel – Lote Urbano nº 61-10-A, com (área não edificante de 90,7645 m<sup>2</sup> e área edificante de 200,00 m<sup>2</sup>), totalizando 290,7645 m<sup>2</sup>, sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com parte do lote urbano nº 44, por linha seca medindo 13,303 metros; ao LESTE: com parte do lote rural nº 61 de Gregório Belusso, por linha seca medindo 15,04 metros; ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 10,303 metros; novamente ao LESTE: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 10,00 metros; novamente ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-B, por linha seca medindo 21,44 metros; ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 3,00 metros; novamente ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10-C, por linha seca medindo 13,44 metros; ao NOROESTE: com o lote urbano nº 61-10-C, com raio de 5,00 metros com desenvolvimento circular de 7,90 metros; novamente ao OESTE: com o lote urbano nº 61-10-C, por linha seca medindo 17,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 290,7645 m<sup>2</sup>.

b) Imóvel – Lote Urbano nº 61-10-B, com (área não edificante de 64,4045 m<sup>2</sup> e área edificante de 240,06 m<sup>2</sup>), totalizando 304,4645 m<sup>2</sup>, sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 10,303 metros; ao LESTE: com parte do lote rural nº 61 de Gregório Belusso, por linha seca medindo 27,96 metros; ao SUL: com parte do lote urbano nº 61-08, por linha seca medindo 7,103 metros; ao OESTE: com o lote urbano nº 61-09, por linha seca medindo 15,00 metros; novamente ao SUL: com o lote urbano nº 61-09, por linha seca medindo 24,64 metros; novamente ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 3,00 metros; novamente ao NORTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 21,44 metros; novamente ao OESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 10,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 304,4645 m<sup>2</sup>.

c) Imóvel – Lote Urbano nº 61-10-C, com área não edificante de 400,12 m<sup>2</sup>, sito na Rua dos Angicos, no Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando: ao NORTE: com parte do lote urbano nº 44, por linha seca medindo 18,44 metros; ao LESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 17,00 metros; ao SUDESTE: com o lote urbano nº 61-10-A, com raio de 5,00 metros com desenvolvimento circular de 7,90 metros; ao SUL: com o lote urbano nº 61-10-A, por linha seca medindo 13,44 metros; ao OESTE: pela Rua dos Angicos, por linha seca medindo 22,00 metros. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 400,12 m<sup>2</sup>.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 8.545/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,  
Em 18 de fevereiro de 2016  
João Carlos Valar  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2016 - ALTERAM OS ARTIGOS 51 E 80 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 006/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELOS ARTIGOS 4º E 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2016

ALTERAM OS ARTIGOS 51 E 80 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 006/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELOS ARTIGOS 4º E 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 51 da Lei Complementar nº 006/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. Constitui condição à aprovação de qualquer loteamento, a execução das seguintes obras e benfeitorias pelo interessado, proprietário ou loteador, após aprovação do respectivo projeto:

I - Demarcação dos lotes com marcos de concreto ou madeira;

II - Abertura e terraplanagem das vias de circulação, conforme especificações da Municipalidade, com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;

III - Rede coletora de coleta de águas pluviais;

IV - Drenagem, aterros, arrimos, pontes, pontilhões e bueiros que se fizerem necessários;

V - Sistema completo de distribuição de água tratada, em cada lado da rua;

VI - Rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

VII - Instalação de hidrantes, conforme normas de segurança do Corpo de Bombeiros local;

VIII - Pavimentação com pedra irregular ou pavimentação asfáltica ou blocos de concreto, no caso de loteamentos localizados nas Macrozonas Urbanas Consolidada e de Expansão Imediata;

IX - Quaisquer outras obras oriundas de atendimento dos dispositivos da presente Lei.

Parágrafo único: Serão permitidas o lançamento de águas pluviais em terrenos vizinhos, desde que não seja alterados os caminhos naturais dos talvegues de drenagem e que não ocasionem prejuízos ou agravos às glebas, lotes e edificações inferiores, comprovadas tecnicamente, e desde que seja aplicadas medidas de caráter preventivo ou similares, como o uso de sistema de dissipação ou similares.

Art. 2º O artigo 80 da Lei Complementar nº 006/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. Os lotes resultantes de desmembramento ou desdobramento não poderão ser inferiores ao lote mínimo previsto no Anexo VI da Lei do Plano Diretor, conforme a zona em que se situarem, observadas, entretanto, as dimensões mínimas estabelecidas no art. 42 desta Lei.

§1º. As partes restantes dos terrenos, remanescentes de desmembramentos ou desdobramentos sujeitam-se igualmente ao disposto no presente artigo.

§ 2º. No caso de desdobramento poderá ser aprovado lote localizado nos fundos dos terrenos, obrigatoriamente, com acesso através de faixa "non aedificandi" com largura mínima de três metros (3,00m) e comprimento máximo de quarenta metros (40,00m), desde que seja acesso a um único lote e permita o acesso de veículos, possua redes de energia elétrica e água potável e seja incorporada ao lote resultante não sendo, no entanto, sua área computada dentro da área mínima prevista para lotes urbanos pelo artigo 42 desta Lei.

§3º Nos parcelamentos do solo sob a forma de desdobramento ou desmembramento, os lotes resultantes não poderão ter sua infraestrutura, tal como: sistema de tratamento de efluentes, redes de água potável, redes de energia elétrica, redes de telefonia ou similares localizadas dentro de outro lote resultante do desdobramento

ou desmembramento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de fevereiro de 2016.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2016 - ALTERAM OS ARTIGOS 238 E 268 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 004/2011, ALTERADOS PELOS ARTIGOS 7º E 9º DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 016/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2016

ALTERAM OS ARTIGOS 238 E 268 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 004/2011, ALTERADOS PELOS ARTIGOS 7º E 9º DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 016/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 238 da Lei Municipal Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 238. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas, devendo no piso de cada compartimento ser prevista a inscrição de um quadrado cujas larguras mínimas serão as especificadas a seguir:

Compartimento	Largura mínima (m)	Altura (m)	Largura dos vãos (m)
1º dormitório ou único	22,40	22,60	00,80
Demais dormitórios	22,00	22,60	00,80
Dormitórios empregados	2,00	22,60	00,70
Salas	22,40	22,50	00,80
Lojas	33,00	33,00	11,00
Salas comerciais	22,80	22,60	00,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósito.

§ 3º No pavimento térreo as salas comerciais terão pé direito mínimo de 3,00 metros.

§ 4º Nas edificações existentes que venham a ser reformadas, quando se propõe a atividade comercial, manter-se-á a tolerância de pé direito mínimo de 2,60 metros, até um limite máximo de 40,00m² de área comercial, desde que a edificação já possua habite-se.

§ 5º Quando tratar-se de apenas uma unidade isolada localizada no térreo as lojas ou salas comerciais deverão ter área mínima de 20,00 m² mais um sanitário.

§ 6º Será permitido a redução de pé direito mínimo para edificações comerciais com no máximo 50 m² de área sob forma de container para 2,60 metros, desde que se cumpra os demais itens dispostos pela Lei Municipal Complementar nº 004/2011.

Art. 2º O artigo 268 da Lei Municipal Complementar nº 004/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 268. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública e sistema de tratamento público, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro anaeróbio na forma da ABNT e para tal, o efluente deverá ser tratado por de uma das seguintes alternativas, de acordo com as normas da ABNT:

I - sumidouro;

II - vala de infiltração;

III - vala de filtração;

IV – Clorador e lançamento em rede pluvial ou corpo receptor, conforme normas da ABNT;

V – sistema alternativo, desde que possua certificação aprovada por órgão competente e licenciamento ambiental quando legalmente exigido.

Parágrafo único. O filtro anaeróbio poderá ser dispensado para ampliações ou regularizações de edificações construídas anterior a Lei Complementar nº 16/2014, em casos onde não é possível a instalação do mesmo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2016 - ACRESCENTA O INCISO X AO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 20/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2016

ACRESCENTA O INCISO X AO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 20/2014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal Complementar nº 020/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I – recuos frontais;

II – afastamentos laterais e fundos;

III – taxa de ocupação;

IV - Número de vagas de garagem, quando não há possibilidade do cumprimento de vagas no interior do lote;

V – gabarito;

VI – coeficiente de aproveitamento;

VII- Vãos de iluminação e ventilação subdimensionados;

VIII- Circulações horizontais e verticais em desacordo com o Código de Obras, sendo que as edificações de uso público e coletivo devem atender as normas de acessibilidade.

IX- Para os casos de oficinas mecânicas ou similares, que não se enquadram nos recuos mínimos exigidos, serão aceitos recuos inferiores, desde que comprove, através de Estudo De Impacto de Vizinhança aprovado pelo Conselho de Planejamento Municipal, a existência de espaços para estacionamento (na proporção exigida no anexo VII da Lei Complementar n. 002/2011 e alterações) no interior do lote (afastamentos laterais, de fundos ou no interior da edificação) e desde que não prejudique o espaço público.

X – Metro ou fração de metro linear de pé direito em desacordo com o Código de Obras.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.238/2016 - INSERE O PARÁGRAFO 1º, RENOMEIA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 6.494 DE 20 DE JUNHO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.238/2016.

INSERE O PARÁGRAFO 1º, RENOMEIA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 6.494 DE 20 DE JUNHO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido o parágrafo 1º e renomeia o parágrafo único com o novo título de parágrafo 2º ao texto da Lei Municipal nº 6.494 de 20 de junho de 2011, com a seguinte redação:

“Parágrafo 1º Fica facultado aos Serviços de Táxis de qualquer natureza (veículos/motos), a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ou por nota impressa (bloco de NFs), desde que autorizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda e a opção seja única para um dos sistemas.”

“Parágrafo 2º Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta lei e sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.239/2016 - ALTERA ARTIGO 2º DA LEI Nº 6.603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.239/2016.

ALTERA ARTIGO 2º DA LEI Nº 6.603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei 6.603 de 19 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Sociedade de Bochas J.B. do Bairro São Luiz, para edificar uma cancha de bocha numa área de 850,00 m², na forma do mapa de localização, constante no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de fevereiro de 2016.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.240/2016 -APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE CONAK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**

LEI Nº 7.240/2016.

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE CONAK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte da Chácara nº 33, com área de 11.887,80m², Parte da chácara nº 34, com área de 10.750,00m², Parte da Chácara nº 34, com área de 10.750,00m², Parte da Chácara nº 34, com área de 5.374,51m² e Parte da Chácara nº 35, com área de 1.193,26m², perfazendo um total de 39.955,57m², sendo 35.214,13m² de Área Edificável e 4.741,44m² de Área Não Edificável, de propriedade de CONAK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, matriculado no Registro de Imóveis sob o n. 43.682, confrontando-se: Ao Norte, com parte da chácara nº 34, por linha seca de 170,60m; Ao Leste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 59,31m; Novamente ao Norte, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 59,24m; Novamente ao Leste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 35,24m; Ao Sul, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 26,37m; Novamente ao Leste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 72,68m; Ao Sudeste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 32,09m; Novamente ao Leste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 36,69m; Novamente ao Sudeste, com parte dos Lotes Urbanos nº 26, 25, 24 e 23, medindo 58,10m; Novamente ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 18, pela Sanga dos Perdidos; Ao Oeste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 19,33m; Ao Sudoeste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 28,32m; Novamente ao Leste, com parte da chácara nº 33, por linha seca de 34,62m; Novamente ao Sudoeste, com parte da chácara nº 34, por linha seca de 116,80m; Novamente ao Oeste, com parte da mesma chácara nº 35, por linha seca de 118,55m; Novamente ao Norte, com parte da mesma chácara nº 35, por linha seca de 10,00m; Novamente ao Oeste, com parte da chácara nº 35, por uma Estrada Vicinal medindo 49,87m, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:



I – 39.955,57m<sup>2</sup>, referente a área total do empreendimento;  
II – 22.926,24m<sup>2</sup>, referente a área de lotes;  
III – 10.248,53m<sup>2</sup>, referente a área de vias públicas;  
IV – 2.610,88m<sup>2</sup>, destinados para área de preservação permanente - APP;  
V – 1.399,23m<sup>2</sup>, destinados a área de uso institucional;  
VI – 2.770,69m<sup>2</sup>, referente a área verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO RODRIGUES".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01, do Loteamento Rodrigues, com área de 627,24m<sup>2</sup>, sendo 554,35m<sup>2</sup> edificáveis e 72,89m<sup>2</sup> não edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 02, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 10 e com o Lote nº 11, por linha seca de 28,03m; Ao Sudoeste: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 24,30m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 24,24m.

II - Lote Urbano nº 02, do Loteamento Rodrigues, com área de 480,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 03, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 08, com o Lote nº 09 e com parte do Lote nº 10, por linha seca de 20,00m; Ao Sul: com o Lote nº 01, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 20,00m.

III - Lote Urbano nº 03, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 04, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte dos Lotes nº 07 e nº 08, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 02, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 12,50m.

IV - Lote Urbano nº 04, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 05, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 07, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 03, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 12,50m.

V - Lote Urbano nº 05, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Noroeste: com as Ruas Willy Barth e Projetada "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Leste: com o Lote nº 06, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 04, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 8,00m.

VI - Lote Urbano nº 06, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "A", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão 8,00m; Ao Sul: com o Lote nº 07, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 05, por linha seca de 13,00m.

VII - Lote Urbano nº 07, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 06, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 08, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 03 e com o Lote nº 04, por linha seca de 13,00m.

VIII - Lote Urbano nº 08, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 07, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 09, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nº 02 e nº 03, por linha

seca de 13,00m.

IV - Lote Urbano nº 09, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 08, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 10, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 02, por linha seca de 13,00m.

X - Lote Urbano nº 10, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 09, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 11, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nº 01 e nº 02, por linha seca de 13,00m.

XI - Lote Urbano nº 11, do Loteamento Rodrigues, com área de 469,41m<sup>2</sup>, sendo 410,36m<sup>2</sup> edificáveis e 59,05m<sup>2</sup> não edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 10, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", por linhas sinuosas de 4,20m, 11,20m e 9,73m; Ao Sudoeste: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 19,71m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 01, por linha seca de 21,03m.

XII - Lote Urbano nº 12, do Loteamento Rodrigues, com área de 555,16m<sup>2</sup>, destinado a Área de Preservação Permanente (APP), confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes nº 13 e nº 23, por quatro linhas de 10,00m, 10,53m, 10,93 e 5,19m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 27,39m; Ao Sudoeste: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 29,49m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 7,99m.

XIII - Lote Urbano nº 13, do Loteamento Rodrigues, com área de 338,60m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 14, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 23, por linha seca de 10,91m; Ao Sul: com parte do Lote nº 12, por duas linhas de 10,00m e 10,53m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", por linha sinuosa de 15,57m e por linha seca de 4,27m.

XIV - Lote Urbano nº 14, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 15, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 23, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 13, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

XV - Lote Urbano nº 15, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 16, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 22, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 14, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m.

XVI - Lote Urbano nº 16, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 17, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 21, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 15, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m.

XVII - Lote Urbano nº 17, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 18, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 20, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 16, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m.

XVIII - Lote Urbano nº 18, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "A" e "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Leste: com o Lote nº 19, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 17, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a

Rua Projetada "A", numa extensão de 8,00m.

XIX - Lote Urbano nº 19, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Nordeste: com a Rua Projetada "B" e Rua do Bom Fim, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão 8,00m; Ao Sul: com o Lote nº 20, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 18, por linha seca de 13,00m.

XX - Lote Urbano nº 20, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 19, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 21, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 17, por linha seca de 13,00m.

XXI - Lote Urbano nº 21, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 20, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 22, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 16, por linha seca de 13,00m.

XXII - Lote Urbano nº 22, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 21, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 23, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 15, por linha seca de 13,00m.

XXIII - Lote Urbano nº 23, do Loteamento Rodrigues, com área de 472,09m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 22, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,92m; Ao Sudoeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 7,20m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 7,23m; Ao Sul: com parte do Lote nº 12, por duas linhas de 10,93m e 5,19m; Ao Oeste: com os Lotes nº 13 e nº 14, por linha seca de 23,41m.

XXIV - Lote Urbano nº 24, do Loteamento Rodrigues, com área de 2.055,72m<sup>2</sup>, destinado a Área de Preservação Permanente (APP), confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 26 e com os Lotes nº 29, nº 30, nº 31 e nº 32, por cinco linhas de 7,00m, 11,62m, 10,16m, 10,00m e 24,17m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 13,25m; Ao Sul: com parte dos lotes urbanos nº 26, nº 25, nº 24 e nº 23, por linha seca de 58,10m e com parte do lote urbano nº 18, pela Sanga dos Perdidos numa extensão de 31,17m; Ao Oeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 19,33m; Ao Sudoeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 6,86m; Novamente ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,65m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 25, por linha seca de 10,00m; Novamente ao Noroeste: com o Lote nº 25, por linha seca de 12,60m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 25, por linha seca de 10,15m.

XXV - Lote Urbano nº 25, do Loteamento Rodrigues, com área de 320,29m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 26, por linha seca de 19,00m; Ao Leste: com o Lote nº 24, por linha seca de 10,15m; Ao Sudeste: com o Lote nº 24, por linha seca de 12,60m; Ao Sul: com o Lote nº 24, por linha seca de 10,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 18,97m.

XXVI - Lote Urbano nº 26, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 27, por linha seca de 26,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 29, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 25 e parte do Lote nº 24, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,00m.

XXVII - Lote Urbano nº 27, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 28, por linha

seca de 26,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 29, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 26, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,00m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Noroeste: com a Rua do Bom Fim e Rua Projetada "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 21,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 29, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 27, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 7,00m.

XXIX - Lote Urbano nº 29, do Loteamento Rodrigues, com área de 418,32m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 11,62m; Ao Leste: com o Lote nº 30 e parte do Lote nº 24, por linha seca de 36,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 24, por linha seca de 11,62m; Ao Oeste: com os Lotes nº 26, nº 27 e nº 28, por linha seca de 36,00m.

XXX - Lote Urbano nº 30, do Loteamento Rodrigues, com área de 348,65m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 10,00m; Ao Leste: com o Lote nº 31, por linha seca de 33,97m; Ao Sul: com o Lote nº 24, por linha seca de 10,16m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 29, por linha seca de 35,76m.

XXXI - Lote Urbano nº 31, do Loteamento Rodrigues, com área de 339,70m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 10,00m; Ao Leste: com o Lote nº 32, por linha seca de 34,05m; Ao Sul: com o Lote nº 24, por linha seca de 10,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 30, por linha seca de 33,97m.

XXXII - Lote Urbano nº 32, do Loteamento Rodrigues, com área de 608,57m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 27,60m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 23,34m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 23,44m; Ao Sul: com o Lote nº 24, por linha seca de 24,17m; Ao Oeste: com o Lote nº 31, por linha seca de 34,05m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33, do Loteamento Rodrigues, com área de 1.399,23m<sup>2</sup>, destinado a Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 40, por linha seca de 21,91m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 31,06m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", por linhas sinuosas de 10,04m, 10,15m e 5,42m e por linha seca de 23,95m; Ao Oeste: com o Lote nº 34, por linha seca de 27,41m; Novamente ao Norte: com parte do Lote nº 40, por linha seca de 10,00m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 40, por linha seca de 14,50m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34, do Loteamento Rodrigues, com área de 328,92m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nº 37 e nº 40, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 33, por linha seca de 27,41m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com os Lotes nº 35 e nº 36, por linha seca de 27,41m.

XXXV - Lote Urbano nº 35, do Loteamento Rodrigues, com área de 352,48m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 36, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 34, por linha seca de 14,91m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "B" e Rua do Bom Fim, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 9,91m.

XXVI - Lote Urbano nº 36, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 37, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 34, por

linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 35, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37, do Loteamento Rodrigues, com área de 362,50m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 38, por linha seca de 29,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 40, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 36 e parte do Lote nº 34, por linha seca de 29,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38, do Loteamento Rodrigues, com área de 362,50m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 39, por linha seca de 29,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 40, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 37, por linha seca de 29,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39, do Loteamento Rodrigues, com área de 2353,942m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 40, por linha seca de 29,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 40, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 38, por linha seca de 29,00m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m.

XL - Lote Urbano nº 40, do Loteamento Rodrigues, com área de 2.770,69m<sup>2</sup>, destinado a Área Verde, confrontando-se: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 59,24m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 35,24m; Ao Sul: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 26,37m; Novamente ao Leste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 17,13m; Novamente ao Sul: com o Lote nº 33, por linha seca de 21,91m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 33, por linha seca de 14,50m; Novamente ao Sul: com o Lote nº 33 e parte do Lote nº 34, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com os Lotes nº 37, nº 38 e nº 39, por linha seca de 37,50m; Novamente ao Sul: com o Lote nº 39, por linha seca de 29,00m; Novamente ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,00m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 41, por linha seca de 13,32m.

XLI - Lote Urbano nº 41, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,21m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 42, por linha seca de 17,61m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 20,26m; Ao Sul: com o Lote nº 40, por linha seca de 13,32m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 19,80m.

XLII - Lote Urbano nº 42, do Loteamento Rodrigues, com área de 303,29m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 43, por linha seca de 17,94m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 18,96m; Ao Sul: com o Lote nº 41, por linha seca de 17,61m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, por linhas sinuosas de 4,76m e 14,18m.

XLIII - Lote Urbano nº 43, do Loteamento Rodrigues, com área de 323,21m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 27,61m; Ao Sudeste: com Parte da Chácara nº 33, por linha seca de 20,09m; Ao Sul: com o Lote nº 42, por linha seca de 17,94m; Ao Oeste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 10,66m.

XLIV - Lote Urbano nº 44, do Loteamento Rodrigues, com área de 307,54m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 21,70m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, por linhas sinuosas de 7,72m e 11,79m; Ao Sul: com o Lote nº 45, por linha seca de 24,25m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 60, por linha seca de 11,03m.

XLV - Lote Urbano nº 45, do Loteamento Rodrigues, com área de

303,50m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 44, por linha seca de 24,25m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, por linha sinuosa de 2,03m e linha seca de 10,22m; Ao Sul: com o Lote nº 46, por linha seca de 24,70m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nº 60 e nº 59, por linha seca de 12,30m.

XLVI - Lote Urbano nº 46, do Loteamento Rodrigues, com área de 301,34m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 45, por linha seca de 24,70m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,20m; Ao Sul: com o Lote nº 47 e parte do Lote nº 58, por linha seca de 24,70m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 59, por linha seca de 12,20m.

XLVII - Lote Urbano nº 47, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 46, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 48, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 58, por linha seca de 12,50m.

XLVIII - Lote Urbano nº 48, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 47, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 49, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 57, por linha seca de 12,50m.

XLIX - Lote Urbano nº 49, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 48, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 50, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 56, por linha seca de 12,50m.

L - Lote Urbano nº 50, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 49, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 51, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 55, por linha seca de 12,50m.

LI - Lote Urbano nº 51, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 50, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 52, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 54, por linha seca de 12,50m.

LII - Lote Urbano nº 52, do Loteamento Rodrigues, com área de 301,84m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 51, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua do Bom Fim, numa extensão de 7,80m; Ao Sudeste: com a Rua do Bom Fim e a Rua Projetada "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 53, por linha seca de 12,80m.

LIII - Lote Urbano nº 53, do Loteamento Rodrigues, com área de 301,84m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 54, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 52, por linha seca de 12,80m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "B" e a Rua do Bom Fim, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 7,80m.

LIV - Lote Urbano nº 54, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 55, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 51, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 53, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LV - Lote Urbano nº 55, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m<sup>2</sup>, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 56, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 50, por linha seca de



12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 54, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LVI – Lote Urbano nº 56, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 57, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 49, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 55, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LVII – Lote Urbano nº 57, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 58, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 48, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 56, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LVIII – Lote Urbano nº 58, do Loteamento Rodrigues, com área de 300,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 59 e parte do Lote nº 46, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 47, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 57, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,50m.

LIX - Lote Urbano nº 59, do Loteamento Rodrigues, com área de 323,86m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 60, por linha seca de 18,60m; Ao Leste: com o Lote nº 46 e parte do Lote nº 45, por linha seca de 17,20m; Ao Sul: com parte do Lote nº 58, por linha seca de 23,02m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 19,11m.

LX – Lote Urbano nº 60, do Loteamento Rodrigues, com área de 303,45m², confrontando-se: Ao Norte: com parte da Chácara nº 34, por linha seca de 24,86m; Ao Leste: com o Lote nº 44 e parte do Lote nº 45, por linha seca de 18,33m; Ao Sul: com o Lote nº 59, por linha seca de 18,60m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 10,74m.

LXI – Lote Urbano nº 61, do Loteamento Rodrigues, com área de 353,63m², confrontando-se: Ao Norte: com parte da Chácara nº 34, por linha seca de 23,49m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", por linhas sinuosas de 9,17m e 10,90m; Ao Sul: com o Lote nº 62, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 73, por linha seca de 10,00m.

LXII – Lote Urbano nº 62, do Loteamento Rodrigues, com área de 318,76m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 61, por linha seca de 26,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,26m; Ao Sul: com o Lote nº 63 e parte do Lote nº 72, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 73, por linha seca de 12,26m.

LXIII – Lote Urbano nº 63, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 62, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 64, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 72, por linha seca de 13,00m.

LXIV – Lote Urbano nº 64, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 63, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 65, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 71, por linha seca de 13,00m.

LXV - Lote Urbano nº 65, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 64, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 66, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 70, por linha seca de 13,00m.

LXVI – Lote Urbano nº 66, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 65, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 67, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 69, por linha seca de 13,00m.

LXVII – Lote Urbano nº 67, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 66, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 8,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "A" e "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 68, por linha seca de 13,00m.

LXVIII – Lote Urbano nº 68, do Loteamento Rodrigues, com área de 306,64m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 69, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 67, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 19,00m; Ao Sudoeste: com a Rua Projetada "B" e a Rua Willy Barth, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 8,00m.

LXIX – Lote Urbano nº 69, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 70, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 66, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 68, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 13,00m.

LXX – Lote Urbano nº 70, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 71, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 65, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 69, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 13,00m.

LXXI – Lote Urbano nº 71 do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 72, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 64, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 70, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 13,00m.

LXXII – Lote Urbano nº 72, do Loteamento Rodrigues, com área de 312,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 73 e parte do Lote nº 62, por linha seca de 24,00m; Ao Leste: com o Lote nº 63, por linha seca de 13,00m; Ao Sul: com o Lote nº 71, por linha seca de 24,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 13,00m.

LXXIII – Lote Urbano nº 73, do Loteamento Rodrigues, com área de 399,52m², confrontando-se: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 23,48m; Ao Leste: com os Lotes nº 61 e nº 62, por linha seca de 22,26m; Ao Sul: com parte do Lote nº 72, por linha seca de 22,00m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, numa extensão de 14,06m.

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar,

obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogandose as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.241/2016 - DENOMINA DE "GENTILIA CAPRA MORETTO" A RUA "PROJETADA F", SITUADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,**

LEI Nº 7.241/2016.

DENOMINA DE "GENTILIA CAPRA MORETTO" A RUA "PROJETADA F", SITUADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PODENDO TER SEGUIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA GENTÍLIA CAPRA MORETTO" a Rua "Projetada F", localizada no Loteamento Araucária, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste – SC, podendo ter seguimento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.242/2016 - DENOMINA DE "RUA AVELINO WÜRZIUS" A RUA Nº 01, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ESPLendor, SITUADO NO BAIRRO JARDIM PEPERI**

LEI Nº 7.242/2016.

DENOMINA DE "RUA AVELINO WÜRZIUS" A RUA Nº 01, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ESPLendor, SITUADO NO BAIRRO JARDIM PEPERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA AVELINO WÜRZIUS", a Rua nº01, localizada no Loteamento Esplendor, situado no Bairro Jardim Peperi, Município de São Miguel do Oeste.

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.243/2016 - DENOMINA DE "RUA NERCILA WÜRZIUS" A RUA PROJETADA Nº 01, INICIANDO A PARTIR DA RUA PADRE ANCHIETA, SENTIDO LESTE, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL 2.482 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1988, SITUADA NO BAIRRO SALETE**

LEI Nº 7.243/2016.

DENOMINA DE "RUA NERCILA WÜRZIUS" A RUA PROJETADA Nº 01, INICIANDO A PARTIR DA RUA PADRE ANCHIETA, SENTIDO LESTE, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL 2.482 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1988, SITUADA NO BAIRRO SALETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA NERCILA WÜRZIUS", a Rua Projetada nº01, iniciando a partir da Rua Padre Anchieta, Sentido Leste aprovada pela Lei Municipal Nº 2482, de 10 de novembro de 1988, situado no Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste.

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.244/2016 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE APOIO A PESSOA IDOSA - CEAPI SÃO MIGUEL, LOCALIZADO NO CENTRO, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.244/2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE APOIO A PESSOA IDOSA - CEAPI SÃO MIGUEL, LOCALIZADO NO CENTRO, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o "CENTRO DE APOIO A PESSOA IDOSA - CEAPI SÃO MIGUEL", com sede no Centro, foro e comarca neste Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa Jurídica no Cartório de Registros Civil, Títulos e Documentos, no livro A- 14, às fls. 162, sob o nº 4706, em 06/11/2015, protocolo sob o nº 3576, em 06/11/2015 na Comarca do Município de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ nº 23.686.759/0001-75.

Art. 2º Ficam os Setores competentes da Prefeitura Municipal, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei, correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEIS COMPLEMENTARES Nº 033/2016- ACRESCENTA O INCISO XIII AO ARTIGO 70 E ALTERA O ARTIGO 88, AMBOS DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 006/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2016

ACRESCENTA O INCISO XIII AO ARTIGO 70 E ALTERA O ARTIGO 88, AMBOS DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 006/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 70 da Lei Complementar nº 006/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70 O interessado, orientado pelas diretrizes urbanísticas obtidas na consulta de viabilidade e pelas diretrizes básicas urbanísticas, poderá solicitar a aprovação de projeto de loteamento, com os seguintes documentos relativos ao imóvel:

I - Requerimento solicitando licença para aprovação do projeto e início da execução das obras, assinado pelo proprietário ou seu representante legal;

II - Consulta prévia de viabilidade técnica e o documento que estebelece as diretrizes urbanísticas para o parcelamento;

III - Certidão atualizada de propriedade do terreno, transcrita no registro de imóveis;

IV - Instrumento de liberação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, quando for o caso;

V - Autorização expressa de credor hipotecário, passada em cartório, quando for o caso;

VI - Declaração de possibilidade de abastecimento d'água potável, fornecida pelo órgão competente;

VII - Declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica, fornecida pelo órgão competente;

VIII - Cópias dos projetos urbanísticos e complementares e memorial descritivo dos mesmos;

IX - ART do responsável técnico;

X - Laudo geotécnico do loteamento, quando exigido pela Municipalidade;

XI - Cronograma físico-financeiro das obras do loteamento;

XII - Licença Ambiental Prévia - LAP - emitida pela FATMA ou órgão competente;

XIII - Arquivo digital dos loteamentos, desdobramento, remembramentos e desmembramento.

Art. 2º O artigo 88 da Lei Complementar nº 006/2011 para a vigorar com a seguinte redação:

Art. 88. Aprovado o projeto de loteamento, desmembramento desdobramento ou remembramento, o interessado deverá submetê-lo ao registro de imóveis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade do ato, acompanhado dos documentos

exigidos pelo órgão competente, na forma da legislação federal e estadual aplicável à espécie.

§ 1º - No registro de parcelamento do solo urbano (loteamento ou desmembramento) deverá ser exigida a Licença Ambiental de Instalação (LAI), expedidas pelo órgão ambiental competente, sendo facultada a apresentação da LAI quando expressamente dispensada pela LAP (Licença Ambiental Prévia).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de transporte coletivos, com

micro-ônibus e ônibus cujo ano de fabricação não seja inferior a 2009, equipado com elevador e que cumpram as normas de acessibilidade, para atender aos Programas Socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e eventuais viagens intermunicipais e intermunicipais, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 07 de março de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2016.

CLAUDETE MARIA DE OLIVEIRA FABIANI

Secretaria Municipal de Assistência Social

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 17/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06/2016

OBJETO: Aquisição de passes para atender os alunos do CEDUP e ISFC, residentes no município de São Miguel do Oeste – SC, para o período de 2016, conforme Lei nº 2.959 de 21/10/1991. VALOR TOTAL DE R\$ 33.000,00. CONTRATADO: EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 02/2015

TERMO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 002/2015 DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA, DENOMINADO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA LOCADO, NA FORMA ABAIXO:

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.753.029/0001-93, com sede à Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê/SC, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por sua Presidente, Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cristiane Regina Zanatta Massaro, brasileira, solteira, Vereadora e Professora, portadora da CI RG sob nº 264.0025, inscrita no CPF sob nº 736.772.649-87, residente e domiciliada na Rua Caçanjurê, nº 94, neste Município de São Miguel do Oeste/SC; na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato por mais um período de 2 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 29/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterados. Este aditivo incorpora-se ao contrato original. Os preços pela prestação dos serviços, em valor mensal, é de R\$ 121,29 (Cento e vinte e um reais e vinte e nove centavos), e, em valor pelos 2 meses de prestação dos serviços, é de R\$ 242,58 (Duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos); sendo que as despesas de deslocamento é definido o valor de R\$ 0,50 (Cinquenta centavos), nos termos previstos na Cláusula Quarta do Contrato 002/2015. Caso houver reajuste de preços, será de acordo com a legislação em vigor, tomando por base a variação do IGP-M.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2015.  
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SÃO MIGUEL DO OESTE

#### TESTEMUNHAS:

Ass: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
Cart. Ident. nº \_\_\_\_\_ Cart. Ident. nº \_\_\_\_\_



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de professores de matemática para o 9º ano matutino do ensino fundamental, para o ano letivo de 2016.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido ao fato da falta de professores dispostos a assumirem as aulas de matemática do 9º ano matutino, após a realização do processo seletivo nº 01/2015.

Art. 2º - Os/as professores (as) interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 07 de março de 2016, às 09h, portanto a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h e das 13h as 17h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - As vagas ofertadas, tem como pré-requisito o título de licenciatura em matemática, no entanto não havendo interessados para a vaga, ocorrerá a abertura da vaga para professores (as) sem habilitação em matemática.

Art. 4º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembleia, sendo expostas todas as vagas, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I - Título em licenciatura em matemática; havendo empate;

II - Tempo de magistério; havendo empate;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 5º - O/a professor (a), que escolher uma turma a qual pertence a um (a) professor (a) efetivo, que se encontra afastado por cargo

em gratificação ou atestado médico, estará ciente que seu contrato estará vinculado ao retorno de tal profissional a sala de aula.

Art. 6º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 7º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 19 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

### ANEXO I

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 02/2016, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor de Matemática do 9º ano matutino, para o ano letivo de 2016, na E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho.

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, de de 2016.

Nome:

### PORTARIA N.º 083/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

### PORTARIA n.º 083/2016

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ADRIANA LEIA JUNCES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 19, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

### RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar temporariamente a carga horária da servidora ADRIANA LEIA JUNCES, ocupante do cargo de Professora II, de vinte para trinta horas semanais, a partir de 17/02/2016, devido à necessidade de profissional para atuar em atendimento as crianças da turma do Pré Escolar I, junto ao C.E.I. Profª. Leonida Vieira Francener.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 084/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 084/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Professor II, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CARLINHO SCHMITT, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de 05/02/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/02/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 007/2016**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 007/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ADRIANA LEIA JUNCKES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ADRIANA LEIA JUNCKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 003.359.079-62, residente e domiciliada a Rua José Emilio de Souza, nº 19, Nossa Senhora do Rosário – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 007/2016, passando a vigorar a partir de 17/02/2016 com a seguinte redação:  
Fica alterada a carga horária de 20 horas semanais para 30 horas semanais.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO  
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

# Schroeder

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2016 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 021/2013, tendo como Consumidor Cheila Adriane Klitzke, inscrito no CPF sob nº 030.094.539-65 e Fornecedor Editora Atlantica Ltda- ME- Shalon Comércio e Representações LTDA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 15.260.591/0001-03. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Shalon Comércio e Representações LTDA para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) com fundamentação legal no §2º do art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação para a reclamada, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCÍLIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 18 de fevereiro de 2016.

Nadiete Albino Marcílio

PROCON – Schroeder/SC

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2016 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 010/2014, tendo como Consumidor Marmoraria Hasselmann LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 14.700.475/0001-03 e Fornecedor Blashop Comercial LTDA ME, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 03.733.558/0001-74. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Blashop Comercial LTDA ME para: informar a sua Receita Bruta, com fundamentação legal no art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, apresentar o valor de sua receita bruta, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCÍLIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 19 de fevereiro de 2016.

Nadiete Albino Marcílio

PROCON – Schroeder/SC

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2016 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 011/2013, tendo como Consumidor Juliano Ambrosio Pelicioli, inscrito no CPF/MF sob nº 003.347.329-30, e Fornecedor Divisul Divisórias e Forros, inscrito (a) no CPF/CNPJ sob o nº 14.319.791/0001-21, que apurou e condenou o reclamado, acima qualificado, por desrespeito ao disposto no(s) artigo(s) 35º do Código de Defesa do Consumidor. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Divisul Divisórias e Forros para: tomar ciência da decisão proferida nos autos de reclamação nº 011/2013 do PROCON/SCHROEDER; recolher o valor da multa arbitrada em R\$ 816,66 (oitocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) ou, querendo, apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, na forma dos artigos 46, §2º e 49, caput, ambos do decreto 2.181/97 e art. 37, §2º do Decreto Municipal 2.139/2010. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCÍLIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2016.

Nadiete Albino Marcílio

PROCON – Schroeder/SC

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2016 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 007/2013, tendo como Consumidor Cirineu Petri, inscrito no CPF/MF sob nº 936.218.259-91, e Fornecedor Fujibras Comercio Importação Exportação LTDA, inscrito (a) no CPF/CNPJ sob o nº 08.078.696/0001-80, que apurou e condenou o reclamado, acima qualificado, por desrespeito ao disposto no(s) artigo(s) 35º do Código de Defesa do Consumidor. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Fujibras Comercio Importação Exportação LTDA para: tomar ciência da decisão proferida nos autos de reclamação nº 007/2013 do PROCON/SCHROEDER; recolher o valor da multa arbitrada em R\$ 4.083,34 (quatro mil, oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) ou, querendo, apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, na forma dos artigos 46, §2º e 49, caput, ambos do decreto 2.181/97 e art. 37, §2º do Decreto Municipal 2.139/2010. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCÍLIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2016.

Nadiete Albino Marcílio

PROCON – Schroeder/SC



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 007/2016 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 007/2016**

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 030/2013, tendo como Consumidora Sueli Ferreira Lopes de Almeida, inscrito no CPF/MF sob nº 034.256.749-78, e Fornecedor Ana Paula da Silva Dancker- ME, inscrito (a) no CPF/CNPJ sob o nº 15.305.867/0001-22, que apurou e condenou o reclamado, acima qualificado, por desrespeito ao disposto no(s) artigo(s) 6, IV e 35 do Código de Defesa do Consumidor. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Ana Paula da Silva Dancker- ME para: tomar ciência da decisão proferida nos autos de reclamação nº 030/2013 do PROCON/SCHROEDER; recolher o valor da multa arbitrada em R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) ou, querendo, apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, na forma dos artigos 46, §2º e 49, caput, ambos do decreto 2.181/97 e art. 37, §2º do Decreto Municipal 2.139/2010. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do site eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2016.

Nadiete Albino Marcílio

PROCON – Schroeder/SC

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 07/2016-PMS - Processo nº. 23/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LUPEL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 78.868.387/001-90, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº. 331, Centro, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-230.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de mobília para atender as necessidades dos Centros de Educação Infantil Municipais e as Unidades Escolares da Educação Infantil - Pré Escola da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Banco para refeitório tubo ¾ tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,30 x 0,35 -tampo fórmica na cor branca	06	Unidade	262,40	1.574,40
02	Mesa para refeitório tubo ¾ tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,70 x 0,57 -tampo fórmica na cor branca	03	Unidade	415,80	1.247,40
03	Banco para refeitório tubo 7/8 tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,30 x 0,35 -tampo fórmica na cor branca	08	Unidade	269,90	2.159,20
04	Mesa para refeitório tubo 7/8 tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,70 x 0,72 -tampo fórmica na cor branca	04	Unidade	425,90	1.703,60
TOTAL R\$					6.684,60

Valor do contrato: R\$ 6.684,60 (Seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 19/02/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO Nº 001/2016 SMS**

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2016 SMS

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uru-guai, nº 1538-E. Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89801-447, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 59/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 149/16 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
149/16	Item 125 - Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9 % injetável, estéril, epirogênica. Frasco com 100 ml.	29/01/2016	08/02/2016.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 19 de fevereiro de 2016.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A  
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
CNPJ nº. 85.247.385/0001-49  
(49) 3324-5585.

**DISPENSA Nº 7/2016-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 7/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 23/2016  
**Data:** 19/02/2016

Folha: 1/2

**Fornecedor:** LUPEL LTDA - EPP**Código:** 8629**Endereço:** R VENANCIO DA SILVA PORTO,331 -**Cidade:** JARAGUA DO SUL - SC**CNPJ:** 78.868.387/0001-90**Inscrição Estadual:** 251.202.496**Objeto da Compra:** Aquisição de mobília para atender as necessidades dos Centro de Educação Infantil Municipais e as Unidades Escolares da Educação Infantil - Pré Escola da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Banco para refeitório tubo ¾ tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,30 x 0,35 -tampo fórmica na cor branca	UN	262,40	1.574,40
2	3,00	Mesa para refeitório tubo ¾ tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,70 x 0,57 -tampo fórmica na cor branca	UN	415,80	1.247,40
3	8,00	Banco para refeitório tubo 7/8 tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,30 x 0,35 -tampo fórmica na cor branca	UN	269,90	2.159,20
4	4,00	Mesa para refeitório tubo 7/8 tampo MDF 15mm medida 2,00 x 0,70 x 0,72 -tampo fórmica na cor branca	UN	425,90	1.703,60

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Devido ao grande aumento na demanda de alunos matriculados nas Unidades da Rede Municipal de Ensino

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2016

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 7/2016 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 23/2016 Data: 19/02/2016
Folha: 2/2	

19/2/2016

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2016

**Valor da Despesa:** 6.684,60 (seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Seara

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016 – REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 010/2016

Pregão Presencial nº. 008/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Knapp & Cia Ltda, CNPJ n.º 76.376.375/0001-12, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº 711, centro, Palmitos/SC., neste ato representada pelo Sr. Adelmir Holdefer, brasileiro, casado, engenheiro de segurança do trabalho, RG n.º 5.528.410-5, CPF n.º 783.103.509-53, residente e domiciliado na rua Amazonas, nº. 184, bairro Santa Terezinha, Palmitos, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 008/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

- Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 19/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 18/02/2017.

- As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 008/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

- Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 19/02/2016.

Laci Grigolo  
Prefeita Municipal  
Município de Seara

Adelmir Holdefer  
Knapp & Cia Ltda  
Contratada

### PORTARIAS 005/2016 - FMES

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA - FMES

Portaria nº. 005/2016. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe conferem os Estatutos da Entidade, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 001/2015, da servidora Marlisete Siqueira, contratada em caráter temporário para exercer a função de Servente, Nível CE-01, Anexo I, do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Municipal de Esportes de Seara – FMES, Lei Complementar nº 005/2001, e vencimentos de acordo com o estabelecido na mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC., em 02 de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO ANDRÉ FRANCO

Superintendente da Fundação Municipal  
de Esportes de Seara – FMES

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 011/2016

Pregão Presencial nº. 002/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Pégasus Atacadista Ltda, CNPJ n.º 14.797.430/0001-90, estabelecida na rua Guaranis, nº. 327 D, bairro Esplanada, Chapecó, SC., neste ato representada pela Sra. Leani Willms, brasileira, divorciada, empresaria, RG n.º 12/R-2.542.360, CPF n.º 817.741.419-49, residente e domiciliado na rua Caigangue, nº. 749 - D, bairro Esplanada, Chapecó, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 002/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material escolar, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 12.450,00 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 19/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 18/02/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 002/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 19/02/2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Município de Seara

Leani Willms

Pégasus Atacadista Ltda

Contratada

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2016**

Processo Licitatório nº. 019/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 012/2016.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 03/03/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 19 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº. do Processo: 15/2016      Licitação: 8/2016 - PR      Data da Homologação: 19/02/2016									
Fornecedor: 6916      - KNAPP & CIA LTDA									
1	77889	DETONAÇÃO DE ROCHA COM FORNECIMENTO DE EXPLOSIVO E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SEARA.	Atlas Copco/lbq	ML	1.000.000	0,0000	52,0000	52.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			52.000,00	

Seara, 19 de Fevereiro de 2016.



ITENS PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 8/2016      Licitação: 2/2016 - PR      Data da Homologação: 19/02/2016									
Fornecedor: 11290      - Pégasus Atacadista Ltda Me									
1	3394271	LÁPIS DE COR LONGO COM 12 CORES SORTIDAS BRILHANTES INCLUIDO COR PRATA OU ROSA CHICLETE. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, PONTAS RESISTENTES E COM SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO CONSTANTE NA EMBALAGEM E ABNT/NBR 15236/05.	FABBER CASTELL ECOLA	UN	1.500,000	0,0000	8,3000	12.450,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								12.450,00	

Seara, 19 de Fevereiro de 2016.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº 033/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

“Concede Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS GIARETTA, e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e em especial à Lei nº 10.710 de 05/08/2003, Leis Municipais nº 498/2001 de 10/09/2001 e 684/2005 de 13/12/2005;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 12 de Fevereiro de 2016 a 09 de Agosto de 2016, à Servidora Pública Municipal FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS GIARETTA, ocupante do Cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, Nível 11 A, do grupo 1 – SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**ENSALAMENTO PROCESSO SELETIVO N° 001/2016****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016****ENSALAMENTO****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **20 de fevereiro de 2016 das 09h00min às 12h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no **Município de Serra Alta (SC)**.

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

**ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, **excluído do certame**.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**.

**Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Ensalamento** referente ao Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público Municipal.

1. Apresentamos abaixo o Ensalamento relativo ao Processo Seletivo n.º 001/2016, conforme segue:

**SALA 01****→ Professor de II – Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série****→ Professor de Educação Física**

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
4	ALESANDRA CAVALHEIRO DA SILVA	86462172053	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
3	CAMILA ANTINES	07813939905	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
10	DANIELA SIGNOR	08154876906	Professor de Educação Física.
12	DANRLEI CECATTO	09144295901	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
15	ELAINE LUFT PELICOLI	06092286920	Professor de Educação Física.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

17	ELOIZE DAMO CERIZOLLI	07615259983	Professor de Educação Física.
6	FABIANA PARIZOTTO	07481267910	Professor de Educação Física.
9	MARILEI LUBENOW SENHOR	03996416962	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
16	MARINA FLOSS	08026767900	Professor de Educação Física.
14	RAFAEL JUNIOR BETTU	09646294960	Professor de Educação Física.
18	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	08435869903	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
7	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	05834280960	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.

**Total de Candidatos - 12**

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.
3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de fevereiro de 2016.

**FRANCISCO ARTUR BOTH**  
**Prefeito Municipal**

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS PRAZO PARA RECURSO PROCESSO SELETIVO N° 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES  
APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **20 de fevereiro de 2016 das 09h00min às 12h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

**ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.**

**Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação das Inscrições Após Decurso do Prazo Recursal** referente ao Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público Municipal.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

**Legenda:**

**AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**  
**VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
10	DANIELA SIGNOR	08154876906
15	ELAINE LUFT PELICOLI	06092286920
17	ELOIZE DAMO CERIZOLLI	07615259983
6	FABIANA PARIZOTTO	07481267910

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

16	MARINA FLOSS	08026767900
14	RAFAEL JUNIOR BETTU	09646294960

**Inscritos no cargo: 6**

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
4	ALESANDRA CAVALHEIRO DA SILVA	86462172053
3	CAMILA ANTINES	07813939905
12	DANRLEI CECATTO	09144295901
9	MARILEI LUBENOW SENHOR	03996416962
18	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	08435869903
7	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	05834280960

**Inscritos no cargo: 6**

2. **Continuam não homologadas** as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do **pagamento da taxa de inscrição** (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
11	CAMILA SIQUEIRA	08154882973
5	JORACI COPATI	67434479949
13	PATRICIA BIESDORF	08487496938

**Inscritos no cargo: 3**

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
2	PRISCILA WERNER GASSEN	03246630992
8	TATIANA MAHL	08754070996

**Inscritos no cargo: 2**

3. Do total de **17** candidatos que realizaram suas inscrições no Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, **12** tiveram as inscrições homologadas e **05** permaneceram com as inscrições não homologadas após decurso do prazo recursal.

Página | 2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

**Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

4. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.
5. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.
6. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de fevereiro de 2016.

**FRANCISCO ARTUR BOTH**  
**Prefeito Municipal**



# Siderópolis

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de apresentação das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2015.

Local: Camara Municipal de Vereadores – Centro – Siderópolis – SC

Data: 26/02/2016 – 6ª Feira

Hora: 10h00min

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### 034/2016

PORTARIA Nº 034 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
2553	Adroaldo Souza De Luca	01/05/2014	À	28/02/2015	01/02/2016	À	29/02/2016
2122	Aldoni Coelho Junior	19/04/2014	À	18/04/2015	01/02/2016	À	29/02/2016
3693	Edsom Schinaider	20/03/2013	À	19/03/2014	01/02/2016	À	29/02/2016
1863	Elida Silveira da Rosa	01/06/2014	À	31/05/2015	02/02/2016	À	02/03/2016
7049	Felipe Simioni dos Santos	01/10/2014	À	30/09/2015	01/02/2016	À	29/02/2016
5583	Francini Pereira	09/05/2014	À	08/05/2015	01/02/2016	À	29/02/2016
2853	Leonor Dalpont	03/02/2013	À	02/02/2014	01/02/2016	À	29/02/2016
1240	Leonete Pereira de Souza	02/03/2014	À	01/03/2015	10/02/2016	À	09/03/2016
6128	Lucilene Cardoso de Oliveira	01/02/2016	À	31/01/2016	01/02/2016	À	29/02/2016
3599	Marcia Bólico	18/01/2015	À	17/01/2016	01/02/2016	À	29/02/2016
6905	Martinha Raupp Silveira	08/05/2014	À	07/05/2015	17/01/2016	À	16/02/2016
2543	Sonia Aparecida Teixeira Pereira	02/10/2014	À	01/10/2015	04/01/2016	À	03/02/2016
5178	Thiago Arruda Irigoite	20/07/2014	À	19/07/2015	01/02/2016	À	29/02/2016
1230	Vanir da Rosa Gomes	02/02/2014	À	01/02/2015	15/02/2016	À	14/03/2016
7052	Vanessa Pereira Rocho	08/10/2014	À	07/10/2015	01/02/2016	À	29/02/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 099/2016

DECRETO Nº 099 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e de acordo com o art.7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e considerando o disposto na Lei Estadual nº 14.590, de 23 de dezembro de 2008, e na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, que aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, Resolve: Convocar os órgãos e entidades do Poder Público e da Sociedade Civil, a seguir arrolar, por seu representante legais, para comporem a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sombrio - SC, etapa preparatória da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 18 de abril de 2016, com início às 13:00 e término às 19:00 horas, no auditório do Centro Integrado da Terceira Idade (CITI), sito na Rua Presidente João Goulart, s/nº, Bairro São José, no município de Sombrio - SC.

Art. 2º. A citada Conferência terá como tema "Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º. A Conferência será precedida pelo Prefeito Municipal, ou por delegação deste, ao Servidor José Sidnei Januário..

Parágrafo Único – Na ausência ou impedimento dos citados, assumirá a Presidência pessoa por ela designada.

Art. 4º. O Prefeito Municipal de Sombrio – SC, expedirá portaria, constituindo a Comissão Municipal e definindo e aprovando o Regimento da Conferência Municipal da Cidade de Sombrio – SC.

Parágrafo Único. O Regimento Disporá sobre a organização e o funcionamento da mesma.

Art. 5º. As despesas com a realização da Conferência Municipal da Cidade de Sombrio – SC, correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio/SC, 19 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDOR PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais MARILENE MAN REOLON, ocupante do cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADES DE SAÚDE, com lotação na Secretaria da Saúde de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22.05.2014 a 21.05.2015, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 13.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FRANCIANE APARECIDA PERERA, ocupante do cargo de Odontóloga com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16.08.2014 a 15.08.2015 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016.

Art.3º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISTELA GODOIS KROTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem com lotação na Secretaria Municipal de Saúde de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.12.2014 a 30.11.2014 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 22 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIRLEI SCHIRMANN KEMPF, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12.05.2015 a 11.05.2016, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI ocupante do cargo de Assessora de Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2015 a 01.01.2016 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 18.01.2016.

Art. 3º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDIR BASSOLI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20.12.2014 a 19.12.2015, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 13.01.2016.


Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 04 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### **PORTARIA 003/2016**

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDOR PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FRANCIELI HOLLAS, ocupante do cargo de Enfermeira, com lotação na Secretaria de Saúde de 17 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.10.2014 a 30.09.2015, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 20.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LEONI SALETE DE MATOS GORCZVESKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com lotação na Secretaria de Administração de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04.02.2015 a 03.02.2016, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 18.01.2016.

Art. 3º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal RAIMUNDO BOZAM, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 23 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.08.2014 a 05.08.2015 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 26.01.2016.

Art. 4º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal FERNANDO FRANCISCO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.09.2015 a 31.08.2016 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 13.01.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 22 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### **PORTARIA 004/2016**

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias as Servidoras Públicas Municipais MARISETE K. DE SOUZA ocupante do cargo de Assessora Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 05.02.2015 a 04.02.2016 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016 e PATRICIA FRANCISCO DA SILVA ocupante do cargo de Secretaria de Escola, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17.02.2014 a 16.02.2015 e 17.02.2015 a 16.02.2016 a serem gozadas no período de 04.02.2016 a 02.02.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISA REGINA WEBER CAPRINI, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Educação, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de

04.01.2015 a 01.01.2016, a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 04 de janeiro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### **PORTARIA 005/2016**

PORTARIA Nº 05, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal JULIANO MAURICIO SIEBEL, ocupante do cargo de Assessor de Esportes, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2015 a 31.01.2016, a serem gozadas no período de 06.01.2016 a 04.02.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 06 de janeiro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### **PORTARIA 006/2016**

PORTARIA Nº 006, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, com lotação no Gabinete do Prefeito de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.2015 a 07.01.2016, a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 30.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal TATIANA TONEL, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2014 a 13.10.2015 a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 30.01.2016.

Art. 3º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal DAIANE KLUGE, ocupante do cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.05.2014 a 02.05.2015 a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 09.02.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 06 de janeiro de 2016.  
ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### **PORTARIA 007/2016**

PORTARIA Nº 007, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDIR HACKENHAAR, ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20.11.2014 a 19.11.2015, a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 22.01.2016

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 11 de janeiro de 2016.  
ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor Departamento de Administração

### **PORTARIA 008/2016**

PORTARIA Nº 008, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Públicos Municipais JOÃO PAULO GUBERT, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, com lotação no Gabinete do Prefeito, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06.06.2014 a 05.06.2015 serem gozadas no período de 18.01.2016 a 27.01.2016.

Art. 2º. Conceder férias ao Servidor Público, MARCOS HENTZ, ocupante do cargo de TÉCNICO AGROPECUARIA, com lotação no Secretaria da Agricultura, Obras e Transportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 31.12.2014 a 30.12.2015 serem gozadas no período de 18.01.2016 a 16.02.2016.

Art. 3º. Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GILMAR ONGHERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, 18 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2014 a 30.06.2015, a serem gozadas no período de 18.01.2016 a 04.02.2016.


Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e esta Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.



Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 18 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### **PORTARIA 009/2016**

PORTARIA Nº 009, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANTONIO KVIATKOSKI, ocupante do cargo de Diretor do Departamento com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2014 a 01.01.2015 e 02.01.2015 a 01.01.2016 a serem gozadas no período de 25.01.2016 a 13.02.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 25 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

### **PORTARIA 010/2016**

PORTARIA Nº 010, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal JOICE CARINE AMANN, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.02.2015 a 01.02.2016 a serem gozadas no período de 04.01.2016 a 02.02.2016, retroativo a 04.01.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 26 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

**PORTARIA 012/2016**

PORTARIA Nº 012, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GERALDO ALBANI, ocupante do cargo de Vigia com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 23.02.2015 a 22.02.2016 a serem gozadas no período de 01.02.2016 a 01.03.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 01 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

**PORTARIA 013/2016**

PORTARIA Nº 013, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal CLADIS CATARINA WIEBBLLING, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2014 a 30.06.2015, a serem gozadas no período de 01.02.2016 a 01.03.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 01 de fevereiro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

**PORTARIA 014/2016**

PORTARIA Nº 011, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLAUDEMIR SAUGO, ocupante do cargo Fiscal de Tributos, obras e vigilância sanitária

série com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2014 a 30.06.2015 a serem gozadas no período de 01.02.2016 a 01.03.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,01 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

### **PORTARIA 016/2016**

PORTARIA Nº 016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO CESAR HUBNER, ocupante do cargo de Contador Geral com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2014 a 13.10.2015 a serem gozadas no período de 15.02.2016 a 24.02.2016

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 15 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 012/2016

DECRETO Nº. 012/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações relativas ao assunto:

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica Prorrogado até a data de 27/02/2018 o prazo de validade do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, homologado pelo Decreto Nº. 014/A/2014, de 27 de Fevereiro de 2014, para provimento da vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 (quarenta) horas.

Art. 2.º – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### DECRETO 013/2016

DECRETO Nº. 013/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos da Resolução Normativa nº. 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das Cidades, a se realizar no dia 08 de junho de 2016 com início às 08h 00min, no clube de Idosos Sagrado Coração de Jesus, Rua Alvino Ernesto Kluge, 225, centro do Município de Tigrinhos/SC, sob a coordenação de DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO.

Art. 2º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como tema: "Função Social da Sociedade e da Propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas".

Art. 3º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidido pelo Prefeito Municipal senhor RUDIMAR FRANCISCO GUTH, e no seu impedimento, pela Arquiteta da Prefeitura Municipal senhora DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO.

Art. 4º. O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal das Cidades, inclusive

sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 038/2016

PORTARIA Nº. 038/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. JUSARA JAPPE, brasileira, convivente, portadora do CPF nº 081.248.949-73, aprovada em 3º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor II, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

### PORTARIA 039/2016

PORTARIA Nº. 039/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. ANDRESSA LUCATELI, brasileira, convivente, portadora do CPF nº 078.845.829-96, aprovada em 4º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor II, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

#### **PORTARIA 040/2016**

PORTARIA Nº. 040/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. REGINA ZACHARCZUK GATELLI, brasileira, casada, portadora do CPF nº 899.042.149-72, aprovada em 7º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor II, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

#### **PORTARIA 041/2016**

PORTARIA Nº. 041/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. CLAUDIA RODRIGUES, brasileira, convivente, portadora do CPF nº 042.544.199-70, aprovada em 1º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor III, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

#### **PORTARIA 042/2016**

PORTARIA Nº. 042/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. ISOLDE BARBOSA WESCHENFELDER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 538.179.669-20, aprovada em 2º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor III, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

#### **PORTARIA 043/2016**

PORTARIA Nº. 043/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. ADRIANA APARECIDA PONTEL, brasileira, convivente, portadora do CPF nº 019.214.009-43, aprovada em 3º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 001/2015, para exercer o Cargo Temporário de Professor III, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 19 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

### **PORTARIA 044/2016**

PORTARIA Nº. 044/2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 57 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Alterada a Carga Horária do Servidor Público Municipal Sr. GILNEI JOSÉ DE BASTIANI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 22 de Fevereiro de 2016, com fundamento no Art. 57 da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Município de Tigrinhos/SC,

“Art. 57. Para atender necessidades emergenciais a administração municipal pode promover a Alteração Temporária Transitória, dos profissionais efetivos no quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Tigrinhos, até o limite de 40 horas semanais.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de

Administração e fazenda



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 26/2016

DECRETO Nº. 26, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2016 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.042 – Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080(152) – Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ 1.000,00  
4.4.71.00.00.00.00.00.0080(153) – Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.042 – Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco  
3.1.71.00.00.00.00.00.0080(151) – Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de fevereiro de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 27/2016

DECRETO Nº 24, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.  
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Ficam admitidos no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, os servidores abaixo identificados, com nomenclatura de cargo e carga horária:

NOME	RG/CPF	CARGO
ADÃO JOSÉ DE ARAUJO	RG: 173.953 CPF: 342.882.109-25	MOTORISTA
ANDERSON ZILLI	RG: 4.230.485 CPF: 042.087.119-83	MOTORISTA
DIOVANILDO DA ROSA FEIJÓ	RG: 11.005.895-0 CPF: 713.352.850-91	MOTORISTA

GENOR DAL PONT	RG: 149.686-7 CPF: 082.646.439-49	MOTORISTA
MANOEL VITOR GALDINO DA ROCHA	RG: 5.628.561 CPF: 077.617.209-32	MOTORISTA
MARTINHO DA SILVA MAGNUS	RG: 1.979.038 CPF: 513.856.789-68	MOTORISTA
ROMEU MALGA-RISI	RG: 202.395 CPF: 284.476.540-87	MOTORISTA
VALMIR DA SILVA	RG: 1.731.813 CPF: 184.656.808-09	MOTORISTA
WAGNER TUROS-SI CADORIM	RG: 4.230.477 CPF: 038.575.919-35	MOTORISTA
ALINE ZANIN	RG: 5.919.314 CPF: 082.823.679-82	PROFESSOR SUPLETIVO 40 HORAS
DEONILDA DOS SANTOS	RG: 3.497.663 CPF: 999.909.709-04	PROFESSOR SUPLETIVO 40 HORAS
SUSANA DOS SANTOS	RG: 4.230.470 CPF: 008.688.879-00	PROFESSOR SUPLETIVO 40 HORAS
JADNA BORGES CANDÉO	RG: 4.878.245 CPF: 038.665.299-61	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
MANUELA SACHETTI DAL PONT	RG: 3.988.186 CPF: 033.624.309-02	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I
MARIANA BIAVA	RG: 4.261.191 CPF: 072.790.329-23	MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR
MATEUS MANGA-NELLI BURIGO	RG: 4.225.749 CPF: 057.257.939-07	SECRETARIO DE UNIDADE ESCOLAR

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 18 de fevereiro de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### ERRATA PORTARIA 11/2016

#### ERRATA

PORTARIA Nº. 11, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Onde se lia:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à Servidora Schana Arigoni Pizzolo, matrícula nº 1661, ocupante do Cargo de Professor Mag, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo de 04/03/1999 a 01/03/2009, período de gozo: 15/02/2016 a 12/08/2016.

Leia-se:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à Servidora Schana Arigoni Pizzolo, matrícula nº 661, ocupante do Cargo de Professor Mag, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo de 04/03/1999 a 01/03/2009, período de gozo: 15/02/2016 a 12/08/2016.

Josélia Scot Pezente  
Agente Administrativo/Matrícula 844



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16 2015 FMS

PREFEITURA DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2015

Às 08:30 horas do dia 19/02/2016, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e a abertura dos envelopes de proposta, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico em referência, com o objetivo de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS/ MATERIAL PERMANENTES, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AMBULATORIAIS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL. Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio

SILVIA SAUL MUSEKA

ELENISE PISETTA

Que esta subscrevem designados pela Portaria nº. 845/2014 e suas alterações publicadas no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Dando início à sessão, o pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo as declarações de cumprimento dos requisitos de habilitação, bem como o envelope contendo a propostas de preço e a documentação de habilitação das seguintes empresas:

ALTHIS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES

CARAÍPE IND. E COM. DE MÓVEIS EIRELLI EPP

CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

DUCA MÓVEIS LTDA

E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELLI EPP

KLEBER ARRABACA BARBOSA EPP

MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

NELITA GOMES FARIAS EPP

OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

RATZKOB COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELLI ME

SANDRO VILMAR PIRES ME

ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME

Os documentos apresentados mostraram-se em acordo com o edital. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 11h. Lavramos a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão do Pregão	Assinatura
SILVIA SAUL MUSEKA	
ELENISE PISETTA	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.001 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/001

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Retificação do valor mensal constante no contrato, sendo R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) o valor correto, passando o valor total do contrato para R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.002 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/002

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Retificação do valor mensal constante no contrato, sendo R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais) o valor correto, passando o valor total do contrato para R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2016.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

### EXTRATO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO 2015.45 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/45

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda.

OBJETO: Correção dos valores de acréscimo e supressão constantes da cláusula primeira do Segundo Termo Aditivo, sendo que o valor correto da supressão é de R\$ 88.186,84 (oitenta e oito mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) e o valor correto de acréscimo é de R\$ 86.173,80 (oitenta e seis mil cento e setenta e três reais e oitenta centavos). Prorrogação do prazo de execução até 29/04/2016. Data da assinatura: 12/02/2016.

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

# Três Barras

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

O Município de TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições ao Concurso Público para provimento de vagas para cargos públicos efetivos do quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob responsabilidade do Município de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616 - Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina mediante contrato celebrado com a empresa Nubes Tecnologia e Serviços Ltda.

1.2. O Concurso Público terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova de análise de títulos, diferenciadas por cargo.

1.3. Os cargos, habilitação profissional, carga horária, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais e vencimento, seguem dispostos nos quadros abaixo:

##### 1.3.1. Cargos de Nível Superior (Grupo 01 - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
01	Assistente Pedagógico	Portador de diploma de curso superior em Pedagogia.	01	-	40h	2.235,82
02	Médico Cardiologista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	20h	4.390,20
03	Médico Ginecologista/Obstetra	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	02	-	10h	2.195,10
04	Médico Ortopedista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	20h	4.390,20
05	Médico Urologista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	10h	2.195,10
06	Nutricionista	Portador de diploma de curso superior em Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	01	-	20h	1.376,50
07	Psicólogo	Portador de diploma de curso superior em Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	01	-	20h	1,376,50

##### 1.3.2. Cargos de Nível Superior (Grupo 02 - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva e Títulos):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
08	Professor De Educação Infantil	Portador de diploma de curso superior em Pedagogia.	CR	-	20h	931,58

##### 1.3.3. Cargos de Nível Médio (Grupo Único - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
09	Assistente Administrativo	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	2	-	40h	1.927,10
10	Auxiliar Administrativo	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	10	-	40h	1.376,50
11	Cuidador	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	3	-	40h	963,55
12	Cuidador Escolar	Portador de certificado de conclusão do Curso de Magistério	20	1	40h	963,55

Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital)

CR – Cadastro de Reserva

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO IV.

1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargos públicos estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Barras - Lei Complementar nº 138/2009 e suas alterações, bem como Plano de Carreira dos Servidores do Poder Executivo do Município de Três Barras - Lei Complementar nº 139/2009 e Plano de Cargos do Magistério Municipal de Três Barras - Lei Complementar nº 140/2009 e suas alterações.

1.6. Os valores para inscrição no Concurso Público n.º 01/2016, obedecerão aos seguintes valores:

· R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de Superior;

· R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de Nível Médio e Técnico;

#### 2. DA DIVULGAÇÃO

- 1.
- 2.
- 2.1. A divulgação oficial do Edital de Concurso Público n.º 01/2016 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:
- 2.
- 2.1.
- 2.1.1. O Edital na íntegra no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Três Barras, sito na Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina; no site oficial do Município: [www.tresbarras.sc.gov.br](http://www.tresbarras.sc.gov.br), no site da empresa: [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no Diário dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).
- 2.1.2. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes a convocação serão efetuados sob responsabilidade exclusiva do Município de Três Barras, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.
3. DA INSCRIÇÃO
- 3.
- 3.1. Para participar do Concurso Público N.º 01/2016 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.
- 3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.
- 3.4. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:
- 3.4.1. VIA INTERNET: através do site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br). Para inscrever-se, o candidato deverá:
- 3.4.1.1. Acessar o site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;
- 3.4.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público do Município de Três Barras;
- 3.4.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;
- 3.4.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;
- 3.4.2. PRESENCIAL: O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 16h45min, junto a Prefeitura Municipal de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina. Esta inscrição pode ser efetuada pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído.
- 3.5. Para confirmar a sua inscrição o candidato deve efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III.
- 3.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Prestar atenção para o horário bancário.
- 3.7. O não pagamento da taxa de inscrição até o vencimento previsto no boleto implica na não efetivação da inscrição, com o consequente cancelamento desta.
- 3.8. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar a sua homologação, mediante a publicação da "homologação provisória das inscrições", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol dos "homologados".
- 3.9. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "homologação provisória das inscrições", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.
- 3.10. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos do presente concurso público.
- 3.11. O candidato que se inscrever em mais de uma área, terá a inscrição que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.
- 3.12. São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.
- 3.12.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Inscrito", no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.
- 3.13. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
- 3.14. A Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. e o Município de Três Barras não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.15. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.
- 3.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 3.17. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 3.18. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 3.19. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.20. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.21. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.22. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.23. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

#### 4. DAS ISENÇÕES

4.

4.1. Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição no Concurso Público 01/2016 do Município de Três Barras os candidatos doadores de sangue e os candidatos de condição hipossuficiente atendidas as condições estabelecidas nos itens seguintes.

4.2. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público entretanto se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

4.3. Para requerer a isenção por doação de sangue o candidato deverá:

4.3.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo V), assinalando a opção "doador de sangue" e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.

4.3.2. O documento previsto no subitem anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do Concurso.

4.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

4.4. Para requerer a isenção por hipossuficiência o candidato deverá:

4.4.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo V), assinalando a opção "hipossuficiência".

4.4.2. Anexar ao requerimento fotocópia do comprovante de renda (contracheque), caso se encontre empregado; ou

4.4.3. Declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, caso se encontre desempregado;

4.4.4. Anexar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal;

4.4.5. Anexar declaração informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007, podendo ser a disponível no Anexo V deste Edital.

4.5. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no Anexo III deste Edital.

4.6. A relação das isenções deferidas serão divulgadas no endereço eletrônico [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no Anexo III.

4.7. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no Anexo III, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

4.8. A Nubes Tecnologia e Serviços apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no Anexo III, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.

4.9. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, observando o horário bancário.

4.10. A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

#### 5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.

5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.4. As provas objetivas terão a duração conjunta de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.5. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.6. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

5.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.8. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

5.9. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.10. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

5.11. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.12. Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações.



5.13. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

## 6. DAS PROVAS

6.

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem, no mínimo, 5,00 (cinco) pontos.

6.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Concurso Público constará de prova escrita objetiva e prova de análise de títulos, variando de acordo com os cargos ofertados.

6.2.1. Para os cargos de Nível Superior (Item 1.3.1 - Grupo 01) e Nível Médio ou Técnico (Item 1.3.3 - Grupo Único), será aplicada prova escrita objetiva de caráter eliminatório e classificatório.

1.

6.2.1.1. Esta prova terá 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", sendo 20 (vinte) de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português, Matemática e Informática Básica) e 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos do cargo distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,20	1,00
Português	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Informática Básica	05	0,20	1,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. Para os cargos de nível superior (Item 1.3.2 - Grupo 02), serão aplicadas prova escrita objetiva (eliminatória e classificatória) e prova de análise de títulos (classificatória).

6.2.2.1. A prova escrita objetiva terá 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", sendo 20 (vinte) de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português, Matemática e Informática Básica) e 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos do cargo distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,20	1,00
Português	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Informática Básica	05	0,20	1,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2.2. A prova de títulos será composta pela avaliação dos diplomas e/ou certificados, sendo atribuídos pontos, como segue especificado:

PROVA DE TÍTULOS		
FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
Doutorado	1,0 ponto	1,0
Mestrado	0,5 pontos	0,5
Pós-Graduação (na Área Concluída)	0,3 pontos	0,3
Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, realizados entre Janeiro de 2012 a novembro de 2015	0,05 para cada 50 horas concluídas. O limite de horas a ser validado é de até 200h	0,2

6.2.2.3. A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no item anterior.

6.2.2.4. A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, sendo contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

6.2.2.5. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados com nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita.

6.2.2.6. A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

CLASSIFICAÇÃO = NPE + NPT

Onde: NPE = nota da prova escrita; NPT = nota da prova de títulos

6.2.2.7. Serão pontuados como títulos, Certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

6.2.2.8. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

6.2.2.8.1. Preencher o Anexo VIII, numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.

6.2.2.8.2. Todos os documentos referentes à avaliação de títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS frente e verso, AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

6.2.2.8.3. Todas as folhas deverão ser paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.

6.2.2.8.4. Os títulos devem ser acomodados em envelopes identificados com o NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO e CARGO, juntamente com o "comprovante provisório de inscrição", emitido na "área do inscrito", após a efetivação da sua inscrição.

6.2.2.8.5. O envelope contendo o formulário de avaliação de títulos devidamente preenchido e assinado, deverá ser protocolado, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições, definidas no Anexo III deste Edital.

6.2.2.8.6. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido acondicionamento em envelopes, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos, ou sem a identificação do comprovante provisório de inscrição, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

6.2.2.8.7. Em relação a Prova de Títulos, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no Anexo III deste Edital estabelecido ao recurso de gabarito e questões de prova, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

6.3. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreende todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

5.3.

6.4. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- d) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.5. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.6. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.7. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.8. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

## 7. DOS RESULTADOS

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final idêntica, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

## 8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento Pessoal do Município de Três Barras durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda da classificação.

8.3. O candidato aprovado perderá o direito a nomeação nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Desistir formalmente da vaga.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Três Barras, obedecendo a ordem de classificação.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site [www.tresbarras.sc.gov.br](http://www.tresbarras.sc.gov.br), ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Concurso Público a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.4. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.6. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.7. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.8. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.9. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital.

9.10. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3.16 deste edital.

9.11. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais, integrando a lista única de candidatos.

9.12. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.13. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.14. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

## 10. DOS RECURSOS

### 10.

10.1. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento do Requerimento de Isenção;
- c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- f) Ao Resultado da Prova de Títulos e Tempo de Serviço;
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória;

10.2. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "e", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo VII.

10.3. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "e" do item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo VI deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso - Anexo VI do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

### 1.

10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos a alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação equivalente a questão anulada será rateada entre as demais questões do grupo (português, matemática, informática básica, conhecimentos gerais ou conhecimentos específicos), majorando em igual proporção as questões válidas.

10.4. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

10.5. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

10.6. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.



10.7. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

10.8. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

10.9. A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 11. DOS PROTOCOLOS

11.

11.1. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) O Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;
- b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Os Documentos Relativo a Prova de Títulos;
- f) Todos os Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

11.2. Os requerimentos, previstos nas alíneas "a" a "e" do item anterior devem ser protocolados por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. - Comissão do Concurso Público de Três Barras - Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601 - Bairro Victor Konder - Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

11.2.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.3. Os recursos, previstos na alínea "f" do Item 11.2 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.3.1. Diretamente no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), através da área do inscrito, em ambiente restrito, na opção "Recursos", preenchendo de maneira completa o formulário disponível;

11.3.2. Enviando os formulários e documentos dos recursos diretamente para o e-mail [tresbarras@nubesconcursos.com.br](mailto:tresbarras@nubesconcursos.com.br), com as especificações exigidas para cada item;

11.3.3. Via postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o recurso, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - Comissão do Concurso Público de Três Barras - Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601 - Bairro Victor Konder - Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

11.3.4. De forma presencial para o candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar o protocolo de seu recurso, tendo a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar no protocolo, no período compreendido para a interposição de recursos, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 16h45min, junto a Prefeitura Municipal de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina. Este protocolo pode ser efetuado pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído.

11.4. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerado, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto.

11.5. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.6. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. e o Município de Três Barras não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.7. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização,

11.8. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa a estabelecida neste Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

#### 12. DO CHAMAMENTO E DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

12.

12.1. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Prefeitura Municipal e divulgação no site do município e no Diário dos Municípios.

12.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.2.1. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- c) Cópia do documento de identidade;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Certidão de Casamento, se houver;
- f) Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- g) Cópia do Título de Eleitor e certidão de regularidade junto a Justiça Eleitoral;
- h) Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- i) Declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;
- j) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- k) Comprovante da escolaridade e experiência exigida para o cargo;
- l) Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo conselho profissional;
- m) Ter aptidão física para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional;
- n) Comprovante de residência;
- o) Fotografia 3 x 4;
- p) Certidão de nascimento dos dependentes;

12.2.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.

12.2.3. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem

à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

12.2.4. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

12.3. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Três Barras convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.4. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 10 (dez) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

### 13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.

13.1. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração municipal.

13.2. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Três Barras, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

### 14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.

14.1. Delega-se competência à Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber e processar as inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas, práticas e de análise de títulos;
- d) Apreçar todos os recursos previstos neste edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- h) Responder, em conjunto com o município de Três Barras eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Três Barras.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.

15.1. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.2. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.3. O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.4. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.5. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.6. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público do Município de Três Barras e da Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., de acordo com a legislação vigente.

15.7. O Município de Três Barras e a Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

15.8. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.9. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

15.10. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá servir:

- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

15.11. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.

15.12. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

15.13. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
  - b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.
  - c) Anexo III - Cronograma do Concurso Público.
  - d) Anexo IV - Atribuições Inerente aos Cargos.
  - e) Anexo V - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
  - f) Anexo VI - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
  - g) Anexo VII - Formulário de Recursos Diversos.
  - h) Anexo VIII - Formulário de Avaliação de Títulos.
- 15.14. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras/SC, 22 de Fevereiro de 2016.

Eloi José Quege

Prefeito do Município de Três Barras

## ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Três Barras, [www.tresbarras.sc.gov.br](http://www.tresbarras.sc.gov.br), História do Brasil e História de Santa Catarina. Informática básica. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM A TODOS OS CARGOS, QUANDO REQUERIDO)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP e Windows 7 e Windows 8. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

### PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Ortografia a nível Médio; Gramática a nível Médio; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consoantes e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental.

### MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. Geometria. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental.

### PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível médio e fundamental.

### MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Noções de lógica: proposições, conectivos, negação de proposições compostas. Conjuntos: caracterização, pertinência, inclusão, igualdade e intervalos. Conjuntos numéricos. Composição de funções. Função inversa. Médias aritméticas e geométricas. Regra de três simples e composta. Juros e porcentagem. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível médio e fundamental.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

01 - Assistente Pedagógico

Legislação, política e diretrizes curriculares; Ciclos de formação; Currículo escolar; Projeto político-pedagógico; Abordagem do processo do ensino; Democratização da educação; Aspectos teóricos e metodológicos do conhecimento; Saberes da docência e tendências pedagógicas; Planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem; Educação de jovens e adultos no contexto do Ensino Fundamental e Médio; Educação, inclusão e pluralidade cultural; Parâmetros curriculares nacionais e temas transversais; Formação do educador: ensino e pesquisa; Educação profissional, cidadania e trabalho; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função 02 - Médico Cardiologista

Transplante cardíaco. Insuficiência cardíaca congestiva. Embolia pulmonar. Aneurisma dissecante de aorta. Estenose e insuficiência aórtica. Estenose e insuficiência mitral. Testes não invasivos para diagnóstico de cardiopatia isquêmica. Miocardiopatias. Cateterismo intervencionista. Infarto agudo do miocárdio. Endocardite infecciosa. Cardiopatias congênitas cianóticas. Cardiopatias congênitas acianóticas. Tratamento das arritmias cardíacas. Angina estável. Taquicardias supraventriculares. Angina instável. Hipertensão arterial. Taquicardia ventricular. Dislipidemias. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 03 - Médico Ginecologista/Obstetra

Código de Ética Médica. Anticoncepcionais hormonais: diversos tipos e suas interações medicamentosas, efeitos colaterais e contra-indicações. Básico e Ginecologia: Anatomia dos órgãos genitais. Cirurgia Ginecológica: Avaliação clínica e laboratorial pré-operatória; Profilaxia do tromboembolismo; Definição, classificação e tratamento dos prolapso genitais. Cirurgia laparoscópica: indicações. Cistos funcionais do ovário: tratamento. Climatério: Propedêutica básica; Osteoporose; Reposição hormonal-vias de administração, esquemas e indicações; Medidas complementares: exercícios, dieta, etc; Hormônio e câncer. Corrimto genital - diagnóstico diferencial e tratamento. Doença inflamatória pélvica; Abscesso tubo-ovariano/ pelvipéritonite; sepsis. Doença sexualmente transmissível: sífilis; gonorreia, donovanose; AIDS. Endocrinologia do ciclo menstrual. Endocrinologia ginecológica. Fístulas genito-urinárias: classificação e diagnóstico. Ginecologia Geral: Sangramentos anormais nas diferentes idades. Herpes genital. Histerectomias: indicações, técnicas e complicações intra-operatórias; Miomectomias; Ooforectomia; Salpingectomias; Conização e amputação cervical. Histeroscopia: indicações, técnica e complicações. Infecção Genital: Flora vaginal normal. Infecção pelo papilomavírus: diagnóstico e tratamento. Infecções Vaginais: bacterianas, por *Gardnerella*, por *Trichomonas* e por *Candida*. Intercorrências Clínicocirúrgicas no Ciclo Gravídico-puerperal: Hipertensão arterial; Endocrinopatias; Diabetes; Tromboembolismo; Cardiopatias; Hematopatias; Doenças do colágeno; Nefropatias; Infecções urinárias; DST/AIDS; Toxoplasmose; Rubéola; Sífilis. Lesões precursoras do câncer do colo: diagnóstico; Interpretação da citologia oncológica. Massas pélvicas: conduta na adolescente, na idade reprodutiva e na gestação. Mastologia: Exames de imagem = Mamografia e ultrasonografia; Alterações funcionais benignas; Mastalgia; Derrame papilar. Neoplasia genital: Lesões benignas da vulva; Neoplasias benignas da vulva e da vagina; Neoplasias malignas da vulva e da vagina: diagnóstico e tratamento. Neoplasias do colo uterino: epidemiologia, diagnóstico, estadiamento, tratamento cirúrgico. Neoplasias do endométrio: diagnóstico e tratamento; Tumores sólidos e císticos benignos do ovário; Tumores epiteliais do ovário. Obstetrícia Normal: Evolução cronológica do conceito; Duração da gravidez; Assistência pré-natal; Curva de ganho de peso; Curva de altura uterina; Vitaminas; Drogas na gravidez; Imunização; Avaliação da maturidade fetal; Contrações uterinas para diagnóstico de trabalho de parto; Mecanismos do parto; Assistência ao parto; Partograma; Avaliação da vitalidade fetal intraparto; Indução do parto; Puerpério; Lactação; Planejamento familiar no pós-parto. Patologia Obstétrica: Abortamento; gravidez ectópica; Neoplasia trofoblástica gestacional; Inserção baixa da placenta; Descolamento prematuro da placenta; Hiperemese gravídica; Doença hemolítica perinatal; Doença hipertensiva específica da gravidez; Incompetência istmocervical; Amniorrexe prematura; Gravidez prolongada; Crescimento intra-uterino retardado; Oligoâmnio e polidrâmnio; Rotura uterina; Toco-traumatismo materno e fetal; Infecção puerperal; Mastite; Mortalidade materna; mortalidade perinatal e neonatal; Psicose puerperal; Propedêutica subsidiária em obstetrícia: ultra-sonografia, cardiocotografia, dopplervelocimetria; Perfil biofísico fetal. Puberdade - modificações físicas e hormonais normais; Puberdade precoce; Hemorragia uterina disfuncional; Tensão pré-menstrual. Amenorreia primária e secundária; Síndromes hiperandrogênicas: hirsutismo e acne; Galactorreia; Síndrome dos ovários policísticos; Genitália ambígua. Reprodução Humana: Investigação básica do casal infértil; Fatores femininos e masculinos; Indução da ovulação; Abortamento de repetição; Eficiência dos métodos anticoncepcionais; Métodos anticoncepcionais não hormonais: comportamentais, de barreira, DIU; Anticoncepção cirúrgica- técnicas, indicações, e reversão- implicações legais. Tumores sólidos benignos: fibroadenoma, tumor filóide, papilomas; Cistos da mama; Cirurgia para câncer de mama; Tratamento sistêmico para câncer de mama. Uroginecologia: Métodos para investigações das disfunções do trato urinário inferior; Incontinência urinária de esforço genuína; Instabilidade do detrusor; Cistite crônica intersticial; Tratamento clínico da incontinência urinária; Tratamento cirúrgico da incontinência urinária; Infecções do trato urinário. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 04 - Médico Ortopedista

Afeções ortopédicas comuns na infância. Epifisiólise proximal do fêmur. Poliomielite: fase aguda e crônica. Tuberculose osteoarticular. Paralisia obstétrica. Osteomielite aguda e crônica. Piorrite. Ortopedia em geral; branquialgias, artrite degenerativa da coluna cervical; síndrome do escaleno anterior e costela cervical. Ombro doloroso. Lombociatalgias: artrite degenerativa da coluna lombo sacra; hérnia de disco; espondilose. Tumores ósseos benignos e malignos. Fraturas e luxações da coluna cervical, dorsal e lombar. Fratura da pélvis. Fratura do acetábulo. Fratura e luxação dos ossos dos pés. Fratura e luxação do joelho. Lesões meniscais e ligamentares. Fratura diafisária do fêmur. Fratura tanstrocanteriana. Fratura do colo do fêmur, do ombro; da clavícula e extremidade superior e diáfise do úmero; da extremidade distal do úmero. Luxação do cotovelo e fratura da cabeça do rádio. Fratura e luxação da Monteggia. Fratura diafisária dos ossos do antebraço. Fratura de Colles e Smith. Luxação do carpo. Fratura do escafoide carpal. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangeana. Ferimento da mão. Tendinite Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 05 - Médico Urologista

Fisiopatologia da obstrução Urinária. Infecção do trato geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Litíase urinária. Traumatismos urológicos. Hiperplasia nodular da próstata. Tumores: próstata, pênis, testículo, bexiga, renais e das adrenais. Uropediatria. Infertilidade e Impotência. Urogenicologia. Transplante renal. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde para a especialidade. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 06 - Nutricionista

Alimentos e nutrientes. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana. Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Alimentos dietéticos e alternativos. Produção: administração de serviços de alimentação. Planejamento do serviço de nutrição e dietética; aspectos físicos do serviço de nutrição e dietética; sistema de distribuição de refeições; serviços de alimentação



hospitalar. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Gestão de estoque: curva ABC. Controle higiênico sanitário dos alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Dietoterapia. Saúde Pública: avaliação nutricional hospitalar e ambulatorial. Dietoterapia nas patologias do tubo gastrointestinal e órgãos anexos (fígado, pâncreas, endócrino e exócrino e vias biliares). Dietoterapia nas patologias renais. Dietoterapia nas patologias cardiovasculares. Dietoterapia na obesidade e magreza. Dietoterapia nas cirurgias digestivas. Dietoterapia na gravidez e lactação. Atenção nutricional ao idoso. Avaliação e internação de exames laboratoriais de rotina. Internação droga - nutrientes. Dietoterapia pediátrica: avaliação nutricional; orientação nutricional nas síndromes diarreicas; orientação nutricional na recuperação do desnutrido, orientação nutricional nas afecções renais, orientação nutricional na obesidade, nas doenças gastrointestinais, nas cirurgias digestivas, nas pneumopatias, nas erosões do metabolismo. Terapia nutricional parenteral e enteral. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 07 - Psicólogo

1. Principais correntes da Psicologia. 2. Psicologia Social: raízes da psicologia social moderna, discussões teórico-metodológicas contemporâneas, psicologia social e estudos culturais. 3. Identidades e subjetividades. 4. Grupos: o que são, transversalidade em grupos, processo de socialização e processo grupal. 5. Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho: definição, histórico, áreas de atuação, função dos psicólogos nas organizações, clima organizacional, a organização como fenômeno psicossocial, qualidade de vida e saúde mental no trabalho. 6. Psicologia do Desenvolvimento: teorias principais. 7. Psicologia Institucional. 8. Psicologia e políticas públicas. 9. Psicologia e juventude/adolescência. 10. Psicologia Social e saúde. 11. Relação da patologia orgânica e aspectos emocionais (psicossomática). 12. Teorias e técnicas psicoterápicas e teorias e técnicas psicoterápicas de fundamentação psicanalítica (infância, adolescência, idade adulta e velhice). 13. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). 14. Modelos de psicoterapia. 15. Aplicações clínicas das psicoterapias. 16. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. 17. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. 18. Conhecimentos gerais e específicos dos conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais na psiquiatria e na saúde mental. 19. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. 20. A equipe multiprofissional na assistência do paciente. 21. Reações emocionais frente ao adoecer (diagnóstico e defesas). Código de Ética do Psicólogo. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função;

#### 08 - Professor de Educação Infantil

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Proposta Curricular do estado de Santa Catarina. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 09 - Assistente Administrativo

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas de Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função

#### 10 - Auxiliar Administrativo

Aspectos gerais da redação oficial; Gestão de Qualidade (Ferramentas e Técnicas); Administração e Organização; Serviços Públicos (Conceitos - Elementos de Definição - Princípios - Classificação); Atos e Contratos Administrativos; Empresa Moderna; Empresa Humana; Relações Humanas e Interpessoais; Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 8.666/93 e alterações promovidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98. Higiene e segurança do trabalho; Estrutura Administrativa Municipal. Administração: de materiais, financeira, de recursos humanos, da produção. Planejamento: orçamento, programas, planos e projetos. Gestão: habilidades e competências gerenciais, comunicação e estilos gerenciais. Atendimento ao público. Meios de Comunicação. Abreviações. Agenda. Comunicação e Relações Públicas. Comunicação telefônica. Uso de equipamentos de escritório. Uso de aparelhos de fax e máquinas reprográficas. Noções de uso dos serviços de telefonia. Noções de software de controle de ligações. Noções de arquivamento e procedimentos administrativos. Elaboração e manutenção de banco de dados. Noções de estoque. Meios de transporte. Liderança e poder; motivação. Atas. Ofícios. Memorandos. Cartas. Certidões. Atestados. Declarações. Procuração. Recebimento e remessa de correspondência oficial. Hierarquia. Impostos e Taxas. Requerimento. Circulares. Siglas dos Estados da Federação. Formas de tratamento em correspondências oficiais. Tipos de correspondência. Atendimento ao Público. Portarias. Editais. Noções de protocolo e arquivo. Índice onomástico. Assiduidade. Disciplina na execução dos trabalhos. Relações humanas no trabalho. Formas de tratamento. Decretos. Organograma. Fluxograma. Poderes Legislativo e Executivo Municipal. Leis Ordinárias e Complementares. Constituição Federal Art.º 6º a 11º e art. 39º a 41º. Uso de correio eletrônico. Princípios que

regem a Administração Pública. Ética no Serviço Público. Princípios de Arquivologia. Licitações e Contratos: conceitos, princípios, características, fases, lei 8.666 de 21/06/93 e modificações. Lei do Pregão. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Manual de redação oficial da presidência da república. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 11 - Cuidador

Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999. As concepções de infância, de família e de sociedade. O Planejamento Pedagógico. Cuidar, brincar e educar. A elaboração do Universo pela criança: as noções de tempo, espaço, objeto e casualidade. O jogo na construção do conhecimento pela criança. Rotinas da creche. O raciocínio infantil: o pensamento racional e pensamento criador. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A função da educação infantil. O papel do profissional da Educação Infantil. A organização do tempo e espaço na educação infantil. O cuidar e o educar. Relação creche e família. O brincar no espaço educativo. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva. Higiene da criança. Prevenção de acidentes. O cotidiano na Creche: rotina, afetividade, alimentação e cuidados essenciais. Trabalho em equipe. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental. Procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade; Noções básicas de atendimento ao público; Organização do local de trabalho; Noções básicas de informática básica. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### 12 - Cuidador Escolar

Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999. As concepções de infância, de família e de sociedade. O Planejamento Pedagógico. Cuidar, brincar e educar. A elaboração do Universo pela criança: as noções de tempo, espaço, objeto e casualidade. O jogo na construção do conhecimento pela criança. Rotinas da creche. O raciocínio infantil: o pensamento racional e pensamento criador. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A função da educação infantil. O papel do profissional da Educação Infantil. A organização do tempo e espaço na educação infantil. O cuidar e o educar. Relação creche e família. O brincar no espaço educativo. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva. Higiene da criança. Prevenção de acidentes. O cotidiano na Creche: rotina, afetividade, alimentação e cuidados essenciais. Trabalho em equipe. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental. Procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade; Noções básicas de atendimento ao público; Organização do local de trabalho; Atividades pedagógicas e recreativas diárias realizadas por alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; Cuidados com a higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças de zero a seis anos de idade; A construção de atividades e valores significativos para o processo educativo das crianças de zero a seis anos de idade; A observação e o registro de aprendizagem e desenvolvimento das crianças; Disciplina e vigilância dos alunos; Controle e movimentação do aluno; Observação e orientação os setores, sobre o comportamento dos alunos; observação e orientação dos setores, sobre o comportamento dos alunos; Primeiros socorros aos alunos; Outras tarefas auxiliares; Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança; Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio de autos; Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

### ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

#### REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, inscrito (a) ao Concurso Público N.º 01/2016 do Município de  
Três Barras, inscrição n.º \_\_\_\_\_, concorrendo ao cargo de \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_  
portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_,  
CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)  
( ) Vaga para Portadores de Necessidades Especiais  
Deficiência: \_\_\_\_\_  
CID n.º: \_\_\_\_\_  
Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

( ) Condição Especial para a Realização de Provas

a) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Três Barras/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

**ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016**

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
22/02/2016	Publicação do Edital.
23/02/2016	Prazo para contestação do Edital
24/02/2016	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
24/02/2016 a 23/03/2016	Período das inscrições.
24/03/2016	Prazo final para o pagamento da taxa de inscrição
18/03/2016	Data final para requerimento de isenção (Item 4 do Edital).
21/03/2016	Publicação do Rol de Inscrições Isentas.
21/03/2016 a 22/03/2016	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção
23/03/2016	Publicação do extrato de recursos de Indeferimento do Pedido de Isenção e disponibilização de boleto bancário aos indeferidos.
28/03/2016	Homologação provisória das inscrições.
28/03/2016 a 29/03/2016	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
30/03/2016	Homologação final das inscrições.
03/04/2016	Data da prova escrita
04/04/2016	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
04/04/2016 - 08h00min à 06/04/2016 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
11/04/2016	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
11/04/2016 a 12/04/2016	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
15/04/2016	Homologação do resultado final do Concurso Público N.º 01/2016.

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial do Concurso Público e da Comissão da Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital.

**ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS****01 - Assistente Pedagógico**

a) coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da Unidade Educacional; b) administrar o pessoal e os recursos materiais da escola, tendo em vista o alcance dos objetivos estabelecidos na proposta pedagógica da Unidade Educacional; c) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos; d) zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; e) prover meios para a equiparação dos alunos de menor rendimento; f) promover a articulação família/escola/comunidade, criando processos de integração da sociedade com a Unidade Educacional; g) informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da Unidade Educacional; h) coordenar, no âmbito da Unidade Educacional, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; i) acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e as famílias; j) elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da Unidade Educacional; k) elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos no sistema ou rede de ensino e da Unidade Educacional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; l) acompanhar e supervisionar o funcionamento da Unidade Educacional, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino; m) instituir grupos de trabalho ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas de solução, com intuito de atender os problemas de natureza pedagógica, administrativa e situações emergenciais; n) criar condições para uma participação efetiva do corpo docente, estabelecendo uma unidade de esforços, a fim de que o processo educacional desenvolva-se de forma dinâmica, assegurando a qualidade de ensino.

**02 - Médico Cardiologista**

I – Realizar exames subsidiários em cardiologia, cardiopatias congênitas; II – realizar exames de insuficiência Cardíaca Congestiva; III – realizar exames de hipertensão pulmonar; IV – realizar exames de aterosclerose; V – realizar exames de doença arterial coronária; VI – realizar exames de arritmias cardíacas, de miocardiopatias e doenças do pericárdio. VII – realizar terapêutica em cardiologia; VIII - atuar na prevenção em cardiologia: (primária e secundária); IX – organizar os serviços de saúde de acordo com as atribuições do cargo público; X – organizar estatísticas de saúde de sua área de atuação (epidemiologia, vigilância sanitária e epidemiológica); XI – expedir atestados médicos; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores



lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### 03 - Médico Ginecologista/Obstetra

I - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; II - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; III - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; IV – respeitar a ética médica; V - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VI – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VII – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; VIII - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### 04 - Médico Ortopedista

I - Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV – analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI – manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX – elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI – responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI – executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### 05 - Médico Urologista

I - Realizar atendimento na área de urologia; II - desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; III - realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; IV - Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; V - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; VI - Participar de programa de treinamento, quando convocado. VII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; VIII - Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; IX - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; X - Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; XI - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; XII - Efetuar a notificação compulsória de doenças; XIII - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; XIV - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; XV - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; XVI - Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; XVII - Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; XVIII - Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; XIX - Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; XX - Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; XXI - Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; XXII - Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; XXIII - Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; XXIV – Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; XXV - Realizar outras atribuições afins.

#### 06 - Nutricionista

Elaborar e avaliar os cardápios, observando adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; respeita os hábitos alimentares de cada localidade e a sua vocação agrícola; utilizar produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e os in-natura; elaborar o cardápio, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ); planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados; estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PAE; elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação; desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades; coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar; articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição; assessorar

o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE; participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos; elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios; participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do PAE; participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos; contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição; colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação; comunicar os responsáveis legais quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade; capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora; zelar para que, na capacitação específica de merendeiros, assim entendidos os manipuladores de alimentos da merenda escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes.

#### 07 - Psicólogo

Executar atividades nos campos de psicologia aplicada ao trabalho, da orientação educacional e da clínica psicológica; realizar psicodiagnósticos para fins de ingresso, readaptação, avaliação das condições pessoais do servidor; proceder à análise dos cargos e funções sob o ponto de vista psicológico, estabelecendo os requisitos necessários ao desempenho dos mesmos, efetuar pesquisas sobre atitudes, comportamentos, moral, motivação, tipos de liderança; averiguar causas de baixa produtividade, assessorar o treinamento em relações humanas; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico, para tratamento dos casos; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso de instituições assistências, bem como para contemplação com bolsas de estudos; empregar técnicas como testes de inteligência e personalidade, observações de conduta etc.; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-se para escolas ou classes especiais; formular hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; apresentar o caso estudado e interpretado à discussão em seminário; realizar pesquisas psicopedagógicas; confecciona e seleciona o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos; elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos; redigir a interpretação final após o debate e aconselhamento indicado a cada caso, conforme as necessidades psicológicas, escolares, sociais e profissionais do indivíduo; manter atualizado o prontuário de cada caso estudado, fazendo os necessários registros; manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Psicologia; executar tarefas afins. Desenvolver trabalhos multiprofissionais ao compor as equipes de referência da Assistência Social (NOB/RH-SUAS). Realizar as atividades de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Programas, Projetos, Benefícios e Serviços. Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e das Proteções Sociais, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos. Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial. Atuar nos serviços: socioeducativo-geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio-comunitário; reabilitação na comunidade; outros; Benefícios: transferência de renda (bolsa-família e outra); Benefícios de Prestação Continuada - BPC; benefícios eventuais - assistência em espécie ou material; outros. Programas e Projetos: capacitação e promoção da inserção produtiva; promoção da inclusão produtiva para beneficiários do programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada; projetos e programas de enfrentamento à pobreza; projetos e programas de enfrentamento à fome; grupos de produção e economia solidária; geração de trabalho e renda. Elaborar plano de trabalho em conjunto com a equipe interdisciplinar. Atuar no diagnóstico participando das entrevistas, visitas domiciliares e nas escolas e no atendimento individual das crianças e adolescentes. Fornecer laudos e pareceres de acordo com a necessidade e solicitação do Ministério Público e Poder Judiciário. Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico, trabalhando com as famílias, as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários. Engajar-se na luta pela minimização dos casos de violência, através do atendimento ao sujeito vitimizado e seus familiares. Realizar intervenções técnicas pontuais para introduzir ao adolescente a questão da responsabilidade de seus atos. Articular uma rede de programas e serviços presentes no município. Orientar o adolescente e sua família para que encontrem alternativas que possam garantir um futuro digno ao adolescente, por ora em situação de marginalidade. Direcionar o trabalho para a prevenção, e terapêutica como diagnóstico, elaboração de instrumentais como pareceres, relatórios, atendimento direto a adolescentes, crianças, famílias, idosos, priorizando a escuta terapêutica, considerando as situações de sofrimento oriundas do processo socioeconômico ao qual estão expostos os usuários dos serviços do SUAS, além, da articulação com a rede sócio assistencial local. Manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão."

#### 08 - Professor de Educação Infantil

Participar do processo que envolve planejamento, construção, execução e avaliação escolar e institucional da escola; cuidar do bem-estar e da integridade dos educandos; realizar atividades de aprendizagem, lazer, culturais, cívicas e esportivas com os educandos na escola; zelar pela manutenção do equipamento e do material pedagógico da escola; desenvolver outras atividades previstas no regulamento e no regimento escolar, em planos, programas e projetos da escola; elaborar planos, programas e projetos; acompanhar, controlar e realizar a avaliação da aprendizagem; realizar os processos de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em sala de aula, supervisionados por especialistas da área; promover atividades e eventos pedagógicos extraclasse; realizar pesquisa educacional e aprimoramento do processo ensino-aprendizagem; participar ativamente da vida comunitária da Unidade Educacional; realizar atividades exigidas pela Unidade Educacional e na Legislação Escolar em seu turno e extraturno. a) participar da elaboração da proposta pedagógica da Unidade Educacional; b) elaborar e cumprir seu plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Unidade Educacional; c) zelar pelo ensino e aprendizagem dos alunos; d) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; e) ministrar os dias letivos e horas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; f) registrar nos livros de chamada, os conteúdos e as atividades ministradas, a frequência dos alunos e as notas a eles

atribuídas nas avaliações, bem como toda e qualquer observação que se fizer necessária; g) efetuar a correção de trabalhos e tarefas escolares, prestando o devido acompanhamento e orientação aos alunos; h) promover e participar de reuniões, grupos de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos; i) comunicar a Direção e aos Assistentes Pedagógicos da Unidade Educacional às ausências dos alunos, as dificuldades e os problemas que possam vir a surgir em sala de aula; j) comunicar com antecedência ou em tempo hábil, a Direção e/ou a equipe pedagógica, sobre ausências no período das aulas ou faltas, enviando atividades planejadas para serem ministradas aos alunos, avaliando-os posteriormente; k) participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade educacional, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; l) estabelecer planos de recuperação de estudos a serem proporcionados aos alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo do definido na proposta pedagógica e executá-los em sala de aula, orientando-os durante o processo de recuperação dos conteúdos, ou encaminhá-los para acompanhamento; m) comparecer com pontualidade a Unidade Educacional (onde estiver lotado), conforme seu horário de trabalho;

#### 09 - Assistente Administrativo

Executar trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; proceder à aquisição, guarda e distribuição de material; examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decretos e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis, vantagens financeiras e descontos determinados em lei; organizar os cadastros fiscais dos contribuintes sujeitos ao pagamento dos tributos imobiliários, do imposto sobre serviços e taxas de licença; efetuar cálculos e preparar lançamentos de impostos, taxas e contribuições de melhoria, bem como de outras rendas, promovendo a entrega e o controle dos avisos ou guias de arrecadação; promover a atualização dos cadastros fiscais dos contribuintes, mediante o registro das alterações exigidas pela legislação do Município e das informações da Secretaria de Obras e Serviços e do Cartório local; promover a entrega do "habite-se" relativo a novas edificações, quando autorizado pela Secretaria de Obras e Serviços da Prefeitura; receber e examinar processos de reclamações primárias referente a lançamentos de tributos municipais, bem como pronunciarse sobre a situação fiscal dos contribuintes; fornecer no prazo legal, certidões negativas ou atestados referentes a assuntos de tributação quando solicitado pelos contribuintes; efetuar a baixa e o controle dos pagamentos dos tributos municipais, em fichas ou livros próprios, à vista dos comprovantes respectivos; organizar, inscrever e controlar, na época própria, a Dívida Ativa do Município, mantendo atualizado os registros individuais dos contribuintes devedores da Fazenda Municipal, para fins de cobrança; atualizar periodicamente, os valores venais dos imóveis cadastrados na Prefeitura; fiscalizar o cumprimento das Leis e regulamentos municipais referentes aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e negociantes ambulantes; notificar preliminarmente, e se for o caso, autuar os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, respeitada a competência expressa de outros órgãos da administração municipal; promover a apreensão de mercadorias, objetos, e animais, quando prevista em Leis e regulamentos, lavrando o respectivo termo ou auto de apreensão; instruir e informar processos sobre autuações e demais assuntos da competência da fiscalização fazendária; exercer outras atribuições correlatas determinadas pelo Diretor da Fazenda, após ouvido o Prefeito Municipal; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem licitação pública; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenamento e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamento de bens patrimoniais; realizar trabalhos datilografados/digitados; preencher e manter sob guarda ficha funcional, cadastro e demais anotações correlatas inerentes à situação funcional do agente público, assim como as informações necessárias e obrigatórias relativas aos concursos públicos, disponibilizando cópia quando solicitado; gerar, executar e enviar arquivos e informações relativas ao quadro de pessoal para os demais órgãos da Administração; controlar margem consignável para empréstimos pessoais dos agentes públicos; elaborar e emitir declarações, carta de apresentação e certidões, quando solicitado; verificar e alterar, quando necessário, os relógios ponto dos diversos órgãos do Município; coordenar, vistoriar e acompanhar a execução de obras de qualquer natureza realizadas no âmbito do Município; elaborar e executar programas, treinamentos, palestras, visando a orientação para acompanhamento às famílias; coordenar e gerenciar os recursos e funcionários; organizar eventos; executar outras tarefas afins; respeitadas as atribuições correlatas ao órgão em que estiver lotado.

#### 10 - Auxiliar Administrativo

Redigir a correspondência e documentos de rotina, observando os padrões estabelecidos de forma e estilo para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa; redigir portarias, ordens de serviços, editais e demais atos administrativos de natureza simples, seguindo modelos específicos; estudar e informar processo simples, dentro de orientações gerais; recepcionar as pessoas que se dirigem ao seu setor, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminhá-las ao local conveniente ou prestar-lhes as informações desejadas; conferir, anotar e informar expediente que exija discernimento e capacidade crítica e analítica; registrar a tramitação de papéis e fiscalizar o cumprimento das normas referente a protocolo; elaborar quadros, tabelas e mapas estatísticos; marcar entrevistas e reuniões, de acordo com instruções recebidas; assistir reuniões e, quando solicitado, elaborar as respectivas atas; transmitir e encaminhar ordens e avisos; ler, selecionar, registrar e arquivar, quando for o caso, documentos e publicações de interesse da unidade administrativa onde exerce as funções; registrar, sob supervisão, os processos, petições e documentos diversos, segundo normas pré-estabelecidas (ordem cronológica, numérica, por assunto e outros); localizar documentos de plantas arquivadas, para serem juntadas em processos ou atender a solicitações; registrar a frequência do pessoal, fazer anotações nas folhas de ponto e preparar relação mensal de faltas, encaminhando informações à chefia; fazer e atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina, para obter ou fornecer informações; fazer requisições de material de escritório, registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas, seguindo os processos de rotina e seu próprio critério, para cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com a chefia; executar e colaborar com os trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades; anotar na ficha do servidor, as ocorrências funcionais, a fim de manter atualizado o cadastro de pessoal; elaborar boletins cadastrais, conferir dados cadastrais levantados no campo, calcular áreas e executar outras tarefas auxiliares aos cadastros imobiliários; examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente, e quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura; auxiliar na realização de estudos de simplificação de tarefas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais; coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo, selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem a incineração, de acordo com as normas que regem a matéria; organizar o cadastramento de fornecedores e transmitir informações sobre sua idoneidade, quando for o caso; despachar o material solicitado pelas unidades da Prefeitura através de requisições específicas autorizadas pelas chefias; colecionar as requisições de materiais despachados e a documentação do material recebido, a fim de remetê-las, diariamente, as unidades competentes; colaborar nos estudos para a racionalização do abastecimento de material nas unidades da Prefeitura e manter registros do consumo de cada espécie; executar atividades próprias de departamento de pessoal, calculando folha de pagamento, efetuando registros, preenchendo guias e demais documentos afins; fazer cálculos de indenizações, concessão de vantagens e outros, relativos à movimentação de pessoal; auxiliar no pagamento dos



servidores municipais, mantendo atualizadas as fichas, verificando a exatidão dos contracheques, bem como das informações nos processos de diferenças de vencimentos; registrar e manter atualizado o registro de todas as atividades de treinamento, recrutamento e seleção; preparar escalas de trabalho, de férias e folgas de funcionários, baseando-se na legislação pertinente e na orientação de superiores, para atender aos interesses da administração e dos servidores; colaborar na organização e na escrituração dos recursos financeiros e patrimoniais da unidade a que serve; executar trabalhos relativos à administração de material e patrimônio, realizando levantamento e fixando plaquetas, para propiciar o efetivo controle dos bens existentes; executar medidas de proteção ao patrimônio, organizando, controlando e identificando móveis, equipamentos e demais bens existentes, para assegurar o seu perfeito controle; realizar levantamento do estoque de material existente, examinando registros efetuados, para proceder, caso necessário, à sua reposição; realizar as tarefas referentes à secretaria escolar; fazer inscrições para cursos e concursos, seguindo instruções impressas, conferindo a documentação recebida e transmitindo instruções; executar trabalhos auxiliares relativos ao controle interno de tributos municipais; operar e manter em perfeito funcionamento máquinas reprográficas, autenticadoras, calculadoras, datilográficas, computadores, e outras; supervisionar a limpeza e conservação das dependências da unidade em que exerce suas atribuições; zelar pelo equipamento sob sua guarda, comunicando à chefia, imediata, a necessidade de consertos e reparos; colecionar leis, decretos e outros atos normativos de interesse da repartição; receber, classificar, fichar, guardar e conservar processos, livros e demais documentos, seguindo normas e códigos pré-estabelecidos; verificar as necessidades de material da unidade administrativa em que serve e preencher ou solicitar preenchimento de requisições, quando necessário; receber material dos fornecedores e conferir as suas especificações no que se refere à qualidade, com os documentos de entrega; fazer a escrituração dos controles de material e manter atualizados os controles de estoque; emitir a relação de estoque para inventários de material; levantar dados sobre consumo de material; conferir e anotar as ocorrências funcionais nas fichas próprias, zelando por sua atualização; elaborar, nos prazos regulamentares, a documentação necessária para os recolhimentos relativos aos encargos sociais da Prefeitura; controlar os prazos de vencimentos dos salários-família; preparar editais de concurso; elaborar, sob orientação, gráficos, mapas e quadros demonstrativos das atividades de recrutamento e treinamento; executar atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário; elaborar Notas de Empenho, processando o empenho prévio com base nos documentos fiscais; conferir os documentos de suporte, verificando a sua exatidão e veracidade, recusando os que contenham imprecisões, impropriedades, rasuras e outras deficiências; elaborar folhas de pagamento; elaborar escalas de serviços da unidade, coordenando a execução das rotinas diárias; extrair empenho de despesas; fazer cálculos e operações de caráter financeiro; emitir notificações de lançamentos de impostos e registrar pagamento, isenção e perdão destes; fazer levantamento de débitos de contribuintes; preencher mapas de arrecadação de impostos; escriturar créditos, sob supervisão, e fazer cálculos relativos a contas correntes e fichas financeiras; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; elaborar boletins de caixa, promovendo conciliações bancárias, conferir os saldos financeiros existentes em conta corrente e caixa, providenciando e arquivando os documentos comprobatórios na forma regulamentar; fazer acompanhamento dos saldos existentes nas dotações orçamentárias, informando ao contabilista sobre a necessidade de suplementações orçamentárias; controlar a concessão de adiantamentos e das respectivas prestações de contas; controlar a concessão de recursos antecipados, convênios, subvenções e as respectivas prestações de contas; executar as atividades rotineiras de contabilidade pública, efetuando os registros necessários e exigidos por lei ou regulamento; colaborar nas diferentes fases de elaboração e execução do orçamento, compilando informações, conciliando dados e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o correto emprego dos recursos, bem como sua eficiente utilização; executar e acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos; executar outras tarefas afins.

#### 11 - Cuidador

Atender aos usuários, em suas especificidades, buscando zelar por sua integridade física, priorizando desenvolvimento físico, intelectual, emocional, oportunizando desta forma o acesso à educação, cultura, recreação, e atividades lúdicas numa visão de educação integral; atender, recebendo-os nos espaços institucionais, colaborando na distribuição das refeições; planejar e desenvolver atividades pedagógicas em oficinas de recreação, lazer, artes e apoio, proporcionando momentos de interação e socialização; resgatar a auto-estima dos usuários deixados aos seus cuidados; motivar mudanças de vida e comportamento; desenvolver habilidades e aptidões; aconselhar; desenvolver atividades em grupo; desenvolver projetos internos junto aos usuários; construir hábitos; trabalhar de forma inclusiva socializando os portadores de necessidades especiais; observar alterações físicas e comportamentais; agir sempre de modo preventivo; demonstrar em atitudes, sensibilidade e paciência; perceber carências afetivas e buscar supri-las; obedecer normas e estatutos; qualificar-se por meio de encontros, palestras, cursos, seminários; dominar noções básicas de saúde; denunciar situações de risco que envolvam pessoas em estado de vulnerabilidade; dominar noções de concepções pedagógicas que possibilitam planejamento de atividades em recreação, artes, atividades lúdicas e apoio escolar, numa visão de educação integral, entre outros.

#### 12 - Cuidador Escolar

Atuar nas unidades de ensino entre outras dependências de prédios e veículos com crianças e adolescentes; Realizar tarefas de cuidar, monitorar e educar as crianças, oportunizando o desenvolvimento das mesmas, atendendo questões específicas relativas aos cuidados; Garantir a segurança das crianças e adolescentes; Proceder e orientar as crianças e adolescentes no que se refere à higiene pessoal, atendendo a faixa etária de atuação; Acompanhar crianças e adolescentes em suas atividades educacionais como passeios, visitas, festas, ônibus; Participar de reuniões administrativas, seminários, encontros, palestras, sessões de estudos e eventos relacionados com a educação; Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Cuidador Escolar; Atender as necessidades das escolas e Centros de Educação Infantil (CMEI), colocando-se a disposição da equipe gestora, para atuar nas diferentes salas de aula em que sua presença se faça necessária; Responsabilizar-se pelas crianças no período correspondente ao seu turno de trabalho com assiduidade e comprometimento com o horário que lhe foi estabelecido.

### ANEXO V - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Concurso Público N.º 01/2016 do Município de Três Barras, inscrição n.º \_\_\_\_\_, concorrendo ao cargo de \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme Item 4 deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) DOADOR DE SANGUE

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 3 (três) doações nos últimos 12 meses;

2) ( ) HIPOSUFISSIÊNCIA

Anexar: Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007.

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

Três Barras/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO VI - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

À  
Comissão do Concurso Público n.º 01/2016  
TRÊS BARRAS/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Número da Questão: \_\_\_\_\_.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:  
Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:  
Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

ANEXO VII - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

À  
Comissão do Concurso Público n.º 01/2016  
TRÊS BARRAS/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Tipo de Recurso:

<input type="checkbox"/>	Cancelamento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Indeferimento de Isenção da Taxa de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Resultado Parcial – Classificação
<input type="checkbox"/>	Resultado Final - Classificação
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova Prática
<input type="checkbox"/>	Itens do Edital
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:



Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

À  
Comissão do Concurso Público n.º 01/2016  
TRÊS BARRAS/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Rol de Títulos Apresentados:

( ) Doutorado

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Ano de Conclusão

( ) Mestrado

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Ano de Conclusão

( ) Pós Graduação

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Ano de Conclusão

( ) Cursos de Aperfeiçoamento na Área

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Carga Horária	Ano de Conclusão

\* Numere os títulos anexados (cópia autenticada) com o número de ordem informado neste formulário

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Público, estando ciente das sanções civis e criminais, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 11/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 11/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes da IV Expotílias, a ser realizada entre os dias 22 a 24 de Abril de 2016, conforme especificações constantes no Anexo I (Especificações), Anexo VI (Termo de Referência) e demais itens constantes no presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 03/03/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### **AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL PP 07/2016**

PREGÃO PRESENCIAL 07/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração dos itens 21, 22, 23 e 60 do Anexo I do edital do Pregão Presencial 07/2016.

Onde se lê;

Item 21: Tubo PVC soldável de 50 mm classe 15 Atende à NBR 5626

Item 22: Tubo PVC soldável de 40 mm classe 15 Atende à NBR 5626

Item 23: Tubo PVC soldável de 32 mm classe 15 Atende à NBR 5626

Item 60: Cabo pp 1x4,0mm

Leia-se;

Item 21: Tubo PVC soldável de 50 mm classe 15 Atende à NBR 5648

Item 22: Tubo PVC soldável de 40 mm classe 15 Atende à NBR 5648

Item 23: Tubo PVC soldável de 32 mm classe 15 Atende à NBR 5648

Item 60: Cabo pp 4x1,0mm



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 011/2016

DECRETO 011/2016 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, SR. SILVIO VENTURI usando da atribuição que lhe confere o art. Nº52, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa nº19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº24, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central, a se realizar no dia 30 de junho de 2016, no Auditório da Prefeitura, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central desenvolverá seus trabalhos a partir do tema “A Função Social da Cidade e da Propriedade” e com o lema “Cidades Inclusas, Participativas e Socialmente Justas”, conforme o art.º3 da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades.

Art. 3º - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central será presidida pelo Prefeito e, na sua ausência ou impedimento eventual pela Secretaria de Planejamento.

Art. 4º - O poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória Municipal, bem como aprovando o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central, em até 10 (dez) dias a contar da publicação deste decreto.

Parágrafo Único – O regimento Municipal disporá sobre a organização e o funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central, contendo os critérios de participação na Conferência e para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitada a proporcionalidade de distribuição de segmentos conforme o Regimento Estadual.

Art.5º - As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Trombudo Central correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 05/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 05/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 05/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA FARMÁCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A

documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h. do dia 04 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 14/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 14/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIA, visando a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL EDUCADOR FÍSICO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES LIGADAS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:30h do dia 05 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 15/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 15/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIA, visando a CONTRATAÇÃO DE PEDREIRO E AJUDANTE PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS NA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h do dia 07 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 16/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITARIA, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VINCULADAS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE CULTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:30h do dia 07 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2016

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Sr. ENOI SCHERER, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 025/2010 e respectivas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Tunápolis - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico	01 + CR	16.544,50	40hs/sem	Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Medicina, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
Nutricionista	01+CR	R\$ 3.550,45	40hs/sem	Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Nutrição e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
Fiscal de Tributos	01+CR	R\$ 1.561,80	40hs/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio (2º Grau).	Objetiva

CR. ☐ Cadastro de Reserva

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 17/02/2016 às 23h59min do dia 18/03/2016.

#### 3. DAS PROVAS

3.1.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04.06.2016, com início às 09 horas, nas dependências do CENTRO DE EDUCAÇÃO HELGA FOLLMANN, sito na Rua Afonso Rodrigues, 115 – Centro, Município de Tunápolis –SC, podendo ser transferido em parte e/ou total para outro local, dependendo do número de candidatos inscritos. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, e nos endereços eletrônicos [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br), devendo o candidato ficar atento as publicações e avisos nos endereços acima mencionados.

3.1.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.1.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.1.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Tunápolis – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.1.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50mim até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções aos candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.1.6. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)

Tunápolis – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 04/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2016

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 04/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA AMPLIAR REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA LINHA PITANGUEIRA, MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

Entrega das propostas até as 10h, do dia 09/03/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 19 de fevereiro de 2016

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 05/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS SANTO CRISTO, SÃO LOURENÇO, E SANTO ANGELO DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

Entrega das propostas até as 10h30min do dia 09/03/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 19 de fevereiro de 2016

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2016

Edital de Pregão Presencial nº 25/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS

Entrega das propostas e Credenciamento até as 13h30min do dia 04 de Março de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 22 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2016

Edital de Pregão Presencial nº 26/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, que tem por objeto a aquisição de troféus e medalhas para premiação de eventos promovidos e apoiados pela Comissão Municipal de Esportes.

Entrega das propostas até às 9h do dia 04/03/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 22 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### **RETIFICAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O edital 001/2016 sofreu retificação em seu Anexo I – Cronograma, sendo assim, onde lia-se:

Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	07.06.2016	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.tunapolis.sc.gov.br">www.tunapolis.sc.gov.br</a>
---	------------	--

Lê-se:

Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06.06.2016	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.tunapolis.sc.gov.br">www.tunapolis.sc.gov.br</a>
---	------------	--

Tunápolis, 18 de Fevereiro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO SELETIVO 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O edital 002/2016 sofreu retificação em seu Anexo I – Cronograma, sendo assim, onde lia-se:

Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	07.06.2016	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.tunapolis.sc.gov.br">www.tunapolis.sc.gov.br</a>
---	------------	--

Lê-se:

Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06.06.2016	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.tunapolis.sc.gov.br">www.tunapolis.sc.gov.br</a>
---	------------	--

Tunápolis, 18 de Fevereiro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 13/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13/2016  
LICITAÇÃO N.º 13/2016  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### OBJETIVO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO DE TRABALHO – PAT, DURANTE O ANO DE 2016.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ: 83.052.191/0004-05

ENDEREÇO: Servidão Ferdinando Tusset, SN – Bairro São Cristóvão, CEP: 89.801-970, Chapecó – SC

VALOR R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais).

União do Oeste, 19 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO N. 11/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO DE TRABALHO – PAT, DURANTE O ANO DE 2016.
Valor .....	R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais)
Vigência .....	Início: 19/02/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação .....	N.º 13/2016 – Modalidade: Dispensa para Compras e Serviços
UNIÃO DO OESTE, 19 de fevereiro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016

O MUNICÍPIO DE VARGEÃO, SC através do seu Prefeito Municipal AMARILDO PAGLIA, torna público, para conhecimento dos interessados, que está procedendo CHAMADA PÚBLICA para locação de imóvel para a instalação do Conselho Tutelar do município de Vargeão, SC. Para esse fim, estará recebendo, até o dia 14 de fevereiro de 2016, a oferta dos interessados para a locação de imóvel que atenda às exigências do Edital. O edital na íntegra e informações relativas a esta Chamada Pública, serão fornecidas pelo fone (49) 3434-0148 ou o endereço de e-mail: [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br) na Rua 7 de Setembro nº 477, Centro, Vargeão-SC, telefone 49-3434-0148.

Vargeão, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 015/2016 PR 012/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº015/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2016

OBJETO: Um (01) CAMINHÃO novo, Zero Km, Versão 6x2, ano/modelo igual ou superior a 2014/2014, Turbinado, Potência máxima de 275CV, Motor Diesel 6 (seis) Cilindros, Cabine simples e demais características e especificadas descritas no Edital.

Tipo: Menor Preço.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 03 de março de 2016 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 19 de Fevereiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.782/16

DECRETO Nº 12.782/16, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera o valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano na cidade de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 72, IX, e nos arts. 203 a 207 da Lei Orgânica do Município na Lei Municipal nº 631/99, no decreto Municipal nº 8.978/08, e, ainda, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1888/16;

#### DECRETA

Art. 1º O valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano da cidade de Videira, fica reajustado de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) para R\$ 3,00 (três reais), a partir de 28 de fevereiro de 2016.

Art. 2º O preço da passagem fixada no artigo anterior terá a redução de 50% (cinquenta por cento) para estudantes e servidores municipais, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações.

Art. 3º Ficam ressalvados os casos de gratuidade do Transporte Coletivo Urbano, estabelecido no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações, para os deficientes físicos, mentais, auditivos, visuais e respectivos acompanhantes, idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, professores e atendentes de creches municipais, devidamente identificados e cadastrados pela concessionária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA SANTOS  
Secretária de Administração

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 06/2016

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 06/2016

Com fundamento no parágrafo 6º do artigo 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e no artigo 14 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, ficam impedidos de optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) as pessoas jurídicas abaixo identificadas, em virtude de possuírem pendências fiscais ou cadastrais com a Fazenda Pública Municipal, com exigibilidade não suspensa, conforme disposto no inciso V e XVI do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos incisos XV e XXVI do artigo 15 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011

RAZÃO SOCIAL C.N.P.J

ADEMAR PICCOLI - ME 01.551.149/0001-21

ADRIANO VICENTE BARTOLOMEU 14.871.163/0001-54

ALVES E DALLA ZEN LTDA - ME 78.526.274/0001-06

BOSCATTO & CIA. LTDA. 00.097.580/0001-87

BW RECUPERADORA DE VEICULOS LTDA - ME 12.296.952/0001-83  
CASA DE EVENTOS E RESTAURANTE CASTELO LTDA. - ME 11.170.584/0001-60

CENCI COM. DE COLCHOES E ELETROELETRONICOS LTDA - ME 78.862.877/0001-89

CESAR RIOS RAMOS - ME 15.213.666/0001-03

CHAPEACAO, PINTURA E TRANSPORTES II AMIGOS LTDA - ME 15.718.285/0001-78

COMERCIO DE CONFECÇÕES ADRIANE SANTOS LTDA - ME 11.224.157/0001-17

CONSTRUTORA SALLES & KUSTER LTDA - ME 10.939.986/0001-13  
DILAMAR BIELINSKI RODRIGUES 16.868.646/0001-25

EDSON COLETT - ME 02.512.248/0001-67

ELENICE SCUSSIATO 13.057.348/0001-67

ESTACIONAMENTO ROTATIVO E GUINCHO VIDEIRA EIRELI - ME 13.614.934/0001-65

ESTOPARIA VIDEIRENSE LTDA - ME 20.611.701/0001-74

G. GOMES MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME 01.128.211/0001-77

J&M MANUTENCAO DE SOFTWARES LTDA - ME 21.587.999/0001-97

JCR REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME 85.235.851/0001-76

JOSIMAR DE MORAIS - ME 17.125.786/0001-76

JULIANA ALONSO - ME 20.350.756/0001-78

MACULAN CONSTRUTORA LTDA - ME 19.853.453/0001-99

MECANICA ALICATAO LTDA - ME 07.475.778/0001-04

MOVEIS FRANCK LTDA. - ME 15.808.615/0001-16

NB DILDA REPRESENTACOES LTDA - ME 04.954.455/0001-05

PASINI FERRAGENS E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - ME 11.418.949/0001-22

PRESTADORA DE SERVICO AMIGA LTDA - ME 08.051.481/0001-76  
TERCEIRO TURNO RASTREAMENTO LTDA - ME 01.709.983/0001-00

TRANSPORTES E COMERCIO DE SUCATAS THIBES LTDA - EPP 03.193.163/0001-26

VIDE PINTURAS LTDA - ME 10.871.973/0001-50

VISION TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA - ME 05.217.737/0001-84

WOTEKE MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME 20.269.351/0001-00

O contribuinte poderá impugnar o indeferimento da opção pelo Simples Nacional no prazo de trinta dias contados da notificação por aviso de recebimento do Termo de Indeferimento, sendo esta notificação sem êxito, no prazo de 30 dias da data de publicação deste edital. A impugnação deve ser dirigida ao Secretário de Finanças.

Decorrido o prazo citado sem que tenha sido apresentada impugnação ou regularizado a pendência impeditiva, o respectivo Termo de Indeferimento será registrado no portal do Simples Nacional da Receita Federal do Brasil e surtirão os efeitos legais.

Para que produza seus efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente edital.

Videira, 19 de fevereiro de 2016.

Alexandre Ganasini

Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0077/16**

Extrato do Contrato n. 0077/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA BATISTA LINS

CPF: 068.398.169-23

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR, ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 27 de fevereiro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0472/15**

Extrato do Contrato n. 0472/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SABRINA SURDI

CPF: 085.341.229-46

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LUCIANA DE OLIVEIRA PEREIRA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA, SEGUIDA DE EM GOZO DE LICENÇA-MATERNIDADE E APÓS FÉRIAS

VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2015 a 17 de maio de 2016

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.280,34 (um mil duzentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0002/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0002/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0368/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA ELOISA SINIGAGLIA

CPF: 009.048.179-89

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0003/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0003/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0108/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZETE ANTUNES MOREIRA

CPF: 004.987.879-40

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0004/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0004/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0401/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA RIBEIRO PONTES

CPF: 017.726.999-50

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0005/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0005/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0128/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINI RISSI

CPF: 047.660.809-04

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0006/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0006/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0049/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI

CPF: 825.025.529-15

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0008/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0008/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0458/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSE ALIXANDRE TURETA

CPF: 706.322.357-72

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 08 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0009/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0009/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0288/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PAMELA CRISTINA DA SILVA

CPF: 080.360.239-11

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 29 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0010/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0010/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0426/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA PERAZZOLI DE SOUZA

CPF: 043.889.139-28

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 25 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0012/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0012/16

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0179/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA

CPF: 949.622.519-53

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0016/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0016/16  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0245/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDIMARINA REOLON  
CPF: 006.760.259-27  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 01 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0281/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0281/15  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0266/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: CLOVIS BENETTI  
CPF: 006.742.009-50  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 30 de novembro de 2015.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0290/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0290/15  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0067/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIMIONE DOS REIS BAZZAN  
CPF: 016.350.530-64  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 21 de dezembro de 2015.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2016 - PMV. 1. OBJETO: EGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MUDAS DE FLORES DA ESTAÇÃO (INVERNO E VERÃO) E GRAMA ESMERALDA PARA O PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO ANO DE 2016, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 28/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de fevereiro 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

Abre inscrições para o Concurso Público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com a Lei Complementar nº 49, de 23 de dezembro de 2009 de demais regras estabelecidas no presente Edital.

#### 1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas do cargo constante no Anexo I deste Edital, com função/área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado no Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Vitor Meireles, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda da classificação.

#### 2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 25/02/2016 à 24/03/2016, via internet, pelo sítio [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).

3.1.1. O candidato sem acesso à internet poderá buscar auxílio na Prefeitura Municipal durante o período de inscrição, respeitando o horário de funcionamento da Prefeitura, ou seja, das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 25/03/2016, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à comissão organizadora do Concurso Público:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, na Prefeitura do Município de Vitor Meireles, no setor de protocolos, direcionado a Comissão Organizadora do Concurso Público.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no

art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.2 e 3.2.3 deste Edital.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que não efetuar o pagamento da inscrição da maneira prevista nos itens 3.2.2 e 3.2.3.

3.7.1. O Município não efetuará a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e, também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via Internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 29/03/2016 o presidente da Comissão Coordenadora do Concurso Público publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 10.1 deste Edital.

3.12. No dia 06/04/2016, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito do Município de Vitor Meireles.

#### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Para os cargos de escolaridade exigida nível fundamental o valor da inscrição será R\$ 50,00;

4.2. Para os cargos de escolaridade exigida nível médio ou técnico o valor da inscrição será R\$ 70,00;

4.3. Para os cargos de escolaridade exigida nível superior o valor da inscrição será R\$ 100,00.

#### 5. DA PROVA

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.



5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula.

5.2.2. Serão considerados aprovados na Prova Escrita todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

## 6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 24/04/2016, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 1 hora, em local e horário a ser divulgado na Homologação dos Inscrições no dia 06/04/2016.

6.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo IV deste Edital.

6.3. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br), e nos locais previstos no item 10.1 deste Edital, no dia 24/04/2016 após as 18h.

6.4. No dia 04/05/2016, a Comissão Coordenadora do Concurso Público publicará o gabarito definitivo.

6.5. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo III.

6.6. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.6.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

6.6.2. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.6.3. que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.6.4. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.6.5. que tiver maior idade;

6.6.6. que possuir maior número de dependentes.

6.7. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 10.1 deste Edital.

6.8. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

6.9. No dia 04/05/2016 será publicado as notas da prova escrita e classificação provisória.

6.10. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Vitor Meireles será publicada no dia 11/05/2016, nos locais previstos no item 10.1 deste Edital.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. do presente Edital;

7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. da nota da prova escrita;

7.1.5. da classificação provisória

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo Geral, na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através da área do candidato, disponível no sítio [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**8. DOS REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO**

- 8.1. ser brasileiro;
- 8.2. estar no gozo dos seus direitos políticos;
- 8.3. estar quites com as obrigações militares;
- 8.4. estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 8.5. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 8.6. comprovar ter boa saúde física e mental; e
- 8.7. declarar sob as penas da lei, não estar no exercício de outro cargo público cuja acumulação a lei não permita.
- 8.8. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:
  - a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
  - b) Carteira de Identidade;
  - c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
  - d) Título de Eleitor;
  - e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
  - f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - h) Certidão de Nascimento dos filhos;
  - i) Carteira de trabalho (se tiver) e PIS/PASEP (frente e verso);
  - j) Número da conta-corrente;
  - k) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
  - l) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
  - m) Declaração de bens e valores atualizada
  - n) Declaração que possui ou não, vínculo público em outra entidade (art. 37 da CF)
  - o) Declaração se recebe ou não, pensão, proventos ou algum tipo de auxílio da Previdência Social.
  - p) Registro no Conselho, quando exigido na lei.
  - q) Tipagem Sangüínea
  - r) Certidão Antecedentes Criminais
  - s) Demais documentos constante no Anexo IV.

**9. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, com possibilidade de ser prorrogado por igual período.
- 9.2. A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

**10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 10.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Concurso Público, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal e nos seguintes sítios: <http://www.vitormeiros.sc.gov.br/> e [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).
- 10.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em retificação ou aviso a ser publicado.
- 10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora em conjunto com a Comissão Executiva.
- 10.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
  - 10.4.1. Anexo I – Cargo / carga horária / habilitação exigida / numero de vagas e vencimento;
  - 10.4.2 Anexo II – Atribuições do Cargo;
  - 10.4.3. Anexo III – Conteúdo Programático da Prova Escrita.
  - 10.4.4. Anexo IV – Normas para realização da Prova Escrita;
  - 10.4.5. Anexo V – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais
  - 10.4.6. Anexo VI - Cronograma

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 22 de fevereiro de 2016.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I****QUADRO DE CARGO, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, VAGAS E VENCIMENTO**

Cargo	Carga Horária Semanal	Habilitação Mínima	Vagas	Vagas PNE	Vencimento
Nutricionista	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	01	-	2.493,56 + auxílio alimentação



Fiscal de Obras e Posturas	40h	Ensino superior com diploma na área de Ciências Contábeis ou Econômicas, Recursos Humanos, Engenharia, Administração ou Direito, Sistema de Informação ou Processos Gerenciais e portador da CNH para veículos leves.	01	-	2.181,87 + auxílio alimentação
Técnico em Enfermagem	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	01	-	1.527,30 + auxílio alimentação e ad. insalubridade
Fiscal de Vigilância Epidemiológica	40h	Técnico de Nível Médio na área da Saúde.	01	-	1.527,30 + auxílio alimentação e ad. insalubridade
Auxiliar de Manutenção e Conservação	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação.	01	-	829,87 + auxílio alimentação e ad. insalubridade
Mecânico	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação, com carteira de habilitação mínima "A,C".	01	-	1.527,30 + auxílio alimentação e ad. insalubridade

## ANEXO II

## ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Cargo	Atribuições
Nutricionista	Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva, relativas a nutrição e outras atividades correlatas.
Fiscal de Obras e Posturas	Atividade referente à fiscalização de obras e serviços; Lavrar autos de infração, intimações e praticar todos os atos administrativos e legais disponíveis, visando ao correto cumprimento da legislação relativa ao Plano Diretor, Código de Posturas e Código de Obras; Atuar em equipe multiprofissional e, orientar e supervisionar estagiários e outros profissionais na execução de seus serviços; Zelar pela limpeza e conservação de materiais, equipamentos e do local de trabalho; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional. Fiscalizar a higiene das vias e logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças, monumentos históricos e fontes, além de coibir qualquer tipo de obstrução ao livre escoamento das águas pluviais e ainda, a instalação ou funcionamento de qualquer atividade comercial, que resulte em prejuízo de seus habitantes; fiscalizar o trânsito do público em geral, tanto de veículos, como de pedestres, com relação à ordem, segurança e o bem estar da população, como o depósito de materiais, a condução de animais, estacionamento, e tráfego de volumes de grande porte, construção e conservação de muros e calçadas e ainda, a instalação e funcionamento das bancas de jornal e revistas, uso da calçada para colocação de mesas e cadeiras, por parte de bares e restaurantes e a proibição de seu uso para exposição de mercadorias; fiscalizar o licenciamento de qualquer atividade comercial ou industrial, seja ela, eventual ou não, incluindo o licenciamento do seu horário de funcionamento; fiscalizar o licenciamento e a fiscalização de vendedores ambulantes, garantindo ao cidadão seu direito de livre circulação nos espaços públicos; dirigir veículo oficial para fins de fiscalização; outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata, emitir laudos e pareceres técnicos para subsidiar a concessão de licenças, autorizações, aprovações, outorgas e demais atos previstos na legislação pertinente, respondendo pelas informações e conclusões apresentadas; exercer outras atividades auxiliares, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos, contábeis, de secretaria, de rotina e outras atividades correlatas.
Técnico em Enfermagem	Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família, a comunidade, visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Fiscal de Vigilância Epidemiológica	Desenvolver atividades de levantamento de informações, investigações e outros dados necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde, e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Manutenção e Conservação	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de manutenção e conservação de vias públicas, praças, jardins, abertura de valas, trabalhos auxiliares a carpinteiros, pedreiros, pintores, lavação, manutenção e lubrificação de veículos em geral e outras atividades correlatas.
Mecânico	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo serviços de mecânica em geral, nos veículos de quaisquer portes e marcas de fabricação, pertencentes à Prefeitura Municipal, e outras atividades correlatas.

## ANEXO III

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

## 1. LÍNGUA PORTUGUESA:

## 1.1. Para cargos de Nível Fundamental:

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, sujeito, figuras de linguagem, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

## 1.2. Para cargos de Nível Médio, Técnico e Superior:

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

## 2. CONHECIMENTOS GERAIS para todos os cargos:

Atualidades, Cultura, Cinema, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Vitor Meireles; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; Lei orgânica Municipal.

### 3. CONHECIMENTOS MATEMÁTICA:

#### 3.1. Para cargos de Nível Alfabetizado:

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Regra de três simples. Porcentagem. Equações de 1º Grau. Probabilidade. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

#### 3.2. Para cargos de Nível Médio, Técnico e Superior:

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

### 4. ESPECÍFICAS:

#### 4.1. Nutricionista

Nutrição Básica: Carboidratos, Proteínas, Lipídio, Vitaminas e Minerais; Digestão, Absorção, Transporte, Metabolismo, Excreção, Classificação, Função e Recomendações; Gestação, Aleitamento materno e Alimentação complementar; Contaminação de Alimentos: Veículos de contaminação; Microorganismos contaminantes de alimentos e produtores de toxinfecções; Epidemiologia nutricional: determinantes da desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminose A; Alimentação e nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos); Crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária; Necessidades e recomendações nutricionais; avaliação do estado nutricional; composição corporal, indicadores antropométricos; Guia alimentar para a população brasileira; Terapia nutricional nas insuficiências orgânicas e condições clínicas especiais: Insuficiência renal aguda e crônica, Diabetes Mellitus Tipo I e Tipo II, dislipidemia, Síndrome metabólica; Doença de CROHN; Doença Celíaca; Obesidade; Hipertensão; Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais; Vigilância Nutricional; Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional - SISVAN; Atividades de nutrição em programas integrados de Saúde Pública; Código de Ética Profissional; Sistema único de Saúde – SUS; Núcleo de apoio à Saúde da Família – NASF.

#### 4.2. Fiscal de Obras e Posturas

Elaboração de relatórios, croquis, cálculos de áreas e tabelas; leitura de projetos e croquis; fiscalização de obras; noções de área de construção civil; conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo, Código de Obras. Código de Postura do Município. Código Sanitário. Elementos de Direito Urbanístico. Função social da propriedade. Instrumentos de política e gestão urbana. Desapropriação e servidão. Conceito de solo criado. Operações urbanas. Infraestrutura e serviços urbanos. Assuntos relativos à arquitetura e construção civil. Bens Municipais. Conceito, classificação, uso e alienação. Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; Dos Municípios; Da Administração Pública; Dos Servidores Públicos; e Lei Orgânica do Município: artigos pertinentes aos itens anterior. Leis municipais sobre obras e edificações, posturas e meio ambiente do município; Conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo. Código de Obras. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (todo o conteúdo); Loteamento, Desmembramento, Fracionamento de Lotes - Lei Federal N.º 6.766/79. Estatuto das Cidades. Acompanhamento de obras de pavimentação asfáltica, serviços de calçamento e encascalhamento de vias públicas; manutenção de parques, jardins, praças, canteiros e afins. Conhecimento amplo de projetos: Estrutural, Arquitetônico, Elétrico, Hidráulico, Sanitário, de Telefonia, de distribuição (interna e externa de gás), de Segurança contra incêndios e outros que sejam necessários na execução de obras públicas ou privadas. Conhecimento de materiais diversos utilizados em serviços de construções, ampliações e reformas em imóveis. Conhecimentos sobre Topografia. Conhecimentos gerais sobre: Elaboração de relatórios, croquis, cálculos de áreas e tabelas; Fiscalização de obras para a liberação de alvarás, licenças e de habite-se; Fiscalização do cumprimento da Legislação sobre obras e edificações em toda área do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas; Noções de controle de estoque de materiais nas obras públicas e particulares; Organização das regras de conduta no ambiente de trabalho; Implantação de regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, e de cooperação com os colegas de trabalho; Acesso a Prédios e Serviços Públicos e Particulares para deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo; Supervisão da execução de obras públicas, autorização os pagamentos de etapas concluídas após verificações "in loco"; Cubagem de formas, verificação de concretagem, conferência de ferramentas (quantidades e condições de utilização); Verificação da execução de redes de água e esgoto em logradouros públicos; Vistorias de obras com a finalidade de Notificar, Autuar, e Embargar as mesmas, desde que estes atos estejam amparados na legislação em vigor.

#### 4.3. Técnico em Enfermagem

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, tipos de curativos, administração de medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contraindicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: no controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorços e fraturas). Primeiros socorros. A inserção dos serviços de enfermagem no SUS. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Doenças de notificação compulsória. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e

do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

#### 4.4. Fiscal de Vigilância Epidemiológica

Educação ambiental/ecologia: O ser humano e o seu ambiente. Água potável e contaminação da água. Epidemia, endemia e pandemia. Controle das zoonoses e vetores. Saúde e saneamento. Lixo: coleta seletiva, separação, reciclagem, destino e prevenção. Educação para a saúde: O conceito de saúde. História natural das doenças. Interrelações homem-ambiente-agente patogênico (parasitos, vírus e outros causadores de doenças humanas). Doenças transmissíveis e infecciosas mais comuns. Higiene e profilaxia. Prevenção de doenças e promoção da saúde. Orientações e combate a doenças contemporâneas. Vigilância à Saúde. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Legislação Constituição Federal de 1988 - Da Seguridade Social - Artigos 194 a 204. Lei Federal nº 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Federal nº 11.350/06 - Conversão da MPv nº 297, de 2006 regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

#### 4.5. Auxiliar de Manutenção e Conservação

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Serviços auxiliares de limpeza, revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos consertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Lei Orgânica do Município.

#### 4.6. Mecânico

Conhecimentos das ferramentas, Conhecimentos da norma de segurança, Explosão, Óleos e lubrificantes, Motor, Transmissão, Suspensão, Ignição, Conhecimentos básicos da função. Ecossistemas, poluição, meio ambiente.

### ANEXO IV

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta; poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

1.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. A prova terá 40 questões, distribuídas da forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	08	0,20
Conhecimentos Gerais/Atualidades	07	0,20
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,20
Conhecimentos Específicos	20	0,30

3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso Público:

3.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso Público, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. utilizar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido;

10. no local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a rubrica e conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

11. os envelopes contendo os cadernos das provas que sobraram e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executora do Concurso Público.

**ANEXO V****DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2016, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

**ANEXO VI****CRONOGRAMA**

DATA	ATO
22/02/2016	Publicação do Edital e Abertura de Inscrições
23 e 24/02/2016	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
25/02/2016	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
25/02 à 25/03/2016	Período de Inscrições
28/03/2016	Último dia para pagamento do boleto
01/04/2016	Publicação do Rol dos Inscritos
04 e 05/04/2016	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
11/04/2016	Homologação das Inscrições
24/04/2016	Realização da Prova Escrita
24/04/2016 após às 18h	Publicação do Gabarito Provisório
25 e 26/04/2016	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova escrita. Prazo para recursos contra a prova prática
04/05/2016	Publicação do Gabarito Definitivo. Publicação das Notas da Prova Escrita e Classificação Provisória
05 e 06/05/2016	Prazo para recurso contra Nota da Prova Escrita e Classificação Provisória.
11/05/2016	Publicação do julgamento dos recursos Contra Notas e Classificação Provisória e a Homologação Final.

**DECRETO Nº 008/2016**

DECRETO nº 0008/2016, de 19 de Fevereiro de 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES/SC, usando da atribuição que lhe confere o art. 79, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº 24, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC, a se realizar no dia 27 de Maio de 2016, na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, município de Vitor Meireles/SC, no Auditório da Prefeitura, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e com o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas", conforme o art. 3º da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades.

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC será presidida pelo Prefeito e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Chefe de Gabinete, Sr. Dario Montagna.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória Municipal, bem como aprovando o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC, em até 10(dez) dias a contar da publicação deste decreto.

Parágrafo único. O Regimento Municipal disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC, contendo os critérios de participação na Conferência e para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitada a proporcionalidade de distribuição de segmentos conforme o Regimento Estadual.

Art. 5º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles (SC), 19 de Fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 009/2016**

DECRETO nº 0009/2016, de 19 de Fevereiro de 2016.

Constitui a Comissão Preparatória Municipal e aprova o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades de Vitor Meireles/SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES/SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 0008/2016, de 19 de Fevereiro de 2016, que convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles/SC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades, cujo inteiro teor constitui o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência, obedecendo a representação dos segmentos conforme o art. 23 da Resolução Normativa nº 19 do Conselho das Cidades, de 18 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do art. 21 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, será constituída por 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) representantes suplentes, dos diversos segmentos da sociedade para o exercício dessa representação, como segue:

I – gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Titular: João Batista Mazoti

Suplente: Dario Montagna

Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Titular: Claudinei Feliciano

Suplente: Breno Vilhalba Pamplona

Câmara de Vereadores

Titular: Estevão Ruchinski

Suplente: Daiani Sardagna

CASAN/CELESC/EPAGRI/SDR

Titular: Valdemar da Cruz

Suplente: Ademar Manarin

II – movimentos populares:

Associação de Moradores do Perímetro Urbano de Vitor Meireles

Titular: Marcelino Darolt

Suplente: Cerilo Fistarol

Clube da Terceira Idade Mensageiro

Titular: Judite Comper

Suplente: Valdemar Meneghelli

Associação de Produtores de Leite de Vitor Meireles.

Titular: Vilson Leopoldo Darolt

Suplente: Vendolino Meneghelli

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais:

Sindicato da Agricultura Familiar

Titular: Faustino Cardozo

Suplente: Cleiton Júnior Machado

IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Titular: Denilson Sevei Masson

Suplente: Pâmela do Canto

V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa ou ONG's com atuação na área de desenvolvimento urbano:

Estudante /Professor

Titular: Rodrigo Censi

Suplente: Sandro Lunelli

Art. 3º Fica ainda designado, para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Sr. Dario Montagna.



Art. 4º As atividades da Comissão Preparatória, instituída por este Decreto, não serão remuneradas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles (SC), 19 de Fevereiro de 2.016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

## ANEXO I REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

### CAPITULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Decreto nº 0008/2016, de 19 de Fevereiro de 2016, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 18, de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, será realizada nos dias 27 de Maio de 2016, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico e terá os seguintes objetivos e finalidades:

Art. 1º São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano;

V - avançar na construção e consolidação da Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Art.2º A Conferência Municipal das Cidades terá as seguintes finalidades:

I - indicar prioridades de atuação ao Município, ao Conselho Estadual das Cidades, Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

II - eleger e indicar os delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades.

### CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

### CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal será composta por painéis, grupos de debate e plenária.

Art. 5º Cabe a comissão preparatória definir os eixos de debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipais das Cidades.

Art. 6º A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será pública e acessível a todos os cidadãos do município com abrangência local e suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas municipais e sua implementação.

## CAPÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 7º A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de XXXXXXXXX e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo coordenador da comissão preparatória.

Art. 8º A organização e realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades será conduzida pela comissão preparatória municipal da 6ª Conferência, com apoio e participação do poder público municipal.

Art. 9º Compete a comissão preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I – elaborar a proposta de programação da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

II – prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura.

III – promover ampla divulgação da realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

IV – mobilizar as entidades e órgãos membros para preparação e participação na Conferência Municipal.

V – disponibilizar o documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões;

VI – designar facilitadores e relatores;

VII – elaborar o relatório da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 15 dias após a realização da mesma.

Parágrafo Único. A Comissão Preparatória Municipal deve enviar os seguintes documentos para o CONCIDADES/SC: Decreto Municipal de Convocação, comprovação da publicação e ampla divulgação nos meios de comunicação local e regional, ato administrativo que institui a Comissão Preparatória Municipal e Regimento Municipal, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

## CAPÍTULO V

### DA PARTICIPAÇÃO E DOS DELEGADOS

Art. 10. Serão eleitos durante a 6ª Conferência Municipal, 2 (dois) delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades, número este estabelecido em função da população, de acordo com o Regimento Estadual.

§1º A eleição dos delegados municipais será por segmento, obedecendo a proporcionalidade da representação, conforme o disposto no art. 11 deste Regimento, respeitando o âmbito municipal, sendo que 1(um) representará o Poder Público e 1 (um) representará a Sociedade Civil.

§2º Serão candidatos a delegado à 6ª Conferência Estadual das Cidades os representantes dos segmentos citados no art. 11 indicados pelos diversos segmentos que representam, desde que regularmente inscritos e presentes na 6ª Conferência Municipal.

§3º O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

Art. 11. A representação dos diversos segmentos na 6ª Conferência Municipal das Cidades, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI – ONGs com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º As vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 10%

para o legislativo, 12% para o Executivo Estadual e 20,3% para o Executivo Municipal.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público Executivo: Estão enquadradas as secretarias, empresas de economia mista, autarquias e fundações. Poder Público Legislativo: estão enquadrados os vereadores.

II - Movimentos sociais e populares: Estão enquadradas as organizações de associações de bairros, movimento por moradia, movimento de luta por terra e as entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais – Sindicatos e federações representativas dos trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.

IV - Entidades representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais: Estão enquadradas entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, representativas de associações de profissionais, autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e conselhos profissionais regionais;

VI - ONGs: Estão enquadradas entidades do terceiro setor, vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

§ 3º Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas, Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

## CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12. As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do Município que poderá receber apoio de outros segmentos.

Art. 13. O resultado da Conferência deve ser impresso, contendo a assinatura do executivo municipal e remetidos ao CONCIDADES/SC, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

Art. 14. Os casos omissos e conflitantes deverão ser discutidos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso a Comissão Preparatória Estadual.

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 0004/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0004/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para Aquisições Futuras e Parceladas de Medicamentos para dispensação aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, do tipo menor preço por Item. O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 23 de fevereiro de 2016 às 08h00min do dia 07 de Março de 2016, e o início da disputa às 08h30min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

Xanxerê-SC, 15 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0015/2016

Extrato de Contrato nº 0015/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Leandro Bagatini ME

Objeto: Contratação de horas de Trator Agrícola de Pneu p/ Atendimento aos agricultores do Município na prestação de serviços de Ensila-  
gem para Gado Leiteiro

Valor: R\$ 115,00 p/hora

Prazo: 31/12/2016

Xanxerê-SC, 15 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0016/2016

Extrato de Contrato nº 0016/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Rafael Grazziani e Cia Ltda ME.

Objeto: Contratação de horas de Trator Agrícola de Pneu p/ Atendimento aos agricultores do Município na prestação de serviços de Ensila-  
gem para Gado Leiteiro

Valor: R\$ 111,00 p/hora

Prazo: 31/12/2016

Xanxerê-SC, 15 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

### RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO AVISO LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0016/2016

#### RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO Nº 0016/2016

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 18/02/2016, no Diário Oficial dos Município (DOM), Edição nº 1935, página nº 651. Onde se lê XanxerêSC, 16 de Fevereiro de 2016, Lê-se Xanxerê-SC, 17 de Fevereiro de 2016.

Xanxerê-SC, 18 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 018/2016 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ADELIANE JACIRA BETTO.

Contrato nº: 018/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO LOCAÇÃO DE SALA COM OBJETIVO DE INSTALAR E DAR FUNCIONALIDADE AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 19/02/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Aditivo: R\$ 896,28 (oitocentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

**PP 010/2016 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas com fornecimento de todo o material, equipamento e mão de obra necessária para a realização dos mesmos em todo o território do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 04/03/2016.

Abertura: dia 04/03/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 16/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando transformação de veículo automotor tipo Furgão em Auto Socorro de Urgência – ASU, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:00min do dia 03 de março de 2016, procedendo à abertura às 08h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### Decreto 119

DECRETO Nº 119/2016

Altera carga horária de servidor público municipal efetivo e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município e:

Considerando o Prejulgado 1449 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal;

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura nos serviços de engenharia;

Considerando que as atribuições a serem desempenhadas pelo Servidor permanecem idênticas às já realizadas, alterando-se apenas a carga horária;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir da presente data, a carga horária do servidor municipal ALEXANDRE FERNANDO PICOLOTO, matrícula 7382, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

### Decreto 118

DECRETO Nº. 118/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 24 de fevereiro de 2016, o servidor municipal RODRIGO ZAMPROGNA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, portador da matrícula 6825, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

# Associações

## AMMVI

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2016  
DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADA: GESPAR SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (GESPAR GESTÃO ESTRATÉGICA PARA RESULTADOS), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 14.460.767/0001-08, com sede na Rua Lauro Muller, nº 20, Apto. 84, bairro Jardim Blumenau, na cidade de Blumenau - SC, representada por seu titular, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a CONTRATANTE e de outra a CONTRATADA, convencionam e contratam, com fundamento na Lei nº 8.666/93, o adiante discriminado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 - A CONTRATADA, por seu titular, prestará serviços de assessoria e consultoria para planejamento estratégico da gestão de saúde na região do Médio Vale do Itajaí, em atendimento as demandas da CONTRATANTE.

1.2 – O prazo de execução dos serviços e de vigência deste instrumento será de 15 de Fevereiro à 30 de novembro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E PRAZO DE PAGAMENTO:

2.1 - Em remuneração aos serviços ora contratados, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE o valor acordado em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por hora de trabalho, estimando-se em até 100 (cem) horas o tempo necessário para os serviços, com pagamento após a apresentação de cada etapa do trabalho, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

2.2 - O valor global deste instrumento corresponde a R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS E DAS RESPONSABILIDADES:

3.1 - O valor dos serviços prestados pela CONTRATADA deverá ser pago em até 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal, mediante depósito em sua conta bancária.

3.2 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados com dedicação e qualidade, atendendo as necessidades e horários estabelecidos pela CONTRATANTE.

3.3 - A CONTRATANTE caberá o pagamento dos valores previstos na Cláusula Segunda deste contrato e a fiscalização dos serviços, bem como a determinação do cronograma de ações a serem realizadas, incluindo reuniões e eventos nos quais o titular da CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 - A presente contratação funda-se nos artigos 13 e 24, II e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO ANTECIPADA

5.1 - Em caso de rescisão do presente contrato antecipadamente, será devido o pagamento dos serviços já realizados pela CONTRATADA, proporcional ao valor total deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:

6.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau/SC, 10 de fevereiro de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: José Rafael Correa  
CPF: 601.985.409-49

Nome: Valdete Korz Marques  
CPF: 546.983.919-20

## Consórcios

### CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 114 - Prefeitura Municipal de São Bernardino**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Bernardino

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bernardino

CNPJ: 01.612.812/0001-50

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 115 - Prefeitura Municipal de Araquari**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Araquari

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araquari

CNPJ: 83.102.228/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 40/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução

tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.520,00 (onze mil e quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 116 - Prefeitura Municipal de Atalanta**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Atalanta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atalanta

CNPJ: 83.102.616/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o

controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 118 - Prefeitura Municipal de Lauro Muller**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lauro Muller

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lauro Muller

CNPJ: 82.558.909/0001-24

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 25/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 9.480,00 (nove mil e quatrocentos e oitenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 119 - Câmara Municipal de Vargem Bonita**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Vargem Bonita

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vargem Bonita

CNPJ: 73.753.295/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 121 - Prefeitura Municipal de Rodeio**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rodeio

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rodeio

CNPJ: 83.102.814/0001-64

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 24/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 4.170,00 (quatro mil e cento e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**Extrato de Contrato n. 122 - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco  
CNPJ: 82.777.244/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 13 - Prefeitura Municipal de Ibirama**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ibirama

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibirama

CNPJ: 83.102.418/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2016.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 37 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste

CNPJ: 01.594.009/0001-30

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 37/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 554 - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 554/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

CNPJ: 82.777.244/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º termo aditivo ao contrato 02/2015



CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.420,00 (três mil e quatrocentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## RESOLUÇÃO CIGA Nº 99, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

Resolução CIGA nº 99, de 19 de fevereiro de 2016

Concede revisão da remuneração.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no inciso XII do artigo 19 do Contrato de Consórcio Público e a deliberação da 12ª Reunião Ordinária do CIGA,

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a revisão da remuneração dos empregados públicos do CIGA no percentual de 11,28% para o exercício de 2016, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE, acumulado em 2015, passando a vigorar os valores previstos no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2016, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

### ANEXO I

#### TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Salário (R\$)
1	895,68
2	961,65
3	1.028,40
4	1.095,98

5	1.164,40
6	1.233,61
7	1.303,61
8	1.374,47
9	1.446,11
10	1.518,59
11	1.591,87
12	1.665,97
13	1.740,88
14	1.816,62
15	1.893,13
16	1.970,49
17	2.048,66
18	2.127,67
19	2.207,45
20	2.288,06
21	2.369,47
22	2.451,74
23	2.534,76
24	2.618,63
25	2.703,33
26	2.788,83
27	2.875,13
28	2.962,25
29	3.050,21
30	3.138,96
31	3.228,52
32	3.318,90
33	3.410,11
34	3.502,09

Referência	Salário (R\$)
35	3.594,94
36	3.688,57
37	3.783,03
38	3.878,31
39	3.974,38
40	4.071,28
41	4.168,98
42	4.267,51
43	4.366,84
44	4.467,00
45	4.567,96
46	4.669,75
47	4.772,36
48	4.875,74
49	4.979,98
50	5.085,03
51	5.190,87
52	5.297,55
53	5.405,02

54	5.513,31
55	5.622,43
56	5.732,35
57	5.843,09
58	5.954,62
59	6.067,00
60	6.180,19
61	6.294,19
62	6.409,00
63	6.524,63
64	6.641,05
65	6.758,31
66	6.876,38
67	6.995,25
68	7.114,95

Referência	Salário (R\$)
69	7.235,45
70	7.356,79
71	7.478,92
72	7.601,88
73	7.725,65
74	7.850,21
75	7.975,61
76	8.101,84
77	8.228,87
78	8.356,70
79	8.485,34
80	8.614,81
81	8.745,08
82	8.876,18
83	9.008,09
84	9.140,81
85	9.274,35
86	9.408,70
87	9.543,88
88	9.679,84
89	9.816,64
90	9.954,25
91	10.092,66
92	10.231,92
93	10.371,98
94	10.512,83
95	10.654,51
96	10.797,03
97	10.940,31
98	11.084,43
99	11.229,38
100	11.375,12

**RESOLUÇÃO Nº 98, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

Resolução nº 98, de 16 de fevereiro de 2016

"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO PELO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, PARA PAGAMENTO DE DESPESAS REALIZADAS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente do Consórcio Público denominado Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, nos termos do art. 20, IV do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir Regime de Adiantamento para os empregados públicos Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, tendo em vista o disposto no art. 15, inciso III da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e considerando o interesse público.

Art. 2º A utilização do Cartão de Pagamento Eletrônico - CPE pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, para pagamento das despesas realizadas com consumo e serviços, nos estritos termos da legislação vigente, fica regulamentada por esta Resolução.

§ 1º O CPE é instrumento de pagamento, emitido em nome da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente.

§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, o regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedido de empenho registrado na dotação orçamentária própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de realização, assim entendidas aquelas destinadas a atender:

I - despesas realizadas fora da sede do Município, que exijam pronto pagamento, tais como fotocópias, estacionamento, pedágios, locomoção urbana, nos casos de deslocamento de servidor em viagem (taxi), combustível e manutenção emergencial de automóvel oficial;

II - despesas com aquisição de material de consumo e/ou contratação de serviços de terceiro pessoa jurídica, realizadas em situações excepcionais, que exijam ações imediatas, sob pena de acarretar prejuízos à Administração, caso não efetuadas;

III - fotocópias de processos judiciais e extrajudiciais.

Art. 3º Deverá ser aberta conta corrente exclusiva para uso do cartão, que será denominada Conta de Relacionamento, onde os recursos serão aportados previamente e aplicados em fundos de investimento destinados a administração pública e que constituirão o limite de utilização.

Art. 4º Sem prejuízo dos demais instrumentos de pagamento previstos na legislação, a utilização do CPE poderá ocorrer com despesas de consumo e serviço.

§ 1º O pagamento de despesas previstas neste artigo, poderá ser realizada mediante saque.

§ 2º O saque para o pagamento das despesas autorizadas na legislação deverá ser evitado, porém quando feito, justificado pelo portador, que indicará os motivos da não utilização da rede afiliada do CPE.

§ 3º Nenhum saque ou transação com o CPE poderá ser efetivado sem que haja saldo suficiente para o atendimento das despesas especificadas na respectiva Nota de Empenho emitida pelo CIGA.

§ 4º O limite de saque por adiantamento será o mesmo limite de adiantamento.

Art. 5º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA firmará contrato e proposta de adesão com instituição financeira para utilização do CPE, sendo o Presidente do CIGA o responsável pela assinatura do contrato e proposta, assim como indicar portadores do CPE.

Art. 6º Além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica, para os efeitos da utilização do CPE, ao Diretor Executivo do CIGA caberá:

I - Autorizar uso, definir o limite de utilização e o valor para cada portador de cartão;

II - Alterar o limite de utilização e de valor; e

III - Expedir a ordem para disponibilização dos limites eletronicamente, junto ao estabelecimento bancário.

Parágrafo Único - O Diretor Executivo do CIGA poderá designar servidor para cumprir os incisos acima.

Art. 7º O pagamento aos afiliados (estabelecimento comercial integrante da rede a que estiver associado a instituição financeira, onde podem ser efetivadas transações com o CPE) deverá ser efetivado na data da compra, exigindo-se no respectivo comprovante de venda, emitido em duas vias pelo valor final da operação, ou mediante impositação de senha do Portador ou de assinatura eletrônica, conforme o caso.

§ 1º O pagamento deve ser realizado pelo valor do comprovante fiscal.

§ 2º É vedada a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do CPE.

Art. 8º Não será admitida a cobrança de taxas de adesão, de manutenção, de anuidades ou de quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou do uso do CPE.

Parágrafo Único - O disposto no caput não se aplica às taxas de utilização do CPE no exterior e aos encargos por atraso de pagamento.

Art. 9º O portador do CPE é responsável por sua guarda e uso e pela prestação de contas.

§ 1º Nos casos de roubo, furto, perda ou extravio de cartões, caberá ao Portador comunicar o ocorrido a Instituição Financeira, ao Diretor Executivo do CIGA e registrar boletim de ocorrência.

§ 2º No ato da comunicação do roubo, furto, perda ou extravio do CPE a Instituição Financeira deverá fornecer confirmação e identificação do pedido de bloqueio do cartão.

Art. 10. No caso de roubo, furto, perda, extravio, ou de outro motivo que impossibilite a utilização do cartão de pagamento eletrônico, o servidor responsável pelo cartão, poderá realizar as despesas pertinentes com recursos próprios e, quando do seu retorno, mediante apresentação de justificativa, ser reembolsado nos valores exatos dos documentos fiscais apresentados.

Art. 11. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA poderá expedir normas complementares para cumprimento do disposto desta Resolução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

## CIMCATARINA

### RESOLUÇÃO 0014\_2016

Resolução n. 0014/2016.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS AGENTES PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contidas no artigo 44, § 4º, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Revisão Geral Anual a todos os agentes públicos do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, em percentual correspondente a 11,31%(onze inteiros e trinta e um décimos por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado dos meses de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016, nos termos do artigo 44, § 4º, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º. A revisão será paga em parcela única, com vigência a partir de competência de fevereiro de 2016.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta resolução deverá ser homologada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Art. 5º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

**CIS/AMUREL****EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 01/2016 - PERICIAL****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Prestação de Serviços nº. 01/2016

Contratante: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Contratada: Pericial Gestão Contábil e Patrimonial Eireli - ME

Objeto: Contrato para prestação de serviços especializados no setor público, para dar suporte administrativo junto ao setor contábil, patrimonial e financeiro ao Contratante.

Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo contratante e, Patrícia Vieira Martins pela contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 02/2016 - JARM****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Prestação de Serviços nº. 02/2016

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Contratado: Mendes, Borges & Silva Advocacia - EPP.

Objeto: Contrato para prestação de serviços a Contratante e aos Municípios Consorciados de Assessoria Jurídica.

Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 28/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo contratante e, José Augusto Ribeiro Mendes pelo contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 01/2016 - SÃO LUDGERO****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Rateio nº. 01/2016

Município: São Ludgero

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel.

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Volnei Weber e Nilva Schlickmann Pickler pelo Município, e Antônio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

**CVC****EDITAL DE PREGÃO 003/2016**

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2015 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Irati.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 22/02/2016 até às 17:00 horas do dia 03/03/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 08:55 horas do dia 04/03/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 04/03/2016.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais encontram-se disponível no site do CVC ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Material de expediente, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Irati, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	1	Unidade	AGENDA DIÁRIA BROCHURA, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 14CM X 20CM.	2001
2	1	Unidade	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, 368 PÁGINAS, COM DATA E HORA, TAMANHO MÍNIMO 14,1X20,5.	2002
3	1	Unidade	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 134X194MM COM PICOTE.	2003
4	1	Unidade	AGULHA PARA BORDAR SEM PONTA	2401
5	1	Par	AGULHA PARA TRICÔ Nº 03	2402
6	1	Caixa	ALFINETE PARA MAPA REDONDO SORTIDO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2004
7	1	Rolo	ALGODÃO ROLO C/ 500 GR	2005
8	1	Unidade	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº. 3, COR PRETA.	2006
9	1	Unidade	APAGADOR DE QUANDRO BRANCO, CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, SUPERFÍCIE INTERNA EM ESPUMA E BASE EM FELTRO RESISTENTE E MACIO, COM BASE DE PLÁSTICO REFORÇADO.	2007
10	1	Unidade	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.	2009
11	1	Unidade	APONTADOR PLÁSTICO, SEM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.	2010
12	1	Unidade	ARGILA PACOTE 1 KG	2403
13	1	Pacote	BALÃO BEXIGA DE ANIVERSÁRIO Nº 7, LISO, DIVERSAS CORES, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2011
14	1	Pacote	BALÕES LINGUIÇA COLORIDO PCT C/50 U	2012
15	1	Pacote	BALÕES SIMPLES COLORIDOS PCT C/ 50U	2013
16	1	Unidade	BAMBOLE INFANTIL	2404
17	1	Rolo	BARBANTE CRU, 100% ALDOGÃO, Nº 6.	2014
18	1	Rolo	BARBANTE DE JUTA, ROLO COM 700GR.	2015
19	1	Unidade	BOBINA DE PAPEL KRAFT COM 10KG.	2021
20	1	Unidade	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA TAM. 57 X 22 BRANCO	2405
21	1	Unidade	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, TAM. 57 X 22 PAPEL R/27 AMARELO (PAPEL TÉRMICO)	2406
22	1	Caixa	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, TAMANHO 57MM X 30M, CAIXA COM 30 UNIDADES	2022
23	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 100MM	2030
24	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 10MM	2025
25	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 150 MM	2031
26	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 200 MM	2032
27	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 250 MM	2033
28	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 25MM	2026
29	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 35MM	2027
30	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 50 MM	2028
31	1	Unidade	BOLA DE ISOPOR 75 MM	2029
32	1	Unidade	BORRACHA BRANCA ESCOLAR, MACIA E SUAVE, NÃO MACHA O PAPEL, TAMANHO MÍNIMO DE 30X18X5MM.	2035
33	1	Unidade	CADERNETA ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 100MMX137MM, CAPA DURA, COM 96 FOLHAS.	2037
34	1	Unidade	CADERNO DE CALIGRAFIA PEQ C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 202MMX148MM	2041



35	1	Unidade	CADERNO DE DESENHO GRANDE 96 FOLHAS	2407
36	1	Unidade	CADERNO DE DESENHO GRANDE C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 275MMX200MM	2043
37	1	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 48 FOLHAS.	2045
38	1	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 96 FOLHAS.	2046
39	1	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 200MMX275MM, CAPA DURA, COM 320 FOLHAS.	2047
40	1	Unidade	CADERNO GRANDE 96 FOLHAS CAPA DURA	2408
41	1	Unidade	CADERNO PEQUENO 96 FOLHAS ESPIRAL	2409
42	1	Unidade	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM.	2050
43	1	Unidade	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA, ARTICULÁVEL, DUPLA, COR FUMÊ OU CRISTAL.	2051
44	1	Unidade	CALCULADORA DE BOLSO, AUTO - DESLIGA, 8 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 7CM X 10 CM.	2053
45	1	Unidade	CALCULADORA DE MESA, AUTO - DESLIGA, 10 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 10CM X 14CM.	2055
46	1	Unidade	CALCULADORA DE MESA, COM 12 DÍGITOS, RESISTENTE A ÁGUA E POEIRA.	2057
47	1	Unidade	CANETA COM TINTA GEL, COM PONTA METÁLICA.	2058
48	1	Unidade	CANETA CORRETIVA SECAGEM RAPIDA 8ML PONTA METALICA	2059
49	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2060
50	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2061
51	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2062
52	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2063
53	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2064
54	1	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2065
55	1	Unidade	CANETA MARCA TEXTO COR AMARELA, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.	2068
56	1	Unidade	CANETA MARCA TEXTO COR VERDE, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.	2069
57	1	Unidade	CANETA MARCADOR PARA PROJETO, PONTA GROSSA 2MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, CORES SORTIDAS (AZUL, MARROM, AMARELA, PRETA, VERMELHA E VERDE), ESTOJO COM 6 UNIDADES.	2070
58	1	Unidade	CANETA PARA ESCREVER EM CD/DVD COM PONTA DE POLIÉSTER 2.00MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, NA COR AZUL.	2071
59	1	Unidade	CANETINHAS HIDROGRÁFICAS 12 CORES, ESTOJO COM 12 UNIDADES.	2073
60	1	Pacote	CANUDO PLASTICO PARA REFRIGERANTE PCT C/ 400 UNI	2074
61	1	Pacote	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO (CONTRA-CAPA), FORMATO A4, COR PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2075
62	1	Pacote	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO, FORMATO A4, COR CRISTAL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2076
63	1	Unidade	CARBONO PRETO	2410
64	1	Unidade	CARTOLINA 150G, TAMANHO 50X66, EM CORES SORTIDAS (AMARELO, AZUL, BRANCA, ROSA E VERDE).	2077
65	1	Unidade	CARTOLINA A4 CORES DIVERSAS	2411
66	1	Unidade	CARTOLINA LAMINADA - DIVERSAS CORES	2078
67	1	Tubo	CD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.	2079
68	1	Tubo	CD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.	2080
69	1	Unidade	CHAVEIRO COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO	2412
70	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 0/0, CAIXA DE 500GR.	2081
71	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 2/0, CAIXA DE 500GR.	2082
72	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 3/0, CAIXA DE 500GR.	2083
73	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 4/0, CAIXA DE 500GR.	2084
74	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 6/0, CAIXA DE 500GR.	2085
75	1	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 8/0, CAIXA DE 500GR.	2086



76	1	Unidade	COLA BASTÃO 40GR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, NÃO ESCORRE, NÃO SUJA.	2087
77	1	Unidade	COLA BASTÃO DE SILICONE GROSSO TRANSPARENTE	2414
78	1	Unidade	COLA BASTÃO DE SILICONE PEQUENA TRANSPARENTE	2413
79	1	Unidade	COLA BRANCA, FRASCO COM 1L.	2088
80	1	Unidade	COLA BRANCA, FRASCO COM NO MÍNIMO 90GR.	2090
81	1	Unidade	COLA CASCOREZ 500 GR	2415
82	1	Unidade	COLA CASCOREZ PORCELANA FRIA 1 KG	2416
83	1	Unidade	COLA COLORIDA 23 GR	2417
84	1	Unidade	COLA DIMENSIONAL COM GLITER, TUBO COM 35GR.	2092
85	1	Unidade	COLA DIMENSIONAL SEM GLITER, TUBO COM 35GR.	2093
86	1	Unidade	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), COMPOSTA DE CIANOCRILATO, TUBO COM 20GR.	2094
87	1	Unidade	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), UNIVERSAL, TUBO COM 5GR.	2095
88	1	Unidade	COLA PARA ISOPOR E EVA TUBO COM 90 GRAMAS	2096
89	1	Unidade	COLA RELEVO FRASCO DE 35ML	2097
90	1	Metro	CORDA PARA PULAR	2418
91	1	Caixa	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, 18ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2101
92	1	Tubo	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.	2103
93	1	Unidade	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 8,5GB.	2105
94	1	Tubo	DVD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.	2107
95	1	Pacote	ELÁSTICO AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 1KG.	2109
96	1	Unidade	ENFEITES EVA PCTE TAM G	2419
97	1	Unidade	ENFEITES EVA PCTE TAM M	2420
98	1	Caixa	ENVELOPE GRANDE (A4), BRANCO, 24CMX34CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.	2112
99	1	Caixa	ENVELOPE OFÍCIO, BRANCO, 11,5CMX23CM, CAIXA COM 1000 UNIDADES.	2114
100	1	Pacote	ENVELOPE PARA CD/DVD DE PAPEL, TAMANHO 126MMX126MM, BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2115
101	1	Unidade	ENVELOPE SACO KRAFT, 75GR, TAMANHO 250MMX353MM	2118
102	1	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 12, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2122
103	1	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 14, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2123
104	1	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 33, PACOTE COM 25 UNIDADES.	2127
105	1	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 7, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2120
106	1	Unidade	ESTILETE AJUSTÁVEL 18MM (LÂMINA LARGA).	2131
107	1	Unidade	ESTILETE AJUSTÁVEL 9MM (LÂMINA ESTREITA).	2130
108	1	Caixa	ETIQUETA ADESIVA, 38,1X63,5MM, CAIXA COM 2100 UNIDADES.	2136
109	1	Caixa	ETIQUETA ADESIVA, 50,8X101,6MM, CAIXA COM 1.000 UNIDADES.	2137
110	1	Caixa	EXTRATOR DE GRAMPOS, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2143
111	1	Metro	FILTRO CORES DIVERSAS	2421
112	1	Metro	FIBRA BRANCA	2422
113	1	Unidade	FICHÁRIO DE MESA CRISTAL, 4X6, EM ACRÍLICO, COM ÍNDICE	2145
114	1	Unidade	FICHÁRIO DE MESA GRANDE, 6X9, FABRICADO COM BASE EM AÇO GRAFITE, TAMPA EM POLIESTIRENO, COM REFORÇO NA DOBRADIÇA, COM ÍNDICE AZ EM CARTÃO.	2146
115	1	Rolo	FITA ADESIVA LISA, MARROM DE PAPEL, 18MX50MM.	2149
116	1	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 25MM X 45 MTS	2150
117	1	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX30M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS	2151
118	1	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX40M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS.	2152
119	1	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO, ROLO 45MMX45M, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.	2153
120	1	Unidade	FITA ADESIVA, DUPLA FACE POLIPROPILENO, COM ADESIVO ACRÍLICO 12MMX30M.	2154
121	1	Unidade	FITA CREPE BRANCA, ROLO 19MMX50M, EMBALAGEM COM 6 ROLOS.	2156
122	1	Unidade	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 38MMX50M.	2157
123	1	Unidade	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 45MMX50M.	2158
124	1	Unidade	FITA DE CETIM (MEADAS) COM 10 M X 14 MM	2423
125	1	Unidade	FITA DE CETIM (MEADAS) COM 10 M X 7 MM	2424
126	1	Unidade	FITA DUPLA FACE DE ESPUMA PARA FIXAÇÃO PERMANENTE, ROLO 24MMX1,50M.	2159
127	1	Rolo	FITA MIMOSA 100M X7MM DIVERSAS CORES	2160

128	1	Rolo	FITA PARA PRESENTE 50 MTS X 32MM DIV.CORES	2162
129	1	Rolo	FITA PARA PRESENTE COLORIDA 10CMX22M,	2163
130	1	Caixa	FOLHA ADESIVA A4, SEM RECORTE, CAIXA COM 100 FOLHAS.	2166
131	1	Unidade	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2167
132	1	Unidade	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X4MM.	2168
133	1	Unidade	FOLHA EM EVA, CAMUFLADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2169
134	1	Unidade	FOLHA EM EVA, COM BRILHO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2170
135	1	Unidade	FOLHA EM EVA, DECORADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2171
136	1	Unidade	FOLHA EM EVA, GRAFIATO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2172
137	1	Unidade	FOLHA EM EVA, LISTRADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2173
138	1	Unidade	FOLHA EM EVA, PLUSH FELPUDO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2174
139	1	Unidade	FOLHA PAPEL DUPLA FACE COLORIDO	2176
140	1	Unidade	FRAJÃO CRU 700 GR 100% ALGODÃO	2425
141	1	Unidade	GANCHINHOS PARA MADEIRA 16 X 30	2426
142	1	Caixa	GIZ COLORIDO PARA QUADRO NEGRO C/ 64 UNIDADES	2178
143	1	Caixa	GIZ DE CERA CURTO, COM 12 CORES SORTIDAS, FORMATO ANATÔMICO, NÃO TÓXICO.	2179
144	1	Caixa	GIZ ESCOLAR COMUM, BRANCO, PRODUTO NÃO TÓXICO, COM PELÍCULA PLÁSTICA QUE NÃO SUJA AS MÃOS, NÃO SOLTA PÓ, ANTIALÉRGICO, RESISTENTE, CAIXA COM 64 PALITOS.	2180
145	1	Pacote	GLITTER EM PACT DE 500GR DIVERSAS CORES	2181
146	1	Pacote	GLITTER, PACOTE COM 250G, CORES DIVERSAS.	2182
147	1	Unidade	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENS	2187
148	1	Unidade	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENSÃO	2188
149	1	Unidade	GRAMPEADOR P/ MADEIRA PARA GRAMPO 106/6	2189
150	1	Caixa	GRAMPO 106/6, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 3500 GRAMPOS.	2196
151	1	Caixa	GRAMPO 23/10 (ENAK) GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS.	2192
152	1	Unidade	GRAMPO 23/6, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS	2427
153	1	Caixa	GRAMPO 26/6, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.	2194
154	1	Pacote	GRAMPO ENCADERNADOR PLÁSTICO BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2198
155	1	Caixa	GRAMPO TRILHO (ROMEU E JULIETA) ESTENDIDO BRANCO P/ 600 FOLHAS	2199
156	1	Unidade	GRAMPO TRILHO (ROMEU E JULIETA), EM METAL, CAIXA COM 50 UNI 80 MM	2428
157	1	Unidade	IMÃ FLEXÍVEL EM BARRA DE 1 MT	2200
158	1	Unidade	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNETICO	2201
159	1	Cartela	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNÉTICO, CARTELA COM 12 UNIDADES.	2202
160	1	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 4/6	2429
161	1	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 5/8	2430
162	1	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 6/9	2431
163	1	Unidade	ISOPOR EM FOLHAS 20 MM	2432
164	1	Unidade	LÃ NOVELO COM 100 GR CORES DIVERSAS	2433
165	1	Unidade	LÂMINA PARA ESTILETE 18MM (LARGO).	2204
166	1	Pacote	LANTEJOULA GRANDE PCT C/ 100 UNI	2205
167	1	Pacote	LANTEJOULA MEDIO PCT C/ 100 UNI	2206
168	1	Pacote	LANTEJOULA PEQUENA PCT C/ 100 UNI	2207
169	1	Caixa	LÁPIS 6B PARA PINTURA CX C/ 12 UND	2434

170	1	Caixa	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES GRANDE	2209
171	1	Caixa	LÁPIS GRAFITE RESISTENTE PRETO Nº 02, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2212
172	1	Caixa	LÁPIS PRETO Nº 2, COM BORRACHA REDONDA, CAIXA COM 72 UNIDADES.	2213
173	1	Unidade	LINHA DE COSTURA DE CONE DIVERSAS	2435
174	1	Unidade	LINHA PARA CROCHÊ 500 M	2436
175	1	Unidade	LIVRO ATA, COM 100 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.	2216
176	1	Unidade	LIVRO ATA, COM 50 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.	2218
177	1	Unidade	LIVRO PROTOCOLO, CAPA DURA, COM 50 FOLHAS.	2219
178	1	Caixa	MASSA PARA MODELAR, MACIA, NÃO ESFARELA, NÃO GRUDA, NÃO ENDURECE, ATÓXICA, CAIXA COM 12 CORES.	2220
179	1	Kg	MIÇANGA CORES DIVERSAS	2437
180	1	Unidade	MOLHA DEDO, INDICADO PARA O MANUSEIO DE PAPÉIS, NÃO TÓXICO, FRASCO CONTENDO 12GR.	2221
181	1	Unidade	MOUSE ÓPTICO, COM CONEXÃO USB, 02 BOTÕES COM SCROLL CONTROLE, COR PRETA.	2223
182	1	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE PCT C/ 100 UNI	2225
183	1	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2226
184	1	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM MEDIO PCT C/ 100 UNI	2227
185	1	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM MÉDIO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2228
186	1	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM PEQUENO PCT C/ 100 UNI	2229
187	1	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO G. PCT C/ 100 UNI	2230
188	1	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO M. PCT C/ 100 UNI	2231
189	1	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO P. PCT C/ 100 UNI	2232
190	1	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO G, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2233
191	1	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO M, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2234
192	1	Pacote	PALITO DE CHURRASCO PCT C/100 UNI	2235
193	1	Pacote	PALITO DE PICOLÉ PCT C/ 100 UNI	2236
194	1	Caixa	PAPEL A3, ALCALINO, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 297MMX420MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	2237
195	1	Caixa	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM	2238
196	1	Caixa	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 90G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM	2239
197	1	Unidade	PAPEL A4, COR AZUL, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	2240
198	1	Unidade	PAPEL A4, COR VERDE, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	2243
199	1	Unidade	PAPEL CAMURÇA - DIVERSAS CORES	2244
200	1	Unidade	PAPEL CANSON - CREME, BRANCO	2245
201	1	Caixa	PAPEL CARBONO AZUL TAMANHO A4, CAIXA COM 100 FOLHAS.	2246
202	1	Unidade	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 50X66 CORES DIVERSAS.	2248
203	1	Unidade	PAPEL CELOFANE - DIVERSAS CORES 85X100	2249
204	1	Unidade	PAPEL CELOFANE TRANSPARENTE 85X100	2250
205	1	Rolo	PAPEL CONTACT - C/ MOTIVOS INFANTIS RL C/ 10 MTS	2251
206	1	Rolo	PAPEL CONTACT - DIVERSAS CORES RL C/ 10 MTS	2252
207	1	Rolo	PAPEL CONTACT - TRASNARENTE RL C/ 25 MTS	2253
208	1	Caixa	PAPEL CREPOM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 40 ROLOS.	2254
209	1	Unidade	PAPEL DOBRADURA - DIVERSAS CORES	2256

210	1	Unidade	PAPEL DOBRADURA JORNAL, CORES DIVERSAS, MEDINDO 50CM X 60CM	2258
211	1	Unidade	PAPEL DUPLA FACE DIVERSAS CORES	2438
212	1	Unidade	PAPEL DUPLEX - DIVERSAS CORES	2259
213	1	Unidade	PAPEL ESPECIAL PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA E LASER - LINHO, 180GR, COR BRANCO.	2260
214	1	Unidade	PAPEL LAMINADO - DIVERSAS CORES	2261
215	1	Unidade	PAPEL MANTEIGA	2439
216	1	Unidade	PAPEL MICROONDULADO - DIVERSAS CORES	2262
217	1	Rolo	PAPEL PARA PRESENTE RL C/ 100 MTS	2264
218	1	Unidade	PAPEL PARANÁ 1,00X0,80CM	2265
219	1	Unidade	PAPEL PARDO BOBINA 20KG 1,20 MTS DE ALTURA, 40G	2266
220	1	Unidade	PAPEL PARDO BOBINA 4KG 0,60MTS DE ALTURA, 40G	2267
221	1	Unidade	PAPEL SEDA - DIVERSAS CORES	2268
222	1	Unidade	PAPEL VERGÊ- CREME E BRANCO	2270
223	1	Caixa	PAPEL VERGÊ, 120G/M², TAMANHO A4, BRANCO, CAIXA COM 50 FOLHAS.	2271
224	1	Unidade	PASTA AZ COM LOMBO ESTREITO	2440
225	1	Unidade	PASTA AZ COM LOMBO LARGO.	2272
226	1	Unidade	PASTA CATÁLOGO CAPA PRETA 50 FOLHAS	2274
227	1	Unidade	PASTA COM ELÁSTICO, LOMBO 3CM, TRANSPARENTE, TAMANHO 335X246X30MM.	2277
228	1	Unidade	PASTA EM L A-4 FORMATO 220 X 305 MM TRANSP. BEM. C/ 10 UM	2441
229	1	Unidade	PASTA OFICIO, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM ELÁSTICO, TAMANHO 233X348MM.	2280
230	1	Unidade	PASTA POLIONDULADA 36MM	2282
231	1	Unidade	PASTA POLIONDULADA 50 MM	2283
232	1	Caixa	PASTA SUSPENSIVA MARMORIZADA, CONFECCIONADA EM CARTÃO, HASTE DE METAL COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS, COM GRAMPO, VISOR E ETIQUETA, CAIXA COM 50 PASTAS.	2285
233	1	Unidade	PEN DRIVE 4 GB USB 2.0	2442
234	1	Unidade	PEN DRIVE 8 GB USB 2.0	2443
235	1	Unidade	PERCEVEJO DE METAL, CAIXA COM 100 UNIDADES.	2287
236	1	Unidade	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO 02 FUROS, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 12 FOLHAS, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO E MOLAS EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM, COM MARGEADOR PLÁSTICO.	2288
237	1	Unidade	PERFURADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 50 FOLHAS, BASE E CABO EM FERRO FUNDIDO, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM.	2289
238	1	Unidade	PIGMENTO CORANTE LIQUIDO A BASE DE ÁGUA (XADREZ)	2444
239	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR AZUL, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA.	2296
240	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR PRETA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LIQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2297
241	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERDE, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LIQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2298
242	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LIQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2299
243	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR AZUL.	2300
244	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR PRETA.	2301
245	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERDE.	2302
246	1	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERMELHA	2303
247	1	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 12 CABO AMARELO	2445
248	1	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 14 CABO AMARELO	2446
249	1	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 16 CABO AMARELO	2447
250	1	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 18 CABO AMARELO	2448
251	1	Unidade	PINCEL Nº 0 CABO LONGO AMARELO	2449
252	1	Unidade	PINCEL Nº 10 CABO LONGO AMARELO	2452
253	1	Unidade	PINCEL Nº 6 CABO LONGO AMARELO	2450

254	1	Unidade	PINCEL Nº 8 CABO LONGO AMARELO	2451
255	1	Unidade	PISTOLA GRANDE PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.	2304
256	1	Unidade	PISTOLA PEQUENA PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.	2305
257	1	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 010.	2306
258	1	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 025.	2307
259	1	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500MM ESPESSURA 015.	2308
260	1	Rolo	PLÁSTICO ADESIVO (CONTACT) TRANSPARENTE, ROLO COM NO MÍNIMO 25M DE COMP.X45CM ALTURA.	2309
261	1	Unidade	PORTA CLIPS TRIPLO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BASE COM 24X7,5CM.	2312
262	1	Unidade	PRANCHETA DE ACRÍLICO COM PRENDEDOR DE PAPEL.	2315
263	1	Unidade	PRANCHETA DE MADEIRA COM PRENDEDOR DE PAPEL.	2316
264	1	Pacote	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 38X50MM, PACOTE COM 4 UNIDADES, CADA BLOCO CONTENDO 100 FOLHAS.	2322
265	1	Unidade	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.	2323
266	1	Unidade	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3CM X 30CM.	2324
267	1	Quilo	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3X30CM.	2325
268	1	Unidade	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4CM X 30CM.	2326
269	1	Quilo	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4X30CM.	2327
270	1	Pacote	RÉGUA ACRÍLICA TRANSPARENTE, COM 30CM, PACOTE COM 25 UNIDADES.	2331
271	1	Unidade	ROLINHO PARA PINTURA 40 MM	2453
272	1	Unidade	ROLINHO PARA PINTURA 90 MM	2454
273	1	Unidade	SACADOR DE GRAMPO	2455
274	1	Pacote	SACO PARA PIPOCA 20X8CM, PARA USO NA ENTREGA DE MEDICAMENTOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	2337
275	1	Pacote	SACO PLÁSTICO PARA FARMÁCIA, MEDINDO 20CM X 8CM, PACOTE COM 500 UNIDADES.	2338
276	1	Unidade	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE GROSSO, SEM FUROS, TAMANHO OFÍCIO.	2340
277	1	Unidade	SPRAY COLORIDO 200 ML DIVERSAS CORES	2456
278	1	Unidade	SUPER COLA PANO, TUBO COM NO MÍNIMO 35GR.	2344
279	1	Unidade	SUORTE PARA FITA DUREX GRANDE	2457
280	1	Metro	TECIDO DE CHITA FLORIDO	2458
281	1	Metro	TECIDO MORIM 80 CM ALTURA	2460
282	1	Metro	TECIDO OXFORD 140 CM ALTURA	2459
283	1	Metro	TECIDO PARA FORRO DE ALMOFADA	2461
284	1	Metro	TECIDO PARA PAT WORK ESTAMPADO 140 CM ALTURA	2462
285	1	Metro	TECIDO SOFT	2463
286	1	Unidade	TECLADO PADRÃO ABNT2, TERMINAL UBS, MÍNIMO 107 TECLAS, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 M, COR PRETA.	2347
287	1	Unidade	TESOURA 12 CM RETA SEM PONTA	2464
288	1	Unidade	TESOURA 4", DE USO ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO DE POLIPROPILENO, COLORIDA	2348
289	1	Unidade	TESOURA TAMANHO GRANDE, 21CM EM INOX, CABO ANATÔMICO.	2349
290	1	Unidade	TINTA GUACHE, NÃO TÓXICA, CORES DIVERSAS, FRASCO 250ML.	2350
291	1	Unidade	TINTA PARA CARIMBO 40ML, COR PRETA.	2352
292	1	Unidade	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO FRASCO COM 42 ML	2354
293	1	Frasco	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO, FRASCO COM 35 ML.	2355
294	1	Unidade	TINTA PARA TECIDOS CORES DIVERSAS, VIDROS COM 37 ML.	2356
295	1	Unidade	TINTA PVA 100 ML CORES DIVERSAS	2465
296	1	Unidade	TINTA SPRAY CORES DIVERSAS	2361
297	1	Metro	TNT, CORES DIVERSAS, 40GR, TAMANHO 1,40X100CM.	2362
298	1	Rolo	TNT, CORES DIVERSAS, 80GR, TAMANHO 1,40CMX50M.	2363
299	1	Caixa	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA JATO DE TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2364
300	1	Caixa	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA LASER, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2365
301	1	Metro	VIÉS ESTREITO	2466
302	1	Metro	VIÉS LARGO	2467
303	1	Caixa	VISOR PARA PASTA SUSPENSÁVEL PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ETIQUETA BRANCA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2366

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 10 de março de 2016 à 31 de julho de 2016.

1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.



1.3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2. DA ENTREGA E EXECUÇÃO

2.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.2. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.2.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

## 3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

## 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL Compras).

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica "BLL Compras" da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

## 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

## 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo hábil para a apresentação das propostas.

6.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

A. Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII);

B. Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total



estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances.

6.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

## 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;
- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## PARTICIPAÇÃO

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

#### FECHAMENTO RANDÔMICO

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

Telefone/Fax: (49) 3347 -0819

SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

#### 8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico,

assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO E AQUELAS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM O EDITAL.

8.3.1. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.5. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

8.6. As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

## 9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

A. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

B. Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

C. Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

D. O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

E. Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

F. Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preambulo do presente Edital;

G. Conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

H. Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

I. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

J. Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO II;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5. Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 10 de março de 2016 à 31 de julho de 2016.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3. A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro



a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

## 17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. advertência;

B. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:



- I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) manter o valor de sua proposta classificada;
- c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver presentes razões de interesse público;

V. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

VII. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público; ou

II. A pedido do fornecedor.

## 20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2016 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de

habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 006 de 07 de abril de 2015.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- H. ANEXO VIII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- I. ANEXO IX – Modelo de Proposta Eletrônica.

Coronel Freitas - SC, 19 de fevereiro de 2016.  
EVERALDO LUIZ CASONATTO  
Presidente.

## ANEXO I

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

## 2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

## 3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

## VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

## PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de 10 de março de 2016 à 31 de julho de 2016.

## LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

## LOCAL E DATA

## NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

## 4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante  
e carimbo da empresa

## ANEXO II

## 1. DADOS BANCÁRIOS:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

TELEFONE PARA CONTATO:

E-MAIL:

**3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL), através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO), (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO V

## 1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	MAURI JOSE ZUCCO

## 2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Águas de Chapecó	Rua Porto União, 968, Centro	82.804.212/0001-96	André Max Tormen
Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Irati	Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro	95.990.230/0001-51	Antônio Grandó

## ANEXO VI

## ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO,968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANDRÉ MAX TORMEN:

Item/Quantidade: 6/50; 7/50; 9/20; 11/50; 13/300; 14/100; 17/20; 18/150; 23/200; 24/200; 25/200; 26/200; 27/200; 28/200; 29/200; 30/200; 31/200; 32/1000; 33/50; 34/100; 37/1000; 38/200; 39/20; 42/200; 43/5; 45/30; 46/30; 47/50; 48/20; 49/30; 50/10; 51/10; 53/10; 54/20; 55/50; 57/50; 58/50; 59/100; 60/300; 61/200; 62/200; 64/500; 66/200; 67/50; 68/50; 69/100; 70/10; 71/50; 73/30; 75/30; 76/150; 79/20; 80/500; 81/100; 84/400; 85/300; 86/50; 87/20; 88/100; 89/200; 90/20; 91/20; 93/30; 94/20; 95/30; 96/100; 97/100; 98/10; 99/5; 100/10; 101/1000; 102/1000; 103/1000; 104/500; 105/1000; 106/50; 107/30; 109/5; 110/10; 111/100; 112/100; 115/30; 116/50; 117/100; 120/20; 121/10; 122/150; 123/30; 124/100; 125/100; 127/20; 128/10; 129/10; 130/30; 131/2500; 132/300; 133/300; 134/300; 135/500; 136/200; 137/100; 138/100; 139/3000; 142/20; 143/300; 144/10; 145/50; 146/100; 147/50; 149/20; 150/30; 153/100; 154/200; 155/50; 157/30; 158/50; 159/10; 164/100; 165/50; 166/20; 167/20; 168/20; 170/200; 172/2; 174/200; 175/50; 178/300; 179/100; 180/30; 182/10; 183/10; 184/10; 185/10; 186/10; 187/10; 188/10; 189/10; 190/10; 191/10; 192/150; 193/150; 194/5; 196/300; 199/100; 200/200; 201/20; 202/3000; 203/300; 204/800; 205/15; 206/10; 207/15; 208/50; 209/800; 210/500; 212/800; 213/10000; 214/800; 216/300; 217/10; 218/100; 219/15; 221/500; 222/500; 223/100; 225/150; 226/200; 228/30; 230/50; 231/50; 232/20; 233/20; 234/20; 235/100; 236/20; 237/30; 239/20; 240/20; 241/20; 242/20; 243/20; 244/20; 245/20; 246/20; 247/50; 248/50; 249/50; 250/50; 251/50; 252/50; 253/50; 254/50; 255/50; 256/50; 257/100; 258/100; 259/100; 261/10; 262/50; 264/100; 265/50; 266/1000; 268/1000; 270/300; 271/50; 272/50; 274/100; 275/100; 277/50; 278/100; 280/100; 281/100; 282/100; 283/100; 284/100; 287/50; 288/500; 289/50; 290/500; 292/200; 293/200; 294/200; 296/500; 298/150; 299/5; 300/5; 301/200; 302/200.

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS , pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA,1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 2/25; 3/25; 4/30; 5/3; 6/10; 7/2; 8/3; 10/70; 11/30; 12/100; 15/20; 16/10; 17/23; 20/20; 21/15; 22/2; 25/150; 32/70; 35/40; 36/30; 40/25; 41/80; 42/230; 44/3; 45/8; 46/15; 49/3; 50/40; 51/3; 52/15; 54/4; 56/80; 58/7; 59/28; 61/5; 62/5; 63/60; 64/110; 65/180; 67/4; 69/30; 71/35; 72/55; 73/10; 74/10; 75/25; 76/30; 77/60; 78/20; 80/160; 81/30; 82/15; 83/30; 84/20; 88/5; 90/25; 91/10; 92/1; 94/1; 95/3; 96/15; 97/15; 98/3; 99/1; 111/50; 112/40; 113/4; 114/4; 118/18; 119/140; 120/2; 122/25; 123/40; 124/18; 125/18; 126/9; 127/15; 131/125; 132/65; 135/20; 138/25; 140/5; 141/100; 143/50; 146/20; 147/4; 148/35; 151/20; 152/30; 153/20; 156/40; 160/7; 161/7; 162/7; 163/15; 164/20; 169/5; 170/100; 172/25; 173/15; 174/3; 175/3; 176/10; 178/30; 179/1; 180/20; 192/5; 193/15; 195/245; 197/1; 198/1; 199/25; 201/1; 205/2; 206/2; 207/3; 208/50; 211/50; 212/20; 215/25; 217/3; 218/60; 219/3; 220/2; 221/50; 224/25; 225/25; 227/15; 228/10; 229/20; 232/5; 233/10; 234/10; 236/4; 237/10; 238/6; 239/10; 240/10; 241/10; 242/10; 243/28; 244/8; 247/5; 248/5; 249/5; 250/5; 251/10; 252/10; 253/10; 254/10; 255/5; 256/6; 260/2; 264/30; 265/30; 266/10; 268/10; 269/10; 270/60; 271/2; 272/2; 273/15; 277/10; 279/6; 280/15; 281/15; 282/60; 283/15; 284/15; 285/40; 287/15; 289/35; 290/40; 291/20; 294/15; 295/20; 297/7; 298/17; 301/50; 302/100.

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRATI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.230/0001-51, com sede na RUA JOÃO BEUX SOBRINHO,385 - CENTRO, na cidade de IRATI-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANTÔNIO GRANDÓ:

Item/Quantidade: 1/10; 10/24; 13/50; 19/1; 32/60; 33/40; 38/30; 42/50; 50/5; 52/5; 54/5; 55/40; 56/40; 72/15; 74/15; 75/10; 76/30; 80/30; 91/2; 95/1; 106/20; 108/5; 110/2; 119/15; 120/15; 121/10; 125/20; 131/50; 143/10; 148/10; 153/50; 155/5; 170/10; 171/5; 176/10; 177/10; 178/10; 181/5; 195/40; 207/5; 222/200; 223/30; 225/50; 227/50; 229/50; 232/20; 234/10; 235/20; 237/5; 243/25; 244/25; 245/25; 246/25; 249/20; 255/5; 261/10; 263/20; 265/50; 267/2; 270/5; 276/600; 286/5; 289/10; 303/20.

## 4 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	10	Unidade	AGENDA DIÁRIA BROCHURA, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 14CM X 20CM.	2001
2	25	Unidade	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, 368 PÁGINAS, COM DATA E HORA, TAMANHO MÍNIMO 14,1X20,5.	2002
3	25	Unidade	AGENDA DIÁRIA ESPIRAL, CAPA DURA, ANO ATUAL, TAMANHO MÍNIMO 134X194MM COM PICOTE.	2003
4	30	Unidade	AGULHA PARA BORDAR SEM PONTA	2401
5	3	Par	AGULHA PARA TRICÔ Nº 03	2402
6	60	Caixa	ALFINETE PARA MAPA REDONDO SORTIDO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2004
7	52	Rolo	ALGODÃO ROLO C/ 500 GR	2005
8	3	Unidade	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº. 3, COR PRETA.	2006
9	20	Unidade	APAGADOR DE QUANDRO BRANCO, CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, SUPERFÍCIE INTERNA EM ESPUMA E BASE EM FELTRO RESISTENTE E MACIO, COM BASE DE PLÁSTICO REFORÇADO.	2007
10	94	Unidade	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.	2009
11	80	Unidade	APONTADOR PLÁSTICO, SEM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR.	2010
12	100	Unidade	ARGILA PACOTE 1 KG	2403
13	350	Pacote	BALÃO BEXIGA DE ANIVERSÁRIO Nº 7, LISO, DIVERSAS CORES, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2011
14	100	Pacote	BALÕES LINGUIÇA COLORIDO PCT C/50 U	2012
15	20	Pacote	BALÕES SIMPLES COLORIDOS PCT C/ 50U	2013
16	10	Unidade	BAMBOLE INFANTIL	2404
17	43	Rolo	BARBANTE CRU, 100% ALDOGÃO, Nº 6.	2014
18	150	Rolo	BARBANTE DE JUTA, ROLO COM 700GR.	2015
19	1	Unidade	BOBINA DE PAPEL KRAFT COM 10KG.	2021
20	20	Unidade	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA TAM. 57 X 22 BRANCO	2405
21	15	Unidade	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, TAM. 57 X 22 PAPEL R/27 AMARELO (PAPEL TÉRMICO)	2406
22	2	Caixa	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, TAMANHO 57MM X 30M, CAIXA COM 30 UNIDADES	2022
23	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 100MM	2030
24	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 10MM	2025
25	350	Unidade	BOLA DE ISOPOR 150 MM	2031
26	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 200 MM	2032
27	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 250 MM	2033
28	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 25MM	2026
29	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 35MM	2027
30	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 50 MM	2028
31	200	Unidade	BOLA DE ISOPOR 75 MM	2029
32	1130	Unidade	BORRACHA BRANCA ESCOLAR, MACIA E SUAVE, NÃO MACHA O PAPEL, TAMANHO MÍNIMO DE 30X18X5MM.	2035
33	90	Unidade	CADERNETA ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 100MMX137MM, CAPA DURA, COM 96 FOLHAS.	2037
34	100	Unidade	CADERNO DE CALIGRAFIA PEQ C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 202MMX148MM	2041
35	40	Unidade	CADERNO DE DESENHO GRANDE 96 FOLHAS	2407
36	30	Unidade	CADERNO DE DESENHO GRANDE C/ 48 FOLHAS CAPA SIMPLES 275MMX200MM	2043
37	1000	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 48 FOLHAS.	2045
38	230	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 140X202MM, CAPA SIMPLES, COM 96 FOLHAS.	2046
39	20	Unidade	CADERNO ESPIRAL, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 200MMX275MM, CAPA DURA, COM 320 FOLHAS.	2047
40	25	Unidade	CADERNO GRANDE 96 FOLHAS CAPA DURA	2408
41	80	Unidade	CADERNO PEQUENO 96 FOLHAS ESPIRAL	2409
42	480	Unidade	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM.	2050
43	5	Unidade	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA, ARTICULÁVEL, DUPLA, COR FUMÊ OU CRISTAL.	2051
44	3	Unidade	CALCULADORA DE BOLSO, AUTO - DESLIGA, 8 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 7CM X 10 CM.	2053
45	38	Unidade	CALCULADORA DE MESA, AUTO - DESLIGA, 10 DÍGITOS, MEDIDAS APROXIMADAS 10CM X 14CM.	2055



46	45	Unidade	CALCULADORA DE MESA, COM 12 DÍGITOS, RESISTENTE A ÁGUA E POEIRA.	2057
47	50	Unidade	CANETA COM TINTA GEL, COM PONTA METÁLICA.	2058
48	20	Unidade	CANETA CORRETIVA SECAGEM RÁPIDA 8ML PONTA METALICA	2059
49	33	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2060
50	55	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2061
51	13	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2062
52	20	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR PRETA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES	2063
53	10	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2064
54	29	Caixa	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2065
55	90	Unidade	CANETA MARCA TEXTO COR AMARELA, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.	2068
56	120	Unidade	CANETA MARCA TEXTO COR VERDE, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA.	2069
57	50	Unidade	CANETA MARCADOR PARA PROJETO, PONTA GROSSA 2MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, CORES SORTIDAS (AZUL, MARROM, AMARELA, PRETA, VERMELHA E VERDE), ESTOJO COM 6 UNIDADES.	2070
58	57	Unidade	CANETA PARA ESCREVER EM CD/DVD COM PONTA DE POLIÉSTER 2.00MM, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, NA COR AZUL.	2071
59	128	Unidade	CANETINHAS HIDROGRÁFICAS 12 CORES, ESTOJO COM 12 UNIDADES.	2073
60	300	Pacote	CANUDO PLÁSTICO PARA REFRIGERANTE PCT C/ 400 UNI	2074
61	205	Pacote	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO (CONTRA-CAPA), FORMATO A4, COR PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2075
62	205	Pacote	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO, FORMATO A4, COR CRISTAL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2076
63	60	Unidade	CARBONO PRETO	2410
64	610	Unidade	CARTOLINA 150G, TAMANHO 50X66, EM CORES SORTIDAS (AMARELO, AZUL, BRANCA, ROSA E VERDE).	2077
65	180	Unidade	CARTOLINA A4 CORES DIVERSAS	2411
66	200	Unidade	CARTOLINA LAMINADA - DIVERSAS CORES	2078
67	54	Tubo	CD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.	2079
68	50	Tubo	CD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.	2080
69	130	Unidade	CHAVEIRO COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO	2412
70	10	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 0/0, CAIXA DE 500GR.	2081
71	85	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 2/0, CAIXA DE 500GR.	2082
72	70	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 3/0, CAIXA DE 500GR.	2083
73	40	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 4/0, CAIXA DE 500GR.	2084
74	25	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 6/0, CAIXA DE 500GR.	2085
75	65	Caixa	CLIPS DE AÇO Nº 8/0, CAIXA DE 500GR.	2086
76	210	Unidade	COLA BASTÃO 40GR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, NÃO ESCORRE, NÃO SUJA.	2087
77	60	Unidade	COLA BASTÃO DE SILICONE GROSSO TRANSPARENTE	2414
78	20	Unidade	COLA BASTÃO DE SILICONE PEQUENA TRANSPARENTE	2413
79	20	Unidade	COLA BRANCA, FRASCO COM 1L.	2088
80	690	Unidade	COLA BRANCA, FRASCO COM NO MÍNIMO 90GR.	2090
81	130	Unidade	COLA CASCOREZ 500 GR	2415
82	15	Unidade	COLA CASCOREZ PORCELANA FRIA 1 KG	2416
83	30	Unidade	COLA COLORIDA 23 GR	2417
84	420	Unidade	COLA DIMENSIONAL COM GLITER, TUBO COM 35GR.	2092
85	300	Unidade	COLA DIMENSIONAL SEM GLITER, TUBO COM 35GR.	2093
86	50	Unidade	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), COMPOSTA DE CIANOCRILATO, TUBO COM 20GR.	2094
87	20	Unidade	COLA INSTANTÂNEA (SUPERCOLA), UNIVERSAL, TUBO COM 5GR.	2095
88	105	Unidade	COLA PARA ISOPOR E EVA TUBO COM 90 GRAMAS	2096
89	200	Unidade	COLA RELEVO FRASCO DE 35ML	2097
90	45	Metro	CORDA PARA PULAR	2418

91	32	Caixa	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, 18ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2101
92	1	Tubo	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.	2103
93	30	Unidade	DVD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 8,5GB.	2105
94	21	Tubo	DVD - RW REGRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4,7GB , TUBO COM 10 UNIDADES.	2107
95	34	Pacote	ELÁSTICO AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 1KG.	2109
96	115	Unidade	ENFEITES EVA PCTE TAM G	2419
97	115	Unidade	ENFEITES EVA PCTE TAM M	2420
98	13	Caixa	ENVELOPE GRANDE (A4), BRANCO, 24CMX34CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.	2112
99	6	Caixa	ENVELOPE OFÍCIO, BRANCO, 11,5CMX23CM, CAIXA COM 1000 UNIDADES.	2114
100	10	Pacote	ENVELOPE PARA CD/DVD DE PAPEL, TAMANHO 126MMX126MM, BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2115
101	1000	Unidade	ENVELOPE SACO KRAFT, 75GR, TAMANHO 250MMX353MM	2118
102	1000	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 12, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2122
103	1000	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 14, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2123
104	500	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 33, PACOTE COM 25 UNIDADES.	2127
105	1000	Pacote	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 7, PACOTE COM 100 UNIDADES.	2120
106	70	Unidade	ESTILETE AJUSTÁVEL 18MM (LÂMINA LARGA).	2131
107	30	Unidade	ESTILETE AJUSTÁVEL 9MM (LÂMINA ESTREITA).	2130
108	5	Caixa	ETIQUETA ADESIVA, 38,1X63,5MM, CAIXA COM 2100 UNIDADES.	2136
109	5	Caixa	ETIQUETA ADESIVA, 50,8X101,6MM, CAIXA COM 1.000 UNIDADES.	2137
110	12	Caixa	EXTRATOR DE GRAMPOS, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2143
111	150	Metro	FELTRO CORES DIVERSAS	2421
112	140	Metro	FIBRA BRANCA	2422
113	4	Unidade	FICHÁRIO DE MESA CRISTAL, 4X6, EM ACRÍLICO, COM INDICE	2145
114	4	Unidade	FICHÁRIO DE MESA GRANDE, 6X9, FABRICADO COM BASE EM AÇO GRAFITE, TAMPA EM POLIESTIRENO, COM REFORÇO NA DOBRADIÇA, COM ÍNDICE AZ EM CARTÃO.	2146
115	30	Rolo	FITA ADESIVA LISA, MARROM DE PAPEL, 18MX50MM.	2149
116	50	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 25MM X 45 MTS	2150
117	100	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX30M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS	2151
118	18	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE, COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS, ROLO 12MMX40M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS.	2152
119	155	Unidade	FITA ADESIVA TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO, ROLO 45MMX45M, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.	2153
120	37	Unidade	FITA ADESIVA, DUPLA FACE POLIPROPILENO, COM ADESIVO ACRÍLICO 12MMX30M.	2154
121	20	Unidade	FITA CREPE BRANCA, ROLO 19MMX50M, EMBALAGEM COM 6 ROLOS.	2156
122	175	Unidade	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 38MMX50M.	2157
123	70	Unidade	FITA CREPE, MARROM DE PAPEL, 45MMX50M.	2158
124	118	Unidade	FITA DE CETIM (MEADAS) COM 10 M X 14 MM	2423
125	138	Unidade	FITA DE CETIM (MEADAS) COM 10 M X 7 MM	2424
126	9	Unidade	FITA DUPLA FACE DE ESPUMA PARA FIXAÇÃO PERMANENTE, ROLO 24MMX1,50M.	2159
127	35	Rolo	FITA MIMOSA 100M X7MM DIVERSAS CORES	2160
128	10	Rolo	FITA PARA PRESENTE 50 MTS X 32MM DIV.CORES	2162
129	10	Rolo	FITA PARA PRESENTE COLORIDA 10CMX22M,	2163
130	30	Caixa	FOLHA ADESIVA A4, SEM RECORTE, CAIXA COM 100 FOLHAS.	2166
131	2675	Unidade	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2167
132	365	Unidade	FOLHA EM EVA, ATÓXICO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X4MM.	2168
133	300	Unidade	FOLHA EM EVA, CAMUFLADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2169
134	300	Unidade	FOLHA EM EVA, COM BRILHO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2170
135	520	Unidade	FOLHA EM EVA, DECORADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2171
136	200	Unidade	FOLHA EM EVA, GRAFIATO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2172
137	100	Unidade	FOLHA EM EVA, LISTRADO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2173

138	125	Unidade	FOLHA EM EVA, PLUSH FELPUDO, TOTALMENTE ANATÔMICO, CORES SORTIDAS, TAMANHO 600X400X2MM.	2174
139	3000	Unidade	FOLHA PAPEL DUPLA FACE COLORIDO	2176
140	5	Unidade	FRAJÃO CRU 700 GR 100% ALGODÃO	2425
141	100	Unidade	GANCHINHOS PARA MADEIRA 16 X 30	2426
142	20	Caixa	GIZ COLORIDO PARA QUADRO NEGRO C/ 64 UNIDADES	2178
143	360	Caixa	GIZ DE CERA CURTO, COM 12 CORES SORTIDAS, FORMATO ANATÔMICO, NÃO TÓXICO.	2179
144	10	Caixa	GIZ ESCOLAR COMUM, BRANCO, PRODUTO NÃO TÓXICO, COM PELÍCULA PLÁSTICA QUE NÃO SUJA AS MÃOS, NÃO SOLTA PÓ, ANTIALÉRGICO, RESISTENTE, CAIXA COM 64 PALITOS.	2180
145	50	Pacote	GLITTER EM PACT DE 500GR DIVERSAS CORES	2181
146	120	Pacote	GLITTER, PACOTE COM 250G, CORES DIVERSAS.	2182
147	54	Unidade	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENS	2187
148	45	Unidade	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENSÃO	2188
149	20	Unidade	GRAMPEADOR P/ MADEIRA PARA GRAMPO 106/6	2189
150	30	Caixa	GRAMPO 106/6, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 3500 GRAMPOS.	2196
151	20	Caixa	GRAMPO 23/10 (ENAK) GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS.	2192
152	30	Unidade	GRAMPO 23/6, GRAMPO EM AÇO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, PRATA, CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 1000 GRAMPOS	2427
153	170	Caixa	GRAMPO 26/6, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE Á OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.	2194
154	200	Pacote	GRAMPO ENCADERNADOR PLÁSTICO BRANCO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2198
155	55	Caixa	GRAMPO TRILHO (ROMEUE JULIETA) ESTENDIDO BRANCO P/ 600 FOLHAS	2199
156	40	Unidade	GRAMPO TRILHO (ROMEUE JULIETA), EM METAL, CAIXA COM 50 UNI 80 MM	2428
157	30	Unidade	IMÃ FLEXÍVEL EM BARRA DE 1 MT	2200
158	50	Unidade	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNETICO	2201
159	10	Cartela	IMÃS COLORIDOS PARA QUADRO MAGNÉTICO, CARTELA COM 12 UNIDADES.	2202
160	7	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 4/6	2429
161	7	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 5/8	2430
162	7	Unidade	ÍNDICE PARA FICHÁRIO 6/9	2431
163	15	Unidade	ISOPOR EM FOLHAS 20 MM	2432
164	120	Unidade	LÃ NOVELO COM 100 GR CORES DIVERSAS	2433
165	50	Unidade	LÂMINA PARA ESTILETE 18MM (LARGO).	2204
166	20	Pacote	LANTEJOULA GRANDE PCT C/ 100 UNI	2205
167	20	Pacote	LANTEJOULA MEDIO PCT C/ 100 UNI	2206
168	20	Pacote	LANTEJOULA PEQUENA PCT C/ 100 UNI	2207
169	5	Caixa	LÁPIS 6B PARA PINTURA CX C/ 12 UND	2434
170	310	Caixa	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES GRANDE	2209
171	5	Caixa	LÁPIS GRAFITE RESISTENTE PRETO Nº 02, CAIXA COM 12 UNIDADES.	2212
172	27	Caixa	LÁPIS PRETO Nº 2, COM BORRACHA REDONDA, CAIXA COM 72 UNIDADES.	2213
173	15	Unidade	LINHA DE COSTURA DE CONE DIVERSAS	2435
174	203	Unidade	LINHA PARA CROCHÊ 500 M	2436
175	53	Unidade	LIVRO ATA, COM 100 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.	2216
176	20	Unidade	LIVRO ATA, COM 50 FOLHAS NUMERADAS, CAPA E CONTRACAPA 700GR REVESTIDO EM PAPEL 90 GR PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OF-SET 56 GR, TAMANHO 205MMX300MM.	2218
177	10	Unidade	LIVRO PROTOCOLO, CAPA DURA, COM 50 FOLHAS.	2219
178	340	Caixa	MASSA PARA MODELAR, MACIA, NÃO ESFARELA, NÃO GRUDA, NÃO ENDURECE, ATÓXICA, CAIXA COM 12 CORES.	2220
179	101	Kg	MIÇANGA CORES DIVERSAS	2437
180	50	Unidade	MOLHA DEDO, INDICADO PARA O MANUSEIO DE PAPÉIS, NÃO TÓXICO, FRASCO CONTENDO 12GR.	2221

181	5	Unidade	MOUSE ÓPTICO, COM CONEXÃO USB, 02 BOTÕES COM SCROLL CONTROLE, COR PRETA.	2223
182	10	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE PCT C/ 100 UNI	2225
183	10	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM GRANDE, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2226
184	10	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM MEDIO PCT C/ 100 UNI	2227
185	10	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM MÉDIO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2228
186	10	Pacote	OLHINHOS PARA COLAGEM PEQUENO PCT C/ 100 UNI	2229
187	10	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO G. PCT C/ 100 UNI	2230
188	10	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO M. PCT C/ 100 UNI	2231
189	10	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM TAMANHO P. PCT C/ 100 UNI	2232
190	10	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO G, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2233
191	10	Pacote	OLHINHOS QUE SE MEXEM, TAMANHO M, PACOTE COM 50 UNIDADES.	2234
192	155	Pacote	PALITO DE CHURRASCO PCT C/100 UNI	2235
193	165	Pacote	PALITO DE PICOLÉ PCT C/ 100 UNI	2236
194	5	Caixa	PAPEL A3, ALCALINO, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 297MMX420MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	2237
195	285	Caixa	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM	2238
196	300	Caixa	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 90G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM	2239
197	1	Unidade	PAPEL A4, COR AZUL, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	2240
198	1	Unidade	PAPEL A4, COR VERDE, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 100 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	2243
199	125	Unidade	PAPEL CAMURÇA - DIVERSAS CORES	2244
200	200	Unidade	PAPEL CANSON - CREME, BRANCO	2245
201	21	Caixa	PAPEL CARBONO AZUL TAMANHO A4, CAIXA COM 100 FOLHAS.	2246
202	3000	Unidade	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 50X66 CORES DIVERSAS.	2248
203	300	Unidade	PAPEL CELOFANE - DIVERSAS CORES 85X100	2249
204	800	Unidade	PAPEL CELOFANE TRANSPARENTE 85X100	2250
205	17	Rolo	PAPEL CONTACT - C/ MOTIVOS INFANTIS RL C/ 10 MTS	2251
206	12	Rolo	PAPEL CONTACT - DIVERSAS CORES RL C/ 10 MTS	2252
207	23	Rolo	PAPEL CONTACT - TRANSPARENTES RL C/ 25 MTS	2253
208	100	Caixa	PAPEL CREPOM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 40 ROLOS.	2254
209	800	Unidade	PAPEL DOBRADURA - DIVERSAS CORES	2256
210	500	Unidade	PAPEL DOBRADURA JORNAL, CORES DIVERSAS, MEDINDO 50CM X 60CM	2258
211	50	Unidade	PAPEL DUPLA FACE DIVERSAS CORES	2438
212	820	Unidade	PAPEL DUPLEX - DIVERSAS CORES	2259
213	10000	Unidade	PAPEL ESPECIAL PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA E LASER - LINHO, 180GR, COR BRANCO.	2260
214	800	Unidade	PAPEL LAMINADO - DIVERSAS CORES	2261
215	25	Unidade	PAPEL MANTEIGA	2439
216	300	Unidade	PAPEL MICROONDULADO - DIVERSAS CORES	2262
217	13	Rolo	PAPEL PARA PRESENTE RL C/ 100 MTS	2264
218	160	Unidade	PAPEL PARANÁ 1,00X0,80CM	2265
219	18	Unidade	PAPEL PARDO BOBINA 20KG 1,20 MTS DE ALTURA, 40G	2266
220	2	Unidade	PAPEL PARDO BOBINA 4KG 0,60MTS DE ALTURA, 40G	2267
221	550	Unidade	PAPEL SEDA - DIVERSAS CORES	2268
222	700	Unidade	PAPEL VERGÊ- CREME E BRANCO	2270
223	130	Caixa	PAPEL VERGÊ, 120G/M², TAMANHO A4, BRANCO, CAIXA COM 50 FOLHAS.	2271
224	25	Unidade	PASTA AZ COM LOMBO ESTREITO	2440
225	225	Unidade	PASTA AZ COM LOMBO LARGO.	2272

226	200	Unidade	PASTA CATÁLOGO CAPA PRETA 50 FOLHAS	2274
227	65	Unidade	PASTA COM ELÁSTICO, LOMBO 3CM, TRANSPARENTE, TAMANHO 335X246X30MM.	2277
228	40	Unidade	PASTA EM L A-4 FORMATO 220 X 305 MM TRANSP. BEM. C/ 10 UM	2441
229	70	Unidade	PASTA OFICIO, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM ELÁSTICO, TAMANHO 233X348MM.	2280
230	50	Unidade	PASTA POLIONDULADA 36MM	2282
231	50	Unidade	PASTA POLIONDULADA 50 MM	2283
232	45	Caixa	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA, CONFECCIONADA EM CARTÃO, HASTE DE METAL COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS, COM GRAMPO, VISOR E ETIQUETA, CAIXA COM 50 PASTAS.	2285
233	30	Unidade	PEN DRIVE 4 GB USB 2.0	2442
234	40	Unidade	PEN DRIVE 8 GB USB 2.0	2443
235	120	Unidade	PERCEVEJO DE METAL, CAIXA COM 100 UNIDADES.	2287
236	24	Unidade	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO 02 FUROS, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 12 FOLHAS, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO E MOLAS EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM, COM MARGEADOR PLÁSTICO.	2288
237	45	Unidade	PERFURADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 50 FOLHAS, BASE E CABO EM FERRO FUNDIDO, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM.	2289
238	6	Unidade	PIGMENTO CORANTE LIQUIDO A BASE DE ÁGUA (XADREZ)	2444
239	30	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR AZUL, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA.	2296
240	30	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR PRETA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2297
241	30	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERDE, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2298
242	30	Unidade	PINCEL ATÔMICO PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA, RECARREGÁVEL COM SISTEMA DE VÁLVULA COM 10 ML DE TINTA LÍQUIDA. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL COM ROSCA	2299
243	73	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR AZUL.	2300
244	53	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR PRETA.	2301
245	45	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERDE.	2302
246	45	Unidade	PINCEL ATÔMICO, PONTA MÉDIA, COR VERMELHA	2303
247	55	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 12 CABO AMARELO	2445
248	55	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 14 CABO AMARELO	2446
249	75	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 16 CABO AMARELO	2447
250	55	Unidade	PINCEL GRANDE Nº 18 CABO AMARELO	2448
251	60	Unidade	PINCEL Nº 0 CABO LONGO AMARELO	2449
252	60	Unidade	PINCEL Nº 10 CABO LONGO AMARELO	2452
253	60	Unidade	PINCEL Nº 6 CABO LONGO AMARELO	2450
254	60	Unidade	PINCEL Nº 8 CABO LONGO AMARELO	2451
255	60	Unidade	PISTOLA GRANDE PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.	2304
256	56	Unidade	PISTOLA PEQUENA PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS.	2305
257	100	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 010.	2306
258	100	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500 ESPESSURA 025.	2307
259	100	Unidade	PLACA EM EPS (ISOPOR) COM TAMANHO PADRÃO 1000X500MM ESPESSURA 015.	2308
260	2	Rolo	PLÁSTICO ADESIVO (CONTACT) TRANSPARENTE, ROLO COM NO MÍNIMO 25M DE COMP.X45CM ALTURA.	2309
261	20	Unidade	PORTA CLIPS TRIPLO, EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BASE COM 24X7,5CM.	2312
262	50	Unidade	PRANCHETA DE ACRÍLICO COM PRENDEDOR DE PAPEL.	2315
263	20	Unidade	PRANCHETA DE MADEIRA COM PRENDEDOR DE PAPEL.	2316
264	130	Pacote	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 38X50MM, PACOTE COM 4 UNIDADES, CADA BLOCO CONTENDO 100 FOLHAS.	2322
265	130	Unidade	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.	2323
266	1010	Unidade	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3CM X 30CM.	2324
267	2	Quilo	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 11,3X30CM.	2325
268	1010	Unidade	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4CM X 30CM.	2326



269	10	Quilo	REFIL (BASTÃO) COLA SILICONE, TAMANHO 7,4X30CM.	2327
270	365	Pacote	RÉGUA ACRÍLICA TRANSPARENTE, COM 30CM, PACOTE COM 25 UNIDADES.	2331
271	52	Unidade	ROLINHO PARA PINTURA 40 MM	2453
272	52	Unidade	ROLINHO PARA PINTURA 90 MM	2454
273	15	Unidade	SACADOR DE GRAMPO	2455
274	100	Pacote	SACO PARA PIPOCA 20X8CM, PARA USO NA ENTREGA DE MEDICAMENTOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	2337
275	100	Pacote	SACO PLÁSTICO PARA FARMÁCIA, MEDINDO 20CM X 8CM, PACOTE COM 500 UNIDADES.	2338
276	600	Unidade	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE GROSSO, SEM FUROS, TAMANHO OFÍCIO.	2340
277	60	Unidade	SPRAY COLORIDO 200 ML DIVERSAS CORES	2456
278	100	Unidade	SUPER COLA PANO, TUBO COM NO MÍNIMO 35GR.	2344
279	6	Unidade	SUPORTE PARA FITA DUREX GRANDE	2457
280	115	Metro	TECIDO DE CHITA FLORIDO	2458
281	115	Metro	TECIDO MORIM 80 CM ALTURA	2460
282	160	Metro	TECIDO OXFORD 140 CM ALTURA	2459
283	115	Metro	TECIDO PARA FORRO DE ALMOFADA	2461
284	115	Metro	TECIDO PARA PAT WORK ESTAMPADO 140 CM ALTURA	2462
285	40	Metro	TECIDO SOFT	2463
286	5	Unidade	TECLADO PADRÃO ABNT2, TERMINAL UBS, MÍNIMO 107 TECLAS, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 M, COR PRETA.	2347
287	65	Unidade	TESOURA 12 CM RETA SEM PONTA	2464
288	500	Unidade	TESOURA 4", DE USO ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO DE POLIPROPILENO, COLORIDA	2348
289	95	Unidade	TESOURA TAMANHO GRANDE, 21CM EM INOX, CABO ANATÔMICO.	2349
290	540	Unidade	TINTA GUACHE, NÃO TÓXICA, CORES DIVERSAS, FRASCO 250ML.	2350
291	20	Unidade	TINTA PARA CARIMBO 40ML, COR PRETA.	2352
292	200	Unidade	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO FRASCO COM 42 ML	2354
293	200	Frasco	TINTA PARA TECIDO ACRIPUFF BRANCO, FRASCO COM 35 ML.	2355
294	215	Unidade	TINTA PARA TECIDOS CORES DIVERSAS, VIDROS COM 37 ML.	2356
295	20	Unidade	TINTA PVA 100 ML CORES DIVERSAS	2465
296	500	Unidade	TINTA SPRAY CORES DIVERSAS	2361
297	7	Metro	TNT, CORES DIVERSAS, 40GR, TAMANHO 1,40X100CM.	2362
298	167	Rolo	TNT, CORES DIVERSAS, 80GR, TAMANHO 1,40CMX50M.	2363
299	5	Caixa	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA JATO DE TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2364
300	5	Caixa	TRANSPARENCIA A4, SEM TARJA, PARA LASER, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2365
301	250	Metro	VIÉS ESTREITO	2466
302	300	Metro	VIÉS LARGO	2467
303	20	Caixa	VISOR PARA PASTA SUSPENSÁVEL PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ETIQUETA BRANCA, CAIXA COM 50 UNIDADES.	2366

## ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2015 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 - CVC

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2016

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., inscrita no CNPJ sob nº. ...., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## 1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: ..... , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

## 4 CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 6 CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro

de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### 7 CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) Manter o valor de sua proposta classificada;
- c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 8 CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

#### 9 CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e seguintes.

9.2 O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### 10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 003/2015 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 003/2015 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2015 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

#### 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 10 de março de 2016 à 31 de julho de 2016.

11.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Inter-municipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..

#### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Estimativa de consumo de cada item:

#### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .../ ... / 2016.

EVERALDO LUIZ CASONATTO  
Presidente.

Fornecedor		Órgão Participante
------------	--	--------------------

## ANEXO VIII

## TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

**ANEXO IX****MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA**

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do Item do edital:
Órgão comprador:
Marca/Modelo do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Quantidade do Item:
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data: